



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

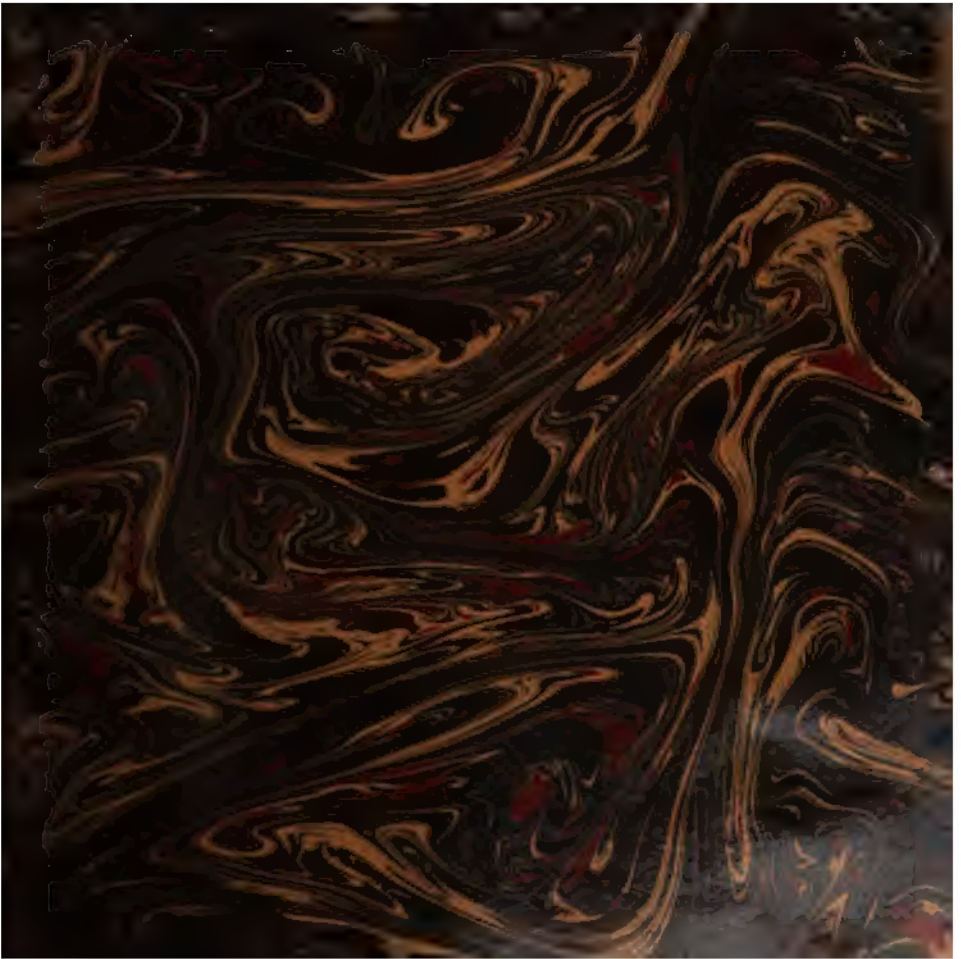
A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>

rd University Libraries
116 952 446



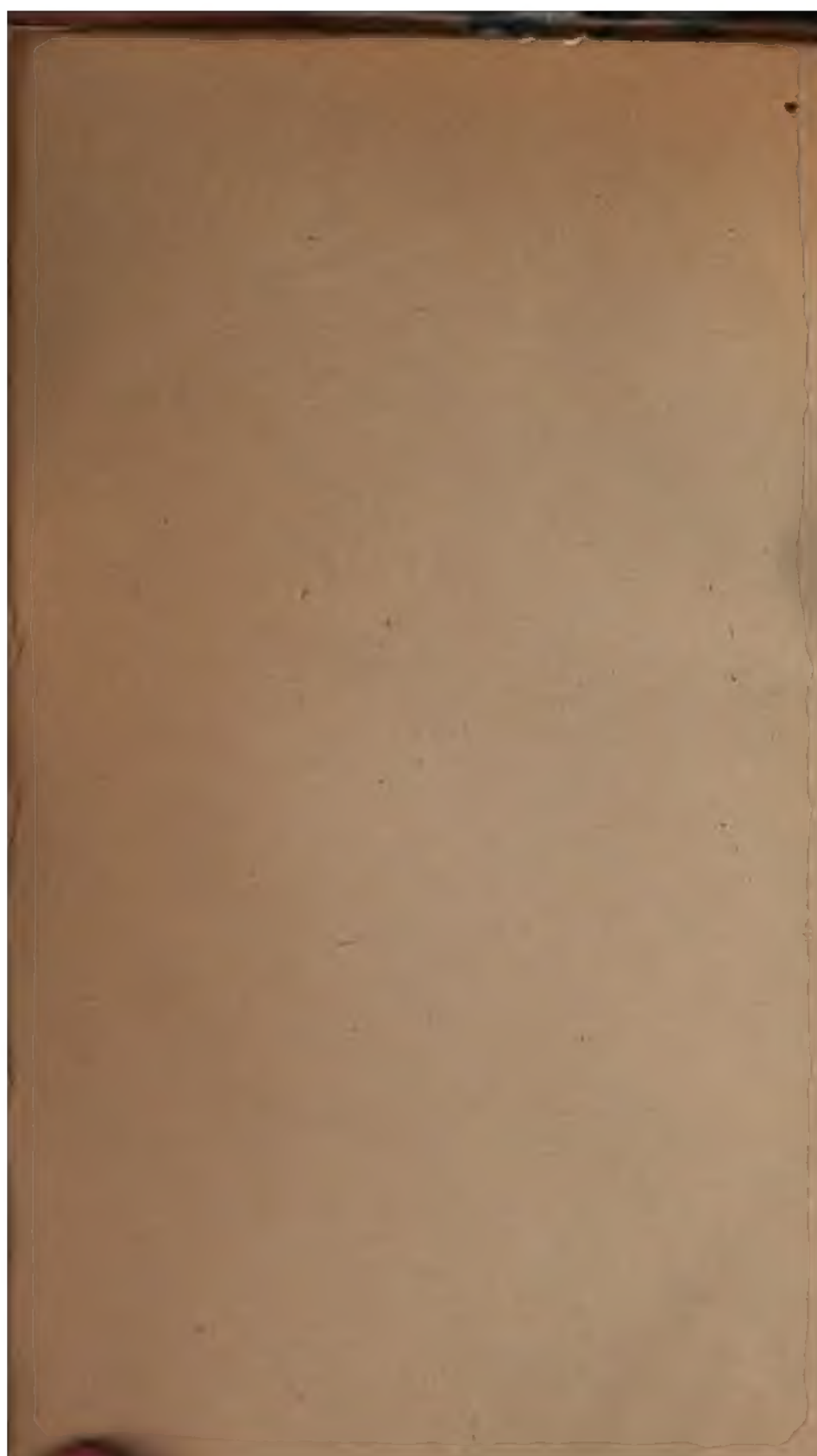


STANFORD UNIVERSITY LIBRARIES









...A CIVIL

E DO

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

EM

PORTUGAL

Comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino
desde 1777 até 1834

POR

SIMÃO JOSÉ DA LUZ SORIANO

*sempre assistente em medicina pela universidade de Coimbra e socio correspondente
do Instituto da referida cidade
e honorarista do Grande Literario da cidade de Agra de Hespanha*

TERCEIRA EPOCHA

ESTABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR

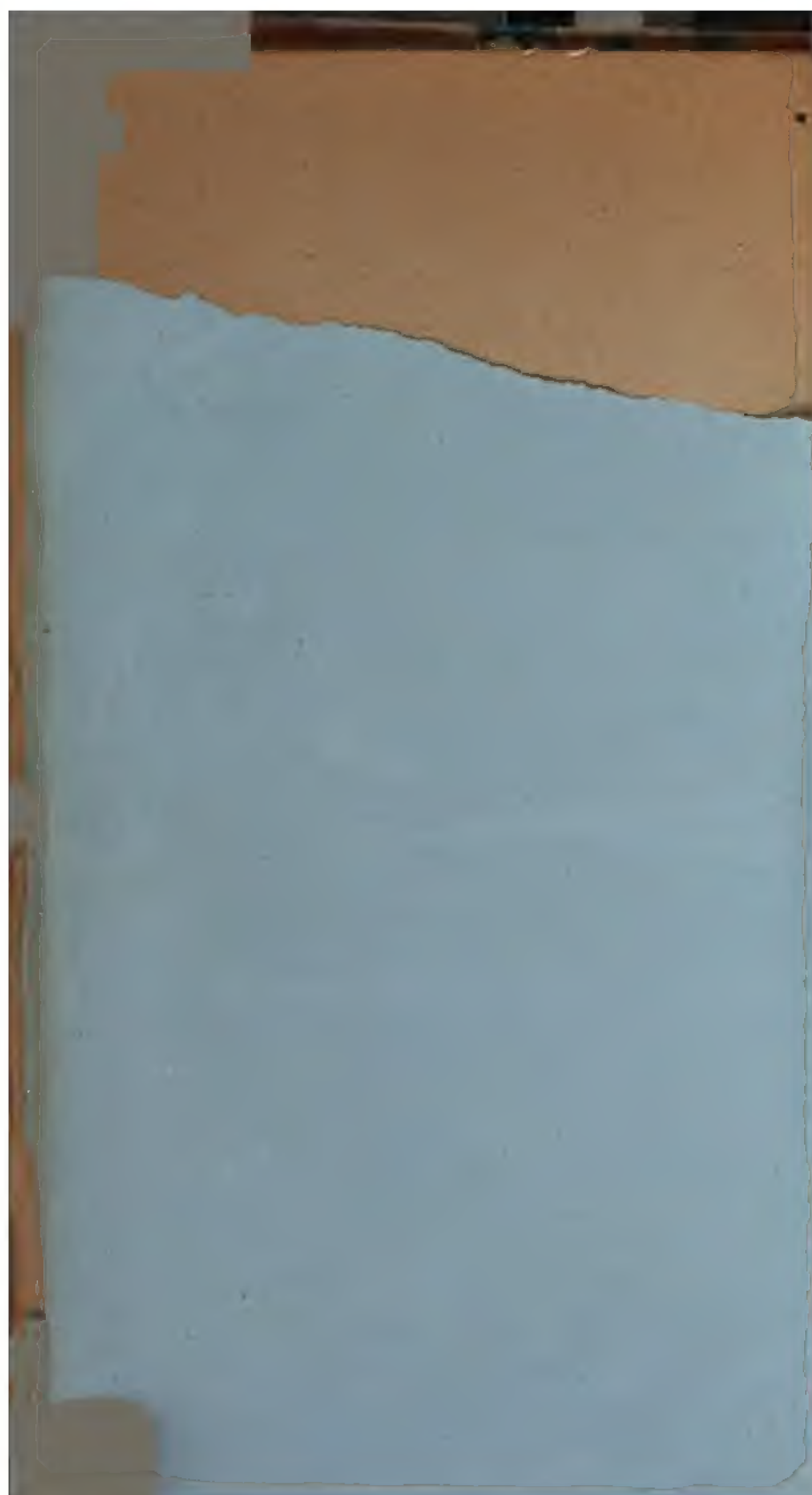
TOMO I



LISBOA

IMPRESSA NACIONAL

1881



HISTORIA DA GUERRA CIVIL
E DO
STABELECIMENTO DO GOVERNO PARLAMENTAR
EM
PORTUGAL



À SAUDOSA MEMORIA

DO SENHOR

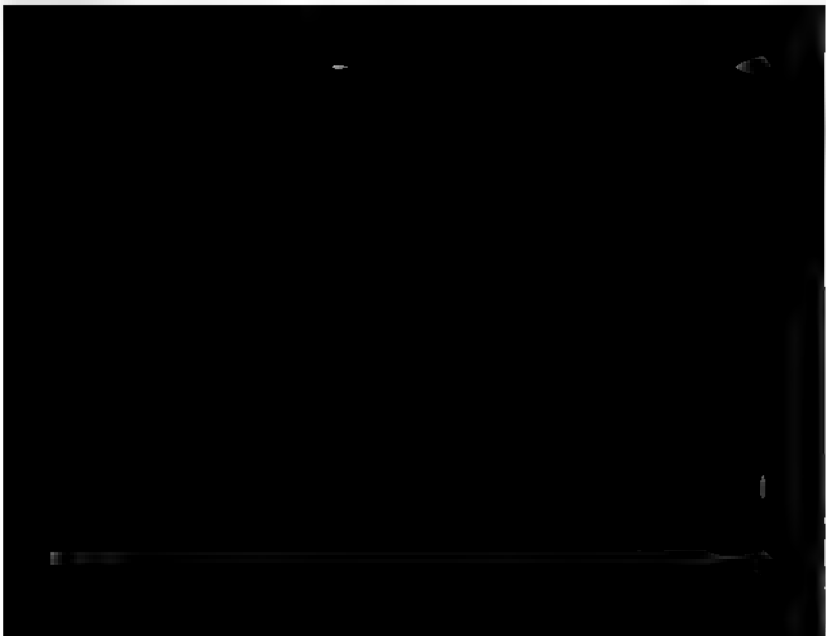
MARQUEZ DE SÁ DA BANDEIRA

BENEMERITO DA PATRIA, DAS LETTRAS E QUE TODOS OS PORTUGUEZES
REPUTAVAM SEMPRE
COMO PRESTANTE E HONRADO CIDADÃO, BRAVO E VALENTE MILITAR

O. D. C.

O que lhe mereceu a honra de ser por elle tido por mais de cincoenta annos
na conta do seu intimo e particular amigo

Simão José da Luz Soriano.



PREFACIO

Quem pôde ser no mundo tão quieto ?
Ou quem terá tão livre o pensamento,
.....
Que ou com publico effeito, ou com secreto,
Ehe não revolva e espante o sentimento;
Deixando-lhe o juizo quasi incerto,
Ver e notar do mundo o desconcerto?
Claudian, epist. 1.^a dist. 11

Chegámos finalmente a dever á Providencia Divina a especial mercê de nos prolongar a vida até podermos concluir na nossa avançada idade os assíduos e enfadonhos trabalhos a que nos temos entregado, para escrevermos a terceira e ultima epocha da nossa *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, e portanto a historia de um systema de governo, que verdadeiramente dá o nome á nossa dita obra, levada por este modo ao fim no meio de muitas contrariedades, e de não poucos e bem amargos dissabores, que d'ella nos têm resultado, provenientes não só do mau humor de alguns dos nossos governantes para com nos, mas até mesmo de alguns dos seus empregados subalternos, isto alem das justas queixas, que tambem temos de pessoas que reputavamos por amigas; ou pelo menos por nossas affeioadas, verificando-se assim o adagio inglez que diz: *Deus me livre de alguns dos meus chamados amigos, que dos meus inimigos eu me livrarei*. Triumphou por fim a razão, a justiça e a paciente perseverança pela nossa parte, apoiadas na benevolencia de outros cavalheiros mais justos, e que com plausivel motivo nos cumpre ter na conta de verdadeiros amigos, protestando-lhes aqui a nossa mais particular gratidão.

Relatámos na primeira epocha da nossa dita historia a elevação ao throno portuguez de D. Maria I, a piedosa filha de D. José, e a par d'este facto o empenho que os ministros da referida soberana tiveram em nullificar as salutaes medidas, decretadas para o paiz, por proposta do celebre e afamado marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, a quem na sua desgraça os referidos ministros crua e atrozmente perseguiram, e fizeram até mesmo perseguir quanto em si coube. Na referida primeira epocha relatámos igualmente as primeiras causas da indisposição dos governos revolucionarios da França contra Portugal, e por ultimo as que houve, para que o principe regente D. João e a sua real familia abandonassem por fim a patria em novembro de 1807, e fossem procurar mais tranquillo e seguro asylo, nas suas uberrimas terras de Santa Cruz na America, fadadas assim na quarta parte nova do globo para refugio da real dynastia de Bragança nos primeiros vinte annos do seculo xix. Na segunda epocha descrevemos a prolongada guerra, que durante seis annos continuos o exercito portuguez, ligado com o inglez, heroicamente sustentou na peninsula contra os exercitos francezes, que constantemente venceu e derrotou, cobrindo-se em todo aquelle tempo da mais immarcessivel gloria e bem merecida fama, até ir arvorar arrojadamente as triumphantes quinas portuguezas do primeiro Affonso, nas disputadas margens do Garona em 1814, intercalando nós com tão importante assumpto as occorrencias que tiveram logar no paiz, e as desgraças a que ficou reduzido pelo vandalico e atroz procedimento, que entre nós tiveram os generaes e soldados francezes, durante as tres invasões que fizeram em Portugal. Á vista pois d'isto compete-nos agora ir iniciar n'este primeiro volume, da terceira e ultima epocha da nossa dita *Historia da guerra civil*, os notaveis acontecimentos, que depois d'aquella prolongada guerra tiveram logar, não só fóra do paiz, com relação a elle, politica e diplomaticamente fallando, mas tambem aos que dentro d'elle igualmente se observaram.

É portanto esta terceira epocha muito mais interessante

do que as precedentes, por ser aquella em que o governo absoluto de facto se tornou em Portugal incompativel com as luzes do seculo XIX e o estado social da classe media, e por conseguinte aquella em que esta mesma classe se insurgiu contra o referido governo, pelo desregramento dos aulicos, e pela supremacia do poder real em todos os ramos da publica administração, fundada essa supremacia, segundo o juizo de muitos dos d'aquelle tempo, no principio unico de que o poder dos reis vem de Deus, e como tal lhes competia usar em tudo do seu antigo *quero, posso e mando*. Resistindo pois os partidistas do governo absoluto a prestarem-se ás reformas, que mais harmonisassem com a fortuna, illustração e aspirações da dita classe média n'estes ultimos tempos, viu-se esta por tal motivo obrigada a recorrer a revoltas e a manifestos actos de insubordinação e desmancho da antiga ordem de cousas politicas, desacatando as auctoridades com o manifesto fim de realisar por si mesma as desejadas reformas; e quando cousas tão graves por similhante modo se praticam, difficilima cousa é em circumstancias taes manter a devida obediencia ás leis e o necessario respeito aos governantes. Foi isto o que se viu em Portugal, bem como na Hespanha e em outras mais nações da Europa no anno de 1820. Mas como nas nossas côrtes de 1821 e 1822 os legisladores que d'ellas faziam parte não possuiam mais do que theorias abstractas do governo parlamentar, e offendessem com essas deslocadas theorias os habitos e costumes da plebe, e os interesses das classes altas do estado, o que d'aqui se lhes seguiu foi não adquirirem proselytos no partido opposto, que então era muito mais numeroso que o liberal. As consequencias d'isto não podiam deixar de ser as lutas civis, que Portugal experimentou desde 1823 até 1834, e as desgraças a taes lutas inherentes, cujos resultados funestos tanto e tão duramente se têm feito sentir entre nós, e farão talvez ainda por largos annos adiante. Por conseguinte as lutas civis, inherentes á implantação do systema liberal entre nós, são o que agora vamos apresentar ao leitor n'esta terceira epocha, isto é, as occorrencias que

tiveram logar desde o primeiro apparecimento do referido systema entre nós em 1820 até á sua quêda em 1823, bem como as do seu segundo apparecimento em 1826 até á sua nova quêda em 1828, e depois as d'este ultimo anno até 1834, em que por fim triumphou a causa liberal e a da legitima dynastia, com a inteira aniquilação da do governo absoluto, que a usurpação do infante D. Miguel conseguira realisar com a mais flagrante quebra da honra, das suas sollemnes promessas e formaes juramentos, usurpação que de facto teve logar e se consummou no reino desde 1828 até ao dito anno de 1834.

O estabelecimento de um novo systema de governo, que como o liberal, tinha por fim a completa destruição de um outro systema de governo, tal como o arbitrario e despotico, com seculos de duração, forçosamente havia de trazer consigo lutas e reacções n'um seculo, que, como o XIX, nos apresenta o estado social periclitante, vendo-se por um lado entre os proprios liberaes um dos seus partidos, ou o das mais avançadas crenças, com o firme proposito e o mais vehemente desejo de alcançar o poder, e portanto com o positivo fim de saendir, indecil e recalcitrante, o jugo d'esse mesmo poder nas mãos de outros, menosprezando a auctoridade, como se observa no partido a que nos referimos. Este desejo dos chamados democratas, e sobretudo o dos socialistas, seus congenes, ameaça inquestionavelmente as actuaes sociedades de uma grande catastrophe, tendente, como é, a destruir os seus actuaes elementos constitutivos, com o quebrantamento do direito de propriedade e do respeito devido á auctoridade divina e humana, insurreccionando-se formalmente contra os poderes publicos, como já se tem visto. Temos pois esta subversão, geradora como é de um estado anarchico e de desordem, incompativel com o actual bem estar das nações, pois que com as vistas de uma igualdade chimérica, inteiramente contraria á desigualdade que a natureza em tudo por toda a parte nos apresenta, tendo realmente a desnoaa-las. É portanto innegavel que o que pela Europa toda se vê n'este presente seculo é um constante e decidido

espírito de reacção por parte dos mais exaltados liberaes contra tudo quanto é poder, sem admittirem que cousa alguma lhes tolha o que fazem, ou o que pretendem fazer, constituindo-se elles mesmos tão despotas por um outro gesto, como os partidistas do governo absoluto, ao passo que estes criminalizam como abjectivo o mais pequeno esforço, que se pretenda empregar contra o poder despótico dos reis, ou o da inteira centralisação de poder nas mãos do supremo chefe do estado.

Não ha duvida que alguns ha d'entre os liberaes, que se appellidam homens de progresso e de movimento, que diegam pela sua exaltação de idéas politicas a não admittirem cousa que os governe; leis que os reja, nem moral que os cohiba, ao passo que os ultra-realistas não lhes passa pela mente que haja, ou possa haver direito de limitar a autoridade soberana, ou de lhe coarctar o poder na mais pequena cousa; uns fundando-se no principio da soberania popular, outros mostrando-se crentes no principio, já por nós citado, de que o poder dos reis vem de Deus. Uns aspiram a uma igualdade perfeita entre todas as classes sociaes, fechando inteiramente os olhos ao facto palpavel e manifesto da desigualdade, que, como tambem já dissemos, a natureza nos apresenta debaixo de todos os pontos de vista, sendo inteiramente chimerica essa igualdade a que aspiram; outros só querem pela sua parte ver o contrario a isto, entendendo portanto que o privilegio de governar só deve pertencer ao rei, ou ás classes levíticas e aristocraticas. Finalmente enquanto uns, para despoticamente fazerem o que querem, proclamam sem impugnação o principio da soberania popular, sem attenderem a virtudes, nem a qualidades moraes nos homens, não sendo para elles de facto o citado principio mais de que um verdadeiro pretexto para conseguirem os seus fins, principio que em muitos casos praticos não passa de uma pura ficção, outros, aspirando ao governo despótico com o mesmo intento, tem como digno de exemplar castigo todo o que ousado pretender levantar mão sacrilega contra o poder dos reis.

D'este conflicto de contrarias opiniões e pretendidos direitos; d'este antagonismo de meios para conseguir iguaes

fins, nasceram primordialmente as discordias civis, que no paiz se têm visto entre os liberaes e os absolutistas, desconhecendo-se que mesmo em politica a virtude está no meio termo. O certo é que cada um d'estes dois partidos, dominado pela força das razões, que ostensivamente invoca, sendo uma d'essas razões reaes, outras imaginarias, têm-se mostrado reciprocamente contrarios aos conselhos da contemporisação e tolerancia, nada querendo com o partido opposto, stigmatizando-se reciprocamente com o maior azedume e acintosa animosidade. Esta mesma guerra se tem notado igualmente entre os mais exaltados liberaes e os chamados moderados, o que é muito para lamentar. Quanto a nós, confessámos ingenuamente, que nada ha peor, nem mais insupportavel na sociedade, que o despotismo dos demagogos, particularmente quando se reforça com o despotismo dos jornalistas¹, e dos clubs, seus associados, terrível triumvirato, que não só em muitos casos constitue o seu invocado principio da soberania popular, mas até torna impossivel a existencia dos verdadeiros governos parlamentares, d'onde resulta termos por melhor em tal caso, para o

¹ Effectivamente casos tem havido em que a tyrannia da imprensa assume um character peor que o da tyrannia dos reis. É o proprio Cesar Cantu quem nos confirma isto, dizendo-nos: «que ella assassina, não só nos haveres, mas até na honra; que é mais extensa do que a dos reis, porque vae vexar todo aquelle que não seja tão obscuro e inepto, que não tenha contra si um rival ou inimigo; mais vergonhosa, porque infeuda um povo inteiro a poucos manipuladores de artigos, a poucos coripheus de conventiculos, para quem é força a desfechatez, e que se não julgam obrigados a provar o que dizem, nem a professar hoje a mesma fé que tinham hontem, porque a sua fé não é mais que o interesse e a paixão que os domina na occasião em que escrevem». Quantas vezes se não tem visto entre nós mesmo desencadearem-se os jornalistas contra tudo o que ha de mais sagrado, desde o palacio do rei até a mais humilde choça do paiz, injuriando e calumniando flagrantemente, sem remorso algum de consciencia, nem respeito á moral; e para maior escandalo passarem depois sem pejo a associarem-se áquelles a quem por aquella fórmula victimaram e altamente offenderam com a sua penna, que manejam tão despotas como Tiberio e Nero, e tão impunemente como elles.

bem estar da sociedade, o despotismo illustrado dos reis, do que o de taes liberaes, pois que infelizmente já não somos d'aquelles, que se deixam arrastar por seductoras palavras, aliás falsarias e enganadoras, presentes, como temos n'estas nossas asserções, as horrendas crueldades e morticínios da convenção nacional em França. O tempo da nossa juventude, em que tinhamos outras idéas, foi-se já para nós. Hoje, na nossa velhice, só nos contentámos com a realidade das cousas, dando de mão aos lindos e fagueiros sonhos da liberdade juvenil, cuja fogosa energia já para nós desapareceu igualmente. Desengane-se pois o leitor, e com elle todos os mais, que só têm em vista a realidade das cousas, isto é, que não são as mais bem pensadas e democraticas instituições politicas as que fazem bons os governantes; mas ao contrario d'isto, são só os bons governantes os que fazem boas semelhantes instituições, ainda que não tenham por si a opinião de serem as mais perfectas. Os males de que portanto o regimen constitucional é accusado, e de que Portugal tem sido desgraçada victima, não vem da carta constitucional, mas da má cabeça dos homens, que á testa d'ella nos tem governado, alguns dos quaes com grande reputação de talento e merito, pois de ordinario não são sómente estas qualidades a que por si constituem um bom e consummado estadista.

Estamos bem certos de que o nosso modo de pensar não agradará a muitos; mas seja qual for o numero dos descontentes, temos por seguro que não é elle que deve só por si provar a excellencia das opiniões que nos são oppostas, pois nem sempre as maiorias têm a razão por si, visto que muitos desconchavos e flagrantes injustiças d'ellas têm resultado. Crentes firmemente na bondade das nossas opiniões, parece-nos que a razão e a justiça estão pela nossa parte, e persuadidos d'isto, tranquilla temos a nossa consciencia, sem remorso algum nos causar o que a tal respeito diremos e temos já dito, embora que os nossos adversarios nos acoimem de retrogrados, nos aggravem com isto, e que até mesmo nos punjam o coração com outras accusações e dicterios, bus-

cando lançar-nos ás feras, esquecidos de que a intolerancia e a liberdade são cousas que no systema que nos rege nunca poderão coexistir. Succeda porém o que succeder, jamais nos faltará a coragem para francamente dizer o que temos por verdade, e verdade aliás comprovada por factos, que nos levam com toda a razão a ter como desgraça o apparecimento de um governo dirigido por esses mais exaltados politicos, e sobretudo pelos punos socialistas, á vista do que na ultima decada do século XVIII se presenciou em França, onde uns d'esses mais entusiastas demagogos, constituidos em revolucionarios contra a auctoridade divina e humana, se mostraram os mais desalmados tyrannos, e outros passaram sem pejo alguma, nem vergonha, de sectarios das austeras doutrinas de Sparta: a opulentos proprietarios, locupletando-se com os bens dos perseguidos, alem de os ameaçarem, como de alfange em punho, com *cré ou morte* dos apóstolos das crenças mahometanas, como se lê na historia. Dividida como foi a França pelos mais entusiastas conventioneaes em carrascos e victimas, foram elles os que para seus fins se serviram dos mais infimos descamisados da plebe, que, como furias infernaes, tiveram por apoio e fieis auxiliares dos seus milhares de assassinios politicos, de que até não escapavam de ser victimas muitos dos seus mais predilectos e notaveis chefes. Achando-nos actualmente incredulos nas seductoras promessas dos nossos homens politicos, (pois que tantas vezes temos visto o que elles têm sido dentro e fóra do poder), não cremos que os mais devotados á mais lata liberdade, e muito menos os socialistas, tenham força para nos catechisar á belleza das doutrinas que assealham, e á boa fé das suas lides e trabalhos partidarios, que todas se resumem em desregradas ambições de alcançarem o poder. Temos para nós que todo o excesso é mau, d'onde vem mantermo-nos firmemente no nosso credito politico de mediania, não inerte e estacionaria, mas de ordem, de governo e de gradual progresso, systema que temos por salutar e altamente útil para a nossa patria.

Todavia para bem se julgar a causa, que tanto se tem agi-

tado entre o partido das velhas monarchias e o das doutrinas liberaes, foyoso nos em desfazermo-nos da irresistivel tendencia, que todos nós temos para julgar as cousas, não tanto pelo que ellas são em si mesmo, quanto pelos acontecimentos que d'ellas dimanam. Verdade é que o modo de decidir a maior parte das questões é de alguma sorte justificado pelos desvarios a que quasi sempre nos conduzem theorias abstractas, obras de idealismo de quem as concebe, obras que em geral são uma especie de romance no seu genero. A notavel revolução franceza de 1789, e todas as mais que d'ella tem provindo nos diferentes estados da Europa, incluindo as do nosso proprio paiz, foi preparada por um montão de escriptos philosophicos, que levando após de si os francezes, o mesmo effeito produziram tambem nos litteratos portuguezes, ainda os da maior reputação entre nós, e juntamente com elles todas as intelligencias noveis, que na universidade de Coimbra, e nas aulas maiores do reino frequentavam os estudos superiores. Tanto a imaginação d'aquelles litteratos, como a d'estes mancebos, deram em resultado serem levados a ajuizarem do bem e do mal dos anteriores governos somente pelo raciocinio, proscrévendo systematicamente tudo quanto n'elles havia de bom e de mau, fundados apenas na auctoridade de escriptores, aliás respeitaveis, mas inexperientes das cousas politicas na maior parte dos casos. Todavia o raciocinio feito em abstracto sobre as cousas do mundo, e sobretudo nas sociaes, por si só não basta para julgar e decidir da sua bondade, attentos os desvarios a que muitas vezes somos arrastados por elle. Ajuizar portanto em abstracto da natureza das cousas politicas, como elles praticaram, e nós igualmente fizemos na nossa juventude, sem attender ás paixões do coração humano, que em todos os governos sobremaneira dominam os homens, e que como inherentes ao seu coração os levam a praticar cousas que não devem, é por certo um d'esses desvarios, pois que a natureza tem as suas leis meraes, tanto como têm as physicas, e tão difficil e estudar é conhecer bem umas, como estudar e conhecer bem as outras.

O certo é que arrastados por este modo de ver as cousas em abstracto, seduzidos pela imaginaria idéa de uma felicidade mal conhecida para nós nas antigas republicas da Grecia e Roma, sem attender aos seus defeitos, nem conhecer bem a marcha que n'ellas teve o espirito humano, sonharam e sonham ainda hoje mesmo muitos homens notaveis pela sua illustração e merito, que estabelecido um governo de liberdade sem rei, não obstante ser tão sujeito a facções, como é, se fará apparecer nos tempos de hoje a respeitabilidade dos antigos areopagos da Grecia, e a do tão afamado senado romano, e portanto que todo o cidadão, membro do parlamento, se mostrará dominado pelo mais acrisolado patriotismo, dando logar ao apparecimento de novos Aristides, Phocions, Cincinatus, Atilius, Catões e outros historicos nomes, que foram de immortal gloria para aquellas republicas. Mas ah! liberdade! liberdade! Quantas chimeras, a par de muitos crimes e paixões ignobeis não occultas tu á sombra do teu nome, cousas aliás incompativeis com a existencia dos bons governos parlamentares, em que essas paixões desgraçadamente tanto sobremaneira imperam! Todos sabem que se a antiga monarchia portugueza nos apresenta o triste espectáculo de ver um Duarte Pacheco morto miseravelmente n'um hospital, tambem a republica romana nos apresenta igualmente o triste espectáculo de ver um Sicinius Dentatus, coberto de horrorosas feridas, por ter combatido com o mais denodado valor em cento e vinte combates e batalhas, e por tal motivo coberto de corôas civicas, muraes e de oiro, vivendo na propria Roma desprezado de todos, e arrastando uma vida miseravel, sendo no fim de tudo mandado assassinar pelo decenviro Apio Claudio n'um tumulto popular! Socrates tambem pela sua parte foi na republica de Athenas condemnado a beber a morte por meio da sicuta, sendo aliás o mais virtuoso cidadão do seu tempo n'aquella mesma republica. Não ha pois systema algum de governo que não tenha as suas misérias, e as do governo liberal não são as de menor monta, onde tudo, ou quasi todos os seus tão seductores dogmas se falseam e se pervertem na pratica. É portanto um facto que

muitos dos que aspiram aos governos da mais lata democracia, não se lembram, ou de proposito se esquecem, que as proprias leis das *doze taboas*, apesar de escolhidas com o maior esmero entre os povos mais cultos da antiguidade, não se poderam aclimar em Roma, tornando-se para ella inexecutíveis, como não podia deixar de ser, pela impossibilidade de que as leis feitas para os costumes e usos de uma nação possam ser com vantagem cegamente applicaveis a outra.

Escusámos porém de recorrer aos antigos tempos de Grecia e Roma, para mostrarmos as misérias dos governos liberaes. Mesmo depois da restauração do governo legitimo entre nós em 1834, quantas manifestas injustiças e escandalosos abusos se não têm entre nós visto praticar pelos homens que têm subido ao poder? Não se tem lido nos jornaes semelhantes factos? Tantas e tão graves d'estas cousas têm succedido, que muitos dos proprios, que tantos sacrificios fizeram para alcançar um governo liberal, votando-lhe com a sua vida a sua propria fortuna e o bem estar d'elles e da sua mesma familia, têm abertamente confessado nada mais terem feito do que trocar o despotismo do rei e o dos seus conselheiros e validos pelo dos individuos, que vieram á luz do mundo em situação muito diversa da dos antigos aulicos e cortezãos¹, indivi-

¹ O orgulho de ser nobre muitos o têm por desarrasado, até mesmo quando conta uma longa serie de avós preclaros e de relevantes serviços por elles feitos á patria, tornando-se semelhante orgulho altamente escandaloso, se porventura se dá tambem com elle a falta de merito pessoal e outras ruins qualidades nos que se têm por nobres, pois que se é certo que as virtudes dos avós illustres abrilhantam consideravelmente os seus netos, tambem se não póde negar que lhes tornam mais odiosos os seus vicios, pelo grande contraste da sua conducta com a dos seus ditos avós. Mas quando o orgulho, a insolencia, a má criação, e ás vezes mesmo o despotismo se encontram notaveis nos que nasceram na mediania, ou ainda mais abaixo do que isto, ao verem-se constituidos em auctoridade, não se póde negar ser o seu procedimento ainda mais escandaloso que o dos enfronhados em fidalguia, particularmente se o plebeu engrandecido alcançou o poder e o mando pela protecção de facções e corrilhos partidarios, circumstancias em que não póde deixar de se lhe notar a baixa e humilde origem d'onde viera, unica desforra que por si tem o offendido, lembrando-lhes aquillo de que se envergonham.

duos que depois de adultos, e com o apoio dos corrilhos e clubs facciosos, sobem de salto, ou a uma cadeira nas côrtes, ou no poder e no mando a uma pasta de ministro de estado, ou tambem a um alto logar de primeiros chefes de importantes repartições publicas, preterindo com a mais flagrante offensa da justiça, das leis e da diuturnidade do serviço do estado, empregados de grande antiguidade, honradez e reconhecido merito n'essas mesmas repartições, onde os novamente a ella admittidos vão algumas vezes victimar ás suas ignobeis paixões partidarias, e não poucas tambem ás suas malquerenças e odios pessoaes, pretendentes de merito e bons serviços, em vez de lhes fazerem justiça, não se pejan-do de por este modo os condemnarem ao mais iniquo e imerecido ostracismo, falseando assim o principio liberal, de que para os empregos só devem ser admittidos pretendentes com as devidas habilitações e merito.

Não são asserções gratuitas as que a tal respeito aqui fazemos. Para confirmar os nossos assertos ir-nos-liemos soc-correr agora de um jornal contemporaneo, o *Commercio de Lisboa*, que em tempo pintou bem o que estas cousas são, e têm sido entre nós no governo liberal. Com a mais rigorosa verdade nos disse elle: «A veleidade de ganhar de um pulo nas evoluções extravagantes da nossa politica a cadeira de ministro; a preocupação de conquistar um emprego publico na loteria dos empenhos e das relações do *boudoir*, em que

os cidadãos perante a lei, quer no sentido de premios, ou de castigos. Mas o contrario d'isto é o que de facto se tem visto prevalecer entre nós, dando-se a mais escandalosa preferencia ás protecções clubísticas dos corrilhos e partidos, com a mais flagrante injustiça e manifesta offensa da moral, tornando-se por conseguinte n'uma pura utopia essa promettida igualdade, que era o mais salutar principio do tão apregoado systema liberal e das seductoras doutrinas politicas do presente seculo, tão falseadas como se têm visto na pratica. A natural consequencia d'isto é portanto a corrupção publica que se observa, e a formal descrença em semelhantes doutrinas, não se podendo negar que de tal governo difficilmente poderá alguém alcançar emprego algum, ou mercê, a não ter por si o favoritismo politico-clubistico, por maior que seja o seu merito e o orne o mais reconhecido talento.

Seja porém como for, certo é que as aspirações de muitos liberaes em favor de um governo parlamentar, com ordem e sem facções, não obstante as contrariedades que elles contra si tiveram, se realisaram definitivamente no anno de 1834, saindo plenamente triumphantes da luta travada com os realistas desde 1826 até ao dito anno de 1834, o que todavia não destrue o facto de que, em vez de ter augmentado o seu enthusiasmo pelo systema liberal, tem pelo contrario diminuido, entibiendo-se-lhes a crença, quanto á sua proficuidade real para o paiz. Não nos admira semelhante transformação de idéas, pois que na natureza tudo se muda com o tempo, como pelas observações recentes se vê até mesmo nos rios, nos continentes e nas serras. Não pôde pois ser estranho aos politicos que na ordem moral mudem tambem nos homens as opiniões e as crenças, mudando n'elles igualmente os habitos, os costumes, os desejos, as inclinações e vontades. O certo é que nos proprios annaes do mundo o mesmo facto, o mesmo homem e até o mesmo systema são sempre com o andar do tempo avaliados conforme as circumstancias que os acompanham, tendo-se, segundo ellas, olhado taes cousas por vicio, ou por virtude na opinião dos julgadores.

Mesmo quanto aos individuos, a historia prova tambem ter-se observado isto, pois que muitas acções na vida do homem são boas ou más, indecorosas ou virtuosas, segundo as relações e os tempos em que são praticadas. E com effeito casos tem havido em que o mesmo soberano ora se tem por Claudio, ora por Marco Aurelio. Catilina, não passando no seu tempo senão por um conspirador dissoluto, talvez viesse a ser um dos mais illustres cidadãos de Roma, se tivesse podido ser, como Julio Cesar, o fundador do imperio romano. Cromwel foi de facto reconhecido até á sua morte como um legitimo soberano da Inglaterra, e todos os monarchas da Europa o acataram como tal emquanto vivo, e lhe solicitaram a sua protecção; mas depois de morto foi, por assim dizer, levado ao patibulo e ali espesinhado o seu cadaver; e se seu filho tivesse a sua ambição e talentos, a mesma Inglaterra talvez tivesse n'elle tido uma nova dynastia. Pelopidas, Timoleão, André Doria e Guilherme Tell, foram proclamados libertadores da patria; mas talvez não passassem de puros facciosos, como succedeu aos Grachos, se nos seus arrojados politicos tivessem sido mallogrados os seus intentos. O duque de Wellington, considerado justamente pelo seu paiz como um dos seus maiores heroes, ao terminar a guerra da península, foi o mesmo que no anno de 1834 passou pelo desgosto de se ver apedrejado na sua carruagem, e a sua estatua enlameada do alto a baixo pelos habitantes de Londres, irados pelo considerarem como anti-liberal, e inimigo votado da reforma parlamentar, ou da maior latitude da votação, para se poder ser membro da casa dos communs. Emquanto o proprio Napoleão I teve por si a victoria, todos os grandes da Europa se lhe curvaram diante, havendo até algum dos soberanos das mais poderosas nações d'esta parte do mundo, que se teve por honrado em o aliar á sua propria familia; mas desde que, vencido pelas armas, o viram curvado ao peso da sua desgraça, e portanto caído do alto poder a que subira, todas essas personagens, que d'antes o acatavam, o passaram a ter como um simples aventureiro. Reposta outra vez no throno da França a dynastia da sua familia, na pessoa de seu sobrinho

Napoleão III em 1848, desde então mudaram novamente as opiniões a seu respeito, e este seu sobrinho, que no tempo de Luiz Filipe era tido por um maniaco e visionario politico, tornou-se posteriormente homem de abalisados talentos, condescendendo quasi em tudo com a sua politica o proprio gabinete de S. James, que n'outro tempo tão encarniçado inimigo fôra de seu tio. Derribado como o dito Napoleão III igualmente foi do throno da França, a sua reputação eclipsou-se outra vez na opinião dos homens, e sobretudo na dos francezes, que depois d'este facto se constituíram em republica, sendo elle expulso do throno.

Mesmo entre nós notaveis mudanças de opinião se têm visto em assumptos politicos. Os envolvidos na chamada conspiração de Gomes Freire de Andrade, sendo reputados como criminosos de lesa-magestade, foram condemnados a uma morte infamante em 1817, e como taes suppliciados na forca, queimados os seus cadaveres, e lançadas as suas cinzas ao mar. Mas tendo as cousas mudado de face em 1821, as relações d'elles para com o governo existente n'este anno mudaram tambem por tal modo, que foram declarados innocentes por uma sentença revisoria, e hoje se têm na conta de verdadeiros martyres da patria. Tempo houve em que os irmãos, José Bernardo da Silva Cabral e Antonio Bernardo da Costa Cabral, tiveram contra si, da parte dos seus inimigos de outr'ora, as mais violentas diatribes e opprobriosos enxovalhos de honra, quer de palavra nas côrtes, quer de penna na imprensa jornalistica, chegando a guerra que os seus inimigos politicos lhes fizeram ao ponto de arrastarem pelas suas artes a grande maioria da nação a levantar-se em peso contra elles furiosa em 1846, ao som de um estrondoso grito de guerra, agudo e penetrante, que se ouviu por toda a parte do reino, de *morram os Cabraes*, sendo este mesmo grito o que os obrigou a fugir precipitadamente do paiz; e todavia alguns annos depois viu-se, por singular contraste, que aquelles que mais lhes diffamaram e denegriam o nome, lhes enxovalharam a honra, e condemnaram de torpe e obnoxia a sua gerencia ministerial, foram os proprios que, be-

bendo agua do Lethes, para lhes esquecer as infamias de que n'outr'ora os cobriam, sem pejo algum, nem remorso de consciencia, os deram por benemeritos da patria, decretando-lhes como apothecose o titulo de conde de Cabral a José Bernardo, como para com elle praticou o ministro Joaquim Antonio de Aguiar, d'antes seu figadal inimigo, e o de marquez de Thomar a Antonio Bernardo da Costa Cabral, com que o honrou, quando ministro do reino, Antonio Rodrigues Sampaio, que contra elle tinha desaforadamente escripto na *Revolução de Setembro* cousas de abysmar o céu e a terra em abjecção e torpeza; o que manifestamente prova que, ou os agraciantes foram calumniadores no primeiro caso, ou no segundo faltaram flagrantemente á verdade nos seus elogios para com os agraciados. Em qual dos dois casos merecerão elles credito? Talvez que em nenhum d'elles¹. Ainda mais. Um muito notavel estadista e chefe de partido houve igualmente, que no dia 29 de maio de 1859 foi cantar nos salões

¹ Para provar o desassombro com que o antigo redactor da *Revolução de Setembro*, o sr. Antonio Rodrigues Sampaio, condemnava com a sua insultuosa penna todos os que não eram do seu partido, iremos trancrever o que a respeito d'elle publicou o *Jornal do Commercio*, n.º 4:777, de 2 de setembro de 1859, dizendo: «A *Revolução de Setembro*, que tem excitado os odios populares contra tudo e contra todos, conforme o que tem julgado util ás suas paixões partidarias; que aos seus adversarios politicos não tem poupado as mais infamantes imputações; que tem feito da insinuação perfida uma arma da imprensa; que tem elevado a calumnia a meio pratico; e que finalmente, tendo dado o ~~oculo~~ da paz n'aquelles mesmos de quem disse que um homem de bem se envergonharia de lhes apertar a mão; a *Revolução de Setembro*, cujo passado tem duas epochas, uma de jornalista serio e patriota, e outra de saltimbanco e faccioso, tem o arrojo de nos dizer que prostituimos a nossa penna, porque lembrámos a um conselheiro da corôa uma obrigação de honra por elle contrahida perante o paiz em pleno parlamento».

Este redactor é o mesmo que antes de subir ao poder victimava cruamente aos seus odios partidarios ministros e não ministros, não filiaes nos seus corrilhos facciosos, publicando contra elles, e até mesmo contra a propria rainha D. Maria II, as mais graves injurias, sem temor de Deus, nem dos homens. E todavia depois que subiu ao poder,

do conde de Thomar, como tributo de homenagem, já como seu amigo, na noite d'este dia, por ocasião da sua partida para o Rio de Janeiro, ao ir despachado para esta côrte como embaixador, sendo tambem elle o proprio que em 1849 disse do mesmo conde na camara electiva, não querer manchar a sua bôca, narrando-lhe as torpezas da sua administração, facto com que depois reuniu igualmente ser um dos ministros que lhe deu o seu voto, não só para se lhe confiar similhante embaixada, mas tambem para mais tarde ser agraciado com o citado titulo de marquez! Parece-nos ser sempre licito, sem quebra da honestidade, a reconciliação com um inimigo, quando d'elle se não recebem gravissimas offensas em pontos de honra e pundores de homens de bem, o que já não é possivel ter lugar em casos d'esta natureza, a não se dar o facto de uma plena e publica retractação, feita pela mesma fôrma por que se fez a offensa. Á vista pois d'estes factos dos mais oppostos sentimentos, podemos bem con-

como ministro do reino, o *Diario Popular* o tem fortemente accusado em varios dos seus numeros do extravio de uma consideravel somma de mais de trinta contos de réis, saída do seu ministerio para o da guerra, onde não deu entrada. Repetida como esta accusação lhe foi por muitas vezes no referido jornal, nunca elle d'ella se defendeu em publico, sendo aliás este facto formulado com um character de verdade, como elle nunca formulou os que falsa e caluniosamente attribuiu a certos individuos, entrando tambem no numero dos offendidos o auctor d'este escripto. Transformado hoje o citado redactor de austero Catão em adulator abjecto d'aquelles mesmos a quem infamou, chegando até a honral-os com os mais subidos titulos honorificos, no meio das mais lisongeiras expressões, esse homem, que presentemente se acha indefeso, vergando debaixo de uma tão grave accusação, como a que acima citamos, é tambem o que depois de subir ao poder tem levantado a sua voz contra o actual desregramento da imprensa, fazendo isto na mesma *Revolução*, onde elle n'outro tempo levou esse desregramento a um grau tal, que poucos poderão igualar, não fallando no famoso *Espectro*, que será para sempre memorado como uma não interrompida serie de infamias contra a propria rainha D. Maria II e os seus ministros, não respeitando a vida íntima da referida soberana, por elle mesmo elogiada como virtuosa senhora, depois da sua morte! E poderá ser virtuoso e illibado contemporaneo quem assim se conduzia? O leitor que o diga.

cluir que a moral e o cavalheirismo do nosso tempo não são hoje os do maior primor, nem os mais dignos de se offerecerem por modelo aos vindouros, apesar de praticados por alguns dos mais notaveis membros do partido liberal.

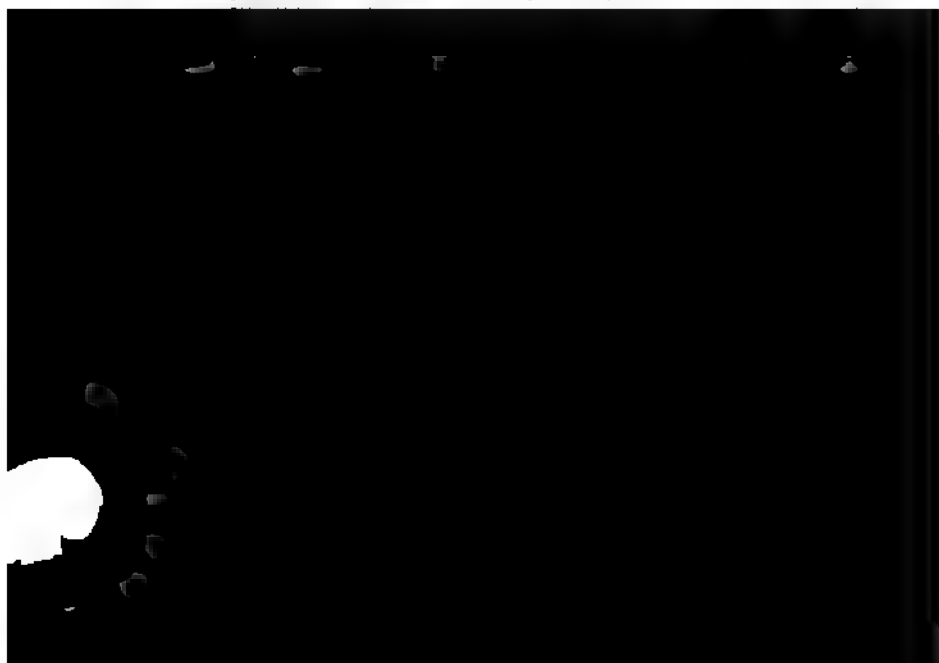
O que d'aqui tambem se pôde colligir é que muitas das opposições ao poder nada mais são do que o desapontamento dos desejos, mais ou menos ardentes, dos que a elle aspiram, e que apenas satisfeita a sua ambição, pela sua ascensão ao mesmo poder, que aliás lhes dá a força e a influencia nos destinos do paiz, os homens transformam-se em outros moralmente fallando. A aquisição portanto da força e a do mando é o que muitos buscam alcançar, por serem ambas estas cousas a melhor e a mais segura de todas as rasões para tudo quanto se quer fazer. E com effeito emquanto os nossos antigos monarchas a tiveram pela sua parte, elles e todos os que lhes eram dedicados viram-se sempre com acatamento e cordeal submissão obedecidos e respeitados, não podendo deixar de ter rasão no que faziam e ordenavam; mas desde que essa força lhes faltou, para sustentarem inquebrantaveis os seus mandados, prerogativas e direitos, deixaram de ter rasão. D. Miguel emquanto teve por sua a força para despoticamente se manter no throno de Portugal, que usurpára a sua sobrinha D. Maria II, a grande maioria dos portuguezes achava que elle tinha a rasão por si, e ella não, parecendo acharem-lh'a igualmente os gabinetes das grandes potencias da Europa; mas desde que as cousas mudaram de face, mudou tambem no povo portuguez e na politica dos referidos gabinetes o modo de as ver, e a rasão passou portanto para as victoriosas bandeiras d'aquella soberana, tendo-se como usurpadora a causa de D. Miguel, seu tio, como não podia deixar de ser, pois desde que o poder despotico perde a força, cõe miseravelmente, destruido até por aquelles que mais de perto vexou e opprimiu. O mundo foi sempre assim, e cremos que assim será sempre até á consummação dos seculos. Emquanto fores feliz, diz o poeta Horacio, não te faltarão amigos, caíndo porém em desgraça isolado te acharás.

Uma outra conclusão proveitosa se tira ainda do que temos dito, sendo isto cousa que jamais deverá esquecer nos tempos de hoje aos estadistas e homens da governança, e vem a ser, que actualmente não se olham como immutaveis, nem se conhecem já dynastias obrigatorias por legitimidade de direitos, como n'outro tempo, nem tão pouco se discutem esses inquebrantaveis direitos de herança aos thronos, nem privilegios de aristocracia. O que portanto hoje se vê é não tomar o povo parte activa nas contendidas dynasticas e dos que governam, quando isto lhe não toca seriamente de perto com os seus interesses. Assim nol-o diz o assombroso levantamento popular que entre nós se viu em 1846. O povo parece-lhe hoje que só tem direito de o governar quem o governa bem, e que perde esse direito quem o governa mal; actualmente para elle é legitimo soberano, ou legitimado, quem o faz feliz, tendo por intruso quem o desgraça e o arruina. Aos actuaes soberanos compete-lhes muito ter isto sempre em vista, a quererem-se conservar nos thronos com o applauso geral dos seus subditos, ou a sérem por elles bemquistos e estimados. Os romanos esqueceram-se de prompto das grandes tyrannias de Augusto, quando triumpho, porque elle, sendo imperador, cuidou logo de emendar por um governo paternal os horrores que obrára nos seus primeiros annos, quando teve collegas no poder. Os inglezes ainda hoje acatam respeitosos a memoria de Guilherme, o *Conquistador*, porque, apesar de usurpador do throno dos saxões, fez d'elles uma grande nação, talvez hoje a primeira do mundo. Entre nós, os portuguezes, vê-se tambem que D. João I, ainda que bastardo, e destituido do direito de herança ao throno de seu pae, foi e tem sido desde o seu tempo até hoje olhado como um dos melhores e mais legitimos reis de Portugal, por supprir pelo seu bom governo o que lhe faltava quanto á legitimidade, do que resultou dizer d'elle o nosso illustre e immortal epico:

Joanne sempre illustre e levantado
 Por rei, como D. Pedro unico herdeiro,
 (Ainda que bastardo), verdadeiro.

Mesmo no nosso tempo vimos nós, quanto á rainha D. Maria II, ser acclamada soberana de Portugal com applauso geral de toda a nação, tendo-a todos os seus subditos como uma legitima rainha; mas doze annos depois de 1834, em que isto teve logar, não só a vimos alvo das maiores diatribes da imprensa periodica, mas até mesmo consideravelmente mal vista pela maioria da nação, tomando todas as classes do paiz armas contra ella, pela verem decidida com a maior teimosia em conservar a todo o transe no seu conselho, como ministro omnipotente, o já citado conde de Thomar, homem tido por então como altamente obnoxio ao paiz na sua gorença ministerial, e accusado como geralmente foi de governar facciosamente. E de certo seria, a nosso ver, a referida soberana privada do throno que occupava, a não vir por mar em seu auxilio uma força naval ingleza, apoiada igualmente por terra por um exercito hespanhol, para n'elle a manterem, como conseguiram.

Colhe-se pois do que temos dito, que se os ministros, chamados constitucionaes, seguirem aquelle mesmo systema de governo, e n'elle persistirem teimosa e systematicamente, não se podem admirar que se conspire tambem contra elles e contra o throno, e até mesmo contra o proprio systema liberal existente, e que assim o façam aquelles mesmos que por elle expozeram a sua vida, systema que elles aliás tinham por muito differente do que na pratica d'elle se tem visto.



radores, os quaes tiveram ainda assim a esperteza de lhes conservarem os seus antigos usos e costumes. Sem recorrer á historia dos paizes estranhos, quer antiga, quer moderna, lembrámos sòmente que o grito de liberdade, que no Porto rebentou em 24 de agosto de 1820, foi logo com geral applauso ouvido e abraçado por todo o reino, e não obstante isto em menos de tres annos esse mesmo grito foi altamente stigmatizado, sendo em 1823 substituido pelo poder absoluto do rei, com não menos applauso.

Não é portanto um disparate o receio de uma mudança d'estas, ou mesmo de outra mais avançada no sentido liberal entre nós, sobretudo se nos lembrámos de que já não são pouco notaveis as differenças, que se observam entre os tempos de hoje e os de 1834. Então toda a nação portugueza, ou mais propriamente fallando todo o partido liberal, se via com o maior enthusiasmo correr a tomar parte mais ou menos directa nas discussões politicas, que se agitavam dentro e fóra das côrtes; tudo por então era vida, animação e interesse pelo bem da patria, em todas as classes sociaes. Era raro o dia em que as galerias das côrtes se não viam apinhadas e cheias de curiosos espectadores, levados ali para ouvirem e verem o que se decidia e votava. Hoje o contrario d'isto é o que geralmente se observa, por ser rarissimo aquelle em que ellas se apresentam cheias d'elles em casos ordinarios, como n'outr'ora se viam. O que d'isto nos parece dever inferir é que nos primeiros vinte annos depois de 1834 havia uma fé e esperanza firmes nas doutrinas liberaes; havia n'ellas vivas e profundas crenças, ao passo que hoje só se manifesta para com ellas um bem pronunciado septicismo. Entre os pares do reino avultam hoje muitos nomes, que estão por si bem longe de merecer a respeitabilidade publica, ao contrario do que se viu nos primeiros annos depois de 1834; outros havendo entre os deputados que, gosando a reputação de talento, são aliás tidos como arrastados ao que dizem e ao que votam, não inspirados pela verdade e amor da patria, mas só pelo seu espirito faccioso, julgando-se ser isto o que os guia nos deba-

tes da sua respectiva camara, debates em que tudo se sophisma e tudo se afere na pedra do toque partidario, poucos discursos havendo, que não tenham por si uma historia secreta, mais ou menos desairosa para os oradores que os pronunciam.

Raro é o deputado que se não constitue junto dos ministros procurador dos seus proprios interesses, ou dos dos seus parentes e amigos, outros havendo de caracter pouco firme nas suas crenças politicas, e como taes tidos por homens muito abaixo do logar para que foram eleitos, d'onde resulta avaliar o publico pela bitola dos maus os bons, que podem haver nas côrtes, tendo-as por conseguinte muito fóra d'aquillo que d'ellas se esperava, servindo-lhe de mais a mais para base d'estes seus juizos o verem que muitos dos deputados frequentam com melhor vontade e mais regularmente as secretarias d'estado, para fallarem aos ministros e d'elles alcançarem o deferimento das suas pretensões, do que acudir á hora marcada ao pontual desempenho das suas obrigações parlamentares. Não cremos que a mudança das actuaes instituições politicas do paiz para outras mais democraticas traga consigo mais fortuna e bom governo para elle do que as vigentes, já porque n'alguns dos propugnadores e appetitosos d'essa mudança sobresáe bem palpavelmente o desapontamento das suas aspirações ao poder, e já porque temos a crença, como já dissemos, de que não são as mais

vozes da razão e da justiça. Confessâmos pois que não havendo entre nós para se pôrem á testa de um governo mais democratico de que o actual senão os homens que temos visto no poder, ou outros iguaes a elles, quando não sejam peores (visto que homens de bons costumes, de integridade e justiça não são os que convem aos partidos, que são os que fazem e destroem ministerios), podemos ter por bem certo que a marcha governativa não mudará de systema, ainda mesmo no caso de se installar a preconisada republica, particularmente se á testa d'ella virmos, como seus directores e protagonistas, alguns dos individuos que a voz publica apregoa como taes, e que aliás se têm por falhos de uma moral tão severa, como convem a similhante systema de governo.

Pela nossa parte a crença que temos é a de que similhante republica, com taes chefes para directores, só pôde ter por modelo a de Mario e Sylla em Roma, com um desenlace igual á de Cesar e Pompeu, ou a da convenção nacional da França, terminando tambem com a de Napoleão I, pois que sendo a moral e os costumes de hoje entre nós tão avessos a similhante fôrma de governo, parece-nos inevitavel trazer consigo similhantes resultados. Pôde bem ser que nos enganemos, mas acompanha-nos a crença de que quanto mais accessivel é o poder aos estranhos á marcha dos negocios publicos, com muitas duvidas em pontos de sciencia, de moral e de justiça, o resultado não pôde deixar de ser de funestas consequencias, e portanto de se ver por muitas vezes desprezar quem o não merece, e galardoar os immoraes e perversos, correndo assim mais riscos a virtude e o merito do que esperanças de consideração e honras em governos com taes chefes. Quando a convenção nacional recusou ao seu presidente as distincções do poder, que o deputado Manuel lhe votára, nada mais fez com isto do que anarchisar o mesmo poder, e pôl-o á mercê dos aventureiros, até que posteriormente se centralizou de novo na criação do imperio. Meditem bem o que fazem os que andam n'estes trabalhos. Deus queira pois que os que tanto se afadigam, como sectarios

dos Grachos, para realizar entre nós o goso da mais amp liberdade, não acarretem sobre a sua patria os horrores excessos da mais dura tyrannia, como succedeu no caso e republica romana, e vimos nos nossos dias por mais de um vez succeder igualmente na França.

O certo é que as cousas politicas têm marchado por t fórma entre nós, que alguein tem havido que julga ser Portugal o paiz que na Europa tem, proporcionalmente fallado, mais juizes e menos justiça¹; mais officiaes militare

¹ Com relação ao que tem sido a justiça entre nós, lê-se o seguinte no *Commercio de Portugal* n.º 257 de 2 de maio de 1880 «Quando levantamos na imprensa a questão da justiça de Lisboa, viemos profundamente convencidos de que era preciso oppôr a desgraçada immoralidade dos tribunaes mais do que a propaganda vigorosa, a exigencia categorica de uma reforma immediata. A justiça de Lisboa havia praticado todos os abusos e todas as illegalidades, identificara-se com os mais vergonhosos attentados, absolvendo os mais impudentes criminosos, fizera do seu mandado officio rendoso, onde se especulava ignotamente com a lei em nome dos principios mais justos e santos de um sociedade culta. Abrimos uma propaganda vigorosa, apontamos ser na e implacavelmente aos poderes superiores as indignidades e os crimes da justiça. Fizemos-o com a consciencia de quem pratica uma accção meritoria, fizemos-o convencidos de que era justa e sobre a causa, porque era a dos opprimidos contra os oppressores».

À vista pois d'isto podemos affoutos dizer que a moral e a justiça parecem ter d'entre nós fugido espavoridas. Sentenças proferidas em processos de manifestos crimes de roubos, feitos em avultadas sommas entabuladas nos decretos, com a mais completa ignorancia da causa e

desde o generalato até ao mais moderno alferes, e menos exercito; mais officiaes de marinha e menos força naval; mais homens com presumpção de saber, e menos sabios; e finalmente mais politicos e estadistas, e menos homens de governo, tomados estes dois termos na sua devida accepção. Não defenderemos pela nossa parte se isto é ou não verdade; mas o que temos por certo é que todos os partidos po-

ran por cobro a sinilhantes sentenças, capitulando-as de iniquas, os honrados magistrados que a tribunaes taes presidiam: *o juri não se deu por envergonhado*, renovando outra vez a sentença dada! Um paiz em que homens já de certa illustração e jerarchia de fortuna por modo tal se conduzem, assumindo as funções de juizes, não pôde deixar de ter sobre si imminente o mais desgraçado futuro, como se nos antolha. Prophetisar-lhe a especie, não nos é dado fazê-lo;

Mas pôde suspeitar-se facilmente,
Que o coração presago nunca mente.

Não pôde pois estranhar-se que o imperador dos francezes, Napoleão III, vendo já no seu tempo o que com relação aos tribunaes de justiça succedia em Portugal, se não conformasse em que o apresamento da barca Carlos e George lhes fosse submettida ao seu julgamento. Fôra a referida barca apresada em 1857 na bahia de Conducia; provincia de Moçambique, vindo de lá para Lisboa no seguinte anno de 1858, devendo ser cá novamente julgada. depois de o ter sido na referida provincia. Napoleão não conceiu n'isto, e tendo mandado ao Tejo uma esquadilha franceza, commissionada a reclamar pela força das armas a entrega da referida barca, o governo portuguez viu-se por esta causa obrigado a entregar-lh'a definitivamente, como praticou. O certo é que desde aquelle tempo o desconceito dos tribunaes portuguezes tem subido de ponto, sobretudo quando os jurados d'elles fazem parte, á vista dos factos acima mencionados, manifesta prova da espantosa depravação social que estamos vendo. E não obstante os grandes elementos da immoralidade e injustiça que entre nós lavram. varios contemporaneos se jactam de aspirações ao estabelecimento de um governo republicano em Portugal! Republica com taes elementos!... *Risum teneatis, amici?* Da sorte em que o paiz se acha, e do modo por que as virtudes n'elle se prezam, considerámos um tal governo como uma verdadeira calamidade para a nação, e no meio d'esta nossa mais firme crença, ousámos do fundo da alma bradar ao céu: *Ó Dii immortales, Italia avertite pratem*, applicavel como nos parece ser n'este caso, o prologoio, *le mal va de pis en pis*.

dos Grachos, para realizar entre nós o goso da mais amp liberdade, não acarroteem sobre a sua patria os horros excessos da mais dura tyrannia, como succedeu no caso c republica romana, e vimos nos nossos dias por mais de um vez succeder igualmente na França.

O certo é que as cousas politicas têm marchado por t forma entre nós, que algæm tem havido que julga ser Portugal o paiz que na Europa tem, proporcionalmente fallado, mais juizes e menos justiça¹; mais officiaes militare:

¹ Com relação ao que tem sido a justiça entre nós, lê-se o seguinte no *Commeçcio de Portugal* n.º 257 de 2 de maio de 1880: «Quando levantámos na imprensa a questão da justiça de Lisboa, viámos profundamente convencidos de que era preciso oppôr á desgraçada immoralidade dos tribunaes mais do que a propaganda vigorosa, a exigência categorica de uma reforma immediata. A justiça de Lisboa havia praticado todos os abusos e todas as illegalidades, identificara-se com e mais vergonhosos attentados, absolvendo os mais impudentes criminosos, fizera do seu mandado officio vendoso, onde se especulava ignominiosamente com a lei em nome dos principios mais justos e santos de uma sociedade culta. Abrimos uma propaganda vigorosa, apontámos serena e implacavelmente aos poderes superiores as indignidades e os crimes da justiça. Fizemol-o com a consciencia de quem pratica uma acção meritoria, fizemol-o convencidos de que era justa e nobre a causa, por que era a dos opprimidos contra os oppressores».

À vista pois d'isto podemos affoutos dizer que a moral e a justiça parecem ter d'entre nós fugido espavoridas. Sentenças proferidas em processos de manifestos crimes de roubos, feitos em avultadas sommas

desde o generalato até ao mais moderno alferes, e menos exercito; mais officiaes de marinha e menos força naval; mais homens com presumpção de saber, e menos sabios; e finalmente mais politicos e estadistas, e menos homens de governo, tomados estes dois termos na sua devida accepção. Não defenderemos pela nossa parte se isto é ou não verdade; mas o que temos por certo é que todos os partidos po-

ram pôr cobro a semelhantes sentenças, capitulando-as de iniquas, os honrados magistrados que a tribunaes taes presidiam: o juri não se deu por entergonhado, renovando outra vez a sentença dada! Um paiz em que homens já de certa illustração e jerarchia de fortuna por modo tal se conduzem, assumindo as funções de juizes, não pôde deixar de ter sobre si imminente o mais desgraçado futuro, como se nos antolha. Prophetisar-lhe a especie, não nos é dado fazê-lo;

Mas pôde suspeitar-se facilmente,
Que o coração presago nunca mente.

Não pôde pois estranhar-se que o imperador dos francezes, Napoleão III, vendo já no seu tempo o que com relação aos tribunaes de justiça succedia em Portugal, se não conformasse em que o apresamento da barca *Carlos e George* lhes fosse submettida ao seu julgamento. Fôra a referida barca apresada em 1857 na bahia de Conducia; provincia de Moçambique, vindo de lá para Lisboa no seguinte anno de 1858, devendo ser cá novamente julgada, depois de o ter sido na referida provincia. Napoleão não conveiu n'isto, e tendo mandado ao Tejo uma esquadilha franceza, commissionada a reclamar pela força das armas a entrega da referida barca, o governo portuguez viu-se por esta causa obrigado a entregar-lh'a definitivamente, como praticou. O certo é que desde aquelle tempo o desconceito dos tribunaes portuguezes tem subido de ponto, sobretudo quando os jurados d'elles fazem parte, á vista dos factos acima mencionados, manifesta prova da espantosa depravação social que estamos vendo. E não obstante os grandes elementos da immoralidade e injustiça que entre nós lavram, varios contemporaneos se jactam de aspirações ao estabelecimento de um governo republicano em Portugal! Republica com taes elementos!... *Risum teneatis, amici?* Da sorte em que o paiz se acha, e do modo por que as virtudes n'elle se prezam, considerámos um tal governo como uma verdadeira calamidade para a nação, e no meio d'esta nossa mais firme crença, ousámos do fundo da alma bradar ao céu: *Ó Dii immortales, Italia avertite prestem*, applicavel como nos parece ser n'este caso, o prologoio, *le monde va de pis en pis*.

líticos, salvas as devidas excepções do talento, honradez e patriotismo (trindade sublime de rarissima e apreciavel coexistencia, á qual aliás tributámos o nosso maior respeito e consideração), têm concorrido entre nós para o deploravel estado das nossas cousas politicas, estado que oxalá permita o céu que se não torne ainda peor, como a certos respeitos talvez succeda, a marcharem as cousas pela fórma que temos visto, e sobretudo em rasão de algumas medidas da mais alta transcendencia, que se têm adoptado, e outras que do mesmo teor se projectaram adoptar, e que temos por altamente obnoxias, ou das mais arriscadas e funestissimas consequencias para o paiz, posto que á sua adopção presidam vistas e fins muito diversos d'aquelles que infelizmente agou-
rámos. Não sabemos se o que temos dito agradará ou não ao leitor. Por fortuna nossa não estamos na epocha em que por dizer a verdade se é condemnado á morte, como no tempo dos triunviros romanos succedeu a Cicero, mandado assassinar por um d'elles, tendo por crime a sua oração contra Marco Antonio, primario auctor da sua morte. Tambem, segundo o testemunho de Tacito, Aruleno Rustico e Herenio Senecion pagaram com a vida os elogios, que escreveram de Peto Tarséas, e Prisco Helvidio, sendo até os seus respectivos escriptos, dedicados á memoria de tão preclaros cidadãos, queimados pela mão de um delegado do feroz e cruel Nero na praça publica, onde o povo livre se reunia. D'estas

ros regular-se, praticando o bem e evitando o mal, pois é só por este modo que a fama posthuma ennobrece os nomes e eternisa a gloria dos que assim procedem.

Convencidos portanto, como estamos, de termos sido util ao nosso paiz, de que resulta vivermos tranquillos com a nossa propria consciencia, ousámos levantar altivos ao céu a nossa frente, reconhecendo sómente a Deus por superior ao nosso espirito. A atmosphaera das supremacias da terra, qualquer que d'estas seja a sua especie, não a respirámos, nem tem imperio algum para nos levar a dizer o que não é, offendendo a moral, faltando á verdade, e postergando a justiça, o que seria um duplicado crime na nossa veridade e velhice. Se portanto altivos não applaudimos as aspirações dos chefes das turbas, nem o impensante despotismo das massas, tambem servis não acatámos o antigo despotismo das velhas monarchias. Estranhos como á vista d'isto até hoje temos sido aos clubs, e alheios igualmente aos partidos, e ainda mais alheios ás suas enredadoras tramas, nada temos n'este genero que na nossa avançada idade nos cause o amargo dissabor do arrependimento, pelo mal que por este lado podessemos ter feito á nossa patria. Sem remorso pois de haver profanado o sanctuario da verdade, prostituindo a candura da nossa penna, ou fazendo-a thuribularia de falsos deuses, que com caracter firme desadorámos, dizendo, ou escrevendo o que não é, prezâmo-nos de haver por outro lado tomado por honroso brazão o confundirmo-nos com os humildes e pequenos. Envolvidos assim no manto de uma mediocridade despretençiosa, alcançámos por este modo evitar as tentações da ambição, dando portanto de mão ás aspirações de subir ao fastigio do poder e do mando, cousa que muitos dos nossos contemporaneos tanto buscaram conseguir por meios que lhes não louvâmos. Ao que elles têm tido por fortuna e ligado grande apreço, temos nós preferido o remanso do nosso obscuro gabinete, gosando em bonançosa paz n'uma nossa humilde casa de campo ao alvorecer dos dias os irrompentes e purpurinos raios da filha de Titão, e ver logo de-

pois d'ella erguer-se do nascente sol a'brilhante e esplen-
dida face. Assim o poeta philosopho da França, o immortal
Boileau, cingida a fronte com os immarcessiveis louros e
seu famoso estro, louros que tamanhos e tão repetidos triun-
phos lhe alcançaram na illustrada opinião dos maiores sabi-
do seu tempo, contente ia encerrar-se no seu asylo de Au-
teuil, e junto de Molière e de outros mais amigos seus, alegri-
passava os dias, desdenhando do enfadonho fausto da vaid-
sa e luxuriante Paris no tempo de Luiz XIV, lamentando-
davia as desgraças da sua patria, no que nós tambem o imi-
tamos, com relação á nossa, pedindo ao Altissimo, que d
novo faça n'ella apparecer a moral e a justiça, que d'ella pa-
recem estar banidas.

Mas deixando por agora aos que mais competentes são pa-
ra avaliar os assumptos politicos que acima temos exposto
e dando igualmente de mão ás digressões a que elles me
levaram, repetiremos de novo o que já superiormente disse-
mos, isto é, que no presente volume vamos iniciar a histori-
das nossas lutas civis desde o primeiro apparecimento d
systema liberal entre nós em 1820 até ao seu complet
triumpho em 1834, em que daremos por finda esta nos-
laboriosa historia do estabelecimento do governo parlamen-
tar em Portugal. O nosso fim foi escrevel-a por modo tal, q
contribua o mais possivel para que os vindouros tenham pe-
ella o mais perfeito conhecimento do que se passou na nos-

tras de amizade, e outras de cousas peiores do que isto. Dão mate a tudo quanto de mau temos dito e podemos ainda dizer sobre o assumpto, as sentenças absolutórias da famosa Joanna Pereira, accusada de um barbaro assassinio na sua propria casa, e a do conde de Penamacor igualmente accusado de falsificação de notas do banco de Portugal; e finalmente a dos roubos de centenares de contos de réis feitos ao banco ultramarino por alguns dos seus proprios empregados: todas ellas serão portanto olhadas no futuro como um eterno padrão de deshonor para o tempo em que vivemos. Não pôde pois causar espanto que na nossa avançada idade de setenta e oito annos sejamos levados a dar inteiramente de mão á politica, e que desenganados de nada mais serem do que meras utopias muitos dos dogmas do systema liberal, tenhamos tomado por systema domar as nossas ambições de figurar politicamente nos destinos do paiz, ao qual temos aliás prestado na nossa humilde posição social serviços de bastante monta, não tendo na nossa velhice outros desejos mais que os de terminar tranquillamente o pouco que nos resta de vida.

Consequentemente na nossa posição de estranhos á politica partidaria, em que nos não achámos envolvidos, parece-nos ser a nossa dita posição, despida de amor e odio, a mais propria para devidamente avaliar na historia que se vae ler o merito e as qualidades moraes dos nossos contemporaneos, e o procedimento dos partidos, do que aquelles que não estão em semelhante posição. Todavia não é de crer que deixemos de ter censores, como sempre costuma haver para os que escrevem historias contemporaneas, suspeitos de não poderem jamais ser isentos d'essas paixões de amor ou odio. Não diremos se as accusações de que se trata provém mais da parcialidade dos censores, que da dos censurados; mas não se pôde duvidar de que muitas vezes semelhantes accusações recairão com mais justiça sobre aquelles do que sobre estes, pois muitos casos haverá em que ellas não sejam mais do que a expressão do despeito dos que, em vez dos louvores e apreciações lisonjeiras a que aspiram, só vem

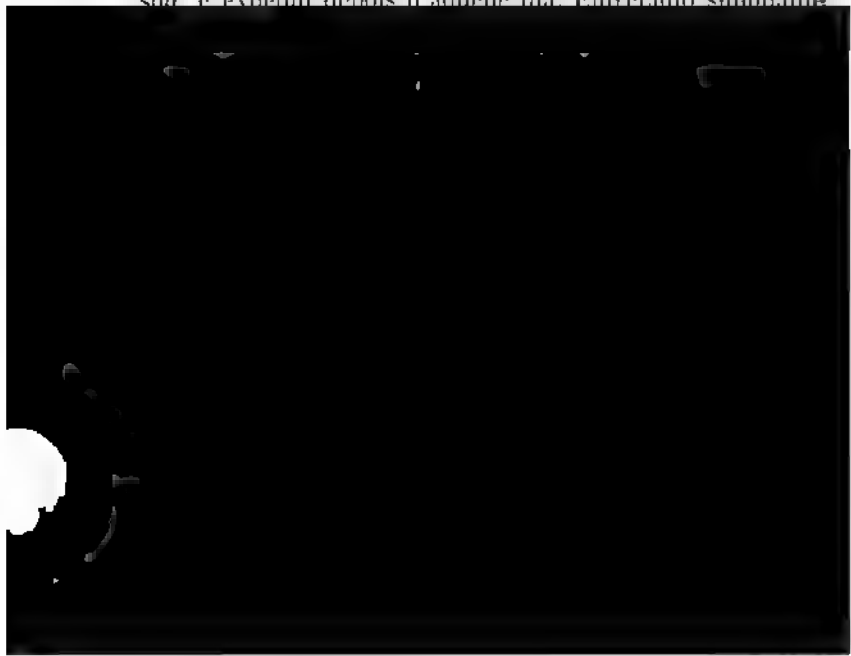
achar juizos, que lhes são desfavoraveis, ou juizos que elles têm por muito abaixo do subido grau em que avaliam as suas virtudes e merito, ou as virtudes e merito dos seus parentes e amigos. Outros ha que como partidistas, vendo a força do desabrimento do respectivo escriptor para com o seu partido e partidistas, têm por parcialidade o que nada mais é do que a verdade e justiça. Entretanto casos haverá de se encontrarem censores de boa fé, tendo por exagerada a narrativa do respectivo escriptor, quando feita com o colorido proprio do tempo, do logar e da occasião em que se passaram os respectivos factos, os quaes, lidos fóra d'aquellas circumstancias, e da impressão que então fizeram, estão muito longe de determinarem a mesma, fóra de taes circumstancias. Nós mesmo, tendo lido em José Accurcio das Neves a descripção de algumas atrocidades, praticadas pelos francezes em Portugal no anno de 1808, tivemol-as até certo ponto por apaixonadas, devendo á bondade de um nosso amigo o fazer-nos conhecer que semelhantes atrocidades eram taes quaes as referia aquelle auctor, o qual, por effeito das censuras dos seus contemporaneos, apenas se limitou a escrever a historia da invasão de Junot, em que parou. Não nos admira pois que tambem tenhamos censores a este nosso escripto, alguns dos quaes serão talvez mais parciaes do que d'elle disserem, do que nós pelo que n'elle escrevemos, pois temos por cousa rara achar tambem censores entre os contemporaneos, que não tenham por causa das suas censuras motivos de interesse seu, ou de amigos, circumstancia que os inhabilita para poderem ser juizes competentes na causa em que effectivamente tomaram a si fazer semelhante papel.

Quanto a nós, diremos mais que circumstancias ha com effeito, que nos levam a crer não sermos dos mais suspeitos de parcialidade, tanto por uma certa indole, despida de reserva que nos acompanha, como por desconhecermos as aspirações á doçura de uma ambição satisfeita, pela collocação em elevados cargos do estado, e com grande influencia nos seus respectivos negocios, empregando por esta causa indevidas expressões para quem quer que seja. Por conseguinte

tambem nos não afflige a desconsoladora idéa de uma supposta e immerecida desconsideração politica, pois que no meio da pacifica e commoda mediania em que vivemos, damos-nos por contentes e satisfeitos. Todavia no meio do que dizemos devemos confessar que uma grande desvantagem nos acompanha, tal é a da falta do conhecimento do fio de certos manejos occultos, productores de muitos factos, que se têm passado no publico, por sermos alheios aos partidos e ás sociedades secretas, das quaes não temos favor algum, ou protecção. Ainda assim parece-nos ter estudado e combinado os respectivos factos, como entendemos mais conforme á razão e ao bom senso, e quando entenderem que nos falta o conhecimento das occultas causas d'elles, talvez que, apesar d'isto, sejamos mais verdadeiros no que dissermos, e no juizo critico que emittirmos, do que outros de mais avantajado talento, e que mais instruidos sejam nos respectivos manejos occultos. O certo é que, relatando detalhadamente os factos d'esta nossa epocha com a miudeza com que o fazemos, pareceu-nos melhor seguir este methodo, por assim dizer analytico, do que escrever esta nossa historia, conglobando n'ella sómente os mais transcendentales, ou segundo o methodo synthetico, prescindindo das especialidades de que taes factos foram acompanhados, não obstante o exemplo que para isto nos dão escriptores de reputação e merito, e sobretudo quanto aos commentos e considerações philosophicas de que acompanham os seus escriptos, cousa a que tambem demos de mão, deixando em grande parte aos leitores o fazerem isto como entenderem. Mas se por este modo não merecermos a benevolencia e favor dos contemporaneos, já pela falta de merito que notarem n'este nosso escripto, e já por serem os espiritos de hoje mais dados á leitura dos romances do que a obras sérias, nutrimos pelo menos a esperanza de que seremos uteis aos vindouros, que desejosos de instruir-se, quizerem saber a fundo os eventos, que de toda a ordem tiveram logar no paiz, durante as primeiras decadas do seculo XIX, relatados singelamente e com verdade, como aqui fizemos.

que dos presentes não espero misericórdia, nem lh'a encommendo; a minha obra é dedicada só á posteridade, e é só esta a que eu cuido me fará justiça. Ao publico devo todavia dar conta d'estas reclamações, do nome dos reclamantes, e das razões que tive para os não attender.

Appareceu-me, como primeiro aggravado, o filho do ex-intendente geral da policia, o sr. José Joaquim Rodrigues Bastos, appellidando de *calumnia* o comedido juizo, que d'este senhor apresentei a paginas 222, linhas 12 e seguintes do meu dito *discurso preliminar*. Diz o reclamante que seu pae não fôra o intendente, que assignára a circular das eleições para os tres estados, expedida em 17 de maio de 1828, por isso que já em 12 de abril d'aquelle anno havia sido demittido do dito logar de intendente. Para remover toda a duvida, que se possa levantar sobre este objecto (pois eu não digo ali quem foi o intendente, que tal circular assignou, sendo o mesmo sr. Bastos quem muito graciosamente suppoz, que eu me referia a elle na assignatura da tal circular), devo com effeito declarar que o pae do queixoso foi realmente demittido n'aquelle data, e aos seus successores, Barata, Veiga, Belfort, etc., se deve attribuir tudo quanto de bom e de mau pela intendencia geral da policia se passou e expediu depois d'aquelle dia. Entretanto semelhante



PREFACIO

DE QUE EM 1849 FIZ PRECEDER O SEGUNDO VOLUME DA HISTORIA DO CERCO DO PORTO

Historias contemporaneas não será facil escrevel-as, sem reclamações, ou queixas da parte de alguns individuos, aliás descontentadiços, ou porque n'ellas não vêem mencionado algum pequeno facto, insignificante na marcha dos grandes acontecimentos (mas que para elles é da maior importancia; pela reputação e nome, que entendem lhes podia dar na sua menção historica), ou porque enfim (e este é o maior numero), a narração de taes, ou taes acontecimentos não está escripta de modo que os satisfaça, para lhes dar todo o subido realce, em que na sua estimativa graduam os seus proprios serviços, ou porque tambem a apreciação dos actos da sua vida publica lhes é mais, ou menos desfavoravel na opinião de historiador. Se de algumas inexactidões de maior ou menor monta se pôde ás vezes accusar o escriptor d'este importante ramo de litteratura, e adequadamente empregar contra elle o *voilà comme on écrit l'histoire*, tambem é certo que não haverá poucas, em que muito se abusará da applicação de taes termos. Com esta base pois, já se vê que a minha historia do cerco do Porto não podia ser isenta da regra geral, e por conseguinte tambem teve contra si, como as mais historias contemporaneas, algumas reclamações, e de nomes aliás, que parecem confundir o do seu auctor, pela pequenez d'este e magnittude d'aquelles. Ehtretantó repetirei aqui o que já disse no meu discurso preliminar, isto é,

que dos presentes não espero misericórdia, nem lh'a encommendo; a minha obra é dedicada só á posteridade, e é só esta a que eu cuido me fará justiça. Ao publico devo todavia dar conta d'estas reclamações, do nome dos reclamantes, e das razões que tive para os não attender.

Appareceu-me, como primeiro aggravado, o filho do ex-intendente geral da policia, o sr. José Joaquim Rodrigues Bastos, appellidando de *calumnia* o comedido juizo, que d'este senhor apresentei a paginas 222, linhas 12 e seguintes do meu dito *discurso preliminar*. Diz o reclamante que seu pae não fôra o intendente, que assignára a circular das eleições para os tres estados, expedida em 17 de maio de 1828, por isso que já em 12 de abril d'aquelle anno havia sido demittido do dito logar de intendente. Para remover toda a duvida, que se possa levantar sobre este objecto (pois eu não digo ali quem foi o intendente, que tal circular assignou, sendo o mesmo sr. Bastos quem muito graciosamente suppoz, que eu me referia a elle na assignatura da tal circular), devo com effeito declarar que o pae do queixoso foi realmente demittido n'aquella data, e aos seus successores, Barata, Veiga, Belfort, etc., se deve attribuir tudo quanto de bom e de mau pela intendencia geral da policia se passou, e expediu depois d'aquelle dia. Entretanto similhante demissão parece ter sido dada a pedido do demittido¹, e não ter provindo de indisposição da parte do governo usurpador a seu respeito, como bem se collige da sua prompta entrada e aceitação no gremio dos mesmos tres estados, que acclamaram D. Miguel como rei, e do muito socego e tran-

¹ O fim d'isto era mostrar no futuro aos constitucionaes que elle só serviu D. Miguel durante o regimen da carta, e que se demittira depois que o viu trilhar a vereda da usurpação, allegação que se lhe não admittiu em 1834, para tornar a ser empregado, tido como era pelos mesmos constitucionaes como um seu decidido perseguidor, durante a sua intendencia.

quillidade com que durante aquelle turbulento governo fruiu na melhor paz o seu alto logar de desembargador do paço. Quanto porém á sua inconstancia de opiniões, e censuravel procedimento em politica, e não menos á parte, que como tal tomou para aplanar o caminho para a usurpação, em nada absolutamente tenho a reformar as minhas expressões e juizos. As rasões em que para esta persistencia me fundo, alem da crença e reconhecida notoriedade dos factos, que a comprovam, o leitor as poderá encontrar nos seguintes escriptos, que todos se deram á estampa, sem reclamação alguma da parte do supposto aggredido, que desde 1827 até 1834 não se mostrou tão escrupuloso em tomar na linha de affronta as arguições, que a imprensa liberal durante aquelle tempo lhe fez dentro e fóra do paiz.

Os escriptos para que remetto o leitor são: *Galeria dos deputados de 1821*, paginas 250 e 251; *Historia de Portugal* de José Maria de Sousa Monteiro, volume III, paginas 351, 355, 356, 360 e 367; *Revista historica de Portugal*, primeira edição, pagina 58; *Ensaio politico sobre as causas da usurpação de D. Miguel*, por José Liberato Freire de Carvalho, paginas 59, 94 e 112, da segunda edição. No primeiro d'estes logares citados (o de pagina 59), se diz: «Era este Bastos homem azado para tudo quanto se quizesse; porque em 1820 soube representar admiravelmente a figura de republicano; em 1823 ligou-se á causa dos *inauferiveis*; e no tempo da carta, e da sua intendencia, desembainhou denodadamente a sua espada contra os chamados *republicanos*, ou *saldanhistas*, a quem alcunhou com estes nomes, para melhor lhes assentar os seus golpes». A parte activa que o mesmo sr. Bastos tomou em 1827 nas perseguições feitas aos liberaes, que elle deu então como pretendendo acclamar a *republica*, d'onde nasceram as expressões *de republica de Bastos*, como synonymo de cousa phantastica (procedimento a que eu dei a interpretação de aplanar o caminho para a usurpação), consta dos seus mesmos officios, que em 16 de outubro de 1834 se publicaram no n.º 81 da *Agua do Occidente*, paginas 323 e 324. N'um d'estes officios dizia elle pa-

ou por motivos de interesse, que me reputassem annexos, ou por quaesquer outras considerações e commentos com que sobre mim caíssem. Facil é de antever que similhante conducta não podia agradar aos interessados, e não só houve desde logo pretensões para que eu apresentasse o sr. duque pela mesma face do quadro, porque os seus amigos e dependentes o viam, dando-se-me por escripto as razões em que para isto tinha de fundar-me; mas até me chegaram a offerecer inteiramente mutilado de cima a baixo o meu primitivo artigo, inserto a paginas 577 e seguintes do presente volume, a respeito de s. ex.^a, artigo que, redigido todo em abono do interessado, eu tinha a substituir por aquelle, que se lhe reputava e dizia desfavoravel. A exigencia era muito forte para poder ser attendida, e talvez mesmo que menos desairosa para mim, emquanto a não aceitasse, do que para quem m'a fazia; mas este desaire ainda redobrou mais de gravidade com a insistencia. Revolvendo na minha intima consciencia os actos de toda a minha vida, quer publicos, quer privados, depois que como homem feito me acho na sociedade, ingenuamente confesso que ainda até hoje não sei quaes fossem os que podessem ter chegado ao conhecimento do preponente, ou de quem para junto de mim o mandou com tal commissão, a ponto de lhe merecer tão infeliz conceito! Que me pedissem modificar as minhas expressões em tal ou tal logar, retirar taes ou taes asserções e juí-

zas, isto entendia-se, uma vez que para isso me dessem as

var a effeito, porque emfim, havendo fama de que alguns redactores de jornaes tinham sido levados, por benevolencia do sr. duque, a sobreestar na publicação de alguns artigos, que lhe eram desfavoraveis, não era possivel desviar de mim as mais desairosas suspeitas, quando porventura aceitasse a mais ligeira modificação na redacção do meu escripto, ou mutilação de juizos, que a respeito de s. ex.^a fizesse, visto que, para contrariar taes juizos, só se me apresentavam asserções gratuitas, inteiramente destituidas de comprovação por meio de qualquer documento, e por conseguinte incapazes de poderem merecer fé, e destruir factos sabidos e reconhecidos por todos. Acrescentei ainda mais que se eu, na opinião de s. ex.^a, ou dos seus amigos, que tinham redigido as notas, que se achavam impressas para se annexarem á minha obra, não podia justamente offerecer no meu escripto uma completa abnegação de sentimentos de affecto, ou indisposição, ácerca dos homens e das cousas de que me occupava, só pela circumstancia de ser contemporaneo dos acontecimentos que relatava, e porque n'algum d'elles havia tomado uma acanhada parte, s. ex.^a, sendo um dos principaes protagonistas do grande drama historico-politico, que havia occupado a minha penna, era por esta regra absolutamente incapaz de poder fazer fé como historiador, e particularmente quando se propozesse a ajuizar os proprios actos da sua mesma vida, como era o caso em questão, em que forçosamente, e até mesmo sem o querer e o pensar, os havia de representar retintos com o sentimento de favor e parcialidade, pois raro será o pae, que desdenhe dos seus proprios filhos. Finalmente que se eu era injusto, e até inexacto nas minhas asserções e juizos a respeito de s. ex.^a, na mão d'elle e dos seus amigos havia o conveniente correctivo, repellindo de si todas as arguições infundadas, por meio de quaesquer notas, que a gravidade da materia exigisse, notas que eu de muito bom grado aceitaria, por gostar de que junto de taes arguições se podessem logo fazer os necessarios descontos, para se ver o que n'ellas havia de verdade. Mas se para o commissionado d'este negocio de nada valeram as

minhas rasões, confesso que tambem para mim ainda menos aproveitaram as que pela sua parte elle me apresentou em sentido contrario, pois que nenhuma me expoz elle dignas de consideração.

Perdidas pois as esperanças de me levarem á indiscreta annuencia de dar á luz como meus artigos historicos, arranjados aliás por outrem, e a contento dos interessados, seguiram-se as ameaças: 1.ª, de se me retirarem as notas, que se projectavam elaborar para o segundo volume da minha historia; 2.ª, de se fazer tambem o mesmo ás que já se achavam impressas, com referencia ao primeiro; 3.ª, finalmente de se ir trabalhar na confecção de um volume, que se havia de imprimir sobre o assumpto, e em que eu provavelmente não havia de ser poupado. Este desfecho foi para mim o maior incentivo possivel para formalmente me recusar a todas as exigencias, que por tão insolita maneira se me faziam, sem que a isto fosse arrastado por insensatos caprichos pessoais, mas sim pelo grande interesse publico, que na historia e litteratura do paiz entendi desde logo havia de necessariamente produzir um escripto de tal natureza, e bafejado por tão elevada e sabedora pessoa, ainda mesmo a despeito de alguma incompetencia de juizos que n'elle se podessem encontrar.

Quanto a moralisar agora as ameaças que se me fizeram, direi, e com toda a franqueza o faço, que as não reputo fi-

indivíduo; 1.º, para inteiramente desviar de mim quaesquer suspeitas a que com razão me prestaria, conduzindo-me de outra maneira, depois do succedido; 2.º, pela inutilidade da inserção de taes notas, logo que se me promettia a publicação de um volume, que de certo havia de ser obra de muito maior primor, e mais subido interesse na litteratura da historia patria, do que as mesmas notas, sendo similhante interesse um dos motivos, se não o principal, que me levára a permittir a annexação d'ellas á minha obra¹; 3.º, para mostrar tambem que, em vez de honra e favor, que talvez alguém entendesse que eu recebia com isto, era exactamente o contrario o que tinha logar, não quanto a honra, que a ninguem a posso dar, tomada no sentido de representação social, não tendo por mim mais do que o meu humilde nome, por falta de braços e jerarchias de familia, que infelizmente me não acompanham; mas quanto a favor, que grande o fazia eu em deixar encorporar ao sr. duque tudo o que lhe era em seu abono na mesma obra em que se tirava á luz alguma cousa, que lhe podesse servir de *desaire*; 4.º, finalmente, para dar todas as possiveis garantias de que não escrevi senão a verdade, ou o

¹ Tal volume nunca se publicou, parecendo-nos que em logar d'elle o duque adoptára commetter ao conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos a publicação dos seus *Despachos*, lisonjeando-nos portanto por termos sido causa de similhante publicação, aliás de bastante interesse historico. Quanto á recusa por nós feita da annexação das notas, o duque ainda tentou demover-nos d'ella, pelas rogativas que alguns seus amigos para este fim ultimamente nos fizeram, sendo um d'elles o sr. marquez de Sá da Bandeira. Apesar d'isto ainda insisti na recusa, hoje porém que o duque se acha cadaver, não havendo portanto logar a julgar-se ser eu por elle subornado, resolvi encorporar no terceiro volume d'esta epocha as notas em questão, por me parecer que o fallecido fidalgo as tinha por honrosas para a sua memoria, á vista do grande empenho que mostrára na sua publicação. Consequentemente tanto por este motivo, que tenho por muito ponderoso, como pelo interesse historico que algumas d'ellas têm, o leitor as achará reproduzidas em differentes paginas do dito terceiro volume, que é o que mais ligação tem com ellas.

que se me antolhava como tal, desprezando todas as influencias externas, que na redacção e alinho do meu escripto podéra ter recebido, certo de que, se algum defeito o acompanha, é mais a severidade dos meus juizos e crenças, do que uma precipitada e indecorosa transacção com influencias alheias.

Eis-aqui pois o facto, contado como realmente se passou, e aqui o apresento ao publico com a possível singeleza, não com as vistas de menoscabar a eminente personagem com quem elle tem relação, se de algum deslustre isto lhe pôde servir, quando aliás tributo a essa mesma personagem, como todos os portuguezes o fazem, e o devem fazer, os mais sinceros respeitos e bem merecida consideração; mas porque emfim devo n'este caso zelar mais a reputação do meu nome, do que deixar-me levar de contemplação pelos alheios. Tendo pois a collecção das notas retiradas, e que já se achavam impressas para se annexarem á minha obra, um prefacio meu, com alguns cumprimentos de civilidade para com o seu auctor, e até alguns outros artigos meus, alem da citação que fiz de taes notas a paginas 382 do presente volume (o segundo do *Cerco do Porto*), era-me consequentemente forçoso dar de tudo isto uma prova cabal e plena satisfação ao publico, nas mãos de quem ellas virão talvez isoladamente a correr, para que d'este modo possa elle explicar as anomalias que n'ellas poderá achar, e que por outro lhe não será facil

que estou ameaçado. Mas qual d'estas duas versões será a verdadeira nos bicos da mesma penna? O publico o decidirá a seu tempo. É esta a volubilidade dos homens, e o fallaz dos seus elogios e censuras, com a inconstancia das suas opiniões!

Na minha puericia tambem já fui sujeito ao sentimento d'estas e outras semelhantes pirraças com os meus iguaes; e até era frequente succederem-se então com a mais incrível rapidez, e sem justificado motivo, ás demonstrações da mais amigavel caracia os actos do mais carrancudo amuo. N'aquella idade porém tudo se me desculpava; mas hoje qualquer acto d'estes seria em mim sobejo motivo para a mais singular estranheza, depois de tão branquejada a cabeça pelos annos. Venha pois esse volume de que estou ameaçado¹. A litteratura patria de certo o ha de estimar como deve, e olhal-o como uma bem acabada producção pela sua elegancia, bom gosto, correcção de estylo, com pureza de phrase, e não menos pelas altas e importantes verdades historicas, que certamente tem de comprehender, alem de todos os mais titulos por que desde já se torna recommendavel. Dêva-me o paiz mais este importante serviço, embora com elle me possam vir particularmente de envolta alguns dissabores, porque emfim, sendo tal obra escripta com a gravidade que a materia exige, e que todos nós temos a esperar dos seus auctores e collaboradores, resignado me conformarei com a minha sorte, a despeito de quaesquer asserções que me toquem, ainda mesmo que com algum desvio da verdade, ou precipitação de juizos. Tempo houve já em que uma alta personagem muito graciosamente me suppoz envolvido na ilha Terceira em projectos de o querer assassinar, segundo as revelações que então alguém me fez, supposição para que ainda hoje ignoro quaes fossem os fundamentos, que muito desejava ver apresentados no publico por quem tal acreditou. Se então se me fez tão grave injustiça, não me admira-

¹ Não vein o citado volume, mas um artigo, aggregado a um dos numeros da *Revolução de Setembro*.

rá que se me façam ainda novas e tão infundadas accusações como esta ¹.

Aqui acaba pois o que tinha a dizer sobre o assumpto, e aqui devia eu agora começar com a comprovação das asserções, que no meu citado juizo critico se encontram com a idéa de desfavor para com o sr. duque de Palmella; mas como esta comprovação me levaria por certo a uma miuda analyse dos actos publicos da vida de s. ex.^a, o que talvez daria logar á crença de que, em vez de um prefacio, para preceder a leitura de uma obra historica, tinha feito um artigo de anticipada e desabrida polemica, para se inserir nos jornaes politicos, antes quero por ora conservar-me no campo do comedimento e resguardo, do que expor-me a ser taxado de excessivo e apaixonado, ainda antes de saber ao certo os argumentos com que se buscarão rebater quaesquer d'aquellas minhas asserções. Entretanto se por este modo aguardo o que a tal respeito me poderá vir a revelar a imprensa, desde já affirmo que nada avancei sem fortes e meditadas rasões, e appellando para a imparcialidade do publico, peço a este que me julgue e adequadamente avalie se eu fui com effeito excessivo na apreciação de s. ex.^a, devendo ingenuamente confessar-lhe que antes quero ser tido na conta de demasiadamente austero, e talvez mesmo de convencido de

¹ É ao mesmo duque de Palmella a quem se refere o que acima digo, pois que o meu fallecido amigo, o marechal de campo Manuel de Sousa Raivoso, me disse que elle duque se lhe queixára na Terceira de que eu nutria idéas de o querer assassinar. Não sei como o queixoso phantasiou similhante cousa; de certo as suas culpas na administração da emigração figuravam mais n'isto que a verdade, nunca me tendo passado tal cousa pela idéa, pois se nunca fui palmellista na emigração, tambem não fui saldanhista. Foi supposição inteiramente gratuita de s. ex.^a, e a prova é que, projectando-se uma revolta na Terceira dos saldanhistas contra Palmella, dizendo-se terem em vista assassinal-o, ninguem houve que se lembrasse de me metter no numero dos conjurados, os quaes foram depois mandados para Inglaterra; mas eu fiquei sempre na Terceira até vir na expedição do Mindello, prova de que não tomei parte em tal, e que provavelmente a teria tomado, se tivesse as intenções que s. ex.^a me attribuiu.

injusto para com s. ex.^a, do que reputado benevolente com prejuizo da historia, e portanto com suspeição de influido ou ligeiramente captado pela sua generosidade. Todavia pouco será de estranhar, o juizo que emitti, depois que um distincto escriptor contemporaneo se abalançou tambem a fazer outro que tal juizo, dando-o á luz nos seus interessantes folhetos, *Hontem, Hoje e Amanhã*, juizo de que eu me não posso abster de ir aqui textualmente reproduzir, senão para minha inteira defeza, como modelo que adoptei, ao menos para se ver que eu não fui o primeiro que tomei o ousada resolução de avaliar com severidade as altas qualidades e o distincto merito do sr. duque de Palmella. O juizo a que me refiro é o seguinte.

«*Duque de Palmella*. Todas as considerações me obrigam a fallar em primeiro logar d'este notavel estadista. O duque de Palmella tem talento, algum estudo, bastante conhecimento dos homens e das cousas, e muita pratica dos negocios do estado; mas, bem ajustadas as contas, a final o nome é maior que a realidade. Não me deterei com a carreira diplomatica do nobre duque, pois não escrevo a sua vida, e comquanto não falte n'ella materia para a censura, é certo que tambem não fallece para muito louvor.

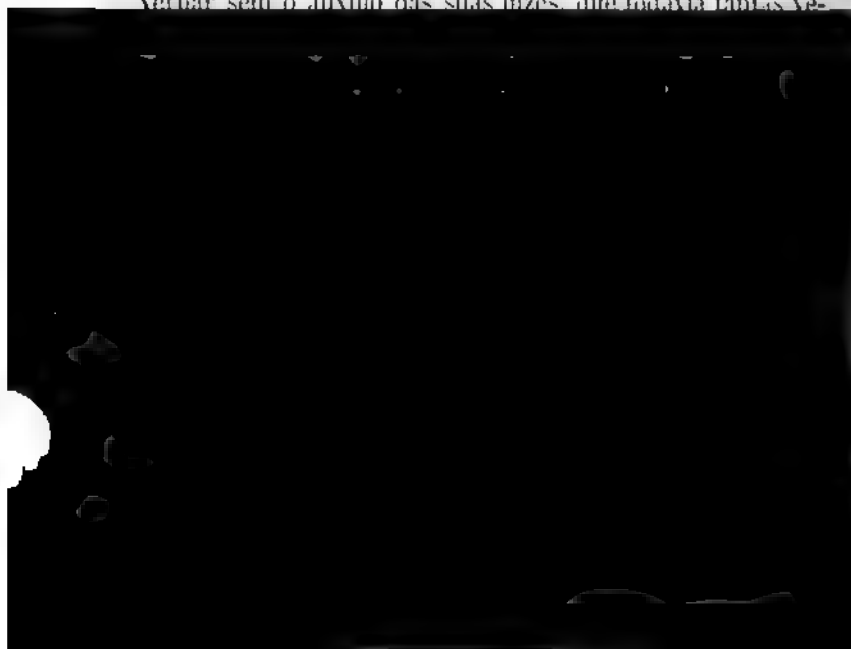
«Regressando a Portugal com o sr. D. João VI, de bem lembrada memoria, o duque, então conde de Palmella, não mereceu a confiança aos liberaes; mas depois contrariou os planos e ardis ambiciosos da rainha D. Carlota e de D. Miguel. Os liberaes tinham-lhe dado *mais importancia do que elle mostrou merecer na abrilada*. Este movimento revolucionario nunca chegaria a ter logar, se Palmella, então no ministerio, e n'elle, com o conde de Suberra, principal influente, possuisse a metade da aptidão que se lhe attribuia: e é para notar que o movimento não foi o que se intentára, por incapacidade dos que dirigiam D. Miguel, e que não vingou, graças *unicamente* ao illustrado procedimento do corpo diplomatico, e mais que tudo aos acertados esforços dos ministros de França e de Inglaterra, Hyde de Neuville, e Thornton.

«No movimento de 16 de maio de 1828 contra a usurpação de D. Miguel, Palmella tomou a voz da justiça, e veio de Inglaterra ao Porto; mas a Belfastada é como um borrão lançado em tão famosa pagina, e que não a deixa decifrar satisfactoriamente. O proceder do duque, emquanto á sua lealdade ao throno da rainha, é em minha opinião irreprehensivel.

«Restaurado o paiz, para o que o duque muito concorreu, antes e depois da chegada de D. Pedro á Europa e do seu desembarque no Mindello, Palmella foi por vezes ministro da carta; e malquistado, calumniado e perseguido pela gente da opposição, não houve quem não o acreditasse, apesar dos *altos e baixos* que offerece a sua vida publica, sincero e decidido cartista. Entretanto na para sempre famosa crise do entrudo, o duque de Palmella aceitou ser presidente do ministerio, que se propoz combater a carta com as bayonetas do arsenal!

«Depois d'isto, e segunda vez restaurada a carta, o nobre duque tem estado sempre n'uma posição falsissima. Ora se quer acreditar de cartista, ora faz negações aos colligados. Não é possivel ajuizar ao certo quaes sejam as suas opiniões, porque as suas obras são tão equivocadas, como todo o seu proceder ha sido contradictorio.

«O que porém não devo omitir é que o duque de Palmella não póde levar a bem, que ministro algum presuma governar sem o auxilio das suas luzes, que todavia tantas ve-



ingrata. O duque ostenta de superior a todas as capacidades do paiz; mas a carreira politica do duque é cheia de taes desigualdades, que não o extrema do commum dos homens, que têm trilhado o seu caminho. Finalmente Palmella, sendo menos do que parece, não é tão pouco todavia que todos os partidos o não queiram seu; porém como não consente que do lado em que se acha lhe tome outrem o passo, e os homens prespicazes e influentes de todos os matizes o têm reconhecido falho ao toque e ao peso, forcejam por emancipar-se da sua tutoria. Que resulta? Que Palmella está em calculada desharmonia com todos os homens, entre os quaes não é o primeiro. As circumstancias especiaes do duque de Palmella, seu nome, seus serviços, a riqueza immensa da sua familia hão de conservar-lhe sempre grande importancia: comtudo a sua invensivel propensão para os *qui pro quos* politicos não lhe consentirá nunca ser o homem de *nêhum* partido.»

Tendo findado o prefacio que pozemos á frente do segundo volume da historia do cerco do Porto, não nos podemos eximir de lhe acrescentar agora o conceito que do mesmo Palmella faz José Liberato Freire de Carvalho a paginas 367 das *Memorias da sua vida*, onde diz: «Emquanto se tecia a conspiração contra o ministerio (era uma que Saldanha urdia no Cartaxo, tendo por fim marchar direito a Lisboa á frente de uma porção de tropa, para expulsar das suas differentes secretarias d'estado os respectivos ministros), tive occasião de rectificar o conceito, que já fazia de um dos nossos notaveis homens d'estado, o então marquez de Palmella. Já disse como elle me festejava muito n'aquella epocha. Tive uma conferencia com elle em casa de Joaquim José da Costa de Macedo, hoje secretario geral da *nova* academia real das sciencias, e que então morava junto do alto de Santa Catharina, em que me disse, formaes palavras: — Escreva a Saldanha, e diga-lhe que estou prompto para o servir em tudo. . . o que quero é que me não desprezem! . . . Bem sei que não posso, nem devo agora figurar; mas o que só pretendo é que façam bom conceito

de mim, porque os hei de servir lealmente como cavalleiro que sou!

«Eis aqui o que era o duque de Palmella, e o que sempre foi. Não tinha character politico firme: havia de servir tão bem um governo republicano, como um aristocratico, ou monarchico, comtanto que n'elle figurasse em grau superior, e o distinguissem como elle desejava. Era esta a sua ambição; queria figurar em todos os partidos politicos, o que não tolerava era o *desprezo*. Dizia no anno de 1828 a Saldanha, que d'elle dimanára a primeira idéa de vir o infante governar Portugal, porque a *instancias suas* fôra que mr. Canning tinha escripto á côrte de Vienna para este fim, e que de o ter feito *muito se gloriava*. Pôde-se logo concluir, sem levantar-lhe um falso testemunho, que se contra D. Miguel se declarou, foi porque na vinda do infante para Portugal, em que passou por Londres, não o convidou para vir ser seu ministro, e então seguiu a traiçoeira politica ingleza¹. Quando Palmella me disse o que acabo de referir, estava no *desagrado* de D. Pedro e do seu governo, por ter entrado como pessoa principal na expedição do Algarve. E tambem já o tinham dado como *traidor* em uma das *Chronicas do Porto*, segundo me parece já escrevi. Não conto historias como vulgarmente se diz: refiro com verdade o que passei na vida, a qual muitos hão de ter pensado, que foi bem insignificante. E alem de tudo o que acabo de dizer, não escrevi eu já que Palmella fizera todos os esforços para enviar para o Brazil todos os emigrados que estavam em França? Que por causa d'isto tratára tão desabridamente Saldanha? Então bem se deixa ver, que mais queria sustentar o throno de D. Miguel do que o da rainha D. Maria II! E não só isto; mas que não tinha repugnancia alguma em servir o usurpador².»

Houve ainda um terceiro reclamante, que foi o almirante

¹ Nós não temos isto por verdade.

² Temos igualmente por faltas de verdade e calumniosas estas ultimas asserções.

sir George Rose Sartorius. Este general, passado algum tempo depois da impressão do primeiro volume da nossa *Historia do cerco do Porto*, foi-nos procurar á secretaria de estado dos negocios da marinha, onde á valentona nos quiz obrigar a retractar-nos do que d'elle tinhamos escripto no referido volume: não o podiamos fazer. Sartorius na sua tentativa contra a ilha da Madeira, para a qual saíra dos Açores, não fez senão desacertos, o que foi confirmado até pelo proprio marquez de Palmella, o qual, escrevendo para Londres a Luiz Antonio de Abreu e Lima na data de 16 de maio de 1832, lhe dizia: *muito tenho conhecido e lamento a falta de capacidade de Sartorius. Seja isto dito entre nós, e a'um acto de desafogo*¹. Chegado ao Porto, o mesmo Sartorius destinou-se a ir bloquear as barras de Lisboa e Setubal; mas saindo do Tejo a esquadra miguelista, deixou o bloqueio para com ella ter um pequeno choque no dia 10 de agosto, depois do qual se apresentou á vista do Porto, navegando na frente de vasos inimigos com todas as apparencias de vencido, o que produzia em D. Pedro um tal receio, e em todos os defensores d'aquella cidade um tamanho desalento, que até a propria *Chronica* o fulminou em um dos seus artigos de redacção. A conducta posterior do referido almirante continuou a ser do mesmo teor, a ponto de *contra elle se levantarem clamores acima de toda a expressão, chamando-lhe fraco, cobarde, ignorante e charlatão, que prometteu muito e não fez nada*². Á vista pois d'isto recusei-me formalmente á retractação pedida, para fugir ao labéu de contradizer a verdade conhecida por tal. Depois de algumas contestações que a isto se seguiram, prestei-me a annexar ao segundo volume da minha dita *Historia do cerco* as notas que o queixoso me fornecesse para sua defeza, pagando elle a impressão. Deu-me depois essas notas, faltas não só de importancia historica, mas até nullas para a defeza do auctor, as quaes to-

¹ *Despachos* do conde da Carreira, edição da sua viuva, paginas 66.

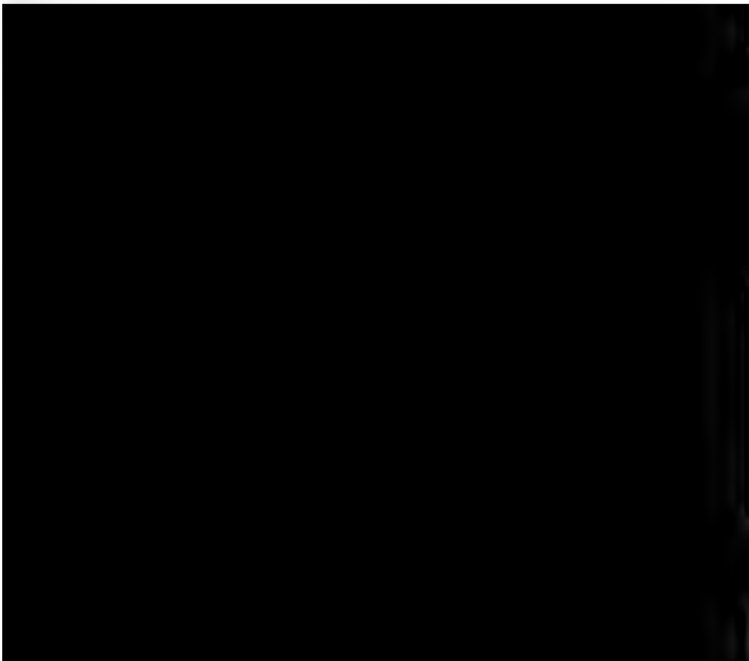
² *Memorias da campanha do sr. D. Pedro de Alcantara*, por Raymundo José da Cunha Mattos, tomo II, pag. 217.

davia se não annexaram ao referido volume, pór se ter Sartorius recusado a satisfazer-me a importancia da impressão, castigando-me por esta fôrma do que d'elle tinha escripto! Por aqui pôde o leitor ajuizar qual a honradez e caracter do referido almirante, o qual foi por este modo o proprio que deu como de nenhum valor as suas ditas notas.

Depois de passados vinte annos da publicação da minha *Historia do cerco do Porto*, appareceu ainda o sr. general Augusto Xavier Palmeirim a reclamar contra ella, quando em 1869 se viu gravemente offendido na sua honra por um impresso anonymo, que contra elle appareceu affixado em diferentes partes de Lisboa. Foi com effeito por esta occasião que s. ex.^a me dirigiu uma carta, com o positivo fim de me levar a corrigir o que a seu respeito eu tinha dito na minha citada historia. Não sendo do meu intento renovar os desgostos, que ao referido sr. general causaram as accusações que alguns escriptos do tempo lhe fizeram, com relação á conducta que teve no exercito de D. Miguel durante o cerco do Porto, direi somente que accusar-me este senhor, depois de vinte annos passados, de faltas que me pareceu não ter commettido para com s. ex.^a, e de mais a mais por effeito de escriptos, que outros individuos tinham publicado a seu respeito, descarregando d'este modo sobre mim um immerecido castigo por culpas alheias, pareceu-me isto insolito e inadmissivel. de que resultou ver-me obrigado a publicar tambem em 1869 uma *Replica á carta do sr. Palmeirim*, escripto para que remetto os leitores, que tiverem o appetite de saberem o que sobre isto se passou, e o que aqui não repito, para não augmentar mais as paginas d'este volume, que excedem já bastante a marca regular. Tendo sido esta questão do dominio publico, entendi não poder deixar de a mencionar tambem n'este prefacio, agrupando-a ao numero das reclamações que a *Historia do cerco do Porto* teve contra si.

ERRATAS MAIS NOTAVEIS DO PRESENTE VOLUME

Pag.	Lin.	Erros	Emendas
44	6	que nas.....	que as
498	43	e doloroso amargo.....	amargo e doloroso
280	5	e brasileiros.....	brasileiros
306	4	essenta.....	sessenta
361	32	o o baixo.....	o baixo
361	34	o que temos, dito.....	o que temos dito,
362	ultima	lhe.	lhes
373	45	1847	1849
435	7	tu ida.....	tua vinda
442	43	e.....	te
442	44	to.....	o
454	25	communicar a assentar.....	communicar e assentar
547	48	axiliarem.....	auxiliarem
574	33	sua sobrequiozas	suas obsequiosas
583	47	dois ministros.....	ministros
583	49	e o conde.....	o conde
590	23	com portamento.....	comportamento
614	34	filho.	filho
649	8	nas.....	das
623	46	ocapitães.....	os capitães



CAPITULO I

Effectuada a entrada de Luiz XVIII em Paris e concluido com a França o tratado de 30 de maio de 1814, pelo qual esta potencia se reconciliou com as mais nações da Europa, seguiu-se a installação do congresso de Vienna, para o qual os governos das referidds nações nomearam os seus respectivos plenipotenciarios, entre os quaes se contavam, por parte de Portugal, o então conde de Palmella, D. Antonio de Saldanha da Gama, D. Joaquim Lobo da Silveira, os quaes, depois de algumas duvidas, foram admittidos ao referido congresso. Sendo a abolição do commercio da escravatura um dos pontos de que por instancias do governo inglez o referido congresso tinha de occupar-se, os nossos ditos plenipotenciarios preferiram tratá-lo em separado com lord Castlereagh, plenipotenciario inglez; e encetada com elle esta negociação, não a poderam concluir, por causa do principe regente de Portugal se haver recusado á entrega da Cayenna á França, sem uma compensação condigna. Renovada depois a dita negociação, convieram em que Portugal aboliria o commercio da escravatura nas suas possessões ao norte do Equador, mediante a compensação que exigiram ao governo inglez, alcançando tambem outra equivalente para que Portugal effectuasse pela sua parte a entrega de Cayenna á França. Occupava-se já o congresso de Vienna da partilha dos paizes, que a França tinha de ceder aos alliados, quando Napoleão, deixando abruptamente a ilha do Elba, e indo inopinadamente desembarcar em Cannes em 4 de março de 1815, foi quasi triumphalmente entrar no dia 20 em Paris, que Luiz XVIII, depois de algumas hesitações, teve de abandonar, indo-se refugiar em Gand. Esta temeraria empreza de Napoleão sobresaltou no mais alto grau não só o governo inglez e os das mais nações da Europa, mas igualmente os plenipotenciarios do congresso de Vienna, que logo no dia 13 do citado mez de março o declaram fóra da protecção das leis, não podendo haver jamais com elle paz, nem tregua. Pela sua parte os soberanos das grandes nações do norte ligaram-se entre si por um tratado para lhe fazer uma guerra a todo o transe, para a qual elle, Napoleão, se teve de preparar, não sem primeiramente tentar debalde congraçar-se com elles.

Já na parte II do volume IV da *Guerra da peninsula* vimos ter a cidade de Paris sido occupada no dia 31 de março de 1814 pelos exercitos das grandes potencias da Europa, e haverem em consequencia d'isto entrado n'ella, coroados das mais assignaladas victorias, o imperador Alexandre da Russia, o rei da Prussia e o principe de Schwartzemberg, commandante em chefe dos exercitos austriacos, declarando o primeiro dos referidos soberanos, que os alliados não trata-

riam jamais com Buonaparte, nem com pessoa alguma da sua familia. E de facto assim aconteceu, tendo o mesmo Buonaparte de assignar como vencido no dia 11 de abril a sua abdicação absoluta ao throno da França, e de partir em seguida, humilhado pelas suas derrotas e abandonado dos seus proprios generaes, para a ilha do Elba, indo como desterrado desembarcar no dia 4 do seguinte mez de maio em Porto Ferrajo, que é a principal cidade da referida ilha. Como consequencia de tão extraordinarios successos fôra proclamado rei de França, pelos proprios francezes, Luiz Estanslau Xavier, com a designação de Luiz XVIII, irmão do guilhotinado Luiz XVI. Este novo soberano de França, banido como se achava do seu paiz natal, saíra da Inglaterra para Calais, onde desembarcára no dia 24 do citado mez de abril, e dirigindo-se de lá para Paris, n'esta capital foi entrar no dia 3 do seguinte mez de maio, sendo recebido pelos seus moradores no meio do maior enthusiasmo, como era bem de esperar em taes circumstancias, considerado então, como de facto foi, como bandeira politica de uma salutar reconciliação da mesma França com as mais nações da Europa. Para melhor se conseguir tão desejado fim o gabinete inglez apresentára ao imperador Alexandre o mesmo plano, que mr. Pitt havia já concebido no anno de 1805, plano que aquelle soberano adoptou, reputando-o como essencial para os interesses geraes da Europa coalisada. plano que tinha por fim: 1.º, subtrahir ao

dos povos, por meio de uma paz solida, fundada sobre uma justa repartição das forças entre as potencias, e offerecendo nas suas estipulações as garantias da sua duração, tinham renunciado a exigir da França (reposta como se achava debaixo do governo dos seus antigos reis), as condições e garantias que haviam exigido debaixo do seu ultimo governo»¹.

Prescindindo de narrar o que pelos artigos do referido tratado se estatua, diremos sómente que pelo artigo 34.º se determinava que dentro de dois mezes todas as potencias, que haviam tomado parte na guerra contra a França, enviassem os seus plenipotenciarios a Vienna, *para se regularem n'um congresso geral* os diversos pontos que deviam completar as disposições do já citado tratado de 30 de maio. Ardua e bem ardua era a tarefa de similhante congresso, ao qual se tinha de confiar uma commissão muito mais ampla, que a d'aquelles que o tinham precedido, tal como o de regular os complicados interesses, que se haviam levantado durante as longas vicissitudes de vinte e cinco annos de continuadas guerras. O transtorno que d'isto resultára tinha em toda a Europa sido tão geral, não sómente nas relações sociaes, mas igualmente nos habitos, nos sentimentos, e até nos principios politicos dos seus habitantes, que o resultado d'isto foi ter-se por inteiramente impossivel restabelecer-se no seu antigo pé o systema existente por occasião do rompimento da revolução franceza de 1789. O certo é que para o citado congresso todos os estados d'esta parte do mundo, com a unica excepção da Porta Ottomana, mandaram á capital da Austria os seus respectivos plenipotenciarios. Os do imperio austriaco foram o principe de Metternich, fazendo as funcções de primeiro plenipotenciario, e o barão de Wessenberg. O primeiro plenipotenciario tinha o direito de tomar uma resolução analogá ao que julgasse conveniente, sem consultar os collegas, os quaes pela sua parte nada podiam fazer sem elle². Os ple-

¹ *Historia do congresso de Vienna*, pelo auctor da *Historia da diplomacia franceza*, 3 vol. 8.º Paris, 1829.

² Citada *Historia do congresso de Vienna*.

nipotenciarios da França foram o principe de Talleyrand, como primeiro plenipotenciario; o duque de Dalberg e os condes de La Tour du Pin, e Alexandre de Nouilles. Os de Inglaterra foram lord Castlereagh, como primeiro plenipotenciario, e os lords Cathcart, Clancarty, e Stuart. Os da Russia foram os condes de Nesselrod, de Razoumosffski, de Stackelberg, e de Capo d'Istria. Os da Prussia foram o principe de Hardenberg e o barão de Humboldt. A Hespanha foi representada por D. Pedro Gomes Labrador. Portugal teve por seus plenipotenciarios o conde de Palmella (mais tarde marquez e duque do mesmo titulo), tendo o character de enviado ex-

- traordinario e seu ministro em Londres; D. Antonio de Saldanha da Gama (mais tarde conde de Porto Santo), que estava nomeado ministro para a cõrte da Russia, d'onde depois passou para a de Madrid; e de D. Joaquim Lobo da Silveira (depois conde de Oriolla), que estava nomeado ministro para a cõrte de Vienna de Austria, d'onde depois passou para a de Berlim. A Suecia foi representada pelo conde de Lowenhjelm; a Dinamarca pelos condes Joaquim e Chrestiern de Bernstorff; o reino das Duas Sicilias pelo commendador Russo e o duque de Serra Capriola; o reino da Sardenha pelo marquez de Saint-Marsan e pelo conde Rossi; o papa pelo cardeal Gonsalvi; o Hanover pelo conde de Munster e pelo barão de Hardenberg; os Paizes Baixos pelo barão Spoen e pelo barão Gagern; o Württemberg pelo conde de Wuntzingerod

de que havia de resultar um systema de equilibrio duravel, deviam ser reguladas no sobredito congresso sobre bases adoptadas pelas potencias alliadas entre si. A França reconhecia e garantia juntamente com ellas, e como ellas o faziam, a organização politica que a Suissa se daria a si propria, debaixo dos auspicios das referidas potencias, e segundo as bases por ellas adoptadas. Pelo mesmo artigo 3.º os paizes comprehendidos entre o mar, as novas fronteiras da França e o Meusa deviam unir-se em toda a perpetuidade á Hollanda, e para a compensação a dar á Prussia e aos outros estados. Por conseguinte o objecto que o congresso de Vienna tinha a determinar era o de completar o tratado de Paris de 30 de maio de 1814, juntando-lhe as disposições contidas nos diversos tratados concluidos entre os alliados, de modo que tudo o que não estava formalmente ou implicitamente enunciado no tratado de Paris, não era, rigorosamente fallando, da competencia d'aquella assembléa. Tinha ella igualmente a seu cargo organizar a *confederação germanica* e assegurar a existencia da *nova linha helvetica*. Alem d'isto devia tambem deliberar sobre a abolição do trafico dos negros, sobre a navegação fluvial e sobre outros mais pontos secundarios. A força e o prestigio d'este famoso congresso, considerado elle como reunião das potencias da Europa, eram immensos; mas os tratados particulares, os compromissos secretos, o concurso de muitas outras circumstancias e considerações imponentes, tendiam a attenuar muito aquellas duas cousas, e portanto o vigor das suas resoluções.

A convocação do congresso de Vienna, destinada ao principio para o fim do mez de julho de 1814, adiou-se depois para o mez de setembro, em rasão da viagem do imperador da Russia e do rei da Prussia aos seus estados. Foi no dia 25 do citado mez de setembro que estes dois monarchas chegaram a Vienna. O imperador da Austria, Francisco I, foi ao seu encontro, sendo acompanhado pelo principe imperial e pelos archidukes. Numerosas tropas, apresentando a mais bella apparencia militar, se achavam postadas debaixo das

armas para darem o maximo brilho á esplendida recepção d'aquelles dois monarchas. Mil tiros de artilheria, atroando os ares, annunciaram a entrada d'elles na capital da Austria. Depois da chegada d'estes dois soberanos, successivamente foram tendo logar a dos reis de Dinamarca, da Baviera e do Württemberg, bem como a da imperatriz da Russia e a da rainha da Baviera, a par da de outros mais principes. O imperador, Francisco I, caprichou em tratar magnificamente todos estes seus reaes hospedes.

Os primeiros plenipotenciarios das quatro grandes potencias, Austria, Inglaterra, Russia e Prussia, abriram as conferencias no dia 16 de setembro, resolvendo no dia 22 fixar as bases das operações do congresso, fundando-se para este fim no primeiro artigo secreto do tratado de Paris de 30 de maio, relativo aos territorios cedidos pela França. Convieram os supraditos plenipotenciarios distribuir em duas secções os objectos a tratar no congresso, comprehendendo-se na primeira os grandes interesses da Europa, e portanto as relações das potencias entre si, as novas divisões territoriaes, a fixação dos limites e a repartição a fazer dos paizes provisoriamente administrados pelas potencias alliadas, fazendo o objecto da segunda a organização do pacto federal da Allemanha. O trabalho preparatorio devia ser confiado a duas commissões; uma, composta dos plenipotenciarios da Russia, Inglaterra, Prussia, Austria, França e Hespanha, tinha a seu cargo o trabalho europeu, ou o que dizia respeito a toda a Europa; a outra, formada pelos plenipotenciarios da Austria, Prussia, Baviera, Hanover e Württemberg, tinha a occupar-se do trabalho relativo á organização da Allemanha. Todavia era opinião de mr. Talleyrand, que os plenipotenciarios presentes no congresso formassem todos uma assembléa geral, o que bastante desgostou a Russia, a Austria, a Prussia e a propria Inglaterra, por serem ellas as que aspiravam a decidir dictatorialmente a sorte de toda a Europa. Ainda isto não estava decidido, quando o conde de Palmella, o primeiro dos plenipotenciarios portuguezes, pediu ser admittido na primeira das commissões acima nomeadas, á qual se dera o

nome de *commissão directora*¹. Para este fim allegou elle que a sua côrte, em rasão das suas colonias, não deixava de ter importancia no mundo politico, acrescentando que, não tendo elle e os outros seus dois collegas interesse algum directo na resolução das materias a tratar na dita commissão, eram por esta mesma causa os tres plenipotenciarios portuguezes os individuos mais proprios para julgarem taes materias com acerto, imparcialidade e justiça. A isto additou mais que Portugal era uma das potencias signatarias do tratado de París, e portanto que sem flagrante injustiça não podiam os seus plenipotenciarios ser excluidos da citada commissão directora. A consequencia d'estas allegações foi portanto tomar-se na devida consideração o exposto, sendo todos elles a ella admittidos. O plenipotenciario sueco, mr. Sowenhielm, allegando tambem ter a Suecia assignado o tratado de París, da citada commissão fez igualmente parte. O que de tudo isto se seguiu foi portanto o compor-se ella dos plenipotenciarios de todas as potencias, que haviam assignado o referido tratado, vindo os seus respectivos membros a subir ao consideravel numero de vinte e um plenipotenciarios, posto que á dita commissão se desse tambem o nome de *commissão das oito potencias*, ou simplesmente *commissão dos oito*. Os relatorios das comissões secundarias, ou *comissões preparatorias*, que houvessem de se estabelecer para a preparação dos trabalhos, ser-lhe-iam submettidos, e logo que os confirmasse adquiriam força de *lei politica*. Verdade é que a criação da *commissão* chamada da *Polonia*, assumiu com o tempo uma grande superio-

¹ O conde de Funchal, por effeito dos plenos poderes e antigas instrucções que do Brazil se lhe expediram em janeiro de 1810, julgou-se obrigado a sair de Londres para París, no intento de tomar parte nos trabalhos do tratado de París e congresso de Vienna, emquanto não viesse contra ordem do Rio de Janeiro, de que resultou officiar para aquella capital, participando ao principe regente os assumptos que na capital da França ia tratar, e pedindo levar comsigo, para o auxiliar, o então conde de Palmella, por effeito do seu reconhecido talento, como consta do documento n.º 1. Foi depois d'isto que o dito conde recebeu a sua nomeação de primeiro plenipotenciario para o congresso de Vienna, tendo o conde de Funchal tomado parte sómente no tratado de París.

ridade, por ser ella a encarregada da repartição das principaes indemnisações; mas fóra d'este caso a *commissão dos oito* foi sempre a que se julgon representar o congresso.

Foram os plenipotenciarios das oito potencias os que no dia 8 de outubro apresentaram uma declaração, que occasionou espaçar-se para o seguinte mez de novembro a formal abertura do congresso. Chegado que foi o dia 30 de outubro, o príncipe de Metternich convidou os tres plenipotenciarios portuguezes para concorrerem na noite do citado dia 30 á conferencia da *commissão dos oito*. O mesmo príncipe propoz na referida conferencia os dois seguintes quesitos: 1.º, se o congresso podia desde já reunir-se e pôr-se em actividade? Unanimemente se resolveu que sim; 2.º, de que modo se verificaria essa reunião? Quanto a este ponto, decidiu-se que todos os ministros das potencias signatarias do tratado de Paris, que se achassem munidos dos seus plenos poderes e desejassem ser admittidos ao congresso, podiam apresentar esses seus ditos plenos poderes na secretaria da chancellaria da côrte e estado de sua magestade imperial e real apostolica, desde o dia em que se nomeasse uma *commissão* de tres membros, tirados d'esses mesmos ministros, aos quaes se confiaria a verificação dos citados plenos poderes. Designados pela sorte quaes elles seriam, caiu ella nos plenipotenciarios da Russia, Inglaterra e Prussia. Na mesma sessão de 30 de outubro propoz o príncipe de Talleyrand

guerra da revolução franceza, podiam pertencer ao exame do actual congresso. Lord Castlereagh observou depois pela sua parte que, posto não se fizesse menção de Olivença no tratado de Paris, contudo tinha entrado já nas negociações preparatorias d'aquelle tratado, como constava da declaração do plenipotenciario de sua alteza real, que o assignou. Seguiu-se depois uma segunda conferencia, de que resultou dar-se o congresso por installado e em plena actividade dos seus respectivos trabalhos, não segundo a idéa d'aquelles que queriam achar n'elle uma assembléa geral de plenipotenciarios, decidindo todos os interesses da Europa, mas como uma reunião de plenipotenciarios das potencias signatarias da paz, combinando-se, quando a precisão o exigisse, com os estados inferiores sobre os meios de completar o tratado de Paris de 30 de maio de 1814, para a distribuição dos territorios e das indemnisações. Este era com effeito o fim essencial do congresso.

Ao conde de Palmella, a D. Antonio de Saldanha da Gama e a D. Joaquim [Lobo da Silveira, nomeados para no congresso geral, ou na assembléa que se houvesse de celebrar na Europa para a paz geral, representarem Portugal, e reclamarem tudo quanto fosse a bem da corôa d'este reino, expediti-se-lhes do Rio de Janeiro, na data de 15 de junho de 1814, umas instrucções de vinte artigos, por meio das quaes se subordinavam de algum modo aos plenipotenciarios britannicos, á vista do que no seu artigo 5.º se lhes dizia, concebido pelo seguinte modo: «Sua alteza real, considerando o muito que deve á efficaz amisade da sua antiga e fiel aliada, a Gran-Bretanha, e o quanto tem por todos os modos contribuido para a restauração de Portugal, quer que v. ex.^ª se communique francamente com os plenipotenciarios britannicos, sendo indubitavel que sua alteza real, o principe de Galles, em consequencia da carta que sua alteza real agora lhe escreveu, lhes dará ordens e instrucções para consolidar por meio de negociações, assim como até agora o tem feito pelas armas, a independencia e integridade territorial da monarchia portugueza. Artigo 6.º A mesma con-

fidencia deve haver com os plenipotenciarios de sua magestade o imperador da Russia, pela bem merecida influencia que ha de ter em todos os negocios, que se tratam no congresso. Artigo 10.º Quando se medite alguma liga de neutralidade maritima, que venha de algum modo offender os interesses da Gran-Bretanha, v. ex.^a se opporá com todas as rasões, que poder allegar para a não assignar, e tratará este negocio com os plenipotenciarios inglezes com aquella lealdade que deve haver entre côrtes alliadas e amigas». Pelo artigo 16.º pedia-se que a força militar regular não fosse em tempo de paz superior a 30:000 homens. Em officio de 16 de janeiro de 1813 se lhes recommendavam os negocios da *escravatura*, e a indemnisação das presas, que debaixo de similhante pretexto haviam sido feitas de navios portuguezes pelos inglezes. Recommendava-se-lhes outrosim que combatessem a pretensão do governo inglez para se abolir a companhia dos vinhos do alto Douro, e que tratassem de fixar a demarcação da Cayenna, exigindo que fosse feita pelo rio Oyapock e não pelo de Vincent Pinson, como os francezes tinham pretendido, poisque no tratado de Utrecht estes dois rios se confundiam, pela falta de conhecimentos geographicos que então havia; largas e bem largas eram as instrucções mandadas a Palmella sobre este ponto. Finalmente fallava-se-lhes tambem da demarcação dos limites das possessões hespanholas e portuguezas na America me-

ma Hespanha durante a guerra da península, concorrendo poderosamente para a sua libertação, ligado com o exercito inglez, acrescentando mais que Olivença nunca podia ser compensação condigna da reversão da Cayenna á França, e que sua alteza real preferiria, *e preferia mesmo abandonal-a*, quando da sua reencorporação á monarchia portugueza houvesse de resultar tão grande prejuizo. O mesmo conde do Funchal, recusando-se a entregar ao conde de Palmella a embaixada de Portugal em Londres, para a qual este nosso diplomata havia tambem sido nomeado pela côrte do Brazil, confiára-lhe o tomar parte com elle nas negociações do tratado de Paris de 30 de maio, devendo guiar-se por umas instrucções, que para tal fim lhe dera. Por effeito d'ellas o mesmo Palmella formulou uma nota verbal, contendo os seguintes tres pontos: 1.º, restituir-se Cayenna á França, em nome de sua alteza real; 2.º, tomarem a França e as mais potencias sobre si a recuperação de Olivença e a dos direitos cedidos á Hespanha em 1804 pelo tratado de Badajoz; 3.º, finalmente annullar-se este mesmo tratado com todas as suas estipulações politicas e commerciaes. Esta conducta de Palmella desagradou, como a de Funchal, á côrte do Rio de Janeiro, a qual n'um seu officio lh'a reprovou com as mesmas razões, que a este diplomata o tinha já feito. O mesmo Funchal teve pela sua parte de deixar por fim a Inglaterra, e de se dirigir para Roma, no character de embaixador extraordinario junto do Santo Padre, com a commissão de o felicitar pela sua restituição á sé pontificia, sendo definitivamente substituido na embaixada de Londres pelo conde de Palmella, mas no character de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Durante o desempenho da sua commissão no congresso de Vienna o mesmo Palmella foi substituido em Londres por Cypriano Ribeiro Freire.

A questão de Olivença, já acima referida, era difficil de ser vantajosamente conseguida no congresso de Vienna, ou na côrte de Madrid pelos plenipotenciarios portuguezes, a não se dar para isso alguma compensação, que cohonestasse semelhante acto. E como no tratado de Paris de 30 de maio

se impoz a Portugal a obrigação de restituir Cayenna á França, com razão entenderam os condes de Funchal e de Palmella, que não podendo o Brazil eximir-se d'esta restituição, muito judiciosamente entenderam deverem pedir em compensação a restituição da praça de Olivença a Portugal. Condemnado como portanto foi pela côrte do Brazil o procedimento dos dois citados condes, as tentativas para a restituição d'aquella praça ficaram sem ter por si uma base solidida sobre que assentassem, poisque á allegação dos serviços prestados á Hespanha pelo exercito portuguez durante a guerra da península, faltava-lhe a de um prévio tratado, ou convenção, que estipulasse a remuneração d'esses serviços e a das despesas feitas com semelhante guerra em favor da mesma Hespanha. Por conseguinte aos tres plenipotenciarios portuguezes, nomeados para o congresso de Vienna, só lhes restou tratar dos pontos, que nas suas respectivas instrucções mais particularmente se lhes recommendavam, sendo um d'elles o reclamar do governo inglez as indemnisações dos navios portuguezes, arbitrariamente apresados pelos seus navios de guerra, com o especioso pretexto de empregados no commercio da escravatura. Este assumpto os nossos ditos plenipotenciarios o julgavam como um dos pontos de mais difficil solução de que tinham a tratar no congresso de Vienna. Por aquelle tempo ainda o commercio da escravatura se reputava como cousa da mais absoluta necessidade para a cultura dos terrenos do Brazil. Por outro ladourgia por parte dos negociantes, lesados com o apresamento dos navios tidos como negreiros, garantir-se-lhes a respectiva indemnisação, sendo para notar o desenfreamento e o ardor com que o governo inglez mostrava em fazer promptamente cessar o commercio dos negros, o que não era para admirar, poisque o ministerio britannico considerava a sua existencia, ou pelo menos a sua popularidade, inteiramente identificada com o acabar quanto antes o referido commercio¹. A França,

¹ Era crença geral por aquelle tempo que a Inglaterra tinha medo que o commercio a que, com pezar seu, havia renunciado, caisse nas

a Hespanha e Portugal eram por então as nações a quem este objecto mais particularmente tocava, tendo portanto de ouvir no congresso os clamores suscitados pela Inglaterra, apoiados pelo proprio imperador da Russia, ao qual seguramente nada custava dar n'aquella occasião provas de philanthropia, no que tambem era acompanhado por todos os mais soberanos da Europa, que aproveitavam gostosos uma conjunctura em que nada lhes custava condescender com os desejos da Inglaterra. A consequencia d'isto foi portanto julgarem os plenipotenciarios portuguezes, que lhes não era possivel fazer no congresso manifesta opposição a uma tal torrente de poderosas influencias, parecendo-lhes em tal caso ser-lhes mais vantajoso tratar directamente com os plenipotenciarios inglezes as suas tão justas reclamações.

Outras mais considerações de não menor importancia, e que tinham como de pundonor nacionnal, faziam os nossos plenipotenciarios na sua correspondencia para a côrte do Rio de Janeiro. «O descontentamento, diziam elles, em que de necessidade ficará a nação portugueza, se vir que nem no tratado de Paris, nem no congresso de Vienna se consegue cousa alguma que lisonjeie o seu amor proprio, e que lhe dê algum desconto aos seus pesados males, e comprovando por outro lado ao mundo os seus soffrimentos na ultima guerra, põe-nos, segundo parece, na necessidade de recorrer á restituição de Olivença e á fixação dos limites da Guyanna, conforme ao tratado de Utrecht, poisque são esses os unicos trophéus, que se acham ao nosso alcance. Porém nem uma, nem outra d'essas estipulações podemos reclamar, enquanto nos não libertarmos dos artigos secretos do tratado de 10 de fevereiro de 1810. Só com a Inglaterra podemos negociar para que se annullem aquelles artigos, e só por meio de algumas concessões, relativas ao commercio da escravatura, nos po-

mãos de uma outra nação, d'onde vinha querer ella forçar a França, a Hespanha, Portugal e Hollanda a mudarem subitamente o regimen das suas colonias, sem lhe importar se estes estados estavam ou não no caso de poderem dar a liberdade aos negros, abandonando á graça de Deus a propriedade e a vida dos brancos. (*Congresso de Verona*, tom. 1, pag. 78.)

demos lisonjear que ella consinta em o fazer. Finalmente a consideração mais ponderosa de todas é sempre a da *impossibilidade absoluta* de resistir sobre isso inteiramente aos esforços da Gran-Bretanha, e parece-nos que haverá um menor mal em fazer pagar ao governo inglez a condescendencia que exige de sua alteza real, do que permittir que nas concessões nos sejam arraucadas violentamente pelas negociações das potencias unidas no congresso, ou mesmo que o governo britannico continue de facto a estorvar, por meio de procedimentos illegaes, o nosso commercio, substituindo a força ao direito que lhe falta». Accordado pelos plenipotenciarios portuguezes o methodo a seguir nas suas negociações com lord Castlereagh, tiveram com elle uma conferencia, em que lhe expozeram não poderem entrar em discussão sobre negocios de escravatura, enquanto a Inglaterra não desse a Portugal uma satisfação plena do insulto feito pelos seus cruzadores na tomada dos navios portuguezes, tidos como empregados n'aquelle commercio, indemnizando completamente os interessados dos daunos que haviam soffrido por taes apresamentos. A isto respondeu Castlereagh, que mais depressa se chegaria á solução de semelhante negocio, quando promiscuamente se tratasse com o da cessação do commercio da escravatura, pois a não ser assun, e a querer-se appellar para o congresso de Vienna, seria em tal caso necessario que os tribunaes inglezes decidissem primeiro

que houvesse de se fazer, conservando-se o referido commercio por espaço de oito annos ao sul d'esta linha, contando igualmente da ratificação do mencionado tratado com as seguintes vantagens, que lhe apresentaram na data de 11 de novembro: 1.^a A satisfação plena do insulto feito ao pavilhão portuguez com a tomada dos navios portuguezes, apre-sados na costa de Africa, com a indemnisação de todas as perdas e damnos, sendo esta reparação feita separadamente como se não fosse parte d'esta convenção; 2.^a, a mais completa segurança para o commercio da costa de Africa, quer elle fosse feito com generos coloniaes, quer fosse em escravatura n'aquellas partes em que este commercio ficasse permitido; 3.^a, a annullação dos artigos secretos do tratado de alliança de 10 de fevereiro de 1810; 4.^a, a remissão da divida que o governo de Portugal contrahiui com a Inglaterra, cessando a consignação desde o momento da assignatura do presente tratado; 5.^a, a abolição do tratado de commercio de 1810, ficando a bem do commercio de ambas as nações as estipulações do dito tratado em seu vigor por espaço de um anno, contado desde a assignatura do presente tratado; e no fim d'este tempo, não existindo novo tratado, ficariam as relações mercantis de ambas as nações no pé em que se achavam pelos antecedentes tratados para com Portugal e para com o Brazil, e igualmente no pé em que ficaram pela carta regia, expedida na Bahia em fevereiro de 1808; 6.^a, a intervenção da Gran-Bretanha para a restituição de Olivença e do territorio de Juromenha; 7.^a, a mesma intervenção para a fixação dos limites da Guyanna franceza; 8.^a, a mesma intervenção da mediação da Inglaterra para a fixação dos nossos limites na America hespanhola, de maneira que ambos os governos ficassem com limites seguros e definidos; 9.^a, finalmente, a exigencia por parte da Inglaterra no congresso para ser entregue a Portugal, a titulo de indemnisação, a colonia do Sacramento, na conformidade do tratado de Utrecht.

Castlereagh duvidou aceitar todas as condições acima referidas, vindo interromper por algum tempo o andamento d'estas negociações a formal recusa, que a côrte do Brazil ti-

nha feito á entrega da Cayenna. Renovadas como depois foram, o mesmo Castlereagh, para facilitar o negocio da abolição do commercio da escravatura, em que tão empenhado se achava, propoz aos nossos plenipotenciarios dividil-a em duas partes, a saber: a abolição do referido commercio ao norte, e a abolição d'elle ao sul do Equador, passando aquella a effectuar-se desde logo, e esta a fazer-se gradualmente, terminando no fim de oito annos. Esta questão foi debatida acaloradamente por uma e outra parte na conferencia, que os plenipotenciarios tiveram com lord Castlereagh em 11 de janeiro de 1815, principiando por lhe declarar que acceitavam a restituição do valor das prezas como compensação da abolição immediata da escravatura ao norte do Equador, por considerarem que uma tal restituição era uma divida, que lhes dava todo o direito a reclamarem d'elle o seu pagamento, não podendo portanto olhal-a com o caracter de compensação de um favor que d'elles se exigia, tal como o da abolição do artigo 10.º do tratado de alliança de 10 de fevereiro de 1810, artigo em que se dizia *que os subditos portuguezes poderiam fazer o commercio de escravos sobre todos os pontos da costa de Africa, dependentes da corôa de Portugal de facto e de direito*, disposição que levára o governo portuguez a consentir em outras muitas vantagens para a Gran-Bretanha, e portanto que, annullado o referido artigo, forçoso era annullarem-se igualmente todos os outros¹. Ao exposto acres-

ao sul da linha traçada, disseram-lhe que a fixariam nos oito annos propostos, mas ficando inteiramente dependente da abolição immediata do tratado de commercio de 1810, estipulando-se formalmente que o da escravatura não ficaria exposto durante aquelle praso de tempo a restricção alguma, ou exame por parte do governo britannico, na intelligencia de que a abolição dos dois tratados de 1810, o do commercio e o de alliança, era para elles o mesmo que para mylord e para os plenipotenciarios inglezes a questão dos negros, e *até mesmo in odium auctoris, porque lord Strangford era excessivamente mal visto entre nós* ¹.

¹ Lord Strangford tinha acompanhado o principe regente de Portugal, quando no fim do anno de 1807 fez viagem de Lisboa para o Rio de Janeiro, para não cair prisioneiro nas mãos do general Junot. A alta consideração que o mesmo principe lhe manifestára desde que chegára ao Brazil, desvaneceu-o por modo tal, que nenhum pejo teve em lhe faltar ao devido respeito, não só pelo descomedimento do seu trato para com elle, mas até mesmo pela ousadia com que lhe condemnou a nomeação, que em 1814 fizera de Antonio de Araujo de Azevedo (que teve o titulo de conde da Barca) para ministro dos negocios estrangeiros, dizendo-lhe ter instrucções para não tratar com elle, o que foi causa de ser transferido d'aquelle ministerio para o dos negocios da marinha e ultramar. Tempo houve em que o principe D. João se empenhou o mais possivel com o governo inglez para levar lord Strangford do character de encarregado de negocios ao de embaixador de Inglaterra junto da sua pessoa, mas vendo o interessado que lhe não conseguira tal promoção, entendeu por melhor faltar ao respeito ao mesmo principe regente, seu protector e amigo, provavelmente nas vistas de continuar a agradar ao conde do Funchal, do qual era partidista dedicado, como o tinha sido do conde de Linhares, seu irmão, poisque tanto um como outro conde eram no mais alto grau adversos a Antonio de Araujo de Azevedo. É portanto de crer que fossem as suggestões de Funchal o que levou Strangford a hostilisar Antonio de Araujo, o qual provavelmente foi a causa de Funchal ser transferido da embaixada de Londres para a de Roma, cousa que muito lhe custou. O certo é que o principe D. João, offendido de lord Strangford, pediu ao principe regente de Inglaterra, por effeito de uma carta de gabinete, que lhe dirigiu em 20 de fevereiro de 1814, a remoção de Strangford (documento n.º 2), allegando a offensa recebida do seu representante no Brazil, de que resultou ser mandado retirar de lá para Inglaterra, posto que ainda assim o fosse com alguma demora, ou constrangimento por parte do governo inglez.

Depois do exposto seguiu-se perguntar lord Castlereagh o que havia ácerca da não ratificação do tratado de Paris, da parte do príncipe regente de Portugal, pergunta a que os plenipotenciarios portuguezes responderam ter-se verificado a não ratificação, por entender sua alteza real ser-lhe necessario não sòmente manter o decoro devido á sua real pessoa, mas apaziguar igualmente os justos clamores de todos os seus subditos, pois que a Inglaterra havia n'isto andado arbitrariamente, não podendo mostrar auctorisação alguma para ceder em nome do governo portuguez a Guyenna á França, nem o embaixador portuguez (refere-se ao conde de Funchal) tinha pela sua parte poderes para concordar com as exigencias da cedencia do similhante conquista, allegação a que o mesmo Castlereagh replicou ser inteiramente o contrario d'isto o que se tinha dado com o conde de Funchal, parecendo-lhe até ter pela sua parte documentos comprovativos, que o auctorisavam ao que fez, documentos que nunca apresentou. A verdade de similhante procedimento foi-lhe portanto contrariada pelos plenipotenciarios portuguezes, allegando-lhe que sua alteza real muito expressa e formalmente desauthorisava quaesquer ditos, ou documentos que podesse ter fornecido o seu embaixador, acrescentando ser forçoso, ou conservar a Cayenna, ou obter um equivalente da respectiva cessão. Pois não tem Olivença, lhes tornou Castlereagh, cuja restituição nos obrigámos todos em Paris a

lord Castlereagh, que todas as requisições por elles feitas se podiam muito bem dar as mãos, de modo que, obtendo o valor dos navios apresados puramente e sem condições, cederiam elles a Guyenna a troco da remissão das 600:000 libras do emprestimo contrahido em 1809; concordariam tambem na abolição do commercio da escravatura ao norte do Equador, a contar do cabo Formoso, comtanto que se abolisse igualmente o tratado de alliança de 10 de fevereiro de 1810; e finalmente acceitariam o praso de oito annos, para no fim d'elles terminar o referido commercio ao sul do mesmo Equador, a contar tambem do referido cabo Formoso, verificando-se em troca de similhante concessão a abolição do tratado de commercio de 10 do citado mez de fevereiro de 1810. Todas estas propostas foram ouvidas tranquillamente pelo plenipotenciario inglez, que pediu aos nossos plenipotenciarios que em conformidade com ellas lhe dirigissem no seguinte dia 12 de janeiro uma nota, o que elles effectivamente praticaram ¹.

Em consequencia pois da referida nota, lord Castlereagh ultimou com os plenipotenciarios portuguezes a convenção de 21 de janeiro de 1815, pela qual a Inglaterra se obrigou a pagar em Londres a somma de 300:000 libras áquella pessoa que o principe regente de Portugal nomeasse para recebê-las, sendo a dita somma considerada como pagamento total de todas as prestações, provenientes da captura dos navios portuguezes antes de 1 de junho de 1814, renunciando sua magestade britannica intervir por modo algum nas disposições d'este dinheiro ². No dia 8 de junho de 1815 foi esta convenção ratificada na côrte do Rio de Janeiro pelo principe regente de Portugal, tendo já sido na côrte de Londres ratificada igualmente pelo principe regente da Gran-Bretanha no dia 14 de fevereiro.

Aos 21 de janeiro do citado anno de 1815 celebrou-se igualmente em Vienna, entre o principe regente de Portugal

¹ Veja o documento n.º 3.

² Veja o documento n.º 4.

e Jorge III de Inglaterra, um tratado para a abolição do commercio da escravatura em todos os logares da costa de Africa ao norte do Equador, o qual foi ratificado por parte de Portugal aos 8 de junho do mesmo anno, tendo-o ja sido anteriormente pelo da Gran-Bretanha no dia 14 de fevereiro. Pelo artigo 1.º do referido tratado se prohibiu a todo o subdito portuguez comprar escravos, ou traficar n'elles em qualquer parte da costa de Africa ao norte do Equador, debaixo de qualquer pretexto, ou por qualquer modo que fosse. Pelo artigo 2.º cada uma das duas partes contratantes se obrigou a fazer effectiva a citada prohibição, adoptando cada uma d'ellas as medidas que para este fim estavam ao seu alcance. Pelo artigo 3.º se deu por nullo e abolido em todas as suas partes o tratado de alliança de 19 de fevereiro de 1810, declarando-se todavia subsistentes os anteriores tratados de alliança, amizade e garantia que havia entre as duas corôas. Pelo artigo 4.º se declarava igualmente subsistente o commercio da escravatura ao sul do Equador, enquanto um tratado especial entre as mesmas altas partes contratantes não declarasse prohibido. Finalmente pelo artigo 5.º o governo inglez declaron desistir da cobrança de todos os pagamentos, que ainda estivessem por fazer para a completa solução do empréstimo de 600:000 libras sterlingas, contratado em Londres por conta de Portugal no anno de 1809 em consequencia da convenção, para este fim assignada no dia 21 de abril do mesmo anno, convenção que por virtude d'este tratado se dava por nulla e de nenhum effeito. Além d'estes artigos ostensivos, tinha tambem este tratado um addicional e tres secretos. Pelo addicional se permitto a subditos portuguezes passarem com os negros seus domos

¹ D'este empréstimo das 600.000 libras, contratado em Londres em 1809, destinou o principe regente 300.000 para Portugal, outro para o Brazil outra igual quantia. Para o pagamento do juro e do capital d'esto empréstimo destinaram-se: 1.º, 100 000 cruzados tirados dos rendimentos da ilha da Madeira; 2.º, o valor dos diamantes que annualmente se remetterssem para o banco de Inglaterra; 3.º, parte dos rendimentos do pau brazil, necessario para preencher o respectivo pagamento.

ticos dos estabelecimentos, que Portugal tinha na costa de Africa ao norte do Equador, para qualquer outra possessão sua. Pelo primeiro dos artigos secretos o principe regente de Portugal se obrigou a realizar immediatamente o artigo 10.º do tratado de Paris de 30 de maio, que estipulára a restituição da Guyenna franceza a sua magestade christianissima, promettendo sua magestade britannica pela sua parte a sua mediação para que os limites da Guyenna franceza se fixassem na conformidade das disposições do tratado de Utrecht. Pelo segundo artigo declarou subsistente o artigo 9.º do tratado de alliança de 19 de fevereiro de 1810, que tinha por fim a abolição do tribunal do santo officio em Portugal. Finalmente pelo artigo 3.º o governo inglez compromettia-se a satisfazer as justas reclamações que o de Portugal lhe dirigisse por causa dos injustos apresamentos, que os cruzadores britannicos podessem fazer desde o 1.º de junho de 1814 até ao periodo da abolição total do commercio da escravatura ao norte do Equador ¹.

Pela exposição que acabámos de fazer vê-se que pela citada convenção de 21 de janeiro de 1815 a prolongada reclamação dos apresamentos, feitos nos navios portuguezes pelos cruzadores britannicos, foi satisfeita de um modo condigno a reparar a grave offensa que estes tinham feito á bandeira portugueza, não a confundindo, ou misturando com outras reclamações ². Pelo tratado do seguinte dia 22 do citado mez de janeiro ficou ainda subsistente o commercio da escravatura ao sul do Equador, por não ter o plenipotenciario britannico concordado na abolição do tratado do commercio de 19 de fevereiro de 1810. A concessão da abolição da escla-

¹ Veja o documento n.º 5.

² Que a offensa tinha sido grave, e só filha da prepotencia do governo inglez, é para nós cousa manifesta. Pelo artigo 10.º do tratado de alliança de 19 de fevereiro de 1810 o principe regente de Portugal declarára a sua determinação de *cooperar* com sua magestade britannica para a gradual abolição do commercio dos escravos. Esta simples promessa o governo inglez a entendeu como obrigação formal e expressa de o abolir, e debaixo d'este ponto de vista passou logo a mandar appre-

vatura ao norte do Equador, mencionada no referido tratado, não podia deixar de fazer-se. Pelo tratado de Paris de 30 de maio a Inglaterra e a França obrigaram-se a empregar todos os seus esforços para conseguirem a abolição do referido commercio. Em conformidade com isto publicou o governo francez uma ordenança pela qual promettia concorrer no congresso de Vienna para a dita abolição. Enquanto isto se negociava com a corte de França, o ministro inglez em Madrid, sir Henrique Wellesley, irmão do duque de Wellington, tratava com o governo hespanhol aquelle mesmo assumpto, conseguindo que no tratado de Madrid de 5 de julho de 1814 se dissesse «que sua magestade catholica, partilhando os sentimentos de sua magestade britannica sobre a injustiça e deshumanidade do trafico dos escravos, tomava em consideração, com aquella circumspecção que exigia o estado das suas possessões da America, os meios de obrar em conformidade com aquelles sentimentos». Lord Castlereagh, pensando sempre em conseguir quanto antes a abolição do commercio dos negros desde a sua chegada ao congresso de Vienna, dirigiu no dia 8 de outubro de 1814 ao principe de Talleyrand uma nota em que convidava o governo francez a negociar com a Gran-Bretanha semelhante abolição, á qual o referido principe lhe respondeu n'uma outra nota de 5 de novembro, que sua magestade christianissima, compromettida como estava a unir todos os seus esforços com os de sua magestade britannica para se

ponto, contido na nota d'elle Castlereagh, logo que as operações do congresso se achassem terminadas, e que a França, havendo obtido por então as informações que ainda lhe faltavam, a questão das colonias poderia em tal caso ser tratada com aquella madureza que semelhante materia exigia.

N'este estado se achava a questão da abolição da escravatura, com relação ás nações acima mencionadas, quando lord Castlereagh pediu, em nome do principe regente de Inglaterra, uma audiencia aos soberanos da Austria, Russia e Prussia, e sendo admittido á presença do imperador Alexandre, não lhe foi difficil leval-o a annuir á sua exigencia magna, ordenando o referido soberano ao conde de Nesselrod que conferenciasse com elle Castlereagh sobre o que convinha adoptar para se conseguir o fim proposto, chegando até ao ponto de manifestar desejos de que a França fixasse o praso de cinco annos para o acabamento da escravatura, e de que os governos da Hespanha e Portugal fossem igualmente obrigados a se conformar com a referida epocha. A 10 de dezembro o principe de Talleyrand propoz que se nomeasse uma commissão de oito plenipotenciarios, á qual se commettesse o exame e resolução d'esta materia. Na sessão da commissão das oito potencias, tida a 16 de janeiro de 1815, lord Castlereagh propoz que a citada commissão das oito potencias se occupasse d'isto, e não podendo o conde de Palmella conseguir que semelhante exame e resolução fossem só confiados aos plenipotenciarios das potencias que possuiam colonias, em rasão da contrariedade que a isto lhe oppozeram os plenipotenciarios da Russia, Austria, Prussia e Suecia, tendo a abolição da escravatura como uma questão de moral publica e de humanidade, que interessava a todas as potencias christãs, propoz que em tal caso se declarasse como uma questão de direito publico. Foi no dia 20 do citado mez de janeiro que sobre este ponto do commercio de escravos teve logar a primeira conferencia da *commissão dos oito*. O mesmo lord Castlereagh, usando da palavra sobre o ponto e dissertando, quanto ao melhor meio de conseguir o que se tinha em vista, propoz: 1.º, que as oito potencias

fizessem de commun accordo uma publica declaração sobre o principio geral e abstracto de humanidade, applicado á presente questão, e que a redacção d'essa especie de manifesto fosse confiada á habil penna do cavalleiro Gentz, secretario da commissão; 2.º, que cada uma das potencias, que fazia o commercio de escravos, fosse solicitada para o abolir immediatamente, ou pelo menos para declarar o praso de que para isso carecia; 3.º, finalmente, que as mesmas potencias fossem tambem solicitadas para que desde logo cessassem com o trafico em certas paragens da costa de Africa.

Os plenipotenciarios portuguezes expozeram pela sua parte que os desejos de sua alteza real eram inteiramente conformes aos de todos os mais soberanos, acrescentando porém que a sua situação era muito differente da d'elles. Que as extensas provincias do Brazil só se cultivavam por meio de escravos, e que um augmento de povoação lhes era ainda indispensavel para a sua prosperidade. Que nenhuma colonia se podia comparar com o Brazil n'este sentido. Alem de que, sendo a nação portugueza a unica da Europa que possuia verdadeiras colonias na costa occidental da Africa, a sua posição a similhante respeito devia-se considerar como differente das mais, porque os portuguezes transportavam escravos de umas das suas colonias para as outras, circumstancia que lhes facilitava o trata-los com muito mais doçura do que as outras nações, sendo notorio a todo o mundo a humanidade dos seus regulamentos a tal respeito. A isto acrescentaram mais que não era possivel cessar immediatamente o trafico sem arrumar Angola e Benguella, e que não era obra de poucos annos o poder variar inteiramente o systema interior das duas ditas possessões. Pediram pois aos seus collegas que se lembrassem dos annos, que a propria Gran-Bretanha precisou, antes de poder prohibir definitivamente a importação dos negros nas suas colonias, sendo bem natural que as outras nações, ainda mais interessadas do que ella o fôra no trafico, reclamassem tambem um praso para discurrir e preparar a sua abolição. Continuando a sua argumentação, manifestaram que sua alteza real, em con-

formidade com a sua palavra, tinha já promulgado leis tendentes a desanimar o commercio da escravatura, augmentando os direitos sobre a importação dos escravos para o Brazil, e adoptando as medidas mais humanas para regular o seu transporte. Finalmente concluíram que sem embargo das considerações acima expostas, mylord Castlereagh sabia bem que estavam promptos á cessação total do commercio dos escravos n'um praso semelhante ao que adoptou a Hespanha; porém que exigiam para effectuar essa abolição a annullação do tratado de commercio, que Portugal tinha com Inglaterra, cujas condições, summamente gravosas para os portuguezes, tornariam mais prejudicial a cessação do trafico¹. Lord Castlereagh, em conformidade com o que de antemão havia já ajustado com os plenipotenciarios portuguezes, deu-se por satisfeito com a declaração que acabavam de fazer, e que reservava para uma outra sessão a ultima parte da sua proposta.

Foi na quarta conferencia, que a commissão das oito potencias teve no dia 8 de fevereiro, que formulou a sua celebre declaração, na qual disseram «que haviam tomado em consideração o commercio conhecido debaixo do nome de *trafico dos negros de Africa*, o qual tinha sido olhado pelos homens justos e esclarecidos de todos os tempos como repugnante aos principios da humanidade e da moral universal. Que as circumstancias particulares, ás quaes este commercio tinha devido o seu nascimento, e a difficuldade de lhe interromper repentinamente o curso, tinham podido cobrir até certo ponto o que havia de odioso na sua conservação; mas que enfim a voz publica se tinha levantado em todos os paizes civilizados para pedir que fosse supprimido o mais cedo possivel; que depois que o character e os detalhes d'este commercio tinham sido melhor conhecidos, muitos dos governos europeus haviam effectivamente tomado a resolução de o fazer cessar, e que successivamente todas as po-

¹ Officio dos plenipotenciarios para o Rio de Janeiro de 21 de janeiro de 1815.

tencias possuidoras de colonias nas differentes partes do mundo tinham reconhecido a obrigação e a necessidade de o abolir. Que os plenipotenciarios reunidos no congresso, não podendo honrar melhor a sua missão, preencher o seu dever e manifestar os principios, que guiavam os seus augustos soberanos, do que trabalhando para realisar este compromisso, e proclamar em nome d'elles o desejo de pôr um termo ao flagello, que por tão longo tempo desolára a Africa, degradando a Europa e affligindo a humanidade; os ditos plenipotenciarios assentaram abrir as suas deliberações sobre os meios de realisar um objecto tão salutar, por uma declaração solemne dos principios que os tinham dirigido n'este trabalho. Em consequencia elles declararam á face da Europa: *Que olhando a abolição universal do trafico dos negros como uma medida particularmente digna da sua attenção, conforme ao espirito do seculo e aos principios geraes dos seus augustos soberanos, elles acham-se animados do desejo sincero de concorrer para a mais prompta execução e a mais efficaç d'esta medida por todos os meios á sua disposição e de obrar no emprego d'estes meios com todo o zêlo e perseverança, que devem a uma tão grande e tão bella causa*. Os mesmos plenipotenciarios que compunham o congresso reconheceram ao mesmo tempo que a determinação da epocha, em que este commercio devia totalmente acabar, *seria um objecto de negociação entre as potencias, entendendo-se que se não desprezaria meio*

que esses plenipotenciarios representavam governos, cujos interesses nenhum prejuizo inteiramente soffriam com semelhante abolição. Á vista pois d'isto é um acto de justiça que fazemos á memoria do conde de Palmella e á dos seus outros dois collegas (mas principalmente ao primeiro), confessarmos terem elles desempenhado com todo o acerto e patriotismo a ardua missão, que o principe regente lhes confiára, não só porque conseguiram o pagamento, que a Inglaterra nos fez do valor dos navios portuguezes, injustamente apre-sados pelos cruzadores britannicos, mas porque tambem nenhum prejuizo causaram aos agricultores do Brazil com a concessão da abolição do commercio da escravatura ao norte do Equador, por isso que, ficando subsistindo o que se fazia ao sul d'elle, d'esta parte da Africa se podiam commodamente fornecer dos braços que lhes fossem precisos para a cultura e amanho das suas propriedades agricolas, sendo alem d'isso para notar, que ainda assim obtiveram elles por esta concessão a abolição do tratado de alliança de 19 de fevereiro de 1810, cousa de não pequena vantagem para nós. Quanto á cessão da Guyenna franceza, viu-se que a sua negociação foi ao principio entabolada sobre a restituição da nossa antiga praça de Olivença e territorios de Juromenha, e que embaraçados depois pela còrte do Rio de Janeiro de negociarem sobre tal restituição, preciso lhes foi buscarem outro equivalente. Entretanto chegava á Europa a noticia da não ratificação do tratado de París pelo principe regente, noticia que tornou muito mais delicada a sua posição no congresso, pois que a França não podia olhar com indifferença para a perda d'aquella sua antiga colonia, nem deixar de exigir que lhe fizessem boas as estipulações do referido tratado, como muito abertamente o fez saber mr. de Talleyrand, com relação ás potencias que o assignaram, e mais particularmente ainda á Inglaterra.

Por outro lado esta potencia, que em nome de Portugal tinha cedido a Guyenna á França, posto que sem a devida auctorisação do principe regente, começava pelo menos a abandonar os nossos plenipotenciarios na nova negociação que

tencias possuidoras de colonias nas differentes partes do mundo tinham reconhecido a obrigação e a necessidade de o abolir. Que os plenipotenciarios reunidos no congresso, não podendo honrar melhor a sua missão, preencher o seu dever e manifestar os principios, que guiavam os seus augustos soberanos, do que trabalhando para realisar este compromisso, e proclamar em nome d'elles o desejo de pôr um termo ao flagello, que por tão longo tempo desolára a Africa, degradando a Europa e affligindo a humanidade; os ditos plenipotenciarios assentaram abrir as suas deliberações sobre os meios de realisar um objecto tão salutar, por uma declaração solemne dos principios que os tinham dirigido n'este trabalho. Em consequencia elles declararam á face da Europa: *Que olhando a abolição universal do trafico dos negros como uma medida particularmente digna da sua attenção, conforme ao espirito do seculo e aos principios geraes dos seus augustos soberanos, elles acham-se animados do desejo sincero de concorrer para a mais prompta execução e a mais efficaç d'esta medida por todos os meios á sua disposição e de obrar no emprego d'estes meios com todo o zêlo e perseverança, que devem a uma tão grande e tão bella causa*. Os mesmos plenipotenciarios que compunham o congresso reconheceram ao mesmo tempo que a determinação da epocha, em que este commercio devia totalmente acabar, *seria um objecto de negociação entre as potencias, entendendo-se que se não desprezaria meio*

que esses plenipotenciarios representavam governos, cujos interesses nenhum prejuizo inteiramente soffriam com semelhante abolição. Á vista pois d'isto é um acto de justiça que fazemos á memoria do conde de Palmella e á dos seus outros dois collegas (mas principalmente ao primeiro), confessarmos terem elles desempenhado com todo o acerto e patriotismo a ardua missão, que o principe regente lhes confiára, não só porque conseguiram o pagamento, que a Inglaterra nos fez do valor dos navios portuguezes, injustamente apre-sados pelos cruzadores britannicos, mas porque tambem nenhum prejuizo causaram aos agricultores do Brazil com a concessão da abolição do commercio da escravatura ao norte do Equador, por isso que, ficando subsistindo o que se fazia ao sul d'elle, d'esta parte da Africa se podiam commodamente fornecer dos braços que lhes fossem precisos para a cultura e amanho das suas propriedades agricolas, sendo alem d'isso para notar, que ainda assim obtiveram elles por esta concessão a abolição do tratado de alliança de 19 de fevereiro de 1810, cousa de não pequena vantagem para nós. Quanto á cessão da Guyenna franceza, viu-se que a sua negociação foi ao principio entabolada sobre a restituição da nossa antiga praça de Olivença e territorios de Juromenha, e que embaraçados depois pela côrte do Rio de Janeiro de negociarem sobre tal restituição, preciso lhes foi buscarem outro equivalente. Entretanto chegava á Europa a noticia da não ratificação do tratado de Paris pelo principe regente, noticia que tornou muito mais delicada a sua posição no congresso, pois que a França não podia olhar com indifferença para a perda d'aquella sua antiga colonia, nem deixar de exigir que lhe fizessem boas as estipulações do referido tratado, como muito abertamente o fez saber mr. de Talleyrand, com relação ás potencias que o assignaram, e mais particularmente ainda á Inglaterra.

Por outro lado esta potencia, que em nome de Portugal tinha cedido a Guyenna á França, posto que sem a devida auctorisação do principe regente, começava pelo menos a abandonar os nossos plenipotenciarios na nova negociação que

a este respeito teriam de intentar no congresso geral. As outras potencias, que todas muito acaloradamente haviam assignado o tratado de Paris, não podiam deixar de exigir d'elles que mantivessem tambem a sua assignatura com o mesmo direito com que igualmente o exigiam das potencias allemãs e da Italia, posto não terem sido signatarias do referido tratado, apesar de não pouco lesadas por elle. Finalmente, o bom conceito e consideração que os nossos ditos plenipotenciarios tinham até ali merecido, tanto ao seu governo, como aos plenipotenciarios do congresso, perdiam-se necessariamente, quando contrariassem o que no tratado de Paris se estipulára, posto que injustamente, quanto á restituição de Cayenna, cousa que não podia deixar de trazer comsigo o ficar Portugal em estado de guerra com a França, em disputa bem desagradavel com Inglaterra, e ao mesmo tempo com manifesta scisão com as outras potencias signatarias d'elle. N'estes termos resolveram unanimemente dar a entender á França que o tornariam a revalidar, comtanto que o artigo relativo á sessão de Cayenna fosse reduzido a termos taes, que conviessem ao decoro e independencia de Portugal. Aos plenipotenciarios inglezes disseram elles que, attentos os sacrificios feitos por Portugal na guerra contra a França, não podiam consentir em restituir a Cayenna sem uma consideravel compensação, porém que nenhuma duvida tinham em incluir estas materias em qualquer outro assumpto que se negociasse, e que mediante alguma indemnisação, tal como a de se darem por concluidos os pagamentos do citado emprestimo das 600:000 libras, contrahido em 1809, revalidariam com a França, por meio de uma negociação particular

sumpto em Paris. A dos nossos ditos plenipotenciarios foi uma verdadeira reparação da do dito conde, não subscrevendo servilmente às vontades de lord Castlereagh, mas obrigando-se a negociarem elles directamente com a França e em nome do principe regente a sobredita sessão, e se a ella se não poderam eximir, ao menos poderam fazer riscar dos annaes da diplomacia portugueza o vergonhoso ferrete, que n'ella ficaria registado, de fazerem os ministros inglezes cessões de territorios que não eram seus, mas sómente de Portugal, com o escandalo de ser esta de que aqui se trata feita na presença de um ministro portuguez, que a assignou, sem no chão lhe cair da mão a penna com que o fez, constituindo por este facto o seu soberano como humilde escravo do governo inglez, ou como um monarcha vencido, sendo aliás tão vencedor e independente como o fôra o da Gran-Bertanha. Eis aqui mais uma prova do que os Linhares foram para o seu paiz. E não obstante isto tiveram titulos e por muitos annos os mais altos empregos do estado! Fizeram pois os nossos plenipotenciarios do congresso de Vienna a cessão da Cayenna á França por não se poderem eximir a ella; mas fizeram-na de uma maneira decorosa e digna para o seu soberano, ou como devida á sua magnanimidade e ao desejo que nutria de dar a el-rei de França provas da sua alta consideração e amizade para com elle. Negociada assim como foi, nenhuma duvida tiveram em contrahir a obrigação de a levar a effeito, estipulada como tinha sido no tratado de Paris, que os representantes de Portugal tinham aliás assignado, e assim o praticaram, inserindo-a no artigo 1.º dos secretos do tratado de 22 de janeiro de 1815, e mais tarde a repetiram, inserindo-a igualmente no artigo 107.º do acto geral do congresso de Vienna, pois que todas as potencias, signatarias do referido tratado de Paris, o consideraram como regulador por muitos annos dos limites dos differentes estados, devendo como tal formar uma das bases do direito publico da Europa.

Mas se até aqui os nossos ditos plenipotenciarios merecem louvores pela boa resolução das negociações que se lhes commetteram, quaes serão os que se lhes poderão dar pela não

restituição de Olivença, perguntar-nos-ha o leitor n'este lugar com justificada razão? A isto responderemos, que foi a côrte do Brazil, como já vimos, a que os impossibilitou de poderem negociar com bom exito semelhante restituição. Bem sabido é que na epocha em que se assignou o tratado de Paris de 30 de maio de 1814 foi o conde de Funchal o plenipotenciario portuguez que o assignára, reclamando logo a restituição de Olivença; mas a observação que então se lhe fez de que o referido tratado não podia comprehender outras estipulações, que não fosse as que diziam immediatamente respeito á França, e por conseguinte que o negocio de Olivença só no congresso geral podia ser tomado em consideração, obrigou o dito plenipotenciario a suspender os seus procedimentos sobre este ponto, e a contentar-se com uma simples declaração vocal, que a tal respeito se lhe fez, a qual foi communicada por elle, ainda antes da assignatura do tratado, a todos os plenipotenciarios das potencias que lhe haviam prestado o seu assentimento. A este appello da reclamação de Olivença para o congresso de Vienna veio dar mais relevo e força o ter-se reprovado por parte do governo do Brazil, tanto ao conde de Funchal, como ao de Palmella, o offerecerem a restituição de Cayenna, pedindo uma compensação á intervenção da França e á das mais potencias para a recuperação de Olivença e dos territorios de Juromenha a favor de Portugal, pedido a que demais acresceu o da completa an-

hespanhol, o governo do Brazil não conveiu em negociar tal tratado. Ao citado conde de Palmella participou o referido governo, que Sua Alteza Real não estava resolvido a ligar-se com a Hespanha por tratado algum que com ella se fizesse. Por outro lado ao nosso dito ministro em Madrid prohibiu-se-lhe convencionar a restituição de Olivença, mediante compensação alguma fornecida pelo Brazil, tendo como de justiça, que similhante restituição era o governo hespanhol obrigado moralmente a fazel-a pura e simplesmente ao governo portuguez¹. Consequentemente a reclamação de Olivença, desapoiada como foi pelo governo do Brazil, e de mais a mais sem ter por si equivalente algum, que os nossos plenipotenciarios podessem por ella offerecer, tornou-se para elles de impraticavel bom exito, não por sua culpa, mas pela do Brazil, como já n'outro tempo tinha succedido, quando Palmella se achava ministro de Portugal em Cadiz².

Emquanto se entabolavam com lord Castlereagh e com elle se resolviam, pelo modo que acima expozemos, as negociações dos plenipotenciarios portuguezes, os das grandes

¹ Veja documento n.º 7.

² Alguns censores houve n'aquelle tempo, queixando-se de não ter o marquez de Palmella e os seus collegas no congresso de Vienna obtido n'elle a restituição de Olivença; mas a culpa d'isto, como acima se vê, não recae sobre elles, mas sobre a côrte do Brazil, levada ao que fez pelas idéas de fugir assim á restituição da Guyanna á França, por julgar o seu valor muito superior ao d'aquella praça. Com esta crença chegou mesmo a ordenar que ella fosse directamente reclamada em Madrid pura e simplesmente, sem compensação alguma, e até mesmo sem a intervenção de Inglaterra, a fim de lhe não dar direito a reclamar tambem a execução do artigo secreto relativo a Bissau. Para obrigar o governo hespanhol a restituir-nos Olivença, dava o Brazil parte de que por modo algum auxiliaria a expedição que devia sair de Cadiz, se antes d'isso não soubesse da restituição de Olivença, parecendo-lhe realmente incoherente reclamar uma praça, conquistada por duas vezes pelas armas portuguezas, e conservada por Hespanha contra a base do *statu quo*, estipulado no tratado de Paris. Mas o gabinete de Madrid, alido só ao *uti possidetis*, nunca fez caso algum das reclamações, que directamente o de Portugal lhe fizera sobre este assumpto, fossem quaes fossem as razões que lhe mandasse expor.

potencias não perdiam de vista o importante assumpto do seu proprio engrandecimento, tratando com o maior empenho de encorporar nos seus respectivos estados o que as lutas da revolução franceza, e as de Napoleão Buonaparte, com as differentes potencias da Europa, tinham aggregado a França. Logo que o congresso se constituiu, annunciou-lhe a Inglaterra a sua mais pronunciada intenção de prevenir novas invasões, pela criação de novas barreiras politicas e militares á França. A sua attenção foi mais particularmente dirigida á formação do novo reino dos Paizes Baixos, que elle viu como um dos melhores meios de se precaver contra as intenções hostis da mesma França. Mostrou-se zelosa pela independencia helvetica e pela segurança da Italia, favorecendo as representações nacionaes, com tudo mais que podia tender a garantir os direitos dos povos. Seguiram-se a isto as notas dos ministros inglez e austriaco, sobre os negocios da Polonia e da Saxonia. A questão relativa ao primeiro d'estes dois paizes foi bastante grave, chegando a tomar as assustadoras proporções de uma nova guerra, a ponto do gran-duque Constantino, que deixára Vienna a 9 de novembro, chamar os polacos ás armas na sua proclamação de 11 do seguinte mez de dezembro, dizendo-lhes: «O imperador, vosso poderoso protector, faz-vos um appello. Reuni-vos em volta das vossas bandeiras. Que o vosso braço se arme para defeza da vossa patria e conservação da vossa existencia politica». O conde de Nesselrod declarou mesmo que 8.000.000 de homens polacos estavam resoltidos a defender a independencia do seu paiz. O resultado d'isto foi mandar o governo inglez reunir os officiaes dos corpos acantonados na Belgica; fazerem movimentos equivocos as tropas prussianas e bavarezas, ao passo que a Austria cobria a Moravia de soldados seus, destinados a repellir o supposto ataque dos russos. Este feio aspecto desvaneceu-se a final, declarando o imperador Alexandre, que elle só reservava para si uma porção do ducado de Varsovia, cedendo o restante á Prussia e á Austria. Foi por então que as principaes potencias resolveram formar no fim do mez de dezembro de 1814 uma com-

missão especial para a resolução dos negocios da Saxonia e da Polonia, commissão que de facto se encarregou da distribuição geral das indemnisações, objecto especial da convocação do congresso. O tratado secreto de Paris excluia o concurso da França da repartição dos paizes conquistados; mas o principe de Metternich e lord Castlereagh insistiram junto do imperador da Russia para que mr. de Talleyrand fizesse parte da commissão da Saxonia e Polonia, a que se seguiu ser elle com effeito a ella admittido, comparecendo como tal a 12 de janeiro de 1815, o que foi pouco agradavel para a Russia e para a Prussia. Eis aqui pois a primitiva origem do que com o andar do tempo se denominou *commissão das cinco grandes potencias*, a qual em Paris ficou residindo, mesmo depois de concluidos os trabalhos do congresso, tendo por fim regular os negocios das differentes nações da Europa. As nações que n'ella tinham os seus plenipotenciarios eram a França, a Inglaterra, a Austria, a Russia e a Prussia. Constituida como por este modo foi a referida commissão, ella não submettia as suas decisões ao parecer da *commissão das oito potencias*, limitando-se apenas a comunicar-lh'as, como era conforme ao artigo 1.º do tratado secreto de Paris de 30 de maio de 1814.

Em meiado de fevereiro de 1815 as negociações no congresso de Vienna achavam-se muito adiantadas, tendo cessado inteiramente o perigo, que muito se receiava de uma ruptura entre as grandes potencias da Europa, por causa da repartição da Polonia e disposições bellicas da Russia e da Allemanha, como acima vimos, successo filho do accordo que houve para que o ducado de Varsovia fosse dividido em tres porções, pertencendo a maior d'ellas á Russia, ficando uma das outras duas á Prussia e outra á Austria. A Prussia adquiriu um territorio de 500:000 a 600:000 almas á custa do reino da Saxonia, o qual ficava existindo depois de feita esta subtracção. Outros mais engrandecimentos se lhe davam na Allemanha e na margem esquerda do Rheno, exigindo que a sua população se elevasse a 10.000:000 de almas, mas que não subiu a tanto. A Belgica achava-se des-

tinada a pertencer definitivamente á Hollanda. O que por
então faltava para completar as grandes operações do con-
gresso, eram os arranjos territoriaes da Italia, cousa de que
se estava tratando com actividade, cuidando-se a par d'isto na
organisação da Suissa e da Allemanha. A não serem estes,
todos os mais objectos a discutir eram de pouca entidade,
julgando-se que á vista d'isto a duração do mesmo congresso
não passaria alem de dois ou, quando muito, de tres mezes.
Foi n'esta occasião que lord Castlereagh, chamado a Ingla-
terra, para assistir á abertura do parlamento, deixára em
seu logar, no character de primeiro plenipotenciario, para o
substituir no congresso, o duque de Wellington, tendo che-
gado a Vienna alguns dias antes de 14 de fevereiro, que foi
o da partida do mesmo Castlereagh¹. O certo é que por todo
o mez de fevereiro de 1815 os trabalhos do congresso apre-
sentavam effectivamente o aspecto de um proximo e tran-
quillo desenlace, pois que a Russia havia limitado as suas
pretensões á Polonia; as indemnisações da Prussia tinham-
lhe sido assignadas; a sorte do rei da Saxonia havia-lhe já
sido fixada; a Inglaterra havia obtido para o Hanovre e para
o rei da Hollanda acrescentamentos favoraveis á sua prospe-
ridade e segurança; a confederação helvetica tornára-se mais
forte e independente; o rei da Sardenha, libertado como
fôra de um revez, tratou-se de o elevar a um poder mais
alto; e finalmente a Austria obtivera os paizes, que iam desde
a margem direita do rio Pó até ás embocaduras do Cattaro.

Por este modo tinham marchado os trabalhos do congresso,
quando uma aterradora e inesperada noticia lh'os foí algum
tanto paralyzar, chamando-lhe com o maior sobresalto a sua
mais particular attenção para os de uma outra guerra, e do
mais grave e assustador cuidado para toda a Europa em geral.
Contavam-se sete dias do mez de março de 1815, quando o
duque de Wellington recebeu aviso de lord Bourgherst de
que Napoleão fugira da ilha do Elba, indo-se apresentar em

¹ Officio dos plenipotenciarios para D. Miguel Pereira Forjaz, de 14
de fevereiro de 1814.

França. N'esse mesmo dia igual aviso teve também o príncipe de Metternich por via de Livourne. Foi effectivamente pelas cinco horas da tarde de um domingo, em que se contavam 26 de fevereiro, que Napoleão tomou a resolução de se embarcar com as suas guardas a bordo de uma flotilha, composta do brigue *Inconstante*, que pelo tratado de Fontainebleau lhe tinha sido dado em propriedade, e de mais seis navios ligeiros, para pôr em acção uma das mais extraordinarias e aventureiras expedições, que se têm emprehendido n'estes ultimos tempos. As tropas que o acompanhavam não passavam de 1:100 a 1:200 homens com quatro peças de artilheria. Nas vistas de se manter o segredo de semelhante empresa, sua irmã Paulina dera um baile na noite da sua partida, sendo repentinamente chamados a toda a pressa os officiaes que a elle assistiam, para bordo dos navios da sobredita flotilha. O commissario inglez, o coronel Niel Campbell, que na ilha do Elba devia residir, achava-se n'aquelle momento ausente, tendo ido para Livourne. Não havia em Porto Ferrajo, onde Napoleão se embarcou com tempo de calma, embarcação alguma de guerra ingleza, ou de qualquer outra nação, que lhe impedisse a execução do seu temerario arrojio. No seguinte dia foi encontrado na altura de Capraio pelo brigue francez *Zefiro*, cujo commandante, sem o conhecer, lhe fallou, e ao qual os da embarcação de Napoleão lhe disseram, que se dirigiam a Genova. De um segundo perigo se escapou elle ainda com igual fortuna, pois que sendo perseguido por sir Niel Campbell, que partido da ilha do Elba a bordo da corveta *Perdiz*, logo que na referida ilha soube da sua fuga, não o pôde apanhar já no mar por haver saltado em terra, tendo a sua flotilha ido para este fim dar fundo em *Cannes* na noite de 1 de março, sem encontrar o mais pequeno embaraço ao seu intento. *Cannes* é um pequeno porto de mar no golfo de Joannes, não longe de Frejus. Napoleão ali foi visto pela primeira vez desembarcar como simples particular, vindo como fugitivo do Egypto para conquistar um poderoso imperio; por segunda vez se viu ali humilhado e banido, dirigindo-se para o logar do seu exilio;

por imparcialidade e justiça, era igualmente um outro motivo de descontentamento. Este mesmo descontentamento se manifestava até nos proprios proprietarios de bens nacionaes, por effeito do receio de que podessem ser despojados d'aquillo de que se achavam de posse havia já vinte e cinco annos, receio infundido pelas suggestões, até mesmo de alguns prefeitos e agentes do proprio governo, olhando e dando a posse de taes bens como illegitima.

Os debates das camaras, a impopularidade de alguns dos ministros da corôa, e a dura e desabrida guerra, que a opposição lhes fazia tambem, não exaltavam pouco o geral descontentamento, porque enfim o bem da causa publica e a opinião geral bem alto clamavam, pedindo a demissão do abbade Montesquieu, bem como as de mrs. Blacas e Ferrand. Os erros de alguns d'estes ministros tinham-se realmente como imperdoaveis, sendo muito notavel a obstinação e cegueira do referido abbade Montesquieu, tratando de visionario mr. de Bothelier, prefeito do Var, que avisando-o tres vezes dos movimentos que se notavam na Provença, e da correspondencia que ali havia para a ilha do Elba, não só lhe não respondeu, mas nem ao menos houve por bem fazer caso algum de similhantes avisos, para os communicar a el-rei e aos mais ministros. Mr. Beugnot, quando foi director da policia, concedeu com o maior desacerto ao general Bertrand, camarada e amigo intimo de Buonaparte, nada menos que quatrocentos passaportes para outros tantos soldados da guarda, que de paiz estrangeiro desejavam retirar-se

licia, não foi menos digno de censura pelo seu descuido, em rasão de não dar peso algum aos conventículos, que se faziam em casa de mr. Regnault de Saint Jean de Angeley, Cambacérès, e até mesmo de mr. Tallien, onde entravam mrs. Savary e Fuché, não lhe causando maravilha, nem estranheza alguma o ver todas estas personagens reconciliadas, inclusivamente com mr. Tallien, homem tão mal visto como anteriormente fôra de toda a gente. Coincidiam igualmente com isto as medidas extraordinariamente violentas do marechal Soult no ministerio da guerra, olhadas todas como contrarias á causa de Luiz XVIII, engrandecendo-se assim e aggravando-se cada vez mais o descontentamento geral.

Taes foram em resumo as causas que levaram Napoleão a tentar a ousada empreza que tentou. O certo é que depois da mais feliz situação, que a França gosava desde alguns mezes, passou de repente a um novo estado de guerra com toda a Europa pelo inesperado apparecimento de Buonaparte, que os descontentes de todas as classes, e sobretudo os da militar, chamaram para o interior da sua patria, para novamente a verem dominada e assolada por tropas estrangeiras, occupando-a como senhoras, e impondo-lhe pesadas e enormes contribuições. Uma conspiração, urdida desde longo tempo por generaes, devia sublevar as tropas do norte da França, reforçar-se com a antiga guarda imperial, apoderar-se da capital, e até mesmo da pessoa de el-rei, segundo correu, prendendo-o em Vincennes, a que se seguiria a formação de um governo provisorio, que chamaria Buonaparte, desembarcado ao mesmo tempo no meio dia da França. Mallogrou-se pois este primeiro plano, porque o rastilho revolucionario, que corria desde Cambray até Lyão, rompeu antes do tempo que para taes tramas se havia fixado. Alem d'estas circumstancias dava-se mais a de que um grande numero de partidistas de Napoleão se achava tambem em todas as repartições do estado, e até mesmo no paço, obrando tão livre e ousadamente, que a dissolução do governo se effeituou tão rapida como costuma ser a marcha da gangrena, que parece acelerar-se mais com a applicação dos remedios, que se em-

pregam para a combater; tal foi o effeito que produziu a mais negra aleivosia, começada pelo marechal Ney, até ir contagiar o marechal Massena. Por singular contraste Luiz XVIII mostrou a mais louca confiança nos seus subditos, não querendo que tivesse logar o chamamento de tropas algumas dos alliados para perto da capital a fim de com ellas se defender, e por seu auxilio reunir um exercito, formado dos regimentos mais fieis para comsigo e as bandeiras que tinham jurado. Não admira pois que no meio de taes circumstancias Napoleão procedesse com a ousadia que mostrou na sua aventureira empresa, e que a fortuna lh'a coroasse de um modo analogo ao seu desejo, podendo na sua marcha sobre Paris dizer como Cesar de si mesmo disse: *Comprobat hominis consilium fortuna.*

A noticia do desembarque de Napoleão, chegando a Paris no dia 5 de março, excitou logo n'esta cidade um grande e geral alarme. No seguinte dia 6 Luiz XVIII tomou a resolução de convocar as duas camaras e pôr fôra da lei Napoleão Buonaparte e os seus sequazes. No dia immediato recebeu o corpo diplomatico, não obstante estar ainda soffrendo um ataque de gota de que fôra acommettido, o que fez com que o recebesse sentado n'uma cadeira de braços. Depois de fallar a todos os ministros, despediu-os com a maior serenidade de espirito, dizendo-lhes: «*Meus senhores, dizei aos vossos soberanos que eu me acho melhor da gota. As noticias*

pressão, que a noticia de tal successo em todos fez, foi a do susto, como era bem de ver, mas como após isto se divulgou que os habitantes das terras por onde Buonaparte passava se lhe não mostravam favoraveis, o receio que tinha havido diminuiu bastante. Alguns pequenos bilhetes em favor d'elle se espalharam em Paris. Em dois quarteis militares houve rumor e applauso, de sorte que n'uma noite teve a guarnição da cidade de ficar fechada nos seus aquartelamentos, pondo-se logo em exercicio a guarda nacional. Alem dos citados bilhetes, espalharam-se tambem proclamações do mesmo Buonaparte, nas quaes punha fóra da lei Talleyrand, Augereau, Marmont e outros. O marechal Soult, collocado por Luiz XVIII em ministro da guerra, ordenára que os numerosos corpos de tropas se postassem entre Lyão e Chambery, a fim de por este modo se sustentar o que se tinha dito nas camaras, mostrando-se que a França se achava prompta para uma nova guerra. Isto poderia ser verdade; mas se houvesse idéas de proteger com similhante collocação de tropas a causa buonapartista por parte d'este ministro, ella não se poderia dizer contraria a Buonaparte, particularmente sendo as citadas tropas compostas de corpos olhados como seus partidistas.

Não foi só em França que a noticia do desembarque de Napoleão causou grande sobresalto, a par de um vivo receio, pois que na propria cidade de Vienna a mesma circumstancia se deu igualmente nas mais altas personagens, particularmente nos plenipotenciarios, que faziam parte do congresso geral, reunido n'aquella capital, chegando ao ponto de se acharem por varios dias incertos e vacillantes, sem bem saberem o que fariam, ignorando a direcção que Buonaparte havia tomado. Foi só no dia 7 de março que lhes chegou a noticia de ter ao certo desembarcado em *Cannes*, dispondo-se a marchar para o interior da França. Neste mesmo dia o setimo regimento de linha havia chegado a Grenoble, commandado pelo coronel Labedoyère. A doutrina dos partidos é de tal modo immoral e caprichosa, que torna os homens illustres por sangue e repu-

tação em homens sem palavra e sem honra; a este estado se reduziu o referido coronel Labedoyère. Este official, ligado a uma nobre familia realista de Damas, tinha por meio d'ella, e da fiança que ella em seu favor havia dado a el-rei Luiz XVIII, abonando-lhe a sua fidelidade para com a sua pessoa, conseguido para si um emprego e promoção. Convidado porém por Carbonne para se associar aos conspiradores da ilha do Elba, não teve escrupulo em deshonrar o seu nome com a sua conducta, prestando-se a servir do seu proprio commando para atraiçoar o monarcha que lh'o confiára. Buonaparte, contando já provavelmente com a sua traição, approximou-se de Grenoble, mas vendo que os postos avançados da sua guarnição se achavam indecisos, tomou a resolução de deixar os seus proprios soldados e avançar com arrojo para os da praça, a que se seguiu apresentar-lhes o peito e gritar-lhes em seguida: *se algum de vós quer matar o vosso imperador, aqui o tendes!* O resultado d'isto foi deitarem, todos os que taes palavras ouviram, as armas para longe de si, e cercarem o general que por tantas vezes os conduzira á victoria, bradando-lhe com toda a energia e enthusiasmo: *viva o imperador!* Ao tempo que isto succedia abriam-se de par em par as portas da praça de Grenoble, vendo-se sair por ellas, para se apresentar a Buonaparte, o citado Labedoyère, á testa de dois batalhões, trazendo elle mesmo nas mãos uma aguia, constituida por mais outra vez em funesto pendão de uma nova guerra europêa. Não admira pois que como consequencia d'isto Napoleão conseguisse entrar triumphalmente em Grenoble, e que após esta vantagem se pudesse desde então ver já a testa de uns 3:000 soldados com um trem proporcionado de artilheria e munições.

Sabendo-se d'isto em Paris, as camaras legislativas e as altas classes sociaes, levadas do seu patriotismo e dedicação pela causa de el-rei, por ella se manifestaram decididas. Os embaixadores das differentes potencias, e geralmente todo o corpo diplomatico, apressaram-se em assegurar ao monarcha francez o apoio dos seus respectivos soberanos. Corpos de

voluntarios se organisaram entre os realistas e os constitucionaes moderados para conjurar o perigo imminente. As mais energicas proclamações se publicaram, chamando o povo ás armas. O marechal Soult, vendo-se suspeito, e não se achando com forças, nem meios de dominar a revolta, pediu e obteve ser demittido de ministro da guerra, sendo substituido no cargo pelo general Clarke, duque de Feltro, militar de menos nome que Soult, mas tido na conta de muito mais fiel a el-rei. Seguiu-se a isto estabelecer-se um campo militar em Melun, dez leguas distante de Paris, onde effectivamente se reuniram algumas tropas, pondo-se todo o cuidado em que para elle fossem sómente as que por si tinham a reputação de serem mais fieis ao monarcha. Nos apertos em que já por então se via, teve elle de chamar á sua presença o marechal Ney, principe de Moskwa, para lhe confiar o commando de um exercito, destinado a atacar de flanco e de retaguarda Napoleão na sua marcha sobre Paris. Foi no dia 9 de março que o mesmo Ney teve uma intrevista com Luiz XVIII, o qual lhe disse: «eu conto com a vossa fidelidade e dedicação», palavras que elle reconhecido lhe agradeceu, inclinando-se e promettendo-lhe *trazer o ex-imperador n'uma gaiola de ferro*¹. Todavia difficilimo como foi a este bravo general poder cumprir similhante promessa, porque, quando o coração se deixa ardentemente possuir de um sentimento, rarissima cousa é subordinal-o á voz da razão e do dever. N'este caso estava a amisade do marechal Ney para com Buonaparte, o que mais tarde lhe custou uma vida, que por tantas vezes por elle tinha sido bravamente exposta nos campos da batalha. Todavia ao que temos exposto se reduziram as mesquinhas providencias, ordenadas pelos ministros de Luiz XVIII, os quaes nunca até então haviam dado valor aos graves rumores, que da empresa de Napoleão tinham corrido em França, antes d'elle a levar a effeito, não lhes fazendo peso algum as apprehensões, que já em agosto de

¹ Palavras formaes confessadas pelo proprio Ney, no seu depoimento no tribunal superior de Paris.

1814 a politica havia tido a respeito de alguns emissarios do mesmo Napoleão, bem como a respeito de alguns papeis que denunciavam os seus projectos, os quaes foram por elles considerados como cousa vã e ridicula. No mez de novembro do mesmo anno já se não podia duvidar das tramas que em favor d'elle se urdiam; mas ainda assim julgava-se que qualquer tentativa, do desterrado na ilha da Elba desde nove mezes atraz, promptamente seria mallograda só por effeito dos meios, que a policia tinha para tal fim organizado; tão certo é que muito facilmente se acredita o que muito ardentemente se deseja.

Ao contrario do que os ministros de Luiz XVIII esperavam foi o que na realidade se viu, pois que a revolta, destinada a precipitar novamente do throno da França a familia real dos Bourbons, correu por toda a ella, com a mais espantosa celeridade, sem haver forças capazes de lhe fazer parar a marcha, talvez porque a fortuna queria fazer mais estrondosa, e ainda mais grave que a primeira, a nova desgraça de Bounaparte, que por tantos annos tinha sido o seu mais predilecto e favorecido filho. Pôde com verdade dizer-se que todo o exercito francez conspirou em favor d'elle, desde que chegou a França. Os corpos de tropas, que se enviaram ao seu encontro, em vez de lhe tomarem o passo, todos abertamente se declararam pela sua causa, passando-se com enthusiasmo a servir debaixo das suas bandeiras. Similhante successo foi a mais convincente prova do grande descontentamento publico da nação franceza. O certo é que o conde de Artois e o duque de Orleans não poderam conter fies a el-rei na cidade de Lyão, nem as tropas que n'ella havia, nem mesmo os seus habitantes, sendo o referido conde obrigado a fugir d'ella promptamente, proporcionando a Napoleão o assenhorear-se sem resistencia da antiga capital da Gallias, onde no dia 9 entráa á testa já de uns 7:000 lyonses, sendo reconhecido ali novamente como imperador do francezes. Na mesma cidade de Lyão organisou elle o seu novo ministerio, publicando um sem numero de decretos trazidos ao que pareceu com antecipação da ilha do Elba.

posto que tivessem a data de 13 de março. Foi n'este mesmo dia que Napoleão se poz em marcha para Mâcon, Chalons e Dijon, indo entrar em Auxerre no dia 17 com cinco peças de artilheria e 30:000 homens, podendo dizer-se que toda a Borgonha se achava já por sua. No dia 18 chegou a Melun, onde se lhe reuniu o exercito de Macdonald, e no dia 20, contando já uns 40:000 a 50:000 homens, foi á testa d'elles entrar em Paris, com todas as apparencias de estar effectivamente senhor da França, assumindo sem contradicção de uma só pessoa todo o seu antigo poder, fiado no terror magico, que por toda a parte e em todas as classes o seu nome tinha espalhado, podendo portanto dizer-se, que desde Frejus até ás portas da capital, não queimára uma só escorva, nada mais fazendo que uma marcha triumphal.

Foi em Auxerre que se lhe reuniu o marechal Ney, sem ter tido animo de contra elle disparar um só tiro, não obstante a espontaneidade e o tom firme e resolutivo com que havia renovado o seu juramento a el-rei Luiz XVIII, e acceitado d'elle a dignidade de par do reino, e o commando em chefe do exercito, que lhe confiára para com elle se oppor á marcha triumphal de Napoleão. O contrario d'isto foi o que elle por infortunio seu praticou, pois despregando a bandeira tricolor, sem remorso nem pejo algum fez notoria a sua traição, publicando uma proclamação em nome do mesmo Napoleão, na qual expunha os motivos da sua conducta¹. O certo é que os dias 13 e 14 de março foram para Luiz XVIII e os seus partidarios os da maior amargura e desalento pela chegada de Monsieur e do duque de Orleans a Paris, abandonados, como se viram, das tropas com que contavam, as quaes aliás se bandearam com as de Buonaparte em Lyão,

¹ Ney, sendo preso no dia 5 de agosto de 1815, foi citado para responder a conselho de guerra, o qual se declarou para isso incompetente, o que deu causa a que o réu comparecesse para aquelle fim na camara dos pares, a qual por grande maioria, o condemnou á morte, pelas onze horas da noite de 6 de dezembro de 1815. Tendo pois recebido os socorros da igreja, foi fuzilado no seguinte dia 7 do dito mez de dezembro na alameda do observatorio, por traz do palacio de Luxembourg.

de Napoleão. No seguinte dia 19 mr. Jaucourt, ministro dos negócios estrangeiros, participou por uma circular, expedida ao corpo diplomatico, que el-rei tinha resolvido partir para Lille, onde desejava que o referido corpo se reunisse, como effectivamente praticou, entrando n'este numero o encarregado dos negocios de Portugal.

À vista pois d'isto, o monarcha francez dispoz-se a sair effectivamente de Paris, onde a superioridade dos seus inimigos e as divergencias dos seus amigos lhe não davam esperança alguma de defeza. As tropas que em Melun se lhe reputavam fieis eram commandadas pelo general Macdonald, o qual as distribuiu no dia 18 em tres linhas para receber as de Napoleão. Era cousa de meio dia quando se ouviu um tropel de cavallos a galope, apparecendo em breve um coche descoberto, conduzindo o proprio Napoleão, o qual, apeando-se do citado coche, resolutamente avançou para o exercito de Macdonald, o que deu logar a que os seus soldados gritassem logo: *Viva o imperador*, sendo o proprio regimento de dragões do rei o primeiro que isto fez, facto que demonstra bem claramente, que o ultimo exercito dos Bourbons lhe virára as costas para se ligar á causa do seu inimigo, acabando assim o ultimo obstaculo para que Buonaparte pudesse triumphalmente entrar em Paris, como effectivamente fez no seguinte dia 20, seguido apenas de uma fraca escolta, indo assumir novamente o titulo de imperador dos francezes. Luiz XVIII tinha, por fortuna sua, presentido a tempo semelhante defeccão, o que o levou a deixar definitivamente aquella cidade, pela uma hora da noite d'aquelle mesmo dia, sendo escoltado apenas pelos da sua casa, esquecido inteiramente da promessa feita de morrer pelo povo. Todavia é um facto que elle nenhum meio tinha de uma resistencia propria, que pudesse oppor ás tropas do seu adversario, porque a vasta e monstruosa conspiração, organizada pelo partido dos jacobinos, ligado com o exercito, quasi todo ab Buonapartista, paralisára todos os esforços que o governo francez podia fazer, o que prova bem que a França aspirava a ter outro senhor, differente do de Luiz XVIII. Parece q

este soberano quando deixou Paris, foi ainda nas vistas de poder parar em Lille, e de conservar em seu poder aquella importante praça. Chegado que a ella foi, publicou logo duas ordenanças, por uma das quaes prohibiu o pagamento dos tributos a Buonaparte, e por outra o recrutamento militar, que por elle fosse ordenado, medidas que julgou indispensaveis para manter os seus imprescriptiveis direitos, mas que aliás não foram conhecidas em França, nem que o fossem seriam de certo executadas. O mesmo plano de se conservar n'aquella praça lhe não foi possível verificar, pois Mortier, que a commandava, o aconselhou a sair d'ella quanto antes, e a abandonar definitivamente a França, o que elle praticou, retirando-se com a sua familia para Ostende e de lá para Gand, onde se foi estabelecer, sendo acompanhado de um pequeno sequito ¹, mas disposto a seguir, como praticou, a mesma marcha que houvesse de fazer o exercito de lord Wellington. Os marechaes Marmont, Berthier, Victor e Clarke, foram os unicos que lhe ficaram fieis. O corpo diplomatico não pôde acompanhá-lo na sua fuga precipitada, ficando todo elle prisioneiro em Paris. Buonaparte porém concedeu passaportes aos individuos que o compunham, dirigindo-se para Vienna os ministros da Austria, Prussia e Dinamarca, seguindo para

¹ Os realistas levaram muito a mal esta fuga de Luiz XVIII, tendo para si que devia retirar-se para a Rochella, por então governada pelo bravo general Rivaud. Effectivamente esta praça, situada entre os leaes bordaleses e os fieis vandeans, seria um excellente ponto de reunião para os realistas e as tropas fieis ao rei. Mas Luiz XVIII, temendo a guerra civil, preferiu dever antes a sua salvação á guerra estrangeira, para elle mais segura, postoque talvez mais prejudicial á França. Um contraste singular se deu com a entrada de Napoleão em Paris, e a saída de Luiz XVIII para fóra da França, tal foi o de ser a entrada do primeiro acompanhada dos vivas e gritos dos soldados, saudando o chefe que por tantas vezes os tinha conduzido á victoria, e a saída do segundo, pranteada dos ais, dos lamentos e dos ardentes desejos de todos aquellos cidadãos, que só tinham em vista a paz e a tranquillidade do paiz, lamentando-se de ficarem sem defeza, e sem verem no conselho os homens em quem confiavam, pela sua sabedoria e prudencia.

a Hollanda o encarregado dos negocios de Portugal, Francisco José Maria de Brito.

Foi opinião geralmente adoptada que só a conspiração do exercito francez não era por si bastante para derrubar tão prompta e facilmente do throno el-rei christianissimo, se a classe ainda numerosa em França dos antigos revolucionarios, ou a do partido chamado jacobinico, lhe não tivesse prestado todo o seu apoio, não obstante o grande descontentamento em que o mesmo exercito por então se via para com a *restauração*. Carnot, Fouché e Maret foram, segundo parece, os tres grandes vultos, ou principaes chefes da conspiração buonapartista. O seu objecto era seguramente a expulsão dos Bourbons, e com elles a da nobreza emigrada, a par da proscrição de todas as idéas aristocraticas e religiosas, que a revolução tinha destruido, e que debaixo do governo moderado de Luiz XVIII tornavam, como parecia, a resurgir lentamente na França. Para conseguir o seu fim viram-se os conspiradores obrigados a lançar mão novamente de Buonaparte, por ser o unico general que se lhes antolhava de mais nome e lhes dava a certeza da cooperação unanime de todo o exercito, juizo em que se não enganaram, pois que foi o exercito que por toda a parte effectivamente decidiu a questão. A consideravel redução que Luiz XVIII n'elle tinha feito, a lembrança da sua honra manchada pelas derrotas por elle experimentadas no anno anterior de 1814, e a crença de que só Napoleão era o unico general capaz de o tornar a pôr no seu antigo estado de esplendor e gloria, a que aspirava por meio de novas victorias, eram poderosos motivos para o verem novamente sentado no throno imperial da França ¹. Os jacobinos, aproveitando-se d'estas circumstancias, e descontentes como tambem se achavam por não poucas faltas e erros graves, que notavam no governo

¹ Como auctores da revolta a favor de Napoleão, o jornal official nomeou Savary, Lallemand, Lefebvre Desnouettes, La Vallet, d'Erlon, Regnault de Saint-Jean d'Angeley, Labedoyère, Maret, Boulay de la Meurthe, Defermont, Etienne, e as sr.^{as} Hortense (Bauharnais), Sousa e Hemellin.

de Luiz XVIII, umas vezes interpretando cavilosamente semelhantes faltas, e outras phantasiando as que para seus fins assim lhes convinha, nenhuma duvida tiveram em fraternisar com o exercito, provocando por todos os modos ao seu alcance a desejada revolução contra os Bourbons, e em favor da nova exaltação de Buonaparte, por quem esperavam ver pôr em pratica as suas predilectas doutrinas revolucionarias, papel que elle acceitou, e que de facto o constituiu mais como executor, do que como auctor de semelhante revolução, o que se confirma, não só pela escolha dos seus ministros, mas tambem por varias medidas que adoptou, taes como a convocação de uma grande assembléa nacional, a liberdade absoluta da imprensa, as protestações pacificas que fez, a moderação bem contraria ao seu costume, permittindo que os membros do corpo diplomatico e os mais estrangeiros podessem sair da França. Finalmente é fóra de toda a duvida que o Napoleão de 1815 não parecia já ser o mesmo homem, nem o mesmo déspota, que nos anteriores annos se tinha visto em França, e como se não podia suppor que elle mudasse de character no seu exilio, tirava-se por conclusão que a sua conducta era filha em 1815 das promessas e obrigações contrahidas com um partido, que não era exclusivamente seu. Ainda assim não se acreditava que elle se sujeitasse por muito tempo a uma tão palpavel dissimulação, aliás tão opposta ao seu character e anterior conducta, suppondo-se bem pelo contrario que tiraria a mascara, logo que com o andar do tempo o podesse fazer sem perigo.

Se o triumpho de Napoleão Buonaparte em França no anno de 1815 dependesse sómente da nação franceza, estava-lhe elle completamente assegurado, á vista do que temos dito, pois que em parte alguma d'ella achou inimigos, que em campo se lhe pozessem diante para lhe embaraçar a marcha; mas esse seu triumpho dependia mais das armas dos alliados e da diplomacia europêa do que dos proprios francezes, tendo sido effectivamente as armas dos alliados e a diplomacia europêa as duas grandes potencias, que nove mezes antes o tinham vencido nos campos da batalha, e derribado do

throno imperial, que na mesma França occupára. E se Napoleão nas suas anteriores victorias altivo caprichava em apesinhar os vencidos, surdo á razão e rebelde á justiça, impondo-lhes á ponta da espada as mais duras condições, constituidas em verdadeiras offensas de pundonores de honra, similhante conducta não lhe podia ser n'esta occasião perdoada pelos alliados, constituidos em vencedores, embora os francezes por elle se declarassem unanimes. Esta guerra dos alliados para com elle era portanto a todo o transe, e assim lh'o tinham já feito saber no anno anterior, quando unanimes lhe declararam não querer jámais tratar com elle, nem com pessoa alguma da sua familia. Agora em 1815, tendo as potencias uma nova occasião de ajustar contas, não a quizeram perder, mostrando-se firmes na sua anterior resolução contra elle. Effectivamente logo que em Vienna se soube da fuga de Buonaparte da ilha do Elba, e do seu desembarque nas costas da França, cuidou-se em renovar entre a Russia, a Inglaterra, a Austria e a Prussia o tratado de Chaumont, que ficára annullado em consequencia da restauração dos Bourbons em França. Este tratado, assignado pelas quatro potencias acima mencionadas, poucos dias antes de principiarem as conferencias de Chatillon, pactuava uma alliança offensiva e defensiva contra a França. No caso de guerra offensiva obrigavam-se as potencias contratantes a porem em campanha 150:000 homens cada uma, sendo licito comtudo á Gran-Bretanha reduzir parte do seu contingente a dinheiro, por meio de subsidios pagos aos outros alliados, que em consequencia d'isto seriam obrigados a augmentarem proporcionalmente a força dos seus exercitos. No caso porém de se concluir a paz com Buonaparte, estipulava-se no mencionado tratado, que subsistiria durante vinte annos uma alliança defensiva, de modo que sendo qualquer d'ellas atacada pela França, cada uma das outras tres seria obrigada a acudir immediatamente em seu soccorro com um contingente de 60:000 homens de infantaria e 15:000 de cavallaria, reservando-se á mesma Inglaterra a faculdade que acima fica dita.

A alliança estatuida no citado tratado de Chaumont, que o feliz exito da ultima campanha tinha tornado inutil, foi portanto posta em vigor no dia 25 de março por meio de um outro tratado em que as citadas quatro potencias, Inglaterra, Austria, Russia e Prussia, unanimes declararam: 1.º, que as altas partes contratantes se achavam na firme resolução de manter e renovar o tratado de Paris, que excluia Buonaparte do throno de França, e de dar mais força ao decreto da proscripção contra elle pronunciada, a qual abaixo se menciona; 2.º, que cada uma d'ellas se obrigava a ter sempre prompto um exercito de 150:000 homens, com uma igual proporção de cavallaria e artilheria; 3.º, que igualmente cada uma d'ellas se obrigava a não deixar as armas sem o seu mutuo consentimento, até se conseguir o fim da guerra, ou que Buonaparte se pozesse em termos de não perturbar mais a paz da Europa. Depois de outros artigos menos importantes, o 7.º dizia que as outras potencias da Europa seriam convidadas a acceder ao presente tratado, fornecendo cada uma um contingente, que as suas forças e circumstancias lhe permittissem. O 8.º dizia que o rei de França seria particularmente chamado a tomar parte n'este tratado. Por um artigo separado se declarava mais, que a Inglaterra poderia fornecer o seu contingente em homens, ou em dinheiro, pagando trinta libras sterlinas por anno por cada soldado de cavallaria, e vinte por cada um de infantaria, que faltasse para o estado completo do seu contingente. Por um additamento ao artigo 8.º a Inglaterra declarou que se não julgava obrigada a proseguir a guerra com o designio de impor forçosamente á França governo algum particular, reserva em que as outras potencias igualmente concordaram.

Já antes da renovação d'esta alliança o congresso de Viena tinha no dia 13 de março, em consequencia de uma moção, apresentada no dia anterior pelo principe de Metternich, declarado Buonaparte fóra da protecção da lei e do gremio das relações civis e sociaes, responsavel á vingança publica, como *inimigo e perturbador da tranquillidade do mundo*, e como tal lhe declarava guerra em nome dos soberanos que

representava. O texto integral d'este documento era da fôrma e teor seguinte. «As potencias que assignaram o tratado de Paris, reunidas em congresso em Vienna, informadas da invasão de Napoleão Buonaparte e da sua entrada com mão armada na França, devem á sua propria dignidade e ao interesse da ordem social uma declaração solemne dos sentimentos que aquelle acontecimento lhes suggeriu. Rompendo assim a convenção, que o havia estabelecido na ilha do Elba, Buonaparte destroe o unico titulo legal a que a sua existencia se achava ligada. Tornando a apparecer em França com projectos de desordem e de destruição, privou-se a si mesmo da protecção das leis, e manifestou á face do universo que não podia haver paz, nem tregua com elle. E posto que inteiramente persuadidos de que a França inteira, reunindo-se em redor do seu soberano legitimo, aniquilará sem demora esta ultima tentativa de um adversario criminoso e impotente, todos os soberanos da Europa, animados dos mesmos sentimentos e guiados pelos mesmos principios, declaram que se, contra todo o calculo, podesse resultar d'aquelle acontecimento um perigo certo qualquer, estariam promptos a dar ao rei de França e á nação franceza, ou a qualquer outro governo atacado, logo que para isso fosse feita a competente requisição, os soccorros necessarios para restabelecer a tranquillidade publica, e a fazer causa commun contra todos aquelles que emprehendessem compromettel-a. As potencias declaram em consequencia que Napoleão Buonaparte se declarou fôra das relações civis e sociaes, e que como inimigo e perturbador do repouso do mundo se abandonou á vindicta publica. Declaram ao mesmo tempo que, firmemente resolvidas a manter intacto o tratado de Paris de 30 de maio de 1814 e as disposições sancionadas por este tratado, e aquellas em que concordaram, ou ainda concordarão para o completar e consolidar, hão de empregar todos os meios e unir todos os seus esforços para que a paz geral, objecto dos votos da Europa, e fim constante dos seus trabalhos, não seja de novo perturbada, e para a garantir contra qualquer attentado que

ameaçasse tornar a submergir os povos nas desordens e desgraças da revolução. A presente declaração, inserida no protocollo do congresso, reunido em Vienna na sua sessão de 13 de março de 1815, se tornará publica. Feito e declarado verdadeiro pelos plenipotenciarios das oito potencias signatarias do tratado de Paris. Em Vienna aos 13 de março de 1815¹.

Em perfeita harmonia com esta declaração, os soberanos, de quem os seus respectivos signatarios eram representantes, tambem pela sua parte se mostraram em similhante conjunctura determinados unanimemente a fazer a Napoleão a mais dura e activa guerra. Effectivamente a declaração de Vienna feita aos 13 de março, e assignada como foi por todos os plenipotenciarios das potencias signatarias do tratado de Paris, abertamente manifestava um plano, ou partido politico e militar, concertado entre as referidas potencias, para sustentarem as disposições do sobredito tratado e a paz geral da Europa, e portanto o desterro a que Napoleão fôra condemnado como perturbador d'ella. Á citada declaração seguiu-se o tratado de 25 do mesmo mez de março, cujo artigo 7.º convidava todas as potencias da Europa a acceder a elle. Calculava-se que se todos os principes, que tinham representantes no congresso, concorressem fielmente com os promettidos e estipulados contingentes, as tropas destinadas para atacar a França não podiam ser menos de um milhão de homens, ou talvez mais, força infinitamente superior á que Buonaparte lhes podia apresentar em campo. É portanto um facto

¹ As assignaturas do supracitado documento foram as seguintes :

Austria, o principe de Metternich, o barão de Wessenberg.

Hespanha, D. Pedro Gomes Labrador.

França, o principe de Talleyrand, o duque de Dalberg, Latour du Pin, o conde Aleixo de Nouailles.

Gran-Bretanha, Wellington, Clancarty, Cathcart, Stewart.

Portugal, o conde de Palmella, Saldanha, Lobo.

Prussia, o principe Hardenberg, o barão de Humboldt.

Russia, o conde de Rasoumoffsky, o conde de Stackelberg, o conde de Nesselrode.

Suecia, Lowenhielm.

que a fuga de Napoleão da ilha do Elba e o seu apparecimento em França, empreza altamente impolitica, sobre temeraria, conspirou immediatamente contra si toda a Europa, reputando-o como homem sem fé, sem palavra e sem honra, o que já não era novo na sua anterior conducta. No congresso de Vienna se levantou logo um clamor geral contra elle por parte de todos os plenipotenciarios. Lord Castlereagh, fallando no mesmo sentido em que fallára o principe de Metternich no dia 12 de março, foi um dos que mais desabrido se mostrou contra Buonaparte, dizendo: «A volta d'este homem para França, com o formal desprezo de todos os seus compromissos, é um verdadeiro insulto feito a toda a Europa, insulto que excede tudo quanto tem sido feito pelos governos revolucionarios que o precederam, por mais vis e desprezíveis que tenham sido...» Na camara dos communs o apresentou elle como homem não menos odioso, quando disse: «Nós somos auctorisados a crer que elle não conservará a paz senão até ao momento em que a occasião lhe seja favoravel para a violar.» Desde então não restou duvida alguma ao mais entusiasta e furioso buonapartista a impossibilidade que havia de poder o seu idolo e a sua dynastia estabelecerem-se novamente em França, d'onde resultava verem-se inteiramente forçados a abandonar um homem contra o qual toda a Europa em peso se levantava, pois que a sua resolução inflexivel, o seu desmedido orgulho, a sua ambição sem limites, a sua falta de fé, quando lhe fazia conta quebrantal-a, o prestigio que tinha no geral dos homens que o rodeavam, e sobretudo os seus grandes talentos militares, que o constituíam um dos maiores vultos que n'esta carreira o mundo tem visto, eram cousas que aos olhos dos alliados não podiam deixar de o constituir n'um objecto de horror para todos elles, protestando sacrificar-o á sua dura e intransigente vingança, desafrontando-se dos enxovalhos por que n'outro tempo os fizera passar.

A Inglaterra foi pela sua parte a potencia que mais acalorada se mostrou contra a conducta de Napoleão Buonaparte, recorrendo logo ao emprego de todos os meios ao seu al-

cance para conseguir o prompto e feliz exito das primeiras operações d'esta tremenda e alarmante guerra, lisonjeando-se de a poder decidir em conformidade com os seus desejos. A Belgica foi o paiz por ella designado para de prompto lhe dar começo. Para lá principiou logo a mandar todas as tropas, que tinha disponiveis na propria Gran-Bretanha e na Irlanda, chamando tambem as que lhe podiam vir da Nova Escocia, do Canadá, das ilhas, e até mesmo aquellas que anteriormente tinha empregadas contra os Estados Unidos da America com a conveniente artilheria, munições de guerra, armas e petrechos de todas as especies, sendo o duque de Wellington o nomeado generalissimo e cominandante em chefe dos exercitos alliados na Hollanda e na Belgica. Na parte de oeste da França a mesma Inglaterra fez desembarcar grande quantidade de armas e munições de guerra, auxiliando por este meio quanto em si cabia a revolução da *Vandée*, e departamentos occidentaes, onde se dizia ter crescido a ponto de exigir forças muito consideraveis para embaraçar o progresso de similhante revolta. Para a conservação das fortalezas dos Paizes Baixos, objecto muito importante, tanto para a Hollanda, como para a propria Inglaterra, obrigou esta potencia a fornecer áquella, enquanto estivesse debaixo do dominio da casa de Orange, dois milhões sterlingos, devendo ministrar-se directamente á Hollanda mais um milhão sterlingo. Os subsidios pecuniarios foram por ella fornecidos ás tres grandes potencias alliadas, e satisfeitos em epochas determinadas, com a condição de manterem cada uma um exercito de 150:000 homens effectivos. A Austria começou logo a pôr em campo um exercito d'esta força, e no Rhem outro não menor. A Russia tambem pela sua parte se dispoz a mandar para as margens d'este mesmo rio um exercito de 225:000 homens, commandado pelo marechal Barclay de Tolly, e outro de 150:000 homens ás ordens do general Wittgenstein, caso fosse necessario operar tambem contra a França. A Prussia havia apromptado tambem um exercito de 236:000 homens. A Baviera um de 60:000, e conjunctamente com os menores estados da Allemanha, Hanover e Saxonia,

perfaziam um total de 150:000 homens. Vinha portanto a ser a somma total d'estas forças, destinadas a operar contra Napoleão, de 1.011:000 homens, a saber: a Austria 300:000, a Russia 225:000, postados nas margens do Rheno, a Prussia 236:000, os estados de Allemanha 150:000, a Hollanda 50:000, e finalmente a Gran-Bretanha 50:000 ¹.

Em harmonia com estas disposições os plenipotenciarios do congresso declararam mais, em nome das potencias que representavam, acharem-se ellas firmemente resolvidas a manter intacto o tratado de Paris de 30 de maio de 1814, bem como as disposições sancionadas por elle, a par das já ordenadas, e d'aquellas que ainda houvessem de o ser para o completar e consolidar. Declararam mais que empregariam todos os seus meios e renniriam todos os seus esforços para que a paz geral, objecto dos ardentes desejos de toda a Europa, e constante fim dos seus trabalhos, não fosse novamente perturbada pela louca ambição de um homem por ella já condemnado, acrescentando tambem que dariam ao rei da França, como se vê da declaração supra, os soccorros necesarios que lhes pedisse, para no seu reino restabelecer a tranquillidade publica, e fazer causa commum para combater aquelles que emprehendessem perturbar-lh'a. Em harmonia pois com estas declarações e á vista dos extraordinarios acontecimentos, que em França tinham tido logar com tão espantosa rapidez, depois do desembarque de Napoleão

fiara o mando d'elle ao bem conhecido general Blücher. O imperador da Austria continuára a ter no commando do seu exercito austro-bavaro o principe de Schwartzemberg, destinado a operar sobre o alto Rheno. O principe regente de Inglaterra, annunciando ao parlamento os acontecimentos que tinham tido logar em França, em contravenção aos compromissos das potencias alliadas, declarou ter ordenado o augmento das suas forças de terra e mar, sendo as de terra mandadas para a Belgica, dando-se o commando em chefe d'ellas ao duque de Wellington. Este exercito contava mais de 100:000 homens, comprehendendo hollandezes, hessezes, brunswiquezes, e um consideravel corpo de prussianos. Todos estes generaes, costumados a mandar e a vencer, gosavam da confiança das tropas que commandavam, e das nações a que ellas pertenciam. O archiduque Carlos pediu e obteve o commando da importante praça de Moguncia. Suppunha-se que até 15 de maio mais de 300:000 homens, passando o Rheno, se achariam nas fronteiras da França promptos para a invadirem, e castigarem a ousadia de Napoleão Buonaparte, expulsando-o d'ella para todo o sempre, como quebrantador dos seus mais sagrados juramentos, isto não obstante a consideravel falta de meios pecuniarios com que todas as nações por então luctavam.

Vê-se pois que os espantosos progressos da causa de Buonaparte em França, depois do seu desembarque em Cannes, assustaram logo toda a Europa, como já notámos, inquietando não pouco os povos da peninsula iberica, obrigando o governo hespanhol a tomar promptamente todas as precauções, para nos Pyreneus defender as suas fronteiras. Com este intento não só expediu ordens para todos os officiaes pertencentes aos corpos, que dos mesmos Pyreneus se achavam proximos, e estavam ausentes d'elles, se lhes reunirem, mas até sustou toda a concessão de novas licenças. Seis corpos de observação se destinaram por aquella occasião a ir para a Catalunha, onze para Guipuscoa e seis para o reino de Aragão. Estes corpos, reunidos aos que já guarneciam as citadas provincias, computavam-se em 70:000 a

80:000 homens, repartidos em toda a linha dos Pyrenees pela forma seguinte: 40:000 homens na Catalunha, 20:000 no Aragão e outros tantos na Navarra. Além d'isto o governo hespanhol pensava igualmente em fortificar as passagens das montanhas, que eram de mais facil transito. A isto seguiu-se depois a nomeação dos respectivos generaes. Todavia, esta nova attitudé da Hespanha contra a França, a pouca mais se estendeu do que ao que fica exposto, pouco ou nada se esperando do auxilio do seu exercito, pois que não só lhe faltava a necessaria disciplina, segundo o testemunho do proprio lord Wellington, mas faltavam-lhe ate sapatos, fardamentos, e mais que tudo faltavam-lhe tambem os pagamentos do thesouro, impossibilitado como se achava de satisfazer ás suas tropas os seus respectivos soldos e prets, agouRANDO-se com toda a razão que, a ser Napoleão feliz na sua nova empreza, D. Fernando VII repetiria para com a França o mesmo vergonhoso papel, que seu pae praticára para com ella em 1794. Apesar d'isto o embaixador francez em Madrid fazia em vão todos os esforços para que um exercito regular hespanhol entrasse em França e segurasse a elle Luiz XVIII o sul d'aquelle reino, para obstar ao progresso das intrigas e da força do usurpador por aquella parte, allegando que as provincias meridionaes da mesma França se achavam animadas do melhor espirito.

Portugal não podia estar tranquillo no meio de taes circumstancias, nem o duque de Wellington permanecer esquecido do valor e disciplina com que o exercito portuguez militára debaixo das suas ordens durante a guerra da península, e portanto da proficuidade que de novo lhe podia prestar na campanha, que pelo lado da Belgica ia empreheNDER contra a França n'este anno de 1815. E com effeito apenas a Inglaterra, a Austria, a Russia e a Prussia assignaram o tratado de alliança offensiva e defensiva de 25 de março d'aquelle anno, o referido duque o participou logo aos plenipotenciarios portuguezes, exhortando-os a que, no caso das suas instrucções lhes permittirem a sua adherencia ao referido tratado, em nome do principe regente, elles assumissem

fizessem, fixando o contingente que Portugal devia pela sua parte fornecer aos alliados, para novamente se debellar o poder de Buonaparte. Consultando pois as suas instrucções, viram elles que nos seus artigos 8.º e 16.º este caso do tratado se achava já prevenido, de que resultou não terem duvida alguma em que Portugal accedesse tambem ao mencionado tratado, o que elles fizeram como seus representantes, fixando o contingente portuguez em 30:000 homens. Em seguida a isto perguntaram elles ao duque, qual o emprego que se daria ao exercito portuguez, ao que elle lhes respondeu, que haviam convenções especiaes para fixar tudo o que fosse relativo aos commandos dos exercitos, bem como ao concerto e plano das operações, etc., e que não se achando a Hespanha no caso de poder pôr em campo um exercito disciplinado e capaz de penetrar em França pelos Pyreneus, o melhor seria em tal caso que Portugal fornecesse um contingente de 10:000 a 15:000 homens para se unir ao exercito anglo-allemão, postado nos Paizes Baixos e na Hollanda, acrescentando que a Inglaterra se encarregaria do transporte d'essas tropas, bem como da sua paga e manutenção durante a guerra. A isto acrescentou mais que se poderia ajustar uma convenção entre a Inglaterra e Portugal, de commun accordo com os mais alliados. Entretanto os plenipotenciarios portuguezes não poderam deixar de lhe declarar, que só se achavam auctorisados para acceder ao tratado, mas não para decidir o modo e o paiz para onde deveria marchar o contingente portuguez, tendo para si que semelhante cousa só o poderia determinar o imperante, e portanto que nem elles, nem mesmo os governadores do reino se atreveriam a tomar sobre si uma tão grave resolução. Mas como para revalidar o tratado e fazel-o executar era indispensavel a ratificação do principe regente, nenhum transtorno faria o esperar pela resolução superior sobre aquelles dois pontos, pois que com a citada ratificação não podiam deixar de vir as ordens de sua alteza real a tal respeito, por ser elle o unico senhor de fixar o emprego das suas tropas, o que não queria dizer que elles pela sua parte não participassem de

prompto para o Rio de Janeiro as idéas d'elle duque a ta
respeito ¹.

Foi no dia 29 de março que os mesmos plenipotenciarios receberam o convite para comparecerem na commissão das oito potencias, e comparecendo n'ella, o principe de Metternich os convidou a accederem ao citado tratado de 25 d'aquelle mez, convite a que elles de prompto accederam, por ser isso conforme com as suas já citadas instrucções, salvaguardando-se com acrescentar que, depois de as lerem e considerar mais maduramente o seu conteúdo, exporiam as observações que a sua respectiva leitura lhes suggerisse, ou lhes podesse dictar, bem como fixar ao certo qual o contingente que o seu paiz poderia ministrar aos alliados. Foi no dia 8 do seguinte mez de abril, como já vimos na presente nota, que elles effectivamente assignaram o tratado da liga offensiva e defensiva contra a França, originariamente formulado e assignado pelas quatro potencias acima mencionadas. Com esta accessão forçoso era que os nossos ditos ple-

¹ Foi em consequencia da sua participação que do Rio de Janeiro vieram para o conde de Palmella os plenos poderes e instrucções para ministro *ad hoc*, nomeado pelo principe regente para tratar das difficeis disposições, relativas aos exercitos combinados, em conformidade do artigo 5.º do tratado de alliança offensiva e defensiva, firmado em Vienna aos 25 de março de 1815 pelos plenipotenciarios de Austria, Russia, Inglaterra e Prussia, tratado a que os nossos plenipotenciarios prestaram definitivamente a sua accessão em 8 do seguinte mez de abril, com a categoria de contratantes, acto que o principe regente pela sua parte ratificára no Brazil. Na impossibilidade eventual do conde de Palmella, foi para o dito fim nomeado em segundo logar Cypriano Ribeiro Freire. A promptidão com que o principe regente houve por bem approvar o sobredito tratado com as citadas potencias de Austria, Russia e Prussia, não obstante não ter podido subir ao mesmo tempo á sua real presença o feito com Inglaterra, e que exactamente continha as mesmas condições, dando logo em consequencia as suas reaes ordens, em conformidade do pacto federativo, prova bem quanto a côrte do Rio de Janeiro se achava animada de sentimentos iguaes aos das mais potencias belligerantes. Tendo porém vindo a citada ratificação depois da victoria de Waterloo, não chegou a fixar-se pelo conde de Palmella o contingente que Portugal devia fornecer.

plenipotenciarios empenhassem tambem todo o seu zêlo para que as mesmas clausulas, ajustadas entre as grandes potencias, nos fossem communs, como praticaram, a fim de que o exercito portuguez não ficasse de novo subordinado aos regulamentos britannicos, sem distincção de forças auxiliares, como eram consideradas as tropas alliadas, ainda que incorporadas fossem debaixo do mando de um general estrangeiro, por ser d'este modo que se não poria em duvida se o exercito portuguez deveria, ou não, ter parte nos despojos, que se houvessem de tomar ao inimigo, como succedeu na guerra da peninsula, em que os portuguezes se constituiram instrumentos passivos dos generaes inglezes, sem que por meio de tratado algum, ou convenção garantissem para o seu nome e serviços cousa alguma de vantagem. A ter-se procedido de differente modo do que se procedeu em 1808, quando lord Wellington veio pela primeira vez a Portugal, a praça de Olivença, sendo portugueza e tendo sido tomada ao inimigo commum por tropas portuguezas, de certo não poderia ser por elle restituída novamente á Hespanha, como praticou. Ao exposto devemos acrescentar mais, para honra da memoria do conde de Palmella, principal collaborador de todos os ajustes e negociações de que, como primeiro plenipotenciario por parte de Portugal, tratára no congresso de Vienna, que a accessão por elle feita ao tratado de 25 de março de 1815 precedeu todas as mais, que no referido congresso fizeram as outras nações, servindo-lhes a nossa como de modelo.

Em Londres teve o ministro portuguez, Cypriano Ribeiro Freire, uma conferencia com lord Castlereagh no dia 18 de abril de 1815, na qual este lhe participára que os plenipotenciarios portuguezes no congresso de Vienna tinham accedido ao tratado de alliança, assignado n'aquella côrte aos 25 de mez de março anterior entre a Austria, Russia, Prussia e Inglaterra. Mais lhe acrescentou que o contingente de Portugal era de 30:000 homens; que o duque de Wellington desejava que se lhe enviassem apenas de 12:000 a 14:000 de tropas portuguezas, em que muito confiava, e que para este

effeito se enviariam immediatamente de Inglaterra transpor—
tes a Portugal, a fim de os conduzirem á Belgica. Que a In—
glaterra poria effectivamente em pé de guerra 50:000 ho—
mens de tropas suas, nacionaes, e completaria a deficiencia
de 100:000, que tinha de fornecer para a guerra, com tropas
addicionaes hanoverianas e auxiliares, que tomaria a seu
soldo; que ás primeiras tres potencias alliadas ministraria
5.000:000 sterlinos, e que subsidiaria Portugal por fórma
analogá ao numero de tropas enviadas, de maneira que não
excedesse para Portugal a despesa d'este mesmo exercito
conservado no reino. Calculava-se em 2.000:000 sterlinos o
desembolso, que a Inglaterra tinha a fazer com as tropas au—
xiliares, para preencher o seu respectivo contingente. Con—
veiu lord Castlereagh que os governadores do reino de Por—
tugal não poderiam ter instrucções, nem poderes para um
caso eventual e imprevisto da natureza d'aquelle de que por
então se tratava. Ponderou que n'aquellas circumstancias
convinha que as forças alliadas obrassem unidamente, não
sendo bastantes para se empregarem ao mesmo tempo n'uma
diversão feita pelo sul da França. Acrescentou finalmente
que Portugal não tinha por então que receiar da França, e
concluindo disse que escreveria para Lisboa a mr. Canning,
para que negociasse e representasse tão importante objecto
aos governadores do reino. Mas quando posteriormente se
lhe communicou que as tropas portuguezas não podiam en—
trar em campanha, sem que do Rio de Janeiro chegasse a
ratificação do tratado que se invocava, e as ordens do prin—
cipe regente, ficou sereno, dizendo a isto que Portugal se
procurava subtrahir á liga, que o prendia com as operações
dos exercitos alliados.

Todavia os governadores do reino, sabedores do compro—
misso dos plenipotenciarios portuguezes, trataram logo de
fazer effectivo, pela sua parte, o respectivo contingente, ex—
pedindo para esse fim duas portarias no dia 22 do citado
mez de abril, ordenando n'uma d'ellas que todos os officiaes
inferiores, cabos, anseçadas e soldados, a quem se havia
dado baixa do serviço dos corpos de linha do exercito em

que tinham militado, em rasão de excederem o numero completo do regulamento de 29 de outubro de 1814, regressassem aos referidos corpos dentro do praso de um mez, promettendo aos que assim o fizessem voluntariamente darem-se-lhes as suas baixas, logo que cessassem os motivos que determinaram a medida. Na segunda portaria augmentavam interinamente a força dos regimentos de infantaria e dos batalhões de caçadores, elevando-os ao pé em que estavam durante a ultima guerra. Para preencher o corpo de artilheria montada, ou corpo de conductores, uma terceira portaria se publicou na data de 30 do citado mez de abril, chamando ao serviço os boleeiros e conductores da praça, devendo considerar-se incursos em deserção, tanto uns como outros, no caso de se não apresentarem no praso que para tal fim se lhes marcava. O marechal Beresford tambem pela sua parte cuidou logo, não só em pôr o exercito em pé de guerra, mas até mesmo em organizar e preparar para embarcar com as suas bagagens o contingente dos já citados 15:000 homens, formado dos melhores soldados, que no mesmo exercito havia, com as suas competentes bôcas de fogo. O governo inglez apressára-se em mandar para o Tejo os navios, que o haviam de conduzir para a Belgica; mas os governadores do reino não convieram n'isso, entendendo que, nem elles, nem outra alguma auctoridade no reino, a não ser el-rei, poderia declarar a guerra, fosse a que potencia fosse, e muito menos á França; declaração a que equivaleria a ida do contingente portuguez para a Belgica. Entendiam mais que, quando os mesmos plenipotenciarios tivessem assignado em Vienna algum tratado, em que expressamente estipulassem a marcha de alguma parte do exercito para fóra do paiz, ainda assim elles, governadores do reino, não podiam dar execução a similhante tratado, emquanto pelo imperante não fosse ratificado, sendo elle o unico que podia dispôr das suas tropas como bem lhe aprouvesse. Vinha mais de reforço a isto o impolitico da medida, em primeiro lugar por se mostrar com ella que nenhum peso dava o governo portuguez á dura ingratidão e total abandono em que a Inglaterra nos

deixou depois da guerra da península, e em segundo lugar pela extrema necessidade que havia de não desguarnecer o reino, privando-o das tropas, que tão precisas lhe podiam ser para a sua propria defeza, não só porque nenhum auxilio proficuo se podia esperar do exercito hespanhol, á vista do deploravel estado em que se achava, e de mais a mais destinado a ir operar em França, como já vimos, mas tambem porque, attenta a instabilidade e fraqueza do governo hespanhol, nada mais facil do que tornar-se a ligar com Napoleão, a ser-lhe a fortuna propicia, e ligado com elle vir novamente invadir Portugal, auxiliado por um exercito francez, renovando por outra vez as scenas de 1801 e 1807. A succeder isto, a mesma Inglaterra tambem nenhum socorro nos podia prestar, pois que todas as tropas de que podia dispôr as ia o governo britannico mandando para a Belgica, para habilitar lord Wellington a emprehender a sua nova campanha contra Buonaparte.

Era pois evidente e por todos reconhecida a extrema necessidade, que em taes circumstancias havia de conservar o exercito portuguez n'um estado tal de força, que podesse acudir ás fronteiras do reino, para o defender em caso de urgencia, o que não succederia, quando a maior e a melhor parte d'elle se mandasse para os Paizes Baixos, como queriam lord Wellington e o governo inglez, a não ser a sua falta substituida de prompto por algum corpo de tropas estrangeiras de confiança pela sua firmeza e disciplina, em que entrasse uma boa porção de cavallaria, o que de certo não podia esperar-se da parte da Inglaterra, por então se achar toda a attenção d'esta potencia, e a de todas as mais fixada unicamente nas operações, que os seus respectivos exercitos iam emprehender nas provincias do norte da França. Ao que fica exposto acrescía mais que os pesados sacrificios de sangue, que a Inglaterra com tanto empenho de nós exigia, eram na maxima parte destinados para seu proprio interesse e engrandecimento, e o governo inglez, em lugar de se mostrar grato pelos que em seu proveito lhe tinhamos prestado na passada guerra da península, só desprezos, ingratidões e fla-

grantíssimas injustiças d'elle tínhamos recebido, como já notámos. Recusa-se uma penna verdadeiramente portugueza fazer sobresair n'este logar a resenha dos inquestionaveis actos de má fé e de duplicidade do governo inglez para conosco no fim da dita guerra, não obstante o termos-lhe nós posto á sua disposição todo o nosso territorio, para n'elle vir defender-se contra a França, as nossas fortalezas, arsenaes e os poucos navios que ainda havia da nossa antiga esquadra, a par de tudo mais de que quiz dispôr e de nós exigiu. Mas deixando estes pontos, por nós já tantas vezes expostos, é um facto que os governadores do reino fizeram tudo o que estava ao seu alcance para pôrem o exercito portuguez no mais respeitavel pé de guerra que lhes era possivel, chamando para este fim novamente aos seus corpos os soldados a que se tinham dado baixas, o que igualmente foi repetido pelo proprio marechal Beresford na sua ordem do dia de 30 de abril de 1815, tratando-se assim de apresentar os corpos no maior estado de força e de disciplina, preparando-os como para entrarem promptamente em campanha, pois que a progredir a guerra dos alliados contra a França, Portugal não podia tambem deixar de entrar n'ella, ou fosse no seu proprio paiz, ou fora d'elle. Apesar d'estas rasões, tanto o duque de Wellington, como o governo inglez, reforçados pelo marechal Beresford, levaram muito a mal a conducta dos governadores do reino, suppondo-se ter sido esta a causa por que o referido marechal se resolveu a ir no dito anno de 1815 pela primeira vez ao Rio de Janeiro, no intento de conseguir do principe regente o ficar inteiramente independente dos referidos governadores em assumptos militares¹.

¹ O procedimento dos governadores do reino foi n'este caso tão justo e acertado, que o proprio mr. Canning, por então embaixador inglez em Lisboa, o reputou como tal, *entendendo que similhante transacção só devia ser feita nas fórmulas diplomaticas*, segundo o declarou a lord Bathurst, na carta que lhe dirigiu em 30 de junho. O mesmo *Correio Braziliense*, *jornal* de grande opposição ao governo, publicou a este respeito o seguinte artigo: «Os governadores do reino recusaram, como se sabe, mandar tropas para a guerra da França, tendo de voltar para Inglaterra

O certo é que no meio da attitude bellica, tomada pelos diferentes soberanos da Europa, e pelos plenipotenciarios do congresso de Vienna contra Napoleão Buonaparte, este

vasios os transportes, que o governo inglez de lá tinha mandado ao Tejo para as conduzirem aos Paizes Baixos. Isto embaraçou o governo inglez com o portuguez a um ponto bastante sério, chegando uma das gazetas inglezas a dar os mesmos governadores como traidores ao seu soberano por assim terem obrado : assim se leu no *Times* de 24 de agosto de 1815. Já n'outra parte vimos a rasão que houve, para que os governadores do reino assim procedessem, porque emfim Portugal tinha tudo a perder e nada a ganhar n'aquella guerra. As desvantagens da sua colligação contra a França eram bem sentidas e reconhecidas, mas as vantagens nenhuma. E todavia queriam os inglezes que Portugal se empenhasse novamente n'uma guerra em que só desprezos, ingratição e abandono retirou da sua alliança com a Gran-Bretanha. A conducta do governo inglez foi de tal ordem, que para o principe regente obter em Inglaterra um emprestimo de 600:000 libras, garantido pelo governo inglez, necessario lhe foi offerecer por hypotheca os rendimentos da ilha da Madeira, que ficou guarnecida por tropas inglezas até ao final pagamento, sendo necessario para maior vergonha, que dois negociantes portuguezes fossem apresentados em Londres como abonadores dos pagamentos».

É portanto um facto que as queixas do governo inglez, de lord Wellington e do marechal Beresford contra os governadores do reino foram manifestamente injustas, por se não mandar para a Belgica o contingente portuguez, que o dito lord com tamanho empenho tinha solicitado. Obraram os ditos governadores do reino pela mesma fórma por que o vice-rei da Irlanda obraria em tal caso, o qual seguramente não disporia das tropas irlandezas, mandando-as para fóra do seu paiz, sem prévia e expressa licença do rei da Gran-Bretanha. Seguramente o contingente portuguez dos 15:000 homens, pedidos por lord Wellington, ser-lhe-iam mandados, se a respectiva campanha não fosse tão rapida como realmente foi, pois que as mesmas tropas russianas e as austriacas não tiveram tempo de comparecer na famosa batalha de Waterloo, como adiante veremos. O artigo do *Times*, a que acima nos referimos, foi traduzido e publicado no *Messenger du soir*. Sendo pois tido por offensivo para o governo portuguez, deu isto logar a que Francisco José Maria de Brito, encarregado dos negocios de Portugal em Paris, levado do seu zêlo patriotico, defendesse a conducta dos governadores do reino, publicando tambem um artigo no *Moniteur*, e ao mesmo tempo justificasse os sentimentos da nação portugueza, contrariados apenas pela rapidez dos gloriosos successos da celebre campanha de Waterloo, artigo que todos os mais jornaes francezes publicaram depois.

homem extraordinario, ao passo que se preparava para a guerra, tomára tambem o expediente de fazer ver aos ministros das potencias alliadas os bons desejos que tinha de aquiescer ao tratado de Paris, posto que fosse reputado por elle como um padrão de vergonha indelevel e opprobriosa humilhação para a França. Lisonjeava-se elle de que as referidas potencias se lhe tornariam mais benignas, logo que soubessem da rapidez e magnitude do seu grande triumpho em França, a par das instrucções pacificas, que manifestára depois da sua installação em Paris. Illusão manifesta, de que o tempo em breve o desenganou! A fortuna, que no anno anterior tantas provas lhe deu do seu abandono, passando-se para as bandeiras dos alliados, e virando-lhe as costas, continuava-lhe adversa nos campos de batalha em 1815. Caulcourt, seu ministro dos negocios estrangeiros, offerecêra em nome de seu amo aos mesmos exilados a exacta observancia do tratado de Paris, e o seu mais inteiro respeito ás estipulações do congresso de Vienna. Napoleão não teve duvida pela sua parte em dissimular o seu genio orgulhoso, mandando no dia 4 de abril o expediente de escrever cartas apographas a cada um dos soberanos alliados, humilhando-se assim diante d'elles, quando n'outro tempo tão soberbo e alto se lhes mostrára, nunca pensando chegar ao estado em que presentemente se via. N'estas cartas, em que representava a sua volta á França, como obra de uma *irresistivel* potencia, complemento do grande papel a que a sorte o destinara a desempenhar no mundo, nota-se entre outras a seguinte protestaço: «O principio inviolavel da minha politica será o mais completo respeito para com a independencia das nações... Depois de ter apresentado ao mundo o espectaculo de grandes combates, será de hoje em diante para mim o mais doce possivel, não conhecer outra rivalidade mais do que a lucta santa da felicidade dos povos». Nenhum effeito produziram estas protestaçoens no animo das altas personalidades a quem se dirigiram, as quaes nenhuma resposta lhe deram, pensando geralmente que Napoleão, depois de ter sem escrupulo algum violado o tratado de Fontainebleau,

nenhumas esperanças lhes dava de observar o tratado de Paris, cuja impopularidade entre os francezes era reconhecida e tida pela mais póderosa causa do novo exilio dos Bourbons. Quando mesmo tivessem ainda por elle alguma sympathia, em vez da grande indisposição que lhe mostravam os plenipotenciarios do congresso, e sobretudo os inglezes, a par da do proprio principe de Talleyrand, nenhuns d'elles lhe podiam ser favoraveis, pois a resolução tomada já pelos soberanos alliados não podia voltar atrás, particularmente tendo-se como um meio de ganhar tempo todas as citadas protestações, feitas pelo mesmo Napoleão.

Para este mau desfecho tambem não devia concorrer pouco a imprudente conducta de seu cunhado Joaquim Murat, o qual, vendo o feliz exito da tentativa de Napoleão em França; tomou a resolução, provavelmente nas vistas de n'ella o auxiliar, de marchar contra a Austria, sendo uma outra causa d'isto os seus graves receios de ser expulso do reino de Naples. Julgava-se como certo ter tido Murat correspondencia secreta com seu cunhado para a ilha do Elba, não se acreditando que elle podesse jámais ignorar os projectos da sua empreza. Se pois Buonaparte fosse n'ella feliz, a Austria; com a qual Murat estava por então ligado, não podia deixar de exigir d'elle o auxilio a que era obrigado, considerando, como por tal motivo considerava o gabinete austriaco, de grande vantagem para si o conservar por seu o norte da Italia, e foi n'esta apertada conjunctura que o mesmo Murat tentou sublevar-lh'o, nas vistas de fazer de toda a Italia um só estado, como hoje se vê. Para este fim poz-se elle á testa de 50:000 homens, com os quaes, sem declarar as suas intenções, foi entrar em Roma, d'onde o papa e os cardeaes tiveram de fugir. Ameaçando toda a linha do Pó, onde os austriacos se não poderam manter, ousou no dia 31 de março dirigir aos italianos uma proclamação, em que os convidava a pegar em armas para a libertação do seu proprio paiz, sendo n'ella que por então manifestou as suas ambiciosas vistas sobre aquelle ponto. Feito isto, Murat marchou para o norte, o que deu cuidado, não sómente á Austria, mas até

mesmo á Europa, porque, a assenhoriar-se da Lombardia, poderia effectivamente unir os seus esforços aos de Buonaparte, senhor como estava já do throno da França, o que proporcionaria tambem ao principe Eugenio augmentar as suas forças com mais alguns milhares de soldados veteranos. Foi esta a razão por que a Austria, temendo muito isto, se offereceu para lhe garantir a posse do reino de Napoles. A Inglaterra tambem pela sua parte, levada de iguaes receios, procurou fazer tréguas com elle; mas Murat recusou as condições de uma das duas potencias, desprezando a par d'isto as salutaes advertencias da outra. Em tal caso a Austria viu-se obrigada a declarar-lhe guerra, e enviando novas forças á Italia, tiveram estas com elle um combate serio, perto de Occhio Bello, na sua tentativa de passar o Pó. O contratempo que ali experimentou Murat obrigou-o a retirar-se da sua linha, e perseguido pelos austriacos, foi nos dias 2 e 3 de maio perder perto de Tolentino a batalha que ali teve de lhes acceitar. N'ella foi o seu exercito completamente derrotado, tendo elle de fugir para Napoles, d'onde se escapou para França, indo no dia 25 do dito mez de maio desembarcar em Cannes, e portanto no mesmo lugar em que seu cunhado tinha tres mezes antes igualmente desembarcado. Napoleão porém, dando-se por offendido, ou com razão, ou sem ella, da maneira por que Murat se conduzira, compromettendo-o junto dos alliados, por causa da sua guerra feita á Austria, recusou-se a recebel-o em Paris, o que de certo não faria, se a fortuna n'ella o protegesse ¹.

¹ Murat, vivendo obscuramente, até 24 de agosto de 1815, aspirou na sua desgraça a recuperar a sua perdida corôa de Napoles. Com estas vistas organisou uma flotilha, que foi dispersa por um temporal, indo no dia 5 de outubro ganhar terra com difficuldade na pequena praia de Pizzo, pequena aldeia de pescadores, perto do monte Leone. Atacado pelos habitantes do paiz, e combatendo com elles com a sua costumada bravura, caiu-lhes finalmente prisioneiro, sendo em seguida a isto levado por elles a um tribunal militar, onde em breve foi condemnado a ser arcabusado. Murat comportou-se n'esta conjunctura como um bravo e valente manejador de sabre, como realmente era, não desmentindo a fama que d'isso tinha. Pondo o retrato de sua esposa ao peito, não quiz

Napoleão, contemporizador como foi nos primeiros tempos da sua entrada em Paris para com a diplomacia, quiz-lhe dar como satisfação o agravo que allegava de Murat, seu cunhado. Como prova da sua dita contemporisação acrescentaremos mais o seguinte. O conselho de estado de Buonaparte, sabedor da declaração do congresso de Vienna, dada de 13 de março, fez redigir pelo conselheiro Defermon um relatorio, cujo preambulo, depois de ter apresentado a citada declaração como um acto inaudito nos fastos da politica, attribuiu este fulminante escripto unicamente aos plenipotenciarios francezes, pois que os da Austria, da Inglaterra, Russia e Prussia, segundo n'elle se dizia, não podiam jamais assignar um acto, que os soberanos e os povos a quem pertenciam, se apressariam em condemnar. Para corroborar o que assim dizia, acrescentava que os plenipotenciarios, cooperadores do tratado de Paris, muito bem sabiam que Napoleão era reconhecido por este tratado com o nome de *imperador e soberano da ilha do Elba*, e em conformidade com isto seguramente não deixariam de o designar com estes titulos, nem se desviariam na fórma, nem no fundo do devido respeito, que semelhantes titulos lhe impunham. Não ignoravam elles, segundo as leis das nações, que o principe menos poderoso, quanto á extensão do terreno, ou á população dos seus estados, gosa pelo seu caracter politico e civil dos mesmos direitos e regalias, que pertencem a todo o principe soberano, e portanto igual debaixo d'este ponto de vista ao mais poderoso monarcha. Por conseguinte, estando Napoleão reconhecido pelo titulo de *imperador*, e na qualidade de principe soberano por todas as potencias da Europa, não po-

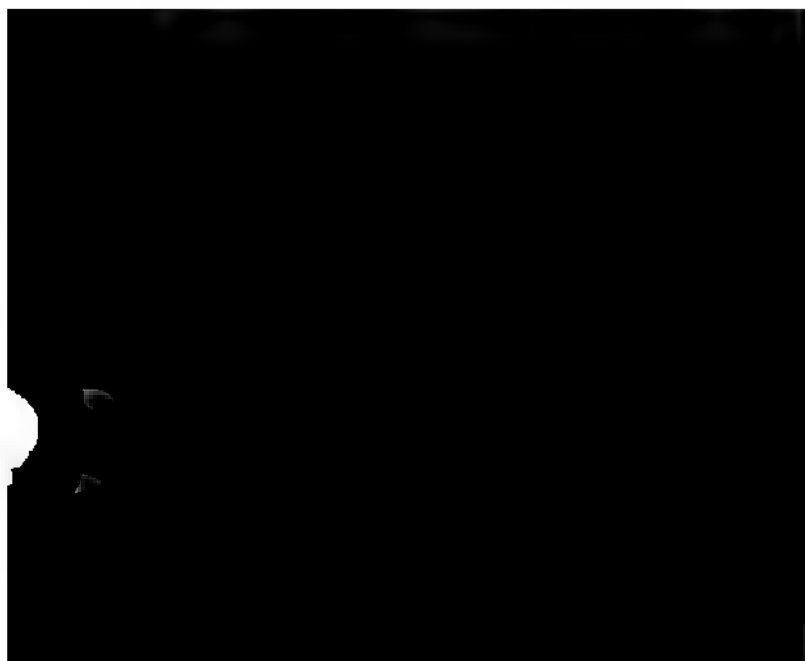
que lhe vendassem os olhos, e desfechando a respectiva escolta as armas contra elle, caiu morto por seis balas que lhe atravessaram o coração, tirando-lhe uma vida que elle tão valentemente arriscára n'uma multidão de combates, vida que em muitos d'elles tinha procurado perder. Isto porém não destroe o ter sido uma verdadeira loucura a sua empreza de Napoles, julgando-se tel-a emprehendido por conselho de traidores, que o sacrificaram e expozeram á morte, augmentando-lhe a illusoria crença de que os napolitanos suspiravam pelo seu governo.

dia estar sujeito, como qualquer d'elles não estava, á jurisdicção do congresso de Vienna. O esquecimento d'estes principios (impossivel de suppor nos plenipotenciarios, que com reflexão, sabedoria e madureza prezavam os direitos das nações), só podia manifestar-se nos plenipotenciarios francezes, aos quaes a sua consciencia accusava de mais de uma traição, e nos quaes o temôr havia produzido grandes indisposições pessoaes, e cujos remorsos lhes allucinavam a razão. Continuando o referido preambulo a estygmatisar semelhante declaração, seguia-se-lhe depois á enumeração das violações do tratado de Fontainebleau, de 18 de abril de 1814, feitas para com elle pelos alliados, e feitas não menos para com os interesses e direitos da nação franceza ¹.

O relatorio de que se acaba de dar noticia foi espalhado com a maior profusão, nas vistas de seduzir o povo e o exercito. Para comprovar o que n'este escripto se dizia é que Napoleão dirigira aos differentes soberanos as cartas em que acima se fallou, esforçando-se em invalidar n'ellas a citada declaração de 13 de março, tornando-se, segundo elle dizia, sem applicação para com elle, á vista dos successos que tinham tido lugar, e do offerecimento que fazia de ratificar o tratado de Paris de 30 de maio de 1814. A commissão das oito potencias, tendo conhecimento d'esta e de outras mais peças publicadas em Paris, com relação á sua dita declaração de 13 de março, nomeára uma outra commissão no dia 9 de maio, encarregando-a de examinar se seria ou não necessario proceder a uma nova declaração. Tres dias depois a commissão nomeada apresentou o seu relatorio, dando lugar á discussão dos tres seguintes pontos: 1.º, se a posição de Buonaparte perante as potencias da Europa tinha mudado, pelo facto da sua chegada a Paris, e pelas circumstancias de que foram acompanhados os primeiros successos da sua empreza de se apoderar do throno da França; 2.º, se o offerecimento de sancionar o tratado de Paris de 30 de maio de 1814 podia determinar as potencias a adoptar um systema

¹ Veja o documento n.º 8.

differente d'aquelle, que tinham já annunciado na declaração de 13 de março; 3.º, se era necessario ou conveniente publicar uma nova declaração para confirmar, ou modificar a já conhecida. Quanto á primeira questão, entendeu a commissão que Buonaparte devia ser olhado com justificado motivo como inimigo implacavel do bem publico, por se ter dirigido de mão armada para França, e por se ter tornado o flagello da guerra interior e exterior para com a mesma França, obrigando igualmente a Europa á triste necessidade de proceder a um novo armamento geral. Quanto á segunda questão, a commissão entendia que a garantia de um homem tal como Napoleão, offerecendo-se a sancionar o tratado de París, não podia ser acceita pela cruel experiencia de quinze annos de perfidias, nem a paz feita com um governo por elle estabelecido seria mais do que um estado de perpetua incerteza, anciêdade e perigos. Quanto á terceira questão, a mesma commissão era de parecer que, á vista das precedentes considerações, era inutil emittir uma nova declaração a respeito de Buonaparte. Todos estes pareceres foram sanccionados sem contradicção alguma pela citada commissão das oito potencias, a qual determinou a par d'isto que aos mais plenipotenciarios das potencias restantes se lhes dêsse conhecimento do que a tal respeito se havia approvado, e que d' mais a mais isto se fizesse publico, como se praticou ¹.



CAPITULO II

Perdidas como foram por Napoleão as esperanças de se congraçar pela diplomacia com os soberanos alliados, preparou-se finalmente para a guerra com elles, indo para este fim apparecer ao seu exercito, postado no Sambre, onde ganhou aos prussianos de Blücher, no dia 16 de junho, a batalha de Ligny e Saint-Amand, dando tambem no mesmo dia a de Quatre Bras a lord Wellington, na qual o marechal Ney não foi feliz. Não obstante isto lord Wellington, sabendo do desastre de Blücher, e tendo por plano defender Brüssel, foi no dia 17 tomar posição em Waterloo, para onde tambem se dirigiu Napoleão no mesmo dia 17, postando-se definitivamente no seguinte em frente do seu adversario, resolvido a acceitar-lhe uma batalha, a qual effectivamente começou pelas onze horas e meia da manhã do citado dia 18. Os francezes, acommettendo com arrojo o castello de Hougomont, no flanco direito de lord Wellington, não poderam d'elle assenhorear-se, o que levou Napoleão a mandar atacar o centro da linha contraria pelo marechal Ney. A pertinacia d'este ataque foi longa, vendo-se lord Wellington em grande risco, de que a final foi livre com a approximação das tropas prussianas de Blücher, circumstancia que fez decidir a batalha em seu favor, havendo grandes perdas de gente, quer por parte dos vencidos, quer dos vencedores, retirando-se aquelles para Laon, para onde tambem foi Napoleão, que de lá se dirigiu para París. Chegado a esta capital, e vendo-se n'ella abandonado pelos seus antigos partidistas, teve de abdicar novamente a corôa de França em seu filho, abdicção que a camara dos pares lhe não reconheceu, sendo elle alem d'isso induzido a ir residir no palacio de Malmaison, d'onde passou a Rochefort, vendo-se n'uma e n'outra parte vigiado pela policia, com o fim de o não deixar sair de França. Escapados do desastre de Waterloo se foram ainda reunir em París 60.000 francezes, aos quaes se deu por commandante o marechal Davoust, que de lord Wellington e Blücker se viu obrigado a solicitar um armisticio, chegados como estes generaes tambem foram áquella capital, da qual, pela condição do armisticio, o exercito francez teve de retirar para o Loire. A entrada que os soberanos das grandes potencias do norte n'ella igualmente fizeram, seguiram-se novos ajustes de paz com o governo provisorio, installado depois da abdicção de Buonaparte. No meio d'estes acontecimentos Luiz XVIII entrou novamente em París chamado por lord Wellington; nomeia o seu novo ministerio, e expede algumas ordenanças, contrarias aos buonapartistas. Ultimam-se os trabalhos do congresso de Vienna com o tratado de paz geral, em que todas as nações convieram, á excepção da Hespanha, tratado em que se contém alguns artigos relativos a Portugal, incluindo-se n'elles a questão de Olivença. Entretanto Napoleão buscava em Rochefort sair para fóra da França, o não o podendo fazer, pelo apertado bloqueio, posto por uma esquadra ingleza ás costas occidentaes da França, foi voluntariamente entregar-se ao capitão Maitland, commandante da nau *Bellerophon*, que o conduz a Plymouth, d'onde muito lhe custou sair para Santa Helena, onde foi acabar os seus dias como prisioneiro de guerra, por ordem do governo inglez.

A vista do que fica dito no fim do precedente capitulo, Napoleão desenganou-se de que lhe não era possivel congraçar-se pela diplomacia com os soberanos alliados, nem

com os seus plenipotenciarios, reunidos no congresso de Vienna, e portanto que forçoso lhe era recorrer á ultima rasão das cousas, ou ao emprego das armas, as quaes desde a sua chegada a Paris tratára de pôr em pé de guerra com toda a actividade, diligencia e empenho, cousa em que os alliados não mostravam tambem menos ardor e enthusiasmo, decididos a expulsal-o novamente da França, corresse por onde corresse. Ao passo que Napoleão consagrava pela sua parte dezeseis horas por dia á reorganisação do exercito francez e á promptificação do seu respectivo material, os dois engenheiros, Haxo e Lery, tratavam tambem pela sua parte de fortificar Paris e Lyão, cidades que não podiam deixar de ser dois pontos, que pela sua importancia haviam de decidir a nova luta da França com as mais potencias da Europa. Outros engenheiros houve a quem se deu a commissão de fortificarem e entrincheirarem as principaes posições das fronteiras. Outros differentes pontos se fortificaram tambem com a mais extrema celeridade. Construíram-se obras de campanha na floresta de Mormale e nas cinco passagens dos Voges. Finalmente deram-se instrucções para se cuidar quanto antes na defeza dos desfiladeiros do Jura e de toda a fronteira dos Alpes. Os arsenaes, abandonados pelo governo de Luiz XVIII, tomaram uma actividade tal, que chegaram a apromptar 4:000 espingardas por dia. Guardas nacionaes moveis se organisaram por toda a extensão do imperio francez, e o recrutamento, tanto voluntario, como obrigatorio, forneceu aos depositos regimentaes milhares e milhares de soldados. Para sem embaraço poder activar este grande e bellico movimento nacional, Napoleão deu por penhores ao partido revolucionario chamar ao ministerio os dois famosos regicidas e notaveis vultos do referido partido, Carnot e Fouché, fazendo-lhes alem d'isso a solemne promessa de governar para o futuro segundo a constituição, garantindo-lhes igualmente a liberdade da imprensa e a da tribuna parlamentar. Em menos de sessenta dias o exercito francez passou de 149:000 homens, em que Napoleão o achára, a 414:000; mas no mez de setembro ha-

via já subido a 700:000¹. O mesmo Napoleão formou de tão prodigioso numero de soldados quatro exercitos e quatro corpos de observação. O *grande exercito* compunha-se de uns 120:000 homens, comprehendendo a guarda imperial, que contava 13:000 homens de infantaria e 4:000 de cavallaria; o exercito dos Alpes, commandado pelo duque de Albufeira, contava 15:000 homens; o exercito do Rheno, commandado pelo general Rapp, era da força de 18:000 homens; e finalmente o exercito de oeste, commandado pelo general Lamarque, contava 16:000 homens. Um dos corpos de observação estava perto de Belfort, debaixo do commando de Leconte, tendo 4:300 homens de linha e 13:500 guardas nacionaes; o de Var, commandado pelo marechal Brune, estava em Marselha, tendo debaixo das suas ordens 5:300 homens de primeira linha e 11:700 guardas nacionaes; o dos Pyreneus orientaes, commandado pelo general Decaen, contava 2:700 homens de primeira linha e 20:300 guardas nacionaes; e finalmente o da Gironda, que tinha tambem uma força de 2:700 homens de primeira linha e 20:300 guardas nacionaes.

Da parte dos alliados figurava como general de maior nome e reputação militar o notavel duque de Wellington, cuja fama assentava sobre os seus heroicos feitos da guerra da península, sobre a salutar experiencia que n'ella tinha já adquirido, realçada pelo seu grande saber militar, e imperturbavel sangue frio, qualidades por que se constituiu em alma e penhor sagrado da nova coalisão contra Buonaparte. A esperanza dos seus novos triumphos elle proprio os manifestou a lord Castlereagh, apenas soube da chegada de Napoleão a França, dizendo-lhe em carta de 12 de março, como quem no presente via ao certo os acontecimentos do futuro: «não ter duvida alguma no infeliz desfecho da tentativa de Buonaparte». Na citada carta lhe dizia elle mais:

¹ Segundo as *Victorias e conquistas*, o effectivo do exercito debaixo de armas no 1.º de junho era de 559:000 homens, dos quaes 363:000 pertenciam á tropa de linha, e 196:000 ás guarnições das praças e das costas. Do effectivo do exercito de linha 217:000 estavam debaixo de armas, fardados, armados e disponiveis para entrar em campanha.

«recommendo-vos que mandeis todas as forças que poderdes para os Paizes Baixos, pondo-as á disposição do rei de França. Eu me reunirei a ellas, ou farei tudo o que o governo julgar conveniente». Com esta esperança no porvir, com este seu enthusiasmo e dedicação pela causa dos alliados, que era tambem a da sua patria, se dispoz portanto a tomar parte na lucta contra Napoleão, levado não só do seu ardente desejo de prestar novos serviços ao seu paiz, como de se medir em campo frente a frente com o maior homem do seu seculo na illustre e gloriosa carreira das armas. N'esta empreza foi elle de uma grande vantagem aos alliados, sendo os seus avisos pedidos e recebidos com a maior consideração e deferencia; e tidos como sempre foram na conta de verdadeiros oraculos, d'elles se serviam como de ponto de partida para as suas operações. A seu cargo tomou elle a redacção de um *memorandum*, no qual claramente expoz o fim e o espirito da nova guerra, dizendo: «Pois que o poder de Buonaparte só tem por base o exercito, preciso é bater-lh'o, sendo as medidas a tomar as seguintes: 1.^a, lançar em França, dentro do mais curto espaço de tempo, o maior numero de soldados que se podér reunir; 2.^a, executar esta operação de maneira tal, que possa ser sustentada pelas forças alliadas, que immediatamente a seguirão; 3.^a, fazer isto de modo que as tropas, encarregadas de invadir a França, tenham em caso de desgraca uma retirada segura para os exercitos que lh'a apoiarem».

A Belgica, para onde o mesmo lord Wellington se dirigiu de Vienna, e onde chegára nos primeiros dias de abril, foi o ponto que se determinou a ir occupar com um exercito de 92:000 homens escassos, que se lhe poz debaixo do seu commando, e que elle estacionou desde o Escalda até Nivelles. Apenas lá chegou tratou logo de aprovisionar as praças fortes de Ostende, Anvers e Nieuport, que os francezes não tinham desmantelado. N'ellas metteu guarnições, fortificando Ypres, Tournay, Mons e Alth. Foi na mesma Belgica que elle recebeu os reforços, que se lhe mandaram de Inglaterra, em numero de uns 30:000 homens, aos quaes reuniu os contin-

gentes allemão, hollandez e belga. Lord Wellington cobriu Bruxellas, onde fixou o seu quartel general, communicando pela sua esquerda com o exercito prussiano. Coblentz era a base das operações a fazer por parte d'este mesmo exercito, cuja força se elevava a 115:000 homens, divididos em quatro exercitos, destinados a operar sobre o Mosa, tendo todos por commandante em chefe o principe Blücher, o qual se concentrou entre o Sambre e o Mosa, indo occupar Charleroi, Namur, Givet e Liege. Por conseguinte os exercitos de lord Wellington e Blücher achavam-se entre Liège e Courtrai. Do Rheno devia partir o exercito russo, contando homens 225:000, tendo por commandante em chefe o general Barklay de Tolly. O exercito austriaco e bavarez, elevando-se a 250:000 homens, commandado pelo principe de Schwarzenberg, devia operar sobre o alto Rheno. Finalmente o exercito de Italia, commandado pelo general Fremont, o mesmo que vencêra Murat em Tolentino, tinha a seu cargo ameaçar a França pela fronteira dos Alpes. Todos estes exercitos estavam na primeira linha, occupando a segunda os corpos da reserva. Tal era pois a situação das forças alliadas no mez de maio de 1815, quando os austriacos se achavam já em marcha para se reunirem aos dois precedentes generaes, ou para se approximarem d'elles, ao passo que os russos se dirigiam para a Franconia e Saxonia, ameaçada como por este modo a França se via por 1.000:000 soldados inimigos, tendo por fim expulsar Napoleão para fóra d'ella para todo o sempre, libertando novamente a Europa do opprobrioso jugo de que estava ameaçada.

O grande exercito francez, de que acima fallámos, compunha-se de cinco corpos de infantaria e quatro de cavallaria. O primeiro dos de infantaria, commandado pelo conde d'Erlon (general Drouet), comprehendia quatro divisões de infantaria e uma de cavallaria, tudo na força de 20:000 homens. O segundo dos referidos cinco corpos, de que era commandante o general Reille, era igualmente formado por quatro divisões de infantaria e uma de cavallaria, elevando-se a sua força a 22:800 homens. O terceiro, cujo commando

se confiára ao conde de Vandamme, comprehendia tres divisões de infantaria e uma de cavallaria, sommando tudo homens 16:000. O quarto corpo, que tinha por commandante o general Gerard, era formado por tres divisões de infantaria e uma de cavallaria, comprehendendo 14:600 homens. Quanto ao quinto corpo, commandado pelo conde de Lobau, compunha-se de tres divisões de infantaria com alguma cavallaria, tudo na força de 12:000 homens. O primeiro corpo de cavallaria, commandado pelo conde Pajol, contava cavallos 2:800 de caçadores e hussards. O segundo, commandado pelo general Exelmans, contava 3:000 cavallos de dragões. O terceiro, de que era commandante o conde Milhaud, era formado por 3:600 couraceiros. Finalmente o quarto, commandado pelo general Kellermann, contava cavallos 3:700 de couraceiros e carabineiros. A reserva era formada pela guarda imperial, cuja infantaria se compunha de tres divisões, sendo duas da velha guarda e uma da nova guarda, contando 12:000 homens. Por conseguinte o total do grande exercito francez reputava-se em 120:000 homens, ou metade dos dois exercitos alliados, o de lord Wellington e o de Blücher. A artilheria franceza era numerosa, elevando-se a 350 bôcas de fogo, ou quasi a tres peças por 1:000 homens, constando a de lord Wellington apenas de 258. Entre os diferentes partidos que Napoleão podia tomar, abraçou o de marchar quanto antes contra os dois referidos exercitos, e batel-os antes da chegada dos dois grandes exercitos, o russo e o austriaco, dando assim de mão ao expediente de negociar com o inimigo, por ser cousa impraticavel depois do tratado de 25 de março, ou o de se conservar na defensiva, cousa tão contraria ao natural do seu genio, e ao dos proprios francezes, que tinha por seus subditos.

Optando pois pela offensiva, Napoleão decidiu-se a avançar sobre o Sambre, no intento de atacar o ponto de reunião dos dois exercitos, o de lord Wellington e o de Blücher, tendo por fim separal-os para depois os bater em detalhe. Saíndo pois de Paris na manhã do dia 12 de junho, no dia 14 estava já á testa do seu grande exercito, tomando com tal rapi-

dez esta resolução, que quando o julgavam ainda em Paris, alvo de festas e representações que lhe dedicavam, tinha elle já passado a fronteira, e caído como um raio na noite do mesmo dia 14 para 15 sobre os aquartelamentos dos seus inimigos, batendo os seus corpos de observação na margem occidental do Sambre. O marechal Soult tinha por elle sido nomeado major general. O marechal Grouchy, recentemente elevado a este alto posto militar, teve no exercito um importante commando. O marechal Ney fôra a toda a pressa chamado de Paris, para tomar o commando da ala esquerda do grande exercito, que se elevava a 45:000 homens, com os quaes devia passar o Sambre, dirigir-se a Gosselies, para conter os inglezes e embaraçal-os de se reunirem aos prussianos. A columna do centro dos mesmos francezes, contando 60:000 homens, postada em Beaumont, teve por incumbencia marchar sobre Charleroi, como praticou, indo expulsar d'ali o primeiro corpo do exercito prussiano, commandado pelo general Ziethen, que teve de se retirar, perdendo quatro ou cinco peças de artilheria e um consideravel numero de mortos e feridos. Emquanto pois Ziethen marchava pela estrada de Fleurus, no intento de se reunir ao seu exercito, perto de Ligny e Saint-Amand, tendo a sua direita em Bry e a sua esquerda em Sombrefe, a segunda divisão dos atacantes foi effectivamente occupar Charleroi. Ao passo que a columna franceza do centro assim conseguia esta vantagem, a ala direita, na força de 16:000 homens, constituindo o quarto corpo francez do commando do general Gerard, partia de Felippeville na direcção de Chatelet. Todas estas tres columnas poderam portanto passar felizmente no dia 15 o Sambre, nos pontos que se lhes tinham marcado ¹.

Depois da referida passagem o exercito francez dividiu-se em dois, o da esquerda, composto do primeiro e segundo corpo, tendo por commandante o marechal Ney, proseguuiu na

¹ Foi por esta occasião que o general Bourmont se passou para o inimigo, com o seu chefe do estado maior e o seu ajudante de campo. Sendo em Namur apresentado a Blücher, deu-lhe importantes detalhes sobre a organização e projectos do exercito francez.

direcção de Gosselies, Frasne e Quatre-Bras, ponto que tinha por empresa tomar, e portanto cair sobre a esquerda do exercito inglez, que ali se achava postado, sendo commandado pelo principe de Órange. A segunda parte do grande exercito, ou o da direita, composta do terceiro e quarto corpo, tendo por commandante o marechal Grouchy, dirigiu-se sobre Fleurus, no intento de repellir a direita dos prussianos. Napoleão ficou como de reserva sobre Charleroi, prompto a marchar em auxilio das duas citadas partes do seu exercito. O marechal Ney porém não pôde passar de Frasne, em razão do cansaço das suas tropas, e Grouchy, encontrando-se com os prussianos, teve com elles um combate em Gilly, fazendo alto na retaguarda de Fleurus. O exercito prussiano estacionava-se entre Saint-Amand e Sombrefe, fazendo frente ao Sambre, que era o ponto dado para a reunião d'elle com os inglezes. De quatro corpos se compunha o referido exercito. Na noite de 14 ordenára Blücher a concentração d'elles, devendo cada um reunir-se e carregar sobre a sua direita, para se pôr em communicação com o exercito inglez. O primeiro e segundo corpo acharam-se effectivamente em Sombrefe na noite de 15, o terceiro só pôde lá chegar na manhã de 16, e o quarto só no dia 17 o poderia fazer. Vê-se pois que as operações do dia 15 não deixaram de ser favoraveis a Napoleão; por meio d'ellas surprehendêra os seus adversarios, os prussianos vinham-se-lhe offerecer aos seus golpes, e lord Wellington, que só na noite de 15 soubera do movimento do exercito francez, ordenára um pouco tardiamente a concentração do seu exercito em Quatre-Bras, movimento que só na manhã de 16 pôde começar a executar-se.

No citado dia 16 já a fortuna não foi tão propicia ao imperador Buonaparte, como no dia anterior lhe tinha sido. Na manhã do dito dia 16 ordenou elle que as suas columnas avançassem sobre os pontos designados de Sombrefe e Quatre-Bras, para embaraçar a reunião do exercito inglez com o prussiano, batendo cada um d'elles separadamente. Elle mesmo tomou sobre si o marchar com a columna da direita em direcção a Ligny. Não obstante isto ella só chegou ao



meio dia ao lugar que se lhe designára, começando o seu ataque com destino a Sombrefe sómente das duas para as tres horas da tarde, ao passo que a da esquerda, ou a do marechal Ney, só pelas duas horas chegou a Quatre-Bras. Alem d'estas duas columnas, uma divisão, commandada pelo conde d'Erlon, servindo como de reserva, foi postar-se perto de Marchiennes com destino a soccorrer Ney, ou Napoleão, conforme as circumstancias o pedissem. Com a demora que tiveram as duas citadas columnas francezas, a da esquerda e a da direita, fizeram um notavel contraste a actividade e promptidão das providencias tomadas pelos alliados, para acudir aos dois pontos atacados, pois que desde as dez horas da manhã de 16 se achavam postados sobre a margem esquerda do riacho de Ligny, em defeza de Sombrefe, tres corpos do exercito prussiano, ao passo que o quarto avançava sobre a estrada de Gembloux para Sombrefe. Emquanto isto se fazia, uma divisão ingleza tinha a tempo sido mandada postar por lord Wellington em Quatre-Bras para soccorrer o principe de Orange e com elle defender este ponto, achando-se alem d'isso na sua retaguarda em apressada marcha para elle os restantes corpos do exercito do mesmo lord Wellington. O resultado d'isto foi portanto travarem-se duas batalhas no citado dia 16, uma em defeza do riacho de Ligny e Saint-Amand e outra em Quatre-Bras, sendo a primeira d'ellas a mais notavel.

O ataque dos francezes contra a aldeia de Ligny, cujo riacho corre de oeste para leste, começou ás duas horas e meia da tarde, dirigido vigorosamente por Vandamme contra Saint-Amand, que é uma das differentes aldeias que por ali ha, a qual está situada na margem esquerda do riacho Ligny. Esta aldeia, depois de um ataque pertinaz, foi tomada á bayoneta, mas os atacados em breve se tornaram a apossar-d'ella. Pelas tres horas e meia da tarde o ataque tornou-se geral em toda a linha. Durante elle Vandamme segunda vez acommetteu Saint-Amand, lugar de que o general Gerard por muitas vezes se assenhoreou, sem nunca n'elle se poder com segurança manter. A pertinacia e a bravura com que os prus-

sianos defenderam as suas posições, não obstante o muito damno que lhes causava a artilheria inimiga, fez com que Napoleão mandasse avançar em seu auxilio a divisão do conde d'Erlon, que se achava a meia distancia de Quatre-Bras e Ligny¹. Em defeza pois d'este ponto de Ligny empregára Blücher a maior parte das suas forças, contra as quaes o mesmo Napoleão se viu obrigado, perto das sete horas da tarde, a mandar retirar de Saint-Amand a sua guarda imperial para a dirigir contra Ligny, sendo sustentada por grossa cavallaria. Blücher, tendo feito marchar as suas reservas para Saint-Amand, e vendo o seu centro seriamente ameaçado, teve de pôr-se á testa da sua cavallaria para repellir os francezes, que lh'a derrotaram. Forçado como em tal caso foi a retirar-se, uma bala da artilheria inimiga lhe matou o cavallo, vindo elle ao chão, pouco lhe faltando para ser prisioneiro, fortuna que livrou o seu exercito de uma completa derrota, e lhe proporcionou o poder continuar a retirada, que dirigiu para Tilly e Mont-Saint-Guibert, sem que Napoleão o mandasse perseguir, caindo assim a victoria na mão dos francezes, seriam então oito horas da tarde². O geral do seu exercito ficou no campo da batalha, ao passo que a sua cavallaria avançou pela estrada de Gembloux. A perda dos francezes Napoleão a computou em 6:950 homens, avaliando-lh'a em 7:000 *Victorias e conquistas*, sendo a dos prussianos computada em

20:000, o que lhes não fez differença, pois que na noite de 16 para 17 receberam elles um reforço de 30:000 homens, ao passo que a perda do exercito francez foi para Napoleão consideravelmente sensivel, por não poder ser reparada.

Se a victoria dos francezes lhes coroou os seus esforços na sua direita, a gloria que d'isto lhes proveiu foi muito diminuta, pelo nenhum resultado das marchas e operações do marechal Ney contra Quatre-Bras na sua esquerda, onde as tropas de lord Wellington, na força de 8:000 homens, ao começar da lucta se achavam já postadas pelas duas horas da tarde, tendo abandonado Frasnes na manhã de 16, dando-se mais a circumstancia de para lá marchar de toda a parte n'aquella mesma manhã todo o restante exercito de lord Wellington. Ney, marchando pela sua parte vagarosamente, contra o seu costume, só chegou a Quatre-Bras pelas duas horas, podendo muito bem ter chegado ás oito da manhã, se a sua marcha tivesse sido feita como devia ser. Seria o coração presago da desgraça que lhe havia de acontecer, e ao seu prezado chefe, a causa d'esta sua falta? Talvez. Mas além d'isto succedeu mais que, chegado áquelle ponto, apenas se contentou em empregar até ás tres horas da tarde uma canhonada de pura ostentação, e portanto sem fim algum proveitoso para o seu intento. Pelas dez horas da manhã havia lord Wellington chegado a Quatre-Bras, vindo de Bruxellas a toda a pressa, e havendo reconhecido as posições d'aquelle ponto, marchou direito a Bry, para lá conferenciar com Blücher, ao qual prometeu mandar pela tarde um reforço de 30:000 inglezes. Voltando a Quatre-Bras, tratou de repellir os fracos ataques do marechal Ney, o qual mais vigor deu aos seguintes, depois que ouviu as canhonas de Ligny. Mandando avançar os couraceiros para sustentar estes segundos ataques, puderam os atacantes atravessar as linhas inimigas, parando ao verem adiante de si as reservas inglezas, já promptas a repellil-os. Depois da sua chegada lord Wellington contava já por então no ponto atacado um exercito não menos de 50:000 homens, com os quaes podia muito bem operar desafogadamente. Ney, apenas viu

isto, retirou as suas divisões, sendo então seis horas da tarde; a sua retirada foi feita para Frasnes, tendo perdido 4:000 homens e lord Wellington 5:000, perda aliás pouco sensível para este general, attenta a superioridade numerica do seu exercito. Vê-se pois que á desvantagem do marechal, por não ter conseguido o fim a que se propozera, ou o da occupação de Quatre-Bras (postoque conseguisse embaraçar que os inglezes soccorressem Blücher), se reuniu tambem a de Napoleão não ter obtido resultado algum de importancia da sua victoria de Ligny, o contrario do que até então se tinha visto nas suas anteriores victorias. O certo é que n'esta de Ligny nenhum corpo prussiano foi disperso, ou cortado pelos francezes; nenhum regimento se poz em fuga, ou largou as suas armas; nenhuma das suas linhas de defeza pôde ser cortada, nem se viu soldado algum que perdesse a coragem ou a resolução nos respectivos combates; e todavia Napoleão persuadira-se tambem que o exercito prussiano ia em completa debandada, ignorando-se em que fundava semelhante juizo. Uma outra circumstancia convem aqui igualmente notar, tal foi a de que, havendo-se o mesmo Napoleão e o marechal Ney mostrado sempre até então activos e energicos nas suas marchas, operações e ataques, na presente conjunctura ambos elles se viram vagarosos e frouxos, em todas estas tres cousas, como se prova pela sua empreza contra Sombrefe e Quatre-Bras.

A novas demoras (talvez apprehensões da sua imminente desgraça), se entregou ainda o imperador no dia 17, poisque tendo dormido em Fleurus, só pelas dez horas da manhã do dito dia se resolveu a marchar para a frente com a sua reserva e os corpos de Ney para Quatre-Bras, dirigindo-se contra lord Wellington, ao passo que o marechal Grouchy se mandou com as suas sete divisões de infantaria e os seus dois corpos de cavallaria em perseguição dos prussianos na direcção de Namur¹.

¹ A não se admittir que Napoleão julgasse que o exercito prussiano ia em debandada de Ligny, não se percebe a razão por que logo ao alvorecer do dia 17 não deu ordem a Grouchy para incessantemente o perseguir, marcando-lhe uma direcção intermedia entre Ligny e Bruxellas, que era a mais conveniente.

Foi sómente pelas tres horas depois do meio dia que o mesmo Grouchy se poz em marcha para aquelle fim, reunindo ao mal da sua demora o de fazer a sua dita marcha sem a precisa vigilancia, a ponto de se enganar sobre qual fosse o verdadeiro caminho, que Blücher tomára na sua retirada. Marchando portanto para Gembloux sobre a sua direita, em vez de ser para Warvres, sobre a sua esquerda, e de ter andado na sua errada marcha duas leguas na noite de 17, fez alto, o que permittiu aos prussianos poderem marchar tranquillamente no dito dia 17 para Warvres, onde muito a seu salvo se concentraram, dominando o rio Dyle, e dispondo das pontes de Warvres e de Limale, que o atravessam. O exercito de lord Wellington passára a noite de 16 para 17 no mesmo terreno em que tinha combatido. Sabendo lá da perda da batalha de Ligny, e de que os prussianos se haviam retirado para Warvres, o que os desviava delle, e os obrigava a procurarem na sua retaguarda um ponto de reunião com o exercito do mesmo Wellington, deu isto causa a que este general fizesse pela sua parte um movimento correspondente. Começou pois a sua retirada pelas dez horas da manhã pela estrada de Quatre-Bras e Genappe a Mont-Saint-Jean, occultando-a ao inimigo o mais que lhe foi possivel. A sua direcção era portanto para Waterloo, indo pelas tres horas da tarde tomar posição adiante da floresta de Soignes, onde o seu exercito por aquella hora acampou. Ali se preparou elle para offerecer uma grande batalha a Napoleão, no intento de cobrir Bruxellas, e segurar a junção que com elle devia fazer o exercito prussiano ¹.

O mesmo Napoleão, chegando pela sua parte a Quatre-Bras, marchou de lá em perseguição dos inglezes, indo na

¹ Lord Wellington ligou grande importancia á defeza de Bruxellas, pelo grande receio que tinha de que Napoleão se assenhoreasse d'esta cidade, e que por seu intermedio podesse levantar toda a Belgica em seu favor, pelos muitos partidistas da França que n'ella havia, como sua antiga pertença. Isto mesmo o confirmou elle quando disse que, a ter ganho a batalha de Waterloo, teria meio de revolucionar a Belgica em seu favor para o auxiliar a tempo, o que ainda assim tinha por si suas duvidas, muito mais quanto a outras grandes vantagens, que elle muito gra-

tarde e noite do citado dia 17 formar-se um pouco alem da povoação de Planchinois, defronte da posição de lord Wellington, ficando-lhe o exercito prussiano pela direita. Esta posição porém só definitivamente a tomou na manhã do dia 18, postando o seu centro na altura de Bella-Alliança, pois uma grande parte do seu exercito passára a noite de 17 para 18 na aldeia de Genappe, e até elle proprio conservára por toda a dita noite o seu quartel general na herdade de Caillon, uma milha de distancia á retaguarda da referida altura. Grouchy, segundo a sua allegação, só em Fleurus recebeu, depois do meio dia de 17, ordem de Napoleão para marchar com os seus 32:000 homens, não para Warvres, mas para Namur em perseguição dos prussianos, nas vistas de lhes embaraçar a sua junção com o exercito inglez. Com esta tardia ordem se deu mais a circumstancia do mesmo Grouchy não poder effectuar a sua marcha senão pelas tres horas da tarde do citado dia 17, em rasão das tropas de Vandamme, que do seu exercito faziam parte, não poderem apromptar-se para a dita marcha antes das referidas tres horas. Ainda mais se deu com isto uma outra má circumstancia, tal foi a de principiar a cair depois do meio dia de 17 uma grande trovoadade de chuva sobre aquelles logares, de que resultou alagarem-se os terrenos e damnificarem-se bastante todas as communicações. Ao exercito francez, que estava em marcha, foi isto muito mais penoso do que aos alliados, que estavam já nos seus bivaques. Era este o estado das cousas, quando chegou a noite de 17 de junho, vespera da grande e monumental batalha de Waterloo (gloria immortal de lord Wellington), poisque estando o dia muito adiantado, só no seguinte dia 18 podia ella ter logar.

ciosamente phantasiava, ligadas áquella. Alguns censuraram lord Wellington por ter tomado a posição que tomou em Waterloo, dizendo que, a ter perdido a batalha, não teria para o seu exercito uma retirada segura, por causa da floresta de Soignes, que lh'a embaraçava, collocada como lhe ficava pela retaguarda. Isto não é exacto, porque sendo a dita floresta atravessada pela grande estrada de Charleroi a Bruxellas, alem de outros mais caminhos que n'ella passam, tinha em rasão d'isto retirada commoda para todo o seu exercito, alas e centro.

O exercito inglez occupava em Waterloo uma cadeia de alturas, que se estendem desde uma ravina e uma aldeia, chamada *Marbes-Braine*, sobre a sua direita, até uma herdade, ou logar chamado *La Haye*, sobre a sua esquerda. De frente das referidas alturas correm parallelamente outras, sobre as quaes os francezes, vindos de Quatre-Bras e Sombrése, foram tomar posição por toda a noite de 17 para 18. Um pequeno valle existe intermediariamente a essas alturas, separando-as por uma largura de um kilometro ou kilometro e meio de extensão. O declive, que por uma e outra parte das referidas alturas se dirige para este valle, é também variavel, como também o é a largura do dito valle, sendo sempre doce, postoque as ondulações do terreno o tornem algum tanto desigual. Duas grandes estradas atravessam este campo, sendo uma d'ellas a de Charleroi para Quatre-Bras e Grenoble, por onde o exercito inglez e o francez se tinham para ali dirigido, sendo a outra a de Nivelles. Estas estradas, atravessando o valle, vão depois juntar-se perto de uma aldeia, chamada *Mont-Saint-Jean*, que o exercito inglez tinha pela sua retaguarda. Na cadeia das alturas fronteiras á do exercito inglez, e que o exercito francez foi occupar, ha uma outra aldeia chamada *Bella-Alliança*, a qual faz frente á do Mont-Saint-Jean. Eram estes dois pontos os que formavam os centros das posições tomadas pelos exercitos contendores, achando-se entre a direita dos inglezes e a esquerda dos francezes, e quasi a igual distancia uns dos outros, o castello de *Hougoumont*, occupado por um forte destacamento dos primeiros, bem como também no centro de uns e outros se via a herdade de *Haye-Sainte*, e entre as seguintes duas alas, a esquerda dos inglezes e a direita dos francezes, a herdade de *Papelotte* e a pequena povoação *La Haye*, pontos estes que também haviam sido fortemente guarnecidos por tropas inglezas. Por trás do Mont-Saint-Jean a estrada de Charleroi continúa em direcção a Bruxellas, indo atravessar a vasta floresta de Soignes, onde se acha a pequena povoação de Waterloo, que ficava cousa de uns tres kilometros distante da retaguarda do exercito in-

glez. Contava este pela sua parte 75:000 a 80:000 homens, dividindo-se em tres corpos, que eram o da direita, commandado pelo general sir Rowland Hill; o do centro, commandado pelo príncipe Frederico de Orange; e o da esquerda, commandado pelo general sir Thomas Picton. A cavallaria, posta como em reserva, tinha por commandante o general lord Uxbridge, bem conhecido durante a guerra da península pelo nome de sir Arthur Paget. Em segunda linha achavam-se as tropas de menos confiança, ou as que tinham combatido e soffrido perdas na batalha de Quatre-Bras.

A ala esquerda do exercito francez tinha por seu commandante a Jeronymo Napoleão, irmão do imperador, que o reputava dotado de grandes talentos militares; o centro tinha por commandantes os condes d'Erlon e Reille; e a ala direita o conde Lobau. Napoleão formára o seu respectivo exercito em ordem de batalha, postando-o a um e outro lado da estrada de Charleroi a Bruxellas, computando-se a sua força de 68:000 até 70:000 homens. Em primeira linha achavam-se á esquerda da referida estrada, tendo na sua frente o castello de Hougoumont, os corpos do general Reille, alem de varias divisões mais de infantaria, e á direita da sobredita estrada, tendo na sua frente a herdade de Haya-Santa e a de Papelotte, os do general Drouet, alem de varias divisões mais de infantaria, formadas como as de Reille em duas linhas, mettendo-se de permeio entre uma e outra a distancia de uns sessenta metros. Em segunda linha, por trás das duas citadas alas, achava-se a cavallaria, e em terceira, por trás do centro, o quinto corpo do general Lobau e a guarda imperial, formando a reserva. Sobre o Dyle em Warvres e Limale achavam-se ainda na manhã de 18 os quatro corpos do exercito prussiano na força para mais de 100:000 homens. E finalmente em Gembloux o marechal Grouchy com os seus 32:000 homens, como adiante veremos. Quanto ao exercito inglez, a sua collocação era a seguinte: a sua ala direita achava-se estabelecida entre as duas estradas, a de Nivelles e a de Charleroi, formada em duas linhas, sendo a primeira composta de dezeseis batalhões, e a segunda de

doze. A ala esquerda estava do outro lado da estrada de Charleroi para Bruxellas, sendo igualmente em duas linhas a sua formatura, contando ambas ellas vinte e quatro batalhões. Na retaguarda das linhas de infantaria achava-se a cavallaria, collocada como em terceira linha, achando-se dezesete regimentos entre as duas estradas á retaguarda da ala direita, e nove regimentos á retaguarda da ala esquerda. A artilheria achava-se postada na frente do exercito, e nos pontos tidos como os mais favoraveis para o emprego d'esta arma. A reserva collocára-se proximo á aldeia de Saint-Jean, constando de doze batalhões e alguns esquadrões de cavallaria¹. As tenções de lord Wellington eram as de se manter firme na defensiva da sua posição cobrindo Bruxellas, esperando até que se lhe reunissem os prussianos, tendo para si que lhe chegariam pelas onze horas ou meio dia de 18, no que se enganou, poisque só lhe chegaram quatro horas mais tarde, em rasão do mau estado dos caminhos, que tiveram de atravessar durante a sua marcha, caminhos que as grandes chuvas da vespera tinham posto inteiramente intransitaveis para um exercito². O plano de Napoleão era mais complicado, e portanto mais difficil e incerto nos seus resultados, dando-se com este mal o de serem as suas forças inferiores ás do seu adversario, que alem d'isto tinha tido por si a vantagem da livre escolha das suas posições. Esperava Buonaparte, por effeito da costumada impetuosidade dos seus

¹ Advertimos que a contagem das forças de uns e outros contendores é tão varia, quanto são varios os auctores que d'isto tratam.

² Foi pelas quatro horas e meia do dia 18 que lhe chegaram os primeiros prussianos, na força de 16:546 homens com 83 peças de artilheria, tendo similhante demora causado ao general inglez bastantes cuidados, pelos graves apuros em que se viu. Ás seis horas e meia o numero dos prussianos subia já a 44:232 homens com 107 peças de artilheria, elevando-se pelas sete horas a 49:886 homens com 123 peças de artilheria. Já se vê pois a grandissima desproporção de forças, que em qualquer das ditas horas o exercito de lord Wellington tinha sobre o de Napoleão, não sendo para admirar que, á vista de taes circumstancias, este perdesse a batalha, o que nos parece lhe não succederia, a não se dar tal circumstancia.

ataques, romper pelo centro a linha do exercito inglez, bater-lhe em seguida a sua esquerda, e por fim destrui-lo, antes que os prussianos chegassem ao campo da batalha, e depois d'isto aniquillar estes, embaraçando-lhes a marcha ao atravessarem os maus caminhos, que os separavam dos inglezes. Esperava mais que o marechal Grouchy, do qual aliás não tinha noticias certas, e que havia destacado em perseguição de Blücher, concorresse poderosamente para aquelle retardamento, quando inteiramente lhe não podesse demorar a marcha.

Grande arbitrariedade de juizos havia portanto nos planos de Napoleão; e quanto fallazes e enganadores não costumam ser semelhantes juizos, quando os homens os fundam sobre dados, que mais dependem da sorte, do que de bases seguras e certas que para elles tenham, como n'este caso succedia a Napoleão, não tendo rasão bastante para contar com a demora dos prussianos, particularmente não sabendo qual a situação de Grouchy; nem ainda que a soubesse, devia jamais esperar poder elle embaraçar a marcha dos mesmos prussianos, sendo as suas forças tão extraordinariamente inferiores ás de Blücher! Pela sua parte Grouchy estava effectivamente muito longe de lhe poder prestar os serviços que d'elle esperava. Este general, em vez de se ter lançado resolutamente em perseguição do exercito prussiano, achava-se postado por aquelle tempo em Gembloux, como já vimos,

e que portanto antes de romper a manhã de 18 devia elle Grouchy mandar postar em Saint-Lambert uma força de 7:000 homens de todas as armas com 16 peças de artilhe-
ria, para com a dita força dar apoio á sua ala direita, e ope-
rar de concerto com elle. Napoleão recommendava-lhe mais
que apoiasse aquella mesma força, logoque soubesse ter o
marechal Blücher evacuado Warvres, ou fosse nas vistas de
continuar a sua retirada para Bruxellas, ou nas de tomar
qualquer outra direcção; soube-se depois que esta ordem
não havia chegado ao seu destino. Pelas onze horas d'aquella
mesma noite recebeu o imperador um despacho de Grouchy,
scripto pelas cinco horas da tarde de 17, no qual este ge-
neral lhe participava ignorar ainda a posição do exercito
prussiano, o que parecia incrível, poisque este exercito ape-
nas se achava a tres leguas distante d'elle, não sendo menos
para admirar haver-se o mesmo Grouchy conservado inactivo
em Gembloux, tendo andado apenas dez kilometros, ou duas
pequenas leguas na tarde do citado dia 17. Um segundo cor-
reio lhe expediu Napoleão pelas quatro horas da manhã do
dia 18, renovando-lhe a ordem que lhe mandára na vespera.
Pelas cinco horas da manhã d'este mesmo dia recebeu Na-
poleão um outro despacho de Gembloux, datado das duas
horas da manhã, em que Grouchy lhe dizia ter recebido pe-
las seis horas da tarde de 17 a noticia de que o marechal
Blücher se havia dirigido para Warvres com todos os quatro
corpos de que o seu exercito se compunha, e que em conse-
quencia d'isto elle o desejava poder perseguir n'aquella
mesma hora, o que não executava, em rasão das suas tropas
se acharem já acampadas e fazendo o seu rancho, tencio-
nando realisar o seu intento na manhã seguinte, entendendo
que assim ganharia o perdido, por terem os soldados recu-
perado pelo descanso da noite as forças extenuadas, e mar-
charem por isso com todo o ardor contra o inimigo.

Em harmonia pois com as esperanças que Napoleão tinha
posto na execução das ordens por elle expedidas ao marechal
Grouchy, sem que da sua entrega tivesse a menor certeza,
e levado tambem da crença na proficuidade dos seus auxi-

lios, e provavelmente também na de que o exercito prussiano se achava em desorganisação completa, depois da batalha de Ligny, resolveu-se a começar finalmente com a momentosa batalha de Waterloo, uma das mais disputadas dos modernos tempos, sendo de mais a mais dirigida por uma e outra parte pelos dois mais celebres e afamados capitães do seu seculo, e talvez mesmo que dos anteriores. A chuva, que começara a cair desde a tarde do dia 17, tinha parado ao romper da manhã de 18; ainda assim esse mesmo dia continuára sombrio e borrascoso durante toda a noite, não permitindo que os caminhos se enxugassem e offerecessem um piso resistente ao transitio. Isto foi causa dos muitos soffrimentos por que passou o exercito francez demorando-lhe as marchas durante toda a noite de 17 para 18, permitindo-lhe que só na manhã d'este dia podesse definitivamente tomar a sua posição, o que nos faz crer que similtante circumstancia concorresse também muito para uma grande parte da demora, que Napoleão teve de esperar para começar o seu ataque. Effectivamente foi só pelas onze horas e meia do citado dia 18 que lhe deu principio¹, com o rompimento de uma canhonada contra a posição inimiga, que se seguiu marchar Jeronymo Buonaparte, seu irmão, contra o posto avançado de Hougoumont, guarnecido por

¹ Custa realmente a conceber como Napoleão, á vista dos proprios despachos que expedira a Grouchy, se resolvesse a não atacar o se-



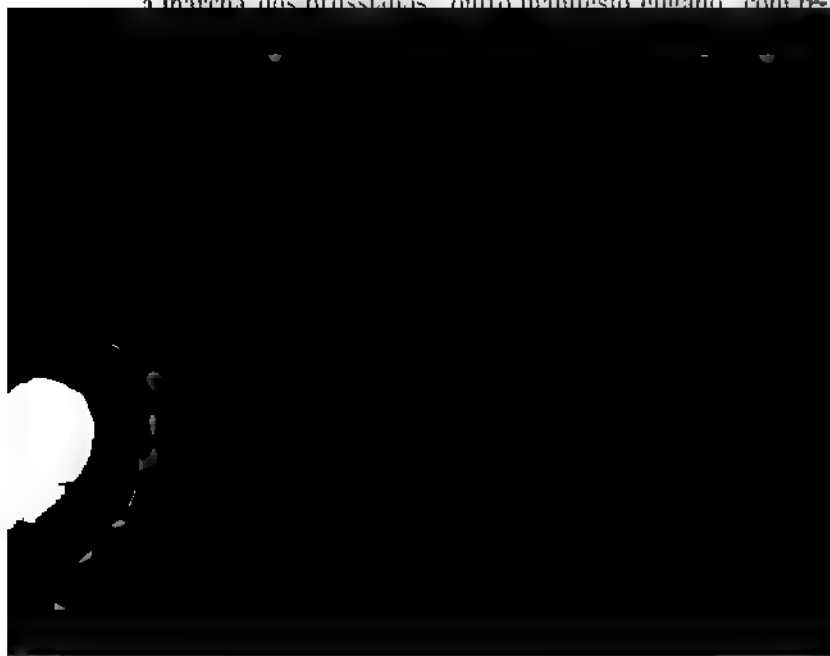


1:800 homens inglezes. A parte que d'esta força occupava o respectivo bosque pôde ser d'elle expulsa pelos francezes, depois de um rijo e porfiado combate; mas a parte empregada na defeza do edificio do castello, do jardim e dos pateos, não pôde ser vencida por esforço algum dos atacantes, os quaes tiveram consideraveis perdas por causa do mortifero fogo, que lhes fizeram os atacados, os quaes com os do seu exercito restabeleceram de prompto as suas communicações. Vendo pois Napoleão a demora que lhe causava a tomada de Hougoumont, deu de mão a esta empreza, dispondo-se a começar com o seu principal ataque, dirigido contra o centro do exercito inglez, sendo esta a base fundamental do seu plano, para cujo fim ordenou ao marechal Ney que para elle se apromptasse, como praticou.

N'este estado se achavam as cousas depois de uma hora de combate, ou meia hora depois do meio dia, quando por esta occasião se descobriu ao longe sobre a direita do exercito francez uma especie de nevoeiro, que uns tomaram por tropas em marcha, outros por columnas em descanso, havendo ainda outros a quem lhes pareceu serem arvores. Passado que foi n'estas duvidas cousa de um quarto de hora, soube-se por um hussard prussiano, portador de uma carta para lord Wellington, que nada menos era do que o quarto corpo prussiano do commando do general Bulow que se aproximava, em cumprimento do auxilio promettido a lord Wellington pelo marechal Blücher¹. Seria pois quasi uma ora da tarde quando o marechal Soult, que exercia o cargo de major general, mandou por um official participar vocalmente a Grouchy semelhante acontecimento, expedindo-lhe ao mesmo tempo ordem para que marchasse para Saint-amert (povoação á esquerda de lord Wellington, por então collocada entre elle e o marechal Blücher), e ali combatesse firmemente pela retaguarda os recémchegados, impedindo-os

¹ Este corpo era effectivamente o quarto do exercito prussiano, contando 16:346 homens, o qual não tinha combatido em Ligny, julgando-se que dentro de algumas horas chegassem os demais corpos prussianos ao campo da batalha, como succedeu.

de marcharem para Waterloo. O official portador d'esta ordem tinha quatro ou cinco leguas a andar, e portanto impossivel era que Grouchy, depois de receber tal ordem, podesse chegar ao campo antes das sete horas da tarde, facto que tornava impraticavel poder o mesmo Grouchy prestar soccorro algum proficuo aos francezes, empenhados na batalha. Já um outro despacho, expedido tambem a Grouchy pelas dez horas da manhã, tivera uma extraordinaria demora para lhe ser entregue, tendo-o recebido sómente ás quatro horas da tarde. Napoleão, para prevenir o perigo, que tão gravemente lhe ameaçava a sua direita, perigo do mais triste e negro presagio para elle, ordenou que o corpo de Lobau fosse promptamente com duas brigadas de cavallaria ligeira tomar posição onde podesse, contanto que demorasse o corpo prussiano de Bulow, proximo a apparecer no campo da batalha em reforço a lord Wellington. De facto isto era-lhe impraticavel, porque atrás d'este, outros mais corpos prussianos iam chegar em breve, elevando-se a sua força a um numero tal, que não era possivel ser embaraçado na sua marcha pela força de Lobau, que apenas contava uns 10:000 homens. Napoleão porém não esperava que atrás do corpo de Bulow viessem logo outros, d'onde resultava pensar que o ataque de Lobau, feito de frente contra os recémchegados, e o da retaguarda, feito pelos 7:000 homens de Grouchy, que mandára postar em Saint-Lambert, como lhe havia ordenado, embaraçariam a marcha dos prussianos, e o manifesto engano, com re-



mento, separava-se dos prussianos, que esperava lhe chegassem pela sua esquerda. O marechal Ney, tratando pelas duas horas da tarde de cumprir a ordem que recebêra, começou por pôr em bateria contra a esquerda dos inglezes sessenta e duas peças de artilheria, o que lhe foi muito difficil de executar, em rasão do estado lamacento dos terrenos, que não tinham enxugado pela continuação do mau tempo, dando logar a que as rodas das carretas se enterrassem pelo chão abaixo. Começou finalmente a canhonada, da qual pouca vantagem se tirou, por se acharem postadas as peças a uma grande distancia do inimigo, falta esta que de concurso com algumas outras se disse terem provindo de não haverem os francezes reconhecido devidamente a posição dos seus contrarios, e o terreno que tinham na sua frente. À citada canhonada seguiu-se formar o marechal Ney o primeiro corpo francez em quatro columnas cerradas por batalhões, as quaes marcharam para a frente por escalão com a esquerda em frente. Estas columnas eram bastante profundas, defeito com que se dera tambem o de estarem muito approximadas umas das outras e difficultarem por isso os seus respectivos movimentos.

A columna da direita marchou contra a herdade de Papelotte, que lhe ficava pela direita, tendo por fim conter em respeito a extensa esquerda dos alliados de concurso com uma parte da cavallaria que a acompanhava, marchando a outra parte d'esta arma na retaguarda das outras tres columnas. A artilheria foi obrigada a permanecer no lugar em que se achava, pela rasão já acima apontada, a do mau estado dos terrenos, circumstancia que junta á da já citada profundidade das columnas, foi causa dos francezes terem experimentado consideraveis perdas. Uma outra columna, deixando a Haya-Santa pela sua esquerda, atacou e poz em derrota uma brigada dos contrarios; mas achando atrás d'ella ao abrigo de uma curvatura, ou depressão do terreno, a divisão ligeira do general Picton, bem conhecido pela sua bravura e denodo durante a guerra da peninsula, teve de demorar par causa d'ella os seus esforços, em consequencia

do terrível fogo que recebia, bem como por causa habil movimento, executado por dois regimentos i contra a esquerda da columna franceza, que era fuzi flanco. Um pertinaz e terrível combate se travou p ocasião entre uns e outros contendores, executae cavallaria a golpe de sabre. Durante esta terrível bravo general sir Thomás Picton calu gloriosamente á frente dos seus soldados. Uma terceira columna trar em acção, quando lord Wellington, aproveit habilmente da falta commettida pelo marechal N abandonar Haya-Santa, o que lhe dava a occasião car vantajosamente de flanco os francezes, enviou lo este fim para aquelle ponto uma brigada de drag Ponsomby, que poz a columna franceza em derrot dando duas aguias e 2:000 prisioneiros, sendo ol a ir-se apoiar na quarta, envolvendo-a consigo i cipitada retirada em que vinha. Os esquadrões in passando a salvo por entre ellas, correram até á su de artilheria, a qual imprudentemente avançava pa tentar as referidas columnas; mas como as peças e calibre 12, as rodas das carretas enterravam-se pelo encharcado, não as deixando andar. Os inglezes, apre do-se d'estas circumstancias, saibraram-lhe um b mero de parelhas, desorganizando-lhe umas quinze O ataque da cavallaria alliada tambem a seu turno



tencia dos atacados foi na verdade heroica, não o sendo menos o impetuoso arrojo dos atacantes, e como as munições vieram a faltar áquelles, puderam estes assenhorear-se finalmente da citada herdade de Haya-Santa, sendo já por então quatro horas da tarde.

Já se vê pois que a situação de lord Wellington estava por então um pouco precaria e embaraçosa. As suas tropas começavam já a impacientar-se, expostas como se viam a morrer paradas. A sua quinta divisão, que contava 5:000 homens, retirára-se depois de uma carga sómente com 1:800 homens. O seu regimento n.º 27 perdêra 400 homens sem se mexer, nem tão pouco disparar um só tiro, ficando todos os seus officiaes fóra do combate, apenas exceptuando um. O regimento n.º 92 na occasião de carregar os francezes não perdeu menos de 200 homens, e o n.º 53 permaneceu no seu logar, por ter ficado sem numero bastante de soldados para manobrar. Não admira pois que n'este estado de cousas lord Wellington por muitas vezes se occupasse em deitar o seu oculo para o seu lado esquerdo, por onde lhe deviam vir os desejados soccorros, que o marechal Blücher lhe havia promettido, os quaes, devendo-lhe chegar do meio dia para a uma hora do dia 18, só ao cair da tarde se começaram a ouvir os tiros da artilheria prussiana, que lhe soavam da parte da floresta de Ohain, annunciando-lhe a chegada dos tres corpos do general prussiano Zeithen, vindos em seguida ao de Bulow. O mesmo lord Wellington, tendo pouco a temer pela sua direita, reforçou o seu centro para fazer frente ao perigo que por ali o ameaçava, depois que os francezes tomaram Haya-Santa. Já antes das tres para as quatro horas da tarde tinha elle estabelecido por trás do castello de Hougoumont algumas forças suas, a que depois se seguiu mandar que a divisão Picton tomasse posição na estrada de Charleroi a Bruxellas, adiante do Mont-Saint-Jean, emquanto que outras mais tropas corriam direitas para o centro, indo outras estabelecer-se para o seu lado direito, entre Marbes-Brain e a estrada de Nivelles. Nas vistas de recuperar o castello de Hougoumont, que os seus já haviam perdido, e a herdade

de Haya-Santa, mandára também para este ultimo ponto as tropas hanoverianas, indo para aquelle as inglezas do general Hill. O marechal Ney repelliu com energia e vigor o ataque, que estas lhe vieram fazer; mas em sentido opposto ás suas instrucções, e para augmentar a vantagem que já tinha conseguido, pediu, na falta que tinha de infantaria, que se lhe mandasse uma brigada de cavallaria, a qual se dirigiu para elle a trote, sendo acompanhada por todas as reservas, sem exceptuar as da guarda imperial, por effeito de uma intelligencia dada ao seu pedido, ou por equivoco que n'isto houve. Esta massa enorme de cavallaria, que subia a 15:000 cavallos, precipitou-se contra o inimigo com mais coragem do que discernimento, fazendo brilhantes cargas. Este emprego das reservas da guarda teve pouco depois o mais funesto effeito, constituindo-se uma das mais poderosas causas, se é que não a mais poderosa, da perda da batalha, como veremos em breve.

Examinemos agora o que na retaguarda da primeira linha dos francezes se passava na lucta entre os prussianos de Bulow e as tropas francezas de Lobau. Este general, apesar de inferior em força ao seu adversario, oppoz-lhe uma energica resistencia, sendo por fim obrigado a retirar-se. Apossar-se o general Bulow da povoação de Planchind, Napoleão mandou para aquelle ponto uma divisão da retaguarda com vinte e quatro peças de artilheria, de que rest-

de Orange e lord Uxbridge obrigados a cada instante a metterem-se durante esta lucta n'um quadrado, sem poderem animar as suas tropas a manterem-se firmes na sua posição, segundo diz Vaudoncourt. Uma curta fluctuação se mostrava já na linha ingleza, achando-se as suas reservas postas em acção para acudir em onde lhes fosse ordenado; e segundo o dito de algumas testemunhas oculares, até muitos homens e carruagens se viam também já em caminho para a floresta de Soignes em direcção a Bruxellas. Era portanto gravissimo o estado em que os alliados se achavam no meio de taes circumstancias.

Foi no auge d'estas angustias que soou finalmente pela direita dos francezes a tão appetecida artilheria de Grouchy, mas soou longe, por se achar na grande distancia de duas ou tres leguas, o que ainda assim fez conceber esperanças, segundo se disse, de que os corpos de Blücher fossem por elle demorados na sua marcha para o campo da batalha. E como poderia isto succeder, tendo o mesmo Blücher por si uma força mais que dupla da de Grouchy? Vãs e illusorias esperanças, que nada mais significavam, ou tinham por si do que bons desejos. Eram já n'esta occasião sete horas e meia da tarde. Foi então que Napoleão recorreu a um ataque decisivo para terminar o arduo e arriscado conflicto dos memoraveis campos de Waterloo, ordenando que toda a restante guarda imperial, e o segundo corpo do seu exercito, se dirigissem ao centro das linhas inimigas, para acabar por uma vez com a travada lucta, cujo desfecho tantos cuidados, e com tão justa causa lhe estava já dando. Se este recurso fosse empregado antes das sete horas, com uma forte columna de 18:000 homens, votos de peso dizem, com bom fundamento, que isto teria em tal caso aproveitado aos francezes; mas na tardia hora em que d'elle se lançou mão, e feito de mais a mais sómente com quatro batalhões apenas, em lugar de dez pelo menos, nada mais era que mallograr o recurso, e sacrificar miseravelmente a gente que n'elle empregou. Foi n'esta tão critica occasião que o duque de Wellington recebeu a agradavel noticia da chegada de Blücher

pelo lado da floresta de Ohain. Similhante successo, animado-o a elle, ainda mais animou o seu exercito, que começava a enfraquecer-se moralmente, e ainda mais physicamente, pelas repetidas cargas, que o centro da sua linha recebia da cavallaria franceza, seguindo o exemplo dado pela indomita bravura do marechal Ney, que com tanto denodo ali a capitaneava.

Pelas mesmas sete horas e meia da tarde Napoleão por ainda algumas tropas suas em movimento sobre a direita do castello de Hongoumont; e antes mesmo de saber se todas ellas estavam reunidas para o ultimo ataque, mandou avançar quatro baterias de reserva e outros tantos batalhões da guarda média, para auxilio do marechal Ney. Alem d'isto o mesmo Napoleão acompanhou esta força até Haya-Santa, a fim de a fazer sustentar pela cavallaria, que ainda tinha disponível. N'esta mesma occasião os seus officiaes de estado maior espalharam-se tambem pela sua linha, a fim de trazerem noticias da chegada de Grouchy, que nunca chegou, nem podia chegar ao campo da batalha, pela inteira impossibilidade de o poder fazer em favor dos seus. Os quatro batalhões mandados a Ney, como ultimo recurso, foram conduzidos por elle marechal sobre a esquerda da cidade de Haya-Santa. Atrás d'elles marchava tambem uma linha de couraceiros, seguida a seu turno por mais seis batalhões da velha guarda. Todos elles, levados dos seus ardentes desejos

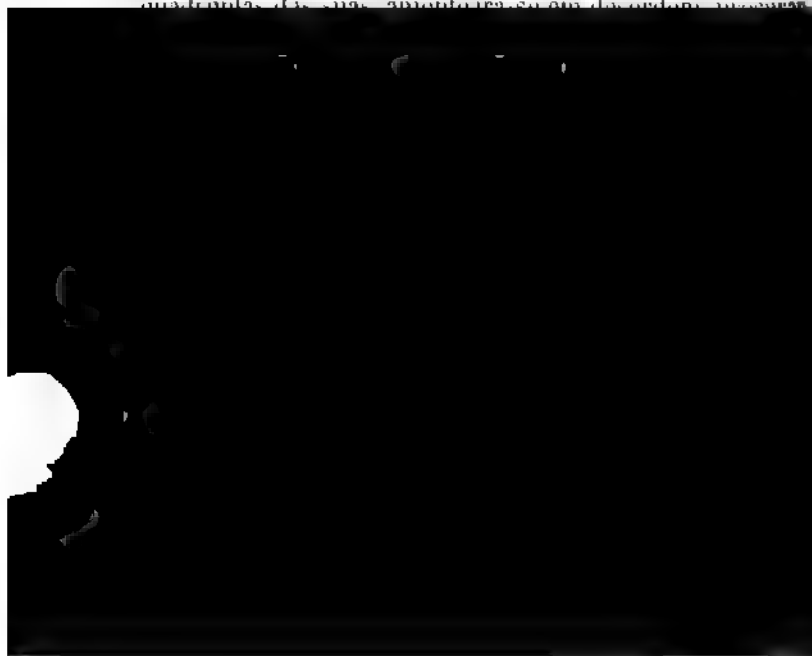


toda a direita dos francezes, vendò-se, como por tal facto se viram separados do seu quinto corpo, do commando de Lobau.

Os batalhões da velha guarda, em lugar de marcharem para a frente e sustentarem os batalhões da guarda média, que tão empenhados se achavam na sua lucta com os alliados, moveram-se para a sua direita, para servirem de reserva e ponto de reunião às tropas expulsas de La Haya pelas prussianas, tendo-se na sua retirada de formar em quadrados por batalhão através do campo da batalha. Entretanto a guarda media batia-se com inaudito valor, chegando a sua cavallaria quasi ao ponto de romper a linha dos alliados, desastre que se não verificou, por ter uma sua brigada apparecido a tempo de o evitar. Todavia a mesma guarda sustentou dignamente o choque da referida brigada com um novo brilho de valor e coragem, proprio da sua justa fama, sendo as suas fileiras fulminadas pelo horrivel fogo das linhas inglezas, que lhe cruamente as victimava. O bravo marechal Ney, o heroe de Iena, de Elchingen e de Borodino, chegou a ter cinco cavallos mortos debaixo de si, combatendo a pé como um leão entre os seus bravos francezes, como quem n'esta batalha, a ultima a que assistiu na sua vida, queria pôr o remate da sua gloria aos heroicos feitos da sua carreira militar. Effectivamente este *bravo dos bravos* do exercito francez (como na Russia lhe chamou Napoleão), n'ella se expoz a todos os reveses, sem attender aos perigos de perder a vida, como quem queria evitar a negra e mesquinha sorte que o esperava; e achando-se por um sem numero de vezes em risco de ser morto, succedeu não receber nem o mais leve ferimento, parecendo que o seu mau fado arteiramente o destinava para soffrer o tragico e desastrado fim que lhe havia de pôr termo á vida.

No meio d'estas circumstancias os quatro batalhões da guarda perderam finalmente a coragem ao verem a marcha ostentosa e triumphante das tropas prussianas, seguindo-se a isto uma confusa retirada na sua ala direita. Os outros seis batalhões francezes, formados em quadrado por traz da sua ala direita, achavam-se tambem n'uma critica posição. Ata-

cados como por parte dos alliados se viram por um progressivo numero, que de tropas frescas lhes viera, as fileiras dos citados batalhões raleavam-se a olhos vistos, nada mais lhes restando do que a triste e lastimosa perspectiva de uma morte certa no campo da batalha. Foi n'esta mesma occasião que lord Wellington poz em marcha, para o centro da sua posição, mais duas brigadas de cavallaria, ao bom emprego das quaes a chegada dos prussianos viera dar mais bravura e enthusiasmo. Dirigindo-se para o local que estava entre Haya-Santa e os corpos francezes do general Reille, as referidas brigadas passaram a tornear os batalhões da velha guarda, correndo apressadas e com os olhos já na victoria sobre a sua extrema direita, postos como todos elles já estavam em retirada. Napoleão ainda fez carregar as citadas brigadas por quatro esquadrões de serviço, unica cavallaria que por então tinha disponivel. Mas a este tempo nada podia já moderar o impeto triumphante dos alliados, e por modo tal, que a retirada se transformou n'uma monumental derrota, e de mui raro exemplo na historia. Enquanto pela sua parte o general Zeithen esmagava sem piedade os corpos do conde d'Erlon, e passava para alem da esquerda dos do general Lobau e da nova guarda, o seu collega Pirch torneava Planchinois, povoação atacada tambem já de frente pelo corpo de Bulow. A extrema direita dos francezes, vendo-se quasi cortada pelos seus inimigos, e de mais a mais por forças quadras, das suas anseios para se que da ordem, apanhar



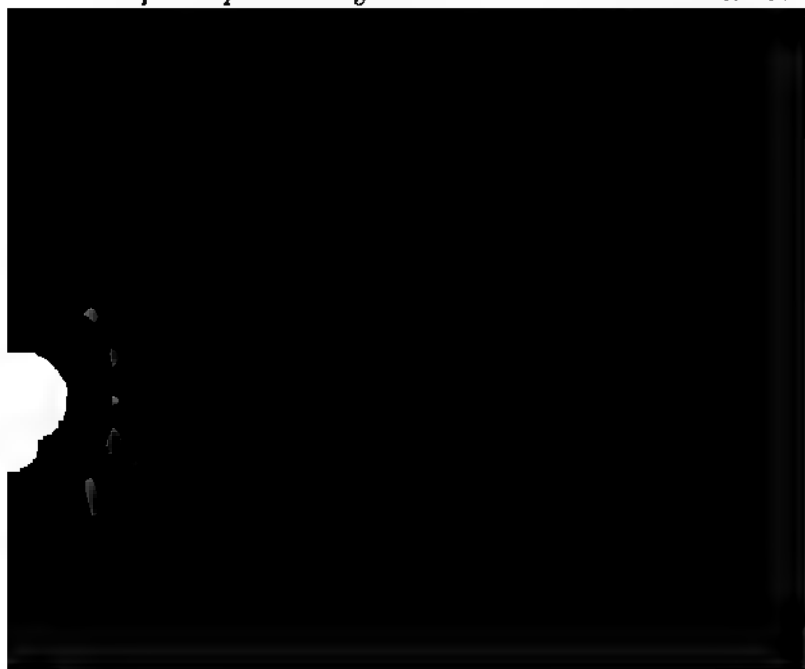
roico bradar aos inimigos : *la garde meur et ne se rend pas !* Foi este o ultimo adeus dado pelos francezes, e verificado por Napoleão Buonaparte, ás fagueiras e enganadoras esperanças que haviam concebido de alcançar victoria n'esta monumental batalha, victoria que passou esplendida e immorredoura para as fileiras dos alliados, coroando dos mais immarcesciveis louros a lord Wellington, e sepultando no mais perpetuo infortunio a pessoa do ex-imperador dos mesmos francezes, o tão celebrado Napoleão Buonaparte, este famoso homem de guerra, a quem a fortuna desde então inteiramente abandonou, para o entregar de todo á desgracia¹.

A batalha de Waterloo foi de natureza tal, que tirou á guerra, encetada por Napoleão no anno de 1815, todo o character de duração com que ao principio fallazmente se apresentava, pois que em circumstancias taes todos os recursos militares da França se achavam inteiramente esgotados por Buonaparte. A pertinacia e coragem com que n'ella combateram, vencidos e vencedores, merecem ser mencionadas com particularidade na historia, e ter n'ella um distincto lugar, a par dos factos militares mais memoraveis da sua epocha. As perdas que por uma e outra parte os contendores offreram, foram sensivelmente graves, e em grande numero. Só no ataque contra o castello de Hougoumont o numero dos mortos subiu quasi a 6:000 homens, por parte de ambos os exercitos, tendo o dos francezes 10:000 homens postos fora do combate, contados com os feridos. A perda dos inglezes e hanoverianos subiu a 11:678, a dos neerlandezes a 1:547, a dos brunswichezes a 1:000, a dos de Nassau a 1:000 e a dos prussianos a 7:454 : total 24:679. Os francezes perderam 18:500 homens, entre mortos e feridos, alem de 7:800 prisioneiros : total 26:300 homens. A artilheria por elles perdida elevou-se a 227 peças. Cada um dos exercitos combatentes teve dois generaes mortos, Picton (o bravo sir

¹ Declarámos que n'esta nossa descripção da batalha de Waterloo muito nos guiámos pelo que d'ella nos diz mr. A. Brialmont, na sua *Historia do duque de Wellington*, procurando nós pela nossa parte dar-lhe quanto possivel uma redacção clara, brilhante e preceptivel a todos.

Thomas Picton !), e Ponsomby por parte do inglez; e Pedro Miguel, não menos bravo, e Devan por parte do francez.

A capacidade militar de lord Wellington, manifestada n'esta batalha, viera dar mais realce á grande fama, que ji lhe haviam grangeado as suas reiteradas victorias da guerra da península. Os movimentos por elle ordenados n'esta de Waterloo, a opinião de juizes muito competentes, os tem como feitos com grande acerto, e todos elles muito bem intentados. Alem d'isto elle aproveitou-se com muito sangue frio e a proposito de todas as circumstancias favoraveis que se lhe apresentaram, prolongando a par d'isto habilissimamente com grande perda sua a defeza, e fazendo entrar em batalha as suas reservas, lenta e successivamente, na linha d'ella em occasião opportuna, até lhe chegarem as tropas prussianas. Em nenhuma batalha desenvolveu elle, tanto como n'esta, a sua grande actividade e coragem pessoal. «Pela sete horas da tarde, diz Vaudoncourt, veio dizer-se ao duque que a divisão Picton, na força de 7:458 homens no dia 11 não apresentava mais que 4:500 a 4:600 combatentes. *É preciso que permaneçam todos no seu logar até ao ultimo,* he esta a unica resposta que elle deu, e elles assim o praticaram». Perguntando-lhe o general Hill quaes as suas intenções para o caso em que s. s.^a fosse posto fóra do combate respondeu elle: *O meu pensamento é conservar-me aqui em quanto poder.* Obrigado a metter-se a cada momento dent



munho dos proprios francezes, quadrados de infantaria sustentar por mais largo tempo tão repetidas cargas de uma cavallaria tão brava, numerosa e formidavel como era a da guarda imperial franceza. Estamos longe de negar, antes sinceramente confessámos ser da nossa mais intima convicção, que lord Wellington se conduziu n'esta batalha não só com todo o primor e galhardia de um grande valor pessoal, mas até mesmo com grande capacidade e acerto nas suas operações e movimentos; mas é inquestionavel que, tendo elle já por si um exercito superior ao de Napoleão, desde o começar da batalha até á chegada dos prussianos, a sua situação até este tempo esteve não obstante muito arriscada, vindo-lhe o marechal Blücher dar, sem contestação, um reforço tal de gente, que sem faltar á verdade é de justiça dizer-se que foi o grandissimo numero de dois exercitos reunidos (o anglo-hollandez e o prussiano), e portanto o dobro do de Napoleão, o que levára de vencida o bravo exercito francez, não se podendo dizer com certeza se este seria effectivamente o resultado da sanguinolenta lucta de Waterloo, a não se dar similhante reunião, isto não obstante as muitas faltas commettidas pelo mesmo Napoleão. Honra pois seja feita ao grande valor e coragem do referido exercito, e ao dos bravos generaes que o commandaram.

A diversas causas se tem attribuido a perda da batalha de Waterloo, sendo umas accidentaes e outras provenientes de faltas commettidas e ordens mal executadas. Segundo a opinião de alguns historiadores, Napoleão seria vencedor, a não terem havido as chuvas, que poseram os caminhos intran-
siveis na noite de 17 até pela manhã de 18; a não ter havido a falta do marechal Ney, empregando as reservas de cavallaria uma hora mais cedo do que devia ter logar; e finalmente a não se ter dado tambem o descuido da parte do marechal Grouchy, o qual, depois de ter desprezado a occasião de estar em Warvres na manhã do dia 18, desprezou tambem o conselho que pelas onze horas e meia lhe dera o general Gerard de marechar para Waterloo, em consequencia do estrondo da artilheria, que vinha n'esta direcção, an-

nunciando a batalha que lá se tinha travado¹. Não colhem para nós estas allegações, por que tendo estado o tempo humido e enovado em todo o dia 18, os terrenos não podiam estar mais seccos ao meio dia, em que se começou o ataque, do que estavam ás oito, ou nove horas do dia, em que effectivamente devera ter começado. Pelo que respeita ao emprego das reservas, de que o marechal Ney é accusado, por occasião da batalha de Waterloo, não se pôde dizer ao certo se elle, ou Napoleão foi o verdadeiro culpado d'isto, parecendo que mais o deve ser este do que aquelle, pois que Napoleão não demorou os intempestivos movimentos da cavallaria, ordenados por Ney, podendo muito bem fazel-o, chegando até a desprezar substituir no commando da guarda imperial o marechal Mortier (duque de Terviso), impedido como allegou estar por um ataque de sciatica.

O que acabámos de dizer não basta para ajuizar de acerto, ou desacerto da conducta de Napoleão na sua infeliz campanha de 1815, a qual, posto que tão memoravel, como de facto se tornou, nem por isso os entendedores da arte da

¹ As cousas passam-se ás vezes de tal modo na vida, que aquillo que em certos casos se reprová, louva-se ou exige-se fazer em outros, segundo as conveniencias. O certo é que Napoleão e varios outros escriptores tem censurado muito Grouchy por se não ter dirigido para Waterloo em soccorro de Buonaparte, desprezando as instrucções que lhe ordenavam conservar-se em Wavres. Ao passo que Napoleão assim

guerra a reputam como a mais evidente prova dos seus grandes talentos militares. Com relação á batalha de Ligny, por elle ganha no dia 16 de de junho, notam-lhe haver na manhã do dito dia perdido um precioso tempo, circumstancia de que Blücher muito bem se aproveitou para concentrar o seu exercito, fazendo lord Wellington igualmente o mesmo ao seu, em rasão da innacção em que por algum tempo ficou o corpo do marechal Ney, causada por similhante demora, pois que o dito lord se achava muito descansado, assistindo a um baile em Bruxellas, desprevenido inteiramente do repentino ataque do seu adversario sobre o Sambre ¹. O chamamento das tropas do conde d'Erlon, ordenado por Napoleão no mesmo dia, e na mesma occasião em que Ney tanta precisão d'ellas tinha, foi uma falta grave, seguida tambem de uma outra ainda maior, tal como a de as deixar posteriormente marchar, para se irem postar por traz de Saint-Amand, faltas que com rasão se tem por causa da perda da batalha de Quatre-Bras, e da reorganisação do exercito prussiano depois da batalha de Ligny. Tambem se tem dito que o desastre de Blücher seria n'esta batalha completo, se Napoleão, em logar de ir na manhã de 17 inspecionar o campo onde esta batalha se deu, e as tropas que n'ella combateram, tivesse de prompto mandado perseguir os vencidos activamente, falta que provavelmente proveiu de muito graciosamente os suppor em completa desorganisação. Ordenar a Grouchy depois do meio dia similhante perseguição, marcando-lhe tomar *a direcção de Namur*, em vez de lhe designar a média entre Liege e Bruxellas, foi dar um novo realce ao desacerto da sua dita ordem, de modo que depois de ter concedido a Blücher o dia 16 para se reparar,

¹ «Napoleão deveria desde as seis horas da manhã ir no alcance dos prussianos, ou então cair com todas as suas forças sobre lord Wellington, cujas reservas de cavallaria, artilheria e uma parte de infantaria só lhe chegaram durante a noite de 16 para 17 extenuadas de cansaço. «A necessidade de não abandonar a linha de retirada de Charleroi á mercê do general inglez obrigavam-no a dirigir-se de preferencia contra elle»: assim o diz Jomini a paginas 185.

foi conceder para o mesmo fim o dia 17 a lord Wellington. Finalmente ainda mais se lhe nota o haver desprezado a occasião de separar os prussianos dos anglo-neerlandezes, atacando a sua direita n'uma ordem obliqua, e de ter deixado á retaguarda o seu quinto corpo, cuja força subia a 11:770 homens, e de ter reunido a sua cavallaria sobre a direita, onde aliás não podia manobrar tão bem como na outra ala.

Com relação á batalha de Waterloo, outras faltas se lhe attribuem dignas de reparo, a primeira das quaes foi a de não ter devidamente reconhecido a posição do exercito de lord Wellington. Convencido como Napoleão se achiava de que os prussianos se tinham retirado em completa desorganisação, não ha motivo para se lhe desculpar o não ter começado a batalha, como o podia fazer, pelas nove horas da manhã do dia 18, em vez de a começar pelas onze horas e meia da manhã, como praticou, e já atraz notámos. Accusamo mais de ter feito o seu primeiro ataque contra Haya-Santa em columnas muito compactas; o empenhar em combate a reserva da sua cavallaria mais cedo do que devia ser, ou em permittir que por tal modo se empenhasse, o que era a mesma cousa; e finalmente o mostrar alguma hesitação, quando pelas seis horas da tarde, reconhecendo a necessidade de empregar um esforço geral contra o centro da linha inimiga, só se decidiu a executal-o pelos sete horas, devendo-o fazer desde logo, isto reunido com a circumstancia de destinar

Como já vimos, as forças de que os alliados dispunham contra as de Napoleão eram de uma grande superioridade, e serem aquellas vencidas por estas no final da campanha podia ter-se por impossivel, de modo que Napoleão foi o proprio que incorreu na censura por elle attribuida a lord Wellington, quando no *Moniteur* de 27 de setembro de 1809 disse que um general só deve emprender as operações militares, que tem por fim fazer somente aquillo que é possível fazer, dando de mão a empresas em que não haja a maior probabilidade de as conseguir com fortuna. Infractor como portanto foi d'este preceito, nenhuma razão teve de se queixar das funestas consequencias que d'isto tirou, sendo uma d'ellas o maldizerem militares muito notaveis as operações e movimentos da sua campanha de 1815. E com effeito participando lord Wellington ao marechal Beresford, em carta de 2 de julho d'aquelle anno, a sua victoria de Waterloo, diz-lhe «que Napoleão não fez manobra alguma de vantagem; que avançou em columnas pela maneira antiga, e que por esta mesma maneira foi repellido. A unica differença que se lhe notou foi o misturar a sua cavallaria com a sua infantaria, sustentadas por uma enorme artilheria». O imperador Alexandre da Russia, escrevendo no dia 18 de julho de 1815 ao principe de Beauharnais, de quem era amigo, dizia-lhe tambem, com relação á campanha de Napoleão de 1815: «Uma só batalha bastou para aniquilar os meios de resistencia que elle tinha organizado, e em dezoito dias de campanha os alliados achavam-se em Paris... Elle adoptou o plano de operações o mais absurdo... e depois de ter sacrificado o exercito n'uma só batalha, abdicou por segunda vez, e salvando a sua propria vida, abandonou a França á sua desgraçada sorte». No proseguimento, que d'este capitulo vamos apresentar ao leitor, verá elle o que n'isto ha, ou deixa de haver de razão sobre este ponto.

Falta-nos examinar agora o que ha de verdade, quanto á accusação feita por Napoleão ao marechal Grouchy, por ser este um negocio summamente grave, e de bastante interesse historico, pois muitos ha que dão por justa esta accusação,

não nos parecendo que o seja. Pelo que já acima vimos, Grouchy só pelo meio dia de 17 de junho recebeu ordem do imperador para perseguir Blücher, e oppor-se-lhe á concentração do seu exercito; mas quando a marcha feita pelo mesmo Grouchy durante a noite do citado dia 17 lhe proporcionasse achar-se em Warvres na manhã de 18, como Napoleão muito phantasticamente suppoz, com que probabilidade de fortuna poderia elle com um exercito de 32:000 homens oppor-se á operações do general prussiano, contando por si uma força duas vezes e meia maior do que a sua; destruil-o, ou mesmo impedil-o de destacar forças em favor de lord Wellington! Dizem que, estando elle pelas onze horas e meia do dia 18 em Sart-lez-Walhain, o general Gerard lhe aconselhára marchar para Waterloo, em rasão do estrondo da artilheria que d'aquella parte lhes soava, como indicador da respectiva batalha, conselho a que o mesmo Grouchy respondeu, que as suas instrucções lhe mandavam *perseguir os prussianos, e dirigir-se para Warvres*, instrucções que lhe foram expedidas pelas dez horas da manhã do citado dia 18, e que elle sómente recebeu pelas quatro horas da tarde. Mas suppondo que aguisse o conselho dado, elle não poderia chegar ao campo de batalha senão pelas sete horas e meia da tarde, em rasão da grande distancia que vae de Sart-lez-Walhain a Frichermont, e portanto na propria hora em que a batalha estava já perdida.

Vê-se pois que adstricto ás suas instrucções, partido que elle abracou, não pôde, mas conforme ao seu dever, pô-

100:000 homens de combater com um exercito de 180:000, que a tanto montaria a união das tropas de Blücher com as de lord Wellington. Talvez que alguns possam accusar Grouchy de não ser um genio transcendente na carreira militar que professava; mas não de que a sua falta de comparecimento em Waterloo fosse a causa efficiente da perda d'esta batalha. Em ultimo caso temos ainda a notar, que quando tudo corresse como Napoleão desejava, reunindo-se com isto a fortuna de sair vencedor da sua lucta com lord Wellington e Blücher, provavelmente teria de lhes acceitar uma outra batalha na manhã de 19., e quando assim não succedesse, veria dentro em poucos dias n'uma ousada marcha contra si e Paris nada menos de meio milhão de tropas russas e austriacas, ás quaes elle não tinha forças bastantes para se oppor, exhausta como estava a França de recursos e de mais a

por um lado o absolve, tambem por outro o crimina, quando diz: «Pelo que respeita a Grouchy, elle é realmente culpado de ter perdido de vista o marechal Blücher, pois que só no dia 17 á tarde soube elle pelo relatorio do general Excelmans, que as tropas prussianas tinham marchado para Warvres, no intento de se approximarem do exercito inglez. Na manhã seguinte recebeu aviso positivo, que lhe annunciava a concentração do exercito inimigo em volta d'aquella povoação. Tambem não é menos culpado de se ter deixado ficar em Gembloux durante uma parte do dia 17 e da manhã de 18, devendo marchar aliás para Warvres. Todavia não é provado dizer Napoleão, que se elle Grouchy se tivesse acampado adiante de Warvres na noite de 17 para 18, o exercito prussiano não teria destacado força alguma para salvar o exercito inglez, o qual seria completamente batido pelos 69:000 francezes que se lhe oppunham, porque sendo o exercito de Grouchy de 32:000 homens, e o exercito prussiano de 80:000, metade d'elle era bastante para fazer mallograr qualquer tentativa, que Grouchy fizesse para lhe embarçar a marcha, podendo a outra ir juntar-se muito a seu salvo ao exercito de lord Wellington». Brialmont diz mais que Grouchy não era strategico, faltava-lhe para isto a precisa perspicacia, que é a sua mais preciosa qualidade, porquanto mesmo depois de se ouvir o estrondo da artilheria do Monte-de-Santo-João, ainda suppoz que Blücher, em lugar de marchar n'aquella direcção pelo caminho mais curto, o estava muito quietamente esperando em Warvres. Todos estes arrazoados o que provam é que depois de uma batalha perdida todos buscam desviar de si a culpa do seu mau resultado: é o que n'este caso se dá entre Grouchy e Napoleão.

mais dividida em facções, com o seu thesouro inteiramente esgotado e todo o paiz arruinado por mais de vinte annos de uma incessante guerra. Em tal estado de cousas toda a energia de 1792, e toda a grande actividade, que outrora mostrára o afortunado vencedor de Rivoli e de Austerlitz, seriam impotentes para salvar a França da tremenda catastrophe de 1815. A gloriosa e immensa fortuna que Buonaparte conseguira, alcançando o seu apogeu em 1812, marchava desde então por diante rapidamente para o seu occaso, sendo chegada a occasião para de todo o abandonar. Se pois as suas muitas victorias o elevaram ao mais alto grau do poder, os desastres lh'o tiraram por fim das mãos, por que nenhum poder novo tem bastante força para resistir ás desgraças, quando estas manifestamente o perseguem.

Blücher deixára o corpo do general Thiehnau para fazer frente ás marchas e operações de Grouchy, o qual no dia 6 se dispunha a entrar com elle em formal combate, quando par da noticia da derrota do exercito francez em Waterloo recebeu ordem para se dirigir com as tropas do seu commando para Laon, marchando por Ardennes. O principe Jeronymo que ainda pôde reunir 25:000 homens por traz de Avesnes com elles se dirigiu igualmente para aquella cidade, na qual successivamente se deviam tambem reunir todas as mais forças disponiveis da França. Napoleão pensava que lord Wellington, mandando as suas tropas para a margem esquerda do

corôa imperial de França ¹. Pensava elle que em conformidade com isto de prompto lh'o proclamassem seu successor; mas a maioria da camara dos pares, não querendo perjurar a fidelidade que promettêra a Luiz XVIII, ou mais provavelmente, vendo Napoleão em desgraça, e receiando-se dos exercitos alliados, com os quaes alguns dos antigos partidistas do mesmo Napoleão trataram de estabelecer relações, nomeou, de accordo com a camara dos deputados, um governo provisorio, que se compoz dos seguintes cinco membros, o duque de Vicence (mr. Caulincourt), o barão Qui- nette, o duque de Otranto (mr. Fouché), o general Carnot e mr. Grenier.

Quanto aos alliados, convem saber que lord Wellington e Blücher resolveram em Bruxellas no dia 20 marchar de prompto sobre Paris, indo no seguinte dia 21 passar a fronteira em muitas partes. O exercito russo ainda por este tempo se achava sobre o Meine, perto de Francfort, e o austriaco da parte de cá da ponte de Bâle, o que fez ver que as marchas do exercito inglez e prussiano iam primeiro do que aquelles decidir as negociações da paz com a França. Durante a marcha de Blücher e de lord Wellington sobre Paris algumas praças francezas foram sendo successivamente tomadas pelas tropas de um e outro general, e emquanto isto ia tendo logar, o exercito francez saia de Laon no dia 27 para Soissons. Grouchy marchava de Rems para Nauteuil-mer, e Vandamme subia pela sua parte o Mosa, procurando ganhar Ligny por Ferté-Milon e Meaux. O numero das tropas francezas, que por este modo vieram entrar em Pa-

¹ Ao terminarmos a memoravel campanha de Napoleão no anno de 1813, talvez que algum dos nossos leitores nos accuse de termos sido mais extensos do que deviamos na descripção d'ella e do seu respectivo juizo critico. Diremos a isto que, sendo a publicação d'esta obra feita por conta do ministerio da guerra, pareceu-nos conveniente consignar n'ella o que a tal respeito havia de mais transcendente, para satisfazer aos justos desejos, que suppomos teriam os officiaes do exercito portuguez, mais dados á leitura das cousas da sua profissão, d'aqui acharem factos de uma ordem tal, como foram os da referida campanha.

de soldados prussianos invadira a casa da sua residencia, desesperando-se consideravelmente por já n'ella o não encontrar, poisque o principe Blücher, seu general, havia jurado enforcal-o na frente do seu exercito.

Davoust, percebendo a pouca disposição que os habitantes de Paris tinham para a sua defeza, solicitou no dia 30 de junho de lord Wellington e do marechal Blücher a effectiva concessão de um armisticio. Lord Wellington, sabendo já por então que Buonaparte se havia retirado para Rochefort e dominado a par d'isto pelo seu vivo desejo de que o novo governo francez se estabelecesse debaixo da influencia do governo britannico, tornára-se mais communicativo e benévolo para com Fouché, presidente do governo provisório do qual recebera uma carta, e com o qual já antes d'isso achava em correspondencia. Com estas disposições fez o mesmo Wellington saber a Davoust a conveniencia que havia do governo nomear tres commissarios, para com elle irem conferenciar a Saint-Cloud, a fim de se ajustarem as respectivas condições do seu pedido armisticio. Foram os tres commissarios mrs. Bignon, Guilleminot e Bondi, dos quaes effectivamente se ajustou o seguinte armisticio. A primeira de todas as condições que se lhes propoz foi de que as tropas francezas se haviam de retirar para além do Loir. Houve n'isto um prompto accordo, assim como a tudo mais, e por modo tal, que na noite de 3 para 4 de julho foi assinada uma convenção entre Blücher e um del-

em ser aceita, tanto pelo marechal Davoust, seu commandante em chefe, como por um conselho militar de defeza, de que faziam parte os marechaes Soult e Massena, que assim foram obrigados a passar por baixo das forcas caudinas. Conseguido isto, os alliados vieram estabelecer-se no dia 4 do citado mez de julho nos postos de Neuilly e Saint-Dinis. As barreiras foram occupadas no dia 6, partindo o exercito francez no seguinte dia 7 para o Loir, tendo todavia lord Wellington entrado definitivamente na capital da França no citado dia 6, acompanhado por Blücher, sendo n'ella recebidos com demonstrações bem pouco honrosas para os parisienses. Pela sua parte o exercito austriaco e bavarez, cuja força se computava por então em 250:000 homens, e o russo em outros 250:000, avançavam de Manheim para Nancy, e em seguida para Chalons, Meaux e Ligny, não encontrando especie alguma de resistencia, sendo de pouco ou nenhum momento que fizeram os corpos francezes postados na Alsacia, no Jura, nos Alpes e no Var. No citado dia 6 de julho Luiz XVIII primeiramente estabelecer-se em Saint-Diniz, chamado pelo duque de Wellington, cujo exercito elle tinha acompanhado desde Gand.

Por este modo se effeituou a occupação da França pelos alliados, sendo tambem um facto que a capitulação de Paris livrou esta capital dos gravissimos damnos que lhe estavam iminentes, e que inevitavelmente soffreria, se porventura as tropas invasoras entrassem n'ella á viva força. As duas camaras, e sobretudo a dos deputados, tinham buscado oppor tantos obstaculos lhes lembraram para embaraçar a entrada de Luiz XVIII em Paris, diligenciando em ultimo caso conservar a sua representação, formulando uma constituição a todo inteiro sabor, a qual o soberano seria obrigado a reconhecer e a adoptar, limitando-se por ella bastante o seu poder real. Entregavam-se ellas a este trabalho, e já a dos deputados havia muito á pressa discutido uma boa parte dos respectivos artigos, quando no dia 8 receberam uma mensagem do governo provisorio, participando-lhes haver-se elle demittido das suas funcções governativas no dia 7, por não

poder ser livre nas suas discussões e deliberações, tanto por se achar cercado por tropa estrangeira no palacio das Tuilherias, como pelos soberanos alliados haverem formalmente declarado, que se tinham compromettido a restabelecer Luiz XVIII no throno da França, devendo o referido soberano entrar na capital no proprio dia 8, ou no seguinte. Depois de alguma discussão, que prolongou bastante a sessão, as referidas camaras separaram-se finalmente, sem concluir a sua projectada obra da constituição.

Foi com effeito no citado dia 8 de julho, que o mesmo Luiz XVIII fez a sua entrada em Paris com toda a solemnidade e apparato, sendo precedido de um grande numero de guardas nacionaes e voluntarios realistas, assim como de tropas da sua real casa. Seguiu-se depois, abrilhantando-lhe o sequito, um numeroso estado maior, em que se viram os marechaes Victor, Marmont, Oudinot, Macdonald, Gouvion-Saint-Cyr e Lefebvre ¹. Luiz XVIII nomeou promptamente o seu ministerio, que se compoz de mr. de Talleyrand, com a presidencia do conselho reuniu tambem a pasta de negocios estrangeiros; do barão Luiz, que teve a pasta de fazenda; do general Gouvion-Saint-Cyr, que teve a da guerra, e do duque de Otranto (mr. Fouché), que teve a da policia. Em logar de mr. Balcas, em quem o publico considerava pouco talento para o alto logar que occupava entre os ministros, Luiz XVIII nomeou o duque de Richelieu para o logar de ministro da casa real. O referido soberano prometteu

como se achavam estabelecidas pela constituição que havia já dado à França. A bandeira das tres cores foi immediatamente substituída em Paris pela bandeira branca, o que successivamente foi acontecendo por todas as mais partes da França, não sem muito receio do exercito, apesar de reduzido sómente a cousa de 50:000 homens. Todavia o general Kellermann, Axon e Gerard não duvidaram prestar a el-rei a devida homenagem. A camara dos representantes procurou reunir-se depois da entrada de Luiz XVIII em Paris; mas achou fechada a porta da casa destinada para as suas sessões, e sem embargo de alguns membros protestarem contra tal procedimento, de nada lhes serviu isto.

A este tempo os alliados marchavam já ufanos sobre Paris com toda a rapidez, achando-se em Fontainebleau o quartel general do centro do exercito austriaco. Pela sua parte o imperador da Austria e o da Russia, bem como o rei da Prussia vieram de Nancy, onde se haviam demorado por algum tempo, entrar finalmente na capital da França no dia 10 de julho. Demandando este estado de cousas novos arranjamens com o governo francez, nomearam elles os seus respectivos plenipotenciarios, que foram por parte da Inglaterra lord Castlereagh e o duque de Wellington, por parte da Austria o principe de Metternich, por parte da Prussia o barão de Humboldt, e por parte da Russia o principe de Rasounowski, e os condes de Nesselrod e Capo-d'Istria. As bases dos novos arranjos com a França foram: 1.^a, contribuição de guerra ¹; 2.^a, occupação militar, a par do licenceamento do

¹ A contribuição de guerra imposta à França em dinheiro foi de 700.000:000 francos.

A praça de Sarre Louis foi durante a negociação avaliada em 10.000:000. Juntando este valor ao precedente faz um total de 710.000:000 francos.

D'esta totalidade assentou-se que se devia deduzir uma quarta parte para as despesas das fortificações, que pretendiam construir-se nos países limitrophes da França, e portanto 187.500:000 francos, inclusos os 50.000:000 francos do valor da dita praça.

Deduz-se mais a favor das potencias, cujos exercitos combateram

exercito francez; 3.^a, rectificação das fronteiras; 4.^a, linha de praças fortes, levantadas à custa da França, para a conter pelo lado da Belgica; 5.^a, finalmente fixar o modo de conservar e nutrir as tropas alliadas, devendo compor-se o exercito de occupação de 30:000 inglezes, 30:000 prussianos, 30:000 russos, 30:000 austriacos e 30:000 homens fornecidos pelos pequenos estados da Allemanha⁴. Foram as

em Waterloo, como um supplemento ás suas respectivas quotas, a quantia de 50.000.000 francos.

A cada uma das quatro grandes potencias alliadas 100.000:000: 400.000:000 francos ao todo para ellas.

Para repartir entre a Baviera, Wurtemberg, Hanover, Sardenha, Paizes Baixos e Estados Allemaes, que tomaram parte activa na guerra, 100.000:000 francos.

À Hespanha, em razão dos armamentos que fez, e da entrada dos seus exercitos na França, 5.000:000 francos.

À Suissa, cujas tropas tambem entraram no territorio francez 3.000:000 francos.

À Dinamarca, cujo contingente chegou a sair das suas fronteiras 2.500:000 francos.

Finalmente a Portugal, por causa das despesas feitas com a promptificação do seu contingente, 2.000:000 francos.

Total 750.000.000 francos.

Para completo esclarecimento do publico, forçoso nos é dizer que as quatro grandes potencias da Russia, Austria, Inglaterra e Prussia, foram as que tomaram sobre si arranjar por então os negocios de toda a Europa, não escrupulizando excluir Portugal da partilha da contribuição de guerra, que existia na França, sendo para além d'isso que os repre-



quatro potencias alliadas, Austria, Prussia, Inglaterra e Russia, as proprias que estabeleceram por meio de uma nota, dirigida ao principe de Talleyrand, e assignada em 24 de julho, os districtos e territorios, que deviam occupar em França os seus respectivos exercitos, e a sua manutenção á custa da nação em provimentos de bôca, forragens, aquarte-lamentos, etc., debaixo da mais regular disciplina militar, e boa ordem para prevenir abusos, motivos de rixas e vexa-mes. Finalmente as mesmas potencias declararam não inten-tarem acto algum, que podesse ser contrario á soberania e integridade da França. Desde então todas as negociações passaram a tratar-se em Paris com assistencia dos sobera-nos e seus ministros, com os quaes a Inglaterra mostrou es-tar no mais perfeito accordo e intelligencia.

inconvenientes que forçosamente se seguiriam, a não se pôr um termo racional a taes reclamações. Depois d'isto tinha igualmente a seguir-se a importante questão da retirada dos exercitos alliados de occupação, questão que no tratado de Paris se deixára para ser decidida depois de tres annos, devendo tomar-se então em consideração a situação in-terna da França, e resolver se esta situação exigia ou não que a occu-pação das suas praças continuasse por dois annos mais. N'esta questão, como em todas as outras, observou-se que o gabinete russo propendia sempre a favor da França, talvez pelo desejo pessoal que o imperador Alexandre tinha de grangear cada vez mais popularidade na propria França. Em setembro de 1818 teve effectivamente logar um segundo congresso, formado em Aix-la-Chapelle pelos plenipotenciarios das cinco grandes potencias, para decidirem a questão acima mencionada, ou a da cessação, ou conservação dos exercitos alliados em França.

Foi effectivamente por effeito da convenção assignada no referido congresso aos 9 de outubro do citado anno de 1818, que o governo francez não só conseguiu que as tropas alliadas evacuassem o seu ter-ritorio, mas até uma redução de 15.000:000 francos nos 280.000:000 que ainda lhe restavam pagar, para completar os 700.000:000 da in-demnisação pecuniaria, que se lhe havia imposto. N'esta redução foi Portugal contemplado com a diminuição de 22:857 francos e 15 centi-mos, que lhe coube no rateio que proporcionalmente se fez a todas as nações, que tinham parte nos citados 700.000:000. Abatendo pois aquella somma dos 800:000 francos que ainda lhe faltavam receber, tinha portanto a haver da mesma França a somma de 777:142 francos e 85 centimos.

A submissão do exercito francez e a dos generaes que o commandavam foi tendo logar à proporção que se foi sabendo a partida e apresentação de Buonaparte a bordo de uma fragata ingleza, o que igualmente foram fazendo muitas praças de guerra, arvorando nos seus muros a bandeira branca da antiga monarchia franceza. Todavia forçoso é confessar que os termos com que estavam redigidas as proclamações dos generaes Clausel e Davoust mostravam bem a repugnancia com que cediam á força das circumstancias, não tendo meios de resistir ao poder colossal dos exercitos alliados, nos quaes a causa de el-rei Luiz XVIII tinha por então o seu mais seguro e principal apoio. Foi a presença dos referidos exercitos em Orleans e sobre o Loire o que contribuia para que o exercito francez se submettesse definitivamente ao mesmo Luiz XVIII. Bayonna e Perpignam levantaram por sua propria espontaneidade a bandeira branca, e vendo o marechal Suchet augmentar diariamente na sua frente o exercito austriaco, houve por bem de lhe entregar Lyão por capitulação, seguindo depois marcha pelo caminho de Rona, no intento de se reunir ao principal exercito francez do Loire, em vez de esperar pelas ordens de el-rei, cousa que bem indicava a desconfiança das disposições que a seu respeito tomára. Depois da parte que o mesmo Suchet teve no apparecimento de Napoleão em França, parecia estar persuadido de que quanto mais unido se conservasse ao exercito,

mas outras havendo que, depois de levantarem bandeira branca, se recusaram a receber a tropa alliada, como succedeu no castello de Vincennes, cuja guarnição não quiz ter communição alguma com os alliados, vendo-se forçados a cercal-o. Em Montpellier e em Nimes chegou até a haver insurreições, e a propria guarda de honra, que acompanhava o duque de Angoulême em Tours, atreveu-se mesmo a gritar: *viva o imperador!* Vê-se portanto que, apesar da rapidez com que se effeituou o restabelecimento de el-rei Luiz XVIII em França, só com difficuldade e vagarosos passos foi o seu governo n'aquelle paiz tendo logar. Buonaparte no seu curto reinado de cem dias procurou mover todos os partidos, que julgou poderem-lhe prestar algum apoio, formando d'elles um só partido em seu favor, pelas novas esperanças que lhes deu, partido a que aggregára muitos adherentes que ainda tinha por si, particularmente no exercito, em que se incluia um grande numero de officiaes, entre os quaes se contava o proprio marechal Davoust, commandante em chefe do exercito do Loir. Foi pois este partido, ou esta reunião de partidos, o que mais cuidado deu ao governo de Luiz XVIII, ao iniciar em França o seu novo governo em 1815.


De tudo o que temos dito podemos bem concluir que o estado da França por aquelle tempo era tal, que só depois de passados annos podia ella tornar a apparecer entre os gabinetes da Europa com o brillantismo, que lhe devia dar a grande extensão do seu territorio, a sua vantajosa situação no meio da Europa e a sua grande população. De tal maneira ficou exhausta de forças pelos continuos esforços que Buonaparte a obrigou a fazer, que um só revez, como o de Waterloo, foi bastante para lhe destruir todo o seu poder, sem comtudo pôr termo á sua desinquietação interior, sendo realmente tão forte, que mesmo debaixo das janellas de el-rei e na sua mesma presença, não obstante estar o paiz invadido por um numero de exercito estrangeiro, casos houve em que alguns individuos se atreveram tambem a gritar: *viva o imperador!* Os soldados não podiam perder a sua afeição para com Bu-

naparte, apesar da indiferença com que a grandes jorralhes fez derramar o seu sangue e perder muitos milhares de vidas em innumeras e sanguinolentas batalhas. Necessario foi pois que Macdonald, em conformidade das ordens de el-rei, dissolvesse o resto do exercito, ou o chamado do Lór, conservando sómente nos regimentos de cavallaria o pessoal necessario para tratar dos cavallos, e na infantaria para tratar das armas. Mais de 20:000 officiaes descontentes foram por então lançados no meio da população, occasionando justos réceios de commoções intestinas. Por effeito de uma ordenança, com data de 24 de julho, foram exautorados dos seus respectivos titulos vinte e nove individuos, que de Buonaparte os tinham ultimamente acceitado. Os pares que se prestaram a servir com o intruso governo de Buonaparte foram excluidos tambem da sua respectiva camara. Por uma outra ordenança com a mesma data se mandou proceder contra os generaes e outros officiaes que trahiram el-rei, depois do desembarque de Buonaparte, atacando-o a elle e o seu legitimo governo, assim como contra os individuos, que violentamente se haviam apoderado da auctoridade publica, e á sombra d'ella se declararam contra o seu legitimo soberano, devendo como taes ser presos e julgados pelos competentes conselhos de guerra das suas respectivas divisões militares. A lista dos primeiros comprehendia dezeseite nomes, começando pelo do marechal Ney e terminando pelo do duque de

Bonaparte, general Sarrut, e outros, a seguir a qual se segue a



tropas alliadas, o que muito difficultava, e até mesmo inutilisava o exercicio da auctoridade regia para a arrecadação dos impostos, de sorte que o thesouro se achava exaustão, e as despesas em desproporcional crescimento. Luiz XVIII viu-se em tal caso obrigado a impor á França uma contribuição de cem milhões para prover á subsistencia dos exercitos alliados. Em Paris negociava-se com o respectivo prefeito a sustentação das tropas estrangeiras, pois que para se custearem estas despesas e as dos seus alojamentos fôra a municipalidade d'aquella capital obrigada a impor a si propria a contribuição de nove milhões. Luiz XVIII vira-se tambem obrigado a restringir a liberdade da imprensa, sujeitando o jornalismo a uma censura prévia, para evitar publicações incendiarias. A conducta dos exercitos alliados era tida geralmente como oppressiva; tinham elles trazido consigo intendentes, recebedores e uma policia sua, por meio da qual administravam os departamentos por elles occupados. A irritação dos povos mostrava-se pelas deputações e queixas que diariamente se dirigiam ao monarcha, cujo coração profundamente lhe attribulavam. Por desgracia da França este estado de cousas tinha de durar por tanto tempo quanto se julgasse necessario, para que as nações alliadas ficassem certas de que a França não excitaria mais uma nova guerra na Europa. Os districtos destinados para cada exercito eram de facto governados pelos commissarios de cada um d'elles, sem embargo de existirem os prefeitos e auctoridades civis francezas, dando aquelles as ordens que julgavam a proposito. Estabeleceu-se uma commissão administrativa, para regular tudo quanto fosse relativo aos fornecimentos dos exercitos das quatro citadas grandes potencias, Inglaterra, Austria, Russia e Prussia. A Austria, tendo só pelos seus exercitos restituído os seus respectivos estados em Italia a sua santidade, a el-rei Fernando IV de Napoles e ao grão duque da Toscana, fez com cada um d'elles convenções particulares, por meio das quaes lhe foram pagas as despesas da guerra, devendo Napoles pagar-lhe vinte milhões de francos, a santa sé seis milhões e a Toscana quatro milhões.

Alem d'isto a mesma Austria devia conservar um corpo  20:000 homens no citado reino de Napoles até que se acabasse de pagar aquella somma e o paiz ficasse inteiramente tranquillo.

Emquanto durou a campanha dos alliados contra Napoleão, o congresso de Vienna nunca cessou com os seus trabalhos, postoque casos houve em que n'elles caminhou lenta e vagarosamente, por causa da ambição desmedida das grandes potencias, como já notámos, em se quererem apoderar dos paizes conquistados por ellas a Napoleão, questão esta que se tornou a mais grave e espinhosa de todas as que o referido congresso teve de resolver. Á Russia, que constantemente lançava avidos e insaciaveis olhos sobre a Polonia, tudo lhe parecia pouco para a satisfazer quanto n'este sentido se lhe concedesse. A Prussia, não menos avida do que a Russia, procurava com a maior insistencia fazer mão baixa em toda a Saxonia, nada querendo deixar ao seu infeliz monarcha, Frederico Augusto, accusado de alliado e fiel amigo de Napoleão Buonaparte. A insistencia obstinada d'estas duas potencias sobre taes pretensões constituiu-se n'uma poderosa causa de retardamento das resoluções do congresso, querendo todas as grandes potencias augmentar mais os seus territorios á custa dos paizes, que tinham como boas presas, feitas ao inimigo commun. De reforço á Russia e á Prussia vinha igualmente a Austria, appetitosa tambem no mais alto grau de se apoderar da Italia. O arranjo que por fim se ultimou, com relação ao ducado de Varsovia, para satisfazer a Russia, foi sancionado solemnemente pelos dois tratados, que a mesma Russia fizera com a Austria e a Prussia a 21 de abril de 1815. Pelo primeiro d'elles o imperador Alexandre cedeu ao da Austria os districtos, que pelo tratado de Vienna de 1809 tinham sido destacados da Gallicia oriental. Pelo segundo dos ditos tratados a parte do ducado de Varsovia, conhecida pelo titulo de grão-ducado de Posen, passava aos dominios do rei da Prussia, como foi accordado entre este soberano e o da Russia, segundo as demarcações designadas no artigo 1.º do referido tratado. No dia 3 de

maio havia-se tambem concluido um terceiro tratado entre a Russia, a Austria e a Prussia, pelo qual os tres respectivos soberanos declaravam, com o character de perpetuidade, a liberdade e integridade da cidade de Carcovia, constituindo-a em republica, em consequencia da referida cidade, antiga rival de Varsovia, se julgar muito importante para pertencer a qualquer das ditas tres potencias. Todo o mais do antigo ducado de Varsovia, ou com a excepção das desmembrações acima mencionadas, ficou pertencendo ao imperador da Russia e aos seus successores, que teriam o titulo de czares e reis da Polonia, alem dos mais de que já usavam. Por este modo se fixou a sorte da antiga e infeliz Polonia, cujo renascimento em um só corpo de nação, como d'antes fôra, ficou adiado de facto para melhores tempos, por que debalde se tem esperado até hoje, dando-se por este modo á Russia a quasi totalidade do ducado de Varsovia, poisque só por este modo se pôde evitar ter a Europa uma guerra aberta com aquelle imperio, a qual pouco faltou para a todo o transe se declarar, tendo a côrte de S. Petersburgo com antecipaçoão acantonado 200:000 homens no ducado de Varsovia, occupando posições escolhidas, como já vimos.

À grave questão da Polonia seguiu-se a da Saxonia, que tambem não foi menos grave e debatida. O rei da Saxonia, Frederico Augusto, que como preso pelas potencias alliadas se achava no castello de Frederichsfeld, foi por ellas posto em liberdade para se dirigir a Presbourg, nas vistas de adherir ás medidas em que se havia assentado, com relação aos seus estados. Debalde reclamou elle contra essas injustas e usurpadoras medidas, a que teve por fim de acceder, inutil e perigosa como para elle seria a sua obstinação em as rejeitar. Obrigado pois a fazer á Prussia a cedencia de uma grande parte dos seus antigos dominios, pelo tratado que com ella assignou em Vienna aos 18 do já citado mez de maio, teve de renunciar, por si e por todos os seus descendentes e successores, em favor da mesma Prussia os territorios designados no artigo 4.º do referido tratado, devendo ser especificados pelo nome de *ducado de Saxonia*, juntando

como tal o rei da Prussia aos seus titulos o de duque da Saxonia. O artigo designava o que ficava pertencendo ao antigo rei d'este estado. Depois dos referidos tratados, que foram os da maior transcendencia de que o congresso se occupou, outros mais tiveram logar, bem como convenções e ajustes reguladores da nova situação da Europa depois da guerra da França. Desejando pois os plenipotenciarios do congresso consignar n'um só documento geral o resultado de todas as negociações e accordos de que se tinham occupado, assim o fizeram por meio do tratado geral de Vienna, assignado por todos elles na data de 9 de junho de 1815. Pelo artigo 65.º do referido tratado a Hollanda, ou as antigas provincias reunidas dos Paizes Baixos, e as provincias belgas foram encorporadas n'um só estado, governado pelo principe de Orange-Nassau. Pelo artigo 93.º do sobredito tratado o imperador da Austria foi reconhecido como soberano legitimo da Istria austriaca e veneziana, da Dalmacia, das ilhas venezianas do Adriatico, das bôcas do Cattaro, da cidade de Veneza, das lagunas, e até mesmo das outras provincias e districtos da terra firme, bem como dos estados venezianos, situados na margem esquerda do Adige, dos ducados de Milão e Mantua, das provincias do Brixen e Trento, do condado de Tyrol, do Frioul austriaco e veneziano, etc.

O que fica dito é bastante para se fazer uma idéa de quaes foram os trabalhos de que o congresso de Vienna se occupou e do methodo que n'elles seguiu, cumprindo-nos portanto dar de mão ao proseguimento d'esta materia, pelo entendermos estranho ao fim a que n'este escripto nos propomos. Quanto a nós, não podemos deixar de notar que na repartição dos territorios, que se achavam á disposição do referido congresso, não se adoptou, como era para desejar, um systema fixo, ou fosse com relação aos rigorosos principios da justiça e do direito publico, ou com relação á conveniencia commum e do equilibrio geral da Europa. D'esta falta de base proveiu o não haverem discussões geraes em que devidamente se pesassem bem os interesses de todos, e o ver-se o referido congresso reduzido a adoptar uma serie de nego-

ciações separadas, nas quaes cada uma das grandes potencias se propoz a objectos differentes, não segundo a razão, a justiça e a politica, mas a satisfazer sómente os seus particulares interesses. A consequencia d'este errado systema foi portanto verem-se os plenipotenciarios do congresso obrigados a transigirem mutuamente, e a desistirem de uma parte das suas pretensões para conseguirem a outra parte, de modo que os ajustes que fizeram não contentaram nem os seus respectivos governos, nem tão pouco os povos. O odio dos polacos contra os russos tem inalteravelmente permanecido desde então até hoje; o mesmo succedeu aos saxonios, a respeito dos prussianos. Os italianos, sujeitos ao dominio austriaco, que detestavam, já presentemente d'elle se acham livres. A confederação germanica tambem ficou descontente, tendo soffrido já as modificações que se tem visto. Uma das mais importantes questões do direito, e que mais interessava a todo o universo, e que muito bem se podia ter tratado no congresso, tal como a dos direitos maritimos, ficou inteiramente em silencio, e talvez-que para não descontentar a Inglaterra, cousa de que a Europa tarde ou cedo se ha de arrepender. Emquanto aos negocios de Portugal, já vimos terem-nos os nossos plenipotenciarios ajustado tambem em separado com os plenipotenciarios inglezes, de que resultaram os tratados de que já n'outra parte fallámos. As cousas de materia geral as trataram os membros do congresso de modo que nada deixou a desejar, poisque em todo o ceremonial da etiqueta entre as testas coroadas a corôa de Portugal ficou igual com as imperiaes e as primeiras corôas da Europa. O titulo que o principe regente por effeito do tratado geral assumiu foi o de *principe regente de Portugal e Brazil*, o que equivaleu a fazer com que de facto fosse desde logo reconhecido o Brazil como reino pelas potencias da mesma Europa. Quanto á consideração que os nossos plenipotenciarios mereceram no congresso geral de Vienna, nada ficou a desejar, sobretudo a comparar-se com o pouco airoso papel, que nos congressos de Munster e de Utrecht fizeram os embaixadores de Portugal. Todavia deve notar-se que a

sua influencia na decisão das questões territoriaes não podia ser importante, como effectivamente aconteceu; mas nas questões geraes do congresso gosaram sempre de *direitos iguaes aos das côrtes mais preponderantes*, e certamente a consideração, que Portugal obteve por meio dos seus representantes entre as primeiras potencias, foi invejada por todas as demais. Este successo deve-se, é uma verdade, a uma certa combinação casual de circumstancias; mas tambem proveiu muito da reputação gloriosa, que o bravo exercito portuguez adquiriu na lucta colossal contra Buonaparte: honra lhe seja feita.

Seria para desejar que a monarchia portugueza obtivesse tambem alguma aquisição territorial, a titulo de indemnisação pelos grandes esforços que fez a bem da causa commun da Europa. E cremos que a conseguiria, se não se opozesse a isto a sua posição geographica, a qual obstará sempre a qualquer idéa d'esta especie, poisque na Europa, e por então igualmente na America (à excepção da Guyenna, cujo sacrificio era indispensavel fazer-se), Portugal não tinha outro vizinho senão a Hespanha, á custa da qual não podia n'aquella occasião pretender engrandecer-se. Mas o peor foi que nem ao menos podêmos obter Olivença, que aliás perdemos por causa da nossa guerra com a França, e da nossa alliança com a Inglaterra, havendo a mais flagrante injustiça em se nos não restituir, o que não foi por culpa dos nossos plenipotenciarios, mas sim pela da côrte do Rio de Janeiro, como já vimos. Alem d'isto deve tambem notar-se que os negocios não se tratavam no congresso de Vienna como n'um tribunal de justiça, onde cada uma das partes allega á sua vontade as razões que tem em seu favor, e onde os juizes decidem conforme as leis e a justiça. No referido congresso os membros que o compunham eram juizes e partes ao mesmo tempo, e em quasi todas as resoluções que tomavam eram sempre guiados, não tanto pela sua consciencia particular, quanto por inclinações caprichosas de alguns dos monarchas, a quem serviam e humildemente cortejavam. Portugal, pelas causas que acima expozemos,

obteve certamente toda a atenção e os elogios que lhe eram devidos; mas todas as vezes que se tratava de negócios, ou de reclamar vantagens mais positivas, os nossos plenipotenciarios não acharam apoio verdadeiro em qualquer dos outros gabinetes, sendo obrigados a lutar, por assim dizer, apenas com as suas próprias forças, e successivamente contra a propria Inglaterra, contra a França, e sobretudo contra a Hespanha. Elles proprios confessaram que a intenção manifesta do imperador Alexandre, como inferiram da conducta e do modo de fallar dos seus ministros, foi de não favorecer senão até certo ponto as pretensões dos nossos ditos plenipotenciarios, por assentar que assim convinha à sua politica, e por não dar ciumes à Inglaterra, debaixo de cuja tutela se dizia que Portugal se devia conservar¹.

Ninguém, por grande que fosse a sua dedicação à patria, podia fazer mais do que o conde de Palmella fez para nos restituir Olivença. Já quando ministro de Portugal em Cadiz conseguiu elle ultimar um tratado com o governo hespanhol, em que se nos promettia restituir Olivença. Mas como o referido governo exigia de nós em compensação uma nova demarcação de limites nas fronteiras do Brazil, que intestam com o Paraguay, o principe regente, por conselho dos seus ministros, não ratificou tal tratado. Ainda era ministro de Portugal em Cadiz, quando, vendo mallogrados os seus trabalhos para conseguir aquella restituição, recorreu a um outro expediente, tal como o de dirigir um officio a lord Wellington em 9 de novembro de 1809, no qual lhe expunha: que no caso do exercito inglez ter n'alguma epocha de operar hostilmente na Hespanha contra os francezes, em cujo caso era provavel que o exercito portuguez operasse tambem de combinação com elle, seria conveniente que na convenção, que provavelmente elle teria de fazer com o governo

¹ Declarámos de que no que acima fica dito, quanto ao juizo do congresso de Vienna, e no mais que sobre tal assumpto acrescentámos, nada mais fizemos do que guiar-nos pelo que o conde de Palmella escreveu nos officios que dirigiu para a côrte do Rio de Janeiro sobre tal assumpto.

hespanhol, para assegurar as subsistencias e os transportes do seu exercito, se consignasse fazer um tratado de alliança entre a Hespanha e Portugal, em que entrasse por condição a restituição de Olivença¹. Mas como lord Wellington nada mais pretendia então do que defender na península a Inglaterra das aggressões da França, para cujo fim muito precisalhe era a benevolencia do governo hespanhol, julgou mais conveniente aos seus intentos não fazer caso algum dos interesses de Portugal, deixando portanto de propor ao dito governo cousas que da parte d'elle não podiam deixar de lhe trazer indisposições sérias, em vez da benevolencia que d'elle pretendia, de que resultou mallograr-se tambem este expediente do conde de Palmella sobre Olivença, não fazendo o mesmo lord Wellington caso algum do seu dito officio.

Olivença, entrada no dominio portuguez em 12 de setembro de 1297, por effeito do tratado de alliança entre Portugal e a Hespanha, que nol-a cedeu por troca de Aroche e Arcena, povoações conquistadas no meado do seculo xiii pelas armas de Portugal; Olivença, cujo castello e duas ordens de muralhas que a cercam foram obras devidas ás mãos dos portuguezes; Olivença, d'onde em 20 de julho de 1641 foi repellido o vigoroso assalto, que lhe dera em 17 de setembro d'aquelle mesmo anno um exercito hespanhol, na força de 2:000 cavallos e 8:000 infantes, não fallando em varios outros acommettimentos feitos com igual resultado: finalmente Olivença, a esta castella e a esta cidade pertencendo de Olivença

nunca ter sido posta em duvida pela còrte de Madrid. A Hespanha, por causas que só ella avaliou, entrou em negociações com a republica franceza, concluindo com ella a occultas a paz de Bale, sem n'ella comprehender Portugal, que com ella estava alliado, e sem mesmo lhe dar parte da negociação, que o ominoso duque de Alcudia, condecorado por aquella occasião com o titulo de principe da Paz, levou ao fim, sonegadamente encoberto com o véu do mais resguardado segredo, com o manifesto fim de atraçoar Portugal. Foi por este facto, do soccorro portuguez prestado á Hespanha, que a França considerou o mesmo Portugal em guerra comsigo. Desde então até 1801 differentes tentativas se fizeram sem fructo algum por parte do governo portuguez, para concluir a sua paz com a França, e se o seu territorio não foi logo invadido pelos exercitos republicanos, só deveu isto á sua posição geographica, por não haver ponto algum de contacto com os dois estados. Todavia no citado anno de 1801 o ministro que dirigia o gabinete de Madrid, forçado pelas instigações de Napoleão, quando primeiro consul, invadiu com um exercito hespanhol as fronteiras de Portugal, sem que para isso tivesse motivo algum justo, e sómente para o forçar ao systema de guerra em que então se achava com a Gran-Bretanha ¹.

Com a continuação da sua guerra com a França a Inglaterra teve de assignar com ella aos 25 de março de 1802 o tratado geral de Amiens, pelo qual confirmava o que com a mesma França havia estipulado em 1 de outubro do anno anterior nos preliminares de Londres. Pelo artigo 6.º d'estes preliminares garantia-se a Portugal a integridade dos seus territorios e dominios: mas como Napoleão se empenhava seriamente em garantir á Hespanha os seus antigos estados, em que se incluia a restituição da ilha da Trindade, que a Inglaterra não queria largar por mão, tendo-se d'ella

¹ Este paragrapho é pela maior parte o preambulo da *Memoria* apresentada ao congresso de Vienna pelo conde de Palmella sobre a questão de Olivença.

apoderado durante a guerra, que fizera á Hespanha como aliada da França, o governo inglez nenhuma duvida teve, para conseguir a paz e garantir os seus interesses, sacrificar uma parte dos dominios portuguezes, tal como a praça de Olivença, em compensação da ilha da Trindade, com que quiz ficar, poisque por um artigo secreto dos citados preliminares de Londres, derogatorio do referido artigo 6.º se declarava subsistente o tratado de Badajoz, na parte em que fixava as fronteiras de Portugal e Hespanha, o que era o mesmo que garantir á mesma Hespanha a conservação da praça de Olivença no seu dominio, evidente prova da immoralidade e má fé, que o mesmo governo inglez teve para com Portugal, ao assignar o citado tratado de Amiens. Ainda assim este tratado foi depois tudo como de nenhum effeito, e a razão da nova guerra que a França declarou á Gran-Bretanha, e não obstante a Hespanha continuar na sua alliança com a França, e por este facto em guerra aberta com Inglaterra e Portugal, cujo territorio nos invadiu com as suas tropas, juntamente com as francezas em 1807, por effeito da nossa alliança com Inglaterra, nunca o governo inglez levantou jamais a sua voz em favor de Portugal, dando por caduco o citado tratado de Badajoz, ou, o que era a mesma cousa, declarando nullo e de nenhum effeito o artigo secreto dos preliminares de Londres, pelo qual havia reconhecido a praça de Olivença como dominio hespanhol, e portanto subsistente a alliança que tinha de manter a integridade do

era geral para todas as potencias da Europa. Sendo portanto o seu verdadeiro fim restabelecer a antiga ordem de cousas, isto é, remediar quanto possivel os males causados pela revolução franceza, fazendo restituir a seus donos os despojos, que Napoleão pozera debaixo do poder da França *e dos seus alliados*, era evidente que n'este caso se achava a reclamação, que os nossos plenipotenciarios fizessem para que a Hespanha nos restituisse Olivença. E se a Prussia pôde, por determinação do congresso de Vienna, privar o rei da Saxonia de uma parte tão consideravel dos seus estados, em rasão da alliança e amisade do dito rei com Napoleão, sem que esses territorios lhe tivessem n'outro tempo pertencido, também em rasão da antiga alliança da Hespanha com o mesmo Napoleão, o referido congresso devia com o mais justificado motivo obrigar a Hespanha, não a restituir-nos parte alguma dos seus antigos dominios, mas sim a praça de Olivença, nosso antigo territorio, perdido por effeito da nossa lealdade e firmeza em nos mantermos em constante guerra com a França, fazendo assim os mais importantes serviços á causa dos alliados. Pois não haveria n'isto mais justiça do que houve para que a Prussia augmentasse os seus estados á custa dos da Saxonia, que nunca lhe pertenceram? Todas estas rasões eram mais que sobejas para que os nossos plenipotenciarios se esforçassem para que o congresso de Vienna nos fizesse effectivamente restituir Olivença; mas debalde o fizeram, por não acharem para isso franco e leal apoio em potencia alguma, e nem até na propria Gran-Bretanha!

Mas alem d'estas rasões, outras mais havia também para que elles assim procedessem, taes eram: 1.^a, a de não deixarem perder a unica occasião, que se lhes offerecia a uma semelhante restituição, sendo n'esta mesma em que a Hespanha pedia a de Parma, Guastala e Plasencia, fundando-se para isso no tratado de Fontainebleau, no qual os nossos ditos plenipotenciarios fundavam também as suas instancias, mostrando que por elle havia a mesma Hespanha perdido o direito, que o de Badajoz lhe dava sobre Olivença, e por consequente que no caso d'ella não reconhecer o direito que ha-

via para Portugal alcançar a restituição d'aquella praça, e tão se exigiria em recompensa dos seus serviços aquelles mesmos estados de Parma e Plasencia, para estabelecimento de um ramo segundo da augusta casa de Bragança; 2.^a, a que a questão do tratado por este modo ficava bem separada de qualquer idéa de que a questão de Olivença podesse ser olhada como compensação da restituição da Guyenna, como pretendia a côrte do Rio de Janeiro; 3.^a, a da certeza de um exito infeliz, que não podia deixar de ter em Madrid toda a negociação, que o ministro de Portugal n'aquella côrte começasse; 4.^a, a de que seria desairoso para a nação portugueza, que nem ao menos o congresso reconhecesse o direito, que a corôa de Portugal tinha a haver aquillo que rigorosamente era seu. Fundados pois em todo o exposto, nossos ditos plenipotenciarios tinham dirigido ás potencias signatarias do tratado de Paris uma nota, datada de Viena em 19 de dezembro de 1814, historiando a perda de Olivença para Portugal, contendo os seguintes cinco quesitos: 1.^o, que o principal motivo por que este reino se achou em guerra com a França foi o soccorro, que havia prestado a Hespanha, quando a mesma França se achava em guerra com ella; 2.^o, que a guerraprehendida em 1801 por Hespanha contra Portugal, e que terminou pela cessão de Olivença, não era portanto nem justa, nem provocada; 3.^o, que o tratado de Fontainebleau e a invasão de Portugal em 1807, tendo annullado de facto o tratado de Badajoz, annullára igualmente o unico titulo pelo qual Olivença ficava pertencendo á Hespanha; 4.^o, que tendo as duas nações hespanhola e portugueza reunido os seus communs esforços durante cinco annos na mais importante das luctas, deviam elles sejar apagar os mais pequenos vestigios do systema revolucionario que as tinha desunido, e que pouco faltou para perder a ambas; 5.^o, finalmente, que a posse de Olivença nada aproveitava á Hespanha, e que a reclamação que Portugal a respeito d'ella fizera, por occasião do tratado de Paris e a promessa official que por essa occasião recebeu dos bellos officios de todas as potencias signatarias d'elle, auctori-

vam os plenipotenciarios portuguezes a acreditar que este negocio era effectivamente da competencia do congresso¹.

Não nos consta que estas instancias dos plenipotenciarios portuguezes perante os membros do congresso de Vienna fossem auxiliadas na mais pequena cousa por lord Castlereagh, nem por lord Wellington, quando na sua ausencia o substituiu como membro do referido congresso, apesar dos bons officios, que no fim da guerra promettêra prestar-nos, para se conseguir a restituição de Olivença, isto alem dos justos motivos que os deveres de gratidão lhe impunham para assim o fazer, quando d'esta boa qualidade o seu coração fosse ornado. Na correspondencia do conde de Palmella ha uma completa omissão sobre este ponto, prova evidente de que nenhum auxilio recebeu dos plenipotenciarios inglezes sobre tal assumpto, pois a tel-o d'elles conseguido (por ser muito provavel que o solicitasse), era bem de crer que não deixasse de fazer d'elle menção expressa na sua correspondencia para o Rio de Janeiro, dando-lhe grande vulto, por pequeno que fosse, como por então era costume fazer-se, com relação ás cousas de Inglaterra. Reduzido pois aos seus proprios recursos, é um facto que o conde de Palmella já em 13 de novembro de 1814 havia elaborado uma *Memoria*, para ser entregue aos plenipotenciarios do congresso, na qual mostrava a justiça, que assistia a Portugal na sua pretensão da restituição de Olivença². Contra esta reclamação se mostrou sempre pertinaz o plenipotenciario hespanhol, D. Pedro Labrador, que nenhuma duvida teve em confessar

¹ Uma outra rasão, e não menos forte do que as acima expostas, deviam elles additar ás precedentes, tal era a de que a Hespanha deixára retomar vergonhosamente Olivença pelas tropas francezas, e que tendo sido tomada a estas em 1811 pelos portuguezes, haviam estes reconquistado o que era seu, e como sua deviam em tal caso reputar Olivença, segundo o principio adoptado pelos inglezes, tendo as represas como boas presas, e represa era Olivença, á vista do facto de ter sido tomada aos francezes. Cremos pois que a falta d'esta rasão, não allegada dos nossos plenipotenciarios, foi pelo receio de se comprometterem com o governo inglez e o duque de Wellington, quando a allegassem.

² Veja o documento n.º 11.

ter recebido ordens do seu governo, para no congresso não prestar ouvidos a proposição alguma relativa á entrega de Olivença, porque decidida no mesmo congresso não trazia comsigo compensação alguma para a Hespanha, ao passo que reclamada separadamente em Madrid semelhante entrega dar-lhe-ia logar a pedir uma compensação, ou com relação aos limites da America do Sul, ou com relação a um auxilio de tropas do Brazil, para submeter os rebeldes de Buenos Ayres. O mesmo D. Pedro Cevallos, ministro dos negocios estrangeiros em Madrid, sendo requerido pelo ministro de Portugal n'aquella côrte para se proceder á entrega de Olivença, pedia tambem como compensação d'isto o auxilio das referidas tropas para aquelle fim¹, entendendo portanto que os plenipotenciarios portuguezes deviam desistir de apresentar esta materia no congresso, conselho que elles desprezaram, tendo como certo que tratá-la separadamente com o governo hespanhol pelo ministro de Portugal em Madrid, não podia jamais ter bom exito, como de facto succedeu.

Não ha duvida que por intermedio do congresso tambem o conde de Palmella e os seus dois collegas não poderam conseguir que a tão-desejada restituição de Olivença se nos fizesse effectiva; mas ainda por meio d'elle alcançaram que os membros que o compunham, e portanto os soberanos e os governos que representavam, dessem ao principe regente e á nação portugueza uma solemne e plena satisfação, reconhecendo e confessando os direitos que Portugal tinha a semelhante restituição, evidente prova da manifesta sem razão com que a Hespanha a conservava, e ainda hoje mesmo conserva em seu poder a referida praça, o que seguramente equivale a olhar-se a sua posse na mão da mesma Hespanha como uma verdadeira usurpação feita a Portugal. Assim o

¹ É curiosa uma nota dirigida pelo citado D. Pedro Cevallos ao ministro de Portugal em Madrid, na data de 5 de junho de 1815, dando como justa a continuação de Olivença debaixo do dominio hespanhol. Para se fazer idéa dos seus argumentos o leitor a achará transcripta no documento n.º 12.

testifica, postoque por outros termos, o artigo 105.º do tratado geral do congresso de Vienna, assignado no dia 9 de junho por todos os seus membros sem discrepancia de um só voto, artigo redigido pelo seguinte modo: «Artigo 105.º As potencias reconhecem a justiça das reclamações, feitas por sua alteza real, o principe regente de Portugal e Brazil, ácerca da villa de Olivença e dos mais territorios cedidos á Hespanha pelo tratado de Badajoz de 1801; e considerando que a restituição d'estes territorios é um dos meios proprios para manter entre os dois reinos da península essa boa e duradoura harmonia, cuja conservação em todas as partes da Europa tem sido o constante fim das suas decisões, ellas formalmente se obrigam a fazer por meio de conciliação os mais efficazes esforços, para que se realise a restauração dos ditos territorios a Portugal. E as potencias declaram, segundo depender de cada uma d'ellas, que este arranjo se concluirá o mais depressa possivel».

Para salvaguardar o decoro e independencia do governo portuguez da indecente situação em que lord Castlereagh o collocára de subordinado ao governo inglez, quando por seu proprio arbitrio, e sem prévio accordo com o principe regente de Portugal, estatuiu pelo artigo 10.º do tratado de Paris de 30 de maio de 1814, a obrigação expressa de se entregar a Guyenna á França, o conde de Palmella e os seus dois collegas, reconhecendo que similhante entrega era inevitavel desde a assignatura do sobredito tratado, declararam como nullo e de nenhum effeito o citado artigo, ou mais propriamente fallando, declararam nulla a sua redacção, a qual no tratado de paz geral do congresso de Vienna foi substituida nos seus dois artigos 106.º e 107.º pela seguinte fórma, fazendo depender a referida entrega sómente do arbitrio do principe regente, por consideração para com el-rei de França Luiz XVIII.

«Artigo 106.º A fim de se removerem as difficuldades que se tem posto da parte de sua alteza real, o principe regente de Portugal e Brazil, á ratificação do tratado de 1814 entre Portugal e a França, declaram que a estipulação contida

no artigo 10.º do referido tratado, e todas as que podem ter relação com elle, ficam sem effeito, substituindo-lhes de accordo com todas as mais potencias as estipulações annunciadas no artigo seguinte do presente tratado, as quaes serão as unicas que se reputam validas.

«Por meio d'esta substituição todas as outras clausulas do sobredito tratado de Paris serão mantidas e reputadas como mutuamente obrigatorias para as duas côrtes.

«Artigo 107.º Sua alteza real, o principe regente de Portugal e Brazil, para manifestar por uma incontestavel maneira a sua particular consideração para com sua magestade christianissima, obriga-se a restituir a sua dita magestade a Guyenna franceza até ao rio Oyapock, cuja embocadura está situada entre o quarto e o quinto grau de latitude norte, limite que Portugal, sempre considerou como aquelle, que tinha sido fixado pelo tratado de Utrecht.

«A epocha da entrega d'esta colonia a sua magestade christianissima será determinada, desde que as circumstancias o permittirem, por uma convenção particular entre as duas côrtes; e proceder-se-ha amigavelmente, logoque se poder fazer a fixação definitiva dos limites das Guyennas portugueza e franceza, conforme ao sentido preciso do artigo 8.º do tratado de Utrecht ¹.»

Alem dos precedentes artigos, mais dois se incluíram de disposições geraes, com relação á navegação dos rios, em que portanto se envolveu tambem Portugal, sendo o seu conteúdo o seguinte:

«Artigo 108.º As potencias, cujos estados são separados, ou atravessados pelos mesmos rios navegaveis, concordam em arranjar, por sentimento commum, tudo quanto disser respeito á navegação do rio. Para este fim nomearão commis-

¹ Quanto ao praso em que teve logar a entrega da Cayenna á França e ás negociações que a precederam, póde ver-se a nota posta a pag. 307 e 308 da segunda parte do iv volume da *Historia da guerra da peninsula* e o documento n.º 122, a que ella se refere. A convenção por effeito da qual se procedeu á citada entrega póde ver-se no documento n.º 13, relativo a esta epocha e volume.

sarios, que se ajustarão o mais tarde dentro de seis mezes depois do congresso, e que tomarão por base da sua obra os principios estabelecidos no artigo seguinte.

«Artigo 109.º A navegação desde a fonte até á desembocadura dos rios indicados no artigo precedente será perfeitamente livre; e a respeito do commercio não poderá ser interdicto a ninguem, cumprindo-se com os regulamentos de policia d'esta navegação, que se farão uniformes e o mais favoraveis que possa ser ao commercio de todas as nações.»

Taes foram pois os artigos do tratado de paz geral do congresso de Vienna, que mais immediatamente interessaram a corôa de Portugal, tendo nós já superiormente relatado as mais negociações, em que os nossos plenipotenciarios entraram com o plenipotenciario inglez, lord Castlereagh, e os motivos que na resolução d'ellas os guiaram, o que nos parece terem feito com intelligencia, probidade e patriotismo, não devendo ficar no escuro que entre as vantagens por elles conseguidas se contém igualmente a promessa que do dito lord tiveram da abolição do ominoso tratado de 1810, tão lesivo como era para a prosperidade do commercio portuguez, e portanto o acabamento das duvidas que até ali havia, sobre se elle tinha ou não o character de permanente, que muitos lhe attribuiam.

Mas os plenipotenciarios portuguezes não tiveram a tratar os negocios de Portugal sómente na commissão das oito potencias, pois os trataram tambem na *commissão* chamada *das reclamações*, á qual dirigiram as seguintes: primeira, a *indemnisação* que Portugal tinha de pedir á França, pela *contribuição* e *exacções* praticadas pelos exercitos francezes nas *tres* invasões que fizeram n'este reino. A isto respondeu o plenipotenciario francez que a Austria, Russia e Prussia tinham prescindido de qualquer pretensão d'este genero, o que a não ser assim a França se acharia na impossibilidade de satisfações a similhante respeito. A segunda reclamação foi a das *sommas*, que se pagaram ao governo francez por preço dos dois tratados de Badajoz em 1804; a esta reclamação deu-se a mesma resposta da antecedente. Alem d'isto

disseram mais a Palmella que a commissão de que fazia parte era só destinada a tratar dos interesses dos paizes, que Buonaparte tinha reunido ao imperio francez, e que por então recobravam a sua independencia, de modo que sendo as reclamações de Portugal de uma natureza inteiramente diversa, deviam tratar-se separadamente entre os plenipotenciarios das duas nações. A terceira reclamação foi relativa a restituição das propriedades publicas ou particulares, roubadas pelos francezes em Portugal, e que em França se podiam ainda encontrar; esta foi admittida de *commun accord* dos membros da commissão; porem disseram que el-rei de França se achava disposto a mandar restituir tudo quanto podesse justamente reclamar n'este genero, mas desejou que estas reclamações se satisfizessem confidencialmente, não formassem artigo no tratado de paz. A quarta era relativa aos navios portuguezes, apresados nos annos de 1805, 1806, e cujo pagamento já tinha sido em outro tempo promettido; respondeu-se que admittiriam esta reclamação, logo que se apresentassem as explicações necessarias. A quinta era relativa aos navios embargados pelo governo francez antes da ruptura das hostilidades em 1807; assentou-se que poderia seguir a sorte de iguaes reclamações, que o governo inglez tinha de fazer. A sexta finalmente era relativa ás indemnisações a que os subditos portuguezes podessem ter direito, pelos roubos que se lhes tivessem feito: foi plenamente admittida, promettendo attender a todas que se pre-

vista pois do exposto parece-nos ser um acto de justiça
tar como patriotica a conducta, que o conde de Palmella
seus dois collegas tiveram no congresso de Vienna,
o-lhes notavelmente honrosa para a sua memoria. É a
experiencia do que temos visto praticado nos anterio-
ratados, e mesmo n'alguns dos subsequentes, que nos
a a fallar assim da memoria de todos os tres respecti-
lenipotenciarios, confessando ter sido o conde de Pal-
o mais habil e benemerito diplomata que Portugal ha
no presente seculo, não sendo a amisade, nem os favo-
ue lhe devemos, que nos leva a tel-o n'esta conta, pois
ogar de favores algumas queixas d'elle temos. É bem
o por todos que os erros commettidos pelos diplomatas
qualquer nação nos tratados que se lhes confiam nego-
ou sejam erros por omissão, ou por commissão, não
m ser emendados por vontade unica dos governos, que
es para tal fim depositaram a sua confiança. Estes erros
ortanto irremediaveis, e podem ser de tal ordem, que
uzam calamidades, e até mesmo a ruina total dos seus
s. A historia da nossa diplomacia, que de ha dois secu-
esta parte conhecemos, fornece infelizmente exemplos
milhantes calamidades para a nossa patria. O tratado

no francez devia satisfazer ao portuguez. Pelo documento n.º 71
que a importancia d'estas reclamações era em dinheiro portuguez
614:851\$242 réis, e em dinheiro francez de 22.593:446 francos e
centimos, não entrando a de 813:566 francos e 66 centimos, impor-
a dos cascos e cargas dos navios portuguezes, queimados em Ro-
rt no anno de 1805 pela esquadra franceza do almirante L'Alle-
l, sendo os ditos cascos e cargas pertencentes a pessoas, que se não
aram á convenção, que a extincta junta do commercio lhes propoz.
des dos nossos ditos commissarios se terem dirigido á commissão
eza haviam primeiramente recorrido ao duque de Wellington, por
do nomeado pelas cinco grandes potencias arbitro das reclamações,
s nações estrangeiras houvessem de fazer á França. O duque po-
em paga dos importantes serviços que a nação portugueza a elle
almente lhe fizera, e á Gran-Bretanha sua patria, houve por bem
mo inadmissiveis todas, ou quasi todas as nossas ditas reclama-
como se póde ver do documento n.º 72. Tão ingrato foi para com
gal o duque de Wellington, é o mais que nos cumpre dizer.

chamado de Methwen, do nome do negociador inglez, arruinou de um golpe de mão as nascentes manufacturas de Portugal, á sombra do favor concedido aos vinhos portuguezes de pagarem na Gran-Bretanha um terço menos de direito que os vinhos de França; mas já antes do referido tratado existia em Inglaterra a favor de Portugal uma differença maior, com relação aos seus vinhos. O tratado de Madrid de 1777 excitou questões de tal ordem entre a nossa corte e Hespanha, que o governo portuguez bem depressa se decidiu em o annullar para evitar os terriveis effeitos, que d'elles se começaram logo a experimentar. Os tratados de Badajoz e Madrid fizeram-nos perder Olivença e grande parte da Guyenna. A perda de Olivença muito se tem lamentado: lamentará por parte de todo o portuguez patriota, não tanto pelo seu valor real, quanto pela honra nacional e pundonor do exercito portuguez offendidos, visto ser a difficuldade de se ter deixado sair o nosso exercito das fronteiras do reino para libertar a Hespanha e parte da França, sem menos se estipular previamente a restituição do que nos iniquamente usurpado. A contradicção das negociações e tratados, que se assignaram em Londres e Madrid com a França de differença, fez com que o tratado de Amiens revellasse em nosso prejuizo os de Badajoz e Madrid, e que a plenipotenciaria portuguez não fosse admittida no de Amiens.

nas portuguezas a interpretação das estipulações de um acto cheio de contradicções, de clausulas ambiguas e contrarias ás leis existentes, e sem expressamente as derogar. Veiu pôr um remate ao padrão de desdouro, que já havia para a memoria dos dois já citados negociadores, o tratado de alliança da mesma data do precedente, o qual, alem dos lesivos e vergonhosos artigos 6.º, 8.º e 9.º deu inteiramente sentença de garrote no commercio de escravatura, que então se fazia para o Brazil, occasionando por tal motivo todas as violencias e perdas, que soffreu a nossa navegação para a costa de Africa, obrigando-nos de mais a mais a ser parte na declaração annexa ao tratado de Vienna, a qual, sendo concebida no mesmo sentido do artigo do referido tratado de alliança, não poderam os nossos plenipotenciarios deixar de assignal-a, sem se exporem a ser excluidos de tomar parte no tratado geral do congresso e de assistirem ás suas conferencias. Para se obter o resarcimento das violencias e perdas, causadas por um tão ominoso tratado, e para igualmente se obviar a que para o futuro continuassem, segurando-se ao mesmo tempo, que não fosse incommodado o trafico do sul da equinocial, durante o tempo por que ainda existisse, firmaram-se o conde de Palmella e os seus dois collegas obrigados a concluir o tratado e convenção de 1815 com a Gran-Bretanha. Se os referidos plenipotenciarios não tomassem este partido e os cruzadores continuassem, como infallivelmente succederia, cada vez com mais vigor, as violencias e depredações contra a nossa navegação, só Deus sabe o que tal caso teria acontecido no Brazil ¹. O tratado e convenção de 1815, sendo portanto de uma natureza diametralmente opposta aos citados tratados de 1810 (pois que as estipulações d'estes são todas concessões feitas á Gran-Bretanha, sem ella nos fazer uma só, e as dos actos de 1815 contém só concessões que aquella potencia nos faz, sem que os nossos plenipotenciarios lhe fizessem alguma nova, visto

¹ *Memoria* de Ambrosio Joaquim dos Reis, incluída no officio do conde de Palmella de 27 de setembro de 1818.

que a abolição do trafico ao norte da linha já estava implicitamente promettida no tratado de 1810), seria uma fatalidade se os referidos plenipotenciarios se persuadissem, que a Inglaterra com a sua prepotencia maritima e depois de já cinco annos da data de semelhante tratado, permitto continuar o trafico como antes, sem o abolir em parte ou tempo limitado, como a França e a Hespanha o tinham.

Foi no dia 22 de junho de 1815 que o congresso deu effectivamente por findos os seus trabalhos, quando afixar ás grandes potencias os acrescimos de territorio, que lhes competiam por effeito da partilha dos reinos, que n'outro tempo sido conquistados por Napoleão achavam encorporados na França, ou nos seus alliados. Esta grave questão o que manteve o referido congresso em torpor, durante quasi quatro mezes por falta de accordo, ou receios serios em decidil-a. A final foi resolvido no modo que já n'outra parte vimos, de que resultou a assignar-se a Prussia, como se lhe promettéra pelo tratado de 1806, a Polónia, com mais uma população de 500:000 a 600:000 almas, mas, o que estava muito longe dos 10.000:000 d'almas que reclamava. Todavia outros mais engrandecimentos se fizeram na Allemanha e na margem esquerda do Rhem, que não chegasse a tamanho numero de habitantes como elle pretendia. O reino da Saxonia ficou conservando 1.200:000 almas, depois de subtrahidas as que levaram a Prussia. As outras repartições territoriaes da Europa não soffreram poucas difficuldades. A Baviera ficou assignada a França, e a Hollanda com a Belgica. O Hanover e o ducado de Weimar engrandeceram-se com alguns despojos de Prussia, que foi de Westphalia. Foi por esta occasião que o príncipe soberano da Hollanda assumiu o titulo de rei d'esta Hollanda, e o duque de Weimar, cujo filho era casado com a filha do imperador Alexandre, o do gran-duque. A Austria assignou-se pela sua parte com os paizes, que iam da margem direita do Pó até á embocadura do Cattaro, e também já vimos, a Russia, em consequencia dos tratados feitos anteriormente em Vienna, tomou effectivamente

zas polacas de que se compunha o ducado de Varlade de Thorn aggregou-se à Prussia, ficando a de dependente. Foram estes os principaes traços do tratado de paz geral de Vienna, que finalmente foi pelos respectivos plenipotenciarios no dia 9 do cide junho, com exclusão do plenipotenciario de D. Pedro Labrador, que assistiu ao acto, declarava que não tomava parte n'elle, mas que o reor copia à sua cõrte para resolver o que a seu resse por bem. Os motivos allegados, para não assir: 1.º, o ser-lhe prohibido pelas suas instrucções rte em proposições, que tivessem por fim a resti-Olivença, bem como as que fossem contrarias à e total entrega à Hespanha dos ducados de Parcia e Guastalla; 2.º, o ver que os plenipotenciaistria, Russia, Gran-Bretanha, França e Prussia, rado a si resolverem a sorte da Toscana e de Parpodendo fazer sem intervenção do rei da mesma 3.º, finalmente o ver tambem que só tinham feito de um pequeno numero de artigos do tratado de nas sessões da commissão das oito potencias, enque, sendo iguaes todos os plenipotenciarios, não hecer só n'uma parte d'elles o direito de discutir o que bem lhe aprouvesse, e na outra sómente o r, ou recusar a sua assignatura. Por esta fórma u pois o famoso congresso de Vienna, no citado unho de 1815.

os havia que todas as ambições e todos os proje-randes estadistas europeus tinham sido encami-a uma guerra geral contra a França. A esta mania filha das prepotencias de Napoleão, tudo se sacri-nte d'ella a tudo mais se deu de mão. A ella se an-ver succeder uma situação da mais bonançosa e paz, por meio da qual os povos da Europa repar-re si os seus talentos, os seus meios e a sua pro-ncia, entregando-se de novo à exploração da ri-ica, para que todos prosperassem e todos recupe

rassem os seus antigos direitos. Era justo que cada um d'elles se pudesse entregar pacificamente, conforme o seu gosto, inclinação e talento, á agricultura, ao commercio e á industria, acabando-se o temor das conspirações, das guerras e dos levantamentos militares, tão contrarios ás emprezas e especulações acima referidas. N'uma palavra pareceu chegado o momento, concluida que foi a guerra contra a França, em que a politica geral da Europa reclamava dos differentes gabinetes um futuro mais feliz para os povos, do que para elles tinham sido os passados dez annos, um futuro que, tanto para os differentes individuos, como para as diversas sociedades, pudesse ser contado por uma epocha de bonançosa fortuna, no meio das aspirações humanas durante o seculo XIX. Nas vistas de se conseguir tão importante fim, entendeu-se que sobre ás mais solidas bases devia formar-se na Europa uma especie de balança, ou de tribunal politico, por sentença do qual os assumptos d'esta natureza se regulassem, e que, para essas bases poderem ter a desejada solidez, era indispensavel tomar por norma de conducta a moralidade e a justiça, dando-se de mão a mesquinhos e momentaneos interesses. Foram estas primitivamente as vistas com que as cinco grandes potencias foram chamadas a constituir um congresso, por meio dos seus respectivos plenipotenciarios, a fim de por meio d'elle se fixarem as supracitadas bases. Foi em Vienna de Austria que o referido congresso se reuniu, como já vimos, onde formulou um tratado de paz geral, que todas as potencias da Europa assignaram, mais nas vistas dos seus particulares interesses, do que nas da sua invocada moralidade e justiça.

A Inglaterra foi n'este congresso a potencia que mais pertinazmente se mostrou egoista, porque, havendo-se tomado por base repor as cousas no mesmo estado em que estavam em 1792, nenhuma duvida teve em theoricamente concordar com este principio, de que todavia na pratica se eximiu a si propria, não querendo perder as conquistas que ás outras nações tinha feito depois d'aquelle anno na America, Africa e Asia. Caiu pois a tyrannia franceza para

e succeder a ingleza, e posto que não tão odiosa como quella foi, nem por isso deixa tambem de ser tyrannia. A monarchia universal, ideada como a ideou Napoleão, tem os como chimera poder realisar-se; mas a ideada pela Gran-Bretanha, posto que de systema mais lento e menos bellicoso para a Europa, para lá se encaminha igualmente, com mais solidos fundamentos, e tempo virá em que lhe torne tão dura, pesada e oppressiva como foi a de Napoleão Buonaparte, com a differença de lhe não ser tão facil o rrubal-a, como succedeu a esta. A Inglaterra tem marchado n tal firmeza e tamanho tacto politico, que sendo possivel, isto que muito difficil, perder a sua preponderancia maritima, pôde dizer-se impossivel perder o que já tem adquirido em todas as partes do mundo. Os recursos que desenvolveu durante a citada guerra com a França, a constancia e principios que adoptou, guiada sempre pelos seus interesses, diante dos quaes tudo sacrificou, incluindo a propria moral e justiça, e finalmente o dinheiro que espargiu e liberalizou, para alcançar a omnipotencia que no fim da dita guerra conseguiu, sem haver forças, argumento, ou razão que a obrigassem a largar as injustas conquistas que durante a tinha feito, são factos dignos da mais séria meditação de todos os homens de estado, e que provam effectivamente a muita finura e o grande tacto politico com que a Inglaterra conduziu durante o memoravel periodo em que sustentou sua dita guerra com a França, desde os fins do decimo oitavo seculo e os primeiros tres lustros do decimo nono, tendo a fortuna de ver por fim sanccionadas pelo congresso de Vienna a propriedade sua as conquistas que fizera, por meios quaes se pôde hoje dizer senhora pacifica do commercio de todo o mundo, e pontos estrategicos para o segurar ¹.

¹ Não podemos deixar de repetir n'este logar o que já na precedente pagina da guerra da peninsula dissemos, com relação ao duque de Wellington, tendo para nós que foi elle o que mais que qualquer outro de seus patricios, mais combateu pela sua notavel perseverança para o seu triumpho, que por tão bella qualidade alcançou para o engrandecimento da sua patria. Sem embargo dos desgostos que lhe acarretou a

Concluidos pois como foram os trabalhos do congresso de Vienna, passaremos agora a expor as peripecias do final e tragico desfecho do apparecimento de Napoleão em França no anno de 1815, forçado como foi por fim a deixar a Europa. Prendendo semelhante desfecho com os trabalhos do congresso de Vienna, e prendendo não menos, posto que mais remotamente, com os da guerra da península, de que mesmo Napoleão fôra o promotor e primario causador, pareceu-nos conveniente o incluir tambem n'este capitulo semelhantes peripecias. A Inglaterra declarára, como se tem visto, crua e implacavel guerra a Buonaparte, que tuita como seu perigoso e sigadal inimigo, de que resultou toda

sua ida a Londres em 1808, onde teve de responder a commissão inquerito, por causa da convenção de Cintra; sem embargo da grita que contra si teve em Inglaterra a referida convenção, em favor da qual nada mais fez que prestar a sua assignatura, Wellington não abandonou a sua empreza de na península guerrear a França em defeza da Gran-Bretanha, ainda mesmo depois do embarque dos estroçados restos do exercito de sir John Moore, desastre que em Inglaterra causou a que a opposição parlamentar capitulasse de loucura a continuação da guerra da Hespanha, sustentando que Buonaparte era invencivel no continente. Depois da sua retirada de Talavera novos clamores teve elle contra si, distinguindo-se na camara dos communs contra lord Grey, Ponsomby, Grenville e Withbread, e alguns outros dos communs. Se portanto lord Wellington tivesse contra si algum irreparavel, o seu exercito seria juntamente com elle chamados logo para o seu paiz, ficando a península inteiramente entregue ao jugo francez.

nto a peito havel-o ás mãos e victimal-o ao seu reconhecido
ncor, quanto o grande empenho que tambem n'outro tempo
ostrou Roma em alcançar Annibal, que teve de suicidar-se,
ra lhe não cair prisioneiro. Nas vistas pois de conseguir
seu intento, apenas o almirantado inglez teve a noticia da
rrota de Napoleão em Waterloo, mandou logo estabelecer
activo e vigilante cruzeiro sobre as costas occidentaes
França, para lhe tirar toda a possibilidade de se escapar
mar, para onde quer que projectasse fazel-o. O almirante
lez, lord Keith, era por então o commandante em chefe
esquadra da Mancha. Foi a elle que esta incumbencia to-
u, e foi elle o que para o pontual desempenho da sua com-
issão collocou os seus navios em estado de vigiarem cuida-
osamente todos os portos da dita costa de França, desde
est até Bayonna. Uns dos seus referidos navios constituiam
a primeira linha, havendo outros que formavam a se-
nda, sendo esta muito mais extensa, e destinada a blo-
ear todas as passagens desde Ouessant até ao cabo Finis-
ra.

Não menos de trinta embarcações de differentes lotes
achavam empregadas n'este notavel bloqueio, tendo cada
dos seus commandantes as mais positivas e terminantes
dens para não deixar escapar um só navio, sem lhe passar
vista. Era com estas disposições que a nau de linha ingle-
, a *Bellerophon*, capitão Frederic Maitland, cruzava na al-
ra de Rochefort, tendo algumas vezes comsigo a *Slaney*, a
Arcton e outros pequenos navios, que de quando em quando
destacavam, segundo o pedia o seu respectivo serviço. As
truccões de Maitland ordenavam-lhe que não desprezasse
nio algum para impedir que Buonaparte pudesse sair para
ra da França e deixasse de lhe cair nas mãos. N'ellas se
especificavam tambem todos os meios, que elle Buonaparte
lia empregar para conseguir tal fim. Ordens posteriores
recommendavam vigiar escrupulosamente as embarca-
s, que estavam na enseada da ilha de Aix, dizendo-lhe
o serviço a que ellas se destinavam, ou se presumia te-
r. A 8 de julho o almirante Hotham lhe recommendou

tambem pela sua parte que vigiasse muito cuidadosamente os portos da costa de França, e fizesse a mais escrupulosa visita a bordo de todo o navio, que encontrasse por aquellas paragens. A ter a fortuna de deparar n'algum d'elles com o general Buonaparte e a sua familia, deveria transferil-os logo para bordo da sua nau, conserval-os em boa e segura guarda, e ganhar a toda a pressa o mais proximo porto de Inglaterra, indo a Torbay de preferencia a Plymouth. Á sua chegada deveria igualmente evitar toda a communicação com a terra, e guardar o mais inviolavel segredo sobre este negocio, até ao recebimento das ordens do almirantado.

As embarcações que se achavam na enseada da ilha de Aix, como acima se diz, eram as já citadas fragatas francezas, a *la Saale* e a *Medusa*, ambas ellas destinadas pelo governo provisorio da França a conduzir Napoleão para a America, onde se suppunha que seria bem recebido. Para conseguir este fim ordenara-se ás referidas fragatas, que apparelhassem quatro horas depois do seu embarque, evitando cuidadoso o encontro de todos os navios de guerra, na intelligencia porém de que, a verem-se obrigados a acceitar combate com forças superiores, procurar-se-ia que a fragata de conserva diligenciasse, que aquella que tivesse Napoleão a bordo, se escapasse de cair nas mãos do inimigo. Conseguido que fosse ganhar a costa dos Estados Unidos, o desembarque do fugitivo deveria effectuar-se em qualquer dos seus portos o mais breve que fosse possivel. Foi no dia 8 de julho que Buonaparte se dirigiu para bordo da fragata *La Saale*, seguindo na manhã seguinte para a enseada da ilha de Aix. A bordo d'ella entretinha-se em passar revista á guarnição que estava debaixo de armas, quando a subita e inopinada apparição de uma esquadra ingleza o sobresaltou, prejudicando-lhe a impossibilidade da sua fuga, e vendo por effecto a difficuldade que havia das fragatas apparelharem lembrou-se de fugir durante a noite a bordo de um cachimarin, que o iria baldear para bordo de uma sumaca dinamarqueza, cujo commandante conveiu em o occultar, mettendo n'uma grande barrica, á qual, fazendo parte do lastro,

uns tubos, que lhe forneceriam o ar para respirar, receio de que uma minuciosa revista o descobrisse seu esconderijo, e além d'isso a sua nutrição, que não se conservava por muito tempo n'um tão apertado, e em tão incommoda posição, levaram-no a dar neste expediente. Aventurar-se a fazer a sua viagem de mar, e a atravessar n'elle o cruzeiro, faltou-lhe a coragem, preferindo antes entregar-se voluntariamente nas mãos dos seus inimigos, prova de que o amor da liberdade dominava ainda em alto grau, no estado de desconfiança que se via. Em semelhante caso era portanto evidente se havia de ir entregar ás potencias alliadas, ao mundo, ou a uma d'ellas em particular. O primeiro era-lhe difficil de executar, não o tendo feito antes, quando a occasião lh'o permittia; o segundo, o emprego de tempo, e a necessidade de para tal fim se occupar, para negociar com algum dos soberanos, o que era para elle arriscado, por se acharem já os realistas em vantagem. Bloqueado portanto em Rochefort por uma esquadra ingleza, e além d'este mal nas vesperturas pelo dissabor de ver ali arvorada a bandeira franceza, e de mais a mais o governador para abreviar a sua partida, era um aperto das circumstancias o collocaram n'uma situação desesperada.

A situação levou pois Buonaparte a entregar-se voluntariamente á Inglaterra, sem condição, nem ajuste previo. Como pois no que em tal caso faria, decidiu-se antes de mais andar o conde de Las Casas e o duque de Rovigo (Savary), a sondar o animo do capitão Maitland, comandante da nau *Bellerophon*, com o pretexto de lhe pe-
xasse sair da ilha de Aix as duas fragatas francezas mencionadas, indo Napoleão a bordo de uma d'ellas. Como isto não podesse fazer, ao menos lhe concedida para os Estados Unidos a bordo de um navio americano, a resposta de Maitland foi que lhe não podia conce-

der a saída de Rochefort a bordo de navio algum de guerra, nem também estava na sua mão o facultar-lhe semelhante saída a bordo de navio neutro, a não ter para esse fim auctorisação especial do seu chefe, o almirante Hotham. Por consenso dos dois commissionados, que por duas ou tres horas se conservaram a bordo da *Bellerophon*, o seu commandante escreveu ao dito almirante, participando-lhe a visita que tinha tido, e o pedido que se lhe fazia, a respeito do qual solicitava as ordens que tinha de executar. Durante aquelle tempo Savary expoz a Maitland que Napoleão já não era temível para ninguém, e muito menos para a Inglaterra, sendo do interesse d'ella o deixal-o partir quanto antes para a America, como pretendia. A isto respondeu o capitão inglez, que admittindo que o seu governo concedesse a Buonaparte a passagem que lhe pedia, lhe occorria perguntar quem lhe havia de garantir o não apparecer um dia na Europa para novamente a perturbar, obrigando a Inglaterra e a mesma Europa a derramarem por mais outra vez a jorros o seu sangue, e a espargirem ás mãos cheias os seus thesouros. Savary replicou que desde a saída de Napoleão da ilha de Elba uma grande mudança se tinha operado no povo francez para com elle, não lhe sendo portanto possível tornar recuperar entre elle o seu antigo ascendente. Era por esta causa que elle Napoleão se tinha resolvido a acabar tranquillamente os seus dias n'algum obscuro retiro, sem as

endo isso assim, lhe respondeu Maitland, porque não pede
le um asylo em Inglaterra? Ao exposto lhe acrescentou
ais que n'este caso elle tomaria sobre si o conduzi-lo
ra lá, *sem todavia se comprometter a cousa alguma, no
ante ao acolhimento que podesse ter*. D'esta conversação
testemunha presencial o capitão Knight, commandante
Falmouth.

Fundado pois n'esta resposta do capitão inglez, Buonaparte
cidiu-se a ir effectivamente para Inglaterra, por sua livre e
propria escolha, deixando-se assim prender na rede, que para
ua formal prisão arteiramente lhe armavam. Collocado na
trema necessidade em que se viu de tomar uma resolução,
cidiu-se por esta, não lhe restando outro algum recurso,
no superiormente já vimos. Para este fim dirigiu elle no
13 de julho uma carta ao principe regente de Inglaterra,
recebida nos seguintes termos: «Rochefort, 13 de julho de
1804. Alteza Real. Em lucta com as facções que dividem o
meu paiz, e com a inimizade das potencias da Europa, con-
tinuei a minha carreira politica. Venho como Themistocles
apresentar-me ao lar do povo britannico, pondo-me debaixo da
protecção das suas leis, que reclamo de vossa alteza real,
sendo o mais poderoso, o mais constante e o mais ge-
eroso dos meus inimigos. (Assignado) *Napoleão*.» Foram o
conde Las-Casas e o general Gourgaud os que levaram esta
carta ao capitão Maitland, o qual fez logo partir o dito gene-
ral para Inglaterra a bordo da nau *Slaney*, acrescentando
Las-Casas, que ia dispor tudo o que era necessario para re-
ber Napoleão e a sua comitiva a bordo, reiterando-lhe for-
malmente *que não estava auctorisado a estipular cousa algu-*

*mas se tinham coberto os meus olhos, caiu-me inteiramente d'elles: gemo
re as minhas faltas; censuro-as em mim com magoa do meu coração;
vigem-me ainda mais do que o terrivel castigo que me tem occasionado.*
proclamação, que contém estes protestos, pôde ver-se no documento
13 A. onde a incluimos, por não ser hoje facil encontral-a em outra
a, proclamação que devemos ao favor do nosso amigo e collega, o
Miguel Eduardo Lobo de Bulhões, primeiro official da secretaria de
do dos negocios da marinha e ultramar.

ma, *concernente á recepção de Buonaparte*, o qual se devia considerar como estando inteiramente á disposição de sua alteza real, o principe regente de Inglaterra.

No dia 14 de julho foram a bordo da *Bellerophon* o mesmo Las-Casas e o general Lallemand, que tiveram com o seu commandante uma nova conferencia, por meio da qual Las-Casas disse ter ficado entendendo, que Maitland lhes dissera que poderiam com Napoleão dirigir-se para Inglaterra, onde tratamento algum mau tinham a receiar. Acrescentando mais que o referido capitão lhes assegurára, que se o imperador se quizesse n'aquelle instante embarcar para Inglaterra, elle estava auctorisado a conduzi-lo para lá. Isto lhes assegurava Maitland, com referencia ás ordens que recebêra do almirante Hotham no dia 8 de julho, as quaes o auctorisavam a fazer o que dizia, a ter a fortuna de Napoleão lhe cair nas mãos, ao passo que Las-Casas suppoz ser isto o effeito de novas ordens, para que o recebimento do imperador fosse condigno da sua pessoa, guardando-se-lhe os respeitos que lhe eram devidos, e usando-se para com elle da benevolência, que era de esperar para com um homem caído em desgraça de uma tão alta posição, como fôra a sua. Os dois commissarios voltaram para junto de Napoleão, o qual, segundo diz o mesmo Las-Casas no seu *Memorial*, teve uma especie de conselho onde se debateu a resolução a tomar. A fugida a bordo da sumaca dinamarqueza, diz elle, pareceu impraticavel. Quanto ao cachemarin, julgou-se no mesmo caso, e entendendo-se que o cruzeiro inglez ainda podia ser reforçado, não restava mais do que, ou voltar para terra e emprender de novo a guerra civil, ou acceitar os offerecimentos do capitão Maitland, e seguir para bordo da *Bellerophon*. Tomou-se pois este partido, e então, acrescenta mais mr. Las-Casas, foi que Napoleão abraçou o expediente de escrever ao principe regente de Inglaterra; e transcrevendo a carta já acima vista, omitte-lhe a data. Mas se ella era da data do dia 13, e a conferencia tinha tido lugar no dia 14, claro está que a resolução da ida de Buonaparte para bordo da nau ingleza, com destino a seguir para Inglaterra, tinha já sido tomada por elle no dito dia 13,

isioneiro, e que de facto me succedea. Digam pois
e Las-Casas o que muito bem quizerem, o certo é
podendo Napoleão tornar para terra com segurança
essa, expondo-se já a cair nas mãos dos realistas,
tal fizesse, nem escapar por mar á vigilancia do cru-
zeiro, sem nenhuma duvida, ou n'um, ou n'outro dia,
a sorte de prisioneiro era inevitavel, e portanto o acto
de apresentação a bordo da nau ingleza não foi mais do
que um subterfugio, filho já da coacção, ou do mau estado
de espirito em que se via, julgando que por este modo illudiria o gover-
no.

Porém como for, certo é que Napoleão saíu no dia 15
de Maio da enseada da ilha de Aix, a bordo do barco *Eper-*
duzindo a direcção á nau. O vento e o mar eram-lhe contra-
o capitão Maitland enviou-lhe logo a chalupa da *Belle-*
para o transportar a bordo d'este vaso de guerra,
recebido com respeito, mas sem se lhe fazerem hon-
esta coroadada. Com elle iam os generaes Bertrand,
Montholon, e Lallemand. N'este sequito ia igualmente
um medico, qualificado como conselheiro d'estado; iam tam-
beim o sr.^o Bertrand e Montholon com seus filhos e mari-
tland veio ao encontro dos recém-chegados ao con-
vau, tirando-lhe Buonaparte n'esta occasião o seu cha-
peiro e dirigindo-lhe a palavra com uma voz firme, lhe disse:
Vir-me debaixo da vossa protecção, do vosso principe e
das leis. As suas maneiras mostravam-se extrema-

Wellington, que elle valia bem um exercito pela sua conduta, tendo sobre elle Napoleão a vantagem da prudencia. Durante a travessia, apesar da penosa situação e da incerteza em que se via, mostrou-se sempre tranquillo, de humor jovial, como por algumas vezes se viu. Fallou com muita affeição da sua mulher e do seu filho, lamentando o ver-se d'elles separado; as lagrimas borbulhavam-lhe nos olhos, ao mostrar os seus retratos ao capitão Maitland. A sua saude parecia excellente, mas era sujeito a adormecer, o que certamente provinha do esgotamento de forças de uma constituição, que tinha experimentado tão graves, duros e repetidos golpes. No dia 23 de julho passou a nau perto de Ouessant. Que idéas sobre o seu futuro não agitaria por aquella ocasião a alma afflicta de Buonaparte, ao approximar-se de um paiz de que sempre se mostrára tão fidalgo inimigo, e ao ir entregar-se humilde e voluntariamente, segundo allegava, ás mãos de um governo, que tanto do coração e com tão justa causa o detestava! Revezes da inconstante sorte n'esta variedade das cousas do mundo! Por muito tempo se conservou elle na coberta, e por mais de uma vez lançou para as costas da França um saudoso e derradeiro olhar, paiz que nunca mais tornaria a ver: todavia nada disse. Ao romper do dia 24 a *Bellerophon* estava na altura de Darmouth. Napoleão ficou admirado do aspecto grandioso da costa, e entrando na enseada de Torbay, não o ficou menos da belleza do sitio, que é celebre, e que lhe fez recordar, disse elle, Porto Ferrajo na ilha do Elba, associação de bem amargas idéas, que n'aquelle momento não podiam deixar de lhe despertar estranhas e pungentes lembranças do seu anterior estado, confrontado com aquelle em que os seus infortunios o tinham por então lançado!

Apenas a nau deitou ferro, o capitão Maitland recebeu despachos de lord Keith, e pouco depois do almirantado, que lhe ordenavam não permittir pessoa alguma de qualquer classe, ou gerarchia que fosse, subir a bordo da nau. A 26 recebeu ordem de se dirigir com ella para a enseada de Plymouth. Com a chegada da *Bellerophon* a esta cidade a curiosidade

publica augmentou-se pela mais extraordinaria maneira, tomando o aspecto de um furor insano. O mar cobriu-se logo de uma multidão de barcos, rodeando a sobredita nau, procurando todos ver o maior homem do seu tempo, e por modo tal, que as ordens previamente expedidas pelo almirantado, a fim de se conservar incommunicavel, podiam dizer-se inuteis, pois os esforços que para a sua execução empregavam as pequenas chalupas, destinadas a similhante serviço, tornavam-no quasi impraticavel. Ávidas de verem Napoleão as pessoas que iam nos citados barcos, que de certo não eram menos de mil, não olhavam para o precipicio a que se expunham de cairem ao mar e submergirem-se, nem tão pouco mostravam receio algum de ser alvo dos tiros, que de bordo da nau se lhes faziam para os intimidar. Ao vel-o a bordo, era logo acolhido por geraes acclamações, a que elle correspondia com cortezias, causando-lhe especção ver similhantes esforços, filhos de uma curiosidade, que elle nunca tinha visto manifestar-se com tamanho enthusiasmo. Com o andar do tempo esta affluencia de barcos tornou-se tanto maior, quanto com mais certeza se soube que Napoleão se recusava abertamente a ir para o exilio, que o governo inglez lhe destinava. Havendo pois receios de que elle se escapasse no meio d'estes tumultos, duas fragatas se destinaram a guardá-lo e a vigiar a *Bellerophon*, dobrando-se, e até mesmo triplicando-se a bordo d'ella as sentinellas, quer de dia, quer de noite.

Se isto lhe pôde servir de alguma satisfação, bem depressa se lhe tornou ella em amargo dissabor, causado pelo que lia nos jornaes, chegados a bordo da nau, os quaes abertamente fallavam do boato geralmente espalhado de que a elle e aos da sua comitiva lhes era prohibido o desembarque, dando-se por destino ao imperador o ir como preso para a ilha de Santa Helena, logar olhado como o mais seguro para o reter como tal. Napoleão sobresaltou-se com isto e pediu com instancia ver lord Keith, que se lhe mostrára obrigado por algumas attenções, que elle Napoleão tivera para com um seu sobrinho, o capitão Elphinstone, do setimo de hussards,

que tinha sido ferido e feito prisioneiro na batalha de Waterloo. Esta entrevista entre o almirante e o imperador teve lugar no dia 28 de julho; mas d'ella nada resultou, porque lord Keith não tinha ainda recebido do seu governo decisão alguma a seu respeito, nem ella lhe podia ser favoravel, pois que os soberanos alliados haviam unanimemente acordado considerar Napoleão como seu prisioneiro de guerra, segundo o tratado ou convenção que haviam para tal fim assignado os plenipotenciarios da Gran-Bretanha, Austria, Russia e Prussia. As disposições contidas na citada convenção eram 1.ª, declarar Buonaparte como prisioneiro das potencias alliadas; 2.ª, commetter á Gran-Bretanha o guardal-o, pela forma que mais segura e melhor lhe parecesse; 3.ª, mostrar que a mesma Gran-Bretanha acceptava o encargo, e faria as despesas inherentes a elle; 4.ª, finalmente, facultar a cada uma das mencionadas potencias o poderem ter um commissario junto da pessoa de Buonaparte, não para responder pela sua segurança, mas para attestarem a sua existencia. A França fôra tambem convidada para acceder a esta convenção, e enviar igualmente um commissario para certificar a existencia do preso, como se facultava ás mais potencias. Mr. Talleryand respondeu por uma nota, que a França acceptava o offerecimento, o qual se devia igualmente fazer a magestade catholica ⁴. O zelo do conde de Palmella não podia deixar neste caso de exigir para Portugal a prerogativa

Hespanha tal prerogativa, Portugal tambem d'ella gosaria ; mas que lhe observava que um commissario na ilha de Santa Helena não podia ter de ordenado menos de 2:000 libras. A isto replicou Palmella, que nas suas instancias buscava salvar o decoro do seu soberano e o pundonor nacional, porque quanto ao mais, o principe regente podia nomear, ou deixar de nomear commissario seu, ou podia mesmo delegar a respectiva commissão n'algun dos representantes das outras potencias, segundo o que melhor lhe parecesse. Por conseguinte a ida de Napoleão para Santa Helena, como prisioneiro das potencias alliadas, era negocio irrevogavelmente decidido pelo governo inglez, pela responsabilidade da segurança que lhe impunha a convenção, celebrada entre as respectivas potencias ¹.

Com as vistas pois de se lhe participar similhante determinação vieram de Londres para Plymouth no dia 30 de julho o almirante lord Keith, e o major general sir Henrique Bunbury, sub-secretario de estado, como portadores das definitivas instrucções do governo inglez a seu respeito. No dia 31 de julho dirigiram-se o mesmo lord Keith e sir Henrique Bunbury a bordo da *Bellerophon* entre as onze horas e o meio dia, para desempenharem junto de Napoleão a commissão, que lhes tinha dado lord Melville, primeiro lord do almirantado, sendo acompanhados por mr. Meike, secretario de lord Keith, cuja presença n'este acto se julgou necessaria, para testemunhar o que n'elle se passasse. Tendo sido annunciados a Napoleão, elle os recebeu na sua camara, onde o encontraram só com a conveniente serenidade e socego de espirito. A isto se seguiu fazer-lhes elle algumas perguntas frivolas ². Lord Keith lhe apresentou então a copia da carta de lord Melville, que continha as ordens do governo de sua

¹ Veja o documento n.º 15.

² O relatorio que vamos apresentar ao leitor é copia fiel d'aquelle que lord Castlereagh communicou ao conde de Palmella, por quem foi remetido ao seu governo em officio de 12 de agosto de 1815, copia que se acha entre a sua correspondencia, existente na secretaria d'estado dos negocios estrangeiros.

magestade britannica, e a entregou a Buonaparte. Este lhe perguntou se estava escripta em francez, e informado de que estava em inglez, pediu-lhe que lh'a traduzisse. Lord Keith começou então a ler-lh'a em francez, mas Buonaparte parecia não o comprehender bem, e havendo-lhe tirado a carta das mãos, deu-a a sir Henrique Bunbury, pedindo-lhe que lh'a lesse mais intelligivelmente. Suppoz este que Buonaparte desejaria ter uma traducção por escripto, favor que elle dispensou; mas a carta foi-lhe verbalmente lida, annunciando-lhe: «que os ministros inglezes faltariam ao seu dever para com o seu soberano e para com os alliados, se deixassem ao *general Buonaparte* os meios e a occasião de perturbar de novo a paz da Europa. Que a ilha de Santa Helena tinha sido escolhida para sua futura residencia, porque a sua situação isolada lhe permittia deixal-o mais em liberdade do que sem perigo se lhe podia conceder em qualquer outra parte. Que á excepção dos generaes Savary e Lallemand, o general Buonaparte poderia escolher tres officiaes os quaes com o seu facultativo teriam a permissão de o acompanhar a Santa Helena, tendo a liberdade de levar consigo doze creados». O mesmo documento dizia que as pessoas que o acompanhassem seriam sujeitas a certas restricções e não poderiam deixar a ilha sem auctorisação do governo britannico. Finalmente disseram-lhe que o almirante sir George Cockburn, nomeado governador geral do Cabo da Boa

Muito bem, visto que a traducção tinha sido sufficientemente
boa. Entregou-se-lhe o papel, que elle poz sobre a mesa;
mas depois de um momento de pensar, começou a protestar
solemnemente contra este procedimento do governo britan-
nico, dizendo: «que elle governo não tinha o direito de dis-
por d'elle por similhante maneira, e que n'este caso appel-
lava para o povo inglez e para as leis do paiz. Buonaparte
perguntou então qual era o tribunal para o qual elle podia
appellar contra a injustiça d'esta decisão do governo britan-
nico. Eu vim aqui, disse elle, pôr-me aos lares da vossa na-
ção, e reclamar o direito de hospitalidade; eu mesmo não
sou prisioneiro, e se o fosse, vós serieis obrigados a tratar-
me segundo o direito das gentes. Vim para o vosso paiz co-
mo um passageiro, embarquei-me n'um dos vossos navios
de guerra, depois de ter entabolado uma negociação com o
official que o commandava. Se elle me dissesse que eu seria
tratado como prisioneiro, eu não teria vindo para elle. Per-
guntei-lhe se elle me queria receber com a minha comitiva
a seu bordo e conduzir-me a Inglaterra. O capitão Maitland
não me deu o seu consentimento, senão depois de ter para
este fim recebido as ordens do seu governo. Foi portanto um
laço que se me armou. Vindo para bordo de um navio de
guerra inglez, confiei-me á hospitalidade do povo britanni-
co, como se houvesse entrado n'uma das suas cidades: um
navio e uma cidade é tudo o mesmo. Quanto á ilha de Santa
Helena, ella é a sentença da minha morte. Eu protesto con-
tra o asylo que se me designa. Pelo mesmo modo eu não que-
ro ser um prisioneiro, retido n'uma fortaleza do paiz. Exijo
ser recebido e admittido como cidadão inglez. Eu sei que
não posso aspirar aos direitos de um indigena, e que são
precisos muitos annos para obter o direito de domiciliado.
Pois bem, que o principe regente me colloque debaixo da vi-
gilancia de quem bem lhe parecer, durante o respectivo es-
paço de tempo para o obter; que se me dê uma casa de cam-
po no centro da ilha e a trinta leguas da costa; que se me
dê um commissario encarregado de examinar a minha cor-
respondencia, e de dar uma conta exacta de todas as minhas

acções, e se o principe regente deseja ter a minha palavra, eu lh'a darei talvez. Por este modo eu poderei gosar de um certo grau de liberdade individual, e dar-me ao prazer da litteratura. Em Santa Helena eu não poderei viver alem de tres mezes; a minha constituição não poderá supportar este genero de vida e n'ella morrerei. Eu estou costumado a andar a cavallo vinte boas leguas por dia: que posso eu fazer sobre este pequeno rochedo, posto na extremidade do mundo? O clima é muito quente para mim. Não, eu não irei para Santa Helena, Botany-Bay é melhor do que Santa Helena. Se o vosso governo deseja a minha morte, que m'a dê elle mesmo: para isto não vale a pena de me enviarem a Santa Helena. E que bem vos pôde fazer a minha morte? Eu não vos posso fazer mal algum; já não sou soberano, sou um simples particular; os tempos e os negocios tem mudado. Que perigo ha pois para o vosso governo em me deixar viver em Inglaterra como particular, debaixo da vigilancia que elle julgar a proposito?

«Buonaparte lembrou muitas vezes a condição com que se tinha dirigido para bordo da *Bellerophon*, insistindo sempre em que a tinha escolhido sem ser a isso forçado, e que havia preferido confiar-se á generosidade e á hospitalidade do povo britannico, a tomar qualquer outra resolução. Quando me embaraçava de ir para a casa do meu padraсто, de ir para elle, ou para casa do imperador Alexandre, que é meu am-

se-ha em França e na Italia, e custará a vida a mais de um inglez. Nunca se viu uma circumstancia igual nos annaes do mundo. Quem me obrigou portanto a tomar a resolução que abracei? A bandeira tricolor fluctuava ainda em Bordeaux, em Nantes e em Rochefort; o exercito ainda se não tinha submettido, eu podel-o-ia reunir, ou, se o preferisse, ficar escondido em França. Quem me poderia embaraçar que eu ficasse escondido durante annos entre um povo que me era dedicado? Mas preferi ficar em Inglaterra como simples particular.

«Buonaparte voltou de novo á sua negociação côm o capitão Maitland; á segurança que se lhe havia dado de ser conduzido para Inglaterra, e ás honras e atenções que lhe haviam prodigalisado o capitão Maitland e o almirante Hotham, e no fim de tudo, disse elle, foi um laço que se me havia armado; se vós ides actualmente attentar contra a minha vida, será isto cobrirem-se de uma vergonha eterna, o principe regente, o vosso governo e a nação; será uma cobardia sem exemplo. Eu sou seu inimigo, e vim entregar-me á sua discreção; eu tenho sido o maior inimigo do vosso paiz; eu vos fiz a guerra durante vinte annos; e n'esta hora eu vos fiz a maior honra, dei-vos a maior prova da minha confiança, e vim entregar-me voluntariamente entre os braços do mais constante e do mais inveterado dos meus inimigos. Lembrae-vos do que fui e do logar que occupei entre os soberanos da Europa; um pedia a minha protecção, outro dava-me a sua filha, e todos procuravam a minha amisade. Eu fui imperador reconhecido por todas as potencias da Europa, exceptuando sómente a Inglaterra. Essa mesma Inglaterra me reconheceu todavia como primeiro consul em França e tratou commigo. Napoleão voltou-se depois para a mesa, e pondo a sua mão sobre o papel, continuou: o vosso governo não tem o direito de me chamar *general Buonaparte*, eu sou pelo menos primeiro consul, e devo ser tratado como tal, se é que se faz tanto como o de tratar commigo. Na ilha do Elba fui eu lá tanto soberano como o fui sobre o throno de França; na ilha do Elba fui tanto soberano como o proprio rei de Fran-

ça; cada um de nós tinha a sua bandeira; eu tinha a minha: nós tínhamos cada um os nossos navios e as nossas tropas. As minhas, repetiu elle com um sorriso, eram em pequena escala, eu tinha 600 soldados, elle tinha 200:000; mas enfim eu fiz-lhe a guerra, bati-o, expulsei-o do paiz e destronei-o. Tudo isto não pôde todavia mudar a minha posição de maneira a privarem-me da minha preeminencia como soberano da Europa.

«Napoleão fallou sem quasi ser interrompido por lord Keith, ou por mim⁴; elle parava algumas vezes, como se esperasse alguma resposta. Eu disse-lhe que não era senão o portador dos despachos para lord Keith, que não estava portanto auctorisado a entrar em discussão, e que não podia tomar sobre mim senão ouvir as representações do *generale Buonaparte* e communicar-as aos ministros do rei. Observei-lhe que estava convencido de que o governo não fixára a sua escolha sobre a ilha de Santa Helena, senão porque a sua situação local lhe permittia gosar de um maior grau de liberdade pessoal do que em toda a Inglaterra. Buonaparte replicou immediatamente: não, não, de maneira alguma Santa Helena, eu não irei para ella. Vós não quereis seguramente ir para ella, vós senhor, nem vós mylord. Eu não saio d'aqui tornou elle a dizer, eu não irei para Santa Helena. Eu não sou um Hercules; mas vós não me levareis d'aqui. Eu prefiro morrer n'este logar. Vós tendes-me achado livre, despedi-me, e repouso-me no mesmo estado em que me achaste, e que eu

saír da *Bellerophon*, antes do governo ser informado do que **se** tinha dito n'esta occasião, e de se lhe fazer saber a sua **re**solução definitiva. Elle acrescentou, que quanto ao seu **em**barque a bordo da *Northumberland*, não o consentiria. Eu não **irei** para ella, nem sairei d'aqui, concluiu elle.

«Lord Keith julgou mesmo que quando a *Northumberland* **ch**egasse, uma similhante demora podia ser concedida a Buonaparte. Tendo consultado sobre isto a minha opinião, **re**spondi-lhe que nada lhe podia dizer sobre este ponto, e que **era** a s. s.^a a quem cumpria decidil-o.

«Buonaparte pediu-me com instancia que informasse o **g**overno de sua magestade do que se tinha passado sem a **men**or dilação. Disse-lhe que immediatamente faria o meu **re**latorio, e que eu mesmo permaneceria em Plymouth até ao **se**guinte dia, quando porventura elle tivesse ainda a **com**municar-me alguma cousa.

«Lord Keith perguntou a Napoleão se elle desejava pôr a sua resposta por escripto. Disse-lhe que não. Este senhor **ent**ende bem o francez, elle fará o processo verbal, elle está n'uma situação eminente, e deve ser homem de bem. Elle **fará** saber ao governo a resposta que lhe dei.

«Depois de um ligeiro silencio, Buonaparte retomou a **pa**lavra, tornou ao mesmo assumpto, representando particularmente que elle tinha sido livre em se dirigir ou não para o **log**ar em que estava, e que se não tinha decidido a isto **se**não por julgar que o capitão Maitland se conduziria em **con**formidade das ordens do governo, e o conduziria para um **log**ar em que estivesse com segurança. Representou elle a **il**legalidade de uma sentença de morte, ou de uma prisão **con**tra elle. O seu desejo era o de chamar formalmente as **le**is em seu favor e o povo inglez, e representar a vergonha **que** cairia sobre a nação, e particularmente sobre o governo, **se** o condemnassem. Elle renovou o seu desejo de viver em **Ing**laterra como simples cidadão, debaixo da vigilancia de um **com**missario, que de grande utilidade lhe seria no primeiro **an**no, e lhe ensinaria aquillo que elle tinha a fazer, e eu lhe **d**arei a minha palavra de honra, acrescentou elle, de não ter

parte, junto do qual elle se demorou por pouco tem

Finalisando, como aqui finalisámos, o curioso relate de sir Henrique Bunbury, declarámos que pozemos todo o mero em lhe não mutilar cousa alguma, para que o leão não discordar da nossa opinião, conheça bem a fundado de notavel fraqueza em que por aquella occasião estar a cabeça do famoso Napoleão Buonáparte, ao ver as mãos dos seus inimigos, e coagido a ir desterrado para a ilha, onde lhe causava a maior repugnancia ter de se empregando, para evitar isto, uma pratica tão la quanto inutil, como a olharia qualquer outro homem e regular juizo em circumstancias taes. Figura-se-se que a maneira afflictiva, e quasi que plangente, por redarguiu á intimação, que por parte do governo britanico se lhe fez, para ir em reclusão perpetua para a ilha de Helena, a pertinaz recusa que n'isto mostrou, e as luctações de que se serviu para a formular, preocupado pela da morte que lá ia ter, assemelha-se-nos ao incommodo e impertinente choro de uma creança, quando por uma coisa se vê obrigada a fazer aquillo que não quer, e altamente lhe repugna fazer. É esta a razão por que a antolha que a cabeça d'este grande homem apresentava manifestos signaes de transtornada, na conferencia que teve com lord Keith e sir Henrique Bunbury, e por modo de um tamanho guerreiro como elle foi, assombrando com as suas victorias, appareceu até na cidade de Paris.

que os conjurados em chusma e como á porfia sobre elle descarregavam, e ao ver entre elles a Marco Bruto, seu tão predilecto em amisade e favor, com animosa coragem e heroica sobranceira lhe diz: *tambem tu, meu filho Bruto?* E cobrindo logo em seguida com notavel sangue frio a cabeça com a toga, resignado-se offereceu aos golpes dos seus assassinos, deixando-se cair victima d'elles, com a singularidade de ir perder a vida junto da estatua do seu rival Pompeu! Um outro exemplo de não menos lastimosa pratica, mas de um animo não menos forte e resolutu que o de Julio Cesar, nos offerece um outro afamado guerreiro, tal como Annibal, cujo nome lhe ennobrece a historia, transmittindo-o aos vindouros como general illustre. Todos sabem que, vendo-se seriamente perseguido pelos romanos, depois da batalha de Zama, que o obrigou a procurar um asylo na côrte de Prusias, rei da Bithinia, resolutu recorreu, ao julgar-se por elle trahido, ao emprego de um energico e mortifero veneno, que de prevenção comsigo trazia, e por meio d'elle se poupou a affrontoso ludidrio das humilhações por que teria de passar em Roma, parecendo-lhe mais digno do seu alto renome e do seu grande saber militar entregar-se cadaver nas mãos dos seus mortaes inimigos, do que conservar uma vida para a ir miseravelmente perder por tão degradante e miseravel fórma. Tambem não é menos notavel o valor de Caio Mario Junior, quando depois da batalha de Roma, ganha por Sylla, se fez assassinar em Pernesto por um dos seus proprios soldados, para por este modo evitar cair nas mãos dos seus inimigos e subtrahir-se aos maus tractos que d'elles receberia.

Todavia não se póde dizer de Napoleão, quando collocado á frente dos seus exercitos nos campos da batalha, que a idéa da morte o preocupasse, a ponto de commetter actos de fraqueza e cobardia; mas tambem é certo que os de um comprovado valor pessoal algum tanto lhe escasseiam, o que não admira, porque officiaes generaes ha que, sendo dotados de grande valor pessoal, não têm cabeça estrategica, e vice-versa, sendo como temos por certo, que qualquer d'estes dotes não é consequencia necessaria provir um do outro.

Seja porém como for, certo é que abandonar, ou mesmo fugir da frente dos exercitos que commandava, quando os via em vespuras de perdição, ou luctando com toda a ordem de amarguras, para se salvar a si proprio, é facto que repetiu por mais de uma vez, com bastante desar para o seu nome, segundo o nosso modo de ver. Assim o praticou com o exercito que conduziu ao Egypto, e que levado por elle a um lastimoso estado de miseria e de difficil salvação, foi então que elle o abandonou, desertando d'elle para vir em França ganhar um imperio. Ainda com peor aspecto do que esta fuga se nos apresenta a sua retirada da Russia. N'ella se vê, que emquanto precisou d'esses estroncados restos do grande exercito que para lá levou: emquanto na sua desordenada marcha retrograda pelo interior d'aquelle vasto imperio lhe serviram como de guarda segura para a sua pessoa, livrando-o de cair nas mãos de alguma horda de cossacos, nunca teve pressa de se apresentar em Paris; mas chegado que foi ás fronteiras da Polonia, nenhum remorso, nem escrúpulo algum concebeu de os abandonar, para apressado voltar a Paris, apesar do voto que em sentido contrario lhe apresentaram alguns dos seus mais notaveis e predilectos generaes, que aliás eram tambem seus amigos intimos.

A retirada de Napoleão, depois da batalha de Leipsig, posto que não tão indecorosa como para elle foram as precedentes, nem por isso deixou de tambem ser feita com o mesmo caracter de segurança pessoal para elle proprio. A pressa que poz em a effectuar foi tal, que mandou saltar aos ares a ponte, que ha junto d'aquella cidade, de que resultou tornar-se impraticavel a retirada de metade do seu mesmo exercito, sacrificado como foi por similhante medida, confiada á execução do general Flahaut. Emquanto pois tratava de por similhante modo se guardar a si, n'uma retirada feita na maior desordem, indo sempre na frente dos retirados, pouco ou nada lhe importando com a sua retaguarda, coube aos generaes Macdonald e Poniatowski a perigosa honra de lhe guardarem as costas, perdendo este ultimo general heroicamente a vida em similhante commissão. Foi por este modo que che-

izen, e no dia 23 de outubro a Erfut, onde julgou norar-se; mas com a noticia dos seus novos desasamente deixou a Marmont o commando da retaguarda, deixando-lhe este general a batalha de Hanau, em Napoleão não tomou parte, procurando alcançar, que effectivamente alcançou no mesmo dia 30, referida batalha teve lugar. De Francfort saiu elle de novembro, chegando no dia 2 a Mayence, que te deixou no dia 7 do referido mez, indo no dia 9 finalmente em Paris, podendo portanto dizer-se que citada batalha de Leipsig nunca mais se lhe importos seus exercitos, que successivamente foi deixando estaguarda. Aos restos da batalha de Waterloo não menos provas do seu desamor, deixando-os tambandonos, para só tratar de si.

a no que dizemos não queremos ir tão longe, faz mr. Beauchamp, pintando Napoleão no desfeitalha de Waterloo, cedendo ao pavor que o domior tal motivo escapando-se por entre os soldados, suas proprias expressões as seguintes: «preferin-a sua vida a tudo mais, o imperador abandonou, aquelles, que por elle morriam» (tomo iv, pag. ue portanto se vê da sua conducta é, que emquanto ões de victoria elle se vangloriava e applaudia dos seus exercitos, em occasiões de desgraça nada lhe com elles. Á vista pois de semelhantes factos pareie a conducta de Napoleão, abandonando os seus por tantas vezes em occasião de desgraça, é-lhe pouco honrosa para a sua memoria, podendo até izer-se que bem pouco digna de imitação, pois na grandes capitães que o precederam, não achâmos om que possa auctorisar-se-lhe similhante conduadmira pois que em 1815 muitos dos seus proprios lh'a seguissem tambem, abandonando-o a elle, a desgraça tão terrivelmente o perseguia? Finalque não podemos deixar de notar, em conclusão do os dito, é que a maneira por que Napoleão se con-

duziu, quando se viu em desgraça, não correspondeu p~~or~~ certo ao que era de esperar de um tão notavel e afama~~do~~ guerreiro, tendo-se aliás mostrado tão orgulhoso e insolent~~e~~ no auge da sua fortuna. As suas humilhantes lamurias, p~~or~~ elle feitas ao governo inglez, e os seus manifestos receios d~~e~~ encarar a morte com animo tranquillo e nobre, de certo e s~~ão~~ tão muito longe do aphorismo stoico do: *si fractus illabatur orbis, impavidum ferient ruinae*, que superiormente attribui~~mos~~ mos n'uma nota a lord Wellington, famoso emulo da sua bri~~lhante~~ lhante fortuna.

Alem do exposto francamente confessâmos que este nota~~vel~~ vel homem de guerra o temos como um dos maiores flagel~~los~~ los da humanidade, que a Providencia Divina mandou a este mundo para seu castigo, e as tragicas peripecias da famosa revolução franceza de 1789 fizeram tão notavelmente appa~~recer~~ recer na scena politica d'aquelle tempo, elevando-o por fin~~i~~, não só a imperador dos francezes. mas até mesmo quasi que a imperador de toda a Europa. Homens ha que têm podido fazer a sua propria fortuna, felicitando os mais, outros p~~or~~ rêm se tem visto, que sobem ao auge da maior grandeza, fa~~zendo~~ zendo a desgraça de muitos, sendo d'este genero a fortuna de Napoleão Buonaparte, que tantos milhões de homens por mero capricho seu levou a perder a vida, e tão graves desgraças causou, tanto á França, como ás mais nações da Europa. Alem d'isto uma das fatalidades ligadas ao seu gover~~no~~ no foi a de que todas as suas concepções eram germens de calamidade para a especie humana, indo até contender com as nações mais afastadas da França, podendo com verdade dizer-se, que se o genio do mal não fosse uma pura allegoria, achar-se-ia elle personalisado n'este perturbador geral da Europa. Que por taes factos elle se constituiu verdugo da humanidade é cousa que não admite duvida, sendo Portu~~gal~~ gal um dos paizes ao qual mais damnos e desgraças causou, e todas ellas de muita gravidade, a ponto de que ainda hoje mesmo nenhum cidadão portuguez, em quem o amor da patria predomine, poderá jamais ouvir fallar d'elle sem lhe estigmatizar a memoria, sendo nós um d'estes. Todavia ao

chegarmos á triste narração dos seus grandes infortúnios, e ao vermol-o curvado á vergonhosa humilhação de se conformar resignado com tudo, quanto d'elle exigiu o governo britannico, seu figadal inimigo, doe-nos na verdade o coração, e a piedade nos domina para com a misera situação de um homem, que depois de ter subido pelo seu grande talento militar á maior elevação que podia ter n'este mundo, veio por fim a perder-se, caindo no abysmo da desgraça pelo seu desmedido orgulho e prepotencia, reduzido á deploravel condição de prisioneiro nas mãos do referido governo, que d'elle dispoz como quiz, pouco faltando para o metter n'uma gaiola de ferro, como seu figadal inimigo.

Não são asserções gratuitas as que acabámos de fazer, porque depois que os commissarios inglezes, que a bordo da nau *Bellerophon* foram participar a Napoleão o exilio a que o governo britannico o condemnára para a ilha de Santa Helena, em nada mais se cuidou do que em realisar tal desterro e abreviar-lhe para elle a viagem. Verdade é que a differentes meios, ou estratagemas se recorreu antes d'ella se levar a effeito, inclusivamente a projectos de envenenamento por parte de alguns seus amigos, para o subtrahirem á sorte que lhe estava destinada; mas tudo isto se baldou, sem um só lhe aproveitar. Effectivamente no dia 4 de agosto a *Bellerophon* saiu da enseada de Plymouth para o alto mar, onde no mesmo dia se lhe foi juntar a *Northumberland*, e a esquadra destinada para Santa Helena. Ao ver estas disposições Napoleão decaiu inteiramente dos seus passados furores; e submettendo-se resignadamente á sua triste sorte, deu ordem para se proceder á entrega das suas armas na mão dos seus inimigos, os quaes lhe tomaram tambem conta da sua bagagem, incluindo o seu dinheiro, que apenas subiu a 4:000 napoleões em oiro, de que foi privado, com o pretexto de se lhe tirar este poderoso meio de poder subornar alguém, e portanto fugir da ilha para onde tinha de ir. Pelas onze horas e meia do dia 7 do citado mez de agosto, lord Keith, mettendo-se a bordo da sua chalupa, dirigiu-se para a *Bellerophon*, para de bordo d'esta nau conduzir Napoleão para

bordo da *Northumberland*, prompta a seguir viagem. Por uma hora da tarde declarou elle achar-se em estado de effectuar a transferencia que d'elle se exigia, e preparada que foi a chalupa para o receber, os soldados da guarnição da nau lhe apresentaram as armas, e os tambores lhe bateram competentes tres rufos, recebendo assim ao sair da *Bellorophon* as honras que se costumam prestar aos generaes, honras que novamente se lhe tributaram a bordo da *Northumberland*, quando lá chegou. O dia 15 de agosto de 1815 anniversario do seu nascimento, foi passado durante a viagem, e posto que o santo padre tivesse n'este mesmo dia, mais em anno anterior, canonisado, para o obsequiar talvez, um santo Napoleão, destinando-o para seu patrono¹, nem por isso o protegido deixou n'aquelle de 1815 de passar pelos amargos dissabores que temos relatado, e por que continuo a passar até á sua morte. No dia 15 de outubro a *Northumberland* chegou finalmente a Santa Helena, e no seguinte desembarcou para terra o maior homem do seu seculo, militarmente fallando, o ex-imperador dos francezes, Napoleão I, no character de prisioneiro de guerra, a que o reduziu o seu orgulho e a monumental batalha de Waterloo².

¹ Assim se lê a paginas 145 do volume xvii da vida de Napoleão por sir Walter Scott, traducção franceza.

² Durante cinco annos e oito mezes permaneceu Napoleão na ilha de Santa Helena, sempre vigiado por sentinellas inglezas, postadas a certa distancia da casa de Longwood, sua habitual residencia, não podendo passar para alem do local por ellas vigiado. No fim d'aquelle espaço de tempo perdeu elle a vida, faltando-lhe quatro mezes e dez dias para contar cincoenta e dois annos de idade, por ter nascido na Corsega no dia 15 de agosto de 1769, e portanto no mesmo anno em que tambem nascêra o duque de Wellington: singular coincidência d'estes dois émulos na carreira militar! Assim acabou pois aquelle grande vulto, pungido, como supponho que seria, pelos remorsos do que fez, e ao mesmo tempo acurvado debaixo do peso de vexatorias humilhações, recebidas das mãos dos seus inimigos, o que para a sua ambição decaída forçosamente devia ser uma das suas maiores amarguras. Justo castigo do atroz assassinato do duque de Engien, com suspeitas de ser tambem auctor de outros de que certas personagens foram victimas, taes como Pichegreu, etc.

CAPITULO III

Enquanto em Portugal, concluida a guerra da península e acabadas as festas da recepção do exercito, se levantavam queixas contra os governantes, e no Brazil se baldavam as rogativas dos governadores do reino e as diligencias feitas pela Inglaterra para que o principe regente viesse da America para a Europa, o conde de Palmella tratava de obter que Portugal fosse contemplado com a quota proporcional na partilha dos 700.000:000 de francos, impostos á França pelos alliados em 1815, e que o exercito portuguez fosse igualmente contemplado no valor dos despojos, tomados aos francezes durante a citada guerra da península, valor que o parlamento inglez havia votado para o seu exercito. Injustas exigencias feitas por lord Castlereagh para que Portugal pagasse uma parte das despesas que se fizeram com a construcção das linhas de Torres Vedras, bem como a importancia dos fardamentos e armamentos, que durante a mesma guerra a Inglaterra fornecera ao exercito portuguez. O Brazil eleva-se á categoria do reino; fallece no Rio de Janeiro a rainha D. Maria I, subindo ao throno como rei de Portugal seu filho, o principe D. João, com o nome de D. João VI; casamento em Hespanha de duas infantas portuguezas, filhas d'este soberano. A formal independencia que a antiga colonia hespanhola de Buenos Ayres consegue da sua respectiva metropole, occasiona ao Brazil a necessidade de mandar occupar alguns territorios na margem oriental do rio da Prata, circumstancia que levou a Hespanha á propinquidade de querer invadir Portugal com os seus exercitos, e exacerbou consideravelmente a politica dos gabinetes das grandes potencias da Europa contra um tal procedimento, terminando a final esta questão pacificamente pelas diligencias empregadas para isto pelo conde de Palmella, e pelo seu projecto de um tratado entre Portugal e Hespanha, pelo qual esta potencia restituiria Olivença a Portugal, e o Brazil entregaria á Hespanha os territorios, que mandára occupar na margem oriental do rio da Prata.

Emquanto no congresso de Vienna se passava o que no anterior capitulo temos relatado, podendo olhar-se como complemento da guerra da península o desfecho, que na Belgica tivera a campanha n'ella sustentada no anno de 1815 por Napoleão Buonaparte, e o desastrado fim que d'ella tirou, por effeito da memoravel batalha dos campos de Waterloo, em Portugal passavam-se factos, que pintavam bem os tristes resultados da nossa tremenda lucta contra a França, e dos seis annos de porfiada e continua guerra, que a todo o transe com ella mantivemos, unido o exercito portuguez ao inglez.

As festas que ao nosso dito exercito se dedicaram, e ás felicitações que se lhe dirigiram, por effeito dos seus assignalados triumphos, com que elle pozera termo a uma das mais calamitosas epochas, se é que não a mais calamitosa por que Portugal tem passado, seguiu-se logo uma outra de intrigas, de dissensões e queixas, tanto contra os governadores do reino, como contra os ministros do Brazil, que o principeregente nomeára, apenas no Rio de Janeiro se installara a corte. Deram logar ás sobreditas queixas a indifferença estúpida, attribuida aos ministros que até 1807 tinham em Portugal gerido os negocios publicos, e por modo tal, que nem uma só medida d'elles se vira proficua, nem para a paz, nem para a guerra; a vergonhosa desmembração da praça de Olivença, cedida por elles á Hespanha pelo tratado de Badajoz em 1804; o precipitado embarque da familia real para o Brazil em 1807, e logo em seguida a invasão do exercito francez de Junot em Portugal, trazendo comsigo por natural consequencia todas as desgraças e males de que este reino por então foi victima. A apprehensão de todo o dinheiro que lhes caiu nas mãos, e de tudo mais de valor que antecipadamente ao embarque da familia real para o Brazil tinham mettido a bordo dos navios, destinados para similhante viagem, era geralmente tida como circumstancia aggravante do referido embarque e viagem, sendo esta olhada como um irreparavel testemunho da nenhuma consideração e apre-

reinar é mais alguma cousa do que passar vida regalada, **mo-**
rar em grandes e magníficos palacios, dar jantares e bailes
em salas de bem lavrados e dourados tectos com sumptuo-
sos adornos, receber grossos e lucrativos proventos, e ter fi-
nalmente a par d'isto a preponderancia e regalias do primeiro
magistrado da nação que rege, tanto na parte civil, como na
militar.

Injustas e desarrasoadas como estas queixas se nos anto-
lham, debaixo de certos pontos de vista, ellas nem por isso
deixavam de se formular com aquella apparencia de verda-
de com que a paixão costuma de ordinario pintar as cousas
 que a provocam, nem de igualmente terem por si algum
 justo fundamento, depois que viram o total esquecimento de
 Portugal por parte dos homens do governo, apenas a côrte
 se installára no Brazil, fazendo-se mais brasileiros do que os
 nascidos n'aquelle vasto paiz. O certo é que aos males que
 os portuguezes tiveram por inherentes ao total abandono em
 que ficaram, com a partida da familia real para aquelle esta-
 do, vieram logo juntar-se os do grande empenho que o prin-
 cipe regente e os seus ministros mostraram em constituir o
 mesmo Brazil em metropole da sua antiga metropole, redu-
 zindo portanto esta á condição de verdadeira colonia d'aquelle
 extenso paiz, não só pela adopção de todas as medidas con-
 ducentes a dar-lhe desde logo uma administração inteira-
 mente separada da de Portugal, mas igualmente pelo ne-
 nhum apreço em que pareciam ter as cousas d'este reino. O
 resultado d'isto foi que ao findar a guerra com a França no
 anno de 1814 já não havia forças, nem attractivos em Portu-
 gal que podessem arrancar da America a familia real para
 a Europa. Esta crença estava já tão arreigada nos fins do
 anno de 1813, que até os proprios governadores do reino,
 vendo o profundo desgosto que todos os portuguezes mani-
 festavam por similhante motivo, e vendo igualmente a pro-
 ximidade do acabamento da guerra, haviam levado á presen-
 ça do principe regente a manifestação dos seus ardentes de-
 sejos, e dos de todos os seus governados, de que sua alteza
 real voltasse novamente ao seio da sua patria. Em aviso com

bem lhe foram acceitas as provas, que lhe tinham de amor, zêlo e fidelidade a mais perfeita». Quanto pe vinda do príncipe para a Europa, nada absolutamente dizia, não podendo portanto haver duvida, de que Pa já pouco ou nada valia aos olhos do imperante, o que dia deixar de augmentar cada vez mais o geral desg todos os portuguezes, tanto por esta, como por outras causas.

A Inglaterra, seguramente nas vistas de provocar antes a separação do Brazil de Portugal, por lhe parecer por meio d'ella mais vantagens commerciaes d'aquelle paiz conseguiria, sendo para ella o commercio a unica sola, que a guia na sua politica, na sua honra e na sua real, tambem no citado anno de 1843 começou a instar príncipe regente para que da America viesse para a Europa que não podia deixar de trazer comsigo um geral desg entre os brazileiros, e por consequente motivos que os sem a tentar de prompto a sua dita separação. Já em novembro d'aquelle anno tinha o príncipe regente da terra escripto uma carta de gabinete ao príncipe regente Portugal, convidando-o a vir do Brazil para o seu paiz. Na citada carta expunha o príncipe George ao príncipe D. que havendo-se ligado na Europa as grandes potencias para a salvação commum, parecia-lhe achar-se a sula em completo estado de segurança, para que elle se sem receio voltar aos seus antigos dominios, ou a poderosas razões a isso se oppozessem, poderia em mandar o príncipe real seu filho, pois que a sua app em Portugal, e especialmente ao exercito, não podia de ser grata á nação portugueza, depois dos seus

trabalhos e honrosos feitos, tendo como cousa necessaria a presença de uma pessoa real em Portugal. O conde de Funchal, tendo sido consultado sobre este assumpto por lord Castlereagh, conformou-se inteiramente com os seus desejos, como em officio de 23 do citado mez de novembro fez saber para o Rio de Janeiro ao conde das Galveias, entendendo que muitas e graves razões faziam necessaria na Europa a presença de sua alteza real, ou a do principe real seu filho. Lord Strangford, ministro inglez no Rio de Janeiro, recebendo a citada carta de gabinete, pediu uma audiencia particular ao principe D. João, a qual lhe foi concedida no dia 28 de março de 1814, entregando-lhe n'ella a sobredita carta de convite para transferir a sua residencia para Lisboa ¹. Todavia o principe regente de Portugal não foi mais docil sobre este ponto para com o principe regente de Inglaterra do que o tinha já sido para com os governadores do reino, respondendo logo para Londres, em carta de gabinete na data de 2 de abril seguinte, confessando-se muito grato ao interesse que o principe do reino unido tomava, tanto pela prosperidade e ventura dos portuguezes da Europa, como pela da sua pro-

¹ Alguns contemporaneos houve que olharam lord Strangford como sendo o primeiro auctor da lembrança do principe regente de Portugal vir da America para a Europa ; mas isto não nos parece exacto, porque se elle escreveu no dia 20 de fevereiro para Londres sobre este assumpto, e se no dia 28 de março seguinte entregou já ao principe D. João no Rio de Janeiro uma carta do principe regente de Inglaterra (do que se não pôde duvidar, á vista do documento n.º 16), não era possivel que similhante carta fosse o resultado da participação de lord Strangford, por não caber no tempo ter esta sido recebida em Londres antes da expedição da citada carta de gabinete. O que portanto nos parece provavel é que lord Castlereagh fosse effectivamente o primario auctor da lembrança, e que d'ella fallasse ao conde de Funchal, e que este, como menos votado aos interesses da sua patria do que aos de Inglaterra, pecha de que sempre deu provas, abraçasse de prompto a idéa, e d'ella se constituísse collaborador efficaz, participando-a logo aos governadores do reino, como se vê do documento n.º 17, e que estes fossem por causa d'isto levados a pedir tambem ao principe regente o vir para a Europa, como pela sua parte fizeram, e continuaram depois a fazer.

voltar ao seu paiz natal, escreveu a lord Castlereagh em 20 de fevereiro de 1814, dizendo-lhe o seguinte: cumpriria com o meu dever, se não recommendasse verno de sua alteza real (referia-se ao principe regente da Inglaterra), a prompta volta da familia real portuguez a Europa. Os sentimentos pessoaes do principe são mente a favor d'esta medida. Comtudo talvez alguma apprehensão possa influir no espirito do mesmo principe e prevenir que elle se disponha a isso, com a mesma vontade que desejariam os outros membros da sua familia este sentimento facilmente se removeria, e sua alteza real tem dito explicitamente, que logo que a Gran-Bretanha achar, que a sua volta para a Europa é necessaria, elle accederá a qualquer intimação para esse effeito». Com a chegada a Londres do citado officio de lord Strangford coincidiu bem o acabamento da grande lucta, que a Europa comprehendêra contra a França, o que deu causa ao principe regente de Inglaterra dirigisse uma nova carta ao principe regente de Portugal, em 27 de julho do dito anno de 1814, congratulando-se com elle por semelhante successo, e portanto pela sua proxima e feliz volta aos seus domínios na Europa, bem como ao seio dos seus leaes e affeições sallos, cujo valor na guerra, e dedicação ao seu sobeja nunca deixaram de merecer os mais subidos louvor exposto acrescentava mais, que o seu ministro junto a sua alteza real o informaria das providencias que já haviam sido tomadas, para que elle e a sua real familia podessem com toda a comodidade e segurança deixar o Brazil, considerando-se no momento em que soubesse terem tido taes providencias

a contribuirem para o seu regresso ao paiz dos seus antepassados. As providencias tomadas pelo governo inglez eram as de mandar apromptar uma esquadra, que, commandada pelo almirante sir John Beresford, irmão do marechal d'este nome, se dirigisse ao Rio de Janeiro, a fim de facilitar ao principe regente de Portugal os meios de accelerar a sua partida para a Europa, e como podesse succeder que sua alteza julgasse mais a proposito effectuar a sua viagem a bordo das suas naus, cujos arranjos podiam occasionar demoras á esquadra ingleza, destinada a protegê-las, o mesmo governo inglez auctorisára lord Strangford a fazer um avanço de 100:000, ou de 110:000 libras com boas garantias (*with good securities*), a fim de mais promptamente se effectuarem similhantes arranjos.

Tão grande era o empenho, que o governo inglez tinha em levar o principe regente de Portugal a voltar para a Europa, que apesar do conde de Funchal participar a lord Castlereagh, que o principe não tinha ainda fixado a epocha de adoptar similhante resolução, e muito menos manifestado desejos de a levar desde já a effecto, nem por isso o dito lord e os seus collegas deixaram de expedir a dita esquadra para o Rio de Janeiro, com destino de conduzir, ou acompanhar o principe regente de Portugal para Lisboa. O mesmo conde de Funchal, escravo como sempre foi do governo britannico, não duvidou apoiar novamente todas as tramas, que para tal fim se urdiram em Londres, como praticou, á vista do officio que dirigiu para o Rio de Janeiro na data de 30 de julho, em que relatava, não só as providencias tomadas pelo governo inglez, mas até participava o que lord Castlereagh lhe havia communicado, com relação ao que lord Strangford lhe havia escripto do Rio de Janeiro. O conde ainda fez mais do que isto, pois tomou a resolução de dirigir tambem um officio para Lisboa ao secretario do governo, D. Miguel Pereira Forjaz, com data de 18 do citado mez de julho, expondo-lhe que seria util ao real serviço, que elle informasse os governadores do reino do que se passava em Inglaterra sobre o assumpto de que se trata, de que resultou pedirem elles

igualmente ao príncipe regente, para que se dignasse vir para a antiga séde da monarchia. Pela sua parte lord Strangford, recebendo os officios da sua côrte, não só fez entrega da carta de gabinete a sua alteza, mas até dirigiu no dia 4 de outubro ao marquez de Aguiar uma nota, relativa á partida do príncipe regente para Portugal, e á da sua real familia, nota a que o referido marquez respondeu por outra com data de 17, agradecendo a fineza do príncipe regente de Inglaterra, e ao mesmo tempo participando-lhe, que a demora de sua alteza no Brazil era 'filha da necessidade e da obrigação que tinha de moderar a impaciencia dos seus proprios desejos em se retirar para a antiga capital dos seus estados, convencido da utilidade que d'isto resultava aos seus vassallos em geral, e até particularmente aos de Portugal. Já no dia 15 do citado mez de outubro tinha o príncipe D. João escripto uma nova carta ao príncipe George, participando-lhe a firme resolução em que estava de não sair do Rio de Janeiro, dizendo-lhe: «Póde vossa alteza real ficar certo de que vivamente penhorado pela offerta que vossa alteza real acaba de fazer-me, me apressarei em pedir a sua generosa execução, logo que uma ordem de cousas seguras e permanentes, garantindo a prosperidade de uma e outra parte da minha monarchia, me apresente o desejado momento de recolher-me verdadeiramente feliz e satisfeito ao seio dos vassallos, que me chamam e me esperam com um enthusiasmo tão proprio da sua lealdade, como digno do meu amor». Ao conde de Funchal muito se lhe estranhou, em officio de 17 do citado mez de outubro, as suas condescendencias nas respostas por elle dadas a lord Castlereagh sobre o assumpto da partida de sua alteza real para Portugal, levando-se-lhe muito a mal, *que elle se houvesse com demasiada precipitação, não podendo deixar de se lhe estranhar, que tomasse a arbitrio de fazer participações em tal materia aos governadores do reino*¹.

Apesar da formal recusa do príncipe regente de Portugal

¹ Veja o já citado documento n.º 17.

em voltar á Europa, e acceitar o convite do governo inglez, **lord** Castlereagh não deixou, como já acima vimos, de levar **por** diante esta sua empreza, em que aliás se mostrava muito **empenhado**, escrevendo para o Rio de Janeiro a **lord** Strangford no dia 25 de julho de 1814, dizendo-lhe que apenas se **ultimassem** os arranjos com a França, tomaria as precisas medidas para ajudar a transportar o principe regente de Portugal e a sua real familia para os seus estados da Europa ; «e a esquadra adequada a este fim, acrescentava elle mais, teria já saído para o Brazil, se não fossem as expressões contidas na carta do principe regente de Portugal, e em um dos vossos officios de 20 de fevereiro, por onde se infere que póde ainda haver circumstancias, que impeçam que a familia real de Portugal saia do Brazil immediatamente que lá chegar a esquadra». Pela sua parte **lord** Strangford, julgando talvez que o principe D. João não resistiria ás instantes solicitações do governo inglez, nem tão pouco ás d'elle **lord**, ainda no dia 24 do citado mez de julho officiou de novo a **lord** Castlereagh, dizendo-lhe : «Os gloriosos acontecimentos que têm dado paz e independencia á Europa reviveram no principe do Brazil aquelles anciosos sentimentos de tornar a visitar o seu paiz natal, que por algum tempo tinham estado supprimidos. Sua alteza real me fez ultimamente a honra de expressar-me a sua anciosa esperança de que a Gran-Bretanha facilitaria o complemento dos seus desejos a este respeito, e que elle poderia em tal caso voltar para Portugal debaixo da mesma protecção, que o tinha levado para aquelle estado. E durante a semana passada sua alteza real me intimou quatro, ou cinco vezes, tanto em publico, como em particular, que no caso em que a Gran-Bretanha mandasse uma esquadra de navios de guerra para este logar, com o fim de o escoltar para a Europa, lhe daria particular e pessoal prazer que o almirante sir G. Moore fosse escolhido para este serviço¹. O conde Bathurst, tomando em consideração

¹ Já estava nomeado o almirante J. Beresford, quando em Londres se recebeu o supradito officio.

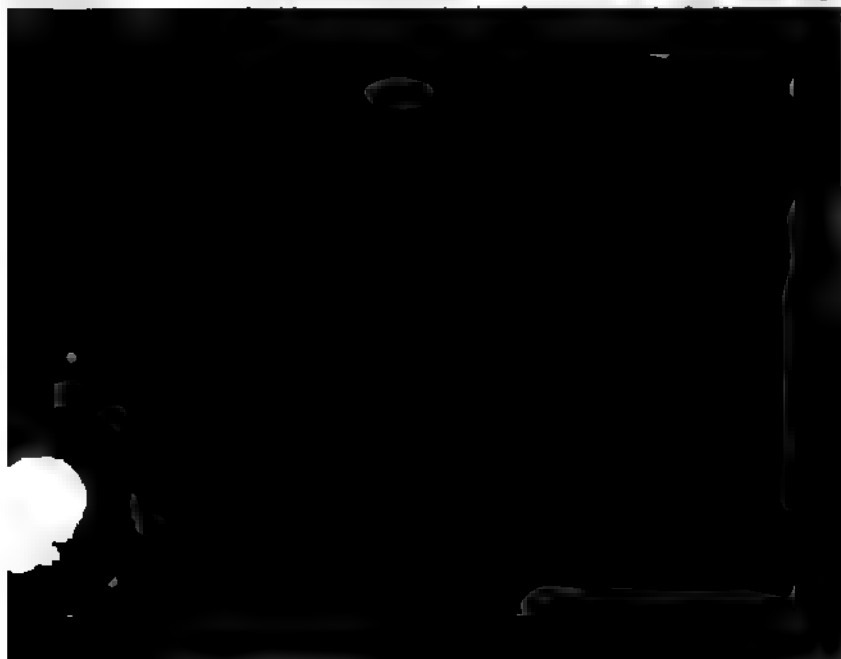
tida de uma esquadilha ingleza para o Brazil, com o
conduzir sua alteza real para a Europa. O espanto que
lhante noticia causou ao governo e ao proprio prince
gente foi na verdade extremo, dando causa a que o m
de Aguiar dirigisse a lord Stangford uma nota, na data
de dezembro, pedindo-lhe uma prompta explicação so
assumpto, explicação que o referido lord lhe deu em
2 de janeiro de 1815, dizendo-lhe que, estando pers
de que sua alteza real tinha o mais vivo desejo de ap
tar a primeira occasião favoravel de felicitar os seus
tos da Europa, dirigindo-se para Portugal, assim o
communicado ao seu governo, o qual para facilitar a r
são de similhante desejo, resolvêra mandar ao Braz
esquadra ingleza, como já seria constante a sua alteza
carta do principe regente do reino unido, de que era
dor o almirante sir John Beresford, chegado áquelle po
28 de dezembro anterior. commandando a nau *Dun*
expedição do cavalleiro Beresford, lhe dizia Stangford
respectiva nota, só tem por objecto facilitar a sua alteza
os meios de accelerar a sua partida d'este paiz, se co
julgar conveniente aproveitá-los. Não se trata de uma e
para a sagrada pessoa de sua alteza real, visto que o
propios navios podem amplamente desempenhar este
roso encargo. O abaixo assignado não occulta a s. ex.^a q
seria agradavel á sua còrte, que sua alteza real, guiad

acrescentariam, vendo no seu seio o objecto augusto e amado, alvo de todos os seus trabalhos! Que prazer, tanto para Portugal, como para o seu generoso e fiel alliado, restabelecer-se a antiga séde da monarchia portugueza em todo o esplendor! Que satisfação ver que não falta membro algum da grande familia da Europa para celebrar a volta da paz e o renascimento da ordem social! Que vantagens emfim para os proprios interesses de sua alteza real, como soberano europeu, approximar-se da metropole dos seus estados, antes de se concluirem as importantes negociações que actualmente se agitam, e prevenir assim os inconvenientes, que deve necessariamente causar a immensa distancia, que separa sua alteza real do theatro d'estas negociações, apesar de todo o zêlo e fidelidade dos seus alliados!»

Á nota de lord Strangford respondeu o marquez de Aguiar por outra com data de 15 do citado mez de janeiro, agradecendo as novas provas do especial affecto, manifestadas por mais outra vez a sua alteza real pelo principe regente do reino unido, acrescentando que, apesar d'isto e dos proprios desejos do principe seu amo, de se transferir ao seu paiz natal, tinha resolvido differir a sua viagem ainda por mais algum tempo, persuadido de que isto não sómente era util e indispensavel para o bem estar da monarchia, mas até muito particularmente para os interesses dos seus vassallos residentes em Portugal; e quanto á participação feita por elle lord Strangford ao seu governo, de que sua alteza real lhe tinha por varias vezes manifestado desejos de voltar a Portugal, e a pedir com este pretexto a expedição de uma esquadra ingleza para o Rio de Janeiro, nada mais era do que o resultado de um mal entendido, porque a manifestação dos allegados desejos de sua alteza, era cousa muito differente da fixação da epocha em que lhe conviesse realisal-os, não podendo portanto deixar de notar-se uma acceleração na expedição de tal esquadra, particularmente tendo sua alteza feito constar ao seu antigo e bom alliado, que lhe acceitaria com gratidão

a sua offerta, logo que determinasse a epocha do regresso a Portugal ¹.

Á carta do principe regente de Inglaterra responde o principe regente de Portugal, por meio de uma carta com igual data de 15 de janeiro de 1815, concebida em seguintes termos: «Senhor meu irmão e primo. Havendo vindo n'este porto a nau *Duncan*, commandada pelo almirante, sir John Beresford, tive a satisfação de receber a carta que vossa alteza real me escreveu por esta data, annunciando-me o objecto da vinda d'este distincto navio, cuja escolha, para a commissão a que vossa alteza real assignou, é certamente para mim um novo testemunho da consideração de vossa alteza real a penhorar-me por tudo o que me possa ser pessoalmente lisonjeiro e agradável. Havendo vossa alteza real ainda ter recebido a minha carta, de data de 15 de outubro, quando fez expedir aquella na qual lhe informo que a esta hora tenho vossa alteza real já recebido a quantia que foi antecipada esta medida, que só podia ter sido quando eu me dirigisse a vossa alteza real, solicito a vossa real confirmação d'este seu generoso offerecimento, e por consequência não surprehenderá a vossa alteza real em circumstancias o regresso da mesma nau, como me surprehendeu a inesperada appareição n'este porto. Persuada-se por isso vossa alteza real de que, reconhecendo eu em tudo o effeito da vossa constante amizade e consideração, que vossa alteza real tem em toda a conjunctura me tem manifestado, serei sempre



Estas repetidas instancias, directamente dirigidas ao principe regente de Portugal pelo principe regente de Inglaterra e pelos seus ministros, para conseguirem a vinda da familia real portugueza para a Europa, e indirectamente aos governadores do reino, levados tambem a fazerem as mesmas instancias, provavelmente pelas solicitações empregadas para com elles, tanto pelo conde de Funchal, empenhado em Londres para esse fim por lord Castlereagh, como pelo ministro inglez em Lisboa, levado a isso por ordens ou avisos do seu respectivo governo, eram sobeja prova de que effectivamente a medida que se lhe pedia não era por certo util a Portugal, pois que tamanho empenho por parte dos inglezes nada mais significava de que ella lhes era util a elles e prejudicial a nós, certos, como podemos estar, de que raro será o caso em que os seus obsequios para comnosco tenham outro character. Mas se isto por um lado mostrava haver justa razão na recusa do principe regente em vir para a Europa, tambem por outro lado mostrava achar-se Portugal por então condemnado a passar por colonia da sua antiga colonia, não obstante a existencia do miseravel governo local, que phantasmagoricamente o regia. Esta idéa, tão humilhante para os portuguezes, não podia deixar de os levar a um penoso estado de descontentamento geral, vendo-se de facto sem rei, e governados, não por um só capitão general, mas por tantos quantos eram os membros do referido governo e os seus secretarios. Similhante estado de cousas não podia portanto durar, e forçoso era que os ministros do principe regente na côrte do Rio de Janeiro tratassem de sair quanto antes da difficuldade em que os negocios publicos já por então se achavam em Portugal, debaixo d'este ponto de vista, porque se o Brazil não podia ser colonia da sua antiga metropole, tambem esta não se podia ver reduzida a colonia da sua antiga colonia. Nenhuma exaggeração ha no que dizemos, quanto ao character do governo local a que acima nos referimos, pois que pelo teor do decreto de 26 de outubro de 1807, e instrucções a elle annexas, as funcções dos governadores, nomeados pelo principe regente, eram de um character subalterno ao de um

governo em que reside a soberania, tornando-se portanto da mesma natureza que tinham o dos vice-reis, governadores e capitães generaes das colonias, quando o governo da monarchia tinha a sua sêde em Lisboa ¹.

Mas os inglezes não tratavam por então de especular com Portugal sómente debaixo d'aquelle ponto de vista, sem que por outro lado mostrassem ter por elle a mais pequena consideração, ou a dispensarem-lhe o mais pequeno acto de benevolencia, como praticaram para com a Hollanda e o Hannover. A perda de Olivença, que por causa d'elles soffremos, confirma essa pouca consideração de que os accusamos, fazendo um singular contraste com a obrigação, que muito a arbitrio seu nos pozeram a cargo de entregar Guyenna á França. Na contribuição de 700.000:000 de francos, que os alliados impozeram á França para pagamento das despesas feitas com a campanha de 1813, a firme tenção que tinham de não dar n'ella a mais pequena parte, o conde de Palmella a fez saber ao governo pelo seguinte modo: «A respeito da parte proporcional, que pretendiamos ter na distribuição da contribuição imposta á França, a titulo de indemnisação pelos gastos da guerra, sobre isto recusou-se lord Castlereag *in limine* a entrar na menor discussão, dizendo mui laconicamente que nem um só real se nos daria. Isto não obstante, fizemos-lhe ver, que mesmo sem fallar nos poderosissimos e bem conhecidos motivos, que tinhamos para sermos indemnizados

posição e distribuição da contribuição actual, que era cobrir meramente os gastos d'esta ultima guerra, nós tínhamos um incontestavel direito a recebermos a quota que pretendíamos, pois que havíamos feito da nossa parte um serio desembolso, em rasão dos governadores do reino terem procedido a promptar (como se via da nota de D. Miguel Pereira Forjaz, dirigida a mr. Canning em data de 25 de maio passado), os 30:000 homens estipulados na nossa accessão ao tratado de 25 de março d'este anno ¹, o que se fez em virtude da promessa do governo britannico, communicada officialmente aos ditos governadores, de que tanto com relação ao transporte, como á paga, vestuario e sustento do nosso contingente, ficava a sua despesa por conta da Inglaterra. Este argumento motivou um ataque vivissimo de mylord Castlereagh contra a conducta dos governadores, relativamente a estes não se haverem prestado a mandar fazer o embarque, que o governo lhes havia pedido, em consequencia d'esse mesmo tratado. Nós replicámos com força e verdade ao rasgo de lord Castlereagh, fazendo-lhe observar a natureza e limites dos poderes de um governo delegado, assim como tambem a validade da obrigação de um tratado antes da sua ratificação ². Com não menos energia se expressou o mesmo conde de Palmella na nota que dirigiu aos plenipotenciarios reunidos em Paris, requerendo-lhes igualmente para Portugal uma parte da contribuição imposta á França ³, tendo depois de todos estes esforços do referido conde que se conseguiu por meio de um rateio no anno de 1816 dar-se a Portugal apenas 2:000:000 de francos, para o indemnisar das despesas feitas com os preparativos do contingente, que tinha de fornecer para a campanha de 1815, o qual

¹ O principe regente de Portugal ratificou de prompto o tratado de Vienna de 25 de março de 1815; mas tendo a respectiva ratificação chegado á Europa já depois da victoria de Waterloo, tornou-se inutil a partida para a Belgica do contingente, que Portugal tinha por tal motivo de para lá mandar.

² Veja o documento n.º 21.

³ Veja o documento n.º 22.

a cada potencia belligerante competia recompensar o seu respectivo exercito. Não obstante o exposto, Cypriano Ribeiro Freire dirigiu uma nota na data de 27 de maio de 1816 a lord Castlereagh, reclamando-lhe a parte que ao exercito portuguez competia nos despojos da guerra da Peninsula, os quaes elle mesmo havia tomado aos francezes de concurso com o exercito inglez, cujo governo se havia d'elles apoderado. A esta nota respondeu Castlereagh na data de 24 de junho, dizendo que a citada somma de 800:000 libras, valor dos respectivos despojos, tinha sido votada pelo parlamento sómente para o exercito inglez; que tendo Portugal sido duas vezes libertado pelos esforços do exercito britannico, e subsidiado pelo thesouro inglez, dando-se com estas circumstancias a do exercito portuguez ter sido organizado e disciplinado por officiaes inglezes, parecia-lhe singular que a Gran-Bretanha fosse demandada para pagar uma compensação pelos despojos tomados na guerra feita ao inimigo, muito mais consistindo esses despojos em artilheria e munições de guerra que n'ella mesma se empregaram. A par d'isto havia mais a notar que Portugal se apropriára de toda a artilheria e munições tomadas em Lisboa e nos fortes adjacentes, depois das batalhas da Roliça e do Vimeiro em 1808; que igualmente se apropriára da artilheria e munições que em 1809 haviam sido tomadas no Porto, bem como na praça de Almeida em 1811, depois da batalha de Fuentes de Oñoro, e na praça de Campo Maior n'aquelle mesmo anno, e finalmente que tambem havia recebido uma porção de artilheria e dinheiro, capturado por occasião da batalha de Victoria no anno de 1812¹. Entendia pois que, á vista do exposto, devia tambem proceder-se ao valor de tudo isto, competindo em tal caso ao exercito inglez a totalidade do que se tomára em Lisboa em 1808, e tres quartas partes do que se tomára no Porto, em Almeida e Campo Maior nos annos de 1809 e 1811. O resultado

¹ Estas rasões acham-se já rebatidas pelo que sobre este ponto expozemos a pag. 442 e seguintes da parte II do volume IV da *Historia da guerra da Peninsula* por nós citadas acima.

d'isto era portanto parecer-lhe não ter por si fundamento algum a reclamação que sobre tal assumpto se lhe fazia ¹. É portanto claro que d'ella nada se conseguiria, a não se ter o marechal Beresford tão seriamente empenhado, como parte interessada que tambem era, em levar esta reclamação a bom termo por meio da sua influencia, chegando até mesmo a ir a Londres por semelhante motivo, dirigindo ao seu governo ~~um~~ requerimento, tanto em seu nome, como no do exercito portuguez por elle commandado.

Longa demasiadamente seria a commemoração do injusto e ingrato procedimento de Inglaterra para com Portugal, se quizessemos mencionar tudo quanto sobre este ponto se poderia dizer. Ainda assim não podemos aqui omittir a insolita reclamação, feita por lord Castlereagh ao ministro de Portugal em Londres na data de 3 de abril de 1817, para o pagamento de 255:793 libras sterlinas, como parte das despesas feitas com a construcção das linhas de Torres Vedras, não obstante terem sido levantadas por ordem directa de lord Wellington, e portanto sem consulta, nem fiscalisação alguma por parte do governo portuguez, cousa atroz e de revoltante escandalo para a moral, como o conde de Palmella lhe demonstrou na nota, que em 8 do referido mez de abril lhe dirigiu em resposta ², e teria Portugal sido obrigado a satisfazer aquella somma, se o proprio lord Wellington, mandado ouvir sobre este ponto, a não tivesse achado como tal, segundo o que já dissemos na nota inserida a paginas 534 do volume II da nossa *Historia da guerra da Peninsula*. Alem da precedente reclamação, outra mais fez ainda o governo inglez, pedindo ao portuguez a importancia dos fardamentos e armamentos, que fornecêra ao exercito portuguez durante a guerra. Todavia sempre se tinha entendido, por toda a correspondencia do ministro inglez em Lisboa com os governadores do reino, que a importancia de semelhantes fornecimentos não entrava nas sommas estipuladas em dinheiro.

¹ Veja o documento n.º 23.

² Veja o documento n.º 24.

Esta reclamação foi feita em 1817, quando se tratava do definitivo ajustamento das contas entre Portugal e a Inglaterra. Contra esta reclamação até o marechal Beresford se consorrou. E todavia alguém nos disse que o governo inglês encontrou a respectiva importancia na ultima prestação e tinha a pagar-nos¹. Todas estas exigencias eram de ordinario aggravadas pelo referido governo com o tom altivo e arrogador, que empregava para com o governo portuguez, sobretudo quanto ás reclamações feitas, com relação á obervancia do tratado de commercio de 19 de fevereiro de 1810 e designadamente do artigo em que se fallava da extinção da companhia dos vinhos do Alto Douro, não tendo em conta alguma a allegação, que se lhe fizera de quinze representações, feitas pelas camaras municipaes, nobreza, povo e cultivadores d'entre Douro e Minho, para que se prorogasse por mais vinte annos a referida companhia. Similhante reclamação a mandou o conde das Galveias repellir pelo conde de Funchal a quem dizia²: «A resposta que a v. ex.^a mr. Hamilton, quando lhe communicou a natureza das suas representações, não podia deixar de parecer a esta corte trança e por extremo dura, e que só poderia ter logar quando abandonados todos os meios de negociação, se não quizesse admittir outro recurso, *que não fosse o de usar do direito de força*. Portanto convem que v. ex.^a procure obter de lord Castlereagh as competentes conferencias, para tratar com elle a respeito desta e das outras matérias que se lhe offerecerem.

os representantes dos soberanos, que aconteça receberem-se respostas tão desagradáveis. Não podia deixar de causar a sua alteza real a maior surpresa a dura alternativa que v. ex.^a expressa no seu citado officio, declarando que se esse governo persistir na sua imperativa pretensão, *nos fica sempre a alternativa de lhe ceder em tudo, ou de se resolver por fim ao methodo das represalias mercantes, segundo aconselhou mr. Canning contra nós.* Para evitar naufragar em um ou outro d'estes escolhos é que se introduziram as negociações, a fim de se conseguir por uma sincera e fiel explanação das razões que assistem ás duas partes, que se reconheça a favor de qual d'ellas se pronuncia a justiça».

Tudo isto era filho não da razão, mas da má intelligencia dada aos artigos do ominoso tratado do commercio de 19 de fevereiro de 1810, para favorecer os interesses da classe commercial do seu paiz, tratado que tão poderosamente correu para a quasi total ruina da industria, commercio e navegação d'este reino; e ao passo que por um lado taes exigencias se faziam a favor dos interesses inglezes, desprezavam-se inteiramente por outro as reclamações feitas a favor dos portuguezes, por mais claras e justas que fossem. «Não podia deixar de desagradar muito, continuava a dizer o conde das Galveias, a sua alteza real a participação que v. ex.^a lhe faz de que não ha em Inglaterra um só artigo do tratado, executado como devia ser, a favor dos portuguezes, quando aqui se tem procedido com o maior escrupulo e vigilancia para que strictamente se observe tudo quanto n'elle se estipulou a favor dos vassallos inglezes». Reunido pois tudo isto com os males resultantes de se não ter negociado em 1808 um tratado, ou convenção com Inglaterra, que ao certo definisse o character que vinham ter as suas tropas em Portugal, e qual o das portuguezas e as vantagens que a umas e outras competiam, a fim de se evitarem as funestas consequencias que d'esta falta posteriormente se seguiram; reunido mais com o indecoroso character, que para Portugal se deu de governador do reino a lord Wellington e ao ministro inglez em Lisboa, ordenando-se tambem a todos os nossos diplomatas

que nada negociassem sem primeiro se entenderem com os inglezes, de que resultou não só duvidar-se, por occasião da abertura do congresso de Vienna, dos direitos para serem n'elle admittidos os plenipotenciarios portuguezes, mas até estabelecer-se a crença, que por então vogava em todas as côrtes da Europa, de que para se negociar qualquer coisa com Portugal bastava tratá-la com o governo inglez; e finalmente tudo isto reunido com a desmedida omnipotencia, que durante a guerra e depois d'ella continuava a ter o marechal Beresford, subordinando a si por meio do seu commando as chefes do exercito todas as mais auctoridades do paiz¹, não podia deixar de lançar no coração de todos os portuguezes, mais e doloroso amargo desgosto contra os governantes de Portugal e Brazil, provindo da sua abjecção a não restituição

¹ Já por carta regia de 16 de novembro de 1814, expedida ao marechal Beresford, se lhe tinham especificado as suas attribuições e poderes (veja o documento n.º 26). Malgrado como foi no seu intento de embarque do contingente portuguez para a Belgica em 1815, no mez de agosto d'este anno seguiu viagem para o Rio de Janeiro a bordo do navio *Fama*, com o fim de obter do principe regente o alto posto de marechal general do exercito, obrando como tal independentemente do governo. Chegando que foi áquella côrte, conseguiu tudo quanto pediu, nomeos o posto de marechal general, conseguindo em vez d'isso um novo regulamento para o exercito, que faz o objecto do bem conhecido alvará de 21 de fevereiro de 1816. Nesta mesma data veio tambem ao publico um novo alvara de regulamento para as ordenanças a qual se pôde

de Olivença, depois de tomada por nós aos francezes em 1811¹, bem como o insolito facto de lord Castlereagh consignar por seu proprio arbitrio no tratado de Paris de 30 de maio de 1814 o compromisso de entregarmos Guyenna á França, e da mesma sorte a sobranceria e insolencia com que lord Strangford passou ultimamente a tratar o principe regente, obrigando-o a reclamar do governo inglez a sua prompta remoção do Rio de Janeiro.

Este pouco ou nenhum apreço em que a Inglaterra tinha as reclamações do governo portuguez, e até do proprio principe regente, datava já de annos atraz, como se prova pelo testemunho do mesmo conde de Linhares, dizendo do Rio de Janeiro para Londres a seu irmão: «v. ex.^a não deve deixar de fazer conhecer a s. ex.^a, o marquez de Wellesley², que sua alteza real tem até algumas vezes temido, que se terna esfriado o affecto que sua magestade britannica lhe mostrava, o que certamente da parte de sua alteza real é bem pelo contrario, pois tendo escripto e feito participar a sua magestade britannica, que certamente eram essenciaes os seus officios, *de poucos tem recebido resposta, nem ainda aquellas que são de mera formalidade*³.» Eis-aqui o fructo que D. Rodrigo de Sousa Coutinho tirava do seu servilismo para com a Gran-Bretanha. O governo inglez nem ao menos havia annuido a que a legação ingleza no Rio de Janeiro fosse elevada ao character de embaixada, como devia ser, visto ter concordado em que a legação portugueza em Londres passasse de legação de segunda ordem a embaixada. Tão detestavel reputou isto o mesmo conde de Linhares, que teve ao principio idéas de tornar a pôr no character de legação de segunda ordem a embaixada portugueza em Londres, uma

¹ No volume viii do *Portuguez* diz-se que lord Wellington representou para o Rio de Janeiro o inconveniente de se tratar n'aquelle momento da restituição de Olivença, e que n'esta conformidade aquella corte officiára para Lisboa em 29 de abril de 1812.

² Era irmão mais velho de lord Wellington, e por então ministro de estado, na repartição dos negocios estrangeiros.

³ Officio para Londres com data de 9 de novembro de 1810.

vez que a legação ingleza no Rio de Janeiro se não tambem ao character de embaixada; mas como isto dicar os interesses de seu irmão, D. Domingos Ar Sousa Coutinho, este não só passou effectivamente character de embaixador, mas teve até mesmo o título de de Funchal. No meio de tantas baixezas do governo portuguez, rasão tinha o governo inglez de se admirar a recusa do principe regente de Portugal em ratificar o tratado de Paris de 30 de maio, e de tambem se não conformar com as repetidas instancias, que igualmente lhe fazia o Brazil voltar a Portugal. Este procedimento, considerado com a abjecta conducta que até ali se tinha tido por tudo quanto o governo inglez pretendia de nós, não deixava de trazer consigo semelhante admiração, na qual tambem muita parte a formal recusa posta pelos governantes do reino, em de prompto obedecerem á imperiosa requisição, que o governo britannico lhes mandarem embarcar para a Belgica o contingente de que já n'outra parte fallámos, levando aliás muitos que submissos não acatassem logo as suas ordens, mas na forma e teor por que o fariam os governadores das colonias.

Vê-se, pelo que temos dito, que os governantes, que dos negocios publicos se achavam, quer no Brazil, quer em Portugal, se conduziam por maneira tal, que não podiam de ser tidos pelos seus governados como altame-

vistas sómente para o Brazil. Desde que a familia real estabeleceu n'este vasto paiz a sua residencia, o seu engrandecimento começou a ter progressivo augmento, occasionando annualmente a Portugal uma consideravel emigração de todas as classes sociaes. Com a terminação da guerra da Peninsula os ministros de estado do Brazil entenderam chamar tambem para lá uma parte do exercito portuguez, nas vistas de o preservar da insurreição, que contra a sua respectiva metropole lavrava já em grande escala por varias partes das provincias hespanholas da America do sul, confinantes com as do mesmo Brazil, e da citada resolução deram conhecimento ás côrtes de Londres e Madrid os ministros de Portugal, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho (conde de Funchal), e D. José Luiz de Sousa, por meio das suas respectivas notas, não se lhes tendo feito reclamação alguma contra ellas, quer por parte de um, quer de outro governo. Este chamamento o manifestou ao exercito o marechal Beresford nas suas ordens do dia de 15 e 30 de maio de 1815, declarando-lhe que o principe regente mandava ir para aquelle estado com a maior brevidade possivel um corpo de tropas, que se denominaria *Voluntarios reaes do principe*, o qual se consideraria sempre como pertencente ao exercito de Portugal, destacado d'elle, e portanto contado na sua respectiva força. Na segunda das citadas ordens do dia dizia-se, que o principe regente *tinha grande necessidade de uma porção das suas valorosas tropas para pôr em segurança os seus estados do Brazil*. Na citada ordem do dia se achava mencionada a organização que devia ter o referido corpo, compondo-se de duas brigadas, contando 4:831 homens com 800 cavallos. Para seu commandante em chefe deu-se-lhe o tenente general Carlos Frederico Lecor, levando por seu ajudante general o marechal de campo, Sebastião Pinto de Araujo Correia. A primeira brigada teve por commandante o brigadeiro Jorge de Avilez Juzarte, e a segunda o brigadeiro Francisco Homem de Magalhães Quevedo Pizarro. Todos os officiaes do exercito foram convidados a declarar se queriam ou não fazer parte da divisão, e d'entre os que se offereceram volun-

tariamente para ella, o marechal Beresford escolheu os que reputava com mais aptidão. As vantagens foram as de terem um posto de accesso, ficarem pertencendo ao exercito de Portugal para todos os effeitos, serem as vagas de official occasionadas na divisão, em consequencia de morte, ou ferimento recebido em combate, preenchidas sómente pelos officiaes da mesma divisão, e todas as vagas que occorressem por outras quaesquer causas preenchidas pelos mesmos officiaes, em concorrência com todos os mais do exercito ¹. Os soldados foram fornecidos por contingentes dos differentes corpos, preferindo-se os que mais direito tinham a recompensas, ou que eram mais antigos, uma vez que fossem robustos. Ficaram todos elles pertencendo ao exercito de Portugal, sendo-lhes permittido regressar ao reino, logo que acabasse o motivo da expedição. No seu regresso tinham direito a reforma com o soldo por inteiro e mais um vintem por dia as praças de pret, ficando isentas dos cargos publicos e do alistamento das milicias. Julgâmos que esta divisão deveria partir para o seu destino em janeiro de 1816, pois que a sua chegada ao Rio de Janeiro parece ter sido nos fins do mez de março d'aquelle mesmo anno ².

Pelas onze horas e um quarto do dia 20 de março tinha fallecido no Rio de Janeiro com oitenta e um annos de idade a rainha D. Maria I, facto que deu logar a que o principe regente D. João, seu filho, subisse ao throno, sendo o sexto rei do seu nome baptismal, e o vigesimo setimo na ordem dos reis de Portugal. No dia 13 de maio, anniversario natalicio d'este mesmo soberano, figurou entre os despachos d'este dia o de um decreto pelo qual a divisão dos *Voluntarios reaes do principe* passou a denominar-se *Voluntarios reaes de el-rei*, augmentando-se-lhe o soldo ás suas respectivas praças de pret, soldados e officiaes inferiores. No citado mez de maio, ou talvez no anterior de abril, chegaram ao Rio de Janeiro dois

¹ Carta de lei de 1 de julho de 1815.

² Ignorâmos a data certa, tanto da saída do Tejo d'esta divisão, como a da sua chegada ao Rio de Janeiro.

emissarios hespanhoes, o general Vigodet e o padre Ceryllo, **e**ncarregados ambos elles pelo supprimido ministerio das **I**ndias em Hespanha de negociarem o casamento d'el-rei catholico, D. Fernando VII, com a infanta portugueza D. Maria Iza-**b**el, e o do infante hespanhol, D. Carlos Maria Izidoro, irmão d'aquelle soberano, com a infanta D. Maria Francisca, sendo **a**quella filha segunda, e esta filha terceira d'el-rei D. João VI. **A**s negociações que para isto se empregaram estabeleceram-**s**e e concluíram-se no meio do maior segredo, tanto na côr-**t**e do Brazil, como na de Madrid, dirigidas como foram por **i**ntermedio da rainha D. Carlota Joaquina, que entrava em **t**odas as vistas d'el-rei seu irmão, e as favorecia com toda a **i**nfluencia que tinha. Do Rio de Janeiro saíram ellas para a **E**uropa a bordo da nau portugueza *S. Sebastião*, á qual vinha **d**e conserva a fragata hespanhola *Soledad*.

Foi no dia 9 de setembro que, sem transtorno algum de **v**iagem, chegaram a Cadiz, d'onde no dia 11 partiram para **o** seu destino, parando no porto de Santa Maria, obrigadas **m**oralmente a condescender com os desejos dos seus habi-**t**antes, que lhes tinham preparado um almoço. D'ali passa-**r**am a Xerez, onde n'aquella noite descansaram, festejando **o**s seus moradores a presença d'estas augustas princezas com **l**uminarias, fogos de artificio e incessantes vivas, finezas que **e**llas lhes agradeciam com a mais agradavel maneira, che-**g**ando repetidas vezes ás janellas para satisfazerem a impa-**c**iência que todos tinham de as ver. No dia 12 foram descan-**s**ar a Utrera, onde não foram menos geraes, nem menos sin-**c**eras as demonstrações de alegria d'aquelle povo. Em Sevi-**l**ha teve a futura rainha da Hespanha de condescender com **o**s rogos, que os seus habitantes lhe dirigiram para ali se de-**m**orar tres dias. No dia que ali chegára dirigiram-se, ella e **s**ua augusta irmã, á igreja cathedral para assistirem a um so-**l**emne *Te Deum* que n'ella se cantou, passando-se os dois se-**g**uintes dias em festas e cavalhadas. No dia 16 foram pernoi-**t**ar a Carmona, d'onde no seguinte passaram a Ecija, indo **n**o dia 18 a Cordova, onde descansaram no dia 19. N'esta cidade foram hospedadas pelo respectivo bispo, recebendo-as

com tal magnificencia e primor de mesa, de illuminações e fogos, que se disse, por informação de creados, ter elle gasto n'isto 75:000 pesos fortes, incluindo duas preciosas laminas offerecidas por aquelle prelado ás suas reaes hospedas. No dia 24 descansaram em Aranjuez, indo finalmente a Madrid no dia 27, sendo em todo o seu transito acolhidas sempre com festas e acclamações analogas ás superiormente descritas. Tanto a côrte do Rio de Janeiro, como a de Madrid ligavam grandes esperanças aos enlaces matrimoniaes das duas infantas portuguezas, no que ambas as ditas côrtes se enganaram, a primeira por pensar que este seria o meio da Hespanha restituir Olivença a Portugal, o que nunca passou pela mente do governo hespanhol, e a segunda por cuidar que n'esta alliança acharia auxilios para recuperar as suas insurgidas colonias da America do sul, ao passo que D. João VI cuidava pela sua parte em se aproveitar das desordens em que ellas se achavam, para levar os limites do Brazil até á margem oriental do Rio da Prata, sendo estas as vistas com que não só mandára ir de Portugal a divisão de *Voluntarios reaes*, mas até a elevára no Rio de Janeiro ao numero de 6:000 homens, a que se aggregariam mais 2:000, idos da ilha de Santa Catharina. Era da mente do monarcha portuguez, que esta força se dirigisse a Maldonado e Montevideo, que aliás deveria occupar. Estando pois a historia de Portugal ligada por este facto com a occupação militar de Montevideo, parece-nos conveniente trazer a nossa narrativa desde a primaria origem das causas, que motivaram a ida e o emprego de uma tão grande parte, e talvez que a melhor, do exercito portuguez na America do sul.

A revolução franceza de 1789 levantára em Hespanha um numeroso partido em favor dos principios politicos por esta revolução proclamados. A paz que aos 22 de julho de 1795 a mesma Hespanha fizera com a França em Basiléa, depois da guerra do Roussillon, fez com que no seguinte anno de 1796 a Inglaterra se declarasse em aberta hostilidade contra o governo hespanhol. Foi desde então por diante que o famoso Guilherme Pitt concebeu o projecto de emancipar da

metropole as colonias hespanholas do Novo Mundo, começando pela America do sul. Circumstancias houve que por então se oppozeram á realisação de similhante projecto, do qual só em 1804 o governo inglez de novo lançou mão com a maior actividade e energia possivel. Os estados ou provincias do Rio da Prata haviam já sido elevados á categoria de vice-reinado no anno de 1778, e foi sobre aquella colonia, ou mais particularmente fallando sobre Buenos Ayres, que o almirante inglez, sir Howe Popham, depois do seu feliz successo do Cabo da Boa Esperança, por elle tomado aos holandezes aos 10 de janeiro de 1806, dirigiu outras que taes tentativas, em que a fortuna igualmente o acompanhou, aposando-se o general sir William Carr Beresford por capitulação da cidade de Buenos Ayres aos 2 de julho d'aquelle mesmo anno. Apesar do dito almirante ter respondido em Londres a conselho de guerra, e ser reprehendido pelo acto arbitrario que praticou com a tomada d'aquelle cidade, a bandeira ingleza nem por isso deixou de continuar a fluctuar n'ella como senhora por direito de conquista. Contra o seu dominio se declarou abertamente em Montevideu o subdito francez mr. Liniers, official de marinha por então ao serviço do rei de Hespanha. Foi elle o que, chamando ás armas as milicias da margem oriental do Rio da Prata, marchou á frente d'ellas contra os inglezes. A sua resolução fez enthusiasmar os buenayrenses, que em seu auxilio chamaram o dito Liniers, o qual obrigou os inglezes a capitular no dia 12 de agosto de 1807, depois de haverem experimentado severas e sentidas perdas. Liniers fez por então importantes serviços, posto á testa dos negocios publicos de Buenos Ayres, com desdenhoso desprezo do vice-rei da colonia, um fulano Sobremonte, podendo portanto olhar-se este facto como o primeiro passo, dado pelos americanos hespanhoes para a sua independencia da metropole, levando-os a prescindir dos soccorros e da officialidade europêa, desde que a necessidade da sua propria conservação e defeza os obrigou a pegar em armas, sem auxilios alguns que a Hespanha lhes fornecesse.

No anno de 1808 a Inglaterra buscou vindicar aquelle seu

grande desaire, enviando contra o Rio da Prata uma expedição respeitavel, tanto com relação ás forças de mar, como ás de terra. As d'esta especie contavam pela sua parte 10:000 homens de desembarque, tendo por commandante o general Whitelocke, que chegára a 10 de maio a Montevideo. No primeiro de julho seguinte as tropas inglezas foram postar-se na frente de Liniers e dos muros de Buenos Ayres, aos quaes deram assalto, sem que os podessem tomar, tendo perdido n'esta empreza perto de 3:500 homens, dos quaes 1:200 foram prisioneiros, sendo mortos os que vão d'este áquelle numero. Desde então a posição de Whitelocke tornou-se summamente difficil e arriscada, não tendo por si mais de 5:000 homens disponiveis, seguramente força diminuta para dominar um paiz em que cada um dos seus habitantes se havia abertamente declarado por seu fidalgo inimigo. O resultado d'isto foi o impor-lhe Liniers as condições que muito lhe aprouve, e que foram evacuar no espaço de dois meses o territorio do Rio da Prata e a cidade de Montevideo, entregando-se-lhe não só todos os prisioneiros, que elle Whitelocke perdêra, mas tambem o general Beresford, que igualmente lhe havia caído nas mãos. Esta desgraça levou o general inglez a responder no seu paiz natal a conselho de guerra o qual o julgou incapaz de servir militarmente, ao passo que Liniers foi pelo governo hespanhol promovido a brigadiero causando um grande brado em toda a Europa a victoria por

sua parte o general Elio, governador militar de Montevideu, votado como se mostrou á causa da metropole, tinha vindo á Europa, e voltára depois á America com o titulo de vice-rei e capitão general das provincias do Rio da Prata. Apenas ali chegou, intimou logo a junta de Buenos Ayres para reconhecer a auctoridade das côrtes, promettendo uma amnistia, quanto ao passado. A similhante intimação respondeu logo a junta que os americanos estavam resolvidos, ou a viver livres, ou a morrer na lucta para o conseguirem; que não podiam reconhecer-lhe a auctoridade de vice-rei; mas que ainda assim se achavam cheios de respeito para com sua magestade, el-rei D. Fernando VII. Elio, contrariado por este modo nos seus projectos, retirou-se furioso para Montevideu, declarando a junta rebelde ao rei e traidora á patria. Este acontecimento fez augmentar ainda mais a anarchia do paiz, e atizar n'elle vivamente a guerra civil de que já estava sendo victima. Na mesma cidade de Buenos Ayres se conspirava, enquanto que na margem, ou na *Banda Oriental*, se combatia. Apesar d'isto a junta mantinha-se firme na sua auctoridade, sem embargo das contrariedades, que por todos os lados a assaltavam, dando-lhe mais solidez os afortunados successos, que os independentistas tinham alcançado sobre as tropas do vice-rei. O partido d'esta auctoridade era pouco numerozo, enquanto que as fileiras dos insurgentes quotidianamente engrossavam com aquelles dos mesmos orientaes, que se tinham deixado seduzir pelas palavras magicas de *patria e liberdade*. Os buenayrenses obedeciam a dois chefes militares, *Benerides e Artigas*. O primeiro havia-se apoderado de Canelones, tendo o segundo alcançado uma assigualada victoria em S. José. Apertado assim por todos os lados, o vice-rei Elio teve de se concentrar em Montevideu, donde pediu soccorro á côrte do Rio de Janeiro.

Pela sua parte o Brazil, logo desde o momento em que a revolução rebentou nas colonias hespanholas do Rio da Prata, previu bem, entre as suas fataes consequencias, a sua independencia da metropole. Victima como estava sendo a Hespanha de uma longa e encarniçada guerra, como aquella que

por então se via obrigada a manter contra a França, mal tendo forças para a sustentar, de nenhuma maneira as tinha para sujeitar á sua obediencia os independentistas da America. Não admira pois que a côrte do Rio de Janeiro, ante- vendo a desmembração das referidas colonias, procurasse no meio da sua effervescencia revolucionaria estender os limites do Brazil até á margem oriental do rio da Prata, por ser onde a natureza lhe parecia mais appropriadamente fixal-os, assenhoreando-se para esse fim do Uruguay, e portanto de Maldonado e Montevideu ¹. Com estes motivos de ambição e proprio engrandecimento reunia-se igualmente o seu muito desejo de evitar o contagio revolucionario nas suas mesmas provincias do sul, e mais particularmente na do Rio Grande. Apesar pois do dismantelamento das suas finanças a côrte do Rio de Janeiro, a pretexto de interpor tambem sua mediação entre as colonias hespanholas do Rio da Prata e a sua respectiva metropole, reuniu na sua dita provincia do Rio Grande de S. Pedro no mez de setembro de 1810 uma força de 6:000 para 7:000 homens, entre tropa de linha e milicias, destinada a fazer respeitar a sua mediação. Do Rio Grande avançaram as tropas brasileiras sobre o Paraguay indo até Montevideu, de que se apossaram sem resistencia ou antes com decidido applauso dos seus moradores, media-

¹ Era tal a avidez do Brazil em ficar senhor dos territorios da margem oriental do Rio da Prata, que até chegou a não desistir de

a que fortemente se oppoz a Gran-Bretanha, cujo ministro na côrte do Rio de Janeiro, lord Strangford, assim o fez saber ao governo do Brazil. De similhante circumstancia mandára aquella côrte dar parte ao governo inglez, por officio dirigido ao ministro de Portugal em Londres, datado de 9 de novembro d'aquelle mesmo anno. allegando que, tendo os revolucionarios de Buenos Ayres expedido um corpo de exercito para passar o Paraná e atacar Montevideu, cousa que seguramente expunha a grande risco de ser por elles igualmente atacado o Rio Grande de S. Pedro e o Rio Pardo, logo que se apoderassem d'aquella cidade, necessario lhe foi expedir ordens ao governador e capitão general d'aquelles pontos, para fazer retirar immediatamente as tropas insurgentes, obrigando-as a dispersar, quando porventura invadissem o paiz das missões. Foram estas as causas que levaram o governador e capitão general do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Sousa, a avançar com as tropas de que dispunha pelo territorio do Uruguay, indo triumphalmente até Maldonado, pacificando sem maior obstaculo todos os povos, que haviam sido assolados ou roubados pelos buenayrenses. Alem d'estas rasões a mesma côrte do Brazil expunha mais, que tendo apparecido em Montevideu um partido forte, que reconhecia D. Fernando VII e os direitos eventuaes da princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina, vira-se forçada a apoiar esse partido, fornecendo-lhe os auxilios que estavam ao seu alcance. Effectivamente a junta de Buenos Ayres, não tendo sido reconhecida em Cordova e Montevideu, mandára tropas suas, tanto para uma, como para outra parte para se fazer obedecer. Eram estas as que effectivamente ameaçavam sublevar as provincias do sul do Brazil no sentido da desmembração d'ellas do Rio de Janeiro, e as que tambem por outro lado levaram muitos dos montevidéanos a formarem um partido em favor do mesmo Brazil, esperando que pelo seu governo fossem auxiliados com tropas da capitania do Rio de Janeiro, como effectivamente succedeu.

Surda, como se mostrou a estas rasões, a Inglaterra oppoz-se muito seriamente ás vistas do Brazil, que teve por ambi-

ciosas, chegando até a ameaçar-o, quando semelhante empresa realisasse. Esta potencia que em tudo, e absolutamente em tudo, fez sempre de Portugal e Brazil o que muito bem quiz em seu proveito, parece ter aliás caprichado em contrariar o governo portuguez em tudo o que podia ser-lhe de vantagem. Contrariou-o altamente nas pretensões da princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina, á regencia da Hespanha, durante a prisão de seu irmão, D. Fernando VII em França; contrariou-o, declarando que não lhe reconhecia os direitos eventuaes de, na falta de seu dito irmão, lhe succeder na coroa da mesma Hespanha; contrariou-o nos seus ardentes desejos de ficar senhor da Guyenna franceza, de que por conquista se tinha apoderado durante a guerra; contrariou-o o seu louco desejo de elevar a legação ingleza na corte do Rio de Janeiro ao character de embaixada; contrariou-o em resistir quanto pôde a dar parte ao exercito portuguez nos despojos da guerra da peninsula; contrariou-o em admitir Portugal a ser contemplado na imposição pecuniaria imposta a França pelos alliados no anno de 1815, para pagamento das despesas feitas com a campanha d'aquelle mesmo anno; finalmente contrariou-o na sua expedição contra Montevideo, chegando até a recorrer a insolentes ameaças, quando a realisasse, ao passo que para si se julgou com direito de apropriar de tudo quanto lhe conveiu, pertencente a outras nações, sem nada lhes restituir depois da guerra, e com

throno de Portugal e Brazil, seria igualmente um novo fiador da alliança das duas nações ¹.

Em nada d'istò conveiu a Inglaterra, com a opposição da qual às pretensões do Brazil coincidiu conceber o proprio vice-rei, D. Francisco Xavier Elio, sérias apprehensões sobre a boa fé dos soccorros, que a còrte do Rio de Janeiro lhe mandára, apprehensões de que resultou concluir elle com os insurgentes de Buenos Ayres uma convenção, deixando inteiramente abandonadas á sua sorte, e portanto isoladas na sua lucta contra os insurgentes, as tropas brazileiras, sem nada se haver estipulado em favor d'ellas. Á vista pois d'isto forçoso foi que o governo do Brazil concluísse tambem com a junta de Buenos Ayres um armistício, que na data de 26 de maio de 1812 se assignou entre o governo provisório das provincias unidas do Rio da Prata e o tenente coronel João Rademaker por parte do mesmo Brazil, sendo o citado armistício do teor seguinte. Artigo 1.º Haverá suspensão de hostilidades entre as tropas portuguezas e as do Rio da Prata. Artigo 2.º O armistício será illimitado, e quando hajam de recommençar as hostilidades de qualquer das partes, dar-se-ha aviso anticipado de tres mezes. Artigo 3.º Logo que os differentes chefes dos corpos armados receberem notificação d'este armistício, darão as ordens necessarias para cessarem as hostilidades, e para se retirarem as tropas de uma e outra parte aos limites dos seus respectivos territorios, como elles eram reconhecidos antes de haverem as tropas portuguezas invadido o territorio hespanhol. Foi esta negociação ultimada pela còrte do Rio de Janeiro por insinuação e aviso do ministro inglez na dita còrte; mas não debaixo da mediação e garantia da Gran-Bretanha, como então correu. Alem d'isto tambem se deve observar que a citada negociação não passou de um simples armistício, sem chegar-se a fazer tratado algum, ou convenção, como tambem por aquelle tempo falsamente se espalhou, sendo por

¹ Officio do Rio de Janeiro para o ministro de Portugal em Londres de 6 de outubro de 1810.

este modo que terminou a primeira invasão das tropas do Brazil no Uruguay.

Abandonada como foi a praça de Montevideu pelas tropas do Brazil, em rasão do citado armistício, o insurgente José Artigas e os seus consócios de prompto se apoderaram d'ella e dos territorios da margem oriental do Rio da Prata. Seguiram-se logo a isto as continuas correrias e depredações, que elle e os seus ditos socios começaram a fazer nas fronteiras do sul do Brazil, instigando por todos os modos ao seu alcance os negros e os índios a revoltarem-se contra o governo do Rio de Janeiro. Por estes motivos a côrte do Brazil representou à de Madrid os perigos a que estava exposto o seu territorio, e que para a sua propria defeza se via obrigado a fazer marchar tropas para as fronteiras, e a transportar para o Brazil uma parte do exercito de Portugal, como effectivamente succedeu. A Hespanha não fez por então objecção alguma a esta medida, antes a prometteu auxiliar por meio de uma expedição, cujo commando deu ao general Morillo, para com ella ir debellar Artigas e pacificar o territorio por elle occupado. Não obstante o promettido, o exercito de Morillo teve outro destino, de que resultou engrossar Artigas cada vez mais o seu partido, e tornar-se tambem cada vez mais incommodo às povoações brasileiras do Rio Grande da provincia de S. Paulo; pelas suas já citadas devastações e correrias, espalhando proclamações para excitar à revolta

homens d'aquelles insurgentes, saquearam tudo o que tinha valor, terminando por dizerem, que logo que aquelles moradores tivessem as suas manadas de cavallos gordos, invadiriam o Rio Grande, para alcançarem com que pagar á sua tropa. Não duvidámos de que o Brazil tivesse principalmente em vista estender para o sul, até á margem oriental do Rio da Prata, os seus respectivos dominios; mas tambem é um facto que lhe não faltavam para isso motivos justos, e que foi com o seu pretexto que o governo do Rio de Janeiro se resolveu a mandar sair d'aquella capital nos principios do mez de setembro de 1816 contra Montevideo a divisão das tropas portuguezas, que tinham ido de Lisboa, denominada de *Voluntarios reaes*, a qual, tendo-se apossado de Santa Theresa, Maldonado, Serro Grande e outros mais pontos, foi finalmente no dia 20 de janeiro de 1817 entrar na sobredita praça, sendo o general Lecor, seu commandante em chefe, recebido com o mais benigno acolhimento pelos seus habitantes, que o tinham mandado chamar por meio de duas deputações, que o proprio Cabildo para tal fim lhe enviára, depois que Artigas e o seu delegado Barreros d'aquella praça se retiraram com a approximação do mesmo Lecor, auxiliado como foi pela parte das provincias de S. Paulo e Rio Grande com cousa de 5:000 homens, commandados pelo tenente general Joaquim Xavier Curado, tendo com elles feito algum movimento contra as fronteiras do Uruguay.

Por um tratado, concluido com a Hespanha nos meados do seculo passado, deixára-se ficar um campo neutral entre os territorios portuguezes e hespanhoes. Este campo, que não podia ser occupado por algum dos dois governos, tornára-se alacouto de contrabandistas e facinorosos de um e outro paiz. Pelo sobredito tratado os povos das missões tinham ficado á Hespanha, o que punha por aquella parte os habitantes de ambas as nações em demasiado contacto uns com os outros, por não serem os limites bem demarcados por conhecidos rios, ou outras divisões naturaes. Com a revolta de Buenos Ayres o citado campo neutral passou a ser dominado por uns mais famosos revolucionarios, como effectivamente se

tornou o já citado José Artigas. Este homem, sendo um dos maiores contrabandistas nas fronteiras limitrophes do Rio Grande e Montevideu, fôra pelo antigo governo hespanhol nomeado tenente de *Belendegos*, que eram uma especie de tropa de policia, destinada a perseguir e prender os contrabandistas. Como mestre que era d'aquelle officio, ninguem melhor do que Artigas sabia a arte de os prender e agarrar, e por esta prenda, quando foi a revolução de Buenos Ayres, mereceu aos que a capitaneavam a consideração de lhe darem um importante commando, de que resultou declarar-se elle mesmo governador em chefe do território hespanhol ao norte do Rio da Prata, recusando-se á sujeição, tanto do rei da Hespanha, como da junta revolucionaria de Buenos Ayres. Esta junta, querendo fazer-se obedecer, mandou um exercito contra Artigas, alcançando sobre elle algumas victorias, aliás sem resultado conhecido, em rasão do citado exercito ter marchado a um outro destino, ou contra outro chefe independente, um fulano Goyeneche, que pela parte do Perú fazia a guerra aos de Buenos Ayres, o que proporcionou ao mesmo Artigas tornar a ficar de posse do seu territorio.

Eram as tropas d'este insurgente compostas de homens levantados, sem disciplina, contrabandistas por officio, e malfeitores por habito e inclinação. Não tinham outra paga senão o que obtinham pela pilhagem, não só contra os seus inimigos, mas até mesmo contra os povos que viviam sujeitos ao seu chefe. Já se vê pois que as representações, que o governo brasileiro lhe dirigiu, em ordem a conter os seus soldados, não podiam ter bom resultado, cousa que nem elle queria, nem ainda que quizesse podia realisar, sendo a desordem e a confusão os elementos fundamentaes do seu governo, pois que um chefe de salteadores, como elle era, não podia deixar de permittir todas as largas aos seus associados e partidistas, capitaneando-os unicamente em combate, quando se tratava da defeza commum. Com este mal outro se dava igualmente, tal era o da má vizinhança que faziam aos do Brazil os povos das missões, sujeitos á Hespanha. Quando esta potencia declarou guerra a Portugal, á qual os tratados

de Badajoz e Madrid pozeram termo, as tropas do Rio Grande chamaram á obediencia do seu governo varios d'aquelles povos, que ainda hoje pertencem ao Brazil, d'onde veio a formal recusa que a côrte do Rio de Janeiro constantemente oppoz a fazer um tratado de limites com a mesma Hespanha sobre aquelles territorios, que aliás lhe teria de entregar, quando se levasse a effeito. Consequentemente a conservação de Montevideu, e dos seus respectivos territorios, bem como a conquista dos povos das missões eram o objecto principal, tanto da divisão do general Lecor, como da do general Curado pelo lado de S. Paulo.

Já se vê pois que esta luta não tinha outro character que não fosse o de uma guerra de guerrilhas, á vista da organização que por si tinham as tropas de José Artigas, as quaes foram sempre batidas pelas da divisão de *Voluntarios reaes*, todas as vezes que em campo lhe offereceram combate. Todavia Artigas, tendo abandonado Montevideu, como já vimos, dirigira-se mais particularmente para o norte, indo occupar as margens do Uruguay e Missões, onde levantou indios a seu favor, fazendo a mais crua e desapiedada resistencia ás tropas, que contra elle saíram do Rio Grande e S. Paulo, sendo com estas que mais particularmente teve de combater, ao passo que Lecor teve pela sua parte a bater o chefe Fructuoso Ribeiro, sendo as operações do mesmo Lecor, auxiliadas pelas forças navaes portuguezas do commando do conde de Vianna, o qual, depois de ter entrado em Maldonado, foi tambem no dia 23 de janeiro entrar igualmente em Montevideu. Se Lecor, depois de occupar esta praça, tratasse logo de se approximar do general Curado, para perseguir Artigas, este ver-se-ia obrigado a abandonar o paiz das missões e as margens do Uruguay, para se ir internar até Santa Fé; mas Lecor, julgando-se obrigado a conservar Montevideu a todo o transe, pouco ou nada auxiliou as operações de Curado, de que resultou poder Artigas continuar incolume na sua guerra de guerrilhas contra o general brasileiro. Posto que gloriosa fosse, tanto para as armas da divisão portugueza, como para as brasileiras a guerra de Montevideu,

de Portugal era obrigado a sustentar, dominando já o ciúme de verem a capital d'aquelle estado constituir metropole da monarchia, como pelos grandes prejuizos occasionára ao commercio a navegação d'este reino, por Artigas, recorrendo ao estabelecimento de corsarios, infestou com elles os mares da costa maritima do Brazil até os da Europa, vindo quasi aos nossos proprios aprisionar as nossas embarcações mercantes, e quasi a vista das nossas mesmas fortalezas, não tendo nós já de evitar estes desastres, destituídos como já estava de embarcações de guerra.

Alem dos males que temos relatado, um outro ainda mais grave nos trouxe a citada guerra, tal foi o de levar a nossa patria á propinquidade de fazer mão baixa em Portugal quando invadil-o pelo Alemtejo, de cujas fronteiras appropinquadas tropas, postando-as na provincia da Extremadura. A este respeito se propunha com effeito o gabinete de Madrid, a fim de ser para se indemnizar dos territorios de que o Brazil havia apossado abrupta e injustamente nas suas colonias da America do sul. As apparencias eram realmente d'isso, mas o provavam a falta de expresso consentimento por parte do governo hespanhol, consentimento que nas taes circumstancias talvez não fosse difficil de obter.

¹ Foram verdadeiramente as tropas do Brazil as que pozera
a sobredita guerra em consequencia da assignalada victoria e

expedição das tropas portuguezas ao Rio da Prata, aggravando-se mais as suspeitas, que a tal respeito havia, com o mysterio apparente com que tal expedição foi emprehendida, reunindo-se ainda mais com isto a falta de um manifesto antes de ser posta em execução, manifesto que convencesse a todo o mundo da extrema necessidade da medida. O que em sentido contrario a isto se fez indispoz altamente, como era bem de ver, toda a Europa contra similhante empreza, não obstante as explicações, que o conde de Palmella teve subsequentemente de dar por parte da côrte do Brazil, para desvanecer as suspeitas da ambição que lhe attribuiam. Em negocios d'esta qualidade não fazem tanto as rasões, como os interesses, ou as particulares inclinações dos negociadores. O certo é que apenas se soube em Madrid haver-se verificado a occupação de Montevideo pelas tropas portuguezas da divisão de *Voluntarios reaes d'el-rei*, o azedume contra a côrte do Brazil chegou ao seu maior auge, mostrando-se logo violento em todos os hespanhoes, sem exceptuar a propria familia real, olhando todos similhante occupação como cousa altamente contraria á boa harmonia, que antes d'isto havia entre as duas corôas. A este azedume seguiu-se logo fazer o governo hespanhol resoar por toda a parte da Europa o mais clamoroso brado da sua indignação, e o seu mais vivo resentimento pela inesperada e insolita conducta d'aquella côrte. Tudo isto tinha por fim o de dispor os differentes gabinetes da mesma Europa para os premeditados actos de hostilidade do referido governo contra Portugal, cujo territorio aliás pretendia invadir, a titulo de compensação dos mandados occupar pelo Brazil na margem oriental do Rio da Prata, o que por varias causas não executou desde logo. Foi esta a razão de tomar em tal caso por expediente o appellar para a commissão das cinco grandes potencias, estabelecida em Paris com o nome de *Santa Alliança*, contando ter por sua a poderosa influencia da Russia, e portanto a do imperador Alexandre, que por então mostrava ter muito a peito as cousas da Hespanha.

O apoio que portanto a côrte de Madrid esperava ter n'este

tem não era devido somente ao poder conquistado na
covita, mas também muito ás boas qualidades pessoais
perador Alexandre, desenvolvidas pelos ultimos sa
da campanha de 1813, e devidas não menos ao esp
justiça e de moderação, real ou apparente, que em t
suas acções se notava. A quintupla alliança, de que e
fundador, e na qual elle estribava toda a sua politica,
phenomeno que se esperava durasse, enquanto lhe e
a vida, por ser em grande parte fundada no ascende
adquirira no animo do imperador da Austria e do rei d
sia. Os ministros de todas as nações, que tiveram algu
com elle em Aix-la-Chapelle, e o proprio duque de W
gton, que no seu coração tinha algumas prevenções
aquelle soberano, ficaram todos completamente subj
pela conducta, que seguiu n'este ultimo congresso, an
do-se á influencia dos seus principios religiosos o ap
do das bellas qualidades que n'elle se reconheceram, e
de Madrid o ministro russo, tratando de corresponde
litica do seu respectivo soberano, tinha conseguido
rar-se inteiramente do animo, tanto de D. Fernando VI
do seu ministerio, a ponto de ter no paço uma entre
cordeal e tão franca como se fôra ministro de familia
alem d'isso consultado em todos os negocios do estado
internos, como externos. Assoberbando por tanto e
por aquelle tempo todos os estados do continente eur
aspirando como tal a fazer o mesmo á Gran-Bretan
unica rival, buscava por toda a fôrma ter a Hespanha

oriental do Rio da Prata, e não só apoiava essas queixas, condemnando desabridamente a conducta da côrte do Brazil, mas até condescendia, que por espirito de represalia podessem os exercitos hespanhoes fazer mão baixa em Portugal.

Bem sabido é que a Hespanha pende sempre por habito e necessidade a ligar-se com a França, d'onde resultava que na côrte das Tulherias e no ministerio do duque de Richelieu, que só herdára do seu celebrado tio a sua altivez e orgulho, predominava a politica russa, talvez que por effeito da predilecção, que o imperador Alexandre mostrava ter pelo duque; por conseguinte dizer que a politica russa predominava tambem na França, equivale a dizer que esta potencia desposava igualmente as aspirações da Hespanha sobre Portugal, com uma parcialidade que mais parecia estranha do que propria, sem embargo da decidida inclinação que se manifestava em el-rei Luiz XVIII e nos mais principes francezes para com a Inglaterra, pela considerarem como tutelar da dynastia dos Bourbons. A dependencia em que por então estavam os gabinetes francez e hespanhol dos dois ministros russos, um residente em Paris e o outro em Madrid, tendo grande ascendencia em ambos os gabinetes, era cousa de algum modo minorada pelo respeito e consideração que a Gran-Bretanha lhes merecia. Em Madrid predominava muito o receio de que os inglezes fomentassem a insurreição das colonias hespanholas, arrastando-as e incitando-as á sua formal independencia, o que aliás era contrabalançado pela parcialidade astuciosa com que elles se tinham declarado contra a expedição portugueza de Montevideu, que olhavam como tendente a conservar o Brazil sujeito á auctoridade de el-rei D. João VI, o Brazil que elles tão empenhadamente buscavam sublevar-lhe, porque emfim a lealdade ingleza para com a dynastia de Bragança não era mais pura de manchas do que a que tinha constantemente mostrado para com a nação portugueza.

O certo era que por uma parte o susto e por outro a esperanza eram por aquelle tempo os sentimentos que a po-

nha sido feita de accordo e approvação do sobredito go-
Entendendo-se portanto com lord Castlereagh sobre este
to, soube d'elle que bem longe do seu governo a favor
e apoiar, a encarava com maus olhos, tendo-a como pro-
ambição do Brazil, que queria reunir por meio d'ella a
estados os territorios hespanhoes da margem oriental
da Prata. Ao exposto acrescentou-lhe mais, que sobre
mesmos principios se fundavam as instrucções, man-
por elle ao seu encarregado de negocios no Rio de Ja-
certificando-o de que não só a Gran-Bretanha, mas até a
tro grandes potencias da Europa condemnavam toda
tal empreza, que aliás tinham como obra de má fé,
dente a renovar na Europa e na America o fogo de um
va e desastrada guerra. Todavia rogou ao embaixador
panhol que induzisse a sua còrte a não adoptar reso-
violentas e precipitadas, emquanto não soubesse com ex-
qual o destino da expedição de que se queixava, e o
resultado da intervenção proposta das potencias me-
ras. O despacho, que o ministro D. José Pizarro man-
dito embaixador, dizia o seguinte, com relação ao assun-
«Manifestar às còrtes de Londres, Paris, Vienna e S. Pe-
burgo o estado das negociações entre Hespanha e Por-
a respeito da mencionada expedição; expor tudo que
còrte de Madrid julga de offensivo, injusto e incohe-
n'esta não provocada aggressão, e pedir às mesmas

duas familias reaes acabam de se reunir em tão intimos enlances¹.

Vê-se pois que o governo hespanhol pedia francamente a intervenção e arbitrio das cinco grandes potencias para terminar, sem o emprego de meios violentos, as discussões suscitadas entre elle e o governo do Brazil, intervenção e arbitrio que ellas acceitaram, remettendo para a commissão dos seus plenipotenciarios, reunidos em Paris, a negociação que a tal respeito se houvesse de entabolar. Já se vê pois que os plenipotenciarios da Russia e da Inglaterra na citada commissão não podiam deixar de ser oppostos á occupação de Montevideo, mandada fazer pela côrte do Rio de Janeiro. O de França podia reputar-se no mesmo caso, pois que em Paris a submissão á Russia era implicita para com esta potencia, como já notámos, da parte do rei e dos principes, e explicita da parte do duque de Richelieu e do seu collega, o conde de Caze, pela razão de ser a mesma Russia a potencia que os sustentava nos seus logares, enquanto que um terceiro partido, formado dos precedentes dois, cooperava e estreitava as relações com os Estados Unidos, como potencia maritima, que julgava ir-se dispendo para em breve disputar á Gran-Bretanha o predominio dos mares. O duque de Richelieu passava por homem probo e leal, mas não o era ministerialmente fallando, por estar mais habituado a ser russo do que francez. Alem d'isso não era de um juizo muito atilado em politica, do que resultava instruir-se com accessores mais sagazes de que honrados, de cuja opinião se preocupava por maneira tal, que não escutava razões em contrario, persistindo sempre firme na opinião que adoptára². Não era pois temerario o suppor-se que o plenipotenciario francez se ligasse na commissão das cinco grandes potencias á opinião do plenipotenciario russo. A côrte de Vienna tambem não era avessa á politica russa, como já notámos. A Prussia achava-se por

¹ Officio do conde de Palmella para o marquez de Aguiar em 20 de novembro de 1816.

² Officio de Francisco José Maria de Brito para o marquez de Aguiar de 30 de junho de 1817.

então despeitada com a França, e esta *vice-versa* com a potencia, desde que no seu territorio teve logar a invasão exercitos alliados em 1815. O resultado d'isto era por manifestar-se a Prussia em opposição á ligação da França com a Hespanha, e portanto ser o plenipotenciario prussiano o mais energico e decisivo apoio, que os plenipotenciarios portuguezes tinham por si na citada commissão das cinco grandes potencias, para contrariar as vistas ciosas da côrte de Madrid contra Portugal.

O certo é que o governo hespanhol omittia muito do positivo na sua circular a recommendação, que tambem fazer o seu ministro em Berlim de se entender com o governo prussiano sobre as queixas, que formulava contra o governo do Brazil, tendo com isto por fim não reconhecer o poder do tribunal supremo, que a citada commissão das cinco grandes potencias parecia ter querido assumir desde a paz de Paris em 1814. Não hesitamos pois em acreditar os desejos da Hespanha fossem os de recorrer desde as vias de facto, tanto pelo estímulo que desde seculos tem sempre excitado nos hespanhoes as idéas da occulta de Portugal, como pela humilhação que o seu amor proprio julgava soffrer em não tomar por si o despique, que elle vocava a supposta offensa da côrte do Brazil. Com isto cidia igualmente o sentimento penoso, mas verdadeiro da dita côrte de Madrid tinha da fraqueza e desorgar em que por então se achava o seu exercito, contra

s governadores do reino tomariam para resistirem aos exércitos hespanhoes, quando marchassem a invadir este reino¹. É certo é que o gabinete de Madrid recorreu effectivamente a medeação da supradita commissão das cinco grandes potencias, não sem deixar de julgar que teria n'ella um prompto e eficaz apoio para os fins que contra nós premeditava.

As côrtes das citadas cinco grandes potencias acceitaram estas a medeação pedida pela Hespanha, como já notámos, não tanto por interesse d'ella, quanto para aproveitar a occasião de poderem dar mais peso á influencia, que haviam assumido nos negocios das outras. Mas a Inglaterra e a Austria tinham por então motivos particulares para desejar que as desavenças entre Portugal e Hespanha se não terminassem sem que fosse por auxilio da sua intervenção, a fim de que os seus bons officios lhes podessem ser uteis nas

A vinda do brigadeiro Cabanes a Portugal tornára-se realmente feita. Partira elle repentinamente de Madrid em principios de março de 1817, declarando que ia a negocios seus a Barcelona, d'onde era natural, e julgou o publico ao principio que levaria comsigo alguma ordem para que o general Elio, cuja severidade tinha desagradado muito aos hespanhoes de Valencia, entregasse o governo militar d'aquelle reino ao general Castanos interinamente, homem geralmente respeitado pelos hespanhoes. Não se soube que Cabanes estivesse em alguma d'aquellas cidades, e foi inteiramente infundada a substituição do general Elio, como o proprio ministro da guerra assegurára, e o tempo assim effectivamente mostrou. Por conseguinte devia o governo portuguez conjecturar que o governo hespanhol, apesar dos seus grandes embarços financeiros e do mau estado em que tinha o seu exercito, não perdia a idéa de romper com Portugal, uma vez que occorresse algum acontecimento, que por elle podesse ser considerado como uma nova offensa para si, ou que na opinião podesse caracterisar como tal alguma das asserções, feitas nas suas proclamações pelo general Lecor, por occasião da sua occupação militar dos dominios hespanhoes da margem oriental do rio da Prata. Eram portanto sem fundamento justo os receios, que em 1817 se tinham em Portugal, de que o governo hespanhol adoptasse algumas medidas violentas ao rebentar entre nós alguma revolução, a não ser elle intimido nos seus intentos pela idéa da difficuldade, que teria em vencer um exercito tão disciplinado e bravo como ainda por então era o exercito portuguez, commandado em chefe como de mais a mais se achava por um general da ordem do marechal Beresford.

negociações pendentes, que tinham a tratar com a corte de Madrid. A Austria não perdia de vista todos os meios de obter que a Hespanha approvasse as disposições do congresso de Vienna, approvação de que estava dependente a sorte dos ducados de Parma, Plasencia e Guastala, de que se não queria desprender; e a Inglaterra, de certo pouco satisfeita com ver ir-se consolidando o dominio portuguez no Brazil, aspirava, não só a adquirir ainda maior influencia do que já tinha em toda a America meridional, mas queria, a par de tudo isto, que a sua medeação lhe facilitasse os meios de conseguir seu grande objecto da inteira abolição do commercio da escravatura nos dominios hespanhoes. O gabinete de Macartney tinha-se tambem persuadido que as operações militares das tropas portuguezas na margem oriental do rio da Prata era indício de um plano muito vasto de conquista por toda a America meridional, juizo a que dava maior grau de gravidade o temor que lhe inspirava a conducta, que para com elle tinham já usado os Estados Unidos, e a possibilidade de rompimento hostile com elles, ao passo que aquellas operações não tinham tambem concorrido pouco para indisar a Gran-Bretanha contra Portugal, não se lembrando já o citado gabinete hespanhol das diligencias, que o embaixador de Inglaterra fizera para o despersuadir da expedição que, confiada a Morillo, intentára originariamente fazer para o rio da Prata, conseguindo por tal conducta, elle o

io de Janeiro ao marquez de Aguiar uma nota collectiva¹, edindo-lhe uma explicação peremptoria sobre aquella invasão, devendo a Hespanha por esta causa esperar uma conveniente satisfação. A data de 16 de março, que tinha a nota dirigida á còrte de Madrid, era a mesma da que tambem se via dirigido para o Rio de Janeiro. Na mandada para Madrid diziam mais os representantes das cinco grandes potencias, ser muito conveniente que o governo de sua magestade catholica, persistindo na mesma moderação, de que tinha dado uma prova tão cabal, não recorresse a medida alguma estil, que podesse perturbar a paz da Europa. Esta nota, chegando ao conhecimento do governo hespanhol, mais o confirmou nas esperanças que fundava no apoio das cinco grandes potencias. As insinuações particulares, que tambem por isto recebeu, ainda mais o levaram a crer que em assumpto de tamanha importancia podia contar com os soccorros das cinco grandes potencias, no caso de se lhe negar a satisfação que pretendia, isto é, a não se lhe dar a certeza que o territorio occupado pelas tropas portuguezas seria administrado pelo rei de Hespanha, arvorando-se n'elle com tal a bandeira hespanhola².

Alem da nota que a commissão das cinco grandes potencias dirigira á còrte do Rio de Janeiro, recebeu esta igualmente outra, que na data de 1 de abril lhe enviára o consular de Inglaterra, no character de encarregado dos negocios por parte do seu governo, em que declarava que, dada a eventualidade de um rompimento entre a Hespanha e Portugal, o seu dito governo se julgava desobrigado da garantia estipulada por antigos e sollemnes tratados, reborados no artigo 3.º do tratado ultimamente concluido em Vienna em 22 de janeiro de 1815. Foi depois de tudo isto que a còrte do Rio de Janeiro se resolveu então a mandar o conde de Palmella os competentes plenos poderes e in-

¹ Esta nota he a que constitue o documento n.º 27.

² Officio de D. José Luiz de Sousa para o Rio de Janeiro de 16 de abril de 1817.

strucções, para se entender com os referidos plenipotenciarios, resolvendo com elles a questão pela maneira mais conveniente ao paiz; e por modo tal, que restabelecesse a boa harmonia entre as duas corôas, a da Hespanha e Portugal. Palmella, vendo a attitude hostile que a còrte de Madrid tinha tomado contra Portugal, não só pela reunião das suas tropas nas fronteiras da Estremadura (com o intento, se não de nos atacar, ao menos de nos metter algum susto, e por esse modo influir no bom exito da negociação), mas igualmente pelo auxilio de uma esquadra russa, composta de 5 navios e 3 fragatas, destinadas a bem do serviço da Hespanha, segundo se dizia, resolveu não se entender directamente com aquella còrte, mas a entabolar a respectiva negociação com a commissão das cinco grandes potencias. O governo britannico, ou antes lord Castlereagh, seu representante, inquietando-se igualmente com a attitude hostile da Hespanha, insistiu fortemente com o conde de Palmella, não só para que sem perda de tempo fizesse para com as potencias mediterraneas a declaração explicita das intenções da nossa còrte, mas tambem para que essa declaração fosse concebida em termos tão claros, peremptorios e conciliadores, quanto se precisava que fosse para não dar logar, nem á Hespanha para nos atacar com pretextos plausiveis, nem á Russia para auxiliar os intentos da mesma Hespanha. Ao que fica exposto acrescentou mais o dito lord, que dos termos em que a dita declaração se fizesse dependeria necessariamente o maior ou menor grau de apoio, que do governo britannico tinhamos a esperar no progresso da negociação, não podendo de modo algum concordar em que descobrissemos vistas de ambiguidade, ou complicassemos desde logo a negociação com outras negociações, que tinhamos pendentes com a mesma Hespanha¹, na certeza de que, se em vez d'isso allegassemos como principios de defeza natural, e os da protecção por nós de

¹ Sendo uma d'essas negociações a da restituição de Olivença, clareza nos mostra qual o procedimento da Inglaterra para conosco, porque não só nos não auxiliava n'aquella restituição, mas até nos inibia de a solicitar.

vida aos habitantes de Montevideu contra o flagello da anarchia a que se achavam expostos, poderíamos estar certos de que a Inglaterra nos não abandonaria ás ambiciosas vistas da Hespanha ¹.

Em conformidade com isto dirigiu o mesmo Palmella aos plenipotenciarios das potencias medeadoras, reunidas em Paris, uma nota em que empregou a linguagem mais clara e a mais moderada possivel, não só dando á Hespanha a competente satisfação sobre o ponto de *direito*, mas reservando inteiramente todas as *concessões de facto* para serem discutidas na futura negociação, fundamentando por este modo as nossas pretensões sobre os principios justos, e que abertamente podiam ser defendidos, quer pelos nossos plenipotenciarios, quer pelos nossos alliados. Na citada nota dava Palmella a segurança official de que el-rei seu amo nenhuma tenção tinha de disputar á côrte de Madrid o mais leve dos seus direitos sobre o territorio de Montevideu; que todavia se tinha visto obrigado a tomar posse d'elle militarmente, em rasão das contestações entre as colonias hespanholas do Rio da Prata e a mãe patria; mas sómente emquanto esta se não dispozesse a mandar tomar conta d'elle por uma força, que livrasse as provincias do sul do Brazil das incursões dos insurgentes, isto não obstante, acrescentava elle mais, as antigas disputas que ainda não tinham terminado sobre os limites das possessões portuguezas e hespanholas d'aquella parte da America, bem como do descontentamento geral que em Portugal havia pela má conducta da Hespanha sobre certos assumptos, e particularmente pela não restituição de Olivença, que esta potencia guardava contra a solemne decisão, tomada por todos os soberanos da Europa no congresso de Vienna. A impressão que esta nota causou no animo dos ministros de Inglaterra (lord Castlereagh), da Austria (o principe de Esterhazy) e da Prussia (o barão de Humboldt), foi

¹ Officio do conde de Palmella para D. José Luiz de Sousa, datado de 22 de outubro de 1817, annexo por copia ao officio do mesmo D. José para o Rio de Janeiro em 14 do seguinte mez de novembro, com o numero 165.

a mais favoravel possível, e por conseguinte tida na conta de fazer cessar desde logo por uma vez os indecentes clamores com que o duque de Fernan Nunes, ministro da Hespanha em Paris ¹, procurava indispor contra Portugal os plenipotenciarios nossos alliados, escrevendo-lhes notas sobre notas, para os induzir a fazer uma segunda declaração, arbatada contra o governo portuguez.

Conseguiu-se finalmente o intento do conde de Palmella, ficando inteiramente satisfeitos os referidos plenipotenciarios, os quaes n'uma nota, dirigida em 31 de outubro a D. José Pizarro, lhe pediram que nomeasse um plenipotenciario para negociar com o dito conde directamente, ou por meio da mediação das potencias alliadas, a sua reconciliação com Portugal, visto que franca e explicitamente se reconhecia a soberania de sua magestade catholica sobre o território, que o exercito portuguez occupava na margem oriental do Rio da Prata. Mas a Hespanha não se contentava só com isto, querendo tambem que com aquella declaração se juntasse igualmente outra, não menos franca e explicita, de que aquelle territorio seria entregue ao chefe e ás forças, que sua magestade catholica enviasse para tomar posse d'elle, na certeza de que, fazendo-se esta segunda declaração, poderia o governo hespanhol, não sómente consentir em fazer algumas modificações nas suas pretensões, quanto á baía de deira que se devia arvorar em Montevideu e á administração d'aquelle paiz, mas igualmente accordar na nomeação de um plenipotenciario, para tratar com o plenipotenciario portuguez tudo quanto fosse relativo ao modo da entrega do dito territorio, e que para esse caso annunciava desde já a ministros das potencias alliadas, que sua magestade catho-

¹ Já antes do conde de Fernan Nunes tinha D. Pedro Cevallos feito o mesmo, para ver se conseguia que a Hespanha pudesse invadir a seu salvo Portugal, e não contente ainda com isto recorreu tambem a publicar no *Times* algumas cartas, destinadas áquelle fim, com a assignatura do *Philo-Justitia*, cartas a que o conde de Palmella, ou alguem por elle, respondeu no mesmo *Times* com outras assignadas *Veritas*.

lica havia designado o seu dito plenipotenciario na pessoa do duque de Fernan Nunes.

Apesar porém do que fica dito e do imminente perigo em que Portugal se achava de ser invadido e occupado definitivamente pela Hespanha ¹, a côrte do Rio de Janeiro mostrava-se pouco cuidadosa d'isso, duvidando effectuar a entrega do territorio, que mandára occupar pelas tropas portuguezas, com a allegação de que o não podia abandonar, sem que a Hespanha enviasse para ali uma força, capaz de fazer reprimir as incursões e correrias, que nos territorios do sul do Brazil continuamente fazia o insurgente Artigas e os seus sequazes, e tambem capaz de afastar dos referidos territorios o contacto do fogo revolucionario, que tanto damno lhes fazia. Sem embargo d'estas allegações da côrte do Brazil (allegações que nem por isso deixavam de ter por si bom fundamento), a Hespanha não as reputava sinceras, tendo-as como um vão pretexto, no que talvez se não enganasse, e com esta crença, que por parte d'ella tambem não era sincera, queria que Montevideu e todo o mais territorio da banda

¹ O que acima dizemos foi confirmado pelo proprio conde de Palmella na falla que proferiu na camara dos senadores na sessão de 16 de julho de 1840 (veja o volume 1 dos seus *Discursos parlamentares* pag. 188). Na referida falla disse elle: «As nossas tropas invadiram Montevideu, sem previo manifesto, e sem nenhuma attenção para com o governo de Hespanha, e então tornámo-nos, em lugar de auctores, réus, porque os hespanhoes começaram a levantar na Europa um alarido tal, que custou muito a acalmar. (Este facto é quasi ignorado da nação portugueza e dos contemporaneos, que se tem occupado da diplomacia, exclusivamente para censurar e accusar). Custou muito a acalmar, dizia eu, e evitar a invasão de Portugal pelas forças de Hespanha. Esta queixava-se da invasão de Montevideu, e como considerava inevitavel a perda das suas colonias, achava uma occasião excellente para vir indemnizar-se de Portugal. Sem questão nenhuma o teria feito, e o mais é que o seu desejo era apoiado pela maior parte das potencias da Europa». Foi pela quasi total ignorancia em que a nação esteve n'aquelle tempo, a respeito do que se passou com Hespanha por causa de Montevideu, que tanto nos explanámos sobre este ponto, pois foi este um dos periodos mais criticos em que Portugal se viu n'estes ultimos tempos de perder novamente a sua nacionalidade.

oriental do Rio da Prata lhe fosse prompta e gratuitamente entregue, apenas el-rei catholico o exigisse, independentemente da pacificação de Buenos Ayres, e rasões taes all sobre este ponto perante os plenipotenciarios das cinco potencias, que estes se convenceram tambem q parte da côrte do Brazil havia effectivamente má fé, este pretexto apoiavam as pretensões da Hespanha, e quaes figurava até a de obrigar o governo portuguez. tar-lhe os possiveis auxilios na pacificação da sua r colonia de Buenos Ayres, attenta a viva e forte repug que o Brazil mostrava em lhe entregar os territorios se apossára, antes da pacificação d'aquella colonia, e tabelecimento da legitima auctoridade do rei cathol Buenos Ayres.

Todavia não se pôde negar que no meio de taes tações a côrte do Brazil, persistindo firme em contin posse dos citados territorios até a pacificação de Buenos Ayres, mostrava effectivamente uma viva repugnancia largar á Hespanha, o que deu logar a que D. José I não sómente conseguisse augmentar muito a irrita D. Fernando VII e da sua real familia contra Portugal: até exaggerasse perante os plenipotenciarios das cinco potencias a notavel moderação da Hespanha, por desde logo recorrido aos seus proprios meios, pondo tica o direito de represalia contra o mesmo Portugal, nizando-se na Europa das perdas, que o Brazil lhe occ



pois da tomada de Pensacola, e da ilha Amelia, capital da Florida oriental, de' que se tinham apoderado á viva força, não obstante serem estes actos muito mais aggravantes por todos os titulos do que tudo quanto se praticava no territorio de Montevideu.

Como quer que seja, certo é que insistindo a Hespanha que esta praça lhe fosse promptamente entregue, deu isto logar a que o conde de Palmella se lembrasse tambem de reclamar a restituição de Olivença, de que até então se não tinha feito caso, por se ter olhado este objecto unicamente debaixo do ponto de vista do *uti possidetis*. Palmella officiou pois a D. José Luiz de Sousa, nosso ministro em Madrid ¹, recommendando-lhe que sem perda de tempo reclamasse, por meio de uma nota dirigida a D. José Pizarro, a restituição de Olivença. N'essa nota lhe dizia o mesmo Palmella «poderá v. ex.^a, sem entrar em maiores argumentos, nem allegações de direito, dizer sómente que, havendo sua magestade catholica assignado já sem reserva alguma o tratado final do congresso de Viena, não póde deixar de admittir, a respeito de Olivença, os justos fundamentos da reclamação de sua magestade fidelissima, assim como as potencias medeadoras se acham obrigadas a apoial-a na qualidade de signatarias do mesmo tratado. Este passo prévio parece-me necessario para legalisar em certo modo o nosso recurso aos mediadores, quando a Hespanha se negue, como é provavel, á pedida restituição. Ao mesmo tempo poderia v. ex.^a dizer de palavra com franqueza a D. José Pizarro, que se não pretenderá da Hespanha que effectue a restituição de Olivença, emquanto durar a occupação temporaria de Montevideu, e que uma vez que sua magestade catholica prometta effectual-a, poderá ficar-lhe servindo em certo modo de garantia até á epocha que se estipular para a evacuação de Montevideu».

Esta reclamação D. Luiz de Sousa a fez em Madrid; mas Pizarro teve-a como intempestiva, allegando que sua magestade catholica não podia admittir que se tratasse d'este ne-

¹ Officiou-lhe em 22 de dezembro de 1817.

do Rio de Janeiro na data de 2 de agosto de 1817, somente nas vistas de sacrificar Portugal ao engrandecimento do Brazil, pois que tal offerecimento só era feito no caso de jámais se entregar á Hespanha o territorio de Olivença. O mesmo Brazil se apoderára na margem oriental do Rio da Prata. Foi portanto em observancia do referido officio que o mesmo Palmella não duvidou dizer, no que em 22 de janeiro dirigiu a D. José Luiz de Sousa: «É certo que nas circumstancias actuaes a Hespanha nunca jámais cederá esse territorio (o de Olivença) como uma garantia sufficiente; porém se a elles lhes occorrer a idéa de o fazer, e debaixo dos mesmos principios, e só como em referencia da evacuação de Montevideu, algum territorio mais á esquerda do Guadiana, seria talvez um dos desenlaces possíveis de uma intrincada e melindrosa negociação, que temos entre nós, e sem nos comprometter á troca final dos ditos territorios, poderia servir para preparar os espiritos, ou pelo menos para presentil-os sobre esse resultado¹».

Foi isto de certo uma das graves questões, que o governo do Brazil poz a cargo do conde de Palmella, pela immensa propinquidade em que Portugal por então se achou com a Hespanha novamente em poder da Hespanha. O mesmo Palmella sentou por fim resolver este negocio por meio de um tratado, sancionado pelos plenipotenciarios das potencias aliadas, sendo precedido de uma *Memoria*, que para a illustração do assumpto igualmente lhes apresentou².

corôas. Pizarro declarou a primeira inadmissivel; quanto
unda não poz objecção; quanto á entrega de Olivença
jeccões sobre a expressão *restituição*, que julgou pou-
propria, dizendo que sómente consentiria, que depois de
mcordado nas estipulações do tratado, relativamente a
eviden, dirigissem as potencias alliadas uma represen-
a sua magestade catholica, pedindo-lhe que se entre-
aquelle territorio a sua magestade fidelissima, e que,
a d'essa representação, resolvesse sua magestade ca-
a o que houvesse por bem, não se devendo por caso
fixar para essa entrega senão uma epocha posterior
cuação total da banda oriental do Rio da Prata, cousa
teiramente differia da proposta de Palmella. Tambem
ou que, em virtude do artigo do tratado do congresso
enna, nem a Hespanha estava obrigada a essa cessão,
as potencias alliadas se tinham compromettido a outra
mais do que a empregar os seus bons officios perante
erno de sua magestade catholica. Pizarro mostrou ser
nião que n'esse caso não haveria duvida na entrega,
ndo que el-rei seria tambem d'esse parecer. Quanto
ta base, entendia que a fixação dos limites da Ameri-
cional, com relação ao Brazil, não deveria ser feita
mos vagos, que por certo trariam grandes contesta-
ara as duas côrtes, mas tomar para ponto de partida
dos tratados precedentemente feitos entre ambas el-



上巻 四

CAPITULO IV

O grande desgosto publico pelos males de que Portugal estava sendo victima tinha poderosas causas que o determinavam, sendo uma das mais notaveis o mau estado da fazenda publica, chegando ao ponto do marechal Beresford levar os governadores do reino a lhe fixarem regularmente a somma de 360:000\$000 réis por mez para as despesas do exercito, o qual elle por então tratava de levar ao maior numero de praças possivel, recorrendo para este fim ao mais activissimo recrutamento, cousa que levantou no paiz um clamor tão forte e geral, que teve de se suspender, e como em Portugal não houvesse por então liberdade de imprensa, em Londres se publicavam dois jornaes, o *Correio Braziliense* e o *Portuguez*, constituídos em pregoeiros d'esta e de outras mais queixas, que se faziam contra o governo. A este estado de cousas veio dar mais corpo o alarme geral, que causou em Portugal a noticia do desembarque de Napoleão em França em 1815, o que fez com que os governadores do reino pozessem em grande actividade a policia, para evitar algum rompimento, que os descontentes premeditassem, e tanta mais razão tinham elles para isto, quanto sabida lhes era a ligação que havia entre os liberaes hespanhoes e os portuguezes. Chegado o mez de abril de 1817 teve logar a acclamação de,el-rei D. João VI, ao qual por esta occasião os mesmos governadores do reino renovaram o seu pedido de voltar para Portugal. Este acto nem por isso poz cobro ao desgosto publico, que lavrava em Portugal e Brazil, pois no referido anno rebentou em Pernambuco uma formal revolução, tendo por fim o pôr o mesmo Brazil independente de Portugal, constituido em republica, revolução que em breve foi suffocada pelas forças que da Bahia e do Rio de Janeiro contra ella marcharam. Portugal não estava mais isento de outros que taes successos; boatos de graves tumultos em Inglaterra n'elle se espalharam, a par dos de uma attitude hostil, que se dizia tomada pela Hespanha contra Portugal, dando-se igualmente com isto o saber a policia que alguns hespanhoes suspeitos havia em Lisboa, relacionados com o general Gomes Freire de Andrada e outros mais portuguezes. A grande indisposição que no paiz havia contra o marechal Beresford dava mais corpo á indisposição geral do mesmo paiz, de que resultou projectar-se em Lisboa uma revolução contra o governo existente, e a favor do estabelecimento de um governo parlamentar, revolução em que entrava o mesmo Gomes Freire; traidores que a denunciaram; prisão e processo dos conjurados; parte notavel que em tudo isto tomou o marechal Beresford; e finalmente sentença de morte que se proferiu e executou nos individuos n'ella compromettidos.

Emquanto se passava na America e na Europa o que acima temos relatado, com relação á occupação de Montevideu, mandada fazer pela côrte do Rio de Janeiro, em Portugal as cousas da administração do paiz não tinham caminhado de modo que desapparecesse o geral desgosto que n'elle havia. O total abandono em que os portuguezes se viam do princi-

a par d'isto sem industria, e quasi que sem navegação
mercio; e finalmente o ver-se tambem em tempo de
jeito todo o paiz ao arbitrario mando do marechal Be
e de um grandissimo numero de officiaes inglezes, oc
do quasi todos os postos superiores do exercito, emb
do o accesso aos portuguezes, não obstante a promes
pelo mesmo marechal de que finda a guerra seriam
didos do serviço: tudo isto e o mais que em additam
exposto se podia ainda dizer, eram cousas que não p
deixar de lançar no coração de todos os portuguezes
profundo e geral desgosto, filho do desgraçado estad
todos se viam reduzidos. Não admira pois que no m
taes circumstancias, e como desafo aos seus males
sem sobre os governadores do reino e os ministros do
a culpa do que em Portugal todos estavam soffrendo
tado da fazenda era realmente assustador. A receita p
os governadores do reino a calculavam, em 1816, em
lhões de cruzados (7:200 contos), ao passo que as de
certas, a que as receitas estavam obrigadas, montavam
a 23 milhões (9:200 contos), havendo por consequen
deficit de 5 milhões (2:000 contos). Alem d'este *deficit*,
elles, tambem outro havia mais de summa importanci
atacava essencialmente o credito do real erario, o qu
sistia na falta de uma somma annual, destinada ao
mento regular das dividas do estado, e principalmer

contrahidas depois de 1809 ¹. As causas de semelhante diminuição nas receitas eram as mesmas: os ultimos nove annos tinham concorrido para a pobreza e a propriedade da nação.

A família real e da côrte para o Rio de Janeiro não trouxe para Portugal de um grande numero de consumidores, nem para aquelle estado uma consideravel somma de fortunas, que muito concorreram para a prosperidade do reino. Desde 1807 até á conclusão da paz com a França em 1814, Portugal soffreu a oppressão dos roubos dos francezes, as calamidades das tres invasões francezas: fugentaram os povos dos seus lares, destruíram os instrumentos da lavoura, saquearam a população, arruinaram as poucas fabricas do paiz, destruíram o commercio e a navegação, e finalmente destruíram pouco tempo todos os estabelecimentos, que tinham a obra de seculos de duração. Para sustentar uma guerra tão dispendiosa, como foi a da Península, teve-se que levantar um exercito muito desproporcionado ás forças e meios da nação, e por conseguinte não se pôde tornar tambem empregar no exercicio das armas os que deviam cultivar os campos, lavrar as terras e trabalhar nas officinas, perdendo-se assim a parte mais forte da povoação, não só pelos continuos recrutamentos, mas tambem pela incessante emigração dos que saíam do reino para se subtrahir ao serviço do governo, e dos que para fugir á desgraça iam no Brazil procurar fortuna.

Terminou-se finalmente a paz, saímos triumphantes da guerra, mas os profundos males que resultaram de um tão prolongado conflicto quasi que levaram a nação á desgraça, a qual só com o tempo e a mais exatidão se podia remediar. O mesmo commercio, que esperava

os governadores do reino para o Rio de Janeiro de 17 de 1816.

restaurar-se com a paz, achou o seu antigo giro interceptado pela concorrência de outras nações, que durante a guerra haviam navegado com mais segurança e menos despesa de custeio. Portugal padeceu portanto uma grande diminuição na parte do seu capital fixo, capital que consistia em edificios publicos e particulares, no numero dos seus habitantes, principalmente dos mais moços e robustos, e por consequente nos productos da sua industria pela falta de braços, dando-se tudo isto com a consideravel e annual saída do numerario, mal aliás inevitavel pela precisão de saldar a balança do commercio em que o valor das importações excedia muito o das exportações. A miseria publica crescia portanto a olhos vistos de um para outro anno, debaixo de todos os aspectos. O numerario tinha portanto desaparecido do giro na mais larga escala. Todas as rendas do patrimonio real, as da casa de Bragança, as da casa da rainha e as do infantado eram annualmente mandadas para o Brazil, crescendo sobre tudo isto o repetido saque de letras, que de lá vinha sobre o erario portuguez. A par das consideraveis sommas de dinheiro que a casa real absorvia da Europa, outras de não menor monta iam tambem das casas dos particulares, de que resultou, alem da escassez do numerario, o atrazo dos pagamentos, tanto do exercito, como dos empregados civis consequencia necessaria de semelhantes males. Tal era pois o estado a que Portugal se via reduzido depois do acanamento da guerra, affectando terrivelmente todas as classes e todas as industrias, sem bem se saber como sair de graves apuros.

No meio d'estas circumstancias o exercito começava a sofrer consideraveis atrazos, e para lhes evitar o progresso teve o marechal Beresford, depois de muitas representações sobre este objecto, uma conferencia no dia 22 de dezembro de 1816 com o ministro da guerra, D. Miguel Pereira Forjaz e o marquez de Borba, presidente do antigo real erario, na qual se assentou que d'elle sairia mensalmente para o exercito a somma de 360:000,000 réis, sem n'ella se comprehenderem as dividas atrasadas. A citada somma seria dis-

tribuida pela seguinte maneira: 4:000\$000 réis para a compra de armas, 180:000\$000 réis para a thesouraria geral do exercito, 100:000\$000 réis para o commissariado, réis 40:000\$000 para o arsenal de exercito, 20:000\$000 réis para obras militares, e finalmente 16:000\$000 réis para os hospitaes do mesmo exercito. Do accordo tomado sobre este ramo de serviço se lavrou um assento, com o fim de se evitarem futuras contestações com o marechal¹. Era o mesmo Beresford um dos que mais atormentavam com as suas exigencias os governadores do reino, quasi que formalmente subordinados ao peso da sua grande auctoridade, baseada na força e no apoio que tinha nos ministros do Brazil, sobre tudo depois que de lá viera em 1816. A nação tambem por elle se viu por então mais do que nunca vexada e opprimida, por que munido o marechal de um aviso, que o ministro da guerra, marquez de Aguiar, lhe expedira do Rio de Janeiro em data de 2 de junho de 1816 (aviso que o auctorisou a recrutar a seu inteiro arbitrio, sem dependencia do governo, tanto para a primeira linha, como para as milicias, achando-se o paiz em profunda paz), nenhuma duvida teve em mandar n'aquelle anno proceder ao mais activo e extenso recrutamento, com a mais flagrante quebra de todos os privilegios, inclusivamente o dos filhos unicos, fazendo isto quando a agricultura se achava reduzida ao mais deploravel estado, privada de braços e de capitaes. Este procedimento do marechal, que por então se suppunha no publico não ter rasão alguma que o justificasse, mas que a tinha nas intenções da Hespanha em invadir Portugal, por causa da occupação de Montevideu, mandada fazer pelo governo do Brazil, levantou em todo o paiz o mais clamoroso brado sem excepção de classe, porque todas ellas se viram por elle vexadas e opprimidas, o que muito concorreu para o augmento do profundo e geral desgosto, que em todo o paiz se notava.

No Brazil, apesar das muitas medidas que para o seu en-

¹ Officio dos governadores do reino para o Brazil, de 27 de janeiro de 1817.

grandecimento se tinham decretado, todas destinadas a emancipal-o inteiramente da sua antiga metropole, nem por isso as cousas corriam lá mais lisonjeiras para os governados do que em Portugal, pois que a par das muitas vantagens resultantes para o mesmo Brazil das referidas medidas, bem como das que tambem lhe advieram do estabelecimento da familia real e da cõrte no Rio de Janeiro, tão avultados encargos começaram a pezar sobre elle e a opprimir aquelles povos, que a sua existencia futura se antolhou a muitos problematica. Dando-se pois esta circumstancia com a da má administração dos governantes, aggravada com as irregularidades, e até mesmo delapidações, que se lhes attribuiam da fazenda publica, isto alem da louca prodigalidade do imperante para com alguns dos seus mais intimos amigos e favorecidos, não podiam deixar de ser mal vistos pelos brasileiros todos esses amigos, validos, e conselheiros do mesmo imperante, particularmente sendo todos elles europeus, cousa que só por si era bastante para o seu geral descontentamento. Para dar mais força aos altos brados e clamores da opinião publica, e mais particularmente das sociedades maçonicas contra os governantes, sociedades empenhadas altamente no estabelecimento do governo parlamentar em Portugal, dois famosos jornaes, ambos impressos em Londres, poderosamente as auxiliavam, o *Correio Braziliense* e o *Portuguez*, começando aquelle a publicar-se em 1808, sendo d'elle redactor o bem conhecido Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Menezes, e o segundo no começo de 1814, sendo redigido pelo não menos notavel João Bernardo da Costa Loureiro, o qual, já antes d'este seu jornal, colaborára com José Anselmo Correia Henriques, que era outro litterato d'aquelle tempo, na redacção e publicação do *Espelho*. Algumas prohibições empregaram os governantes, tanto no Brazil, como em Portugal, para evitar que os referidos jornaes circulassem, quer n'um, quer n'outro paiz; mas nada conseguiram com isto, particularmente com relação ao *Correio Braziliense*, que era o mais lido, como o mais notavel, tanto pela sua redacção, como pela crua guerra que fazia aos citados governantes.

O que no meio d'estas occurrencias chamou em Portugal a mais particular attenção dos descontentes, fazendo-lhes até conceber idéas de uma mudança de governo, foi o novo apparecimento de Napoleão em França no mez de março de 1815, facto que, causando grande espanto em toda a Europa, em Lisboa infundiu muitos e grandes receios nos governantes de que a tranquillidade publica fosse por tal motivo perturbada. A noticia de um tão inesperado e surprehendente facto viera ao reino, não só pelas correspondencias da Hespanha, mas igualmente pelas cartas de França, trazidas por alguns correios, que de lá vieram expedidos por pessoas da classe commercial¹. Desde então foi este o unico ponto para qual em Lisboa todas as attensões convergiram. Nos logares publicos e nas casas particulares de nada mais se tratava, nem se procurava saber. A policia poz-se logo em acção para com o maior cuidado vigiar não fosse alterado o socego publico, particularmente havendo-lhe constado que alguns individuos, já d'ella conhecidos, folgavam com aquellas noticias, tendo-as como precursoras de um novo estado de cousas em Portugal. Por esta causa o intendente geral da policia pôz-se logo na maior actividade possível toda a espionagem que lhe á sua disposição, convocando alem d'isso para o auxilio seis dos ministros criminaes dos bairros de Lisboa, a quem lhe mereciam mais confiança, aos quaes deu as ordens que lhe pareceram adequadas ás circumstancias, e em conformidade dos regulamentos de 6 e 28 de março de 1810, tendo tambem conferencias com o commandante da guarda nacional da policia sobre o que convinha adoptar, tanto para conhecimento das noticias que corressem, e acontecimentos que sobreviessem, como para conhecimento e indagação dos estrangeiros que chegassem a Lisboa, expedindo sobre este ponto ao corregedor do bairro de Belem as instrucções proprias, a evitar que pela foz do Tejo se introduzissem pessoas suspeitas, fosse qualquer que fosse o paiz d'onde viessem.

¹ Officios do intendente geral da policia para os governadores do reino de 11 e 13 de abril de 1815.

A Hespanha tambem por aquelle tempo se achava em manifesto estado de fermentação politica. D. Fernando VII, tendo feito n'aquelle paiz, depois que voltára da sua prisão em França, uma crua guerra ao partido liberal, nada mais tinha feito com isto do que dar-lhe consideração e importancia, sem lhe poder embaraçar, com aquelle seu systema de perseguição, o progressivo andamento dos seus trabalhos, nem os das associações secretas, que a elles presidiam. Tudo isto, que era sabido em Lisboa, tinha dado logar a que a par das noticias de França se espalhassem tambem outras de perturbações gravissimas em Madrid, o que se não verificou, suppondo-se que taes noticias houvessem sido inventadas por individuos affectos ás doutrinas revolucionarias da França, havendo aliás muita gente que de boa fé prestou crença ás citadas noticias, por verem sair o paquete inglez antes do dia em que a sua saída costumava ter logar. Este estado de agitação latente em que Lisboa se achava quasi que desapareceu ao ver-se publicada na *Gazeta* a unanime e firme resolução dos soberanos das cinco grandes potencias em se declararem unisonos contra Napoleão, verificando-se tambem a par d'isto, que as noticias das perturbações de Madrid eram obra de pura phantasia dos varios individuos, que para seus fins as espalhavam, sendo alguns d'elles hespanhoes residentes em Lisboa, reputados pela policia como adherentes ao partido das extinctas côrtes de Cadiz. Isto deu logar a que o intendente se precavesse tambem contra elles, dispondo-se a prender os que porventura se achassem envolvidos n'estes sediciosos manejos.

Effectivamente por aquelle tempo muito se receiavam os governadores do reino do estado de fermentação em que sabiam achar-se a Hespanha, e das ligações dos liberaes de lá com os de Portugal. O proprio governo hespanhol manifestava tambem iguaes receios, sendo elle o que já em junho de 1814 requisitára ao governo portuguez, que de Portugal fossem mandados sair para fóra d'elle os individuos mencionados n'uma lista que lhe enviou, por serem tidos como professando opiniões revolucionarias, que patenteavam em pu

conversações, como depois informou o intendente ge-
policia, que succedia na loja de bebidas, chamada dos
nhoes, ao caes do Sodré, havendo alguns que se tinham
lo escandalosos, dizia elle, pelos seus discursos incen-
s e perigosos, ostentando n'elles a sua affeição ás inno-
s politicas, que se tinham introduzido em Hespanha, e
prevalecido durante a sua guerra com a França: «se-
s constantes, acrescentava elle mais, do systema in-
ido pelas côrtes, e da inconsequente constituição que
tinham proclamado, os seus votos e expressões diri-
se sempre a sustentar aquelle partido, accusando as
ções contra ellas tomadas por sua magestade catholi-
o ministro de Portugal em Madrid, D. José Luiz de
tambem pela sua parte nutria desconfiança de rela-
ccultas d'aquelle paiz para Portugal, como se provava
ponderações que fazia aos governadores do reino sobre
ssidade de cá se evitar a entrada de hespanhoes sus-
dando-se ordem ás auctoridade da fronteiras para
mittirem pessoas vindas de Madrid, sem trazerem pas-
e expedido por elle ministro. Expoz mais que n'aquella
inham apparecido alguns portuguezes com passapor-
idos pelas auctoridades da fronteira, mencionando o
e dois religiosos se apresentarem lá com passaporte
o pelo corregedor da comarca de Elvas. Que uma cor-
dencia existia já no primeiro trimestre de 1814 entre
raes hespanhoes e portuguezes é facto provado pelas
confidenciaes de 22 e 23 de março d'aquelle mesmo
dirigidas pelo encarregado de negocios de Portugal
drid, Joaquim Severino Gomes, a D. Miguel Pereira
o qual lhe respondeu em officio de 28 do referido
xpondo-lhe o seguinte sobre este assumpto: «Cumpre-
er-lhe que nas suas cartas reservadas pôde exprimir
toda a liberdade, na certeza que só serão vistas de
conveniente, e que se faz necessario que continue a
os flos da correspondencia, que possa existir entre os
i, tanto de lá, como de cá, avisando-me do que se of-
para aqui se indagar o que for conveniente». A con-

clusão que de tudo isto se póde tirar é que a Hespanha se achava effectivamente n'um estado de fermentação em face do restabelecimento das côrtes de Cadiz, ou do governo parlamentar, sendo muito provavel que qualquer revolta, que n'este sentido lá houvesse, não podesse deixar de tambem se fazer sentir em Portugal, em vista do grande descontentamento de todos os portuguezes, levados a applaudir qualquer mudança de governo, que porventura se intentasse em acção.

Com estas disposições começava a romper o fatidico anno de 1817, anno aliás de mau agouro para os amigos da velha monarchia, e altamente desastrado para os que em Portugal se propozeram a iniciar durante elle um governo parlamentar, com a attendivel circumstancia de que os seus trabalhos se tornaram para elles do mais infeliz desenlace, sendo o differente resultado para os que depois d'elles continuaram com similhante empreza, ou porque a dirigiram melhor, ou porque a fortuna os protegeu n'ella mais benignamente, salvando-lhes a desgraça dos primeiros de bussola para evitarem os escolhos, que estes segundos contra si tiveram. Para os que tambem a seu cargo se constituiram primeiros iniciadores da independencia do Brazil a sorte não lhes foi propicia, nem de mais glorioso resultado do que o fôra para os primeiros liberaes portuguezes, não obstante os grandes elementos, que para tal empreza em muitos dos seus habilita-

das as cidades e villas. «Não devemos porém, senhor; diziam elles no citado officio, occultar a vossa magestade, por nossa honra e obrigação, o descontentamento geral de todos os seus vassallos pela demora de vossa magestade no reino do Brazil, depois dos extraordinarios sacrificios e heroicidades, que fizeram para conseguir a salvação da monarchia e a prompta restituição de vossa magestade á antiga séde da mesma. Este descontentamento tem-se augmentado agora n'esta cidade, e se augmentará em todas as terras d'estes reinos com a mesma noticia da celebração de tão solemne acto fóra d'elles, porque tira ou retarda muito as nossas esperanças. E todos supplicámos a Deus Nosso Senhor inspire a vossa magestade, que se compadeça da necessidade que temos da sua augusta presença n'estes reinos, para a conservação dos mesmos e nosso amparo, e se digne pela sua misericordia dispor tudo de maneira que vossa magestade possa vir com toda brevidade». Morto como no Rio de Janeiro foi o conde da Barca em 21 de junho de 1817, el-rei nomeou um novo mysterio no dia 23, compondo-se de João Paulo Bezerra, presidente do erario; do conde de Palmella, ministro dos negocios estrangeiros e da guerra; do conde dos Arcos, ministro dos negocios de marinha e ultramar; do desembargador do Paço, Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, ministro do reino; e como o conde dos Arcos fosse nomeado governador capitão general da Bahia, foi o conde de Palma quem recebeu de el-rei o substituil-o.

Parece-nos pois ter provado que D. João VI preferia decididamente o goso do Brazil ao seu antigo Portugal; mas os brasileiros, olhando mais para a realidade das cousas do que para as theorias abstractas, pouco apreço davam a estas esmereis finezas de preferencia, importando-lhes mais remediar os males, filhos do mau governo do rei, do que com cousas que nada de utilidade publica consigo traziam. Os que pois levados d'estas idéas se propozeram fazer uma revolta contra a nova ordem de cousas estabelecidas no Brazil foram os pernambucanos. Diz-se que as idéas de uma revolta em Pernambuco foram já iniciadas n'esta provincia em 1801

pelo capitão mór de Olinda, Francisco de Paula Cavalcanti Luiz Francisco de Paula, os quaes, sendo denunciados, lo por tal motivo presos e depois soltos por falta de prova, d' do-se que por haver sido abafada uma carta, durante o e dos papeis, pelo respectivo escrivão, que de premio po serviço recebêra 400\$000 réis. Seguiu-se a esta ten uma segunda, começada pelos dois Arrudas, medic Guyenna, e pelos vigarios de Santo Antonio do Recife tentativa cresceu e propagou pelo estabelecimento da *maçonicas*, das sessões das quaes foram excluidos, e destinadas a assumptos particulares, os *mações* eur a maior parte dos quaes eram já filhos do paiz. A e gunda empreza fôra dar mais força em 1814 a cl áquella provincia do negociante Domingos José Marti mando desde então conhecidamente o character de co dora. O odio dos filhos do Brazil contra os europeus, : chamavam *marinheiros*, era antigo e entranhavel, iné seus fins buscar argumentos aos factos da historia da ração, passados entre os hollandezes, allegando-se de de propriedade e doação de sua magestade com exclu quaesquer impostos. D'aqui nasceram as persuações que se moldou a tentativa revolucionaria de que van noticia, assente como foi em idéas da maxima igu embutidas a pretos e a pardos, aos quaes se afian bom exito da empreza pelo augmento consideravel



noniosas, e achando sempre tudo digno da mais
 rovação. Em seguida a isto appareceu bem de-
 certa rivalidade, que o tempo transformou depois
 em vinganças, que os mal intencionados passaram
 entre os brasileiros e europeus, provocando á in-
 ordem e á desordem a fraca guarnição da cidade. O
 governo da provincia desprezou ao principio estes manejos,
 os como vindos de gente sem consideração algu-
 ma influencia politica, acreditando que tudo se tran-
 scoria em breve, recorrendo-se para conseguir este fim
 a promulgação de uma proclamação, que appareceu desacom-
 panhada de outras medidas, que em taes circumstancias não
 eram convenientes, mas até mesmo necessarias, para se
 acalmar e moderarem os espiritos descontentes. Exer-
 cendo nesse tempo o logar de governador e capitão gene-
 ral o desembargador Caetano Pinto de Mi-
 naes, de cujo character frouxo e irresoluto os
 inimigos se aproveitaram, para realisarem a empresa
 planeada, a qual parece ter apparecido em cam-
 po por effeito do acaso, do que por effeito de plano
 previamente concebido. A guerra estabelecida no rio da
 grande para aquellas paragens as tropas de linha das
 provincias do Brazil, compostas geralmente de
 soldados que se seguiu serem chamados, para fazerem
 as guarnições, os corpos de milicias, compostos
 de naturaes do Brazil; mas como os seus officiaes
 eram geralmente portuguezes de nascimento,
 gerando a um ciúme entre elles e os brasileiros, e por-
 tanto partido forte e numeroso por parte d'estes, d'on-
 de resultou a lucta e desaguizados das mais funestas con-

do já citado negociante Domingos José Martins
 alguns militares brasileiros, oppostos aos euro-
 peus, e em concurso com elles tambem alguns paizanos seus
 a ella se fallava em se lançar mão de uma revolta
 pela qual se libertasse a provincia do dominio portu-
 guez. A respeito do que sobre isto ali se passava foi levada ao

governador Montenegro, que assustando-se com ella, convocou no dia 5 de março de 1817 um conselho de officiaes superiores do exercito, todos elles portuguezes de nascimento, sendo entre elles parecer unanime, que se procedesse á prisão, tanto dos citados officiaes e brazileiros, como dos paizanos acima mencionados, castigando-se uns e outros com todo o rigor das leis, incluindo o supracitado Domingos José Martins. Á vista d'isto o governador Montenegro ordenou as citadas prisões, que se confiaram a dois brigadeiros, um dos quaes teve a seu cargo as dos paizanos, effectuadas sem arruido, nem desordem alguma; mas as do outro, chamado Mannel Joaquim Barbosa, a cujo cargo se pozeram as dos militares, tornaram-se de gravidade, porque travando-se de rasões com o capitão José de Barros Lima, este, fôra de si, e reputando-se offendido com as increpações, que o citado brigadeiro lhe fazia, puxou pela espada e com ella o varou, caindo logo morto no chão. Como era bem de esperar, isto causou uma confusão e desordem tal, que todos os espectadores fugiram, e não se effectuando em rasão d'isto as prisões dos citados militares, correram estes de prompto aos quartéis da tropa, que levaram a tomar armas, a percorrer as ruas da cidade, e a manifestar-se em publico uma prompta e formal revolta, com grande prestigio e força.

Sabedor como foi d'isto o governador Montenegro, ordenou ao seu ajudante de ordens, o tenente coronel Alexar Thomás, que de prompto corresse aos quartéis e reunisse as tropas, para que com o auxilio d'ellas procedesse a prender os criminosos. Marchando pois o citado ajudante ao desempenho da sua commissão, e querendo penetrar no quartel de artilheria, cuja entrada lhe embaraçava um capitão, e para mais seguro lhe tomar o passo, adoptou o expediente de lhe tirar a vida com um tiro de pistola, que de prompto o fez cair do cavallo abaixo morto e estendido em terra. Formado como logo foi d'este desastrado caso o governador Montenegro, o que elle fez pela sua parte foi sair do palacio e dirigir-se com a sua familia para o forte do Brum á beira-mar, abandonando por este modo o Recife com manifesta

eram malvados e facinorosos, animou-os para com
em parte na revolta. Os outros officiaes revoltosos
s marcharam tambem ao forte das cinco pontas,
andante sem resistencia alguma lhes fez d'elle en-
que resultou serem igualmente postos em libera-
anos, que para ali tinham ido presos, os quaes
o se tornaram acerrimos propugnadores da come-
ta. Ao amanhecer do dia 6 do citado mez de mar-
ltosos achavam-se em campo como triumphantes,
se terem apoderado dos estabelecimentos publicos
reunido as tropas, ás quaes deram chefes para
nte as capitanear e dirigir. Passando do bairro de
onio para o do Recife, n'este se assenhorearam dos
alfandega, correndo-lhes tudo tanto á sua feição,
do sol do dito dia 6 tinha desaparecido de todo
resistencia para com elles, resistencia que alguns
istas do governo haviam intentado fazer-lhes, re-
finalmente das posições por elles tomadas para o
e de Brum, no intento de se reunirem ao governa-
negro, como conseguiram. No seguinte dia 7 o ci-
nador, convocando um conselho de officiaes gene-
o parecer d'elles capitulou, a que se seguiu serem
is as tropas, que saíram do citado forte, indo uns
ntes portuguezes, que a elle se tinham recolhido,
isões, ao passo que outros foram obrigados a sair
ia, fazendo-se de vèla a bordo de uma escuna para

linguagem vehemente e apaixonada, como em ta-
cumstancias costuma succeder. Para mais solemne
seus actos, o governo provisorio quiz-se auxiliar com
selho de governo, que se compoz de cinco indivi-
mens geralmente conspicuos e de importancia na
De bordo dos navios fundeados no porto mandou o
tirar as armas e as munições que a seu bordo tives-
hibia que individuo algum saisse da provincia, a nu-
licença especial do governo, e finalmente ordenou o
tro de toda a propriedade dos portuguezes, admi-
nuncias para descobri-la. Para attrahir adherente
ordem de cousas, e sobretudo no exercito, fez-se a
promoção geral com augmento de soldos e gratifica-
da parte do povo se conseguir o mesmo resultado, e
abolu os tributos, ordenados pelo alvara de 20 de
de 1812 sobre lojas de fazendas e molhados, emba-
canoas, bem como o denominado subsidio militar
consumo das carnes verdes. Publicou-se a liberdade
mercio, extinguiram-se os monopolios e isenções
tos de generos alimenticios. Expediram-se com
emissarios e auctoridades para as diversas povoa-
pitama, que conseguiram chamar a si na totalidade
mais provincias, sobretudo as vizinhas á de Peru
expediram tambem outros que taes emissarios, indo
o norte, destinados a espalhar a propaganda revolu-
na Parahyba, no Rio Grande, e no Ceará, deves-

no dia 23 de março de 1817. Para os paizes estrangeiros nomearam-se agentes, a quem se deu a commissão de seguirem o reconhecimento da independencia por parte dos governos para junto dos quaes iam, commettendo-se a destinado para os Estados Unidos a compra de armamentos e munições de guerra ¹.

As noticias dos successos de Pernambuco, tendo chegado a Lisboa e ao Rio de Janeiro, fizeram com que n'uma e n'outra capital se apromptassem tambem forças de mar e terra contra revoltosos d'aquella capitania. Pela sua parte os governadores do reino trataram logo de organizar uma expedição de 500 a 3:000 homens de desembarque, que se compoz de quatro batalhões de infantaria, e um de caçadores com o competente trem de artilheria ². A fragata *Perola*, unico vaso de guerra que por então havia no Tejo, foi de prompto mandada sair com destino ao bloqueio do porto de Pernambuco. No Rio de Janeiro igualmente se fez apromptar uma expedição, composta de uma esquadilha e de uns 3:000 homens de desembarque, dando-se a estes por commandante o brigadeiro Luiz do Rego Barreto, levando já comsigo a nomeação de governador e capitão general de Pernambuco. Foi o vivo e energico D. Marcos de Noronha, oitavo conde dos Arcos, capitão general da Bahia, o que com as suas promptas providencias antecipou as que se tomaram no Rio de Janeiro e Lisboa. Consistiram as do dito conde igualmente numa flotilha e n'uma divisão militar, composta de dois regimentos de cavallaria e dois de infantaria de linha, que marcharam ao seu destino pela capitania de Sergipe, e trans-

¹ A participação d'esta revolta, feita do Rio de Janeiro aos governadores do reino, é a que consta do documento n.º 27-A, e vice-versa a participação feita pelos governadores para o Rio de Janeiro, é a que consta do documento n.º 27-B.

Tendo chegado a Lisboa no dia 30 de junho de 1817 a noticia de ter dominado a revolta, os governadores do reino mandaram para a Bahia dois dos citados batalhões, indo para o Rio de Janeiro os outros dois de infantaria, o de caçadores e o trem de artilheria, tendo n'estas occasiões havido bastantes deserções na proximidade do seu embarque.

pondo o rio de S. Francisco, dirigiram-se para as Alagoas, onde foram acommetter os revoltosos no proprio centro da revolta. A flotilha, apresentando-se á barra do Recife, organison o bloqueio por tal modo, que a preparada pelo governo de Pernambuco não se atreveu a sair ao mar. De reforço á flotilha da Bahia appareceu em breve a do Rio de Janeiro, de que resultou fecharem-se completamente as communicações maritimas do Recife, para onde sómente do interior lhe podiam vir mantimentos e outros mais recursos de que precisava. Desde então todo o movimento revolucionario se concentrou na capital da provincia, a qual igualmente passou a ser acommettida pelo lado de terra. Effectivamente as tropas da Bahia, chegando á margem do rio de S. Francisco, atravessaram-n'o sem inconveniente algum em barcas e canoas. De lá marcharam depois para as Alagoas, onde só encontraram o rasto dos revoltosos, que de prompto abandonaram o campo, fugindo vergonhosamente.

Ao encontro das tropas da Bahia, que marchavam sobre a cidade, saiu do Recife com alguma força o negociante Domingos José Martins, indo juntar-se com ella ao capitão de Olinda, Francisco de Paula Cavalcanti, que com a sua gente e a de Martins se fortificára no engenho de Utinga, entre o Cabo, a Escada e a Ipojuca, d'onde passaram a transferir o seu quartel general para o engenho do Trapiche, destinando-se a offerecer ali combate ás forças vindas da Bahia. Martins, saindo com uma partida de gente para Serinhaem, teve a infelicidade de ser prisioneiro, caindo como tal na mão dos seus inimigos, e Cavalcanti, decidindo-se no engenho do Trapiche a resistir com as suas tropas ás que contra elle vinham, assim o praticou, sendo por fim obrigado a retirar-se na direcção do Recife. Por este tempo os revoltosos, que occupavam a cidade de Pernambuco, resolveram-se a evacual-a pelas nove horas da noite do dia 19 de março, o que deu logar a que o commandante das forças navaes a fosse logo occupar, acto a que se seguiu serem soltos todos os portuguezes, que por ordem dos revoltosos se achavam presos, passando

mesmos revoltosos encontrados na cidade. Chegando ao Engenho Paulista os que a tinham abandonado, e não podendo prolongar a lucta, como se deu conselho militar, ali se dispersaram na direcção que um melhor pareceu, acabando-se por este modo a existencia dos revoltosos, os quaes vieram todos a mãos dos vencedores, apesar de escondidos por muitas partes, onde foram apanhados por denuncias, dadas pelos moradores das respectivas povoações. Uns d'elles foram enviados para a Bahia, onde cinco soffreram a pena de morte figurando entre estes o principal cabeça da revolução José Martins, sendo em Pernambuco condemnado a morte de força por uma commissão militar mais composta de revoltados. No dia 20 tinha-se restabelecido o governo, assumindo já tranquillamente a sua auctoridade o general da provincia, o brigadeiro Luiz do Rego. O governo geral o que durante o seu governo consequentemente real o perdão para 113 presos, fazendo o quanto em si coube para limitar o numero das prisões, e valer aos que se achavam nas cadeias. Não foi na pessoa do clemente do que elle o já citado conde dos Arcos, mas muitos dos seus governados de serem envolvidos na conspiração, para esquecimento da qual veio do côrte do Rio de Janeiro uma ampla amnistia, por meio da qual foram perdoados alguns dos proprios cabeças

do Brasil o descontentamento dos seus habitantes assim se manifestado pela fôrma que temos visto, em 1817 uma demonstração de igual natureza se achava entre nós imminente. Foi o marechal Beresford o que logo em janeiro de 1817 d'isto informou o governo, dizendo-lhe que rumores vagos corriam no publico de conspirações sinistras por parte da Hespanha, com relação a Portugal, renovando-se alem d'isto de um modo encoberto a circulação de noticias tendentes, não só a indispor o povo contra o governo, mas a fazer crer que este era indifferente á felicidade dos seus

habitantes, mas até mesmo tendentes a adoçar os sentimentos hostis dos portuguezes para com os seus vizinhos hespanhoes, coincidindo com semelhantes noticias, boatos ainda mais perigosos, do que resultou mandarem os governadores do reino, na data de 11 do citado mez de janeiro, que o intendente geral da policia lhes participasse: 1.º, se existiam ou não semelhantes boatos, e desde quando; 2.º, qual era a sua origem; 3.º, qual a importancia que tinham produzido no publico. Em cumprimento d'esta ordem o dito intendente informou na data de 15 do citado mez de janeiro, que effectivamente era desde muito poucos dias que n'algumas lojas publicas, na praça do commercio e em outros mais logares de ajuntamento se espalhavam a medo e com a reserva, que inspirava a importancia do objecto, que o principe regente da Gran-Bretanha tinha sido gravemente ferido em um braço; que a cidade de Londres estivera a ponto de ser incendiada; e finalmente que uma grande revolução popular alterára a tranquillidade d'aquelle reino. Com o maior receio e não pequena reserva se dizia mais que a Hespanha se armára contra Portugal, reunindo para o invadir um exercito junto a Cadiz e outro junto a Badajoz, chegando a apparecerem já algumas tropas junto do Guadiana em territorios portuguezes. Esta attitude da Hespanha diziam uns ser o resultado dos tratados, pelos quaes o soberano de Portugal cedêra ao da Hespanha os seus dominios da Europa em troca das suas possessões da America ¹, affirmando outros serem estas cosas planos de ambição da côrte de Madrid, acobertados na occupação de Montevidéu, feita pelas tropas que d'este reino tinham ido para o Brazil. O referido intendente não dava grande importancia aos citados boatos, parecendo-lhe injusto e violento que em tal caso se recorresse a medidas repressivas contra os que os repetiam, meio geralmente contrario ao fim que se tinha em vista, parecendo-lhe por conseguinte

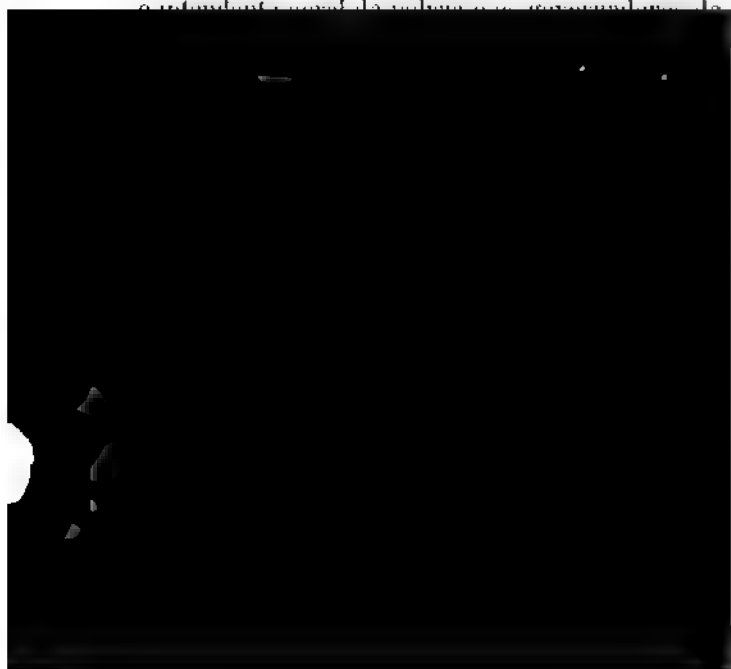
¹ A cedencia feita á Hespanha não era verdadeira, com relação a todo o Portugal, mas era-o com relação aos concelhos de Serpa e Moura, como já vimos na nota da pagina 240 do anterior capitulo.

que o melhor era deixar que o tempo formalmente os desmentisse.

Que alguns hespanhoes suspeitos continuavam a apparecer por aquelle tempo em Lisboa, manifesta-o abertamente o officio, que o intendente geral da policia dirigiu a D. Miguel Pereira Forjaz, no dia 30 de abril do citado anno de 1817, participando-lhe as noticias que podéra obter, a respeito de uns officiaes militares hespanhoes, D. Francisco Xavier Cabanes e José Valls, que de Madrid tinham vindo para Lisboa. Dizia-se mais no citado officio que entre as pessoas com quem tratava Cabanes figurava o general Gomes Freire de Andrade, e Antonio de Sousa Falcão, dando-se reciprocamente visitas e jantares entre uns e outros d'estes individuos. Todavia o referido intendente tinha por inadmissivel que a Hespanha fosse a propria, que procurasse promover a desordem em Portugal, servindo-lhe isto de pretexto, como se dizia, para fazer entrar as suas tropas n'este reino. Quanto ás desinquietações a que se referia o extracto das noticias, que o governo lhe mandára, dizia terem por si causas, taes como: a geral desinquietação, que no paiz tinham produzido os regulamentos contidos nos dois alvarás de 21 de fevereiro de 1816, relativos á tropa de linha, á das milicias e ás ordenanças; a desaffeição universal em que o marechal Beresford tinha incorrido entre todos os portuguezes, sem excepção dos proprios militares; o extremo rigor sentido nas diligencias feitas para o recrutamento, executado até nos proprios dias da semana santa, e nos do regosijo pela aclamação de el-rei, cousa que affectára todas as classes de pessoas, dando causa ás geraes murmurações, que por tal motivo se faziam, chegando este recrutamento a ser tão activo, que até o proprio governo hespanhol inquiriu sobre este ponto o nosso ministro em Madrid; e finalmente o desalento que em todos causara o fazer-se na America a citada aclamação de el-rei, e o ir tambem para lá a futura princeza do Brazil, a archiduqueza da Austria, D. Carolina Josepha Leopoldina, destinada para esposa do principe herdeiro da corôa, D. Pedro de Alcantara, inferindo-se de ambas estas cousas as nenhumas tenções

que havia do monarcha portuguez voltar com a sua familia para a Europa. «São estas, terminava o cidadão e nenhuma outra desinquietações a que o extracção e que não tem passado de patentear-se entre as diferentes classes de individuos, e terem-se espalhado os papeis que tenho remettido com as minhas contas em seu tempo».

Depois do mallogro da conspiração de Perna com os elementos de geral desgosto e grande descontentamento que havia em todo o Portugal, começou a fallar tambem muito em Lisboa em conspiração quando cada um sobre este ponto o juizo, que a propria imaginação lhe suggeria. Em Hespanha tam aquelle tempo se cuidava em realisar uma revolta, com todo o empenho se pretendia igualmente Portugal. As intrigas dos agitadores d'aquelle paiz a cousa que mais cuidado dava ao marechal Bertrando sendo ella a que maior e mais particular attenção recia, e tanto mais, quanto era notorio haverem-lheido varios rumores de uma natureza bem séria respeito. Os differentes mensageiros que andavam de Hespanha para Portugal, e *vice versa*, d'este para aquelle não davam menos cuidado ao marechal, e sobretudo da Fonseca Magalhães, que se lhe indicára como o principal actor d'essas mysteriosas negociações entre um e outro

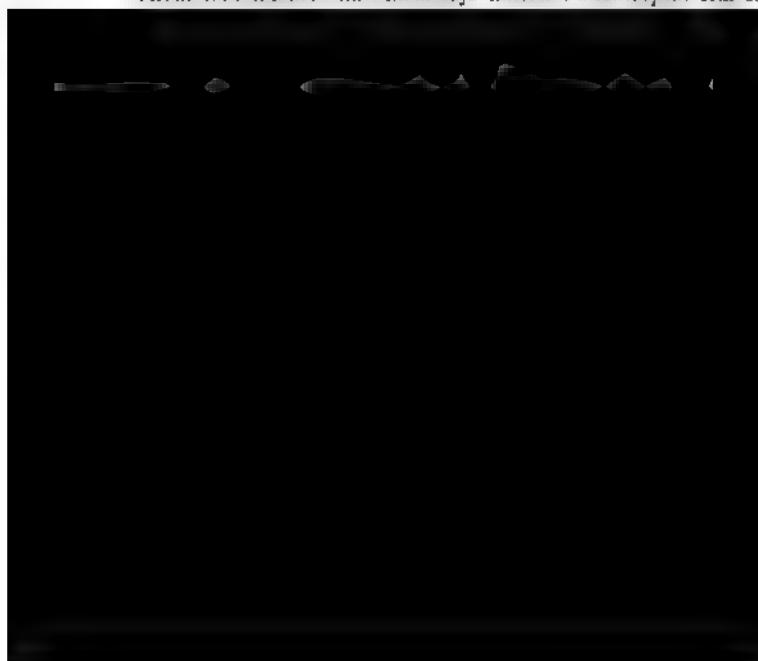


nencia dos inglezes, pois que no fim de seis continuos annos de lucta, passados sempre debaixo da mais severa disciplina, os officiaes portuguezes estavam perfeitamente em igualdade de merito e valor com os inglezes, e portanto no caso de poderem, tão bem como elles, desempenhar os postos de maiores, tenentes coroneis, coroneis e brigadeiros, não fazendo portanto a conservação dos inglezes no nosso dito exercito mais do que impecer a promoção dos nacionaes a estes postos. E como o marechal Beresford era a principal causa da dita conservação e o que zelosamente a apoiava, sobre elle recaia com motivo justo todo o odioso do mal que d'ella provinha aos nossos officiaes. A este motivo de desgosto, que contra elle havia, dava-se mais o dos amplos e elevados poderes, que o imperante lhe tinha conferido, honrando-o a par d'isto com subidos titulos, cousas que tambem não podiam deixar de trazer comsigo o constante ciume e rivalidade, senão de toda a nação, pelo menos de uma grande parte d'ella, e sobretudo da classe nobre e até mesmo dos proprios militares, seus subordinados. Este ciume era muito natural e bem cabido, por ser sempre humilhante para qualquer nação ver um estrangeiro, por maior que seja o seu merito, elevado ao maior grau de poder e auctoridade a que se pôde subir n'essa nação. E como el-rei era o que pela sua parte o tinha revestido de semelhantes poderes, sendo alem d'isto suspeito de nada se lhe importar já com os seus subditos da Europa, votado como exclusivamente parecia estar ao engrandecimento do Brazil, não podia tambem deixar de se constituir alvo de uma justa indisposição da parte dos seus referidos subditos. Portanto Beresford com razão olhava para qualquer alteração da tranquillidade publica como um verdadeiro attentado contra o seu poder e o do imperante; e o particular cuidado com que o vigiava e defendia, pelo interesse pessoal que n'isso tinha, assim o parecia confirmar.

Taes eram as circumstancias que no paiz precederam o tragico e lamentavel successo de que vamos informar o leitor, convencidos como estamos, á vista dos factos por todos

nós conhecidos, que as revoluções politicas são fogos de
sadores do espirito humano, semelhantes aos incendios, e
em vez de se apagarem, fortificam-se por meio de t
aquillo que os não extingue. Parece-nos todavia que a r
lução a que nos referimos foi obra da maçonaria, se não
los trabalhos de toda esta sociedade, pelo menos por al
das suas lojas, ou dos seus influentes. Pertenciam a um
ditas lojas, estabelecidas em Santarem com o nome de
lantropia, o capitão Pedro Pinto de Moraes Sarmento¹
como o alferes de infantaria n.º 3, Antonio Cabral Call
Furtado de Lemos. Este moço, altamente imprudente e
loucado, teve o desaccordo de vociferar contra o go
na occasião de se achar n'uma roda de individuos em q
tava Moraes Sarmento, succedendo mais leval-os o dit
res a uma casa, aonde lhes leu uma violenta e vertiq
proclamação, em que se maldizia do rei e do marech
resford. Foi o dito capitão Moraes Sarmento o unico d
cumstantes que, mostrando-se offendido contra as dua
sonagens altamente incriminadas, se decidiu a ir no
de abril procurar outro individuo de sentimentos tão
como os d'elle, a quem relatou o que presencêara,
esse individuo o capitão José de Andrade Corvo de Can

¹ Este capitão Pedro Pinto de Moraes Sarmento, famoso dem
do infeliz Gomes Freire de Andrade, era natural de Lisboa, e e
tarem fôra mudado na citada loja militar *Philantropia*. Em 46



Corvo, a quem a idéa de traição logo lhe assaltou a mente, sem nada lhe importar com as suas filiações secretas, entenderam necessario munir-se de uma copia da citada proclamação, e para este fim associaram a si, elle e Moraes Sar-

ella muitas pessoas, e encarregou-se de propor á viscondessa de Juro-
menha, D. Maria da Luz, o ser iniciada na maçonaria, o que se fez no
mesmo anno de 1814 (na quinta que d'antes era do marquez de Angeja,
e hoje é do duque de Palmella, no Lumiar), em sessão magna, a que
assistiram algumas personagens respeitaveis, e que n'aquelle tempo oc-
cupavam postos e empregos eminentes na capital. Esta iniciação teve
por fim o saber-se pela viscondessa quaes eram os sentimentos do ma-
rechal Beresford, a respeito da liberdade; mas por fim ella, Corvo e
João de Sá atraçoaram todos os mações, e só serviram Beresford. O re-
falsado Corvo, continuando a fazer muitos e valiosos serviços á maço-
naria, e a distinguir-se mesmo entre os mais diligentes, obteve alguns
graus superiores, e na installação da *Philantropia*, ao oriente de Santa-
rem, foi elle um dos tres deputados, mandados pela grande loja para
a dita installação. Esta loja nomeou-o depois seu representante, e em
consequencia d'isso lhe deram o grau de *Rosa Cruz*. O já citado auctor
dos *Annaes e código dos pedreiros livres* diz-nos mais, que Corvo estivera
em Santarem com o regimento de infantaria n.º 10 em 1816, onde com
amores se tornou notavel, e foi depois ajudante de ordens do marechal
de campo conde de Rezende. Este malvado Corvo fôra portanto maçon
da loja *Virtude*, de que era *veneravel* Luiz de Sampaio. Emigrou para
Londres em 1820, d'onde voltou para Portugal em 1824, e fez-se então
famoso na conspiração de 30 de abril d'aquelle anno contra D. João VI,
e a favor de D. Miguel, seu filho. Os referidos *Annaes* nada nos dizem
sobre o fim que teve este famoso traidor; vontade tinhamos de o sa-
ber, e talvez o saberíamos, se tivéssemos relação com uma das columnas
de um preponderante partido politico, entre os do liberal, pessoa que
como elle tem tambem recebido da maçonaria, a que igualmente per-
tence, muita consideração e honras, tido, como é por alguns, como uma
das columnas do partido liberal; cremos todavia que se a politica de
outro tempo não tivesse sido banida do paiz, essa pessoa seria por
certo um dos seus grandes sustentaculos. Triumphou por fim a causa
liberal, parecendo-nos que estas conversões mais provém de quererem
partilhar as vantagens dos triumphadores, do que de verdadeiros sen-
timentos liberaes. D'estes constitucionaes de circumstancias conta hoje
no seu gremio o partido liberal um bom numero. depois do seu trium-
pho, e quando com tanta filaucia os ouço fallar nas côrtes, ou tão altivos
os encontro nas praças e ruas, vontade tenho de lhes perguntar, *ubi
relinquisti effigem?* Onde deixaste a cara?

mento, o bacharel João de Sá Pereira Ferreira Soares¹, a qual effectivamente a obteve do alferes Calheiros, de quem se dizia particular amigo. Sabedor de tudo isto o marechal Beresford pela baroneza de Beduido, chamou ao seu quartel general, no pateo do Saldanha, á Junqueira, os tres citados individuos, aos quaes mandou por uma ordem, que em 2º de abril lhes deu por escripto, que entrassem na conspiração e fizessem todos os possiveis esforços, para se inteirarem de tudo quanto se tramava. Elles assim o executaram, e de crer que com vistas na recompensa, fiados no que se de que *dignus est mercenarius mercede sua*; e crentes em nenhum escrúpulo pozeram em se irem agrupar aos individuos de quem se constituíram vis e infames traidores dando-os á revolta, que desejavam realisar, por cujo conseguiram obter d'elles todos os documentos que queriam, como proclamações, instrucções e todos os mappaes, que serviam para provar a existência da conspiração. A sua admissão verificou-se no dia 10 de maio de 1817: a casa da rua de S. Bento, que então tinha o n.º 51, mandando o capitão Moraes Sarmento fazer-se posteriormente escolher para ir revolucionar a Beira Alta, dando-se-lhe para este fim os respectivos plenos poderes, com as competentes proclamações, credenciaes, instrucções, mappas, etc. Moraes Sarmento foi na noite de 19 do citado mez de maio entregar tudo isto ao marechal Beresford, o qual n'esta noite mandou fazer copia de tudo, e entregar ao marechal

Antes das instigações do marechal Beresford para esta chamada conspiração, ignora-se qual fosse o verdadeiro estado dos trabalhos dos respectivos conspiradores, e quaes as suas relações nas provincias, nada mais havendo de certo até ali do que uns poucos de homens descontentes e queixosos do rei, dos governadores do reino, e sobretudo do marechal Beresford, e por taes motivos phantasiando planos, que mais se deviam reputar como um simples desabafo do seu amargo infortunio, do que como obra de uma séria e efectiva conjuração, parecendo-nos até que nem as suas proclamações lhes sairiam jámais das mãos, se os traidores, delegados do marechal Beresford, não fossem por mandado d'elle arrancar-lh'as do seu poder, para lh'as trazer á sua presença, e d'ellas se servir para no fim de tudo os levar ao patibulo como seus pessoaes inimigos. Fundam-se estes nossos juizos em nada se saber das suas agencias e correspondencias fóra de Lisboa, antes das instigações do marechal, e dos loucos enthusiasmos em que Moraes Sarmento foi pôr aquelles desgraçados, para o nomearem seu delegado na provincia da Beira-Alta, e á sombra d'isto apanhar-lhes todos os papeis, que só de então por diante tomaram o character de offensivos ao governo existente. O certo é que senhor como d'elles se fez o marechal, novamente entregou os originaes a Moraes Sarmento, que para dar existencia pratica á conjuração theorica, seguiu no dia 20 para a provincia, onde tinha de ir desempenhar a sua falsa e traidora commissão. Quando se achava em Trancoso recebeu ordens de novamente se apresentar em Lisboa, onde chegou a 19 de junho, indo por mandado de Beresford (depois de ambos terem preparado o laço, que se havia de lançar ao pescoço das suas desgraçadas victimas, como Judas preparára a Christo o supplicio da cruz), entregar ao intendente geral da policia, João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães, os já citados documentos originaes, não tardando os escribas e phariseus em fazer obra por elles. Sabida como depois foi do publico a activissima parte, que o marechal Beresford tomara na descoberta da conspiração, e no andamento do respe-

ctivo processo, conspiração destinada mais para o demer do poder, a chegar-se ella a realisar, com toda a razão olhou como sendo elle o que para se vingar dos seus conhecidos inimigos, e aterror os não conhecidos, se consider d'ella verdadeiro promotor e instigador, não podendo de se lhe attribuir pelo menos a immoralidade de lhe dar corpo, com o pretexto de salvar o rei e a patria, de a nut e abertamente a pôr por obra, pois a não ser elle, e os me que empregou para conseguir vingar-se dos seus ditos i migos, talvez que nada de real podessem elles ter feito a parecer no publico, como era bem de crer, attenta a nent ma importancia social que tinham. a exceptuar somente t mes Freire.

Senhor como portanto o marechal Beresford se achou documentos comprovativos da projectada conspiração, d giu-se na manhã de 23 de maio a casa do secretario do verno na repartição da guerra, D. Miguel Pereira Forjaz, qual communicou todas as noções e clarezas, que sobre tinha podido alcançar, relatando-lhe a maneira por que d vera taes noticias; e apresentando-lhe ao mesmo tempo copias já acima referidas, que verdadeiramente eram d sua, acrescentou que o projecto dos conspiradores era ass sinarem-n'o a elle marechal, e a elle D. Miguel Pereira F jaz, deporem o governo existente, prenderem os officiaes glezes, que se achavam ao serviço de Portugal, e proclan rem por fim um governo revolucionario, como se referia

de justiça, nomeados pelo referido intendente, e auxiliados pela mesma tropa, tinham de effectuar as respectivas prisões. Já na manhã do citado dia 24 havia o marechal Beresford expedido confidencialmente uma ordem aos commandante dos corpos para chamarem todos os officiaes e soldados, a pretexto de exercicio ou de revista, e retel-os nos quartéis, ficando elles commandantes advertidos de que pelas onze horas e meia da noite deviam fazer a distribuição dos cartuchos, mandar carregar as armas, e tomar todas as precauções para se acharem promptos a marchar á meia noite para onde se lhes ordenasse. Postados que foram os corpos nos logares indicados pelo marechal, pelas mesmas onze horas e meia da noite foi elle estabelecer o seu quartel general em Alcantara. Por esta mesma hora começaram os ministros da justiça, auxiliados pela antiga guarda real da policia, hoje guarda municipal, a effectuar as prisões, com relação aos individuos que se achavam em Lisboa, indo para o castello de S. Jorge uma parte dos que foram presos e outra para o Limoeiro, apprehendendo-se tambem com elles todos os seus papeis. O general Gomes Freire de Andrade, que de todos os ditos presos era o de maior vulto e importancia, foi para a torre de S. Julião da Barra, onde chegou pelas seis horas e meia da manhã, sendo acompanhado pela mesma escolta de cavallaria da policia, que o tinha ido prender. Tudo isto se fez sem a mais pequena alteração da ordem publica, recolhendo as tropas a quartéis pelas quatro horas da manhã, retirando-se tambem o marechal Beresford para o seu quartel do pateo do Saldanha, á Junqueira, logo que recebeu as partes de que tudo se executára sem novidade alguma. Pelo que respeita ás provincias, ou ás prisões que n'ellas se tinham a fazer, succedeu a mesma cousa, isto é, fizeram-se sem que durante ellas se descobrisse o mais pequeno signal de reacção.

Todas estas occorrencias foram participadas por D. Miguel Pereira Forjaz ao nosso ministro em Madrid, D. José Luiz de Sousa, em officio de 4 do seguinte mez de ju-

nho ¹, dizendo-lhe não só o ter-se descoberto uma conspiração em Lisboa, mas até o haverem sido presos os que a promoviam, acrescentando que o respectivo projecto se ligava com o dos revolucionarios da Hespanha, contando os de Portugal, que ao mesmo tempo que tivesse logar a explosão n'este reino, a haveria tambem n'aquelle, sendo muito notavel que o brigadeiro D. Francisco Xavier Cabanes, que em Lisboa se suppoz mandado pelo governo hespanhol, e com disfarce para cá observar as disposições do paiz, tivesse intimas communicação e jantasse por differentes vezes com Gomes Freire e outros mais individuos com elle compromettidos, os quaes por certo não tinham em vista favorecer outro qualquer partido, que não fosse o de uma revolução contra o legitimo governo, como era facil conhecer das suas proprias proclamações. A el-rei D. João VI dirigiram os governadores do reino outra igual participação, manifestando n'ella mais particularmente o peso das suas observações, dizendo-lhe: «que eram muito vehementes as suspeitas, que já tinham contra o tenente general Gomes Freire de Andrade, não só pelo seu conhecido genio, e pela adhesão que patenteára pelo serviço de Buonaparte, achando-se empregado até ao fim da campanha de 1814 em um ponto de tanta confiança, como era o de segundo commandante da guarnição de Dresde, praça que Buonaparte deixára occupada por uma fortissima guarnição, quando se retirou para Leipsick; mas pela circumstancia, que depois soubemos, de que elle fôra eleito *grão mestre* da maçonaria em Portugal, depois da sua volta para este reino. Esta circumstancia, junta á má vontade, que pelas razões já expostas nos nossos officios anteriores existe contra o marechal general, explica o phenomeno que se observa de que, não havendo aquelle official prestado n'este reino serviços alguns tão relevantes, que lhe attrahissem uma igual benevolencia, antes pelo contrario havendo-os prestado até ao ultimo momento ao seu mais implacavel inimigo, comtudo attribue-se-lhe grande merecimento, por não ter vindo com-

¹ Veja o documento n.º 28-A.

bater pessoalmente na península. Suppõe-se-lhe grandes talentos militares, grande patriotismo, e era tal a disposição, que os manejos da seita a que preside tinha conseguido espalhar no publico, que ainda agora mesmo uma grande parte da nação attribue este procedimento, mais a uma intriga do marechal, do que á verdadeira culpabilidade dos presos ¹.»

Apprehendidos como foram os réus, determinaram os governadores do reino, por portaria de 31 do citado mez de maio, publicada na gazeta de 4 de junho, que apenas se concluíssem as averiguações, a que se estava procedendo, e se formasse o respectivo processo, fosse este sentenceado em relação pelo juiz da inconfidencia e os competentes adjuntos ². Inaugurou-se pois o referido processo com todas as tenebrosas formalidades, costumadas para estes casos n'aquelle ominoso tempo. Os presos foram postos em segredo, sem que um processo criminal d'esta ordem fosse conhecido fóra do governo e dos seus agentes. Os papeis apprehendidos aos presos foram em tão consideravel numero, que o intendente geral da policia propoz, que para o seu exame se creasse uma commissão, e que d'ella fosse nomeado presidente Cypriano Ribeiro Freire, *pela rasão de se entender correntemente com o marechal general* ³, evidente prova de que o andamento do processo ia ser subordinado á vontade do marechal Beresford. Os interrogatorios foram feitos pelos dois ajudantes do referido intendente, os bem conhecidos absolutistas João Gaudencio Torres, e José Vicente do Casal Ribeiro ⁴. Não fez

¹ Veja o documento n.º 29.

² Veja o documento n.º 30.

³ Veja os documentos n.ºs 31 e 31 A.

⁴ Por aquelle tempo o mais relevante serviço, que se podia prestar ao estado, era ter concorrido para levar ao cadafalso as desgraçadas victimas da revolução de 1817. A prova d'isto é o seguinte. «O ajudante do intendente geral da policia (diziam os governadores do reino n'um seu officio, dirigido para o Rio de Janeiro), o desembargador da relação do Porto, José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, allegando a importancia dos seus serviços, pediu ser nomeado desembargador ordinário da casa da supplicação e commendador da ordem de Christo». Informando pois esta pretensão os citados governadores do reino no seu

vingança, sendo ella o incentivo que mais o arrastou de empenho que mostrou na condemnação dos réus, o que por esta ruim paixão os impelliu para o crime, elle proprio os accusou, pelo facto da carta branca, aos denunciantes que assalariou, os quaes, fiados na cega da impunidade que se lhes garantiu, nenhuma tiveram em levar os desgraçados (a quem com a malicia de Judas se associaram para os atraioar), a praticar o que não praticariam, a não serem excitados pelos denunciantes. Beresford foi com effeito um incansavel e zelador d'estes homens, não duvidando em ser elle o primeiro que se pozesse em campo contra elles, empregando para isso a influencia da sua grande auctoridade, e com a mais cuidadosa e activamente possivel de averiguar se effeito existia ou não a citada conjuração. Para esse fim arrogou elle um direito que lhe não assistia, porque

o dito officio n.º 360 de 12 de dezembro de 1818, expunham os serviços do supplicante eram com effeito attendidos, consistindo em ter descoberto alguns socios da execranda conjuração, descoberta em 1817, quando o processo que se lhes formou, fazendo as pesquisas para descobrir o seu delicto com o zelo, diligencia e acerto, que o intendente geral da policia, João de Mattos e Vasconcellos Barbalhães. Estamos persuadidos, acrescentavam mais os ditos serviços, que estes novos serviços são dignos de recompensa, não de importancia, que sempre tem merecido particular contemplação dos reis, mas porque vossa magestade já houve por bem despa-

do as fórmulas a seguir n'estes casos, não era a elle marechal a quem competia proceder em segredo e por baixo de mão ao descobrimento da dita conspiração, antes devia participar immediatamente ao governo as primeiras noticias, ou informações que a este respeito colhesse. e nada mais, sendo a justiça a que de então por diante devia tomar a seu cargo o exame d'este negocio, e não elle, como succedeu.

A ingerencia do marechal no andamento do processo dos presos é manifesta, sobretudo pelas referencias, que a elle se fazem nos officios, dirigidos por D. Miguel Pereira Forjaz ao intendente geral da policia, pelas conferencias que elle marechal e o mesmo Forjaz tiveram um com o outro sobre este negocio. Foi Beresford o que mais diligencias fez para comprometter os mesmos presos, e sobretudo Gomes Freire, que elle tinha como seu rival; foi elle quem pessoalmente levou a Forjaz os papeis, que dos mesmos presos pôde alcançar por intermedio do capitão Moraes Sarmento, e foi tambem elle o que mais interessado se mostrou em que se lhes formasse quanto antes o respectivo processo, perguntando sobre elle por vezes, e até mesmo solicitando o seu andamento, chegando até a estranhar a demora que n'isto havia. Sendo o intendente perguntado sobre este assumpto, por aviso dos governadores do reino de 1 de agosto, respondeu elle no seguinte dia 2, dizendo: «A maior diligencia e mais assiduo trabalho, junto á mais solícita circumspecção, propria de negocio de tal importancia, tem sido empregado sem cessar, havendo sempre, como era devido, o cuidado de evitar que a presteza não se trocasse em acceleração prejudicial ao descobrimento dos factos, assim como á legalidade das provas¹. Mas o marechal Beresford não fez só isto, pois teve

¹ Existia no archivo do governo civil de Lisboa, e pôde ser que hoje esteja na Torre do Tombo, a seguinte correspondencia confidencial, e mais papeis relativos á chamada conspiração de Gomes Freire de Andrade em 1817.

Maço n.º 1. Sete cartas sobre o assumpto, dirigidas pelo marechal Beresford a D. Miguel Pereira Forjaz, secretario da repartição da guerra junto aos governadores do reino, e ao intendente geral da policia, João

até o arrojo de formular para o governo as perguntas, deviam fazer as testemunhas e aos réus, perguntas recias destinadas a comprometter mais particularmente Freire, como se vê do seguinte officio. «Ill.^{mo} e
J'ai parlé a ceux qui doivent déposer devant l'intendant général de police, et ils donnent la préférence a faire position en secret, où leurs noms ne paraîtront pas a testimonies; car ils disent que si toute leur temoign mise dans une devassa, où seront leurs noms, que que verra immédiatement toute l'affaire en ce qu'égard. Ils préposent donc qu'ils soient appelés comme autres pour la devassa général par l'intendant

de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães. São escripta
cez, e numeradas de 1 a 7 inclusivamente.

Maço n.º 2. Vinte e cinco cartas do mesmo D. Miguel Pere
dirigidas ao referido intendente. São numeradas de 1 a 25.

Maço n.º 3. Trinta e quatro officios de diferentes aucto
capital, dirigidos ao intendente Mattos. São numerados de 1
sivamente.

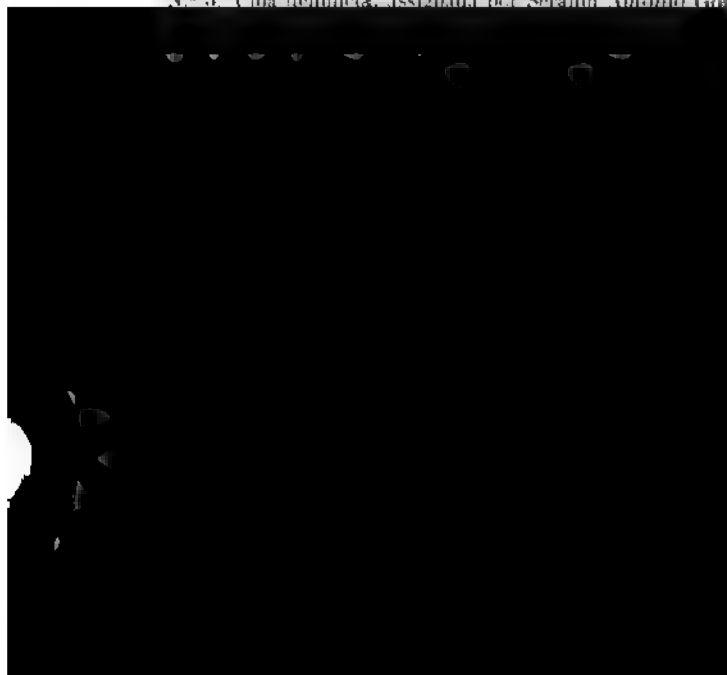
Maço n.º 4. Vinte e nove officios de diversas auctoridade
vincias, dirigidos ao intendente Mattos. São numerados de 1
sivamente.

Maço n.º 5. Papeis avulsos:

N.º 1. Auto de diligencia, praticada na residencia de Jo
Gomes de Sousa e Vasconcellos e Jacinto José de Mattos.

N.º 2. Uma proclamação manuscrita, datada de 19 de ma

N.º 3. Uma denuncia, assignada por Serafim Antonio Gor



de policie, et qu'ils déposeront là quelque chose de peu de consequence, et qui ne leurs compromettra pas, et qu'ils prendront la même occasion de déposer là tout a l'intendant général de policie séparément et en secret, ce que me parait sera le mieux pour tous les objects que nous avons, car entrant dans la devassa général, ou ils ne diront pas grande chose, otera toute idée de suspicion sur eux, et ils puissent peut-être encore nous servir, et au même temps il y aura l'avantage de leur pleine temoignage dans toute ses parties. *Je vous envoie quelques questions, qu'il me parait seront utiles de faire aux temoins de la devassa, et particulièrement a quelques uns deux*, et v. ex.^{co} verra que ce seront outre des questions, que la plus grande connaissance de l'intendant de policie puisse leur faire, et de plus il verra que ce ne sont que des questions preliminaires, et que conformément a leurs réponses; beaucoup d'autres puissent suivre chacune de celle-ci. Naturellement ces questions seront mises entre les grandes nombres, que se propose l'intendant général de faire, car autrement étant mises séparément, on pourrait savoir dont elles viennent et leur object. J'ai l'honneur, etc. — *Marquez de Campo Maior.* — Pateo do Saldanha, 10 de junho de 1817. — A s. ex.^{co} D. Miguel Pereira Forjaz.

As perguntas que Beresford propunha se fizessem ás testemunhas e aos réus, e que effectivamente se lhes fizeram, com destino a comprometter Gomes Freire, são as seguintes:
 . Se na companhia de Gomes Freire vós tendes ouvido fallar do estado actual de Portugal?

Se elle vos tem feito observações sobre a maneira por que foi recebido, ou visto pelo povo?

Se por acaso tereis tido occasião em publico de ter visto, ou observado alguma cousa a este respeito?

Se vós o tereis ouvido fallar, ou dar a sua opinião sobre negocios publicos do governo, ou dos governadores?

Se vós o tereis ouvido, durante este ultimo anno até ao presente, fallar da publicidade de uma insurreição, ou levantamento do povo, ou geralmente, ou notavelmente para algum dia em particular?

Se elle vos terá ou directa, ou indirectamente convidado, ou proposto de entrar, ou se vos tem pedido a vossa opinião, ou qual parte vós tomareis, na certeza de haver algum levantamento?

Se vós lhe tereis alguma vez ouvido fallar d'estes dois peis periodicos, denominados *Correio Braziliense*, *Portuguez*, ou outros, publicados fóra d'estes reinos, e como elle se applicava em particular de cada um d'estes?

Que pessoa, ou pessoas tendes vós visto mais na sua intimidade e companhia, particularmente os que frequentavam a sua casa?

Se sabeis d'elle, ou por qualquer outro canal, que Gomes Freire recebia cartas de Hespanha; ou por via da Hespanha de qualquer outro paiz?

Se vós tereis sido informado, que elle tenha recebido cartas, ou tenha communicações com Inglaterra; e se vós sabeis o canal por onde tem vindo estas cartas; e quem tem sido o portador, ou portadores, ou de que maneira lhe chegaram á mão?

Se lhe tendes ouvido fallar, ou dar a sua opinião, e de envolver seus sentimentos sobre governo monarchico, ou publicano, ou fazer comparação entre elles?

Por aqui se vê pois o grande empenho, que teve o marchal Beresford em comprometter o infeliz Gomes Freire Andrade, e portanto com quanta razão os portuguezes o

seu empenho em averiguar o negocio da conspiração era tal, que até chegou a mandar inquerir na sua propria presença e no seu mesmo quartel o mais indiscreto e entusiasta dos conspiradores, o já citado alferes de infantaria n.º 3, Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos, como se vê do seguinte officio, dirigido igualmente a D. Miguel Pereira Forjaz, officio que tambem aqui passâmos a copiar, para evitar duvidas sobre a veracidade da parte activa, que o marechal tomou em levar ao patibulo os chamados conspiradores de 1817. «Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. J'ai l'honneur de remettre a v. ex.^{co} la déposition de Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos, comme il l'a fait hier au soir, et je ne peut que dire que visiblement il n'y avait pas la sincerité qu'il avait promise, mais tout le contraire. Il n'a pas même mentionné les *personnes principales* qu'il avait, avant d'être pris, dit être engagés dans cet affaire, et je n'ai pas voulu qu'on lui fit des interrogations la dessus, comme sa venue ici était seulement à son desir, et pour avouer librement tout ce qu'il savait. Les magistrats sauront de plus ce qu'ils leur paraitra nécessaire. Je remets au même temps les papiers, que j'avais déjà donné a v. ex.^{co}, et que vous m'avais renvoyé, et d'autres au même Cabral, que me furent envoyé de Santarem par l'escort que l'amenait. Je l'ai envoyé à la Limoeiro pour y être à la disposition de l'intendant général de policie. J'ai l'honneur, etc. (Não tinha data, mas vê-se que devia ser do dia 2 de junho, pelo auto que abaixo se segue.) = *Marquez de Campo Maior*.

Foi o citado Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos preso em Santarem pelas tres horas da madrugada de 27 de maio de 1817, sendo os individuos encarregados d'esta commissão o coronel commandante do regimento de infantaria n.º 10, Donald Mac-Niell, o tenente coronel do referido corpo, José Benedicto de Mello, e o respectivo major, Thomé de Avellar da Silva Capeto. Calheiros logo em Santarem escreveu ao coronel Niell, pedindo ir á sua presença, como effectivamente foi, onde fez no dia 30 do dito mez de maio uma extensa declaração, a qual pelo seu contexto pareceu

não ter character de veracidade. Vindo preso para Lisboa, foi perguntado em casa do marechal Beresford no dia 1.º de junho, lavrando-se d'isto um auto, que é aquelle a que o mesmo marechal se refere na carta que acima acabámos de ler, e que é do teor seguinte :

Auto de perguntas feitas a Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1817, ao primeiro dia do mez de junho do dito anno no palacio da residencia do ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. marechal general, marquez de Campo Maior, estando presente s.^{ex.}, e assistindo José Antonio de Oliveira Leite de Barros, do conselho de el-rei nosso senhor, e seu desembargador do paço e auditor geral do exercito, aonde eu, corregedor do bairro de Belem, Manuel de Sampaio Freire de Andrade, compareci por commissão que me foi dada, lavrei este auto de perguntas pela maneira que se segue a Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos. E perguntado de onde era natural, respondeu que era natural da villa de Santarem, e que de sua idade tinha vinte e seis annos.

E perguntado se sabe, ou presume o motivo da sua prisão, respondeu que sabe que foi preso por ser contemplado socio de uma sociedade de reforma de governo.

E perguntado se esta reforma era para excluir sua magestade fidelissima do seu legitimo governo, respondeu que não sabia.

E perguntado em que tempo começou a sociedade de que falla, respondeu que a sociedade, pelo que tinha colligido, havia já muito tempo que existia, e pelo que pertence a elle respondente, não está certo, mas que lhe parece que fôra admittido no principio de abril proximo passado.

E perguntado quem foram as pessoas que o convidaram para entrar n'aquella sociedade, respondeu que foram José Pinto, alferes de infantaria n.º 4, e mais outro José Pinto, alferes do regimento de infantaria n.º 16.

E perguntado de que maneira se serviram aquelles individuos para o convidarem, respondeu que, fazendo-se encontros com elle respondente em uma loja de bebidas n'esta cidade, mas que se não lembra em que loja fôra, aquelles individuos o cumprimentaram e travaram conversa com elle, e depois, tornando-se a encontrar com elle em diversos sitios, convidaram a jantar em algumas casas de pasto, o que o respondente acceitára, dando-lhes tambem a elles alguns jantares, e que nos ultimos jantares aquelles dois individuos lhe deram alguns indicios de que existia aquella sociedade.

E perguntado quando fôra admittido a ella, e como entrou para a mesma sociedade, respondeu que entrára nos principios do mez de abril, como já disse, e que a maneira como para ella entrára foi respondendo-lhes que estava disposto para o que elles quizessem, e que assim fôra obrigado a fazer por ameaças, e mesmo algumas esperas, que fizeram na calçada do Monte, junto á sua casa.

E perguntado em que dia tivera a primeira sessão da sociedade, respondeu que nunca assistira a sessão alguma. E instado que era impossivel que não assistisse a sessão d'aquella sociedade, quando estava admittido como socio d'ella, respondeu que elle assistira a algumas das sociedades dependentes da sociedade principal, e que estas estavam em casa de José Ribeiro Pinto, alferes do regimento 16.

E perguntado quem foram os mais socios da sociedade que elle respondente estava, respondeu que foram José Apello, morador no largo da Encarnação, e que era da cidade da Beira.

E perguntado de que trataram n'essa sessão, respondeu que foi para admittirem um socio, chamado Pedro Pinto, ajudante de ordens do brigadeiro Vahia.

E perguntado se com effeito fôra recebido n'aquelle dia, respondeu que não.

E perguntado quando o fôra, respondeu que fôra na primeira sessão seguinte.

E perguntado quaes eram as outras pessoas, que elle respondente conhecia que estavam n'esta sociedade, respondeu que sabia pelos outros socios das mesmas sociedades, dependentes da principal, que os membros principaes eram Gomes Freire, barão d'Eben, D. Nuno Alvares Pereira, marquez de Ponte de Lima e José de Vasconcellos, brigadeiro, assim como o conde de Peniche filho, e que é capitão de cavallaria. Que dos referidos socios não tem certeza physica de que sejam elles os socios originaes da sociedade principal, mas sim de o ter ouvido dizer aos socios das sociedades secundarias, dependentes da primeira; mas sabe com certeza serem socios das sociedades secundarias e dependentes os seguintes individuos, a saber: o coronel reformado das milicias de Lisboa, Monteiro, morador ao Rato; o major Neves, do batalhão de atiradores occidentaes; Francisco Antonio, architecto, morador ao Rato; e que não conhecia mais socios, mas que sabia que n'esta sociedade entrava muita gente, pelo ter ouvido aos outros socios.

E perguntado se conhecia por socio Verissimo Antonio Ferreira da Costa, respondeu que pelas conversações que tivera com elle, se persuadia que elle era membro da sociedade geral.

E perguntado qual era o plano da reforma do governo a que se dirigia aquella sociedade, como declarou, respondeu que elle não vira o plano escripto, mas que pela informação que lhe deram os outros socios, sabe que se dirigia ao fim seguinte, digo pelo modo seguinte: que no dia em que se julgasse conveniente a explosão na cidade de Lisboa, se praticaria pela maneira seguinte: Em uma noite se fariam surpresas em differentes auctoridades, e que na manhã seguinte appareceria um motim nas praças publicas, e que se pediria um general commandante em chefe, fazendo com que o povo elegeesse a Gomes Freire, e que este se iria buscar a sua casa, o qual, apparecendo como apaziguador, faria crear um governo provisorio, e que depois se passaria a convocar córtes, para se fazer uma lei constitucional, elegendo um rei debaixo d'esta constituição.

E perguntado se sabia de algumas instrucções, planos ou proclamações, tendentes ao objecto d'esta sociedade, respondeu que sabe de nove proclamações, uma instrucção e uma credencial, que todas tinha em seu poder, e que as proclamações eram impressas, que tinham sido impressas em uma imprensa particular, que agenciou um José Ribeiro de Oliveira, morador ao Campo de Sant'Anna, e que os caracteres se tinham comprado em uma casa de negocio ingleza na Ribeira Nova.

E perguntado quem comprára as letras da imprensa, respondeu que fôra elle respondente compral-as.

E perguntado a quem entregára elle respondente aquellas letras, respondeu que as entregára parte a José Ribeiro Pinto, e parte ao seu creado.

E perguntado quem dera o dinheiro para se comprarem aquellas letras, respondeu que a menor porção fôra dada pelo major Neves e a maior por um tal Eugenio ¹, que mora na rua de S. José ², defronte ou ao lado da casa do desembargador José Guilherme de Miranda, junto á botica.

E perguntado onde se acha, e em que logar se acha esta imprensa, respondeu que em uma casa em que se vende bochecha ao sitio do Rato ³.

E sendo mais perguntado onde param actualmente as proclamações, instrucções e plano de que acima fallou, respondeu que no dia antecedente á sua prisão as tinha mettido em uma gaveta de uma banca de seu cunhado, Francisco Leite Sodré da Gama, e que este, encontrando aquelles papeis, reprehendêra a elle respondente, e que depois, sendo preso, não soubera mais dos papeis, nem se elle os conservava ainda em seu poder.

¹ Diogo, dizia um lapis que vimos á margem do respectivo manuscripto, que tivemos á nossa disposição.

² Era a porta n.º 129 em toda a casa, que era do sogro, um Francisco José da Costa, procurador de causas, e elle mesmo empregado no almirantado (outra nota a lapis do citado manuscripto).

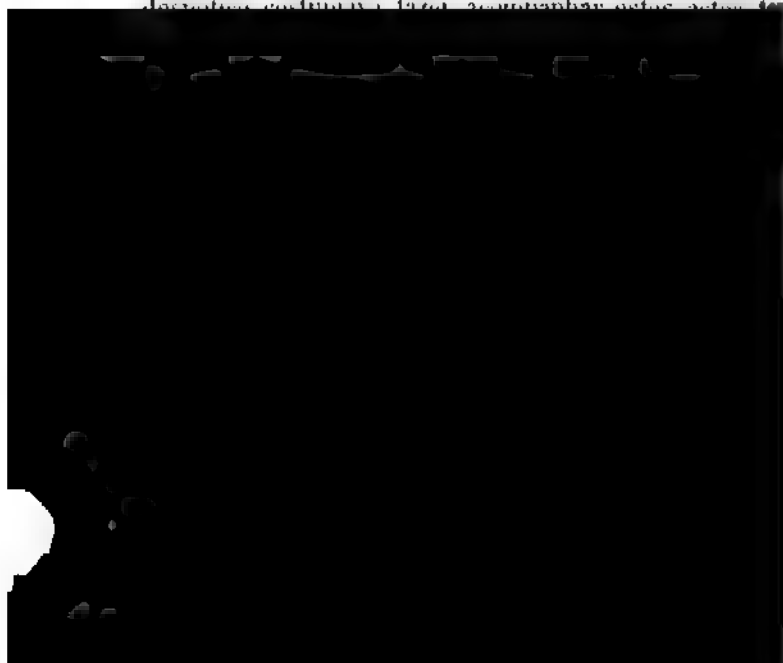
³ Era a casa de um só andar, n.ºs 80 e 81. (Nova nota do citado manuscripto.)

E perguntado quanto custaram as letras da imprensa, respondeu que custaram quinze moedas de 4,800 réis cada uma.

E perguntado se tinha mais alguma cousa a declarar sobre este objecto, respondeu que sabe, pelo ter ouvido dizer aos socios, que haviam outras sociedades d'esta natureza em Evora, Elvas, Extremoz, Beja e Campo de Ourique, que havia correspondencia entre Gomes Freire e um general hespanhol, chamado Cabanes, e que esta correspondencia era ás avessas do que se mandava dizer.

E por agora se não fizeram a elle respondente mais perguntas, que sendo por mim lidas, disse que estavam conformes ao que havia respondido, affirmando debaixo de juramento o que pertence a terceiro. E para constar fizeo termo, que assignou o respondente commigo, e bem assim o referido desembargador do paço, auditor geral do exercito, que fez estas perguntas. (Segue-se a firma do dito desembargador, e depois a assignatura de Manuel de Sampaio Freire de Andrade e de Antonio Cabral Calheiros Figueira de Lemos.)

Á vista do que temos exposto, era bem de crer que os primeiros promotores do systema liberal entre nós, as desgraçadas victimas de que estamos tratando, não podessem escapar ao affrontoso e infamante supplicio de uma forca, e todos aquelles apparatus aterradores, com que o governo



Sarmiento, João Antonio de Araujo, José Ribeiro Saraiva, e padre Antonio José Guyão. Parece que entre os proprios governadores do reino houve, segundo por então correu, quem pretendesse livrar os infelizes presos do infamante patibulo, que lhes estava destinado; mas baldado empenho, como não podia deixar de acontecer pelos desejos em contrario, tão manifestamente pronunciados pelo marechal Beresford, a quem elles governadores estavam de algum modo subordinados, e a quem moralmente não podiam contrariar, á vista do extraordinario prestigio, que no animo de el-rei tinha conseguido, estando de mais a mais de accordo com elle marechal, sobre este ponto, o secretario do governo na repartição dos negocios estrangeiros e da guerra, o já citado D. Miguel Pereira Forjaz. Disse-se que fôra com effeito o principal Sousa (D. José Antonio de Menezes e Sousa, irmão do conde de Linhares), o que tivera o nobre e humanitario intento de lhes valer¹, o que talvez fosse verdade, á vista da passagem de um officio, que o mesmo D. Miguel Pereira Forjaz dirigiu ao intendente geral da policia em 26 do mez de maio, passagem que ao mesmo tempo nos demonstra a ferocidade d'este notavel homem contra os infelizes presos², e que é do teor seguinte: «Communiquei ao marechal o officio de v. s.^a em data de hoje, e a carta inclusa do senhor principal, e remetto a v. s.^a a propria resposta do marechal para seu conhecimento. Estou absolutamente pelo que diz o marechal, quanto ao pouco receio que deve haver, ácerca da segurança

¹ É para notar o ter a sorte poupado o principal Sousa a ver na sua vida executada a sentença de morte do general Gomes Freire de Andrade e dos seus companheiros de infortunio, por haver elle proprio perdido a vida em 1 de outubro de 1817, ou dezesete dias antes d'aquelle em que teve logar o tragico successo do Campo de Sant'Anna e da explanada da torre de S. Julião da Barra.

² Parece-nos que a causa d'esta sanha de D. Miguel Pereira Forjaz era a sua indisposição contra seu primo, Gomes Freire de Andrade, do qual parecia muito empenhado em se desfazer, pois contra elle se tinha já mostrado adverso durante a campanha do Roussillon, em que ambos militaram, fazendo parte da divisão portugueza, que para lá fôra em auxilio da Hespanha.

dos presos; mas enfim separem-se os que parecer conveniente, como estava já determinado, se v. s.^a julgar conveniente. Quanto porém á opinião do senhor principal, de *mandar sair na fragata com esta precipitação*, parece-me meio impolítico e inconveniente: é dar a tudo isto um ar de violencia e injustiça, que servirá ás mil maravilhas os projectos dos seus adherentes, *quando ainda mal temos na mão provas da existencia de uma infernal conjuração, que convém aclarar e punir, para fazer cessar a continuação da gangrena*. O fazel-o assim com promptidão, actividade e energia, mas com toda a siseudeza e gravidade, que compete a um governo legitimo, e não lhe dar apparencia de uma meia medida, que indica parcialidade e fraqueza, é de *razão*⁴.

Por espaço de tres mezes continuos se tiveram os presos em apertado segredo, para serem perguntados e repreguntados pelos seus respectivos juizes, a fim de se lhes porerem correntes os autos, o que só veio a ter logar no dia 30 de agosto, em que se entregaram ao juiz da inconfidencia, o tado Antonio Gomes Ribeiro. Foi elle o que passou a examinar os adjuntos já acima mencionados, tirando-os *de entre os de melhor nota, inteireza e lealdade*, segundo o dizer dos governadores do reino, no officio que em 6 de setembro dirigiram para o Rio de Janeiro. O mesmo Gomes Ribeiro mandou logo em seguida fazer os autos summarios, e supprir

a pressa que se queria dar ao respectivo processo, primeira conferencia, que no dia 4 de setembro houve, proferiu-se um accordão, pelo qual se mandou do segredo todos os presos, que n'elle se achavam criminosos, a fim de serem acareados e sustentadas declarações em presença uns dos outros. Re-

mandada pelos governadores do reino para o Rio de Janeiro, eue acima se cita de 6 de setembro, participando a el-rei o resultado do processo feito aos presos, teve uma resposta, que em vez de manifestar inteira acquiescencia ao seu procedimento, deu o seguinte officio: «Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Não pôde deixar de sensível ao paternal e piedoso coração de el-rei nosso senhor, governadores do reino n.º 490, em data de 6 de setembro do anno passado, na parte que diz respeito aos conspiradores, e se, pela copia que remetteram da informação do intendente de policia, sobre o processo que lhes havia feito, que alguns dos presos, esquecidos dos sentimentos honrados, que em todas as occasiões distinguiram os portuguezes, conceberam e começaram a cair no delirio das suas paixões criminosas o infame projecto de traherem para revolucionarem esses reinos. E pelo que os presos expozeram n'esta materia, foram constantes ao mesmo promptas providencias que deram para serem brevemente réus, remettendo os autos á casa da supplicação, para os autos, nomeando juiz relator e adjuntos de melhor nome, e lealdade, e recommendando a prompta soltura dos presos, sem serem innocentes, com mais outras disposições proprias de procedimento extraordinario e horroroso; ficando tambem inteirado do resultado de se proferiu na primeira conferencia, e que mandou tirar todos os presos soltos, e declarados innocentes e re-

que mais houve a se fazer a respeito da liberdade de imprensa, que em todos os presos se manifestou para metterem Gomes Freire de Andrade, talvez que a persuasão de que por causa d'elle seriam perdoados, bem singular me a declaração do barão d'Ebenrode, a qual me se lhe tornou favoravel, não sendo menos a razão se tomar ella em consideração, por ser o único dos implicados, que em elle tinha mais relação familiar. Chamamos isto como mais um motivo, que a fazer no firme proposito de lhe querelem tirar a vida no interrogatorio que se lhes mandou fazer, pelo mesmo Gomes Freire. Desde a sua saída do segredo concluidas as careações, os presos ficaram em liberdade se communicarem e de viverem juntos. Seguiu-se a levar o intendente geral da policia aos governadores do reino o citado processo, que passou a ser definitivamente julgado no tribunal da inconfidencia pelos cinco d

1 No fim do mez de setembro, que por então corria, os governadores do reino achavam-se por tal modo reatizados, que somente se comparecer as suas respectivas sessões, o marquez de Borbom e Raimundo Nogueira, o qual pouco mais fazia do que prestar a assinatura as medidas do governo, não comparecendo por o marquez de Olhão e o principal Sousa, o qual veio a morrer em outubro de 1817, como já vimos. De entre os dois secretarios do governo, D. Miguel Pereira Forjaz e João Antonio Salter de Almeida que este mesmo, por igual motivo de doença, tambem vezes faltava ao desempenho dos seus deveres, sendo chama

3 juizes, mostrando-se os citados governadores taodos, que a execução precedeu apenas dois dias a puda sentença, cujo accordão sobre os embargos deção era assim concebido: «Accordão em relação, etc. embargo dos embargos de restituição, que não recebem os autos, cumpra-se e execute-se a sentença dada, e paguem os réus as custas acrescidas. Lisboa, outubro de 1817. = *Gomes Ribeiro* = *Leite* = *Dr. Velasques* = *Dr. Guyão* = *Araujo* = *Ribeiro Saraiva*. = Com a rubrica do desembargador procurador da corôa.»

Accordão sobre os primeiros embargos dizia o seguinte: «Accordão em relação, etc. Sem embargo dos embargos, recebem por sua materia, cumpra-se e execute-se a sentença embargada, com a declaração de que os réus condemnados á morte de garrote nas forcas sejam n'ellas enforcados, e paguem as custas acrescidas. Lisboa, 17 de outubro de 1817. = *Gomes Ribeiro* = *Leite* = *Dr. Velasques* = *Dr. Guyão* = *Araujo* = *Ribeiro Saraiva*. = Com a rubrica do desembargador procurador da corôa.»

Accordão condemnatorio da respectiva sentença era concebido: «Portanto e o mais dos autos hão por desauferidos e privados de todos os privilégios, honras e dignidades gosavam n'este reino, de que igualmente hão por privados, os réus José Joaquim Pinto da Silva, José de Miranda, José Ribeiro Pinto, Manuel Moniz Carvalho. Gomes Freixo de Andrada. Henriques

lançadas ao mar. E outrosim os condemnam em confisco e perdimento de todos os seus bens para o fisco e real, com effectiva reversão e incorporação na corôa morgado, feudo ou fôro, constituídos em bens que s da mesma corôa, no caso de os haver, na fôrma da denação do livro 5.º titulo 6.º § 16.º, e do alvará de janeiro de 1759.

«Nas mesmas penas condemnam os réus: Pedro de Figueiró, Manuel de Jesus Monteiro, Manuel Ign Figueiredo e Maximiano Dias Ribeiro, que se associ infame sociedade e criminosa confederação, menos q serem os seus corpos e cabeças, depois de mortos, dos pelo fogo a cinzas.

«E condemnam o réu Francisco Antonio de Sousa gredo por toda a vida para o reino de Angola, e em cação de todos os seus bens, na fôrma sobredita.

«Condemnam tambem o réu Antonio Pinto da Fons ves em dez annos de degredo para Moçambique e em cação de metade dos seus bens para o fisco e cama na fôrma sobredita. E ao réu Francisco Leite Sodré d: condemnam em cinco annos de degredo para o reinó gola.

«Condemnam o réu Frederico, barão d'Eben, a q expulso do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, da cadeia em que se acha directamente para bordo d

ento) = *Dr. Guyao* (Antonio José Guyao) = *Araujo* (João
nio de Araujo) = *Ribeiro Saraiva* (José Ribeiro Saraiva)
com a rubrica do desembargador da corôa.»

A execução dos onze condemnados á morte teve logar no
3 de outubro no Campo de Sant'Anna, como ordenava
lença, começando pelo meio da tarde e acabando pelas
horas da noite, tendo logar a do general Gomes Freire
planada da torre de S. Julião pelas nove horas da ma-
Correu e publicou-se já pela imprensa, que o tenente
el do regimento de infantaria n.º 19, Roberto Haddock,
ndêra salvar da ignominiosa morte do affrontoso pati-
la forca o infeliz Gomes Freire de Andrade, e que para
· semelhante tentativa o governo havia já mandado para
e de S. Julião, por portarias de 6 e 9 de setembro, o
ado desembargador Pedro Duarte da Silva como de
iella ao preso. É um facto que o dito tenente coronel,
que Gomes Freire saiu do segredo, se poz com elle em
unicação, e até na vespera e antevespera da sua exe-
· insistiu em entrar, como effectivamente entrou na pri-
mando já estava entregue ao seu confessor, dizendo-
ne ia da parte do marechal de campo, commandante da
ctiva divisão militar, Archibaldo Campbell, a quem se
confiado a guarda do preso, offerecer-lhe os seus au-
, sem fazer caso algum das constantes resistencias, que
nilhante procedimento oppoz o citado desembargador
o Duarte da Silva. Haddock não fez só isto, mas chegou

casão com demoras e obstáculos, destinadas a promover algum movimento de tropas, cuja pro-
favor do mesmo Gomes Freire era n'ellas bem co-

Foi no officio n.º 501, dirigido a el-rei na data
novembro, que os governadores do reino se lhe
d'estas occorrencias, dizendo-lhe: «Que os motivos
desconfiança, com relação a ellas, consistia prin-
cipalmente na relaxação em que estava a guarda do preso, e
devidamente negligencia do marechal de campo, Archibald
bell, que o não conservava incommunicavel, e
estar um preso de estado, e lhe havia sido ordenado
pelo governo obrigado a mandar para a fortaleza o do-
tor Pedro Duarte da Silva, o qual na sua primeira
afirma que o preso tinha antes muitas conversações
com o dito marechal, e com outras pessoas das que ali se
achavam, e até sabia as novidades e lia as gazetas, devendo
estar em rigoroso segredo. Em segundo lugar em ter
Gomes Freire declarado, que se queria matar com
uma pistola na noite em que foi preso, e que não exerceu
qualquer acção desesperada, por lhe ter sido arrancada da
mão a pistola por pessoa da sua casa, que se achava presen-
te, e finalmente em ser constante que Gomes Freire era
membro da sociedade maçonica, o que elle mesmo confirmou
em depoimento, declarando que occupava os primeiros gra-
us da dita sociedade, e em ser igualmente notorio que n'ella
se occupava principalmente no exercicio, ha grande numero

e sociedade procurasse livrar o seu chefe da morte ignominiosa a que fôra sentenciado por algum dos motivos já citados. Esta desconfiança não era só de Pedro Duarte da Silva, pois que ella tinha já sido a que moveu os juizes do Conselho a determinar que o dito réu fosse executado na vizinhança da fortaleza onde se achava preso, parecendo-lhes mais humilde a sua trasladação para a cadeia do Limoeiro e a execução no Campo de Sant'Anna, onde os seus companheiros foram justicados». Fosse porém qual fosse a proposta feita pelo tenente coronel Haddock a Gomes Freire de Andrade, certo é que este lh'a desprezou, e resignado se metteu á ignominiosa morte a que o condemnaram, e ao soffrido durante a sua prisão privações e misérias inauditas da sua pessoa, e que cobrirão para sempre da mais vergonhosa mancha a memoria de seu primo, D. Miguel Pereira Passos, que d'ellas se lhe tornou culpado, podendo bem evi-
lh'as, como secretario que era da repartição da guerra e dos estrangeiros, sendo de mais a mais pessoa da maxima influencia nas resoluções dos governadores do reino, a ponto de opinião publica o olhar como aquelle na mão de quem dependiam todos os destinos do paiz, que se retirou fóra da alçada do marechal Beresford.

Para remate de tão lastimosa tragedia convem dizer que quando viu no meio da maior tranquillidade e geral indifferença o tristissimo prestito, que lhe apresentaram os condemnados na marcha funebre, que com curtos e vagarosos passos seguiram desde o Limoeiro até ao logar do supplicio no Campo de Sant'Anna, não se divisando nos semblantes dos individuos da classe baixa, apinhados em todas as ruas e em transitos, e que no mesmo campo de Sant'Anna em muito maior numero se agglomeraram, manifestos signaes de piedade e compunção, talvez que pela crença que tiveram de que estas victimas de uma politica avançada e progressista eram criminosos de estado, crença que o proprio governo procurou diffundir entre o povo, até mesmo por meio do ministerio augusto da religião, cortejando para este fim o secular e regular de todos os institutos, invocações

e matizes dos seus habitos, com o fim de os levarem por os animos do mesmo povo em favor das medidas tomadas. Tal foi a causa dos avisos expedidos em 19 de maio aos bispos e prelados das differentes religiões, e da real de 31 de maio, por effeito da qual os principaes do patriarchal de Lisboa ordenaram em *sede vacante*, em todas as parochias e igrejas dos conventos da sua diocese, que fossem os officios proprios do dia, se não se ou rezasse, onde se não podesse cantar, depois da missa de Noa, a missa votiva de Nossa Senhora em acção de graças pelo beneficio recebido do mallogro da projectada execução, ajuntando-se-lhe no fim o hymno *Te Deum laudamus* com o Santissimo Sacramento exposto, dizendo igualmente no referido dia em todas as missas a oração *pro gratia actione* ¹. O certo é que o concurso do povo foi immenso, e todas as ruas por onde passou o respectivo prestito, estavam tomadas pelos governadores do reino tomado pela sua parte para tomar as precauções de segurança publica, e ainda mais para a segurança da execução. A tropa da guarda real de Lisboa estava toda debaixo de armas, e no campo de Santa Anna, lugar destinado para a execução, como já vimos, havia-se um forte corpo, commandado pelo brigadeiro Vasconcellos e Sá. A terrivel sentença cumpriu-se rapidamente, como n'ella era expresso, sendo separadas as cabeças dos corpos dos primeiros oito executados, e depois d'isso os corpos foram sepultados em um valado, e os cabeças em um

das execuções concluídas, ou quando já não havia meio de as prevenir. A par d'esta tardia e irremediavel compunção veio tambem logo a murmuração do publico, por não ver a sentença que provasse o crime, tendo aliás visto o rigor e a crueldade da sua punição. Foi dois dias depois d'ella se haver executado que finalmente appareceu no publico, sendo tal a avidéz com que se buscou ler, que é fama terem-se d'ella extrahido em breve tempo para mais de 20:000 exemplares. Correu por aquelle tempo que foram mortos todos aquelles que tinham assignado uma representação, contraria aos poderes magestáticos dados ao marechal Beresford em tempo de paz, e por tão indecoroso modo para a nação, não se tendo elle naturalisado, chegando até mesmo a obrar sem sujeição aos governadores do reino.

Passando agora a emittir um juizo critico sobre a justiça ou injustiça com que foram condemnados os réus acima mencionados, é elle um pouco difficil de fazer-se, pela falta de meios adequados que para isso ha. O respectivo processo nunca se fez publico, nada mais havendo para fundamentar

uido de Portugal, Brazil e Algarves, com' a comminação de ser degradado para um dos presidios de Africa por toda a vida, no caso de contravenção; tres condemnados a degredo para Angola e Moçambique, e ~~doze~~ declarados incursos na pena capital. Sendo executada esta sentença no dia 18 do corrente, observou-se a melhor ordem possivel e a maior tranquillidade que podia imaginar-se. Nos semblantes de todos via-se n'este dia, assim como n'aquelles em que, depois da dita sentença, os réus receberam na fórma do costume os soccorros da religião, claramente representada a expressão de horror, que, no meio de uma nação distincta pelos seus constantes sentimentos de lealdade ao soberano, justamente inspirou o crime abominavel de um punhado de individuos, que, surdos ás vozes e aos dictames das leis divinas e humanas, tentavam submergir-nos nos horrores da anarchia. Está-se imprimindo a sentença, que applicou a disposição das leis aos factos provados na maior evidencia. Na publicação, que terá logar bem depressa, encontraremos novos motivos para ter na merecida execração crimes de tanta enormidade, e possa um exemplo tão custoso á humanidade, quanto indispensavel á justiça, conter a todos nos seus deveres, para que a historia não tenha de manchar mais as suas paginas com acontecimentos semelhantes.»

o referido juízo do que a sentença, sendo sómente por *ella* que se hão de avaliar os factos criminosos, attribuidos a os réus. Verdade é que na sobredita sentença se faz uma recapitulação das provas; mas n'ella não se acha um só depoimento testemunhal conforme a outro, nem um só facto provado, a não ser pela propria confissão dos réus, e pela existencia, ou achado de uma proclamação, cujos dizeres os dão por altamente criminosos, sem todavia se mencionarem claramente quaes os seus crimes ¹. Por conseguinte esta proclamação e as confissões dos réus são duas das bases em que os juizes se fundaram para proferirem, tão sem escrupulo, uma sentença de morte infamante em tamanho numero de réus. Mas por mais graves e atrozes que fossem os dizeres da citada proclamação estavam longe de se poderem ter como conjuração manifesta, e de como tal se castigarem os réus. Quanto ás confissões d'elles, é claro que, não tendo por si outras provas que as abonassem, não podiam só por si motivar uma semelhante sentença. Effectivamente não se encontram n'ella, como já dissemos, duas testemunhas con- testes, asseverando que qualquer dos réus commettesse actos pessoaes, que devessem ser tidos como crimes de lesa magestade e de alta traição. Acresce mais terem-se acci- tado como testemunhas na devassa os seus proprios denun- ciantes, Moraes Sarmento, Corvo de Camões e desembarga- dor Pereira Soares, que eram os interessados em accusar e comprometter os suppostos conjurados, devendo-se assim considerar os que entre elles se foram introduzir, já com o manifesto intuito de denuncial-os, cousa prohibida pela or- denação, livro 5.º, titulo 2.º, § 5.º Estes mesmos denuncia- tes são entre si amigos e conluiados para o facto da citada denuncia, novos motivos por que os seus testemunhos se de- viam julgar como de fraco valor, sem outras provas mais que os abonassem, facto igualmente contrario ao que dispõe a mesma ordenação, livro 5.º, titulo 6.º, § 29.º Para maior gravidade do caso ha na sentença uma omissão notavel, tal é

¹ Veja o documento n.º 33 A.

a de se não declarar que as testemunhas se não fizeram judiciais, por effeito d'ellas não quererem depor em publico, não quererem ajuramentar-se, e nem finalmente serem acareadas com os réus, como já vimos pelo officio, que em francez o marechal Beresford dirigiu a D. Miguel Pereira Forjaz. A falta d'esta circumstancia tornava só por si o processo nullo, como é expresso na ordenação, livro 1.º, titulo 86.º. Tudo isto, reunido com as circumstancias dos réus se acharem interessados em reciprocamente se criminareem uns aos outros, faria trepidar juizes, que não fossem tão sanguinarios e vendidos ao poder, como os assignados na sentença, inimigos reconhecidos do systema de governo, que os réus pretendiam acclamar, reunindo-se com isto serem igualmente cortejadores servis dos governadores do reino, cujas vontades, oppostas manifestamente aos mesmos réus, com o maior respeito e veneração acatavam.

Um outro ponto, que tambem serviu de base á sentença, foi uma chamada *credencial*, a qual se dizia emanada de uma auctoridade ficticia, tal como o denominado *conselho regenerador*. Que elle era uma auctoridade ficticia prova-se pelo facto de não haver uma só testemunha, que confirmasse a sua existencia, nem tambem se diz que o processo o dêsse como cousa real e verdadeira, pois as duas firmas e as duas assignaturas, que na dita credencial havia, eram tambem obra de phantasia, sendo o fim da dita credencial installar na Beira Alta uma delegação de quatro membros, installação que se não levou a effeito, não sendo os passos que para ella se deram mais do que obra do denunciante Pedro Pinto de Moraes Sarmiento. Pasma-se, portanto, de ver uma sentença publica fundada em asserções, que em seu favor não tinham um só depoimento de testemunhas insuspeitas e auctorisadas. A par da citada credencial figuravam igualmente vinte e quatro proclamações incendiarias, as quaes não eram mais, como igualmente se prova do respectivo processo, de que um extracto de um delirante papel, tal como a proclamação escripta pelo furioso e imprudente Cabral Calheiros, seguindo-se aos citados documentos umas *instrucções* para a ad-

missão de socios, e um pequeno mappa em oitavo para servir de indicação dos adeptos, que se podessem adquirir, e finalmente dois quartos de papel, que indicavam ser um modelo para a correspondencia. Mas todos estes documentos, não ser a citada proclamação de Calheiros, nada mais era do que obra directamente forjada pela traiçoeira admissão dos socios dos conspiradores, de Pedro Pinto Moraes Sarmento, José de Andrade Corvo de Camões e João de Sá Pereira Ferreira Soares, e portanto indirectamente forjados pelo proprio marechal Beresford¹, de modo que, a não terem sido as traiçoeiras tramas d'estes quatro individuos, não mais existia do que a simples proclamação de Calheiros, e bem pronunciado descontentamento, tanto d'elle, como dos mais associados com elle. E seria isso um crime de tal ordem, que merecesse a cruel e infamante pena de morte e forca a que foram condemnados? Pois os desejos de perpetrar um crime, se crime a isto se podia chamar, deveria ter a mesma pena que o da perpetração d'esse crime? Não somo

¹ Se o que já temos dito do marechal Beresford não basta para provar o seu grande empenho em comprometter os desgraçados conspiradores liberaes de 1817, diremos ainda que por effeito das suas recomendações, depois que em 1820 chegara ao Rio de Janeiro, teve logo o decretamento de uma pensão de 600\$000 réis annuaes a favor do capitão Pedro Pinto de Moraes Sarmento, dizendo-se no respectivo decreto, que por *contemplação á sua lealdade e bons serviços*, pensão que lhe devia ser paga pelos fundos da embaixada de Londres, segundo

insultos, mas parece-nos bem que não, mesmo no caso de se reputarem criminosos semelhantes desejos.

É tanto evidente, que com taes provas do crime os indigentes que tão severamente foram condemnados, tel-o-iam merecido mais justiça a uma pena menos severa que a de que os seus juizes, quando assim lhes aprouvesse, bem como os proprios governadores do reino, e ao marechal Be-

que tão empenhados se mostraram em lhes tirar a vida, propositos d'elles e do marechal pareceu ser firme e decidido em perder os compromettidos, querendo pela severity do castigo mostrar a el-rei, fóra das idéas particu-

lar vingança pessoal que n'isto podia haver, o seu zêlo pelo serviço, querendo não menos suffocar o mais pernicioso germen das idéas liberaes que detestavam, pois o marechal José de Sá Pereira abertamente declarou no depoimento, *que o fim da conjuração era a escolha de um rei e uma constituição*.

Cabral Calheiros declarou igualmente no depoimento que já vimos, que o fim da sociedade era *depor o governo existente, convocar córtes para fazer constituição, e eleger um rei debaixo do regimen constitucional*.

O réu Manuel de Jesus Monteiro declarou que offerecido a sua vida á sociedade *para o estabelecimento de um rei constitucional*. Outra prova mais, de que a sociedade em questão era effectivamente *conspiradora e possivelmente liberal*, qualidades que me parece não poder-se lhe attribuir, é a fornecida pelo depoimento

do marechal Monteiro de Carvalho, que foi tido como o principal chefe da associação, o qual declarou que o plano era *depor os governadores do reino e o marechal general, dividir a tropa em duas partes, e parte reunir-se a um general, o qual nomearia um governo provisório e cuidaria da administração, enquanto se não convocassem córtes, nas quaes se nomearia um rei constitucional*,

ento este que está de perfeito accordo com o já citado depoimento do marechal Calheiros. Mas nada d'isto passava de meras tentativas e desejos, até á admissão de Moraes Sarmento no meio dos conjurados, sendo portanto elle e os outros de-

nunciantes os que os levaram a começarem a pôr p
os seus referidos desejos, que aliás nada produ
quanto a agenciar proselytos; e a não ser portanto
sito deliberado das personagens acima mencionadas
pediente tomado, de levarem os traidores a impel
réus para o crime por que os puniram, não era de
nem a justiça podia jamais exigir, que o project
crime fosse castigado com tanta severidade como
crime, pois que a lei não pune o que no futuro se
fazer, mas sim o que effectivamente se fez. A pre
par d'isto se poz em sentenciar os réus, o facto da
execução da sentença, e o não se levar esta ao p
nhecimento de el-rei, cuja clemencia todos reco
são cousas que ainda mais confirmam o empenho
das personagens em tirar a vida aos réus. O que
isto concluímos é, portanto, que as execuções poli
conspiradores de 1817 nada mais foram do que o
derramamento de sangue do partido liberal, espar
n'aquelle anno foi em tão larga copia pelos parti
absolutismo, ao gremio do qual pertenciam, tanto
que proferiram a sentença d'aquelles assassinos j
como os governadores do reino, que por seu arbitri
cionaram e fizeram executar.

Agora quanto aos denunciantes, não podemos
dizer, que a sua conducta foi a da maior perversão
pode caber no coração humano. Se com o pretexto

ginariamente os verdadeiros auctores e promotores, taes como os de agenciarem novas victimas, chegando até a abusar da ordem que o marechal Beresford lhes havia dado, depois de feita a denuncia, são cousas tão aggravantes no todo do seu mau e vil character, que não ha termos com devida mente se possam qualificar. Se portanto elles deitassem sómente o que entre os conspiradores tinham conhecido ao tempo da sua recepção, não haveria mais que a proclamação de Cabral Calheiros, que de certo não era de uma mera resenha dos males da nação por esse tempo, e das queixas que no publico geralmente se levantavam contra a origem d'elles, e a prepotencia do marechal Beresford, cousas que não podiam ter-se na conta de formal conspiração, nem como provas da sua existencia, cujo caso o mais que se podia fazer era castigar o delicto de um moço imprudente e tresloucado, sem haver criminosos, pois a credencial, as instrucções e todos os papeis achados, tudo era obra das instigações de Moisés Sarmiento e Andrade Corvo. A conspiração existiu por isso desde que estes dois traidores, officiaes de certa reputação no exercito, e um homem de letras, como João de Aguiar Pereira, tomaram a si entrar n'ella traiçoeiramente, extendendo-a e promovendo-a. Este grande impulso, apoiado de mais na protecção do marechal Beresford, foi o que com effeito deu existencia e organização ao que até ali não havia, não tinha as qualidades criminosas que se lhe attribuiu depois pois que o verdadeiro estado dos conspiradores, antes da entrada dos denunciantes, ou não se sabe bem o que era, ou era cousa muito insignificante para os fins a que se applicava, tanto por elles proprios, pessoalmente fallando, como pelas suas relações e meios de que dispunham.

Por quanto ao general Gomes Freire de Andrade, fomos nós a dizer que considerarem-o os juizes no lugar de simples conspirador, e condemnarem-o como tal á morte de morte, cortando-se-lhe a cabeça, para juntamente com o corpo depois queimados, lançando-se as cinzas ao mar, foi uma sentença iniqua e atroz sentença que a magistratura portu-

gueza podia proferir. Gomes Freire apenas considerava como pura ficção, ou pura obra de phantasia, a conspiração de que o constituíram auctor e promotor. Assim o depoimento do barão d'Eben, do qual nenhum caso fizeram os respectivos juizes. N'esse depoimento confessava o rido barão que, sendo informado por Antonio da Fonseca Neves da existencia de uma conspiração, na qual era Gomes Freire, de quem era particular amigo, se resolveu inquiril-o sobre este ponto; mas Gomes Freire, bem de o certificar d'isso, lhe respondeu: *Meu barão, tu não conheces Lisboa, nem o povo portuguez, pois este, quando tem em que fallar, sonha sempre com conspirações, e já era antes de el-rei e a sua familia irem para o Brazil, dês portanto credito a taes novidades, que são levanadas no Caes do Sodré, e em outras praças publicas.* Atte pois as intimas relações de amizade, e até de *confraternidade maçonica*, que havia entre o citado barão e Gomes Freire, não é crível que este lhe negasse a existencia da conspiração, a não a reputar phantastica, talvez que pouca consideração que lhe mereciam para tal empreza que d'ella se davam por auctores. Elle mesmo assim mostra igualmente no seu proprio depoimento, pelo que se vê que não tomava parte nos trabalhos da conspiração que apenas se promptificára a dar-lhe direcção, quando parecesse em publico, para evitar a anarchia que poderia resultar com elle, tendo até a idéa, como alguns dizem, de

Miguel Pereira Forjaz, é de crer que isto concorresse para a sua condemnação, do que a parte activa que crime que lhe attribuiram, sendo manifesto que o numero dos conspiradores ignoravam ao certo a parte le tinha.

Quer que seja, não ha duvida que Gomes Freire, aposto, foi tido no character de segundo revolucionario eguida a Cabral Calheiros, e como tal condemnado a pena, que a sentença infligira aos que ella suppuz notorios e activos conspiradores, sendo até executada de nove ou dez horas antes de começarem as execuções seus infelizes companheiros, e em local muito differente do d'elles, como já vimos. Tudo isto motivar-se que os enforcados foram só aquelles, que abreviavam condemnado os desmedidos poderes, que em profunda paz el-rei tinha confiado ao marechal Beresendo elle um estrangeiro que nem ao menos se havia naturalizado; e não obstante isto el-rei chegára até a da sujeição aos governadores do reino, como consta do aviso, que a tal respeito lhe fôra do Rio de Janeiro pelo marquez de Aguiar em 2 de julho de 1816. Mas para notar que homens de certo pundonor e memoriaes importantes da classe aristocratica, se não pejassem de deixar a servir os seus cargos de governadores do reino, apesar das tão manifestas provas de desconsideração, e até de falta de confiança na sua capacidade governativa, admirando-se de que d'isto se não impressionasse D. Miguel Pereira, o homem mais importante dos do governo, e que elles se tinha como o de mais talento e reconhecido. Mas que outra conducta se podia esperar d'aquelle velho primo do infeliz Gomes Freire de Andrade, me dá o conceito publico de se regosijar de assignar a or-

paiz, nada mais fizeram do que provocal-as, augmentand consideravelmente por todo o reino a indignação geral contra os governantes, contra o marechal Beresford e até mesmo contra os juizes que condemnaram os réus, sobretudo quando se soube que os tres denunciantes tinham sido premiados, concedendo-se pensões aos dois militares e beca de desembargador do Porto ao bacharel João de Sá Pereira Soares, e finalmente ao desembagador do paço e juiz da inconfidencia, Antonio Gomes Ribeiro, a propria commenda que desfructava o general Gomes Freire¹, cousas que manifestamente provavam ter a côrte do Rio de Janeiro prestado seu

¹ Correu por aquelle tempo que o proprio Gomes Ribeiro, juiz da inconfidencia, fôra o que sem pejo nem vergonha requereu, segundo se dizia, a mercê da commenda vaga pela morte de Gomes Freire, d'onde em tal caso, sem muita offensa da verdade, se podia inferir que o desejo de a ver vaga podesse no seu animo ter concorrido para a sentença condemnatoria, que contra este infeliz proferiu, dando isto muito que fallar. Devemos todavia dizer que elle só pedira a commenda de Santo André de Sever, ou a de S. Nicolau dos Valles, que os governadores do reino tinham indicado, como galardão do seu serviço no processo e sentença dos envolvidos na revolta de 1817. Á vista pois d'isto el-rei, tomando em consideração os referidos serviços, e os que já lhe havia prestado José Gomes Ribeiro, desembargador dos aggravos da casa da supplicação, tio de Antonio Gomes Ribeiro (o individuo de que superiormente se trata), houve por bem conceder-lhe a quarta parte dos rendimentos da commenda de Santa Maria de Pernes e Alcanede da ordem de Christo, e a alcaidaria mór da villa de Souzel, tudo em duas vidas, verificando-se a primeira em seu filho, Antonio Maria Gomes Ribeiro, e a segunda no filho ou filha que lhe succedesse. (Aviso para os governadores do reino de 27 de setembro de 1817.) Vê-se portanto que a côrte do Rio de Janeiro, tão longe de levar a mal as execuções dos envolvidos na dita revolta, teve-as como bons serviços feitos á realza. Seja porém como for, certo é que a mercê feita a Gomes Ribeiro foi tida como uma offensa á moral, chegando até a suspeitar-se que a esperança de conseguir a de Gomes Freire podesse influir para a sua condemnação. A essa graça se lhe dirigiu a seguinte epigrammatica quadra:

Com a commenda de Gomes,
Gomes foi recompensado;
Como vil algoz herdando
Os despojos do enforcado.

o algum a sua approvação á execução da terrível
, e portanto dado por este modo um formal desmen-
terdão, que se dizia ter vindo do Brazil para com os

vernadores do reino participaram a el-rei, em officio
para o Rio de Janeiro na data de 25 de outubro, que
3 do referido mez tinham sido executados na fórma
ativa sentença todos os conspiradores que n'ella se
avam, «o que teve logar, lhe diziam elles, com o
cego e tranquillidade, segundo as contas que lhes
lado o intendente geral da policia e o chanceller da
supplicação, servindo de regedor das justiças. O po-
acrescentavam elles mais, que assistiu em grande
a este triste espectaculo, mostrou constantemente o
ue merecia a enormidade dos delictos de taes réus,
a satisfação de poder assegurar a vossa magestade,
s mesmos sentimentos são geraes a todos os fieis
d'estes reinos, assim como o grande desprazer de
e elles nascessem individuos tão perversos, que
assem manchar o amor e fidelidade, que consagram
na pessoa de vossa magestade, e de que têm sempre
mais evidentes provas. D'este mesmo amor e fide-
licem os incessantes votos que fazemos ao céu, para
restitua o nosso augusto rei e senhor e a sua real fa-
ja presença tão necessaria é para a felicidade d'estes
. Esta ultima supplica a tinham elles feito a el-rei
nfructuosamente, por não poucas vezes na sua cor-
encia, desde o acabamento da guerra da peninsula.

sentença de revista de 2 de maio de 1822 se julgaram nullas
as sentenças, que condemnaram os réus superiormente men-
sendo elles e os que ainda vivessem restituídos ás suas digni-
rogativas, horas, bens e direitos, não tendo incorrido em
famia alguma, absolvendo n'esta conformidade a sua memo-
ria-se portanto que os seus direitos e bens lhes fossem resti-
tuindo-se quaesquer sequestros ou embargos. Veja o docu-
33 B.

o documento n.º 34.

Já antes do citado officio haviam elles dirigido a el-rei um memorandum, em que lhe ponderavam ser a America o paiz mais exposto ao furor revolucionario, aquelle onde os seus effeitos eram mais para temer, e o que por então tinha os vizinhos mais oppostos ao estabelecimento e conservação de um governo monarchico. O Brazil lhe apresentavam elles como um estado, que se achava ameaçado de uma revolução, igual á da ilha de S. Domingos, revolução que poderia ser facilmente accendida pelos mesmos revolucionarios, que a tinham tentado em vão em toda a Europa, onde a vigilancia dos governos illustrados a procuravam, em beneficio proprio, suffocar e reprimir, conhecendo por uma triste experiencia o illusorio e fallaz da chamada liberdade ¹.

Remataremos pois este capitulo com a suscinta narração dos males de que foi victima o infeliz Gomes Freire de Andrade, desde que entrou na torre de S. Julião da Barra no dia 25 de maio de 1817, até que d'ella saiu para ser suppliciado na explanada da mesma torre em 18 de outubro do referido anno. Apenas chegado á torre foi logo posto n'um calabouço, sem se dar providencia alguma, nem para o seu commodo, nem para a sua subsistencia, vendo-se constrangido a dormir sobre umas lages, soalho da propria masmorra, que lhe serviu de prisão por espaço de cinco mezes continuos, o que deu indicios de uma cruel premeditação em inteiramente o perder, e desejos de lhe anteciparem a morte. No dia 26 de maio nomeou o governo para commandante da fortaleza e districto de S. Julião da Barra o marechal de campo, Archibaldo Campbell. Achando este general em tão miseravel estado o infeliz Gomes Freire, mandou sustentá-lo á sua custa até que no fim de seis dias, e das suas repetidas e instantes requisições, chegaram ordens do governo para se lhe darem apenas *doze vintens diarios* para sua subsistencia, no caso de que não possuisse dinheiro, ou outro meio de não poder sustentar-se á sua custa. Gomes Freire, sabedor d'esta iniqua determinação do governo, pediu e obteve

¹ Veja o documento n.º 33.

Para escrever a alguém da sua familia, a fim de obter dinheiro necessario para se manter. Cuidou-se pois em ver á subsistencia do preso, ao qual se permittiu ter uma cela, que de pouco conforto lhe serviu, por se achar constantemente molhada, por causa da muita humidade que vertiam as paredes do calabouço. Tendo adoecido no fim de algumas semanas, Campbell informou logo d'isto o governo, pedindo a assistencia necessaria para tratar da saude do preso, de que resultou ser mandado á torre o physico mór do exercito, José Carlos Barreto, para examinar o doente. Segundo a opinião d'este facultativo, a molestia não passava de uma erupção no rosto, consistindo em chagas inflammatorias, procedidas de se não ter barbeado havia muito tempo. Movido por esta circumstancia, Campbell mandou comprar algumas navalhas de segurança, promptificando-se elle a estar presente durante o tempo em que o barbeiro se a barba ao general. Com estas precauções mandou pedir licença ao intendente geral da policia para esta operação, licença que lhe não foi concedida. Fazendo nova disposição, e mandando apresentar ao intendente as navalhas, que haviam de servir ao preso para o barbear, a fim de certificar de que não podia haver perigo, persistiu-se na mesma tentativa.

Assim continuaram estes rigores até que Gomes Freire escreveu ao mesmo Campbell, que lhe obtivesse do marechal de S. J. de S. a permissão de lhe enviar um requerimento, para apresentar á presença d'el-rei. Tendo o marechal consultado os conselheiros do reino sobre este ponto, annuiu-se com o pedido do preso, de que resultou mandar elle ao marechal o seu dito requerimento, cujo conteúdo nunca foi conhecido, nem se pôde saber-se, por ter ido parar ás mãos dos governadores do reino por via do marquez de Borba, unicos depositarios de semelhante documento. Começado que foi o processo criminal, Gomes Freire perguntou a Campbell que fim tinha mandado o seu requerimento, por estar d'elle dependente toda a sua justificação para com el-rei, e sendo-lhe respondido que o marechal general o tinha remettido aos governadores

cruel, tendo por fim vigiar não se lhe facultassem o de fugir, ou mesmo de se matar, pretextando-se que para assistir ás perguntas que se lhes fizessem, e rees suas communicações.

Assim foram correndo as cousas, sempre de um adverso para este infeliz general, até ao dia 17 de bro, vespera da sua execução patibular, a qual pelas ras da manhã do seguinte dia havia de ter lugar na nada da fortaleza em que estava o preso. Em Portugal elle effectivamente eleito *grão mestre da maçonaria* do sido em França *veneravel de uma loja*, quando rechal Ney era lá *grão mestre*. A conducta d'este brechal de França e a grande coragem que mostrou, teve logar a sua execução, sendo elle o proprio que fazer fogo á escolta que o fusilou. impressionára muito mes Freire, e querendo imital-o na sua hora extrema como graça especial, que lhe commutassem a pena de de garrote, a que primeiramente fôra condemnado ser arcabuzado. Esta supplica parece ter aggravado mais o seu supposto crime, porque em vez de lh rirem, foi por fim sentenciado á pena de forca, a mais infamante. Persuadido porém como esteve ultima hora de que obteria a graça pedida, tinha-parado para o fuzilamento, vestindo a sua sobrec calçando as suas botas, causando-lhe uma tal ou e

feitos militares ⁴. Quando porém lhe annuncia-
a força era a unica graça, que dos seus juizes
vernadores do reino obtivera; quando enfim o
do seu fato, para lhe vestirem a infamante *alca-
zados*, o sentimento de tamanha affronta suffocou-
natural intrepidez, causando-lhe um desmaio. Tor-
i, explicou a causa d'este accidente, não se lhe con-
nem ao menos o allivio de acabar a vida como mili-
via forçoso é confessar que os maus tratos, por que
urante a prisão, lhe tinham desarranjado um pouco
ades mentaes. Mas antes do seu final supplicio al-
dentes houve dignos de nota. Durante o dia 17 de
inham chegado á torre os ministros, que haviam de
sua execução. Tudo estava na maior tranquillidade
quando entre as onze horas e meia da noite se appro-
praça a escolta de cavallaria, que acompanhava o
Como era de pratica, a sentinella mandou fazer
bredita escolta para ser reconhecida. Presentindo
embargador Pedro Duarte da Silva, e apresentan-
muralha, d'ella correu immediatamente ás portas
za para as mandar abrir, no que era apoiado pelo
gnacio Joaquim de Castro, o qual, reputando-se co-
nador da torre, ordenou ao tenente coronel Had-
mandasse abrir as portas, ao que elle ao principio

e-nos que estas aspirações, assoalhadas por alguns escriptos
provavelmente obra das sociedades maçonicas, eram bastante
realidade dos factos, *praticados entre nós* por Gomes Freire.

do Roussillon, em que figurou como coronel de infantaria
como commandante de uma divisão, nada fez de nome, e só
distincto por turbulento e altamente insubordinado, tornan-
andalo da divisão portugueza. que para lá fôra em auxilio da
Sendo em 1804 *marcel mestre general do marquez de Ro.*

se recusou, não executando a ordem, senão depois de todo o costumado reconhecimento, a que se seguiu entrada na praça a citada escolta com o *carrasco*. Lida com a Gomes Freire a sua final sentença, não pôde elle de levantar alguns clamores contra seu primo, D. Miguel Forjaz, secretario do governo na repartição da guerra manifestando grande pezar de ter laços de parentesco com elle¹.

Desejando escrever aos seus parentes e amigos, o que foi recusado, recolheu-se então ao silencio, cuidando de se dispor para o desastrado fim, que por poucas horas o aguardava. Querendo agradecer de viva voz ao marechal de campo Archibaldo Campbell, as benevolas atenções que d'elle recebera, pediu ao tenente coronel Haddock que assim lhe fizesse saber, para lhe dar o ultimo *adeus*. Mas Campbell querendo evitar novas queixas do governo, pela conducta que tinha tido com Gomes Freire, desculpou-se de lhe não poder recer, allegando incommodos que o não deixavam sair de casa. Dada como lhe foi esta resposta pelo tenente coronel Haddock, Gomes Freire sentou-se na cama em que se encontrava deitado, para lhe estender a mão, como quem o convidava a avizinhar-se d'elle. Estas scenas infundiram nos ministros officiaes de justiça suspeitas de que o dito tenente coronel fallava com o preso, e de que, fazendo-lhe signaes misteriosos, o induzia a suicidar-se, ou por meio de veneno, e

desgraçada victima saia das portas do calabouço, diante da qual se achava postada a guarda, commandada pelo citado tenente coronel Haddock. Então o desembargador Pedro Duarte e os mais ministros de justiça, avistando Gomes Freire, tornaram a suppor correspondencia de signaes maçonicos entre um e outro, de que resultou requererem ao coronel Francisco José da Costa e Amaral, commandante do regimento n.º 19, que tirasse o commando da guarda do penitente ao dito tenente coronel, em rasão de o terem visto praticar aquelles actos. Isto deu logar a que o referido coronel participasse este acontecimento a Campbell, o qual não concordou com a exigencia dos ministros da justiça. Esta e outras novas requisições fizeram consumir uma hora em inúteis explicações, prolongando-se com ellas o supplicio do infeliz Gomes Freire, que ficou de pé e descalço, rodeado de todo o horroroso apparato de uma morte cruel e ignominiosa. Finalmente seguiu o prestito para o logar do patibulo, onde se achavam postadas cinco companhias do citado regimento n.º 19. Ali appareceram novas exigencias dos ministros da justiça para com o coronel Amaral, que persistiu em lh'as não deferir. Dado finalmente o signal da execução, Gomes Freire subiu com effeito os degraus do patibulo, pronunciando algumas palavras, que a vozeria dos padres, que lhe assistiam na sua hora extrema, não deixára perceber. Depois da morte na forca, separando-se-lhe a cabeça de corpo, foram ambas estas cousas queimadas, e as cinzas lançadas ao mar, na conformidade da respectiva sentença ¹.

Gomes Freire de Andrade pertencia á illustre familia dos condes de Bobadella por seu pae, Antonio Freire de Andrade e Castro, embaixador que foi de Portugal em Vienna de Austria, onde seu filho nasceu aos 27 de janeiro de 1757, sendo sua mãe a condessa Scafgoche, oriunda de uma antiga e illustre familia da Bohemia: contava portanto de idade

¹ No logar onde se levantou o patibulo, e se fez a execução. vê-se hoje um modesto monumento, que em 1856 o general barão da Batalha, Sebastião Francisco Drago Grim Cabreira), conseguiu erigir por meio de uma subscrição á memoria do general ali executado em 1817.

decorridos alguns annos, voltou novamente para o posto de sargento mór. Rebentando a guerra entre a Rússia e a Turquia, partiu voluntariamente para aquelle alistando-se voluntariamente nas bandeiras da imperatriz Catharina II, servindo n'ellas com distincção elle o primeiro que á frente do seu regimento penetrou na praça de Oczakow na Criméa, depois de um prolongado sitio, aos 17 de outubro de 1788. Foi este rasgo de coragem militar o que o cobriu de inmarcescivel gloria, grangeou a fama de bravo, que desde então gosou e merecendo igualmente por este illustre feito o posto de coronel, uma espada de honra e a condecoração da ordem de S. Jorge. Regressando á patria, foi-lhe dado o commando do regimento, que então se chamava do marquez das Minas, que depois teve o nome de regimento de Freire, e foi o numero 4 de infantaria, na já citada organização do anno de 1806.

Á testa d'este mesmo corpo fez parte da divisão que Portugal mandou á Hespanha em 1793, fazendo parte da campanha do Roussillon e Catalunha, desde aquelle até ao de 1795. Indispondo-se altamente com o general Desaix, commandante em chefe da citada divisão, praticou com este general actos da maior insubordinação e desobediencia militar. Contra o coronel do primeiro regimento Olivença, João Jacob de Mestral, commetteu igualmente maiores escandalos, não perdendo occasião alguma

¹ Declarámos ter tirado uma parte d'esta biographia do *De*
Bibliographico de Innocencio Francisco da Silva, acrescentada
pelo Sr. del. do Ex. do Brasil.

rajar e ridicularisar, ao passo que elle mesmo Gomes Freire não se pejava de praticar a leveza de largar de noite o seu posto, para ir commodamente dormir ao quartel do conde de Assumar. A mesma insubordinação repetiu igualmente contra o conde da União, commandante em chefe do exercito combinado portuguez e hespanhol, publicando para o ridicularisar uma memoria em francez, em que analysava desfavoravelmente as suas operações, e sobretudo a sua retirada de Boussillon em 1 de maio de 1794. Voltando com a divisão a Portugal em 1795, foi por esta occasião condecorado com a commenda da ordem de Christo, e a 20 de novembro do seguinte anno de 1796 promovido ao posto de marechal de campo. Nomeado em 1801 quartel mestre general do marquez de Rosières, encarregado da defeza das provincias do norte, Gomes Freire, não obstante os seus grandes credits de general de plano, foi infeliz nas operações que empreheheu, particularmente na surpresa que fez contra Montereix em 1 de junho d'aquelle mesmo anno, circumstancia que prova que é mais facil ser censor do que executor. Novo escandalo, devido das suas turbulencias, praticou Gomes Freire em Lisboa nos fins do mez de julho de 1803, pondo-se á testa do seu regimento, o 4 de infantaria, para hostilisar de mão armada a guarda real da policia, e o conde de Novion seu commandante, exigindo por fim do principe regente, por intermedio do duque de Sussex, filho do rei de Inglaterra, e grande dignitario da maçonaria britannica, que mettesse o dito conde de Novion e o seu ajudante Gorsson em conselho de guerra, sendo a final necessario para socego d'estas desordens, que aliás tomaram um character grave, mandar-se prender Gomes Freire na tarde de 27 do citado mez de julho, medida com a qual se conseguiu o restabelecimento da ordem¹. Apesar de semelhante conducta, a sua protecção na côrte era de tal ordem, que em 12 de setembro de 1807 Gomes Freire foi promovido a tenente general. Fazendo parte da divisão portugueza, que Junot mandou para França em 1808, com ella fez

¹ Veja o volume II da epocha I, pag. 563 a 566.

varias marchas e operações, inclusivamente a campanha da Russia em 1812. No seguinte anno achava-se governador de Dresde, quando teve logar a capitulação do exercito francez, que guarnecia aquella praça, sendo commandado pelo marechal Gouvion Saint Cyr, ficando portanto prisioneiro de guerra até 1814, epocha em que tornou a entrar em França. Em maio do seguinte anno de 1815 veiu de lá para Lisboa, concluida que foi a paz geral, a fim de tomar conta da sua casa e bens, que lhe foram entregues, depois da sua justificação de não ser partidista dos francezes, accusado como era do contrario. Pouco antes da sua prisão fôra eleito, como já dissemos, grão mestre da maçonaria em Portugal, o que sem duvida muito concorreu para o desgraçado fim que teve, como acima fica relatado¹.

CAPITULO V

Tendo o governo do Brazil mandado occupar pela divisão de voluntarios reaes a praça de Montevideu, e outros mais territorios na margem oriental do rio da Prata, a Hespanha levantou por esta causa um clamor geral na Europa contra um tal procedimento, ameaçando invadir Portugal com o seu exercito, mediante o beneplacito da commissão das cinco grandes potencias, perante a qual expoz as suas queixas por similhante motivo. Levado dos receios das hostilidades da Hespanha é que o marechal Beresford tinha mandado proceder ao activo recrutamento de que já se fallou no precedente capitulo, e que tamanho desgosto causou no publico, não o determinando menos o saber-se que as tropas portuguezas, que estavam destinadas a ir contra a revolta de Pernambuco, foram mandadas para as cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Receiosos como os governadores do reino estavam, de que as sociedades secretas se aproveitassem para seus fins politicos do geral desgosto que havia no publico, conseguiram que el-rei as mandasse prohibir, estendendo tambem esta medida aos dois jornaes portuguezes impressos em Londres, o *Correio braziliense* e o *Portuguez*, chegando até a mandar pedir ao governo inglez a entrega do redactor d'este segundo jornal, tendo-o como culpado do crime de lesa magestade, o que não conseguin. Tudo isto provava o grande receio dos governadores do reino, quanto ao apparecimento de alguma nova revolta, dando-lhes tambem logar para tal receio a ligação que suspeitavam haver entre os liberaes hespanhoes e os portuguezes. Effectivamente o desgosto publico era de grande monta no paiz, dando logar a haver até partidistas da união da Hespanha com Portugal, alem de outros que aspiravam a querer mudar de dynastia, indo procurar soberano á casa de Cadaval. Mas por aquelle tempo na Inglaterra, França e Allemanha, e sobretudo na Hespanha, o descontentamento publico era tambem consideravel, tentando-se n'este ultimo paiz varias revoltas, taes como a de Porlier na Galliza, a de Lacy na Catalunha, e uma terceira em Valencia. No meio d'estas occorrencias o conde de Palmella trabalhava pela diplomacia em fazer mallograr os desejos da Hespanha em invadir Portugal, chegando ao ponto de formular um tratado, por meio do qual o Brazil entregaria á Hespanha Montevideu e os territorios, que mandára occupar na margem oriental do rio da Prata, devendo a Hespanha entregar a Portugal Olivença. Para recuperar Buenos Ayres e os referidos territorios mandára o governo hespanhol organizar em Cadiz uma grande divisão expedicionaria. Algumas tropas que d'ella faziam parte tomaram o expediente de não quererem embarcar para a America, circumstancia de que os seus commandante se serviram para com ellas acclamarem novamente a constituição de Cadiz, que el-rei D. Fernando VII teve por fim de jurar, restabelecendo-se assim novamente n'aquelle paiz o governo liberal.

É um facto, como já dissemos no precedente capitulo, que as forcas e as fogueiras do campo de Sant'Anna e a da exanada da torre de S. Julião da Barra tinham consideravelmente augmentado no coração de todos os portuguezes, e mais particularmente no de todos os que aspiravam ao esta-

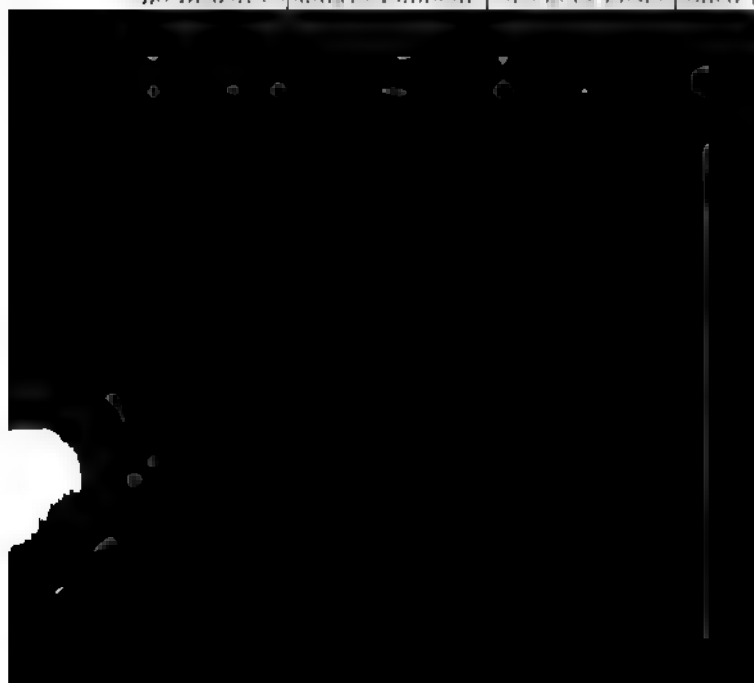
belecimento do governo parlamentar em Portugal, o grande descontentamento e viva indisposição contra o marechal Beresford e os governadores do reino, sendo o marechal o constante alvo das vehementes censuras e as mais altas queixas contra elle feitas, sobretudo por causa do mais vicioso recrutamento, a que por toda a parte do paiz se queria proceder. Assim o confirmam os officios dirigidos aos governadores do reino pelo intendente geral da policia. No 29 de março de 1817 lhes dizia elle: «Consta á intendente pelas pessoas, que secretamente emprega em examinar o espirito publico da capital, ter-se augmentado a desaffeição com o marechal general, marquez de Campo Maior; a pessoa, as suas ordens e as suas disposições no governo do exercito é tudo sempre desfavoravelmente considerado, da pelas mais baixas classes de individuos». Em outro officio de 22 do seguinte mez de abril lhes dizia mais o referido intendente: «O corregedor de Ourem participou que o mais vicioso recrutamento, começado n'aquelle districto no dia 1.º de abril, não poupando a mocidade de condição alguma, tendo enchido de susto, não só os comprehendidos n'elle, mas mesmo os que lhe não eram sujeitos. Este procedimento, pela repartição militar, olhava-se como destinado a destruir a alegria, que as festas da acclamação d'el-rei, feitas no dia 6 do dito mez, haviam produzido no paiz, de modo que, quando se esperavam graças e mercês, era quando apparecia



pessoal, podendo escapar-se como em refugio para a capital. Nada d'isto se verificou; mas o desgosto de um tão activo recrutamento foi tão forte, que Beresford se viu por fim obrigado a mandar soltar as recrutas, que já em muitas partes do reino se tinham feito. Pela sua parte o intendente chegou a pedir ao governo que na *Gazeta* se publicasse algum artigo, que destruísse os boatos da partida de uma nova expedição para a America, se com effeito nenhuma ordem d'el-rei havia a tal respeito. Mas não era só o marechal Beresford o que contra si tinha a animadversão publica, pois esta se estendia a todos os inglezes, que se achavam empregados no exercito. Alguns corregedores assim o confirmavam nas suas participações, dirigidas ao referido intendente, dizendo-lhe ser nos districtos da sua jurisdição bem pronunciado o odio e aversão de todas as classes e de todas as ordens contra aquelles officiaes, os quaes de ordinario com os seus repetidos despotismos, auctorisados pela força de que dispunham, aggravavam cada vez mais, se era possivel, a indisposição geral do publico, e o extremo dissabor de os ver empregados em tempo de paz. «Sobre este ponto, dizia o mesmo intendente, é que em toda a parte manifestam todos sem reboço algum as suas idéas, ou ellas sejam em uns filhas do patriotismo, ou procedam em outros de differentes causas: a indignação é geralmente a mesma».

Entretanto forçoso é confessar que o recrutamento, de que tantas queixas havia, não era tão arbitrario, quanto o publico suppunha ser da parte do marechal Beresford; mas como o povo ignorava as causas, que o levavam a mandar proceder a elle, causas que provinham da attitude hostil em que a Hespanha por então se mostrava para com Portugal, em rasão da occupação de Montevideu, mandada fazer pela côrte do Brazil, o mesmo Beresford entendeu dever preparar o exercito para repellir qualquer invasão, que o hespanhol pudesse fazer n'este reino. As intenções hostis do gabinete de Madrid contra nós, por causa d'aquella occupação, eram já bem manifestas, para os que estavam ao alcance do que por então se passava nas fronteiras do reino. Em Madrid toda a attenção

do governo hespanhol se tinha fixado desde 1816 as operações das tropas portuguezas e brazileiras nos rios da margem oriental do rio da Prata. Cada dia que dava a explicação, que a còrte de Madrid esperava da de Janeiro, augmentava mais a desconfiança que infundiam as noticias, chegadas á Europa, vindas d'aquella còrte, e as acusações todos abertamente accusavam, tendo-as como tatorias da boa harmonia, que por então existia entre as duas còrtes. D. José Pizarro, que em Madrid era por então o primeiro da governação do estado, e que passava por amigo dos portuguezes, patenteou ao nosso ministro n'aquella còrte o seu profundo sentimento pelas funestas consequências que este negocio trazia consigo, succedendo isto pouco tempo depois em que a alliança das duas familias reinantes em Portugal e Hespanha se reputava mais firme, pelos enlaces matrimoniaes das duas infantas de Portugal, uma casada com o rei D. Fernando VII, e a outra com seu irmão, o príncipe D. Carlos. Temia-se muito que a chegada da noticia da occupação de Montevideu, antes de se fazer saber ao governo hespanhol quaes as vistas que a còrte do Brazil tinha sobre a occupação, levasse o referido governo a ordenar algum acto de hostilidade contra Portugal. O governo inglez, opposto como igualmente se mostrava ao fortalecimento das colonias hespanholas na sua antiga dependencia da Hespanha, e á consolidação do dominio portuguez no Brazil, espalhava tambem por entre as idéas pouco



noticia, chegando a Madrid, poz logo os animos em agitação, de que o partido hostile a semelhante medida veitou, para pintar este acto como uma verdadeira afronta, que o governo hespanhol devia logo vingar, por insufficientemente provado o espirito de conquista, que a corte do Brazil, cuja conducta se tinha por um grave insulto, por se ter escolhido para se praticar semelhante acto, justamente na occasião de se acabarem de celebrarem os casamentos de sua magestade catholica, e do infante D. João, seu irmão, casamentos que tinham aliás inspirado no hespanhol, desprevenido, a maior confiança nas palavras do governo do Brazil. A irritação que tudo isto produziu, o ministro portuguez em Madrid o pintou para o Rei de Janeiro, em officio que dirigiu ao marquez de Aguiar em 1.º de novembro de 1816. Ao que se acaba de dizer se referem as noticias da tomada de Montevideu pela divisão de tropas dos voluntarios reaes d'el-rei, noticias dadas, pelas gazetas inglezas, como por cartas particulares, do Rio de Janeiro com data de 15 de outubro. Diziam nas referidas cartas, que o general Lecor estabelecera na praça um governador militar, o que seguramente significava uma verdadeira conquista na margem oriental do Rio da Prata por parte do Brazil. Em Madrid causára a mais sensível sensação a proclamação d'aquelle general, datada de 28 de julho de 1816, declarando positivamente que as tropas tomavam posse d'aquelle territorio em nome de Portugal, indicando alem d'isto ter havido um tratado, feito com sua magestade catholica a semelhante, annunciando aos povos que elle os tinha alienado. A corte de Viena chegou mesmo a solicitar a mediação da Austria para a resolução d'estas contestações; e não só fez isto, mas começou a solicitar novamente a intervenção da commissão dos grandes potencias, rogando aos seus membros que se fizessem ser arbitros em semelhante questão. Já se vê pois como a Hespanha por uma grave offensa a conducta do Brazil para com ella, e dispondo-se em razão dos actos de hostilidade contra Portugal, rasão tinha o

tabelecimento da ordem, eram todavia mandadas pelo Rio de Janeiro seguir para o Brazil, devendo dois batalhões de infantaria com o de caçadores e o trem de artilheria partir de esta capital, e outros dois da referida arma de infantaria para a cidade da Bahia. Esta nova remessa de tropas causou no publico a maior indisposição, acabando de converter os portuguezes de que el-rei tinha definitivamente fixado todo a sua residencia na America, e de que os seus ministros tinham tambem por systema, em conformidade com o que se fazia para Portugal continuas requisições de tropas e dinheiro, com que successivamente o fossem expropriando as forças e cabedades, transferindo para a nova séde da monarchia as riquezas do mesmo Portugal, que olhavam com desgosto e descontentamento donado pelos referidos ministros. Emquanto pois não chegou a noticia do mallogro da revolução de Pernambuco, e da os soldados da expedição, que para lá se destinavam, primindo a natural violencia que lhes causava o abandono da patria, pensavam que o seu serviço se limitaria fóra de um pequeno espaço de tempo; mas logo que lhes chegou a noticia da restauração d'aquella provincia, e o novo destino que se lhes dava, com custo se conformaram em partir para ellas, vindo a dar-lhes animo para o seu embarque a noticia, que com a chegada do navio *Noro Paquet* do Rio de Janeiro, se espalhou em Lisboa de que elle achava lá em vespas de regressar á Europa, havendo

chegaram a fixar pasquins, por occasião da passagem, que ali fizeram algumas das tropas da expedição, dizendo que a sua ausencia da patria era perpetua, e o seu des- o de irem combater em Montevideu com os rebeldes spanhoes da America, para engrandecimento do Brazil, o obrigou os governadores do reino a fazer-lhes saber que o serviço era temporario e limitado, cousa que ainda as não evitou a consideravel deserção, que teve logar nos regimentos de infantaria n.º 2, 12 e 15¹.

As apuradas circumstancias dos citados governadores do Rio faziam-se mais particularmente sentir em assumptos de fazenda. Expondo para o Rio de Janeiro a impossibilidade que teriam de enviar mais tropas para o Brazil, no caso de serem pedidas, em presença dos motivos acima re- citados, diziam, quanto á fazenda, que as rendas publicas então eram insufficientes para custear as despesas, e que mais insufficientes seriam ainda para o futuro, a conti- nuar o decadente estado em que se achava o commercio do Rio. Uma parte dos embaraços com que luctavam, os at- tribuam elles ás dividas da passada guerra, que ainda não tinham ter sido remidas, e não menos á execução simulta- nea, posta por obra em occasiões pouco opportunas, dos re- gimentos militares, que o marechal Beresford trouxera para o Rio. Uma outra parte dos citados embaraços attribuiam elles tambem á necessidade que tinham de acu- sar e proteger o pouco commercio que ainda havia, atacado e barbaramente pelos corsarios hespanhoes do rebel- de Artigas. Á vista pois de semelhantes circumstancias viram- se elles obrigados a negociar um emprestimo de 2.000:000 cruzados ao juro de 6 por cento com o commendador Henrique Teixeira de Sampaio, para com elle poderem pa- gar as letras e outros mais artigos do commissariado, colloca- dos como se achavam entre uma imminente bancarrota, e o cumprimento das ordens, que ultimamente se lhes tinham

¹ Officio dos governadores do reino para o Rio de Janeiro, n.º 1:970, de 12 de agosto de 1817.

voluntario pequena somma se obtivesse para elle, de
depois o character de forçado, nomeando-se para este
commissão entre os negociantes contribuintes, des
formar uma lista de todos os que em Portugal est
em circumstancias de para elle poderem ser rateado

Apesar das ameaças de se confiscarem os bens aos
satisfizessem as sommas que se lhes lançassem, ain
o referido emprestimo ficou muito longe de poder
enchido, pois até ao fim do mez de março de 1818
tinha podido alcançar para elle mais do que a so
718:000\$000 réis, ainda menos de metade. Foi o
Henrique Teixeira de Sampaio (que depois teve o
conde da Povoas), o que abriu ao governo um cr
120:000\$000 réis para as despesas da esquadra, que
ne devia transportar para o Rio de Janeiro a arqu
da Austria, D. Carolina Josefa Leopoldina, primeir
que foi do principe D. Pedro de Alcantara, casame
primeiramente se effeituára em Vienna de Austria,
curação em 13 de maio de 1817, chegando a dita
ao Rio de Janeiro, acompanhada pela respectiva es
em 5 de novembro do mesmo anno¹. Alem do citado

¹ As festas que em Vienna de Austria foram feitas pelo m
Marialva na embaixada, que se lhe confiára para pedir a mão
á sobredita princeza, foram as mais esplendidas e sumptuosas

As um outro de 100:000,5000 réis se teve de contrahir para pagamento das despesas do embarque de musicos da nau *João VI*, e as de outros mais objectos, despesas que foram mais acrescidas com mais 20:000,5000 réis, que pelo mesmo meio foram postos no porto de Gibraltar á ordem do governo, tendo os citados 100:000,5000 réis sido postos por outro no porto de Leorne, vindo as despesas feitas com tal pagamento a custar ao thesouro de Portugal para mais de 100:000,5000 réis! Eis-aqui como os ministros do Brazil e o governo de Portugal, lá residente, tratavam por então o paiz natal, no auge dos gravissimos apuros financeiros que luctava, pondo-lhe a cargo enormes despesas, que provavelmente fallando só competiam ao mesmo Brazil em semelhantes circumstancias.

Não admira portanto que o descontentamento dos portugueses fosse subindo cada vez mais de ponto, e que os governadores do reino se receiassem com justa razão do apparecimento de alguma revolta que, mais feliz que a chamada de Gomes Freire, os depozesse do governo, cousa para que poderosos motivos havia. E como essa de Gomes Freire por elles attribuida ás associações secretas, trataram, quanto em si cabia, de as reprimir, recorrendo para isso a rigorosas medidas coercitivas. A este respeito diziam

nos presentes, que se fizeram ao ministro que assignou o tratado de casamento, bem como aos empregados da casa imperial, etc. De Vienna veio ella a Leorne para d'esta cidade se dirigir á do Rio de Janeiro. Á de Leorne chegou ella pela hora e meia da manhã do dia 13 de julho, indo ali buscal-a para a conduzirem ao Brazil as duas naus regatas *D. João VI* e *D. Sebastião*, as quaes se fizeram de vella para esse destino pelas tres horas da tarde do dia 13 de agosto de 1817. A festa anterior tinha-se celebrado pelas onze horas da manhã, no palacio do gran-duque da Toscana, o acto da entrega da mesma augusta noiva. As duas referidas naus haviam saído do porto de Lisboa para esse fim no dia 1 de junho do referido anno, tendo por seu commandante o chefe de esquadra, Henrique da Fonseca de Sousa Prego, levando a seu bordo um grande numero de pessoas distinctas, com destino a acompanharem a augusta noiva, e a prestarem-lhe os seus ser-

nhecidos, e de que basta serem occultos os fins, para
peitar com toda a rasão que não são justas e honestas
heranos da Sardenha, Napoles, Baviera, Hespanha
prio papa o têm feito expressamente n'estes ultimos
e uma similhante medida nos parece indispensavel
dos de vossa magestade». Em conformidade pois com
posição os mesmos governadores do reino pediam,
se perseguissem os actuaes mações, mas que se impo
penas aos que continuassem a sel-o, e muito severas
procurassem induzir os que o não eram a fazer parte
quer associação secreta, depois da prohibição expre
el-rei houvesse de ordenar. O que lhes parecia jus
gavam que produziria bom effeito, era que se estabe
a pena de inhabilidade de occupar qualquer empreg
co de qualquer ordem que fosse, ou de possuir qu
bens da corôa, ou de ordens, aos que constasse qu
nuavam a fazer parte de taes associações, depois d
ctiva prohibição, e que estas penas se impozessem
publicidade necessaria para que fosse constante c
d'ellas e a sua justiça. Com estes fundamentos orde
ctivamente el-rei, por alvará de 30 de março de 48
fossem criminosas e prohibidas todas as associaçõe
não tivessem primeiro obtido a regia auctorisação
estatutos não houvessem sido approvados pelo g
Mandava mais que os contraventores fossem suj

crime se não admittisse isenção alguma de fôro. Mas já antes do citado alvará se havia do Rio de Janeiro expedido aos mesmos governadores um aviso na data de 29 de dezembro de 1817, em que se lhes dizia que el-rei approvava as portarias por elles expedidas, para que a policia tivesse toda a vigilancia sobre as associações clandestinas e conferencias secretas, a fim de não ser perturbada a segurança e tranquillidade publica com o exemplo do levantamento de Pernambuco, e com as circumstancias que expozeram, de que se poderiam servir malvados para formarem algum infame partido, acrescentando-se-lhes mais a permissão da saída da moeda para fóra do reino, por não haver generos e mercadorias nacionaes sufficientes, para saldar as importadas pelos estrangeiros.

Todavia os governadores do reino não se temiam só das sociedades secretas, pois graves receios lhes infundia igualmente a publicação dos jornaes politicos, impressos em Inglaterra, d'onde vinham e se introduziam profusamente no reino. «Do mal de semelhantes publicações, diziam elles, só pôde duvidar quem não tiver d'elles conhecimento, ou ignorar o que elles contêm. Quem portanto reflectir no damno que causa no publico a leitura de semelhante especie de obras, não pôde deixar de admittir a necessidade de lhes cohibir o curso, porque accessiveis a toda a qualidade de leitores, muitos dos quaes ignoram o que se tem escripto em religião e materias politicas, não podem deixar de os levar a persuadirem-se dos erradissimos principios, que nas referidas obras se lhes inculcam como axiomas de eterna verdade, e que tendem directamente, favorecendo-lhes as paixões, a precipital-os no abysmo da incredulidade e das revoluções. A representação humilde e respeitosa, que faz o vassallo ao seu soberano dos abusos e defeitos, que lhe parece haver na administração do estado, é certamente louvavel, muito principalmente se o representante occupa algum emprego publico, que o constitue n'esta obrigação. Nós assim o temos praticado, e na augusta presença de vossa magestade se acham presentemente varias contas sobre alguns dos mes-

cuja sentença são sempre escriptas com sangue, e
tadas por uma multidão atroz e desenfreada. A do
soberania do povo é um dogma horrivel, com que
ptores do partido revolucionario preparam os animos
as funestas innovações que meditam, e com que con
arrastar quasi todas as nações civilisadas á borda
picio. É verdade que a paz tirou a este partido as fo
sicas com que havia levado ávante os seus projectos;
o pôde despojar das armas, que lhe restam e de que
espalhando escriptos sediciosos, e declamando cont
vernos legitimos. Da sentença proferida contra os
infame conspiração, que aqui se descobriu, se vê q
intento era convocarem côrtes, para deliberarem sob
ma do governo, e elegerem um rei constitucional
estes fundamentos expediram elles uma portaria á
desembargo do paço em 17 de junho de 1817, pela
só renovaram a prohibição, que já havia da entrada
do jornal intitulado *Correio braziliense*, mas ordena
bem a mesma prohibição de um outro jornal, intitula
tuquez. Em consequencia da dita portaria a mesa d
bargo do paço mandou affixar um edital, datado d
junho do mesmo anno de 1817, por meio do qual
nham aos que não fizessem a entrega dos exempla
tivessem do *Portuquez*, as penas do alvará de 30 de
1795, § 32.º Estas penas eram seis mezes de cadei

despesas da secretaria da revisão da mesa do desembargo
 paço, e a outra metade para quem denunciasse os trans-
 gressores; e pela terceira vez as mesmas penas pecuniárias,
 a de degredo por dez annos para o reino de Angola, alem
 as mais que fossem applicaveis, na conformidade do § 9.º
 lei de 25 de abril de 1768. Com a citada portaria nada
 conseguiu, porque tanto o *Correio braziliense* como o
Portuguez giravam pelas mãos dos de certas rodas, sem que
 houvesse uma denuncia, isto é, passavam das do as-
 sante para as de todos os seus amigos, e às vezes mesmo
 para os amigos d'estes.

Mas os governadores do reino não se queixavam só dos
 citados jornaes, o *Correio braziliense* e o *Portuguez*,
 que o mesmo dissabor lhes principiava tambem a cau-
 do *Investigador*, redigido pelo dr. Bernardo José de Abran-
 e Castro, apesar de ser um jornal protegido pela cõrte
 Brazil. Causou-lhe realmente um grande dissabor o ve-
 n'um dos seus numeros inserta uma carta¹, que olha-
 como destinada a excitar o descontentamento publico,
 contando censuras por se haverem admittido os officiaes
 vezes nos commandos do exercito portuguez, e por se te-
 introduzido até no seio da propria regencia. A estas
 suras outras mais se seguiam, por effeito da conclusão
 tratado do commercio de 1810, pelo pouco favor dado aos
 ãonaes e às mercadorias portuguezas nos portos do Bra-
 e finalmente pela nova legislação militar, decretada em
 de fevereiro de 1816, chegando-se até a accusar de ve-
 idade e ignorancia os magistrados e tribunaes do reino.
 A carta foi em Lisboa mandada substituir pelos proprios
 vernadores do reino por um novo artigo de igual numero
 paginas, reputada como fõra por perigosa, e destinada a
 gmentar o descontentamento publico, que em tão larga
 cala ia lavrando no paiz. Novo motivo de queixa tiveram
 mesmos governadores contra o referido jornal ao verem

¹ Vinha inserta desde pag. 282 até 297 do n.º 74, relativo ao mez de
 sto de 1817.

n'elle inserto um artigo, que, debaixo da epigraphe de *Hespanha*, havia sido transcripto de uma gazeta ingleza¹, artigo em que se affirmava *não poder haver credito publico sem representação nacional*, additando mais que a Hespanha fôra feliz com a constituição, formada pelas côrtes, cuja convocação el-rei catholico demorava, por influencia dos magistrados e do alto clero; que as conspirações de Porlier, de Lacy e de outros só tinham por objecto o restabelecimento das mesmas côrtes.

Discorrendo por este teor, concluiam os seus redactores, dizendo: *mas os vales tornarão a cobrar credito, quando nós tivermos fundos sufficientes para os amortisar. Isto pôrém só está no poder da nação, e não no dos monges e clerigos, e esta epocha ha de chegar com o tempo, ou por vontade ou por violencia*. Tambem tinham como reprehensivel que no artigo *França*² se combatesse a opinião de que a revolução franceza fosse obra dos philosophos e dos pedreiros livres, e que para os redactores sustentarem a sua opinião escrevessem com as mais escandalosas e desmedidas expressões os vicios e ambição de alguns papas, dizendo que Leão X, entre outras indignidades, *mandára vender por toda a christandade a mercadoria romana das indulgencias plenarias*, e com igual desaccordo accusavam tambem o despotismo dos reis de França, principalmente desde o reinado de Francisco I, tempo em que, segundo elles entendiam, *o poder absoluto dos reis tinha já aniquilado em França o grande palladium das suas liberdades, symbolisadas nos estados geraes*. Por effeito d'estas e de outras mais passagens, contidas no *Investigador*, os governadores do reino prohibiram tambem a sua circulação no paiz, retendo todos os exemplares que tinham ido à sua secretaria, crentes de que semelhantes artigos, em vez de instruirem e melhorarem a nação, só podiam ter o funesto resultado de fomentar o desprezo das

¹ Vinha inserto a pag. 101 do referido numero.

² Vinha inserto a pag. 85 do n.º 77, relativo ao mez de novembro do mesmo anno de 1817.

e dos magistrados, a falta de respeito para com a religião e seus ministros, o odio ao throno, e consequentemente a anarchia, com todos os horrores de uma revolução semelhante á que inundára a França e toda a Europa de sangue, e que desgraçadamente ia produzindo na America os mesmos resultados.

Essas doutrinas, que os governadores do reino abraçavam com tanta politica contra o restabelecimento das nossas antigas leis e a liberdade da imprensa, os ministros do Rio de Janeiro abraçavam igualmente muito do coração, e dominados por ellas, chegaram até a officiar ao embaixador de Portugal em Londres em 6 de outubro de 1817, para que reclamasse do governo inglez a entrega do redactor do jornal *O Portuguez*, o bem conhecido João Bernardo da Rocha, culpado do crime de lesa magestade, e como tal comprehendido na classe, que pelo artigo 14.º do tratado do commercio de fevereiro de 1810 punha os culpados fóra de Portugal, e no caso de serem entregues á formal reclamação do respectivo soberano. No referido officio diziam elles que a fazer-se a pedida entrega, fosse o culpado entregue ao Rio de Janeiro ao intendente geral da policia, ou para Lisboa aos governadores do reino. Finalmente não se conseguir a pedida entrega, tratasse o nosso embaixador de fazer com que o mesmo réu fosse extraditado de Inglaterra, o que o obrigaria a ir para outro paiz, de modo que o governo se poderia então obter a referida entrega ¹. Feste o governo inglez, não concordando em classificar o crime de lesa magestade as opiniões politicas dos redactores dos jornaes, nem a uma, nem a outra reclamação accedendo, como já tinha succedido com outras que taes, feitas a respeito do redactor do *Correio braziliense*, cujo jornal, como *O Portuguez*, continuaram na sua tarefa de evanjar as doutrinas liberaes em Portugal, e por consequente a tão detestada convocação das côrtes, segundo o

Officio do Rio de Janeiro para o ministro de Portugal em Londres, data de 6 de setembro de 1816.

modo por que a olhavam os nossos governantes d
o Brazil.

Entretanto o descontentamento publico e a mi
da nação subiam cada vez mais de ponto, o atrazo
mentos às classes civis e militares progredia, o c
tornava-se cada vez mais mesquinho, a agricultura
va para a sua total decadencia, porque a entrada d
estrangeiros, que era forçoso admittir, vendendo-s
ratos que os do paiz, fazia com que o lavrador naci
donasse o amanho das suas proprias terras, pela
lidade de poder concorrer com os seus generos no
em competencia com os que vinham de fóra. Des
agio do papel moeda passára de 13 a 20 por cen
conto, e ainda assim mesmo a offerta era em ma
que a procura. A moeda de oiro, considerada cor
doria, buscava-se para exportação, em rasão dos l
offerecia ao commercio, pelo subido estado dos car
algumas praças estrangeiras, para as quaes se le
metaes preciosos do cunho portuguez. Esta oper
sistia em avultados saques de letras de cambio, '
grande copia pelos paquetes de Inglaterra sobre a
commercio em Lisboa. Aceitas estas letras, eram
tamente descontadas, realisando-se o seu pagamento
e papel moeda, sendo este immediatamente trocad
e toda esta depois a oiro, particularmente o do cun

reino ¹. Em circumstancias taes a miseria publica manifestava-se a olhos vistos por toda a parte do paiz. Os roubos e as profanações das igrejas, especialmente nas provincias do Minho e da Beira, subiram a 75, sendo 36 no anno de 1818, e a 59 no primeiro semestre de 1819, isto alem de 11 que foram assaltadas, commettendo-se em muitas d'aquellas horriveis desacatos contra as sagradas formulas. Os roubos das estradas eram em tão grande numero, que para conhecer, tanto d'aquelles, como d'estes crimes, tinham os governadores do reino estabelecido uma commissão na casa da supplicação de Lisboa, e outra na da relação do Porto, destinadas ambas a conhecer dos citados crimes, praticados nos seus respectivos districtos ².

Não admira pois que em semelhantes circumstancias os governadores do reino continuassem a officiar para o Rio de Janeiro, pintando a el-rei o miseravel estado da fazenda publica em Portugal, parecendo ser este assumpto, e a sua grande aversão ás innovações politicas, de que se viam ameaçados, os dois assumptos que mais particularmente os affligiam. Com relação ao primeiro d'elles, vamos transcrever textualmente o officio n.º 655, que os mesmos governadores do reino dirigiram a el-rei na data de 2 de junho de 1820, para d'este modo darmos ás nossas asserções sobre tal materia a mais inteira e insuspeita prova da verdade. «Temos a honra, lhe diziam elles no referido officio, de levar á augusta presença de vossa magestade as demonstrações da receita e despesa do real erario nos annos de 1818 e 1819, n.º 1, e das suas dividas de 1809 a 1819, supplicando a vossa magestade a graça de permittir que lhes acrescentemos as observações, que nos tem suggerido o zêlo do real serviço, e o sagrado dever que nos obriga a considerar a salvação do estado como lei suprema, e por consequencia a expor a vossa

¹ Officio do intendente geral da policia de 2 de maio de 1815.

² Officios do referido intendente de 25 de junho de 1819, e dos governadores do reino para o Rio de Janeiro n.º 599, de 13 de julho do dito anno.

cruzados, ao juro de 6 por cento, e que no anno importando a despesa propria d'elle em 9.642:000 sómente se pagou a quantia de 7.677:400,083 r dos 176:500,755 réis de entradas extraordinarias, portanto evidente que nos ditos dois annos se economisou em 1.808:462,5517 réis, mais de onze r cruzados, entrando n'este *deficit* o dito empr 398:846,5593 réis. Tambem se mostra calculado de 1800 até ao fim de 1817 em 12.811:537,44 estes, juntos com as dividas de 1818 a 1819, im 16.000:000,000 réis, ou quarenta milhões e nove cruzados¹. Á vista d'estas demonstraões será a vossa magestade: 1.º, que a despesa annual excede de cinco milhões de cruzados a receita; 2.º, que elle ha de crescer todos os annos, não só porque o mal compra cada vez mais caro, mas porque as tribuicas vão descendo consideravelmente, e dos consumos ultimamente se pozeram em praça, uns foram ar por preços inferiores aos antecedentes, como o que diminuiu 94:000,000 réis em cada anno, e

¹ Hoje nada d'isto aterra os nossos actuaes governantes, e os de aquelle tempo, porque havendo annos em que o deficit excedia a 7.000:000,000 réis, com mais uma divida fluctuante de 17.4 milhões, os nossos estadistas liberaes e as nossas cõrtes, em vez de diminui-las, augmentam as despezas, parecendo até ser um merit

não tiveram lanços, ou os tiveram tão baixos, que forçoso foi pol-os em administração, apesar do prejuizo que n'isto ha de sentir a fazenda real; 3.º, que o desgraçado termo da continuação d'este systema ha de ser forçosamente uma bancarrota declarada; 4.º, que sendo sempre funestas as consequências de tamanha calamidade publica, é impossivel calcular até onde ellas agora se poderão estender, reflectindo que a nação portugueza, posto que seja a mais leal de todo o mundo, está comtudo por extremo descontente com a ausencia prolongada do seu amado soberano; está consternada pela importantissima perda de navios e cargas, que lhe têm causado os insurgentes, vendo renovadas as desgraças da guerra no meio da profunda paz, que reina em toda a Europa, e da qual esperava conseguir para o seu commercio a mesma segurança de que gosam as outras nações; está attenuada, quanto á extensão d'este mesmo commercio, desde que Portugal deixou de ser o entreposto dos generos coloniaes do Brazil; vê a agricultura arruinada, pelo baixo preço do grão estrangeiro, que tem inundado o reino, de que resulta o abandono da cultura, que o lavrador não pôde continuar sem perda, e o consequente abatimento de todas as rendas, que consistem em fructos; 5.º, que o resultado de uma suspensão de pagamento seria ainda mais terrivel, a respeito de alguma classe de dividas, e principalmente quanto ao pret e soldos da tropa. A grande falta de meios que experimentâmos tem feito que estes artigos se achem já em consideravel atrazo, o que justamente nos dá o maior cuidado, temendo os effeitos do descontentamento de um exercito, que já nos murmura e reclama para si a despesa, que o erario faz com o corpo que milita na America.

• Estes factos, que não são occultos á alta comprehensão de vossa magestade, e outros que se poderiam produzir, se necessario fosse, demonstram evidentemente que Portugal tem chegado a uma crise, em que ou ha de soffrer a revolução das fortunas, a desordem, a anarchia, e outros males, que traz comsigo a aniquilação do credito publico, ou se ha de, sem a menor perda de tempo, cuidar em augmentar a receita

mandou propor as reformas e os meios mais convenientes para augmentar o producto das rendas da corôa e economisar a sua despesa. Em execução d'estas reaes ordens mandamos proceder á visita da alfandega grande d'esta cidade cujo resultado e melhoramento, que n'este ramo se pode obter, tivemos a honra de dar já parte a vossa magestade persuadindo-nos que a vigilancia, intelligencia e promptido administrador actual, o desembargador do paço, Sr. Antonio da Fonseca, concorrerão muito para que a alfandega seja mais rendosa, e se cohibam quanto é possível os abusos, que n'ella se haviam introduzido, sendo de consideração e vantagem para a real fazenda ter por sua mão toda a escripturação da mesma alfandega, e a arrecadação dos direitos, o que anteriormente se não praticava.

Mandámos um visitador a cada uma das provincias examinando em cada comarca o estado do lançamento, arrecadação e remessa para o erario dos diversos ramos do patrimonio real, emende os abusos que couberem a auctoridade, dê conta dos que precisarem de providencia superiores, e faça entrar no erario o dinheiro que se demorado nos cofres, ou na mão dos recebedores, na conformidade da portaria n.º 3. Estas medidas, e algumas outras que se lembrando, são as unicas que podemos pôr em pratica, para augmentar o producto das rendas publicas, e não é possivel que os ditos melhoramentos sejam satisfeitos.

es para saldar a diminuição, que as mesmas rendas têm soffrido e continuam a soffrer, pela decadencia da prosperidade publica, que acima fica exposta, sendo certo que a pobreza do erario é infallivel resultado da pobreza da nação. Em taes circumstancias, grande e poderoso senhor, é uma rigorosa economia a unica taboa, que nos póde salvar do imminente naufragio que nos ameaça, restituindo o equilibrio da entrada e saida do erario, e fazendo ver aos credores do estado a certeza do seu embolso em epochas determinadas. Para realizar este plano é necessario: 1.º, cortar já todas as despesas, que se podérem supprimir, e ir diminuindo progressivamente as que não admittirem uma extincção immediata; 2.º, não augmentar de modo algum a despesa actual. Quanto á primeira parte, seja-nos licito representar a vossa magestade com a mais profunda submissão, e com o maior sentimento dos nossos corações, a absoluta impossibilidade a que nos achámos reduzidos de entregar aqui aos agentes do Banco do Rio de Janeiro os 600:000\$000 réis annuaes, destinados para a despesa do exercito, que milita na margem oriental do Rio da Prata, como já representámos a vossa magestade pela secretaria d'estado dos negocios da guerra, na conta n.º 2:438 de 18 de março proximo passado.

Aos soberanos deve dizer-se a verdade sem lisonja, nem dissimulação, e de todos os vassallos de vossa magestade nenhum ha a quem esta lei obrigue tanto, como aos governadores do reino. A saida da dita somma, augusto senhor, que é toda em metal, não só excede as forças do erario, como se vê da presente demonstração, mas concorre para desacreditar o papel moeda, destruindo o equilibrio entre esta especie e a moeda metallica, e fazendo crescer todos os dias o desconto dos bilhetes, que já tem chegado a 25 por cento ¹.

¹ O subido desconto do papel moeda, de que acima se faz menção, ha ainda assim uma grande fluctuação por aquelle tempo, diminuindo de valor, e chegando até a experimentar-se difficuldade em o rebater pelo maior desconto da praça, o que diversas pessoas attribuiam ás differents noticias, que circulavam de perturbações acontecidas em Paris, sendo-se por esse motivo embaraço em se realisarem as letras de cam-

novamente introduzidos; dos immensos e dispendiosos estabelecimentos das secretarias do ajudante general e do secretario militar, e das diversas repartições de hospitaes, commissariado, auditorias, etc., em que se occupam centos de empregados com grandes soldos, e muitos com forragens para cavalgaduras; da consideravel somma a que montam o soldo, gratificações e ajuda de custo, que recebe o marechal general, marquez de Campo Maior, alem dos creados da casa real, bestas e carruagens das reaes cavallariças, que tem a seu serviço, como mostra o mappa n.º 6. Ninguem melhor do que o mesmo marechal general poderia propor as reformas, que convem fazer em todas as repartições do exercito, e para este fim lhe communicámos as ordens de vossa magestade, constantes do referido aviso de 24 de setembro de 1817, recommendo-lhe, em officio de 14 de abril de 1818, que propozesse todas as economias, que podessem fazer-se nas mesmas repartições; e pedindo elle varias clarezas e explicações no seu officio de 21 dito, se lhe satisfez com o officio de 8 de maio seguinte. Repetiu-se-lhe a mesma recommendação em officio de 10 de abril de 1819; porém ainda até ao presente nada tem dito, como mostra o officio n.º 7.

«Muito se pôde tambem economisar nas repartições civis, assim de justiça, como de fazenda, as quaes estão pelo commun demasiadamente carregadas de empregados, o que faz que os pagamentos dos seus ordenados andem atrazados,

zer ; 3.º, simplificando o trabalho de algumas das mesmas repartições, a fim de diminuir o numero dos empregados, e facilitar a expedição dos negocios ; 4.º, reformando as secretarias d'estado, de que já tratámos na conta de 19 de abril de 1844, que offerecemos como parte d'esta na copia n.º 8 ; 5.º, fixando vossa magestade inalteravelmente o numero dos empregados em cada estabelecimento, de tal sorte que ninguém entrasse jámais para qualquer tribunal, secretaria, ou outra alguma repartição, sem que houvesse logar vago. E se os serviços de algum ministro, ou official publico o fizessem digno de ser promovido extraordinariamente, poderia vossa magestade, quando assim lhe aprouvesse, conceder-lhe logo todas as honras e prerogativas do emprego que tivesse merecido, mas só venceria o ordenado quando vagasse o logar em que podesse entrar. D'este modo saberia o erario exactamente a despesa que tinha a fazer com a folha das diversas repartições, o que é da primeira necessidade para a boa administração da fazenda real. O segundo meio para trazer a despesa do real erario á igualdade em que deve estar com a receita, deixando ainda um sobejo para a amortisação da divida, consiste em não a augmentar com graças pecuniaras.

Vossa magestade é senhor, e o governo nunca teria a sacrilega temeridade de pretender coarctar a real munificencia do seu soberano ; mas permita vossa magestade que com o mais rendido acatamento levemos ao conhecimento de vossa magestade alguns factos, que talvez os requerentes, de que o throno sempre está cercado, tenham procurado encobrir. Os almoxarifados, cujo producto era destinado para despesas publicas, estão por tal modo sobrecarregados de tenças e pensões, que pouco ou nada sobeja para pagamento das ditas despesas. O cofre das commendas vagas, que podia auxiliar muito o erario, se vossa magestade houvesse por bem suspender por algum tempo o provimento de algumas commendas, de modo que o estado tirasse sempre uma somma consideravel do rendimento do mesmo cofre, que não só produz actualmente mui pouco, mas até se acha gravado com

tenças e pensões, contra a antiga pratica. As folhas das secretarias d'estado têm crescido notavelmente com o augmento do numero dos officiaes, e com o assentamento de muitas pensões e tenças com que se acham carregadas. As rendas da patriarchal estão summamente gravadas com pensões e despesas, que se podem poupar até para haver residuo, que auxilie as despesas correntes da corôa a que pertence, e por isso é ouvido o procurador da fazenda em todas as contas de receita e despesa, e arrematações das ditas rendas, na forma do decreto de 4 de dezembro de 1753. Já no paragrapho, que sóbe por copia n.º 9, do aviso de 17 de outubro de 1809, se lembrou vossa magestade de fazer nas ditas rendas a grande economia de approvar a união da patriarchal com a basilica de Santa Maria, apontada pelo governo na conta de 16 de junho antecedente, n.º 15, declarando vossa magestade bem entendido o plano da dita incorporação, por ser de grande economia, e mandando que se propozesse o methodo de o executar por um modo util á igreja e ao estado, para se impetrarem da sé apostolica as dispensas necessarias, a fim de se consolidar um similhante estabelecimento. O bispo do Porto, patriarcha eleito, e um dos governadores, fez o plano que o governo poz na augusta presença de vossa magestade na conta de 24 de maio de 1810, n.º 52, e vossa magestade, por aviso de 13 de agosto seguinte, mandou responder que em occasião mais opportuna resolveria o que fosse ser-

gustos predecessores, contempla sempre os seus fieis vassallos, acudir a tantos males com as providencias opportunas, fazendo ao seu real coração a violencia de suspender a concessão de mercês pecuniarias, que excederem as faculdades do erario, ou de permittir que ellas fiquem em expectativa e sem execução, emquanto a receita não chegar para as despesas correntes, a bem dos alcances dos annos antecedentes. Tambem parece proprio das paternaes providencias de vossa magestade ampliar as do alvará de 25 de abril de 1818 por algum regulamento, que promova os interesses dos negociantes do reino unido, de sorte que tenham preferencia sobre o commercio estrangeiro, principalmente a respeito dos vinhos estrangeiros, estendendo a prohibição do alvará de 20 de setembro de 1710, para que não entrem nos portos do Brazil, assim como não entram nos de Portugal e Algarve, ou augmentando-lhes os direitos de modo que não possam concorrer com os nossos. Digne-se vossa magestade tomar em consideração que Portugal é um reino de pequena extensão, e escassamente povoado; que a sua agricultura está pouco adiantada pelos immensos gravames, que pesam sobre os lavradores; que o ramo mais util da mesma agricultura, que é o do vinho, se acha em decadencia, pela abertura dos portos do Brazil aos vinhos de todas as nações, pelo augmento da introduccão dos vinhos da Hespanha em Inglaterra, e pelo favor que esta nação tem dado à importação dos vinhos do Cabo de Boa Esperança; que a nossa industria se paralisou consideravelmente com a livre entrada em Portugal e no Brazil da mão de obra ingleza, com cujos preços a nossa não pôde competir; que o commercio descaiu extraordinariamente, não só pela mencionada abertura dos portos do Brazil, que privou Portugal do commercio exclusivo com aquelle reino, mas pela concorrência de todas as nações maritimas. a quem a paz franqueou a liberdade dos mares, e mais que tudo pelas perdas que nos têm causado os corsarios insurgentes, ou seja apreizando-nos os navios, ou obrigando os negociantes a segurar os seus cabedaes com premios exorbitantes com que as fazendas não podem, sendo muito para

receiar que, se as cousas assim continuarem, desapareça brevemente do mar a bandeira portugueza; que para o Brazil vae annualmente uma porção mui consideravel das rendas d'este reino, bastando a importancia dos rendimentos dos bens patrimoniaes, e da corôa e ordens, pertencentes aos dalgos, para formar uma avultada somma, que falta á circulação interior, e nos vae empobrecendo continuamente. Em similhante situação é impossivel que este reino conserve os seus antigos estabelecimentos, pois que não conserva suas antigas rendas. Resta portanto o unico remedio reduzir tudo a ponto mais pequeno, e de cortar no tempo a penuria despezas, que tenham onerado o erario com dividendo mesmo no tempo da abundancia.

«Vossa magestade, senhor, é um grande pae de família e os servos, a quem fez a honra de encarregar de uma parte da administração da sua casa, seriam por certo indignos d'esta confiança, se se atrevessem a occultar a vossa magestade as verdades expostas, e o receio de alguma consequência, quando as circumstancias exigem imperiosamente a vossa magestade, sendo de tudo exactamente informado, tenho por bem acudir com as energicas e immediatas providencias que forem do seu real agrado, á proxima ruina, que ameaça não só a prosperidade, mas até mesmo a existencia dos estados de vossa magestade na Europa. Prostrados aos pés de vossa magestade lhe supplicamos humildemente as mesmas providencias, e as esperamos da alta sabedoria

fundado receio. Os motivos que para ella havia eram os mais justificados; o exemplo do que revolucionariamente por aquelle tempo tinha já succedido em Hespanha era um poderoso incentivo para se tentar um outro que tal successo em Portugal. Esse vivo receio, que os mesmos governadores patenteavam, de que uma nova conspiração, mais feliz do que a de 1817, os privasse do poder, nada mais era do que a intima convicção, que a sua propria consciencia lhes dava, dos poderosos motivos que havia para um justo rompimento dos povos, não só contra os actos d'elles governadores, mas tambem contra os dos indignos ministros, que no Rio de Janeiro rodeavam el-rei, e o levavam á adopção de medidas, com que se sacrificavam os interesses da sua patria aos do novo reino do Brazil. Se pois nos governadores do reino, ou nos empregados que junto d'elles serviam, não havia falta de capacidade e talento, como manifestamente se vê do officio acima transcripto, havia por certo o mais abjecto servilismo para com as ordens vindas do Brazil, e a nenhuma resolução das instantes representações, feitas para se remediar os males, que em tão larga copia affligiam Portugal. O certo é que a revolução de que vamos dar noticia ao leitor foi por aquelle tempo tão justa e patriotica como o havia sido entre nós a de 1640, dando-lhe origem motivos iguaes, com o odioso de serem os proprios portuguezes, constituidos em ministros no Brazil, os que fizeram n'este caso o traiçoeiro papel de Miguel de Vasconcellos. A morte barbara das doze victimas, sacrificadas á estúpida politica dos governantes d'aquelle tempo, não teve poder para abafar o heroico patriotismo da nação portugueza, victima de um systema de governo, que parecia nada mais ter em vista do que a total ruina de Portugal, tendo por natural consequencia o consideravel augmento, que de um para outro anno ia tendo entre nós o descontentamento publico.

Posto que na capital uma activa e energica policia, auxiliada por um sem numero de espiões, quotidianamente se occupasse em vigiar com todo o cuidado e esmero os sentimentos da sua população, como se prova pelo sem numero

de partes dadas ao governo pelo intendente geral da policia, relativas a este assumpto, todavia não succedia assim nas provincias, onde as misérias publicas mais vivamente costumam fazer sentir, mas onde tambem, como em compensação de semelhante mal, se experimenta menos a tyrannia com que o despotismo se faz pesado aos governados. Se o local onde elle reside aquelle em que ordinariamente o oppressor se torna. Não admira pois que no meio das circumstancias que temos relatado, o esquecimento que o soberano legitimo de Portugal mostrava ter pelos seus vassallos da Europa, determinasse tambem n'alguns d'estes, por justa retribuição, o esquecimento para com o soberano, tão determinado como o viam a antepor o Brasil ao seu paiz natal, prejudicando este com as suas medidas para engrandecer aquelle. Desamparados como portanto ficaram d'elle, alguns houve, talvez os que por meio das sociedades secretas mantinham relações com os revolucionarios da Hespanha, que se lembraram de fazer causa commun com elles no sentido liberal, constituindo assim hespanhoes e portuguezes uma só nação. Já em 1817 se percebeu no gabinete de Madrid, de que existia em Portugal um grande partido em favor da sua união com Hespanha. As informações que tinha recebido, tanto as que lhe dera o brigadeiro Cabanes, de que já fallámos no anterior capitulo, como que igualmente lhe dera alguns outros hespanhoes e

njeira, que a mesma ida, que o marechal Beresford fez então a Londres, a attribuiu á falta de apoio, que o governo portuguez tinha no de Inglaterra, sendo em tal caso não recorrer-se á influencia do referido marechal para conseguir algum soccorro, que por certo se nos não presen-
ta, a não receber sua magestade catholica a condigna satisfação pela occupação, que o governo do Brazil tinha mandado fazer de Montevideu, e a sua invasão das provincias da bacia oriental do Rio da Prata¹. É possivel que o marechal Beresford tivesse por commissão ir a Londres com o fim de solicitar o referido soccorro; mas o governo da Hespanha, nutrido vistas hostis contra Portugal pela citada occupação de Montevideu, tinha por então serias difficuldades contra si, para de mão armada invadir este reino, por causa da completa desorganisação das suas finanças, e tambem a manifesta indisciplina do seu exercito. Isto não embarçava que os governadores do reino se receassem das intenções da Hespanha, tanto pelas suas vistas contra nós, como pelas ligações dos seus revolucionarios com os do nosso paiz. Estes receios foram de tal ordem que até chegaram a suppor que o proprio governo hespanhol fôra quem provocára a desgraçada conspiração de 1808, pela mysteriosa missão do brigadeiro Cabanes a Lisboa e das suas entrevistas com Gomes Freire, segundo o que D. Miguel Pereira Forjaz participára a D. José Luiz de Almeida, nosso ministro em Madrid, mostrando-se perfeitamente instruido nos passos que o mesmo Cabanes cá tinha dado.

Que da parte de alguns portuguezes havia tambem tentativas para a dita união com Hespanha, manifestamente se vê no artigo *Destinos futuros de Portugal*, inserto no n.º 27 do volume 3.º do *Campeão Portuguez* em Londres, de que o redactor José Liberato Freire de Carvalho. No referido artigo se dizia pois o seguinte: «Nas circumstancias em que está hoje Portugal só debaixo de tres pontos de vista

¹ Officio do nosso ministro em Madrid, datado de 2 de maio de 1817.

póde ser considerado; como paiz independente, como com o Brazil, ou como unido com a Hespanha. O primeiro caso é inadmissivel, porque ainda quando podesse reaver essa independencia, seria ella sempre nominal, pois que a sua posição e forças, comparativamente pequenas, tornam-no constantemente um boneco, ou em mãos de um protector ou de um rival. O segundo é o mais proprio e natural, quando o Brazil, conhecendo os seus verdadeiros interesses, queira fazer quanto póde, e quanto deve a favor dos portuguezes da Europa. O terceiro só póde ser um ultimo acto de desesperação, quando o Brazil, como já dissemos, não faça quanto póde e quanto deve, porque na ultima extremidade melhor é fazer parte de uma grande, vizinha e poderosa nação, do que ser colonia de outra distante, mal governada e que, em vez de proteger, é oppressora». A pagina 11 do referido numero dizia mais o citado redactor o seguinte sobre este mesmo assumpto. «O terceiro modo de Portugal dispor de si é em verdade bem arduo, e com razão se poderá chamar um ultimo acto de apurada desesperação. Também muito custa perder uma perna, ou um braço, e algum d'elles, ou alguma d'ellas se perde, quando exaustas todas as esperanças, é de necessidade absoluta perder uma parte para salvar o todo. A esta necessidade moral não duvidámos pois que Portugal venha a chegar, se lhe não exaurir todas as esperanças: nem ella é tão fôrça de proposito como a muita gente póde parecer, pois que a tida a hypothese que Portugal não póde viver por si só independente, nenhuma união, depois da do Brazil, lhe é mais natural que a da Hespanha. Em todos os tempos foi considerado Portugal como uma parte da Hespanha, e n'esta circumstanciação entrava a antiga Lusitania, quando pelos romanos foi a mesma Lusitania dividida em citerior e ulterior. E os nossos mesmos auctores, fallando de Portugal e portuguezes, tratavam d'elles como oriundos da Hespanha». E assim monia com esta dissimulada e perfida catechese tinha já dito a paginas 58 do seu numero 25 do citado volume pertencente ao mez de julho de 1820. «Dissemos refe-

u numero anterior), que era necessario não confiar ciente na supposta antipathia dos portuguezes contra inhoes: agora vemos que tivemos rasão em assim fallando se nos participa que em Portugal se escreveram, alharam, e se lêem as duas quadras seguintes:

És infeliz Portugal,
Pois promette abrir-te a cova
Quem contigo se appellida
Antepondo *Villa Nova* 1.

A tua sorte fatal
Pura compaixão me mette:
És desgraçado com seis? (D. João VI)
Porque não procuras sete? (D. Fernando VII!!)

m do partido que pensava na união de Portugal com a unha, outro havia que, suppondo a existencia do mal elle verdadeiramente não estava, tomava por empreza r a dynastia reinante, como remedio efficaz para a cura ave enfermidade politica que o reino padecia, e para im pensava em ir buscar o novo soberano á casa de Ca. Assim se prova por uma carta que, com a supposta le Lisboa de 20 de abril de 1820, se inseriu n'um pe- o folheto, impresso em Paris, intitulado *Pièces politi-* carta que n'elle principiava a paginas 11 e acabava em ublicada em francez, n'ella se dizia o seguinte: «O desgraçado paiz acha-se pouco mais ou menos na a posição em que o pozera a dominação hespanhola, lo os portuguezes reuniram todos os seus esforços conquistar a sua independencia, pondo no throno o du- le Bragança, legitimo herdeiro dos soberanos de Portu- ls deploraveis effeitos, que então produziu a dominação ageira, têm-se reproduzido hoje pela separação em stá o nosso rei. As causas são differentes, mas os resul- são os mesmos. Privados da nossa independencia, e

omás Antonio de Villa Nova Portugal, um dos ministros de o VI no Brazil.

constituídos em subditos de um longinquo reino; governados por subdelegados, cuja negligencia ha de augmentar na rasão da distancia em que está a monarchia; privados dos soccorros e dos melhoramentos que o monarcha podia fornecer e operar, se estivesse nos proprios logares; não occupando já o reino entre as nações a consideração a que nos dá direito a gloria dos nossos antepassados; e finalmente condemnados a ver inutilmente perecer entre as nossas mãos os meios pelos quaes elles a adquiriram, e pelos quaes nós a poderíamos perpetuar; tal era o estado em que nos achavamos, quando Filippe III reinava em Portugal, em virtude de uma usurpação, e taes estamos nós hoje, em que o nosso soberano por motivos particulares, ou pelos conselhos de certos fidaes portuguezes, transferiu para o Novo Mundo a séde de seu imperio». Depois d'este exordio passava a tratar da casa do Cadaval, e a mostrar as suas ligações com a casa real e a de Lafões, seguindo-se a isto dizer: «Se por conseguinte temos por um lado a ausencia do nosso soberano, pondo a nossa infeliz patria n'uma situação igual áquella em que se achava no reinado de Filippe III, tambem por outro temos as duas casas de Lafões e Cadaval, e os casamentos que ultimamente as uniram e que põe a casa de Cadaval na mesma posição em que por então esteve a casa de Bragança. Estas differentes combinações e esta similhaça de situação occupam muito os espiritos¹».

Vê-se portanto que a situação politica de Portugal se havia tornado cada vez mais critica, desde o fim da guerra da peninsula até 1820, por effeito não só das idéas politicas, que a revolução franceza espalhára por toda a Europa, mas igualmente pelo abalo que entre nós produzira uma tão prolongada e diuturna guerra. Este abalo era manifesto, tanto no paiz, como fóra d'elle. Effectivamente os negocios de Portugal por aquelle tempo, tanto os dos seus estados da

¹ Veja o documento n.º 46.

America, como os da Europa, tinham chamado sobre si a atenção dos homens de estado dos diferentes gabinetes, e particularmente dos descontentes, e sobretudo do jornalismo inglez. A noticia da desastrosa insurreição de Pernambuco, menos fatal pelas suas consequencias immediatas, do que pela idéa que ao principio vogou de que uma fermentação e descontentamento geral lavravam em todo o Brazil, foi logo assoalhada pelo dito jornalismo, exaggerando consideravelmente aquelle successo. Para maior desgraça a citada noticia espalhou-se, quando os hespanhoes davam uma maligna publicidade á nota, dirigida ao governo portuguez pelos plenipotenciarios das cinco grandes potencias, residentes em Paris. Para mais se aggravar semelhante estado de cousas foi por aquelle tempo que tambem chegou a Londres a imprevista noticia, ida de Lisboa, de que os governadores do reino haviam descoberto em maio de 1817 a já citada revolução de Gomes Freire de Andrade, a qual tratavam de atalhar com todo o seu vigor e energia. A noticia do levantamento de Pernambuco recebeu-se em Londres no dia 26 do dito mez de maio, por uma embarcação que para tal fim expedira o almirante Harvey, commandante da estação naval ingleza nas Barbadas. Poucos dias depois chegaram as confirmações de semelhante acontecimento por outros navios inglezes, idos de Pernambuco em direitura para a Inglaterra, assim como por via do Havre e de outros mais portos de França. Nos primeiros dias as gazetas de Londres, alem da sua exagerada narrativa dos factos, apresentaram-os ao publico, acompanhados das mais insultantes reflexões, nascidas umas da connexão que julgavam ter os insurgentes portuguezes com os insurgentes hespanhoes, partidistas uns e outros das idéas liberaes, gazeteiros havendo, que, sendo pagos pelo governo hespanhol, tomaram a seu cargo provar uma intima ligação, a qual o tempo mostrou não ser verdade, entre a expedição hespanhola ao Rio da Prata e a insurreição de Pernambuco. Finalmente houve ainda outras, que tentaram desfigurar, ou pintar com negras e despreziveis

cores tudo quanto dizia respeito a Portugal e ao seu governo ¹.

Mas os gazeteiros de Londres não podiam com muita ufanía vangloriar-se por aquelle tempo do bem estar e tranquillidade do seu paiz, porque se os apuros da fortuna publica e as commoções politicas, que se manifestavam nos portuguezes, provenientes da diffusão das doutrinas da revolução franceza, e da longa guerra que sustentámos contra a França, tinham lançado Portugal n'um estado de desgraça e abatimento, em Inglaterra, e geralmente em todas as nações da Europa, haviam tambem produzido identicos resultados, tornando-se em todas ellas mais ou menos sensivel. O parlamento britannico tinha sido prorogado para o dia 2 de janeiro de 1817, e depois para 28 do dito mez. Vontade havia de que ainda o fosse por terceira vez, mas não o permitiu ao governo a grande fermentação em que o paiz se achava, e que por duas vezes abertamente se manifestou em Londres. A passagem repentina do estado de guerra para o estado de paz produzira uma grande estagnação no commercio, e em quasi todos os ramos da industria d'aquella nação, cousas que até ao momento em que se assignou a paz os navios inglezes espalhavam exclusivamente por quasi todo o mundo. O resultado d'isto foi reduzirem-se ambas aquellas cousas ao estado em que estavam antes da guerra da revolução, passando uma grande parte das suas fabricas a não ter que fazer, e outras a terem pouco. Seguiu-se a isto ficarem sem meios de subsistencia muitos individuos que d'an-

¹ Officio do conde de Palmella, dirigido ao conde da Barca para o Rio de Janeiro em 9 de junho de 1817. Palmella tinha vindo a Portugal com licença em 1816, tornando depois para Londres a bordo da fragata *Perola*, que tambem conduzia a baixella de prata, mandada presente ao duque de Wellington. A Portsmouth chegou Palmella no dia 27 de setembro d'aquelle anno, e a Londres no dia 30. A 3 de outubro apresentou elle ao principe regente de Inglaterra as suas credenciaes, na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, havendo-se assim demorado quatro annos esta sua apresentação official, que tantos foram os decorridos entre ella e a assignatura das ditas credenciaes.

tes os tinham. A esta gente sem emprego foram depois unir-se muitos soldados e marinheiros a quem se deram baixas do serviço, sobrevindo para maior desgraça os rigores de uma estação invernosa, causa de uma mesquinha colheita e de grande carestia de pão. Á vista pois d'isto não admira que em Inglaterra fosse grande a fermentação dos espiritos, e que em Portugal a pintura de semelhante estado de cousas corresse no publico exaggerada pelos descontentes. O certo é que ainda em março de 1817 a Inglaterra experimentava os tristes effeitos da decadencia do commercio e da industria, e portanto a falta de emprego de um grande numero de individuos das classes baixas da sociedade, em resultado da paz geral de 1814. Era d'este estado de cousas que nasceram as conspirações, que o ministerio começára a denunciar desde a abertura do parlamento no citado anno de 1817, conspirações que ultimamente se manifestaram com um caracter mais serio e ameaçador do que ao principio se julgava. A sessão do parlamento d'aquelle anno, tão trabalhosa como foi, empregára-se em lamentações sobre a decadencia do commercio e da prosperidade publica, em planos de economia levada ao ultimo excessó, e finalmente em descoberta das citadas conspirações, causadas pelo grande descontentamento e miseria publica.

Tão grave foi este estado de cousas, e tanto se temeram as suas consequencias, que até os proprios membros da opposição, que assistiram ás deliberações das commissões secretas, nomeadas pelo parlamento para investigarem tão grave e urgente negocio, foram de parecer unanime com os ministros em olhar como de gravidade o assumpto, e em concordar na necessidade de recorrer a medidas energicas, para remover o perigo que se achava imminente ao paiz. Em consequencia d'isto foram portanto propostos e approvados nas duas camaras do parlamento varios *bills*, para suspender temporariamente as garantias constitucionaes, isto é, o *habeas corpus*, o direito de convocação e de reunião das assembleas publicas, etc. Seguiu-se a isto o começo do processo de alguns individuos presos por conspiradores; todos elles eram

se a excitar tumultos populares com a esperança e assassinios, mas sem nenhuma probabilidade de sucesso. Em toda a Gran-Bretanha, e principalmente nas manufatureiras, tinham havido assembléas tumultuosas, prisões, etc., por causa da muita miséria que havia, e de uma população inquieta, turbulenta e descontente; mas todas as classes da nação, mais ou menos pobres, e que possuíam alguma propriedade, estavam dispostas de olharem com bons olhos para uma nova reforma promovida principalmente pelas classes baixas. A situação das cousas era realmente grave, e todavia não só não se viu, mas até mesmo os discursos feitos nos ajuntamentos públicos não cessaram de assoprar o descontentamento que reinava entre os indigentes, dando em resultado que se começavam a praticar desde o primeiro ajuntamento que se fez do povo nos subúrbios de Londres. Esta situação subiram ao ultimo grau na occasião do segundo ajuntamento no mesmo lugar do primeiro no dia 2 de dezembro.

Os instigadores das desordens que se commetteram logo presos, conhecendo-se desde então por sua extensão e o delineamento dos planos revolucionarios que se tinham entre mãos. Os processos, que em seguida se seguiram contra os individuos accusados do crime de sedição e de conspiração contra o estado, terminaram em 1801, sendo treze dos réus condemnados à morte, e os outros, se os advogados da corôa não tivessem

do origem a miseria do povo desde 1814, e que em 1816 se havia tornado mais grave. O quadro que portanto n'este anno experimentava a Gran-Bretanha no seu estado interior estava por certo bem longe de corresponder aos brilhantes successos com que terminára a sua guerra com a França, ou á supremacia do sceptro, que com tamanha omnipotencia assumira sobre os mares, bem como sobre as suas tão vastas, tão ricas e tão numerosas colonias. Apesar de tudo isto foram taes e tão poderosos os recursos, que ao governo subministrou o espirito publico da numerosa classe illustrada da nação, que não obstante a gravidade dos factos que temos narrado, nem por isso era chegado, como muitos por então suppozeram para aquella grande nação, o momento da decadencia, que tarde ou cedo chega a todos os povos. Isto porém não quer dizer que ella ainda assim pudesse por então emprehender guerra alguma séria, se porventura circumstancias houvessem para isso apropriadas, pois que os ministros que a não evitassem seguramente se veriam na impossibilidade de a poderem dignamente sustentar.

Na França as baixas dadas ao exercito, o grande numero de officiaes sem exercicio, a permanencia dos exercitos alliados no paiz de que de facto se achavam de posse, o fermento das sociedades secretas, e finalmente a passagem do estado de guerra para o estado de paz, tudo isto tinha a nação franceza em grande estado de fermentação. Este paiz, centro e coração de toda a politica européa, apresentava por aquelle tempo um problema bem difficil de resolver. Nos debates havidos na camara dos deputados, posto que vivos e acalorados, tinha levado a palma o partido dos ministros. A opposição, apprehensiva, ou de boa ou de má fé, em que os ministros queriam restabelecer os abusos da antiga monarchia, tinha para si que as leis por elles propostas eram destinadas á restauração do despotismo, que a revolução havia aniquilado. Estas leis eram relativas á liberdade dos individuos, á da imprensa, á confiscação dos escriptos prohibidos, e á faculdade dos ecclesiasticos poderem adquirir bens de raiz. Isto era com relação ás camaras, porque com relação ao

paiz, a tranquillidade que n'elle se gosava parecia ser contrfeita. Na Vandéa os ultra-realistas, depois de uma guerra e proclamações, tinham passado a vias de facto e a actos de violencia. Em Bordéus tambem tinha havido uma conspiração, a que algumas pessoas deram muita importancia, e o tras pouca ou nenhuma. Juntando a estas outras varias causas, não podia ser estranho que houvesse desarranjo nas finanças da França, e que esta potencia se visse na impossibilidade de poder pagar ás potencias alliadas as contribuições, que ellas mesmas lhe tinham imposto. Com isto dava-se mais que o ministerio, que succedêra ao duque de Richelieu, achava-se n'uma posição realmente critica, porque ao passo que por um lado tinha por dever sustentar os interesses e a conservação do throno, por outro buscava tambem manter a sua popularidade e combater o partido ultra-realista com o apoio, mais que suspeito, do partido liberal. Neste partido contavam-se alguns individuos sinceramente addictos á monarchia constitucional, mas tambem é um facto que a par d'estes, muitos dos jacobinos se encobriam, uns d'elles aferrados aos mais exaltados principios revolucionarios, sendo outros buonapartistas encobertos, principalmente pertencentes ao exercito, os quaes, posto que tivessem perdido a esperanza de tornar a ver o seu antigo chefe, dirigiam então as suas vistas para o pequeno Napoleão, ou para o principe Eugenio Beauharnais, ou mesmo para o duque de Orleans; alguns dos descontentes havia que levavam as suas aspirações a ponto de quererem ver no throno qualquer personagem que fosse, menos o legitimo successor da corôa, quem receiavam, quando houvesse de subir ao throno, alguma reacção em favor do systema retrogrado ¹. No meio taes difficuldades o ministerio procurava seguir uma linha de conducta intermediaria aos dois extremos, mas muitos re-

¹ Não se enganavam nos seus juizos, pois que o successor da corôa que era o conde de Artois, irmão de Luiz XVIII, subindo depois ao throno com o nome de Carlos X. e tramando em 1831 a chamada revolução com as suas celebres ordenanças, deu lugar á famosa revolução dos dias de julho, que o expulsou da França.

eram ser-lhe impossivel attingir esse meio termo, porque a audacia de alguns dos liberaes, que diariamente crescia, não podia deixar de impellir o ministerio para alem das suas vistas, e talvez mesmo que para alem dos seus desejos.

Quanto á Allemanha, difficil nos é apresentar uma opinião segura, com relação a ella, porque ao mesmo tempo que a opposição a representava a braços com uma crise tal, como a que precedêra a revolução franceza, ameaçando ter o mesmo resultado, o jornalismo chamado ministerial pretendia que em toda a Allemanha reinava um certo grau de indifferença, que annunciava a tendencia dos povos para os seus antigos habitos, tendencia que outr'ora fazia a segurança dos tronos. Entretanto não se podia negar que havia muitas tendencias para as reformas, apparecendo em alguns outros paizes bem pronunciados clamores, para que se destruíssem as antigas instituições, substituindo-as por uma constituição analoga á illustração do seculo, dando-se ao paiz a verdadeira representação nacional. O certo é que até os proprios soberanos, que presidiam aos destinos d'aquelle paiz, se observava uma manifesta disposição, mais para reformar, que para perpetuar os abusos. Pelo menos assim queria persuadir um livro, publicado por aquelle tempo em Paris, com o titulo de *Tableau politique de l'Allemagne*, que servia de texto aos jornalistas da opposição em Inglaterra, quando escreviam ácerca d'aquelle paiz. O seu pretendido author era um homem bem conhecido, até mesmo entre nós, por uma historia de reputação e merecimento, que publicou em relação a Portugal, mr. Schœffer, subdito allemão; mas o seu dito livro era escripto em França e em francez, posto que dirigido fosse aos allemães. No meio d'estas occorrenças o rei da Prussia parecia pela sua parte oppor a semelhantes tendencias o unico remedio que podia talvez embarçar-lhes o progresso, tal era o de demonstrar querer cumprir com a promessa, por elle feita em maio de 1814, de outorgar uma constituição, creando para esse fim comissões, encarregadas de trabalhar na sua promptificação, insinuando assim quanto este trabalho poderia ser longo,

e quanto o magnava similhante demora. Este systema de ganhar tempo, combinado com uma certa tendencia, que o governo prussiano mostrava para a reforma dos abusos, e o restabelecimento da ordem nas finanças, fez por então cessar, tanto quanto era possivel, a fermentação dos espiritos que n'aquelle paiz se manifestava em favor do liberalismo.

O rei de Wurtemberg parecia querer seguir as mesmas pisadas, sem contradizer os estados, quando se lhe dirigiram na occasião da sua elevação ao throno. Aquelle soberano na resposta que lhes dera não lhes prometteu estar por tudo quanto do seu antecessor tinham exigido; mas limitou-se a fallar em termos geraes na constituição dos paizes hereditarios; da determinação em que estava de se occupar d'ella, e da sorte futura dos seus vassallos, de um modo que contribuisse para a felicidade de todos. El-rei da Saxonia achava-se por então occupado nas discussões dos limites entre os seus estados e os da Prussia, esperando só que se terminassem para proceder á convocação de uma dieta. A de Francfort tinha-se aberto em 5 de novembro, e a ella haviam affluido de toda a parte da Allemanha grande numero de petições e representações, querendo uns que se restabelecessem as cousas no mesmo pé em que estavam desde seculos atrás, e outros que continuasse tudo pelo modo que estava; mas o maior numero clamava para que se fizessem reformas, não sabendo os differentes membros da dieta como se haviam de conduzir, nem o que haviam de resolver, á vista de uma tamanha variedade de opiniões. Entretanto os representantes da Austria e da Prussia, que tinham grande influencia na dieta, fizeram protrahir as deliberações, recorrendo tambem ao systema de ganhar tempo, allegando que a futura constituição da confederação germanica era de tamanha importancia, que exigia muita reflexão, não sendo portanto obra para se fazer com precipitação. A Italia apresentava-se apparentemente em socego; mas tendo o governo de Murat deixado em Napoles um grande numero de partidistas, as doutrinas liberaes tinham n'este partido um pode-

roso elemento de fermentação em favor d'ellas, animado pelas sociedades secretas.

De todas as nações da Europa a Hespanha era seguramente a que mais desorganizada se achava, quanto á fazenda, em consequencia da sua prolongada guerra com a França, e tambem aquella em que as doutrinas politicas da revolução franceza tinham feito maior numero de proselytos, não só em resultado das suas intimas relações com a mesma França, mas igualmente por effeito da demora, que durante annos os exercitos francezes tiveram na propria Hespanha. Prova-se o grande partido que as doutrinas liberaes tinham n'aquelle paiz, tanto pelo que já dissemos na precedente epocha d'esta nossa historia sobre tal assumpto, como pelo facto da convocação das côrtes de Cadiz, e da constituição por ellas decretada. Todas as noticias que corriam na Europa, ácerca da Hespanha em 1817, eram as de que o seu erario luctava com a maior penuria, a ponto de que, para poder fazer sair a expedição, que destinava para as suas colonias da America do norte, era necessario que o seu respectivo governo contrahisse um avultado emprestimo, ou dentro ou fóra do paiz. O que portanto não admittia duvida era que a Hespanha, depois de concluida a guerra da península, luctava com os gravissimos males que lhe tinha deixado ficar a invasão dos numerosos exercitos francezes, que com tanto afinco a pretenderam sujeitar ao dominio de Napoleão Buonaparte, e a que ella com a maior pertinacia procurou heroicamente resistir, ficando extraordinariamente devastada; luctava com a voz altiva da independencia, que as suas ricas e extensas colonias da America haviam levantado, buscando separar-se da metropole, a qual pretendia sujeital-as novamente ao seu dominio contra a opinião decidida da nação; luctava com a grande desorganisação das suas finanças, como já notámos, com o grande descontentamento que se manifestava em todas as classes da sociedade, e finalmente luctava com a grande fermentação liberal, que a citada constituição de Cadiz havia espalhado por todas as suas provincias, fermentação constantemente provocada pelos trabalhos dos clubs, e não menos pela in-

telligencia e ligação d'esses mesmos clubs com os de França, da Italia, e sobretudo com os de Portugal.

Era portanto um facto que o estado de fermentação politica em Hespanha era grande, não lhe podendo embaraçar o seu andamento os grandes rigores e perseguições, que D. Fernando VII e os seus ministros tinham posto em acção contra o partido liberal. O que por um lado a repressão empregada pelo governo buscava embaraçar, por outro a miseria publica e o grande descontentamento de todas as classes da nação o diffundia pela mais irresistivel maneira, sem haver forças, nem meios de lhes obstar ao progresso. O primeiro rompimento publico, que depois da quêda da constituição se viu em Hespanha, foi o que appareceu em Galliza no anno de 1813, do qual se constituiu auctor D. João Dias Porlier, denominado *o marquezito*, marechal de campo e capitão general das Asturias. Seguirá elle primeiramente a carreira das armas na vida do mar, assistindo ainda como tal á desastrosa batalha de Trafalgar, carreira de que depois passou para a do exercito de terra, por occasião da guerra da Hespanha contra a França. Chegando dentro em pouco tempo a coronel, foi auctorisado a levantar um corpo de guerrilhas, á testa do qual se distinguio por maneira tal durante a dita guerra, que mereceu pelos seus serviços subir ao posto de marechal de campo, e ao alto cargo de capitão general das Asturias. Sendo bem recebido por D. Fernando VII na sua volta á Hespanha em 1814, similhante acolhimento não o pôde desviar jamais da sua affeição ás doutrinas liberaes, que bravamente havia defendido no tempo das côrtes de Cadiz. Apanhando-se-lhe provas d'estes seus sentimentos em cartas, que se lhe apprehenderam, foi mandado preso para o forte de Santo Antonio, d'onde sómente saiu passados mezes, por effeito de uma licença, que lhe foi dada para ir fazer uso das aguas de Arteyro. Foi lá que elle urdiu a sua desgraçada conspiração da Galliza, filha do profundo desgosto que lhe causára o haver-se abolido o governo constitucional, e as duras perseguições feitas aos seus partidistas por D. Fernando VII. Não podendo pois reprimir a sua indignação por taes motivos, tomou

a resolução de levantar na Corunha o grito da insurreição na noite de 18 para 19 de setembro do dito anno de 1813, grito rebentado originariamente no forte de Santa Luzia, tendo por fim o restabelecimento da constituição. Seguiu-se a isto a nomeação de uma junta provincial, debaixo da sua presidencia, a qual o nomeou commandante geral do interior do reino da Galliza, e chamou ás armas todos os bons cidadãos para a defeza da causa liberal. Ao commandante do Ferrol foi logo expedido um aviso, informando-o da mudança occorrida na Corunha, e convidando-o a reunir-se a ella, mas determinando-lhe ao mesmo tempo que para aquella cidade mandasse o brigue de guerra, que na enseada ou bahia do Ferrol se achava fundeado. Receioso o citado commandante de que os chefes dos corpos, que tinham recebido iguaes avisos, o obrigassem a fazer sair o citado brigue, tirou-lhe o leme, dispondo-se a resistir com a tropa da marinha que ficára fiel a el-rei, por lhe não merecer confiança a tropa de linha, no caso de que Porlier o fosse atacar no Ferrol. Das occorrencias da Corunha deu logo parte por um extraordinario para Madrid o citado commandante d'aquella cidade, de que resultou tomar promptamente o governo d'el-rei as medidas que teve por mais adequadas para mallograr a revolta.

Foi no dia 24 do citado mez de setembro que chegára a Madrid a noticia de que o *marquezito*, cunhado do conde de Toreno, se havia collocado na Corunha á testa dos revoltosos; que uma parte dos dois regimentos de linha, que lá estavam de guarnição, havia tomado o seu partido, tendo elle imposto uma contribuição á cidade, para contentar os soldados, pagando-lhes por meio d'ella os seus atrasados. Seguiu-se a isto saber-se igualmente que havia posto em liberdade os liberaes, que estavam presos por suas opiniões politicas, e os mais que se achavam nas cadeias; que prendêra tambem o capitão general, D. Philippe de Saint Marcy, e finalmente que proclamára a abolida constituição de 1812, decretada pelas côrtes de Cadiz. A inquietação, produzida na capital da Hespanha por similhante noticia, subiu ao mais alto grau, de que resultou mandarem-se logo pôr em marcha para a Galliza

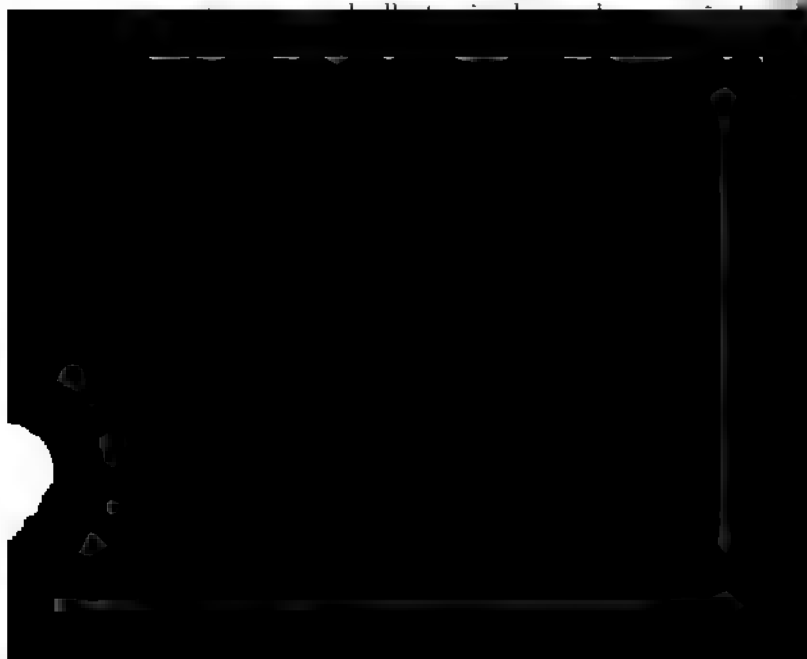
diversos corpos de linha no mesmo dia 24, dando-se o commando d'elles ao tenente general D. Ventura Caro, irmão fallecido marquez de la Romana, e tendo-se elles ainda insufficientes, ordenou-se tambem ao conde de l'Abisbal, para a Galliza marchasse com o exercito da Navarra. A particularidade de Porlier ser cunhado do conde de Toreno, vivo recio de que esta rebellião tivesse extensas ramificações, deram logar a metterem-se novamente em segredo os regentes, D. Pedro Agar e D. Gabriel Ciscar, alem de outros mais liberaes, que já estavam em communicação, assumindo a policia por então uma activissima vigilancia. Foi por essa mesma occasião que saiu uma nova lista de proscriptos, de pessoas liberaes sentenceadas, figurando n'ella como notavel D. Thomás Isturiz, que pouco tempo antes foi para Inglaterra. Mas Porlier não conseguia chamar ao partido mais do que 800 homens, com os quaes se pôz a marcha da Corunha para Santiago, no intento de ver se grossava o seu partido com as tropas que havia n'esta cidade, ou de batel-as, em caso de opposição, empreza em que mal succedido, pois que, durante a respectiva marcha, a infelicidade de alguns cabos e sargentos da propria tropa que commandava se deixarem subornar pelos realistas, que resultou ser por elles preso e entregue por fim aos adversarios. Com isto coincidiu igualmente sairem de Santiago, compradas pelo respectivo cabido, as tropas

em terem por si plano algum combinado, como ao principio se suppoz, á vista das suas proclamações e manifesto.

E logo que Porlier saiu da Corunha para Santiago restabeleceram-se as auctoridades realistas, incluindo a do capitão general Saint Marcy, que de prompto foi solto, terminando assim esta primeira tentativa, feita para o restabelecimento do governo liberal em Hespanha, depois da sua quêda em 1814. Com este desastrado successo parece todavia preverem-se alguns outros, que logo se seguiram, tal foi a mudança que D. Fernando VII fez n'alguns dos individuos que o cercavam, sendo um d'elles o celebre D. João Escoiquiz, mandado immediatamente para a sua igreja de Talavera, onde se arcediago, e um outro, D. Braz Ostolana, mandado para Copenhaga, onde era deão, visto serem ambos accusados de manifesto dos revoltosos, o primeiro de haver aconselhado a viagem do rei para Bayonna, e o segundo por lhe haver inspirado medidas severas, contra os que haviam sustentado a sua causa durante o seu captiveiro em França. Ao certo não se pôde dizer qual fosse a verdadeira causa da desgracia d'estes dois prebendados. Alem d'elles outros mais individuos houve que tambem incorreram no desagrado do monarca hespanhol, succedendo isto a D. Francisco Thadeu de Amardi, official maior da secretaria das Indias, que foi mandado para Guadalaxara. D'este notavel procedimento com certos realistas passou-se á perseguição dos liberais. Os processos, que contra os que desde a quêda da constituição se achavam presos, tinham sido confiados ao julgamento de certas comissões especiaes, o que foi causa do retardamento da sua final decisão, sendo durante este tempo tratadas com mais ou menos rigor, segundo o grau de realismo e de intolerancia politica dos membros das ditas comissões, e o grau de culpa que cada uma d'ellas attribuia a cada um dos respectivos presos.

Nas duvidas e incertezas em que portanto as causas d'elles se achavam, succedeu apparecer nas prisões pelas duas portas da noite de 17 de dezembro de 1815 o escrivão da commissão que então existia, o qual foi correndo as ditas

prisões com uma lista de nomes na mão, a qual se julga escripta pelo proprio punho de D. Fernando VII, dizendo referido escrivão a cada um dos presos o desterro a que a magestade o condemnava, desterro para o qual devia immediatamente partir, o que se verificou no seguinte dia por sete horas da manhã, não se permittindo a algum d'elles que se demorasse, nem mesmo para levar mais roupa, ou dinheiro do que aquelle que casualmente comsigo trazendo-se a cada um para a sua subsistencia apenas um cozado diario até chegar ao logar do seu destino. A impressão que fez nos habitantes de Madrid tão despotica e arbitraria medida não é facil de descrever. Depois de muitas conjecturas, mais ou menos plausiveis sobre a origem, ou causa de semelhante medida, aquella que na opinião publica parecia mais natural foi a de que el-rei, enfadado de uma tão grande demora, como aquella que tinha havido no final julgamento dos presos, demora que tinha como percursora da sua abolição, cousa com que elle por modo algum se conformava, resolveu-se só por si á medida que se acaba de ver, tão rraunica e arbitraria como era, arrastado talvez tambem pela idéa, como igualmente se julgou, de evitar que as cõrtes estrangeiras dessem alguns passos em favor dos deportados como em differentes occasiões já tinha feito o embaixador francez. A natural consequencia, que portanto se tirou do procedimento do rei, foi o terem-n'o por um homem feroz e s



exercito por um lado, e os intendentes das provincias por ou-
 tro, opprimiam consideravelmente o povo com contribuições
 excessivas, alem do consideravel onus, que a par d'isto lhe cau-
 sava um exercito tão numeroso como era o então existente,
 sem se lhe pagar soldo, conservando-se aliás no antigo pé de
 guerra, cousa de que o partido liberal d'aquelle paiz busca-
 va aproveitar-se para os seus fins politicos. Já se vê pois que
 no meio de taes circumstancias muita razão havia, para o re-
 sultado que tambem se tinha em Hespanha de novas tentativas
 de revolta, não obstante a grande severidade e rigor com que
 se puniam. Correu effectivamente no anno de 1817 que sym-
 ptomas de uma nova revolução se notavam na Galliza, mas
 que o governo a pôde evitar a tempo, obstando-lhe ao seu
 progresso e rompimento publico. O povo porém só soube de
 positivo que em Santiago se haviam mettido nas prisões mais
 de duas d'aquella cidade alguns officiaes e individuos de pou-
 ca consideração, pela descoberta de um projecto, que elles
 estavam formado de perturbar a tranquillidade publica, e que
 vindo-se chamado da cidade da Corunha para a de Santiago
 alguns batalhões de infantaria, a ordem se mantivera de
 prompto, sem que mais cousa alguma transpirasse. Na Ca-
 lunha pelo contrario descobriu-se uma conspiração formal,
 a testa da qual se collocára o general D. Luiz Lacy e o gene-
 ral D. Francisco Milans, alem de muitos officiaes de patente
 mais inferior, sendo do seu intento apoderarem-se de Bârce-
 lona e acclamarem depois a constituição de 1812. A desco-
 verta d'esta nova revolução proveiu da tentativa que se fez
 para ganhar alguns regimentos, que resistiram ás insinua-
 ções dos officiaes que n'ella entravam. O general Lacy, ho-
 mem que do coração partilhava as idéas liberaes, e que por
 esse motivo tinha sido desterrado para um povo da Catalunha,
 ao saber de que o libertára o pedido, que a seu respeito fizera
 o rei o general D. Francisco Xavier Castaños, reunira fóra
 d'aquella cidade no dia de sexta feira santa do dito anno de
 1817 apenas dois batalhões, cujos chefes e alguns mais dos
 seus officiaes haviam abraçado com elle a revolta. Entretanto
 chegava ao general Castaños a noticia da projectada revolta

no mesmo sabbado da Alleluia em que ella devia ter logar, de que resultou mandar immediatamente marchar um regimento contra a tropa, que estava com os sublevados, os quaes se viram por ella abandonados, apenas soube o objecto com que o general Lacy a tinha reunido. Abandonado portanto como este chefe se viu, só lhe restou fugir com os mais officiaes seus associados, muitos dos quaes foram logo presos, incluindo o proprio Lacy, como se fez publico por uma proclamação do general Castaños, datada de Barcelona aos 12 de abril, que foi o unico documento official, que sobre este acontecimento se publicou em Hespanha. Pela sua parte o general Milans teve a fortuna de não poder ser apanhado pela tropa do general Castaños.

Lacy achava-se preso na cidadella de Barcelona, quando se soube que alguns officiaes se haviam n'ella introduzido para o libertar, o que motivou serem presos, encontrando-se em poder de um d'elles a somma de trinta onças em ouro, ou oitenta moedas, segundo o valor que então tinham, dizendo-se destinadas a subornar os guardas. O processo d'aquelle general já por então (julho de 1817) se achava concluido, julgando-se que a sentença de pena ultima, a que o condemnaram, seria em breve executada, notando-se-lhe durante o andamento do referido processo grande debilidade de animo. Muitas diligencias se fizeram para que el-rei lhe perdoasse, allegando-se-lhe para isso os importantes serviços, que prestára na Catalunha durante a guerra da Península. Mas nada se conseguiu d'elle, porque no dia 3 do citado mez de julho foi Lacy conduzido para Malhorca, acompanhado unicamente pelo fiscal do concelho que o condemnára, e na madrugada do dia 5 o fuzilaram n'um dos fossos da respectiva fortaleza. A carreira militar d'este general fôra um pouco aventureira. Filho de um official do exercito hespanhol, entrou muito novo no serviço militar, e por modo tal, que aos quatorze annos de idade era já official no regimento de Bruxellas. Tendo-se distinguido pela sua bravura durante a guerra da Hespanha contra a republica franceza, foi depois para as ilhas Canarias em 1798 na patente de major, vindo de lá

para o continente em 1803. Servindo no regimento de Ultonia, commettendo n'elle uma grande falta de subordinação para com o seu commandante, forçoso lhe foi desertar para França, para evitar o castigo, indo lá assentar praça de soldado. Em 1808 veio para Madrid commandando já um batalhão da divisão irlandeza, formada em Morlaix, batalhão que fazia parte do exercito de Murat. Os memoraveis acontecimentos do dia 2 de maio levaram-no a desertar do referido exercito, a ir-se apresentar em Sevilha, onde, depois de desvanecidas algumas suspeitas que d'elle houve, foi novamente admitto no exercito hespanhol, fazendo-se notar desde então por sua audacia e talentos taes, que antes de Fernando VII voltar a Hespanha, já elle se achava tenente general, commandante do exercito da Catalunha, com a particularidade de que, a exceptuar sómente lord Wellington, foi elle o primeiro que recebeu a gran-cruz da ordem de S. Fernando, que se instituíra. Apesar d'este infeliz general não ter passado pela humilhação de ser exautorado das honras e empregos militares que tinha, e de não ir a uma forca, como ordenava a lei para os crimes da ordem do seu, o publico procurou geralmente o modo por que foi executado, tanto em respeito do segredo com que foi transferido da Catalunha para o logar do supplicio, como pela hora e logar em que o fuzilaram, cousas que deram bem a entender por um lado que o governo, não lhe querendo perdoar a pena de morte, não se atreveu a fazer-lhe publico o supplicio a que o condemnava, e por outro que o mesmo governo tinha pouca confiança no geral sentimento dos habitantes da Catalunha, quanto a presenciar esta execução a sangue frio. Seja porém como for, é um facto que a execução do general Lacy, pelo modo por que foi processado, e por fim condemnado, teve mais apparencias de um formal assassinio politico, dictado pela vingança do rei e dos seus ministros, do que de uma execução legal e em fôrma.

Entretanto bem claro se mostrou que as revoltas dos generaes Porlier e Lacy nada mais eram do que um evidente signal do grande descontentamento dos hespanhoes, e parti-

cularmente do exercito, sendo tambem prova não menos clara de que os partidistas liberaes, ou os das côrtes de Cadiz, não deixavam de ser numerosos, não obstante as duras perseguições, que o governo de D. Fernando VII contra elles empregava. De reforço ás duas precedentes revoltas uma outra se descobriu na cidade de Valencia em janeiro de 1819, feita igualmente no sentido liberal, tendo por fim o restabelecimento da abolida constituição de 1812, e o chamamento de el-rei D. Carlos IV ao exercicio das suas funcções magestáticas, quando se prestasse a jural-a. Attribue-se a descoberta d'esta conspiração á tentativa feita pelo coronel Vidal, um dos seus principaes auctores, para subornar um cabo de esquadra, convidando-o a que matasse o general Elio, capitão general d'aquelle reino, homem altamente odiado pela sua muita severidade e rispidez. Executada que fosse a sua morte, que deveria ser feita dentro em poucos dias, seguir-se-lhe-ia o apparecimento da conjuração, e a proclamação da constituição. O cabo de esquadra mostrou-se prompto para o desempenho da commissão que se lhe confiava; mas em vez de a executar, foi de prompto descobrir a trama ao capitão general, o qual, no momento do aviso que teve, sendo já de noite, fez-se acompanhar pelo mesmo cabo e por uma partida de soldados, e com elles se dirigiu á casa onde se reuniam os conjurados, os quaes, vendo-se surprehendidos, procuraram defender-se e fugir. O coronel feriu n'este acto o capitão general n'uma das mãos, mas este immediatamente o atravessou com a sua espada. Outro official, pertencente igualmente ao numero dos conspiradores, foi morto casualmente por um tiro de pistola, que disparou um dos culpados no acto de defender-se. Notou-se terem as gazetas inglezas publicado com antecipação haver rebentado uma conjuração em Valencia, o que deu logar a suppôr-se haverem relações estreitas entre os hespanhoes expatriados e os descontentes, que residiam em Hespanha. Elio publicou pela sua parte uma proclamação, que fez grande sensação no publico, não só por dar a entender que a conspiração podia ser grave, declarando que ainda havia muitas pessoas animadas do mau espirito de sedição;

mas também porque fez suppor que o governo hespanhol permitia que o mesmo Elio atropelasse todas as formalidades de uma causa, que já pela sua natureza era summaria, com o fim de justicar, e promptamente, os auctores do crime, doze dos quaes foram espingardeados, e o coronel Vidal enforcado, sendo transportado n'uma cama ao logar do supplicio, por não estar ainda curado do grave ferimento, que o capitão general lhe tinha feito¹. A extrema severidade d'este homem e a arbitrariedade do seu procedimento, não só em casos graves, mas até mesmo nos de pouca importancia, tinha produzido um descontentamento geral em todo o reino de Valencia. Apesar d'isto não se pôde negar que Elio prestára muito bons serviços á causa do absolutismo do rei, depois da volta de D. Fernando VII a Hespanha. Esta circumstancia e as relações que conservava com algumas pessoas da mais alta amisade e confiança do soberano, faziam-n'o conservar o logar, chegando el-rei a dizer, que, para governar um povo de caracter tão inquieto como o de Valencia, se necessitava de um homem de tanta energia e inflexibilidade como as de Elio.

Parece pois que por aquelle tempo o descontentamento politico não affectava só a Hespanha e Portugal, pois que em Inglaterra outro igual descontentamento continuava a manifestar-se entre os inglezes, como se colhe dos tumultos, que entre elles tiveram logar em 1816, não cessando com as execuções, que se fizeram n'alguns dos tumultuarios. No seguinte anno de 1817 outros de maior monta se manifestaram na Irlanda. Nos primeiros dias do mez de fevereiro d'este ultimo anno, em que teve logar a abertura do parlamento, commetteram o povo inglez um gravissimo attentado contra a pessoa do príncipe regente. Alem dos gritos e assobios, modo usual por parte do baixo povo inglez custuma mostrar o seu descontentamento em occasiões semelhantes, homens houve d'esta classe

¹ O que temos, dito e ainda diremos, com relação á Hespanha, é fundado na correspondencia do nosso ministro em Madrid, D. José Luiz de Castella, pois que o que por então se passou n'aquelle paiz tem bastante analogia com a nossa epocha liberal de 1820.

de gente, que tomaram a resolução de atirar com pedradas quebrar um vidro do postigo do coche, que conduzia o príncipe, sem que todavia lhe causasse o mais pequeno accidente. Segundo asseveraram em ambas as camaras o duque de Montrose e lord Murray, que acompanhavam o referido príncipe, antes de lhe ser quebrado o vidro do coche, tinha-lhe já sido furado por duas balas, atiradas, segundo se suppoz, por espingardas de vento. Informadas as duas ditas camaras de semelhante acontecimento, votou cada uma d'ellas a sua mensagem, para expressar ao príncipe o horror de que se achavam penetradas por tão atroz attentado. Igual horror se manifestou nos ajuntamentos, que tiveram logar no bairro chamado *a cidade*, ajuntamentos formados pelos negociantes e outras corporações, que, despertadas emfim do lethargo em que estavam, conheceram o perigo da sua situação, e a extrema necessidade de sustentarem o throno e a constituição existente, oppondo assim aos ajuntamentos dos descontentes outros ajuntamentos, para condemnarem um semelhante attentado, praticado contra a pessoa do imperante, e manifestarem por este modo a sua firme adhesão á constituição vigente. Pela sua parte o governo deu logo, tanto na capital, como em todos os condados, as providencias necessarias, para frustrar quaesquer outros projectos, que ainda podessem ter os descontentes. No parlamento foram apresentadas as informações, relativas a certas praticas, ajuntamentos e combinações, tanto com relação a Londres, como fóra d'esta cidade, tendentes a crear a desaffeição dos subditos á pessoa do soberano, a falta de respeito ao seu governo, e a destruir a constituição e as leis. Esta materia foi logo tomada em grande consideração, porque, fazendo os lord Sidmouth e Castlereagh uma moção, para se remetterem duas commissões, uma em cada camara, os documentos que apresentaram sobre este objecto, tudo se votou a contento do ministerio.

Subsequentes ajuntamentos pretenderam ainda fazer os descontentes no dia 10 de fevereiro; mas nada conseguiram, em vista das providencias que o governo lhe oppozera, sendo

presos alguns dos individuos, que tinham figurado nas ultimas desordens, alem de alguns outros mais, que se tornaram suspeitos de nutrirem os mesmos sentimentos e intenções. Resultava pois que, apesar dos violentos ataques, que a opposição fazia ao ministerio dentro e fóra do parlamento, o triumpho estava pela sua parte, graças ás medidas de consideravel economia interior por elle adoptadas¹, e ao apoio que recebia do duque de Wellington e do systema politico, enlaçado com as grandes potencias da Europa, em consequencia dos tratados de Vienna e de París. Os novos tumultos, que se acabam de mencionar, eram mais uma prova da miseria em que por então se achava a classe baixa da nação ingleza, sem que todavia tivessem feito abalo na consolidação da força do governo e das instituições do paiz, pois todos os que tinham que perder, ou possuíam illustração, sendo estes os que verdadeiramente constituíam a força da nação, e quaesquer que fossem as suas particulares opiniões politicas, estavam sempre de acordo em se opporem a reformas por meio de revoluções e anarchia. Era tal a crença que por então havia sobre este ponto, que não faltava quem suspeitasse ser o proprio ministerio, se não o que promovêra, pelo menos o que tolerára algumas das desordens populares, nas vistas de moderar os impetos vehementes da opposição. Era alem d'isto para notar que o attentado commettido contra a pessoa do principe regente, e os assustadores tumultos com que se achava ligado, sendo em qualquer outro paiz da Europa obra de muito cuidado para o seu respectivo governo, tendo-se como percursoras de uma eminente revolução, em Inglaterra não tinham similhante character, nem as suas consequencias eram para receiar, por estar a plebe ingleza costumada a mostrar por meios grosseiros e tumultuarios ou o seu enthusiasmo, ou a sua desapprovação.

¹ O orçamento das despesas da guerra e marinha, apresentado ás camaras pelo governo, comparado com o do anno anterior, offerencia uma diminuição de despesa em favor dos cofres publicos de 6.504:000 libras sterlinas, entendendo o mesmo governo que a economia era por então a salvação do estado.

Era no meio d'estas circumstancias, que por nós ficam relatadas, que para os differentes estados da Europa ia romper o anno de 1820, com justa rasão notavel, tanto para a Hespanha, como para Portugal, por trazer para estes dois paizes uma epocha de liberdade politica, e portanto a do estabelecimento do governo parlamentar, ou a de uma discussão em côrtes de todos os differentes ramos de administração publica. De similhante apparecimento se tornaram em causa proxima, com relação á Hespanha, as instantes reclamações, feitas pelo seu governo ao de Portugal, por causa da occupação que na America mandára fazer de Montevideo, e as feitas á Hespanha pelo governo portuguez, para na Europa se lhe restituir Olivença, sendo esta uma das occasiões propicias, que para tal fim se antolhou ao conde de Palmella; mas com a fatalidade de nunca a poder conseguir pelo apparecimento de occorrencias, que mallograram sempre os seus grandes e patrioticos esforços sobre este ponto ¹. Já no fim do capitulo terceiro do presente volume vimos não ter sido possivel ao conde de Palmella levar D. José Pizarro a acordar com elle n'uma convenção, ou ajuste definitivo para

¹ O duque de Palmella foi n'aquelle tempo fortemente accusado de não ter conseguido a restituição de Olivença, na camara dos senadores, em sessão de 16 de julho de 1840, dizendo em sua defeza: «Sr. presidente, a diplomacia é uma sciencia desgraçada, e não se lhe pôde quasi nunca fazer justiça, porque na sua essencia é preventiva e não curativa. Quando ella é habilmente conduzida, quando prospéra, quando obtem os seus fins, quasi todo o mundo o ignora. O seu principal objecto tende a conservar o socego, evitar desordens, e ás vezes a obter vantagens, mas por meios quasi sempre desconhecidos ao publico; e ao tempo mesmo em que ella faz os maiores serviços, é quando costuma ser mais denegrida, porque é sempre facil censurar, e porque, sem revelar circumstancias, que a maior parte da gente ignora, ou não avalia sufficientemente, não tem os necessarios meios de defeza. Pelo contrario quando os negocios estão mal parados, quando os paizes correm algum risco nos seus interesses, ou na sua existencia, exigem-se da diplomacia impossiveis, porque se exige d'ella que consiga aquillo, que só se pôde alcançar pela força.» Temos mostrado bem n'esta nossa obra a impossibilidade de Palmella para poder conseguir a restituição do Olivença e o muito que sempre fez pela obter.

se entregarem á Hespanha os territorios, que o Brazil mandára occupar na margem oriental do rio da Prata, devendo em compensação ser por ella entregue a Portugal a praça de Olivença ¹. Na impossibilidade pois de se conseguir semelhante convenção directamente com o governo hespanhol, o mesmo conde de Palmella decidiu-se a recorrer em Paris á commissão das cinco grandes potencias para se ultimar, como effectivamente se veio a ultimar, um tratado que devia ser aceito por Hespanha e Portugal, e ser depois garantido pelas mesmas cinco grandes potencias.

Palmella queria que a base da negociação do referido tratado fosse a da pacificação de Buenos Ayres ; mas os ministros das potencias mediadoras não estiveram por isso, querendo que a entrega dos territorios, reclamados pela Hespanha, se fizesse independentemente de tal condição. O mesmo Palmella, consultando sobre este ponto Antonio de Saldanha da Gama, Francisco José Maria de Brito e Ambrosio Joaquim dos Reis, todos elles concordaram que se aceitasse outra base, para se não romper a negociação. A nova base adoptada foi portanto a de Portugal adquirir na America uma porção de territorio, especificando-se a cessão de Maldonado com uma boa linha de limites até ao Uruguay, como indemnisação das despesas da campanha e das reclamações pecuniarias, que havia a fazer ao governo hespanhol. Seguiu-se portanto a isto o projecto do tratado para a entrega de Montevideu. A restituição de Olivença, que tambem devia entrar na negociação, segundo as terminantes ordens da côrte do Rio de Janeiro, e juntamente com ella a cessão de Maldonado com uma nova linha de limites até ao Uruguay, eram cousas que, a conseguirem-se, davam em resultado uma optima negociação. Mas segundo toda a razão e a situação das cousas, a Hespanha não tinha meios de fazer uma tentativa séria para recuperar Buenos Ayres, d'onde vinha snppor-se-lhe a falta

¹ Para levar a effeito esta convenção elaborou o conde de Palmella uma Memoria e projecto de tratado, que apresentou em Paris á commissão das cinco grandes potencias, e que póde ver-se no documento n.º 73.

de um desejo sincero de terminar esta contenda, querendo antes conservar com o governo portuguez um caracter de meia hostilidade, para se aproveitar das circumstancias que podessem occorrer para lançar mão de Portugal, alimentando sempre as suas vistas ambiciosas sobre este reino. Finalmente concluiu-se por parte da commissão das cinco grandes potencias o desejado tratado, sem a obrigação expressa da aquisição de Maldonado para o Brazil, o qual teria pela sua parte de entregar á Hespanha Montevideu, devendo o governo hespanhol entregar tambem pela sua ao de Portugal a praça de Olivença, a par de uma indemnisação pecuniaria de 7.000:000 a 8.000:000 de francos, por haverem sido occupados e pacificados pelas tropas portuguezas e as do Brazil os territorios da margem oriental do rio da Prata, tendo sido causa d'isto as hostilidades do insurgente Artigas, que d'elles fôra expulso pelas ditas tropas. Mais se estipulára, como condição *sine qua non* do tratado, que a restituição de Olivença só teria logar, quando desembarcasse em Montevideu uma expedição, sufficientemente forte para sustentar e garantir de novas hostilidades as fronteiras do Brazil.

Entretanto a côrte de Madrid tergiversava, recusando-se não sómente a aceitar o projecto de tratado, que os ministros de Portugal tinham apresentado á conferencia dos mediadores em 29 de agosto de 1818, mas até mesmo á proposta que ultimamente se lhe fizera de pôr um infante de Hespanha á testa da expedição de Cadiz, que n'esta cidade a referida côrte principiára effectivamente a organizar com destino para Buenos Ayres¹. O governo hespanhol recusava-se

¹ Já se vê que, não tendo o projectado tratado sido aceito pelo governo hespanhol, não podia o conde de Palmella dar esta sua negociação por devidamente concluida, não obstante ter por si o beneplacito da commissão das cinco grandes potencias. Ao ministro portuguez em Madrid, Manuel de Castro Pereira, ordenára o governo em março de 1822, que organisasse um projecto de tratado de commercio e alliança com Hespanha, e o remetteste para Lisboa, o que elle praticou pelo seu officio n.º 46 de 9 de abril do dito anno. Pelo artigo 1.º do respectivo projecto se estipulava a entrega de Montevideu aos commissarios e tro-

malmente, não só a garantir o pagamento pecuniario, que devia fazer a Portugal pelas despesas da expedição, que o Brazil mandára a Montevideu; mas tambem a effectuar a restituição de Olivença, bem como a cumprir os artigos da li-
cidade de commercio, que se lhe exigia para Montevideu, e consentir na fixação dos limites das possessões das duas
nas suas colonias da America meridional, querendo
pre conservar inintelligivel o tratado de limites de 1777,
na tambem se conservar em estado de se poder collocar
abertas hostilidades contra Portugal; quando assim lhe
viesses. Parecia pois que o seu unico objecto era ganhar
tempo, e fazer durar a negociação até ao momento de tornar
a ameaçar a côrte do Brazil com a partida de Cadiz da sua
grande expedição, com que parecia querer conquistar o mar
mundo, como dava a entender nas esperanças que n'ella
era posto. As tropas de desembarque d'esta famosa expe-
dição calculavam-se em 12:000 para 14:000 homens, sendo
a parte naval composta de varios navios de guerra, alem de
52 navios mercantes de differentes nações, fretados e
prontos a receber as referidas tropas, ás quaes se deu por
mandante em chefe o conde l'Abisbal. A deserção que
logo começou logo a ter lugar evidentemente manifestava
uma grande indisposição em seguir viagem para a America.
Neste mal veio tambem juntar-se o do apparecimento da
febre amarella, que desorganizou em grande parte os pre-
parativos entre mãos, preparativos feitos aliás com muito
cuidado na dita cidade de Cadiz, obrigando a deslocar o exer-
cito expedicionario, e a consumirem-se pela demora as pro-
visões e os meios pecuniarios, destinados á grande empresa,

as hespanholas, assim como pelo 3.º se estipulava a entrega do terri-
to e praça de Olivença aos commissarios e tropas portuguezas. D'esta
projectada negociação tambem nada resultou de proficuo, porque as
guerras politicas em Hespanha começaram-se a perturbar de tal sorte,
desde o segundo semestre de 1822 por diante, que só ellas attrahiram
para si toda a attenção do governo hespanhol, dando de mão a tudo
mais, inclusivamente ás suas aspirações a recuperar as suas antigas co-
lonias da America.

que se lhe commettia, de reduzir novamente á obediencia da metropole a rebelde e apetevida colonia de Buenos Ayres.

De todos estes contratempos resultava como natural consequencia, que esta grande expedição, começando a organisar-se em 1818, e consumindo-se n'isto o de 1819, já não podia fazer-se de vèla para a America antes da primavera de 1820. Com este inconveniente dava-se mais o de saber-se, que o exercito de Morillo experimentára ultimamente um grande revez na tomada de Santa Fé por Bolivar, desastre a que deveria seguir-se o de uma nova insurreição em toda aquella provincia. Similhante contratempo tinha dado logar a que o governo hespanhol expedisse ordem para se embarcar em Tarifa um corpo expedicionario de 5:000 homens, para ir de reforço a Murillo. As cousas iam-se pois arranjando, ou para que a Hespanha aceitasse definitivamente o projecto do tratado em que já acima se fallou, ou para que Portugal se reputasse em plena liberdade de seguir, a respeito dos territorios que mandára occupar na margem oriental do rio da Prata, a linha de conducta que muito bem lhe parecesse, para a segurança das provincias do sul do mesmo Brazil, dando logar a ficar garantido pela mediação das cinco grandes potencias o reino de Portugal da ambiciosa represalia, que n'elle pretendia fazer a Hespanha. De Lisboa tinham saído novos reforços de tropas e petrechos militares para segurar Montevideu, pois a persistencia da Hespanha em se não prestar a aceitar a negociação, proposta pelos plenipotenciarios portuguezes, provinha de julgar que as forças do general Lecor (já por então com o titulo de barão da Laguna), eram insufficientes para lhe resistir. Em circumstancias taes houve-se por conveniente exagerar a noticia da expedição que se preparava em Lisboa, para cujo fim o conde de Palmella fez inserir no *Times* um artigo adequado a similhante fim. Nas vistas de prevenir qualquer desastre, a còrte do Rio de Janeiro tinha tambem posto aquella capital e a ilha de Santa Catharina no melhor estado de defeza, preparando-se a receber qualquer ataque, que houvesse de lhes fazer a expedição hespanhola, que havia de sair de Cadiz. Por ou

tro lado as apparencias da submissão das colonias hespanholas, tanto da America septentrional, como da meridional, cada vez se desvaneciam mais, e de um para outro dia reputavam-se estar mais em estado de resistir a quaesquer esforços, que contra ellas empregasse a sua antiga metropole, para de novo as submeter ao seu dominio.

N'este estado se achavam as negociações pendentes entre Portugal e Hespanha, quando os mais inesperados e graves acontecimentos vieram mallograr inteiramente a partida da expedição de Cadiz para o Rio da Prata. Começaram elles a manifestar-se por evidentes signaes de uma premeditada conspiração militar, destinada a embaraçar a referida partida, levando a uma formal revolta toda a Hespanha, quando por fim se conseguisse que toda a tropa expedicionaria abraçasse este partido. Em similhante plano suppozeram-se envolvidos os agentes secretos dos americanos insurgentes, a par de todos os mais individuos, que desejavam a inteira emancipação da America. De concurso com uns e outros figuravam igualmente os amigos e partidistas da constituição, de que em Cadiz havia um grande numero, por ser lá que as cortes se tinham installado, e ser tambem lá o logar onde por mais tempo haviam residido. Todos tinham visto a grande actividade que o governo hespanhol pozera em adiantar os preparativos da expedição entre mãos, tendo-se para ella feito abundantissimas provisões, que todas ellas se embarcaram, incluindo não só as munições de artilheria, mas tambem grande copia de armamentos, sellas para cavallaria, e fardamentos para as praças das differentes armas. Não se podia duvidar de que a intenção do governo era que a expedição não sómente fosse provida do necessario, para entrar desde logo em formal campanha, apenas chegasse ao logar do seu destino, mas que levasse igualmente um sobressalente de todos os objectos mais necessarios, para prevenir todas as casualidades de uma tão longa viagem de mar, e as faltas que experimentaria em qualquer parte onde fosse desembarcar. A mesma expedição levava tambem consigo uma caixa militar com uma somma sufficiente de numerario, para os

gastos que houvesse de fazer, logo que chegasse á America, alem dos credits que podesse negociar sobre outras praças da Europa. Era grande a penuria da monarchia hespanhola por aquelle tempó; mas tambem era um facto que o seu governo tinha empregado todos os seus esforços, para que esta expedição fosse provida de tudo, tendo para este fim recorrido a meios extraordinarios de contribuições e empréstimos forçados, tanto em Cadiz, como em outras mais terras do reino.

Apesar de tudo isto reconhecia-se em todos os corpos da expedição ¹ uma grande repugnancia para o seu embarque, e particularmente nos respectivos officiaes, que por modo algum podiam conformar-se em deixar a patria, para seguir para a America, separando-se para sempre do paiz onde nasceram, e das suas respectivas familias, companheiras fiéis das suas fortunas e desgostos. Lisonjeavam-se portanto o partido liberal e o da independencia americana, cada um segundo as suas vistas e tenções, com a esperança de que facilmente poderiam conseguir em similhante occasião o apoio de uma força consideravel, para se declararem em pró das suas vistas e doutrinas. Corria em Madrid que na cidade de Cadiz se fallava com a maior liberdade possivel, tanto no que dizia respeito á opposição, que á sua saída encontraria a expedição, como na necessidade de haver uma constituição em Hespanha, liberdade com que contrastava a singular apathia do general em chefe em a reprimir ou moderar. Todavia suppoz alguém, pela sua conducta posterior, que o seu procedimento n'este caso era filho da dissimulação, sendo da sua mente assegurar melhor o golpe, que pretendia descarregar sobre os conjurados. Tinha elle reunido em diversas occasiões a maior parte da tropa da expedição para com ella manobrar, tendo formado junto do porto de Santa Maria um acampamento de 8:000 homens. Uma parte dos officiaes, que pertenciam a esta divisão, era a que formava o projecto de

¹ Veja o documento n.º 37, em que se declara quaes os corpos que compunham a referida expedição.

intar com ella e ganhar todo o resto da tropa, para de-
 mar o partido, que as circumstaneias e a disposição do
 arecesse dictar. Instruido das suas intenções o gene-
 de de l'Abisbal, resolveu suspender aquelle acampa-
 , e prender logo em seguida os principaes auctores
 conspiração. Para este fim combinou com o gèneral
 ro Sarsfield, que commandava em Xerez a cavallaria,
 ida para a expedição, o marcharem ambos com as
 que tivessem debaixo das suas ordens para o porto de
 Maria, de maneira que chegassem ali ao mesmo tem-
 assim aconteceu. O conde de l'Abisbal (D. Henrique
 ell), saiu de Cadiz no dia 7 de julho de 1849 com 3:000
 :000 homens, isto é, quasi toda a guarnição que tinha
 cidade, e ao sair das portas d'ella fallou aos soldados,
 tendo áquelles que o acompanhassem, que não embar-
 para a America. Todos responderam a isto com ac-
 ões e vivas, pondo-se depois em marcha. Ao passar
 ia de Leão pediu ao capitão general do departamento
 inha, que lhe entregasse o batalhão d'esta arma, e com
 ta tropa marchou direito ao porto de Santa Maria, onde
 ntro lado tinha tambem chegado o general Sarsfield.
 e mandou então pegar em armas á divisão que ali se
 , e depois de lhe ordenar que as ensarilhasse e de
 tir aos soldados que debandassem, convocou os offi-
 prendendo n'esta occasião aquelles que designou, sem
 mesmos soldados fizessem a menor resistencia para
 istir. Quatorze foram os presos por elle, entre os quaes
 ou um brigadeiro e varios commandantes de corpos,
 , Queiroga, Roten, Arco Arguero, Lopes Baños, San
 , Ramon-Labra, Velasco e outros, contando-se assim
 oroneis e diversos tenentes coroneis. Sem embargo
 achar opposição nos soldados, l'Abisbal dispous logo
 a divisão, e distribuiu os corpos de que se compunha
 ferentes acantonamentos, voltando depois com ar de
 ho para Cadiz, onde a tranquillidade publica não tinha
 terada.

cumprir a promessa, que o conde fez á tropa que o

acompanhou, de que não iria para a America, outros corpos se nomearam para supprir a falta d'aquelles. D. Fernando VII recompensou logo os serviços, que l'Abisbal lhe tinha feito, com a real e distincta ordem de Carlos III, e ao general Sarsfield nomeou-o tenente general dos seus exercitos. Acreditou-se geralmente que tudo quanto por então se praticou em Cadiz foi por ordem expressa do governo, attribuindo-se a Lozano Torres, ministro da graça e justiça, tido como a maior personagem do partido absolutista, o desejo de representar aquella conspiração em projecto como obra de grande monta, para exaltar o seu merito e fidelidade para com el-rei; mas o tempo mostrou que ella era realmente de grande monta. L'Abisbal foi por então censurado de dar a estas prisões o grande apparatus que effectivamente lhes deu, podendo-as aliás realisar sem marchar com a tropa de que se fez acompanhar, nem chamar em seu auxilio o general Sarsfield para apparentar o tel-o do seu partido. O certo é que a maneira por que tudo isto se fez, ou fosse por ordem do governo, ou por arbitrio de l'Abisbal, gerára este contra si proprio muitas e mui fortes indisposições e malquerenças no exercito do seu commando. Homem de genio violento e alvo de grandes reservas, com toda a razão se julgou não dever continuar a commandar uma tão importante expedição, cujo bom exito seguramente dependia da plena confiança e boa união entre o chefe e os seus officiaes. L'Abisbal foi portanto chamado a Madrid, e a esta cidade chegou elle em principios de agosto, sendo recebido por el-rei em particular, e apparecendo depois na côrte publicamente, como confirmando a opinião de não ter sido o verdadeiro auctor das medidas que tomára em Cadiz. Em seguida á sua chegada foi nomeado para commandante da expedição o general D. Felix Calleja, conde de Calderon, sendo l'Abisbal dispensado do dito commando, pela allegação do seu mau estado de saude, resultado das feridas que recebêra na guerra da Peninsula. Como em recompensa do commando que perdêra, D. Fernando VII deu-lhe em propriedade a capitania geral dos quatro reinos da Andaluzia e o governo de Cadiz, que elle estava exercen-

por assim dizer interinamente. Pela sua parte o general Calleja era pouco conhecido no exercito, por ter sido empregado por mais de vinte annos atrás na America septentrional, tendo ultimamente exercido o logar de vice-rei e capitão general no Mexico, antes da nomeação de D. João Rũiz Apodaca, que por então exercia o dito cargo. Calleja nunca dera provas de grandes talentos, quer politicos, quer militares, e ante o tempo que esteve no Mexico nada absolutamente seguiu para a pacificação d'aquelle reino. Por conseguinte a nomeação d'este general era um novo mau agouro para o sucesso da expedição.

A revolução surprehendida pelo conde de l'Abisbal atrahia consideravelmente a sua saída para a America, pelo menos cinco ou seis mezes, não podendo largar de Cadiz até agosto de 1817, como o governo pretendia, sendo uma das causas d'este retardamento a organização dos novos corpos, que deviam substituir aquelles, aos quaes o dito conde mettêra que não iriam para a America. Todavia o governo não cessava de fazer os preparativos necessarios para que, quando prompta, a pudesse logo mandar sair, não duvidando que as tropas de que se compunha se embarcassem sem demora algum, chegada que fosse a occasião para isso, e na mesma tranquillidade com que o citado conde de l'Abisbal havia já embarcado um corpo de 3:000 homens, e da mesma cidade de Cadiz tinha partido para Havana em julho do referido anno de 1819, alem de mais 4:500 homens, que se destinaram para a costa firme, de reforço ao exercito de Morillo. O governo hespanhol cegava-se completamente nas suas conjecturas e planos, porque apesar das difficuldades, que se tinham já feito nos officiaes superiores da expedição, a fermentação dos espiritos existia pelo descontentamento geral, que occasionava o embarque de tanta gente para a America, descontentamento que não tinha diminuido, e por conseguinte acabado com os planos da conspiração. Este descontentamento tinha já passado dos officiaes para os soldados, como o testificavam as consideraveis e quotidianas deserções, que se viam em todos os corpos, sem em-

bargo das praças de pret não terem nas precedentes conspirações tomado o partido dos officiaes, os quaes, sendo pela maior parte mancebos, e portanto inconsiderados, eram naturalmente propensos para se levantarem contra a auctoridade legitima do soberano, dominados como se mostravam pelas doutrinas da França revolucionaria, sem nada lhes importar se o povo e os seus subordinados na milicia os apoiariam ou não na sua empreza. Qual fosse o verdadeiro objecto da conspiração atalhada por l'Abisbal não se soube ao certo em Madrid; mas parecia claro que os auctores d'ella se lisonjeavam de conseguir o apoio de toda a tropa expedicionaria, e de poderem com uma força tão respeitavel, como era aquella, executar com segurança a revolução por elles premeditada. O caso é que o governo hespanhol recommendou no principio do mez de janeiro de 1820 ao general conde de Calderon, que fizesse todas as diligencias para que a expedição em questão embarcasse no dia 15 do dito mez, o que então se antolhava como summamente difficil, se não inteiramente impossivel, por faltarem ainda para o exercito expedicionario pelo menos 10:000 fardamentos, que ainda era preciso mandar fazer, já por se ter gasto uma parte dos 25:000, que a junta de *Reemplazos* mandára apromptar no anno de 1819, e já por terem mudado alguns batalhões do exercito expedicionario, e já finalmente por ter o corpo dos 3:000 homens, que partira para Havana, levado o seu fardamento completo, tirado dos ditos 25:000.

Fallava-se que um outro corpo de 5:000 para 6:000 homens se destacaria de novo para reforçar no Mexico o general Morillo, cuja falta se necessitava igualmente suprir com outros corpos, que tambem se deviam organizar e fardar. Mas este não era só o desarranjo em que a expedição ainda por então se achava, porque parte dos mantimentos haviam já sido consumidos, e outra parte suppunha-se corrupta, donde resultava a necessidade de os refazer. Alguns dos transportes tambem se diziam em precisão de concerto, havendo até varios d'elles, que se consideravam incapazes de fazer viagem. Por conseguinte necessitavam-se grandes som-

mas, que o governo difficilmente podia apromptar, não só para estes objectos, mas igualmente para pagamento de algumas demoras, vencidas já pelos referidos transportes, para satisfação dos soldos e pretos do exercito, bem como para o pagamento das soldadas das tripulações da esquadra, e até mesmo para o fornecimento da caixa militar do referido exercito, a fim de poderem custear com ella as primeiras despezas de terra e mar, logo que a expedição chegasse ao seu destino, porque mesmo suppondo que as tropas fossem bem succedidas na empreza contra Buenos Ayres, só depois de algum tempo poderiam tirar d'aquelle paiz os recursos, que lhe eram necessarios. A esquadra, que devia acompanhar esta expedição, compunha-se de 4 ou 5 naus de linha, com outras tantas fragatas, alem de varios bergantins e escunas e 30 lanchas e canhoneiras; mas alguns d'estes vasos precisavam de reparo e sobre tudo de marinheiros, para convenientemente se regularem. Á vista de tantos e tamanhos obstaculos opinavam muitos, que não teriam resultado algum taes apparatus e medicionarios; mas o governo hespanhol nem por isso deixou a sua parte de activar a saida d'esta grande expedição, tanto pelas disposições que tomava, como pelas ordens que expedia, com o fim de aplanar as difficuldades, que entrava para a realisação dos seus intentos. Em tal estado de cousas ninguem se aventurava a affirmar com segurança, se semelhante expedição houvesse ou não de sair para o seu destino. porque se por um lado havia grandes difficuldades vencer, para apromptar tudo quanto lhe faltava, tambem por outro se não podia sujeitar a calculo algum a grande cegueira e extrema vaidade do ministerio hespanhol, que não cuidava com as suas arrogancias balofas tomar qualquer resolução, por arrebatada que fosse, nem tão pouco fazer todos os esforços e sacrificios para levar o seu plano á execução. Ainda era fóra de duvida que taes forças não podiam sair em a brevidade que se pretendia, julgando-se muito provavel que durante o tempo, que lhes faltava para effectuarem sua saida, acontecimento de grande monta haveria que fizesse mudar as vistas e intenções do governo. A côrte do

Rio de Janeiro tinha representado por muito tempo muitas instancias á de Madrid, por meio dos seus p tenciarios na Europa, expondo-lhe que a melhor man pacificar os revoltosos da America, era pôr á testa d aquellas forças um dos infantes de Hespanha; mas es os hespanhoes o olhavam como destinado a effeito depressa a independencia das suas rebeldes coloni isso o seu governo o repellia, tendo como traiçoei lhante conselho.

Era chegado o momento de se confirmar a idéa, d publico se tinha possuido, de ser bastante séria a pr revolução, que o conde de l'Abisbal suffocára no exe pedicionario. Em principios de janeiro de 1820 tri de separar os corpos, destinados a reforçar o exercito rillo, para irém immediatamente embarcar em Cadiz, todos os batalhões nomeados se oppozeram a isso, de do que não embarcariam. Os descontentes, aproveit d'este movimento, marcharam de improviso ao qua neral do conde de Calderon em Arcos de la Fronter depois de matarem a sentinella que estava á sua po lhes oppor resistencia, se apoderaram da pessoa do e de todo o seu estado maior. D'aí marchou esta te voltosa (debaixo das ordens do coronel Queiroga, q se acclamou general em chefe), á ilha de Leão, onde ram o tenente general, D. Balthasar Cisneros, nome nistro da marinha, e que em Cadiz commandava pe

desde logo, fazendo igualmente todas as diligencias para que o resto dos corpos da expedição tomasse o seu partido. Com a chegada d'estas noticias a Ma-
verno dava a força dos revoltosos computada ape-
s 500 homens, outros a elevaram a 8:000; mas ou-
tor informados a avaliavam de 5:000 para 6:000
sem que tivessem á sua frente official algum conhe-
do preenchidos por sargentos os postos, que nos
s batalhões tinham ficado vagos, pela ausencia de
numero de officiaes, que os abandonaram por não
seguir a revolta.

que esta noticia chegou a Sevilha formaram as au-
s uma junta, que provisoriamente nomeou o tenente
D. Manuel Freyre, que era o commandante da bri-
carabineiros reaes e residia n'aquella cidade, com-
e em chefe do exercito da Andaluzia. Com esta no-
o coincidiu igualmente a de el-rei, que elevou a capitão
da Andaluzia o dito Freyre, por ser um official de
putação no exercito. Com os corpos de cavallaria e
que pôde reunir, sendo o commandante d'estes o
Cruz Mourgeon, e d'aquelles o marechal de campo
se propoz sitiar os revoltosos na ilha de Leão, visto
idiz e Sevilha resistido ás primeiras tentativas dos
revoltosos. Todavia suppunha-se que tivessem cor-
ncias para outras partes, por isso que já antes de
Madrid a formal noticia d'este acontecimento, ali se
am boatos, que indicavam bem um projecto forma-
descontentes, dizendo que havia de haver novidade
ento em que se mandasse embarcar a expedição. O

guardando pela sua parte em Madrid o maior si-
e podia sobre o levantamento do exercito expedicio-
nservava o publico em especção, ácerca do resul-
um tão notavel acontecimento, e como não permittia
qual o verdadeiro estado dos negocios, o resultado
tal-o cada um segundo os seus desejos, ou os inte-
o partido para que propendia. Pela sua parte o go-
irmava que o levantamento estava quasi extincto,

por ter augmentado sempre a deserção dos corpos revoltados, os quaes dizia acharem-se reduzidos a 2:000, ou a 3:000 homens sómente, occupando a ilha de Leão, onde os dava como faltos de tudo, e proximos a se entregarem, abandonados pelos seus respectivos chefes. O que o governo dizia por um lado, por outro era confrariado pelos sectarios da revolução, affirmando que em vez de diminuir, o corpo pronunciado por ella tinha consideravelmente augmentado, e effectivamente assim succedeu com o corpo de artilheria, pertencente ao exercito expedicionario, que de Osuna se lhe foi reunir á ilha de Leão. Tambem era um facto que o exercito commandado pelo general Freyre não tinha feito movimento algum de importancia, causando admiração a todos que um levantamento d'aquella especie podesse durar o tempo que já tinha durado sem ser supplantado, não acreditando ninguem nas insinuações do governo, buscando fazer acreditar que não queria usar da força senão em ultimo caso.

Ambos os partidos, constitucional e realista, tinham proclamado á nação; o primeiro declarando em vigor a constituição, promulgada pelas côrtes de Cadiz em 1812, sem que todavia quizessem por modo algum attentar contra os legitimos direitos do soberano que ella reconhecia; o segundo animando os soldados, fieis ao rei e á nação, a debellarem os que suppunham contrarios a uma e outra causa ¹. A proclamação constitucional era assignada por D. Philippe de Arco Arguero, chefe do estado maior do corpo dos revoltosos, que era um dos officiaes presos pelo conde de l'Abisbal. Tanto o dito official, como a maior parte dos seus companheiros, que com elle se achavam em Cadiz, presos no forte de S. Sebastião, junto ao mar, tinham podido fugir d'elle no momento da revolta, á qual se foram reunir. O capitão general do reino de Granada, o general Eguia, tambem recebeu ordem de avançar com a tropa que tinha desponivel para as vizinhanças dos logares occupados pelos revoltosos, a fim de impe-

¹ Documento n.º 38 : Proclamação dos hespanhoes liberaes em Cadiz, e do general D. Manuel Freyre, que contra elles marchava.

por aquelle lado que a revolta se estendesse. Era portanto fôra de duvida ser esta a tentativa mais séria, que os contentes liberaes tinham até ali feito, no sentido de coarctar a auctoridade real. Ainda por então se ignorava quaes fossem as suas consequencias, mas era fôra de duvida que, de outras, não podia deixar de ser o estorvar a saída da expedição para a America, inspirando aos insurgentes das colonias hespanholas a crença de poderem firmar com segurança a sua independencia. Uma outra consequencia, que comsigo trouxe a revolta de Cadiz, foi a do descontentamento do conde de l'Abisbal, o qual, apenas soube que o general Freyre tinha sido nomeado capitão general da Andaluzia em propriedade, logar que elle ainda conservava, achou-se da desconsideração que o governo do rei assim mostrava para com elle, de que resultou pedir licença para retirar para Barcelona, dispensando-o de todo o serviço, o que lhe foi concedido. Entre os realistas alguns havia que achavam l'Abisbal de ter fomentado entre os officiaes do exercito expedicionario o espirito de liberdade e de desenvolvimento, para que elle mesmo lhes tinha dado o exemplo, não só por ser muito dissoluto, mas até mesmo por partidario das ideias liberaes.

Os generaes realistas, que tinham ido contra os constituintes de Leão, achavam-se apathicos nas suas operações, e dava logar a que a insurreição progredisse. No dia 12 de janeiro do referido anno de 1820 saiu de Cadiz uma parte do batalhão de Soria, o qual se achava de guarnição n'aquella cidade, para ir reforçar o arsenal de Carraca, onde os revoltosos não tinham podido ainda entrar; mas na noite de 12 para 13 conseguiram elles apoderar-se sem resistencia alguma da nau *S. Julião* que ali se achava, e de mais duas outras embarcações de guerra, que estavam com destino a defender o referido arsenal. Esta tão importante aquisição não somente augmentou a força numerica dos insurgentes, mas e lhes proporcionou meios de consolidar a sua posição na cidade de Leão, onde estavam resolvidos a fortificarem-se. Para o governo de Madrid foi muito sentida esta perda, porque a

quêda de Carraca nas mãos dos insurgentes deu-lhes a maior parte dos petrechos e munições, que ali estavam recolhidos para a expedição. Apesar da tropa do general Freyre marchar de Sevilha para Xerez de la Frontera, indo occupar o porto de Santa Maria e até mesmo Porto Real, reforçando Cadiz para manter o socego e cortar as communicações com a ilha de Leão, os revoltosos não se intimidaram com isto, pois da referida ilha fizeram elles sair logo um pequeno corpo de 1:500 homens debaixo das ordens, do coronel D. Rafael del Riego, que era um dos officiaes de maior resolução e valor do exercito.hespanhol. Com o referido corpo se dirigiu elle para Algeziras, onde logo se publicou a constituição. No meio de tudo isto o governo de Madrid não sabia o que fizesse. No conselho de ministros uns foram de parecer que se usasse de meios violentos, outros que só em caso extremo se devia usar da força, não se fazendo mais do que bloquear os rebeldes na ilha de Leão, para que elles mesmos se entregassem voluntariamente; mas não aproveitando ~~este~~ meio, lembraram-se uns da convocação de côrtes, segundo as antigas leis do reino, opinião que não foi acceite, havendo tambem outros que julgavam conveniente mandar pôr à testa das tropas em Andaluzia uma das pessoas reaes, cousa que el-rei se não atreveu a fazer, continuando tudo em notavel apathia.

Entretanto o realismo exaltado parecia retroceder no paço na presença do proprio soberano. Na madrugada do dia 4 de fevereiro saíram desterrados da côrte D. João Lozano Torres, D. Antonio Ugarte e D. José Vilar y Frontin, sendo o primeiro conduzido á Corunha, o segundo a Segovia e o terceiro a Tarragona¹. O publico estimou que el-rei afastasse

¹ Por aquelle tempo as intrigas palacianas estavam em Madrid no seu maior auge junto de D. Fernando VII, sendo muito frequente ver-se que a privança, que muitos individuos lhe tinham merecido, era escala para lhes cairem em formal desagrado, seguindo-se-lhes um prompto desterro. Fundada em intrigas de palacio tinha tido logar em fins de junho de 1817 a demissão e desgraça succedidas ao ministro da guerra marquez do Campo Sagrado, a pretexto do voto que manifestara

o seu lado estes tres individuos, sem que comtudo se soubesse quaes os verdadeiros motivos de similhante resolução, que a todos surpreendeu. Sobre este estado de cousas correu em Madrid a noticia de que a revolta, que se dava como encerrada na ilha de Leão, e ali limitada a certos corpos expedicionarios, tinha finalmente rebentado com força na Galliza, manifestando-se em quasi todas as cidades d'aquella provincia. A da Corunha foi a que para isto deu primeiramente o exemplo. No dia 21 ou 22 de fevereiro, indo os officiaes superiores de um regimento a casa do general Venegas, capitão general da referida provincia, com o pretexto de o comprimentarem pelo seu regresso de Madrid, decla-

conselho de guerra, por causa da consulta que o referido conselho dirigira ao governo a respeito de uma circular, que este lhe havia expedido, assim como a todos os outros tribunaes, e mesmo aos capitães generaes das provincias, sobre o conceder-se uma amnistia, tanto aos hespanhoes chamados afrancezados, como aos liberaes. Já nos respectivos tribunaes se classificavam as circumstancias dos individuos, que poderiam gosar da amnistia em questão, e os que deviam ser d'ella excluidos, quando em conselho de guerra o infante D. Carlos se oppoz a uma consulta favoravel a tal amnistia. O citado ministro da guerra, dando uma resposta por escripto ao dito conselho, refutou aquella consulta em termos que o infante se scandalizou, a que se seguiu a demissão do ministerio, ou por effeito das queixas do mesmo infante, ou por causa do dito ministro não ter mostrado a sua resposta a el-rei antes de a expedir. Foi por esta occasião que entrou para ministro da guerra o tenente general e famoso absolutista, D. Francisco Xavier Eguia, não obstante a satisfação com que todo o exercito havia recebido a demissão que dois annos antes se lhe havia dado de similhante cargo. Esta mudança ministerial, levando ao poder o partido do general Eguia, já por então conhecido por altamente adverso ao partido liberal, interpretou-se como um meio de tranquillisar as suspeitas, que algumas pessoas, e particularmente da classe clerical, tinham concebido de que os liberaes iam predominar em Hespanha.

Uma outra mudança ministerial, filha da intriga palaciana, foi a que teve lugar em Madrid no dia 15 de setembro de 1818. N'este dia receberam pois a participação de demittidos D. José Pizarro do ministerio do estado, D. Martins de Garay do ministerio da fazenda, e D. José Vasques Figueiroa do ministerio da marinha, sendo obrigados a partir pelas quatro horas da manhã do mesmo dia 15, o primeiro para Valencia, o segundo para Saragoça ou Pamplona, e o terceiro para Galliza,

raram-lhe que estava preso, se não jurasse a constituição, e assim o executaram em consequencia da opposição que elle lhes fez a dar similhante passo. Aquelles mesmos officiaes á testa da tropa e com o apoio do povo, pois o d'aquella cidade gosou sempre o credito de ser liberal, depozeram as demais auctoridades, e promulgaram a constituição, formando em seguida uma junta de governo, da qual nomearam presidente a D. Pedro Agar, que se achava desterrado em Betanzos, e que era um dos membros da regencia deposta pelo rei, logo que vindo de França entrára em Hespanha. A referida junta declarou de prompto que se não obedeceria ao soberano, emquanto elle não jurasse a constituição e não convocasse as côrtes. Dois dias depois levantou-se a cidade de Santiago, seguindo-se-lhe as de Vigo, Ferrol, etc.

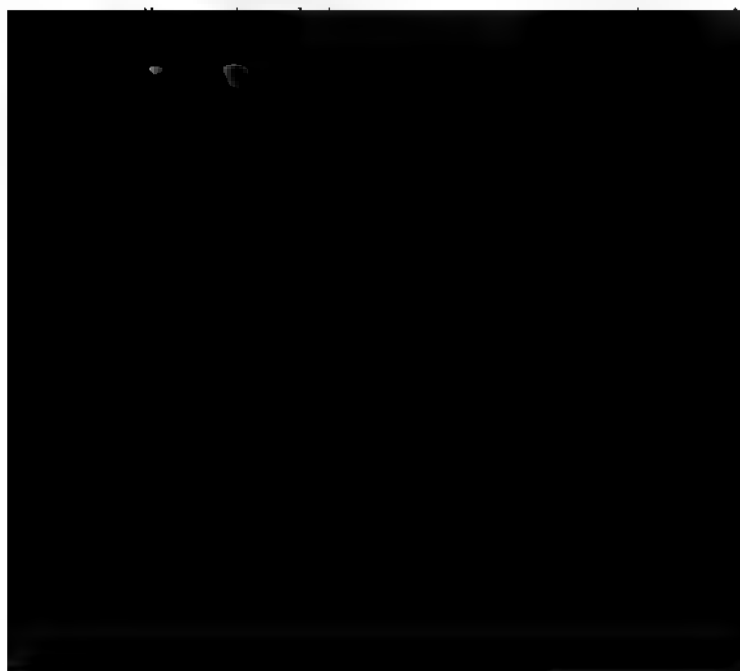
sendo acompanhados cada um d'elles por um official, encarregado de trazer a certeza da chegada d'elles aos seus destinos. Para o ministerio do estado, que era o que por então tratava das negociações exteriores, foi nomeado o marquez de Caza Yrujo, para o da fazenda um certo Inaz, que era director das rendas, e para o ministerio da marinha D. Balthasar Cisneros, sendo effectivos os primeiros dois ministros e o ultimo. Nunca se soube ao certo a causa de similhantes demissões e deportações, o que prova que a intriga palaciana foi effectivamente a sua verdadeira causa.

O mesmo marquez de Caza Yrujo foi tambem por decreto, expedido na madrugada de 13 de junho de 1819, demittido de primeiro secretario de estado e do despacho universal que interinamente existia, sendo substituido pelo official maior da referida secretaria, D. Manuel Gonçalves Salmon. Caza Yrujo não ficou só reduzido á demissão, mas soffreu a pena de desterro, ordenando-se-lhe que saísse immediatamente de Madrid para a cidade de Avila de la Sierra, donde não poderia sair sem licença especial de el-rei. Sua mulher e filha, que tinham chegado de Cadiz havia poucos dias, não conseguiram mais que trinta e seis horas, para se prepararem para seguir o mesmo destino. O general D. Francisco Xavier Eguia, foi tambem demittido de ministro da guerra, mas não foi deportado, sendo em vez d'isso nomeado capitão general de Granada. Em seu lugar foi nomeado ministro da guerra o general D. José Maria Moz, que fôra commandante do Campo de S. Roque em frente de Gibraltar: todavia era um homem de fraco conceito militar, tendo até contra si a crença de delapidador da fazenda real n'alguns dos logares que teve.

nha, achando-se os soberanos de um e outro paiz cercados por cortezãos, validos e creados particulares, aos quaes o publico dava o nome de *camarilhas*, sendo elles os que lhes vedavam o conhecimento da verdade. Com isto dava-se mais serem muitas vezes os ditos particulares homens de baixa extracção, e portanto de baixas idéas, promotores de vis intrigas, de grandes desaffeições e odios, empregando n'isto a sua influencia para agenciarem interesses, e satisfazerem ignobeis paixões pessoaes. O certo é que mesmo na capital da Hespanha, posto que fosse o centro da côrte, e a principal residencia dos interessados nos abusos da velha monarchia, o descontentamento publico achava-se muito espalhado, e juntamente com elle á opinião a favor de uma constituição, ou de um governo parlamentar, que todos olhavam como unico meio de remediar tão graves abusos. Eis em geral apontadas n'uma bem curta resenha as causas, que tambem levavam os portuguezes a abraçar as mesmas idéas politicas dos hespanhoes, sendo as d'estes de mais a mais assopradas pela lembrança do decreto de 4 de maio de 1814, pelo qual D. Fernando VII promettêra convocar as côrtes, julgando todos summamente difficil que a ordem se podesse estabelecer sem o prompto cumprimento da referida promessa.

Era portanto um facto que mesmo em Madrid lavrava um grande erpirito de fermentação politica, todo elle em favor da revolução de Cadiz. Entre as cousas que muito facilitava aos liberaes a combinação entre si dos meios adequados para a execução dos seus planos de revolta, figurava seguramente a da facilidade das relações, que tambem entre si tinham por meio das sociedades secretas, vulgarmente conhecidas no publico pelo nome de *pedreiros livres*, tanto as estabelecidas em Madrid, como nas outras cidades da Hespanha, pelo menos assim o assoalhavam alguns dos proprios officiaes comprometidos na revolução, talvez que com as vistas de mostrar a utilidade e a influencia de taes associações. Verdade é que os governos de Portugal e Hespanha desenvolveram grande actividade e energia na perseguição dos seus associados, mas nunca poderam evitar a sua correspondencia clandestina, sob

predominava, até mesmo nos corpos das proprias g de el-rei, a quem os aulicos e validos illudiam, dizer que não havia mais do que um pequeno numero de sos, que debalde pretendiam perturbar a tranquillid blica. N'esta grande irresolução e apathia se achava de Madrid, quando finalmente se disse a el-rei que o lbões das guardas meditavam fazer um levantamen rar a constituição. D. Fernando VII ainda chegou a ao seu capitão das guardas, o duque de Alagão, qu dasse formar a guarnição da capital, e lhe annuncia juraria a constituição; mas suspendeu esta resolução 6 de março, em consequencia do parecer que a tal lhe deu o conselheiro de estado D. João Peres Vil qual, tendo sido desterrado havia quatro annos, fôr d'elles chamado de um logar vizinho a Madrid, onde va residindo. Crescendo a fermentação publica, conv o conselho de estado no referido dia 6, e ou pelo vot ou pelo dos ministros, julgou-se conveniente annu por um decreto d'aquella data a convocação das còrt antigas leis da monarchia hespanhola, medida tarc efficaz, que já não bastou para tranquillisar a agita militares, na qual o povo tambem já tomava algum por isso que os chefes do partido liberal o tinham já mado, espalhando que el-rei meditava abandonar a A promulgação do citado decreto de 6 de março em a



centro, que comprehendia a guarnição da capital e seus arredores, participando não poder com segurança responder por corpo algum dos do seu commando, decidiu-se o monarcha hespanhol a tomar por si mesmo a resolução de jurar a constituição de 1812, o que logo se annunciou ao publico por um outro decreto com data de 7 do citado mez de março de 1820. O mesmo general Ballesteros, saindo do paço, foi em pessoa communicar a medida adoptada aos principaes corpos das guardas da capital, o que tambem se participou de officio a todos os chefes dos mesmos corpos, conseguindo-se assim não soffrer alteração alguma o socego publico.

A promulgação do decreto de 7 de março, annunciando a determinação de el-rei em jurar a constituição, não socegon os chefes do partido liberal, ou os verdadeiros auctores da revolução de Madrid, por verem ainda a possibilidade de se tomar por parte do paço uma hostil resolução energica, e por meio d'ella destruir a grande obra em que se achavam tão seriamente empenhados. Todavia nenhum excesso se commettera, não se vendo mais no dia 8 do que ir o povo em tumulto ao palacio da Inquisição soltar os presos que n'elle se achavam, levando-os pelas ruas como em triumpho. O general Ballesteros foi tambem ás cadeias soltar por ordem de el-rei os presos, que ali se achavam por opiniões politicas, ou culpas leves, tentando os presos por culpas graves aproveitarem-se tambem d'esta occasião para d'ellas saírem, cousa que não conseguiram pela vigorosa resistencia que a tropa lhes oppoz. Na tarde do mesmo dia 8 saiu el-rei a dar o seu passeio de carruagem ao Prado: o seu coche foi lá cercado de bastante gente que lhe dava vivas, assim como ao infante D. Francisco, não sendo tão applaudido o infante D. Carlos, por se haver espalhado ter elle sido quem se oppozera a que el-rei jurasse a constituição. O decreto que no dia 9 appareceu, nomeando o general Ballesteros commandante em chefe do exercito do centro, desagradou aos liberaes, que o julgaram intempestivo e desnecessario, por entenderem que se não precisava de exercito algum para defender a capital. Esta circumstancia, reunida com a falsa noticia, que se tinha espalhado de se ha-

do soberano e da sua formal promessa. O plano dos toros d'estas tramas era, como depois se viu, obrar a prestar provisoriamente o seu juramento, em que fizesse no centro das côrtes, como a mesma condanava.

Os officiaes que maior parte tinham no referido publicamente se juntavam nas lojas de bebidas, e porta do Sol, que é o centro de Madrid, onde concorrer toda a gente ociosa. De uma das lojas de bebidas, bem conhecida então pelo nome de *Café Zini*, avisaram o general Ballesteros que se achava contigua á casa da camara. Ali alguns individuos, de arbitrio se erigiram em representantes da classe e fizeram varias perguntas e dirigiram varias representações para saberem se era certa a chegada de lord, como para que se dissesse a el-rei, que era estabelecer auctoridades constitucionaes. Negando Ballesteros a chegada de dito lord, e promettendo a el-rei, quanto ao mais, os exaltados não se detiveram, e allegando o uso dos seus direitos como cidadãos passaram a eleger uma camara municipal em conformidade com a constituição, dizendo que se D. Fernando, ao voltar de França, tinha posto tudo no estado em que estava no anno de 1808, necessario era tambem que elles o pusessem tudo no mesmo pé em que elle o achára em 1814. Chamarão ao paço para fazer com que el-rei jurasse

só individuo fosse representar ao monarcha o que o povo pretendia, missão para que se offereceu um amanuense de uma secretaria, chamado Ferrer. Introduzido este denominado deputado do povo á presença de D. Fernando VII pelo general Ballesteros, representou-lhe em nome dos seus committentes a necessidade de uma garantia ao que sua magestade tinha promettido e decretado, sendo para isso necessario que elle nomeasse uma junta, que dirigisse a administração publica, segundo o systema ordenado pela constituição, a qual elle devia jurar tambem pela sua parte.

Em circumstancias taes D. Fernando VII tomou por partido consentir em tudo quanto d'elle se exigia, e logo na mesma praça do paço se nomearam os individuos, que deviam compor a dita junta, approvando o povo cada um d'elles e rejeitando outros, como succedeu ao marquez de las Hormazas, por ser amigo e parente do general Elio¹, detestado por todos os liberaes, não só pelos actos que ultimamente praticára em Valencia, mas tambem por ter sido o primeiro que n'aquelle reino reconheçera em 1814 o governo despotico e a soberania absoluta do monarcha, tendo como tal dissolvido as côrtes e annullado a constituição. Depois de feita a escolha pelo povo, foram os respectivos nomes levados á presença de el-rei, para lhes dar a nomeação, que recaiu no cardeal de Bourbon e arcebispo de Toledo, para presidente da junta; no tenente general D. Francisco Ballesteros, vice-presidente; no bispo de Valladolid e de Mechoacan, D. Manuel Abad y Gucipo; em D. Manuel Lardizabal; D. Matheo Valdemoros; D. Vicente Sancho, coronel de engenheiros e conde de Taboada; D. Francisco Crespo de Tejada; D. Bernardo Tarrins; e D. Ignacio Pezuela. Pelas quatro horas da tarde do mesmo dia 9 de março determinou el-rei, a instancias do povo, effectuar o seu juramento á constituição. Os seus coches achavam-se já á porta do paço para dar o seu custo.

¹ Este general no primeiro furor da revolução de Valencia, sendo levado a uma commissão militar, foi por ella julgado criminoso pelas suas medidas crueis e tyrannicas, e por esta causa condemnado á morte, que effectivamente soffreu, sendo estrangulado.

mado passeio; mas o povo não o deixou sair. Chegava então a camara constitucional ao paço para presenciar aquelle acto. O povo, que cobria a respectiva praça, tambem se lembrou de ser d'elle testemunha, havendo muitos que igualmente quizeram subir, o que se atalhou com a proposta de se nomearem para aquelle fim alguns individuos como deputados do povo. Cinco foram os escolhidos, todos os quaes estavam presentes, quando D. Fernando VII prestou com effeito o seu juramento na sala do paço, chamada dos embaixadores, sobre um altar que n'ella se armára. D'ali dirigiu-se el-rei a uma janella, sendo acompanhado pelos membros da camara e pelos cinco individuos, que figuravam como deputados do povo, um dos quaes annunciou que sua magestade tinha effectivamente prestado o seu juramento á constituição, mostrando ao mesmo povo a declaração authentica d'este acto. O proprio rei, depois de ter pedido que o ouvissem, disse: *tranquillisae-ros, já jurei a constituição. Que mais quereis?* A este acto seguiram-se tres noites de luminarias, sendo o exemplo dado pelo proprio paço na mesma noite de 9, em que todos os regimentos tiveram de jurar tambem a constituição nos seus respectivos quartéis. No seguinte dia 10 houve parada no passeio do Prado, figurando entre as medidas, destinadas a consolidar a nova ordem de cousas, o fixar-se o dia 9 de julho de 1820 para o da primeira sessão das côrtes, por se julgar não poder fixar-se um dia mais proximo para tal sessão. Organizou-se um novo ministerio, e fizeram-se nos altos cargos do estado as mudanças pessoaes, reclamadas em nome do soberano pelos mais importantes individuos, que acompanhavam as reuniões das varias lojas de bebidas de Madrid, principalmente a do já citado *Café de Lorenzini*.

Por este modo se restabeleceu em Hespanha o systema liberal, que ali se proclamára com a constituição em 1812, sendo os officiaes militares os principaes auctores de semelhante successo, já pelo descontentamento que lhes resultava da falta de paga, em que se achavam dos seus respectivos soldos, e já pelo temor que conceberam de ir servir na America, onde receiavam que a fortuna lhes não fosse propicia.

o se tendo suffocado o levantamento de Cadiz e da ilha de Ibo, a sedição foi successivamente apparecendo em outros pontos da Hespanha, sendo tambem os militares os seus principaes provocadores, contando com o descontentamento dos povos e os bons officios dos partidistas do governo parlar: da generalidade com que isto se fez, proveiu effeito-se tão consideravel mudança sem derramamento algum sangue. Foi a revolução de Cadiz de 1820 originariamente tramada pelos coroneis Queiroga, Arco-Arguero, Raimundo del Riego, e Lopez Baños. Foi o mesmo Riego quem a 1.º de janeiro de 1820 proclamou o restabelecimento da constituição em Cabezas de San Juan, onde o seu batalhão se achava aquartelado. Foi elle o que tambem tratou de propagar o movimento insurreccional, primeiramente em Arcos, e depois em Alcalá de las Gazules, onde libertou o coronel Queiroga. Foi ainda elle o que, temendo o resfriamento do enthusiasmo liberal que excitára, se abalançou a sair de Leão e a emprehender uma invasão no interior da Hespanha, confirmando assim a fama da sua grande bravura e coragem. Pondo-se á testa de 1:500 homens, com elles se dirigiu a Algezirás, e atravessando toda a Andaluzia, foi perseguido pelo conde de l'Abisbal (D. Henrique Ó Donnel) até a Laguna, d'onde procurou alcançar a Serra de Ronda; mas não podendo evitar um combate, teve a infelicidade de ser derrotado pelo dito conde, e de se ver quasi abandonado e cercado por seus inimigos, sendo tirado de tão melindrosa situação pelas revoluções liberaes da Corunha, Vigo, Santiago, Ferrol e por fim Madrid, como já vimos. A sua marcha desde Cadiz até á capital quasi que não foi mais do que um completo triumpho, sendo lá promovido a marechal de campo, bem como os seus tres collegas, D. Antonio Queiroga, D. Philippe Arco-Arguero e D. Miguel Lopez Baños. Foi na noite de 30 para 31 de agosto de 1820 que elle chegou a Madrid, e indo ao theatro da Cruz na seguinte noite, ali cantou elle proprio, ao som da musica tão popular, como depois em Hespanha, chamada *hymno de Riego*, o estrebilho de *¡viva, viva, viva!*, *¡viva, viva, viva!*, = *Tragala, tragala la constitucion*,

estrebilho que tinha sido composto no primeiro momento da sua revolução, e fôra cantado com a respectiva letra diante do retrato de el-rei, como quem dizia isto com relação á sua pessoa. A sua missão a Madrid foi a de conseguir a revogação das ordens, que se haviam dado para a dissolução do exercito revolucionario da ilha de Leão; e tendo sido para este fim admittido á audiencia do soberano, fallou-lhe com certa altivez, bem como aos seus ministros, o que muito desagradou aos cortezãos. Depois de tanta gloria D. Rafael del Riego y Nunes, tendo caído o governo constitucional em Hespanha, teve a desgraça de ir parar ás mãos dos seus adversarios, e de ser por fim executado em Madrid, acabando debaixo da pressão de um vil carrasco no dia 5 de novembro de 1823, no meio dos estrondosos gritos populares de *viva a santa religião!* A culpa que se lhe imputou foi a de ter votado em Cadiz pela suspensão temporaria das funcções magestáticas de D. Fernando VII. Riego foi portanto um dos maiores vultos e mais importantes entusiastas do partido liberal em Hespanha.

CAPITULO VI

revolta da Hespanha atterrara sobremaneira, não só os governadores do reino, mas igualmente muitos dos diplomatas portuguezes, residentes nas côrtes estrangeiras, tendo como certo que as sociedades secretas da Hespanha estavam ligadas com as de Italia e Portugal, a ponto da revolta de Napoles seguir de perto a da Hespanha. O marquez de Marialva, embaixador de Portugal em Paris, e D. Antonio de Saldanha da Gama, encarregado dos negocios em Madrid, foram os dois diplomatas portuguezes, que mais promptos e decididos tomaram a seu cargo hostilisar quanto em si cabia a revolta da Hespanha, e as tramas do ministro hespanhol, D. José Maria de Pando, que o seu governo havia ultimamente mandado para Lisboa, e que o dito Saldanha da Gama e o governo portuguez tinham como activo promotor da revolta liberal em Portugal. Effectivamente alguns liberaes tinham em 1818 iniciado no Porto uma associação, a que deram o nome de *synedrio*, destinado a espreitar attenta a opinião publica, e até a encaminhal-a a fazer uma mudança de governo em Portugal, dirigindo os espiritos para as idéas liberaes nas tres provincias do norte do reino, sendo n'isto auxiliados pelos jornaes portuguezes, que se imprimiam em Londres. Todavia os trabalhos do *synedrio* a nada avultaram enquanto não appareceu a revolta liberal da Hespanha; e animados como foram os seus membros, pelo apoio que ella lhes dava, começaram por chamar ao seu partido alguns dos commandantes dos corpos da guarnição do Porto, como conseguiram, diligenciando fazer o mesmo, quanto ao commandante da brigada que estava em Braga, o coronel Antonio Lobo Teixeira de Barros, o que tambem alcançaram, não sem terem contra si algumas difficuldades e duvidas, que para isso houve. Consequindo igualmente ganhar o coronel Sepulveda, commandante de infantaria n.º 18, levantaram finalmente no Porto o grito da revolta no dia 24 de agosto de 1820, grito que as ditas tres provincias do norte promptamente abraçaram. Nomeou-se portanto um novo governo, ou junta provisional, que os governadores do reino trataram de hostilisar quanto poderam, baldando-se tudo quanto para tal fim pozeram por obra. Marchando a junta do Porto para Coimbra, a esta cidade lhe foi o capitão Bernardo de Sá Nogueira levar a noticia da revolta liberal, rebentada em Lisboa no dia 15 de setembro, facto que lhes abriu as portas da capital, vindo entrar n'ella triumphantes no dia 1 de outubro, e unindo-se com o governo interino, eleito popularmente em Lisboa, formaram desde então os dois uma só junta, denominada *junta provisional do supremo governo do reino*.

O completo triumpho da revolução de Cadiz no mez de janeiro de 1820 occasionou, não só na propria Hespanha, mas igualmente n'alguns outros estados da Europa, consequencias da mais alta importancia. A primeira e a mais imminente d'ellas foi o mallogro da partida para a America da grande expedição, que para aquelle fim o governo hespanhol

...as colonias hespanholas da America. Mas a grande vantagem para o Brazil, para Portugal desde logo o inconveniente de perder toda a idéa da restituição de Olivença, que definitivamente dando, em paga da sua firme e constante ligação a Bretanha na grande e momentosa guerra, que esta potencia sustentara contra a França durante annos. Para os governadores do reino se constituiu o referido triumpho n'um terrivel phantasma agouro, que continuamente os torturava de susto e por effeito da consciencia que tinham dos males do grande descontentamento em que toda a nação estava, prognosticando-lhes a probabilidade do apparecimento de acontecimentos iguaes aos da Hespanha, attenta a fermentação em que os espiritos n'elle se achavam. Nas vistas de a reprimir a insurreição para Londres D. Miguel Pereira Forjaz ao conde de Palmella, perguntando-lhe se o governo inglez e as potencias ligadas pela *Santa Alliança* prestariam algum auxilio a Portugal, no caso de que os progressos da insurreição fizessem apparecer no reino outra igual tentativa a fermentação em que os espiritos n'elle se achavam. «Bom seria, lhe respondeu Palmella, que isso se fizesse, mas a *Santa Alliança* só obriga os soberanos, e não a garantir-se os seus povos conforme a mo-

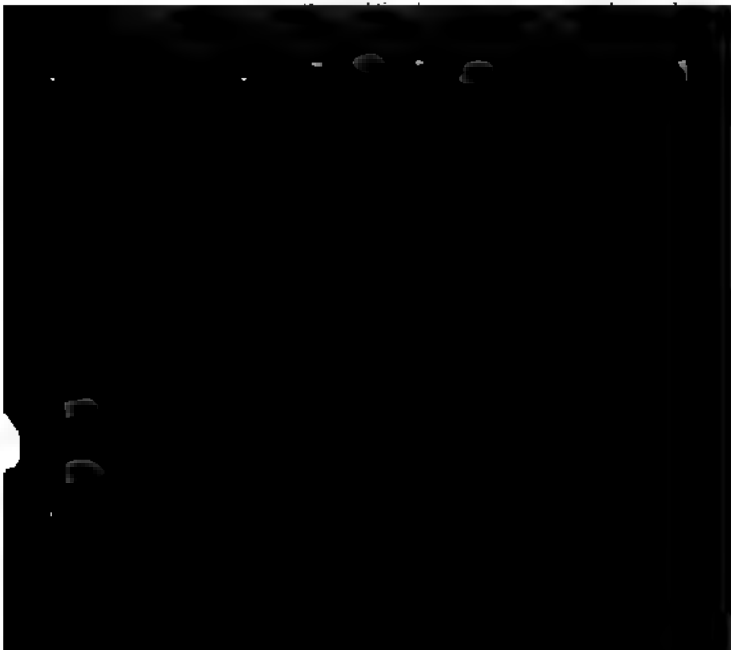
cendio, e por algumas outras causas bem notorias, ainda que independentes da vontade de el-rei, e devidas ás circumstancias extraordinarias do tempo, necessita por certo ser vigilantemente guardado, para que tambem se não incendeie, devendo portanto attrahir a mais séria attenção do governo ¹.»

Á vista pois da resposta de Palmella e do pleno triumpho da revolta de Cadiz, com toda a razão os governadores do reino se consideravam postos sobre um vulcão, de que não podiam deixar de ser victimas: este seu susto é testificado pela seguinte participação, por elles feita a el-rei na data de 18 de março². «A gravidade, lhe diziam elles, e o rapido progresso dos revolucionarios factos, desenvolvidos em algumas partes da Hespanha, e ultimamente em Madrid; o horrivel assassinio do duque de Berry em França; as conjurações descobertas em Inglaterra e na Allemanha; e as inquietações na Prussia e Russia, mostram bem claramente que ponto tem chegado o effeito das tramas revolucionarias, que, não cessando de procurar o extravio da opinião publica, por meio de periodicos, e outros escriptos incendiarios, tiram ao mesmo tempo todo o partido dos descontentamentos que observam nos povos, produzidos muitas vezes por circumstancias, que o melhor systema de governo não poderia evitar. Se uma sublevação em Pernambuco, energica e promptamente suffocada, e se uma conspiração ha tres annos descoberta n'esta capital, não fossem provas evidentes de que entre os portuguezes existem d'aquelles mesmos espiritos, poderiamos descansar ao abrigo da fidelidade, que forma o braço de todo o bom portuguez; mas advertidos por semelhantes acontecimentos, e observando agora mesmo n'esta occasião um estado de fermentação nada equivoco, á vista dos pasquins, que n'estes dias têm apparecido em varias partes d'esta capital, e que remettemos á soberana presença de vossa magestade com a conta que acaba de dar o

¹ Officio de Palmella para o mesmo Forjaz, de 8 de março de 1820.

² Veja o documento n.º 38-A.

intendente geral da policia, não podemos deixar de n
suir do maior cuidado, receiando que n'este moment
cobertos revolucionarios procurem todos os meios
romper a opinião publica, aproveitando-se dos mal
que affectam muitas classes, e que fazem milhares
contentes, provenientes especialmente dos tres s
motivos: 1.º, decadencia do commercio; 2.º, diminni
cessiva do numerario; 3.º, insufficiencia das rendas
não só para o pagamento da grande divida, mas at
supprimento das despezas correntes e da primeira
dade, do que tem resultado um consideravel atrazo
os pagamentos, e até nos do exercito, que jamais e
tão atrasados, especialmente a parte que pertenci
formados, havendo pretos que n'algumas partes do re
seis e sete mezes de atrazo.» Para mais se aggra
situação os mesmos governadores do reino lamenta
se espalhado na 'capital com a chegada do brigue
Maio, ignorando com que fundamento, a noticia de q
declarára a sua residencia fixa no Brazil, dizendo-se
similhante declaração se estava imprimindo no Ri
neiro; e apparecendo isto mesmo nos papeis ingle
toda a rasão similhante noticia não podia deixar de i
ainda mais os governadores do reino, receiando m
os revolucionarios de quem se queixavam se servi
descontentamento geral que isto produzira, para c



Cooperadores da nova ordem de cousas estabelecida em Hespanha.

Não foram só os governadores do reino e os seus respectivos secretarios aquelles a quem a revolução de Hespanha **atterrou**, mas este mesmo effeito produziu ella igualmente **n'alguns** dos ministros portuguezes residentes nas côrtes **estrangeiras**, sendo um dos que mais se preoccupou com ella o **marquez de Marialva**, embaixador de Portugal em Paris. Foi elle o que tomou a seu cargo propor ao duque de Riche-**lieu**, nas vistas de prevenir os funestos effeitos, que a **revolução** de Hespanha podia ter em Portugal, as bases de uma **negociação**, que pareceu ter sido bem aceita pelo referido **duque**, para que as potencias da Europa se ligassem por uma **especie** de garantia mutua á conservação da sua integridade **territorial**, conforme fôra reconhecida pelo tratado geral de **Vienna**, e para igualmente se prometterem mutuos soccor-**ros**, na eventualidade de uma revolução, ou de commoções **interiores**, que coarctassem as prerogativas dos monarchas.

D. Joaquim Lobo da Silveira tambem pela sua parte fez á **côrte** de Berlim identicas proposições, que o governo prus-**siano** acolheu de bom grado, não dissimulando os seus re-**ceios** pela fermentação, que existia no norte da Allemanha, e pelo terrivel exemplo da indisciplina e insubordinação, que o exercito hespanhol acabava de dar a toda a Europa. Em **Londres** o embaixador da Russia pediu uma conferencia ao **conde de Palmella**, a quem verbalmente communicou as or-**dens** que recebêra do seu governo, para propor ao ministe-**rio** britannico: 1.º, auctorisar os plenipotenciarios, membros **da** commissão das cinco grandes potencias em Paris, a con-**stituirem-se** mediadores entre Portugal e Hespanha, para to-**marem** conhecimento do estado em que se achavam os ne-**gocios** politicos da peninsula, e proporem os meios que lhes **parecessem** mais adequados a manter a paz e a segurança da Europa, ameaçada pelos ultimos acontecimentos do se-**gundo** d'aquelles paizes; 2.º, a conveniencia de se reunir brevemente um congresso de soberanos, ou dos seus respe-**ctivos** plenipotenciarios, para deliberarem sobre o mesmo

importante objecto, e adoptarem as medidas que tivesse por mais conformes ás circumstancias de então, sem excluir mesmo a idéa de um soccorro effectivo, que se devesse prestar a sua magestade catholica.

Ouvido como foi o ministerio britannico sobre o referido assumpto, algum tempo levou em dar sobre elle a precisa resposta, porque negocios de tal importancia sempre o governo britannico os trata de um modo lento e reflexivo e de accordo de todos os ministros. Finalmente declarou o sobredito governo muito franca e positivamente a sua resolução sobre os dois citados pontos, que foi a de recusar-se a fazer e qualquer ajuste com as demais potencias da Europa, e a não se comprometter a ligal-o, por meio de uma garantia, a tomar parte, quer militar, quer politicamente, nas questões internas dos outros paizes, ou a envolvê-lo n'uma nova guerra. Portanto entendeu rejeitar a lembrança de se auctorisarem os mediadores, residentes em Paris, a tomarem parte nos negocios politicos da Hespanha, recusando-se igualmente á proposição de assistir a um novo congresso. Estava o governo inglez convencido de que uma garantia mutua em termos vagos ou não servia absolutamente de nada, se se reduzisse somente a palavras, ou obrigava as potencias a fazerem guerras distantes e dispendiosas, que talvez excederiam as facultades da maior parte d'ellas, e nas quaes por certo a Gran-Bretanha não se queria, nem se podia comprometter. Emquanto á Hespanha, expoz que, tendo D. Fernando VII, ou fosse forçado, ou voluntariamente, feito causa commum com os revolucionarios, não era licito tomar medidas contra elle nem fazer-lhes guerra, sem a fazer apparentemente tambem a sua magestade catholica, e sem expor a mesma Hespanha aos males e resultados iguaes áquelles por que passou a França revolucionaria. Pelo que em especial dizia respeito a Gran-Bretanha, o governo inglez declarava mais não se achear elle em circumstancias, nem pelo estado das suas finanças nem pela opinião geral do seu paiz, que aliás parecia favoravel á revolução da Hespanha, de intervir por modo algum nas questões domesticas d'aquella monarchia. Nas instru-

ções ostensivas, mandadas ao ministro inglez em Madrid, sir Henrique Wellesley, ordenára-se-lhe em termos geraes o abster-se até da apparencia de pretender intervir nas questões internas d'aquelle paiz. Nas instrucções secretas previam-se unicamente dois casos, nos quaes o referido ministro tinha ordem de usar de uma linguagem mais energica e decisiva, taes eram: 1.º, o de correr sério risco a segurança da pessoa de sua magestade catholica; 2.º, o de se achar Portugal seriamente ameaçado de uma guerra de aggressão. No primeiro caso ordenava-se-lhe que fizesse as mais fortes representações que d'elle dependessem, para salvar a pessoa de sua magestade catholica, mostrando as fataes consequencias do attentado commettido contra Luiz XVI; no segundo caso, se o perigo lhe parecesse verdadeiro, deveria declarar formalmente, que o governo britannico se achava compromettido por tratados expressos a garantir a independencia e integridade do reino de Portugal.

Emquanto pois as grandes potencias do norte da Europa tratavam de se associar para de mão armada hostilizar a revolução liberal da Hespanha, os liberaes hespanhoes tratavam tambem pela sua parte de diligenciar, por meio da correspondencia das suas associações secretas com as da Italia e Portugal, que outras que taes revoluções apparecessem igualmente n'estes dois paizes. Com as de Portugal a sua dita correspondencia é officialmente provada. A estas associações pertencia já entre nós por aquelle tempo a grande maioria dos descontentes, tanto dos adversos aos governadores do reino, como aos ministros que rodeavam el-rei no Brazil. As associações secretas tiveram em Portugal mais particular impulso, depois que o seu exercito voltára victorioso da França em 1814. Muitos officiaes inglezes e portuguezes tinham entrado nas lojas da maçonaria franceza, existindo até no mesmo exercito lojas chamadas volantes, ás quaes o marechal Beresford nunca dera importancia, nem as cohibira, provavelmente para se não tornar alvo dos odios e malquerenças dos muitos officiaes inglezes, que

no exercito a sua ingerencia estava subordinada ao marechal Beresford. Com este estado de cousas, igualmente ao chegar de França o general Gomes de Andrade, antigo militar de grande reputação, mas de pouco alcance politico. Gomes Freire foi conhecido por grão mestre de uma maçonaria, chamada *caralleiros da cruz*; cercou-se de varios homententes do governo existente, e começou finalmente a manifestar-se em aberta hostilidade contra o chefe do exercito, confiado ao marechal Beresford. Resultou envolver-se na desgraçada conspiração de que já demos noticia, e tirarem-lhe a vida n'um famoso patibulo, que para este fim lhe erigiram junto de S. Julião.

As sociedades secretas da Hespanha e aos seus associados se attribuiu por aquelle tempo o movimento da revolução liberal de Napoles, que foi uma imitação da que rebentou em Cadiz, e para que n'a similhança, até a constituição hespanhola de 1812 n'aquelle paiz se adoptou. O governo napolitano, admirar-se d'este successo, á vista da imprudencia metteu, formando um campo chamado de instrução, fez manobrar 10:000 ou 12:000 homens. Foi n'estes chefes da insurreição formaram o seu plano, que finalmente pozeram em execução. Foi nas noites de julho de 1820 que em Nola rebentou a revolução.

*arios*¹, sociedade que já desde algum tempo se manifestára em fermentação. O grito revolucionario foi no dia 5 do citado mez de julho abraçado por mais dois batalhões de linha, que das tropas do dito campo de Nola faziam parte, tendo uns e outros revoltosos por fim exigir que o governo admittisse uma constituição semelhante á da Hespanha. De tal modo se havia desenvolvido a seita dos carbonarios em Italia, que o exercito napolitano se achava quasi todo dominado por ella, e por modo tal, que pretendendo o governo suffocar a revolução começada, fez marchar contra Nola um consideravel corpo de tropas, as quaes, compenetradas tambem das mesmas idéas revolucionarias, logoque avistaram os sublevados, tomaram o seu mesmo partido, sendo o soberano de Napóles obrigado por fim a prometter a pedida constituição. O ministerio existente foi desde logo mudado, figurando entre os que o substituíram o general Carasozo e o marquez de Campo Chiari, que tinham sido empregados no reinado de Murat, alem de outros mais individuos empregados no referido reinado, e que tinham os mesmos principios politicos. A antiga bandeira napolitana foi posta de parte, e substituida por uma tricolor. Os revoltosos, impacientando-se com o praso de oito dias, que el-rei fixára para a publicação das bases da constituição por elle promettida, tomaram a resolução, em consequencia da enfermidade de que elle estava sendo victima, de entregarem a regencia do reino ao principe herdeiro, o duque de Calabria. Da reunião de todas estas circumstancias nasceu entre os soberanos das grandes potencias a convicção de que esta revolta fôra manejada por fanaticos politicos e obscuros, e executada por soldados perjuros e insubordinados, que foram os que em poucos dias privaram el-rei de Napóles do seu poder e da sua liberdade, pondo fim á ordem e tranquillidade da Italia. Não ha duvida que o plano da revolução napolitana teve-se

¹ Assim o disse o duque de Gallo, novo ministro dos negocios estrangeiros, na circular que dirigiu ao corpo diplomatico, participando-lhe os acontecimentos que vamos referindo.

como delineado pelos clubs de Madrid, e constando aos carbonarios que o governo de Napoles fôra d'isto informado, os fautores de similhante plano em Italia apressaram-se quanto antes em pô-lo por obra, rebentando portanto a revolta mais cedo do que estava determinado. Iguaes diligencias, e ainda com mais empenho, faziam os liberaes hespanhoes para que outra formal revolução rebentasse tambem em Portugal. Bastantes fundamentos davam para isto as antigas relações do hespanhol, o brigadeiro Cabanes, com Gomes Freire de Andrade ¹, relações que não podiam deixar de se tornar mais fortes e extensas por meio das sociedades secretas com os revolucionarios portuguezes de 1820, desde o complemento da revolta de Cadiz, e sobretudo desde que em maio d'este mesmo anno chegára a Lisboa o novo ministro hes-

¹ Não se pôde dizer ao certo qual fosse a verdadeira missão do brigadeiro Cabanes a Portugal no anno de 1817, e portanto dizer se ella era de uma verdadeira propaganda liberal n'este reino, ou se vinha por parte do governo hespanhol sondar o animo dos descontentes portuguezes, e o estado do nosso exercito, como já n'outra parte dissemos, a fim do mesmo governo se habilitar melhor a mandar invadir ou não Portugal. O certo é que o brigadeiro Cabanes, voltando d'este reino a Madrid, offereceu a D. Fernando VII, segundo participou para Lisboa D. José Luiz de Sousa em officio de 16 de abril do citado anno de 1817, uma memoria em que lhe representava o grande descontentamento em que o geral dos portuguezes se achava por causa da ausencia do rei no Rio de Janeiro, e do commando em chefe do exercito, confiado ao marechal Beresford, o que não podia deixar de trazer comsigo a facilidade das marchas e operações do exercito hespanhol, encarregado da invasão de Portugal no meio de taes circumstancias. Talvez que a côrte de Madrid se abalançasse a uma tal invasão, se não fosse d'isso desviada pelos acontecimentos politicos da Galliza, promovidos por Porlier, os da Catalunha por Lacy, e os da projectada revolta de Valencia, descoberta pelo general Elio. É certo que os governadores do reino se recearam tanto d'isto, que o conde de Palmella se viu obrigado a perguntar a lord Castlereagh, se podiamos ou não contar com a garantia dos tratados sobre a integridade de Portugal, ao que aquelle ministro respondeu que uma tal obrigação não admittia as duvidas, que alguém lhe tinha querido pôr, o que mesmo Palmella promptamente acreditou, por ser isto conforme por então aos interesses da Gran-Bretanha. (Officio de Palmella para o Rio de Janeiro n.º 14, de 8 de novembro de 1817.)

mesmos prisioneiros; 4.º, que havia o projecto de pensarem as tropas, que haviam tomado parte na insurreição, concedendo a cada soldado um certo numero de terra; 5.º, que as mesmas sociedades secretas da Hespanha tinham intelligencia com as de Portugal, e tinham quanto em si podiam, para decidirem o exercito a seguir o exemplo do da Hespanha, operando nós uma igual insurreição; 6.º, que uma das traças se serviam para este fim era a de aggravarem a insurreição, que presumiam haver no nosso dito exercito officiaes inglezes, que n'elle se achavam empregados; finalmente, 7.º, que pretendiam fascinar os portuguezes com a promessa de que Lisboa ficaria sendo a capital do reino das Hespanhas, e como tal a residencia do soverano e de todas as auctoridades superiores.

A correspondencia dirigida de Madrid para Paris por meio de Marialva por Antonio de Saldanha da Gama não era pouco expressiva, no sentido hostil á revolução da Hespanha. O mesmo Saldanha da Gama, que em Madrid como nosso ministro n'esta capital, perscrutava pelos seus agentes era sabedor de todos os intentos e deliberações dos clubs e associações liberaes da Hespanha; cujos planos reputava destinados á aniquilação do throno; que para melhor conseguirem estes fins, introduzido a intriga na propria familia real, fazendo

deças impõem ao soberano uma constituição toda fundada na soberania do povo, e na qual o poder executivo é nullo; o principio da rebelião consagrado e os chefes revoltosos premiados, são considerações que offerece este paiz no estado actual dos acontecimentos a todos os gabinetes da Europa. Acresce a isto a consideração de que tudo isto é manejado pelas sociedades secretas, cujos estatutos são os mais subversivos, e que se dirigem sem duvida alguma a derrubarem os thronos e os altares, o que eu posso fazer chegar ás mãos de v. ex.^a por occasião segura, se esse governo tiver interesse em os conhecer. Os effeitos de tal systema e do espirito de proselytismo estão assás manifestos pelos successos de Napoles. O mesmo club que instituiu mr. d'Onis, para revolucionar o reino de Napoles, foi o que instituiu mr. de Pando, para revolucionar o reino de Portugal, e é o que tem agentes em Leorne, Paris, Veneza, Genova, Polonia e Russia, e que envia extraordinariamente agentes a differentes pontos, segundo as circumstancias o exigem ¹.» Em outro officio para o referido marquez, dizia mais ²: «O partido revolucionario segue as suas tramas nas sociedades secretas, e ha poucos dias que d'aqui enviou para essa cidade (a de Paris) um tal Maximo, que depois de concertar os seus planos com os collegas d'ahi, partirá para a Prussia e Varsovia. Na Prussia é correspondente um tal Lianno, que está ao serviço d'el-rei, e em Paris é o principal correspondente o general Sebastiani. Os estatutos d'esta sociedade são os que incluso remetto, e dos quaes v. ex.^a fará um uso discreto, a fim de que nem eu, nem os meus agentes possamos ser compromettidos. Entretanto julgo muito interessante que esse governo conheça a fundo toda a trama, pois que desconfio que a embaixada franceza esteja mui mal informada. A intenção d'este paiz é a intenção actual d'estes reformadores, dividil-o em sete republicas, formando uma confede-

¹ Veja officio de Saldanha de Gama de 2 de agosto de 1820, documento n.º 39.

² Veja documento n.º 40.

ração, e sendo a sua constituição mui analogá á de França. N'este prospecto entra Portugal, dividindo-o em duas repúblicas, debaixo da denominação do *Lusitania ulterior* e *Lusitania citerior*, ficando os Algarves unidos á Betica.»

Era portanto um facto na opinião do nosso ministro em Madrid, e na do marquez de Marialva, nosso embaixador em Paris, que as sociedades secretas na capital da Hespanha faziam todas as possiveis diligencias, para que a revolução liberal do seu paiz fosse secundada em Portugal por outra, feita em igual sentido. Alguns agentes portuguezes tinham effectivamente ido áquella capital para tratar com o ministério hespanhol a projectada revolta em que se achavam empenhados. Logoque Saldanha da Gama chegou em fins de junho de 1820 a Madrid, tratou de descobrir quaes os intentos das ditas sociedades, com relação a Portugal; quaes os canaes de comunicação, que tinham d'aquelle reino para este, e finalmente quaes as corporações ou individuos, que em Portugal mantinham correspondencia com as ditas sociedades em Hespanha. Communicando estes sentimentos a Joaquim Severino Gomes, secretario da respectiva legação, pôde por meio d'elle, attento o completo conhecimento que tinha do paiz, e dos individuos que figuravam, ou tinham figurado nas suas differentes situações politicas, introduzir um agente seu nas ditas sociedades secretas, o qual lhe apresentava os boletins, que por copia eram depois remettidos por elle aos governadores do reino. Por estes boletins se designavam os individuos, encarregados de espionar os ministros de Inglaterra e Portugal em Madrid, se especificavam quaes os seus correspondentes nas differentes terras e paizes estrangeiros, sendo em Lisboa um certo Villarroel, o qual tinha já recebido 200 exemplares da constituição hespanhola, alem de outros mais impressos. Em Elvas o correspondente das citadas sociedades secretas era um João Nepomuceno da Silveira, havendo tambem em Badajoz um t Macedo, subdito portuguez, o qual pelo seu enthusiasmo liberal se havia offerecido para verter do hespanhol e introduzir em Portugal todos os papeis, que para tal fim se lhe

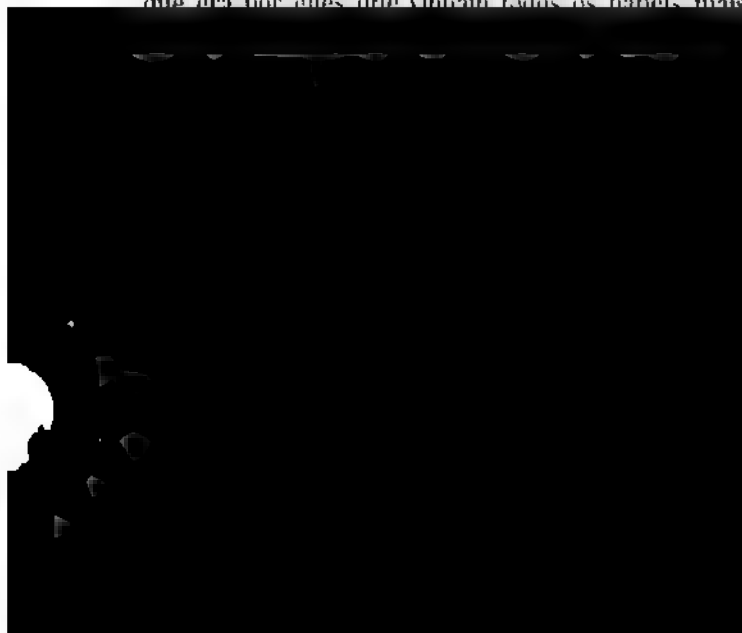
assem, mediante a protecção de um seu amigo do appello Sousa, que era magistrado em Elvas. Pelo boletim n.º 4 assignavam os membros da grande loja maçonica, que em Madrid era o centro de todos os planos revolucionarios, não com relação aos paizes estrangeiros, loja de que era avel um tal Xavier de Burgos, e membros o capitão real D. Joaquim Blake, os tenentes generaes Ballesteros de de l'Abisbal, D. Manuel Beltran de Liz, principe so da cruz rocha Torrijos, o tenente coronel D. Evaristo guel, o ministro da fazenda Canga-Arguelles, o da goção da península D. Agostinho Arguelles, o marele Campo Queiroga, o governador militar de Madrid nuel de Velasco e o official de secretaria D. Antonio io, alem de outros mais individuos, que tambem tinham erto nome e posição social. D'esta mesma grande loja, a matriz, se contavam como membros ausentes, o mi-hespanhol em Lisboa D. José Maria de Pando, e o te-coronel D. José Maria Barrero, addido á mesma lega-espanhola em Lisboa ¹.

Esta capital escrevia o mesmo Pando para a dita grande e Madrid, dizendo-lhe ter estabelecido uma associação dividuos hespanhoes e portuguezes em Lisboa, destinados a trabalharem com actividade na *regeneração e inção de Portugal*, segundo a sua phrase, tendo tambem ista dirigir n'este mesmo sentido a opinião publica do

Era effectivamente o ministro Pando e o seu addido ero os dois que activamente trabalhavam em provocar olta em Portugal. As proclamações dirigidas pelas sociedades secretas de Madrid eram mandadas espalhar prominentlye em Lisboa, depois de traduzidas. Os jornaes hesoes tambem pela sua parte publicavam artigos, que outras tantas proclamações revolucionarias, dirigidas ortuguezes ². Contra um d'estes artigos reclamou ener-

Officio reservado n.º 1 de D. Antonio de Saldanha da Gama, di-em 25 de julho de 1820 para o Rio de Janeiro ao ministro d'est-Thomás Antonio de Villa Nova Portugal.
Óde ver-se um d'elles no documento n.º 41.

gicamente o ministro portuguez em Madrid, D. Antonio Saldanha da Gama, dirigindo por tal motivo uma nota ao ministro dos negocios estrangeiros, D. Evaristo Pe Castro¹, nota a que este respondeu com evasivas, sem satisfação alguma, adequada aos intentos do nosso ministro. Alem do exposto, o encarregado dos negocios Hespanha em Lisboa não só estava em communicação com os chefes da revolta, em que se trabalhava na cidade de Madrid, revolução que aos seus mais intimos confidentes parecia estar proxima a rebentar; mas até lhes affiançava a Hespanha a apoiaria em caso de necessidade, tanto no norte, como pelo sul do reino, com duas divisões de 25:000 homens cada uma, as quaes se approximassem das fronteiras de Portugal pela Galliza e Extremadura, sob o pretexto de se opporem ás tentativas dos reaccionarios panhoes, que se achavam no Minho e no Alemtejo, e quaes se dava o nome de *junta apostolica*. Não só os ministros do reino foram d'isto sabedores, merecendo mais particular attenção tão escandalosa conducta que os levou ao emprego de providencias secretas, e a falta de prudencia indispensavel em objecto de tal natureza; mas souberam tambem que o mesmo Pando enviava toda a sua correspondencia com Hespanha por meios reos, que expedia todas as semanas a Badajoz, suppondo que era por elles que vinham todos os papeis mais



gava contra a conducta do representante da Hespanha
boa. Á vista pois d'isto o ministro portuguez em Ma-
solveu-se a pedir sobre este ponto a coadjuvação do
o inglez, o qual, convencendo-se tambem da má con-
de Peres de Castro, lhe fez ver dois artigos das suas
ções, concebidos pouco mais ou menos nos seguintes
: 1.º, que a Inglaterra, em consequencia da garantia
a dada a Portugal, olharia como um ataque feito á
Inglaterra directamente todo o ataque, que ao mesmo
al se fizesse; 2.º, que nem a mesma Inglaterra, nem
das potencias alliadas, poderia jamais ver com indif-
a, que a mesma Hespanha procurasse directa ou indi-
ente influir para que os portuguezes se subtrahissem
iencia de sua magestade fidelissima. A resposta dada
aixador inglez foi do mesmo teor da que se dera ao
o portuguez, isto é, fundada toda na systematica nega-
s factos que se allegavam. Foi então que o nosso dito
o exigiu a prompta e effectiva remoção de Pando.
de uma longa espera, esta segunda exigencia não foi
eliz do que a primeira tinha sido, porque a resposta
es de Castro nada mais era do que um novo ardil, em
em de se comprehenderem n'ella assumptos estranhos
mação, destinados unicamente a confundil-a, nada
izia o seu signatario do que explicar a conducta do
o hespanhol no meio das circumstancias em que se
ava, e as ordens que tinha dado aos seus ministros
rtes estrangeiras, aos quaes havia recommendado,
le, que conservassem, em vez de perturbarem, a boa
ia do governo hespanhol com os mais governos.
d'estas explicações seguiram-se as da conducta de
mas nada de satisfação á exigencia da sua remo-

anha da Gama, olhando tudo isto como um palliativo,

só nos fins de dezembro de 1821 que Pando se mandou reti-
sboa, sendo substituido por D. Manuel Maria de Aguilar, tendo
r de encarregado de negocios da Hespanha.

a notícia de que estava em breve a rebentar uma
no Porto; que affiançava além d'isto que similhança
ção seria apoiada pelas duas já citadas divisões de
de 25:000 homens cada uma, devendo-se uma
fronteiras da Galliza, e outra nas da Extremad
nhota; que por aquella mesma occasião fôra ainda
mandára em missão secreta á cidade do Porto o
ronel Barrero, seu addido á legação. Não cont
com isto, foi igualmente o ministro Pando quem
cára officialmente por uma nota ao governo p
effectiva approximação das tropas hespanholas á
da Galliza: *quem na cidade de Lisboa tivera algu*
rencias com o desembargador Manuel Fernando
um dos chefes, e até mesmo o mais principal da
revolução do Porto: quem mantivera correspond
a junta revolucionaria, que na referida cidade post
se installára, no que tambem foi imitado pelo ja
nente coronel Barrero: e finalmente quem da m
mantinha correspondencias subversivas com o pri
desorganisador de Madrid, dando-lhe parte dos
dos seus trabalhos, e de ter feito escolha de um
para ir ao Rio de Janeiro com sinistros fins de
perturbar o socego publico. Além do que fica
mesmo Saldanha da Gama allegava mais que em
imprimiam horrorosas diatribes contra os gover
Portugal, e se faziam discursos em que se atacav

a havia produzido, e depois imitára a republica de Buenos Aires; que os mesmos hespanhoes, auctores de tão abominaveis papeis, se vangloriavam depois do effeito, que com elles haviam produzido; que nos clubs de Madrid, de quem membros pessoas da mais alta jerarchia e de importantes cargos no estado, se tratavam os meios convenientes para revolucionarem o reino de Portugal, compondo proclamações e traduzindo-as em portuguez, sendo os traductores empregados publicos, e remettendo-as depois para as fronteiras do dito reino; e finalmente que em Lisboa o encarregado de negocios de sua magestade catholica organisava reuniões revolucionarios, em que fazia entrar os consules da França, para o auxiliarem na sua empreza de transtornar a ordem publica e o governo estabelecido, mantendo para esse mesmo fim correspondencias com os chefes de alguns regimentos militares, a fim de os persuadir á rebellião, como elle edêra com o commandante do regimento de infantaria n.º 1, o qual os governadores do reino se viram por semelhante motivo obrigados a remover do commando em que se achava¹. Á vista pois de tudo isto era portanto claro que o governo hespanhol se não podia deixar de considerar connosco e nos trabalhos revolucionarios, que em Portugal havia se dado e mãos, para a installação de um governo liberal, ou governo parlamentar, como outros o denominam, analogo ao que por meio de uma outra revolução rebentára em Cadiz, e que, repercutida na Corunha, Santiago, Vigo e Madrid, se estallára definitivamente em Hespanha.

Que as idéas liberaes germinavam já entre nós muito antes do anno de 1820 é um facto de que se não pôde duvidar, e é provado como é, não só pelas deportações feitas pelos governadores do reino em setembro de 1811, sendo todos deportados homens votados ás idéas liberaes, as quaes o governo portuguez em Londres tratava tambem de popularisar entre nós, mas igualmente no proprio paiz se recorria á imprensa para similhante fim por indirecta maneira,

¹ Veja o documento n.º 44.

como se vê do seguinte aviso, que em 4 de julho de 1811 a côrte do Rio de Janeiro expediu ao patriarcha eleito, dizendo-lhe: «Tendo apparecido n'esta capital alguns exemplares de duas obras, publicadas em Lisboa na impressão regia com licença da mesa do desembargo do paço; a primeira, uma traducção da obra, que se publicou sobre o gabinete secreto de S. Cloud, em que se lê a carta 27.^a, excessivamente injuriosa ao character de sua magestade, a rainha de Hespanha, e que apregoa todas as calumnias, que se publicaram contra a mesma augusta e infeliz senhora; a segunda, um pamphleto ou brochura, *em que se expõe com as mais brilhantes côres a belleza da constituição ingleza, e que quasi se propõe a adopção dos povos*, como se fosse possivel largar o governo que cada nação tem, e abraçar outro sem os maiores inconvenientes, e sendo muito perigoso em momentos tão calamitosos expor aos olhos das nações quadros verdadeiros, mas de que nenhuma applicação util se pôde deduzir; é o principe regente nosso senhor servido ordenar, que os governadores do reino façam constar á mesa do desembargo do paço quanto lhe foi desagradavel, que ella dêsse licença para se imprimirem as duas mencionadas obras, e ordenem que d'aqui em diante, não só estabeleça maior vigilancia sobre esta materia, escolhendo para censores homens de luzes, probidade, intelligencia, e que tenham vistas de uma sã e illuminada politica; mas que lhes prescreva que não se deve permittir: 1.^o, a publicação de obras, ou originaes ou traduzidas, em que se insulte a memoria e reputação de soberanos em geral, e muito particularmente dos que são parentes ou alliados da nossa real familia; 2.^o, em que se ataque directa ou indirectamente a religião do estado, ou ainda as outras seitas do christianismo, estabelecidas nos grandes estados da Europa; 3.^o, em que se trate de constituições politicas dos estados da Europa, ou fórmãs de governos, e naquaes haja analyses e discussões em tal materia, de maneira que possa vir a occupar os animos dos povos, que são capazes de discorrerem sobre taes objectos com a devota reflexão, dá facilmente em desvarios, que fazem depois

a infelicidade por longos annos; 4.º, que se deve promover a publicação das obras em que se trate do adiantamento das sciencias, das artes, e industria em geral, dos bons-principios de administração, de melhoramento e reformas uteis ao estado, de grandes obras publicas de toda a qualidade, e que estes objectos, muito uteis, muito interessantes, e sceptiveis de fazerem ás nações os maiores bens, jamais podem fazer mal algum, e antes no momento actual, pelo entusiasmo que podem produzir, divertem o povo de vicijs das quaes seguramente jamais lhe ha de vir bem algum, declarando finalmente os governadores do reino á vista do desembargo do paço, *que é debaixo d'estes principios que devem estabelecer a censura dos livros*, tendo tambem em vista evitar, que por via da imprensa se publiquem libellos calumniosos contra os individuos, de que podem resultar graves inconvenientes, sendo escusado lembrar que a alteza real tem prohibido, que sobre as côrtes de Hespanha se publique cousa alguma a favor ou contra, e que sobre estas materias nada deve publicar-se nas impressas de Portugal, poisque o mesmo augusto senhor está convencido, que de taes publicações podem resultar grandes males sem nenhum bem ao povo portuguez. O que tudo v. ex.ª fará presente aos governadores do reino, para que sigam e façam executar estas reaes ordens com a mais escrupulosa acção. = *Conde de Aguiar*».

Não obstante semelhantes recommendações da côrte contra a diffusão das idéas liberaes em Portugal, é um facto que ellas se foram sempre desenvolvendo, e por modo tal, que no anno de 1820 havia n'este reino uma associação de conspiradores em favor d'ellas, sendo auxiliada pela Hespanha, recebendo de lá inspirações adaptadas aos seus intentos. Temos pois como certo que essa associação se guiava pelo que se passava no reino vizinho, e que os seus trabalhos não só tinham as mesmas vistas, mas até marchavam debaixo da direcção e planos das sociedades secretas de Madrid, por intermedio do ministro d'aquella potencia em Lisboa, o citado D. José Maria de Pando, facto que não abona o que em

influencia directa da maçonaria, nenhuma duvida de support; mas duvidámos de que mais tarde os seus esforços e diligencias deixassem de ter por si protecção e influencia, mais ou menos directa de semelhante sociedade, sem que os respectivos conspiradores, ou a sua totalidade, deixassem de ser *maçons*, e que taes contarem com o apoio dos seus confrades de todo o paiz, particularmente sabendo quaes eram as opiniões e desejos sobre este ponto¹. Como quer que seja, um facto que o nucleo d'essa associação existia, tres annos atrás ao de 1820, e que ultimamente se achou debaixo da influencia e plano das sociedades secretas de Madrid, como acima fica exposto, e o comprovam os factos a que nos referimos. Fôra ella originariamente criada no Porto em 1818 pelo desembargador da Real Audiencia d'aquella mesma cidade, o já citado Manuel Fernandes, homem com reputação de talento, juntando

¹ Uma auctoridade insuspeita, e adversa mesmo a nós sobre este ponto, tal como a das *Memorias* de Jose Maria Xavier, nos dá a prova do que acima dizemos, quando a pag. 36 e 37 nas suas ditas *Memorias* a seguinte anecdota: «Ferreira Borges, a muitos talentos muita vaidade, tinha-se apresentado em uma casa secreta do Porto, e ali, dizendo-se *Rosa-Cruz*, exigia d'este grau. O desembargador Sebastião Antonio, que presidia a reunião, onde o tinha recebido. A resposta de Ferreira Borges que pertencia a associação que fizera a revolução, e na qual se achava por seu facio. Este caso, revelado logo a Fernandes Ti-

e ousadia. Com estas qualidades não podia deixar ver a propinquidade de uma revolução no paiz, para tão poderosamente concorria o geral descontenta-da nação, pelos motivos que já expozemos, descontento exacerbado consideravelmente pela infructuosa e execução judicial, que presenceára Lisboa no triste dia 18 de outubro de 1817. Se esta iniciação foi das ligações de Fernandes Thomás com os *maçons* panha, ou se foi acto espontaneamente seu, é o que essa parte ignorámos. O certo é que elle, amigo in- e Ferreira Borges, advogado da citada relação do e secretario da companhia dos vinhos do Alto Douro, mo de José da Silva Carvalho, juiz dos orphãos da cidade, entendendo de necessidade a formação de po colectivo, que se propozesse dirigir a revolta que or imminente, e querendo a par d'isto evitar a anar- e d'ella podia resultar, pôde formar com elles e João a Vianna no dia 22 de janeiro de 1818 o nucleo do o corpo, ao qual successivamente elles foram aggre- outros novos membros, que chegaram a fazer o nu- e treze, sendo os nove restantes Duarte Lessa, José opes Carneiro, José Gonçalves dos Santos, José Pe- Menezes, Francisco Gomes da Silva, João da Cunha laior, o coronel José de Mello Castro e Abreu, José

ção contra Ferreira Borges, e convocando o sinedrio para o Assim se fez, seguiu-se uma longa disputa, após a qual o si- nca mais foi reunido, nem convocado». Se Ferreira Borges *maçon* de certo não podia apresentar-se a uma loja *maçonica*, d'ella ser reconhecido como *Rosa-Cruz*, exigencia a que acres- ue todos os membros do sinedrio o eram, sómente por este ue de certo prova a ligação que havia entre elles e a *maçona-* como a conformidade de opiniões, quanto aos fins dos traba- mesmo sinedrio, pois a não haver taes ligações e conformidade es, seria uma rematada loucura a pretensão de Ferreira Bor- ndo que se lhe dessem certas honras de *maçon*, sem pertencer ia, reputando como serviços a ella feitos os serviços da re- Agora quanto á protecção e influencia dos *maçons* hespanhoes, acima comprovado.

da vizinha Hespanha; reunirem-se no dia 24 em um jantar em S. João da Foz, onde se discutiram os sucessos acontecidos no mez passado, e do que se devia fazer no futuro: guardar a maior lealdade uns para com os outros, e o mais inviolavel segredo para com a Hespanha, e finalmente que a rebentar um movimento, uma revolução, os membros do sinedrio se reuniram para apparecerem a conduzi-la, para o bem da liberdade, guardando sempre a devida fidelidade a casa de Bragança¹. Entretanto passou-se o anno de 1818 sem que o sinedrio adquirisse força, ou para que as auctoridades suspeitassem a sua existência. A policia da cidade do Porto, que em 1815 se reunia ao corregedor João Antonio Ribeiro de Sousa,

¹ A nota que vamos apresentar ao leitor é tirada das memorias do desembargador José Maria Xavier de Araújo, e o seguinte: «A fidelidade a dynastia reinante foi sempre a primeira prova, quando o coronel hespanhol Barrero chegou ao Porto de 1820 com missão do encarregado de negocios de Hespanha de Pando, para promover uma revolução em Portugal da parte do governo de Madrid todos os auxilios em Portugal, e contanto que se reunisse Portugal a Hespanha. O coronel Barrero teve uma conferencia com Fernandes Thomas, Ferreira Borges e Gomes em um jardim da rua de Cedofeita a meia noite, e as acimas ditas foram feitas e ouvidas. Fernandes Thomas declarou que a revolução ia fazer-se, e só Deus sabia o que aconteceria. Unir Portugal a Hespanha era impossivel executar-se, e tentos-se, e senão por muitas vezes se tentou, e sempre sem sucesso».

l'elle passado para as mãos do desembargador José Joaquim de Almeida Araujo Correia de Lacerda ¹, por quem era exercida com a mais rigorosa severidade. Em poucas palavras poderemos dar uma idéa do character dos dois citados dependentes da policia do Porto, nas mãos dos quaes tantos e tantos riscos correu a primeira proclamação do governo parlamentar entre nós. Ribeiro de Sousa era um magistrado sobremodo ignorante, e accusado das mais desca- das venalidades e corrupção, tendo para elle valor sómente as cousas, a saber: *presentes e favores do sexo fragil*. Como nem o seu procedimento fôra sempre escandaloso, e como um assombro de estulticia, a ponto de não haver procurador de causas, ou escrivão que não conservasse uma longa collecção de miseraveis e ignorantissimos despachos sobre todos os mais triviaes de direito. Correia de Lacerda fôra secretario do secretario dos governadores do reino, João Antonio Salter de Mendonça, sendo como este accusado de hy- pocrisia: alem d'isto era pobre e cheio de numerosa familia. Não servido dois ou tres logares rendosos a um tempo, não se sabia se os seus rendimentos lhe chegavam, ou se elle era contente. Tinha comsigo uma virtude, amava so-

Araujo nas suas *Memorias*, e se os seus membros eram obrigados a inviolavel segredo, para com os estranhos a elle, como é que Pando Ferrero, membros da grande loja maçonica em Madrid, e d'ella seus legados em Lisboa, souberam da existencia do sinedrio no Porto, e iam conferenciar lá com os seus membros, e offercerem-se para proteger nos seus trabalhos com tropas e dinheiro? Eis-aqui pois o desmentido formal, dado pelo proprio Xavier de Araujo ao que nos quando nos quer dar o sinedrio por estranho ás associações se- cretas. Ellas tinham tanta parte n'elle, que até os maçons revolucionarios de Hespanha sabiam da sua existencia, e se promptificaram a auxiliar-o que estava ao seu alcance.

Em 1810 estabelecêra-se na cidade do Porto uma repartição de policia, que se aboliu por aviso de 12 de julho de 1815; mas em 1818 voltou-se ali a restabelecer este ramo de serviço, confiando-se esta commissão ao desembargador da relação da sobredita cidade, José Joaquim de Almeida Araujo Correia de Lacerda, proposto como intelligente, activo e zeloso, pelo intendente geral da policia, João de Matos Vasconcellos Barbosa de Magalhães.

bre todas as cousas os negociantes endinheirados. dos poucos que ao principio mofaram da revolução de 24 de agosto de 1820; mas admoestado por algu derou os seus sarcasmos, que já vinham fóra de te não obstante não gosar de credito algum publico, ai sim mesmo a junta provisoria, tanto se esqueceu d rias passadas, que o conservou na intendencia da p

Apesar pois da vigilancia de Lacerda os trabalho nedrio foram para elle tão desconhecidos, ou estes tr foram de tão pouca monta, que elle ainda em 10 de fe de 1819 informava para a intendencia geral da po Lisboa, dizendo que a cidade do Porto se achava de tranquillidade e com excellente espirito publico, p ali causassem fortes impressões as noticias que se recebido do interior da Hespanha, impressões que s vavam mais graves pelo atrazo do pagamento em que s vavam as tropas, cousa a que elle Lacerda ligava aliás importancia. No mez de maio do citado anno de 1819 rechal Beresford tinha-se dirigido á provincia do Minb revistar as tropas que a guarneciam, indo entrar n em 31 do referido mez do maio, saindo em 5 de junh Barcellos com aquelle mesmo intento. No Porto fizer lhe os mais distinctos obsequios, durante os dias em se demorou, obsequios de que elle pareceu ficar sat não lhe chegando aos ouvidos o mais ligeiro rumor d bellas da esquadra. Ainda em julho de 1819, quando d

agosto, referindo o mesmo ministro ficarem tomadas com a maior circumspecção, de accordo com os governadores das justiças e das armas, as precauções necessarias para frustrar qualquer tentativa que possa ter logar». Na referida carta se dizia mais que na capital havia disposição para semelhantes movimentos; mas que só teriam logar depois de effectuados no Porto. Quanto a Lisboa, dizia o mesmo intendente, que não havia motivo para que n'esta cidade se adoptassem medidas que inculcassem receio, tanto mais que o contexto da supradita carta, o mal combinado dos seus pensamentos, o modo por que se dizia achada, a incerteza da sua direcção no sobrescripto, e finalmente a causa do descontentamento por falta de pagamento á tropa, unica idéa que o seu auctor n'ella desenvolvia, tudo indicava que era obra de algum militar subalterno, que lançando-a na rua ao acaso, e considerando que iria ter ás mãos de alguma das principaes auctoridades do Porto, imaginou assim incutir receios para facilitar o pagamento. Entretanto a não ser isto, nada mais havia por então n'aquella cidade, que indicasse alteração do socego publico.

É portanto um facto que os trabalhos dos membros do sinedrio a pouco ou nada tinham avultado durante os annos de 1818 e 1819, não obstante progredirem cada vez mais no paiz as causas, que tinham dado logar á sua formação, isto é, o descontentamento publico, o partido que tinha em vista a união de Portugal com a Hespanha, e o que aspirava a effectuar uma mudança de dynastia. Pela sua parte os governadores do reino, apezar dos gravissimos apuros financeiros em que se viam, e da impossibilidade de os poder remediar¹, faziam todas as diligencias ao seu alcance para obstar ao apparecimento de qualquer revolução, recorrendo para isso ao emprego de todos aquelles meios de vigilancia

¹ Junto ao officio de 2 de junho de 1820, que já superiormente foi por nós transcripto, o secretario da repartição de fazenda, João Antonio Salter de Mendonça, enviou para o Rio de Janeiro uma exposição, reforçando a pintura do miseravel estado da mesma fazenda, contida no referido officio: Veja o documento n.º 45.

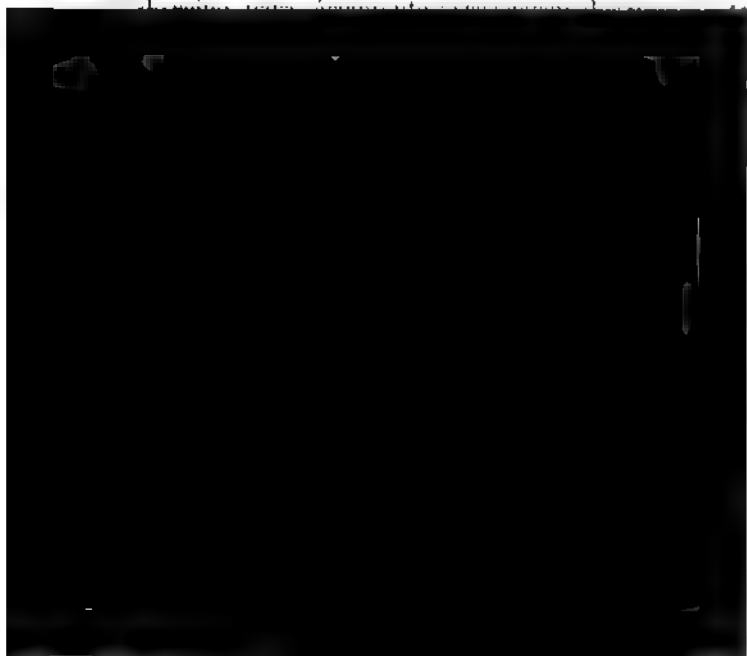
e prevenção de que podiam dispor. Os associados só n'aquelles dois annos se empregaram em dirigir por meios pacificos a opinião publica, instruindo-a de viva voz sobre a verdadeira origem dos males que affligiam a nação, e sobre quaes os remedios com que se podiam e deviam combater, demonstrando que só no seio da nação se tinham a preparar. Em meados de 1849 as tres provincias do norte do reino começavam a manifestar-se pelos principios assuals, pelos membros do sinedrio, tendo concorrido muito para o fim os jornaes portuguezes, que se imprimiam em Londrescriptos n'este mesmo sentido. Isto mesmo era confirmado pelo intendente geral da policia, participando ao governo ver por aquelle tempo¹ procura e venda por alto preço toda a ordem de livros prohibidos, incluindo os de assumptos politicos. De mão em mão passavam a correr estes diarios e os citados jornaes, podendo affirmar-se que o effeito era tal como se desejava, deixando raras vezes de fazer proveitosas conversões politicas, e portanto de produzir a catechese revolucionaria em favor das doutrinas liberaes, cujo systema se tinha em vista implantar no paiz. Se pois este o estado das provincias do norte, ainda no Porto não sabia qual o estado das idéas politicas da capital, obstando contar ella entre os seus habitantes tantos homens de talento, de patriotismo e fortuna, os quaes se supponham não estarem ociosos, nem deixar de lamentar os males

citados bachareis poderam suspeitar que na capital os individuos havia com as mesmas vistas dos do norte eino, mas sem idéas, nem meios de poderem activar e operar. A opinião geral de Lisboa, no meio das instancias em que se achava, nada promettia por si, só das provincias que podia vir o vivificante impulso de salvar a nação, livrando-a da aviltante situação que de facto se achava de colonia da sua antiga colónia e de mais a mais acurvada ao despotismo de um esgoeiro. O que portanto se podia d'isto concluir era, apesar dos patriotas de Lisboa pensarem no arrojo de fazerem uma empreza revolucionaria, destinada a estabelecer no paiz um governo constitucional, derrubando o governo existente, silenciosos n'ella meditavam, esperando que n'alguma outra parte do reino rebentasse a explosão, resolidos a tomarem cautelosos, por norma dos trabalhos, a resignada expectativa, a par da sua commum segurança.

E tudo isto se collige que até no fim de 1819 nada mais se fez em Portugal do que planos theoricos, fundados em principios philosophicos, sem idéas de uma proxima realisação practica por parte do proprio sinedrio do Porto, e cremos d'elle nada resultaria de positivo, nem a sua obra passaria de bons desejos, se um inesperado acontecimento, tal como o da revolta militar da ilha de Leão em 1 de janeiro de 1820, e o seu definitivo triumpho em toda a Hespanha, não viesse dar o salutar e vigoroso impulso ante-lethargico, que depois d'elle tomou nos seus referidos trabalhos, dando-se até em communicação com as sociedades secretas de Madrid, como já vimos. Foi o juiz de fóra de Mertola o primeiro que participou ao intendente geral da policia de Lisboa os extraordinarios acontecimentos da ilha de Leão, e a importante parte que n'elles tiveram as tropas da expedição, destinada a ir para colonias hespanholas da America meridional, noticia que o referido intendente de prompto participou aos governadores do reino em officio de 18 de janeiro. Sobresaltados como os citados go-

vernadores ficaram com taes noticias, muito mais curiosos os tornou as que em seguida foram tendo do processo da revolução de Cadiz e definitivo restabelecimento do governo liberal em Hespanha. Divulgadas no publico estas noticias deram ellas em resultado o despertar da somnolencia em que até ali se achava a opinião publica da capital, e o apparecimento de pasquins por differença nas ruas, pasquins que se deviam ter como verdadeira expressão dos sentimentos patrióticos dos habitantes de Lisboa, sentimentos que as auctoridades olharam altamente subversivos, tendo-os como obra dos adherentes ás perigosas doutrinas revolucionarias da França. Depois os governadores do reino de que a tranquillidade publica se alterasse nas provincias do norte, officiaram o conde de Amarante, general da provincia de Traz os montes para que sem apparato ou estrepito algum procurasse averiguar com a maior individuação o fundamento das noticias vagamente lhe haviam chegado ao seu conhecimento, e a algumas terras do norte do reino, a fim de que, a respeito do conhecimento certo e positivo sobre cousas de tanta gravidade, se podessem depois adoptar as medidas que adequadas parecessem, devendo elle pela sua parte aquellas que o seu reconhecido zelo pelo real serviço da classe.

E razões bastantes tinham com effeito os governadores para se occuparem de tal modo com as noticias



tante colher noticias certas das machinações occultas, que n'ellas se urdiam, com relação a este reino. Em 22 de agosto participaram os governadores do reino para o Rio de Janeiro, que o encarregado dos negocios da Hespanha em Lisboa, D. José Maria de Pando, havia dito a um seu confidente ter todas as esperanças de que nas provincias do norte, e principalmente no Porto, rebentaria em breve uma revolução, que elles hespanhoes a apoiariam pela sua parte com forças militares, que debaixo de outros pretextos fariam approximar das fronteiras de Portugal. Certos como estavam os mesmos governadores de semelhante circumstancia, mandaram para o Porto assumir o commando da sua respectiva divisão, o marechal de campo, Manuel Pamplona Carneiro Rangel, pessoa para elles de toda a confiança e credito, ao qual confiaram tudo quanto sabiam, a respeito da premeditada revolta, e das diligencias que n'aquella cidade se empregavam para a realisar, recommendando-lhe que se entendesse com o chanceller da relação, Ayres Pinto de Sousa, e o general das armas e partido do Porto, Philippe de Sousa Canavarro, para que de commun accordo se empregassem os meios que tivessem por adequados, a fim de evitar qualquer rompimento politico. Sabedores como conseguiram estar no citado dia 22 de agosto de que algumas tropas hespanholas se achavam já postadas pelo lado da Gálliza, proximas á fronteira do Minho, officiaram tambem ao commandante em chefe do exercito, o tenente general Francisco de Paula Leite, que na ausencia do marechal Beresford desempenhava interinamente este cargo, prevenindo-o de semelhante circumstancia, e ordenando-lhe tomar todas as medidas de precaução, que a prudencia lhe dictasse, para fazer mallograr qualquer surpresa, para a qual muitos motivos havia de suspeita por parte dos hespanhoes contra este reino, e muito principalmente com relação ás provincias do norte, e ás praças do Alemtejo e Algarve. As probabilidades da existencia da revolta cresceram com o andar do tempo, e por modo tal, que ainda no dia

26 de agosto¹ officiarão elles ao general Canavarro, dizendo-lhe que, tendo chegado ao conhecimento de sua magestade por differentes vias, que na cidade do Porto se procurava por parte dos hespanhoes aliciar os animos dos moradores d'aquella cidade, excitando-os a romper n'uma formal revolta, necessario era que, a verificar-se similhante circumstancia, elle general empregasse todas as medidas representativas ao seu alcance, para que se baldassem similhantes projectos, entendendo-se para este fim com os generaes das provincias vizinhas, para que estes de accordo com elle operassem para a manutenção do socego publico. Já por nada aproveitavam similhantes recommendações, pois q a revolta que buscavam suffocar tinha já rebentado no Porto no dia 24 do citado mez de agosto, como passámos a ver.

Não foi só em Portugal que a noticia do definitivo triumpho da revolução hespanhola causou grande abalo e commoção. Todos os partidistas do governo absoluto nos differentes estados da Europa se sobresaltaram com elle, procurando particularmente os gabinetes das nações do norte, obstar ao perigoso contagio, que nos seus proprios paizes podia trazer um systema politico, destinado a exaurir o que despojava e arbitrariamente até ali regia os referidos estados. Foi o gabinete de S. Petersburgo o primeiro que clara e terminantemente desapprovou a mudança politica operada em Hespanha, ou a transformação em liberal do antigo systema de governo absoluto da parte do seu respectivo monarca. d

tres nações em Madrid continuavam entretanto a mostrar uma apparente indifferença para o que se passava em Hespanha, apesar dos multiplicados ataques, e até mesmo insultos de que os gazeteiros diariamente se serviam contra os seus respectivos governos, e muito principalmente contra os da Russia, da França e da Inglaterra, sem que nenhum d'elles se resolvesse a responder a tão provocadoras publicações. O governo russo tinha dado positivas ordens ao seu encarregado de negocios em Madrid, para indagar a todo o custo, não só os intentos do novo governo hespanhol, mas **tambem** o dos proprios clubs, ou sociedades secretas, que **tão** poderosamente influíam no sobredito governo, e que **manha** parte haviam tomado no estabelecimento da nova **ordem** de cousas. Os fins da Russia eram não sómente tomar **as** medidas necessarias para obstar aos seus respectivos **progressos**, mas até mesmo á sua propagação na Europa¹. Em **quanto** ás mais potencias, nada com certeza se sabia, no que **dizia** respeito ás suas intenções de manifesta hostilidade, **posto** que todos os agentes diplomaticos se mostrassem **convencidos** de que el-rei catholico acceitára a jurada **constituição** o mais contrafeito possivel, constituição que elles **reputavam** incapaz de reger a Hespanha, livre dos embates dos **partidos** e tumultos de anarchia, destinada como a olhavam **a fazer** degenerar tudo na mais completa democracia.

Era crença geral que as revoluções de Cadiz e de Madrid **tinham** sido promovidas e organisadas pelas sociedades **secretas**, sem que todavia se deixasse de reconhecer que as **circumstancias** da Hespanha antes d'ellas rebentarem eram **taes**, que ainda mesmo os não pertencentes ás sobreditas **sociedades**, concordavam com ellas na opinião de que era **preciso** fazer-se uma mudança no governo, pois que a **administração** publica não podia marchar no meio da **desorganisação** geral em que tudo por então se achava: mas a **difficuldade** era mover e levar a nação para similhante mudança,

¹ Officio do nosso ministro em Madrid, Antonio de Saldanha da Gama, para o Rio de Janeiro em 11 de julho de 1820.

ção do governo, dêsse por esta causa logar a que a revolução rebentasse com força em todas as partes da monarchia hespanhola, onde o exemplo do que se podia deixar de excitar os conspiradores a pôr em effecto os seus intentos, dando-lhes para isso toda a probabilidade de bom exito. Tendo a felicidade das cousas se desenvolvido como premeditavam, a revolta de Cadiz, reforçada em Galliza e Madrid, deram logar a que a organização passasse a fazer-se com a maior publicidade, sendo nomeados por homens que aspiravam a ganhar uma grande influencia sobre o novo governo, como tinham já conseguido em França em 1788 e 1789. Foi debaixo d'esta influencia que se procedeu á nomeação dos chefes politicos das provincias tanto deviam influir na nomeação dos membros das côrtes, e em exaltar a opinião no sentido liberal, então a preponderancia d'este partido manifestou-se como nos jornaes, que começaram a publicar-se, e a liberdade do partido opposto, para o qual se tentou arriscado emittir em publico opinião decidida no sentido da lista.

De semelhante estado de cousas o resultado foi que alguns liberaes exaltados passaram-se para tomar o partido dos reaccionarios todos aquelles que estavam unidos a elles, se não tinham opposto ao movimento da revolta. Tal foi o modo por que em França se formou o partido da contra-revolução, que nos

naria, para cujo fim tinha para lá sido enviado o general Echavarria, antigo ministro da policia, revolução que depois se faria rebentar em Madrid, dando em resultado forçar el-rei a dissolver a junta do governo, nomeando uma nova, em que devia entrar o duque do Infantado, e outros mais individuos da passada administração, e confiar-se tambem a par d'isto o commando das tropas ao general Saint Marcq, que fôra o capitão general da Galliza, quando lá teve logar o processo do infeliz Porlier. Tendo falhado em Burgos a primordial tentativa, ou pela muita vigilancia do partido dominante, ou pela inhabilidade dos executores, os reaccionarios de Madrid não perderam a idéa de n'ella realisarem os seus intentos, procurando embaraçar o juramento constitucional de el-rei nos já citados dias 6, 7 e 8 de julho, mediante o emprego de uma grande somma de dinheiro, parte do qual devia ser fornecido pelo proprio D. Fernando VII. Alem do governo ter sido informado d'este plano, e haver tomado as medidas de precaução que julgou convenientes, appareceu em acção no sentido contrario na noite de 8 o partido ultra-liberal, que se dizia capitaneado por Velasco, governador militar de Madrid, por Quiroga e o proprio conde de l'Abisbal, partido que, commettendo alguns disturbios, conteve ainda assim a explosão realista, apesar das prisões que se fizeram em alguns dos mesmos ultra-liberaes. Por este modo começou pois em Hespanha, quasi desde o apparecimento da revolução liberal d'aquelle paiz, a bem caracterisada divisão dos dois oppostos partidos, liberal e realista, divisão que os clubs, ou associações secretas de um e outro partido, tinham de parte a parte estabelecido, empregando para este fim os meios de que dispunham. Em Sevilha tambem appareceram vozes e papeis, inculcando uma mudança de governo, circumstancia que dera logar a que o respectivo capitão general publicasse uma energica proclamação, conservando as tropas em armas por quarenta e oito horas. Apesar de todos estes esforços do partido reaccionario, e do seu grande empenho em obstar ao juramento de el-rei á constituição, D. Fernando VII saiu do seu paço com a maior pompa pos-

tasse de realizar a empresa que sobre si tomára noticias da Hespanha tendiam a engraudecer ma que tinha em vista a união de Portugal com aque bem como o que meditava fazer subir ao throno casa portugueza, parenta mui proxima da casa

¹ Que havia effectivamente um partido de mudança d favor da casa de Cadaval foi cousa por aquelle tempo sal imprensa se publicou alguma cousa sobre este assumpto. no mez de maio de 1820 publicou-se em Paris um pequ 16 paginas de impressão, no formato de 8.º pequeno, co *Pièces politiques*, sendo tirado na imprensa de madame J Cromière, rue Hautefeuille n.º 20. A primeira parte d'esteprehendendo dez paginas, é relativa a cousas de França e francez; mas a segunda parte, que comprehende desde p 16, é occupada por uma carta com data de Lisboa aos 1820. Quanto a esta parte, suppunha-se inexacto o ser a tão ida de Lisboa para Paris, pois era geralmente crenç d'ella o commendador Francisco Sodré Pereira, residente dita cidade de Paris. O fim da citada carta era o de repr gal na mesma situação em que se tinha achado em 164 jeito ao jugo de Filippe III, e que se então se tramou um para a expulsão d'este soberano, e a elevação ao throno d gança, pela mesma rasão, havendo-se esta casa reinante com Portugal na mesma situação da casa reinante da H era que se tramasse tambem, como de facto se tramava, ção que a derribasse do throno portuguez, elevando a ell Cadaval, que por aquelle tempo se tinha ligado com a de esta descendente por bastardia de D. Pedro II, e portanto do de D. João V. Para provar a existencia da conspiraç

Dem é certo que ellas vieram tirar o sinedrio da grande e manifesta apathia em que até então se achava, e do debil enthusiasmo, que lhe quebrantava as aspirações patrioticas da sua instituição, levando-o portanto a realisal-as, sem quebra dos direitos da real casa de Bragança, os quaes tinha como de necessidade manter, para evitar as calamidades de uma desastrada luta civil, que não podia deixar de trazer consigo o apparecimento em campo dos ditos dois partidos. Neste estado de divisão partidaria se achavam as cousas em Portugal no primeiro trimestre de 1820, quando no mez de março, proximo a rebentar a revolução de Madrid, o marechal Beresford, provavelmente receiando-se dos aconteci-

o director do plano (referia-se a D. Miguel Pereira Forjaz). «O desejo que manifesta o marquez de Marialva, dizia a referida carta (veja o documento n.º 46), de permanecer em França, o apoio que procura ter em certo partido, o fausto que ostenta em Paris, a formal recusa que apresentaria de tornar para o Brazil, quando tal cousa d'elle exigissem, e o desvio que mostra em se communicar com certos dos seus compatriotas, são meios directos muito proprios para augmentar a sua influencia, que sem duvida elle fará valer, logo que julgue chegado o tempo». O fim d'esta carta era evidentemente indispor o marquez de Marialva na opinião publica, e calumnial-o seguramente por indisposições, que o auctor d'ella tinha com elle.

Offendido pois o marquez com similhante publicação, ordenou por officio de 20 de junho (veja o documento n.º 47), do mesmo anno de 1820 ao consul geral portuguez n'aquella mesma capital, Bernardo Daupias, que procedesse a uma inquirição sobre quem fosse o auctor da referida carta, guardando em tal caso todas as formalidades, prescriptas pelas ordenações do reino, livro 1.º, tit. 86, devendo por fim remetter para a secretaria da embaixada o respectivo instrumento, sellado e serrado na fórmula costumada, deixando translado d'elle no consulado geral. Não contente ainda com isto, Marialva chegou mesmo a reclamar ao barão de Pasquier a entrega de Francisco Sodré Pereira, por ter sido o auctor do folheto *Pièces politiques*, e da carta que n'elle se inseriu, porque se constituiu réu do crime de lesa-magestade, especificado no § 5.º do titulo 6.º do livro 5.º da ordenação do reino; mas o barão de Pasquier, na conferencia que teve com Marialva sobre este assumpto, declarou que o governo francez não podia convir na extradição do accusado, antes de se lhe ter formado e reconhecido a culpa, no que o mesmo marquez conveiu, tendo por esta causa de accusar formalmente o referido Sodré perante o procurador geral junto á côrte de Paris,

minantes as causas, que para o seu apparecimento lhe approvaram a resolução, como o secretario da guerra, D. Miguel Pereira Forjaz, lhe escreveu em nome d'elles, por officios de 11 e 18 do referido primeiro dos referidos officios lhe dizia elle: «Quando o governo, em consequencia das reaes or-

tando pela offensa commettida para com el-rei de Portugal, como pelas calumnias e ultrages, que lhe diziam re-embaixador, a fim do dito procurador mandar propor e se respectivas acções. A Marialva tinha sido communicado, por Jacinto de Araujo Carneiro, que Francisco Sodré Pereira nhecimento da carta em questão, datada de Lisboa aos 24 de 1820, muito antes de a fazer imprimir e publicar, de que dir-lhe o mesmo marquez um testemunho d'isto por escr-resposta a similhante pedido foi summamente desabrida-cumento n.º 48), e por tal modo o foi, que Marialva se consideravelmente offendido do referido Carneiro.

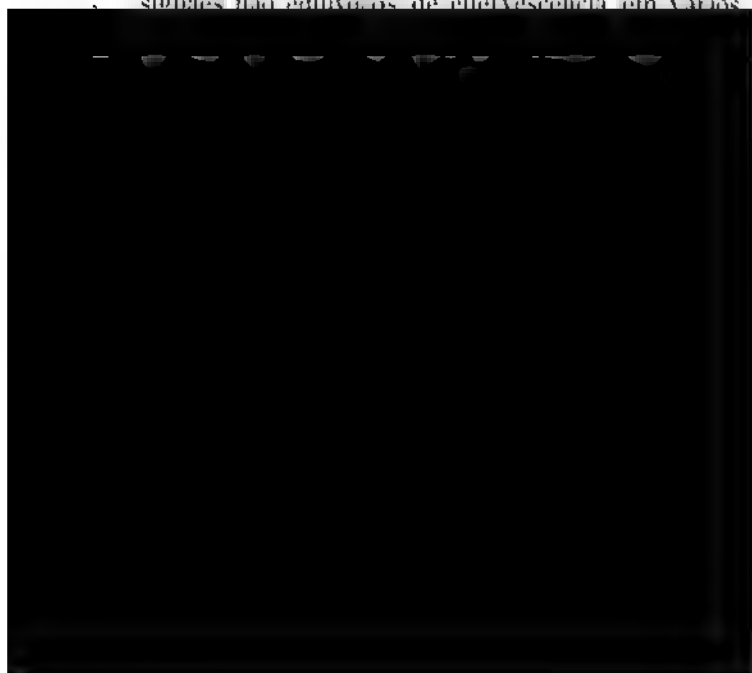
A inquirição foi effectivamente tirada em Paris, pelo Dr. Daupias, que no dia 2 de agosto de 1820 ouviu o depoimento de testemunhas. Em officio de 3 de agosto foi o processo dirigido para Lisboa a D. Miguel Pereira Forjaz, que o metter ao intendente geral da policia, João de Matos de V Barbosa de Magalhães, por aviso de 14 de setembro, para pr-trar o auctor da carta acima referida, por ser tendente a pr-volta dos portuguezes contra o seu legitimo soberano. Para inquirição, que o marquez de Marialva mandára tirar por l-zia elle a D. Miguel Pereira Forjaz em officio de 5 de ag-consules tinham funcções reguladas, não só pelo direito co-tambem por tratados e convenções, que as nações civilisa-

lhes foram expedidas por aviso do sr. marquez de Aguiar de 2 de julho de 1816, obstar ás determinações que s. ex.^a lhe participava ter tomado a tal respeito, não podia comtudo deixar de expressar a s. ex.^a, como era do seu dever e responsabilidade, que no estado actual da Hespanha, e nas criticas circumstancias em que por isso se achava o reino, considerava o governo indispensavel por então a conservação da pessoa de s. ex.^a no mesmo reino, e á testa do exercito que havia organizado e disciplinado, tendo por isso um perfeito conhecimento dos individuos de que elle se compunha, para os poder empregar conforme as circumstancias o exigissem». Todavia o marechal persistiu firme em fazer uma nova viagem ao Brazil, como participou ao citado D. Miguel Pe-

a conducta dos seus compatriotas; 4.º, as de notarios, por lhes competir redigir e lavrar todos os actos, que diziam respeito aos individuos da sua nação; e finalmente, 5.º, as de juizes com jurisdicção civil e criminal, por gosarem da faculdade de instituirem juizos arbitros, e de julgarem as questões, que se moviam entre os seus compatriotas. Sendo pois indubitavel, dizia elle mais, que os consules têm uma certa porção de jurisdicção criminal, e sendo igualmente expresso em direito, que as devassas especiaes pertencem aos magistrados do territorio onde o crime foi perpetrado, é indubitavel que a devassa a que procedeu o consul geral de Portugal em Paris é da sua competencia, uma vez que n'aquella capital foi commettido o crime de que n'ella se trata. Entretanto nenhum effeito resultou do citado aviso de 14 de setembro de 1820, expedido ao intendente geral de policia por D. Miguel Pereira Forjaz, em consequencia de ter rebentado em Lisboa, no seguinte dia 15, o grito da insurreição em favor da revolta liberal do Porto; mas em França este negocio teve uma solução mais séria, pois que no dia 13 de abril de 1821 Francisco Sodré Pereira foi condemnado pelo tribunal das *Assises* de Paris a dois annos de prisão, e a uma multa de 4:000 francos pelo crime de offensa para com o rei de Portugal, e de calumniador para com o marquez de Marialva, provando-se portanto ter elle sido o auctor do folheto incendiario, que tinha por titulo *Pièces politiques*. Esta causa tinha sido proposta e promovida pelo ministerio publico, em consequencia das queixas do referido marquez. Todavia Sodré tinha-se escapado de França para Inglaterra, por auxilio do ministro britannico, de quem obtivera passaporte, indo como creado de um inglez. Em Londres parece que fôra depois preso por dividas. O que de tudo isto se vê é que effectivamente em Portugal havia um partido, que tinha por fim exautorar a dynastia reinante, substituindo-a pela de Cadaval.

reira Forjaz no segundo dos referidos officios, e assim executou, largando do Tejo na segunda quinzena do mez de março, a bordo da fragata ingleza *Spartiate*, mais particularmente em vista trazer consigo algum nheiro, para occorrer ao consideravel atrazo dos pagtos do exercito, por haver corpos onde os pretz tinham mez de atrazo, sendo tambem da sua mente conseguir el-rei novos e mais amplos poderes, que o habilitas providenciar como entendesse por bem, na marcha dos proximos acontecimentos politicos, em consequer conflagração geral em que a vizinha Hespanha por elle achava, e d'onde tão facilmente podiam passar a Portugal. Foi no dia 9 de maio que chegou ao Rio de Janeiro foi lançar aquella côrte nos justos receios da sua imm desgrça, arrancando-a da doce illusão em que esta cega e passiva obediencia dos portuguezes ao seu de governo.

Foi esta circumstancia seguramente mais uma outra derosa causa de animação para o sinedrio do Porto, que muito concorreu, para com mais desafogo e afouto der metter mãos á obra, que officiosamente tomára cargo, contando para isto com o efficaz e prestante do exercito, o qual, a não ser semelhante circumstancia ficltosamente se resolveria a prestar-lh'o. Foi desde por diante que com effeito se começaram a observar signaes não communs de efflorescencia em varios



absolutamente da vontade do coronel de artilheria, e comandante da que se achava no Porto, Sebastião Drago Vaz de Brito Cabreira, tinha em vista um plano de revolta, referente do dos membros do sinedrio. Para portanto não ver divergencia, julgou-se indispensavel palavrar Silveira, comissão de que se encarregou o desembargador João da Cunha Souto Maior, que com elle tinha relações de amizade parentesco, e entendendo-se com elle, pôde leval-o a prometter-lhe a cooperação dos seus parentes e amigos, e o eficaz auxilio do coronel Cabreira. Os outros membros do sinedrio tambem por aquelle tempo não estavam ociosos; José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e Francisco Gomes da Silva ganharam e puderam trazer para a revolução que projectavam o tenente coronel do regimento de infantaria n.º 6, aquartelado no Porto, Domingos Antonio Gil Figueiredo Sarmento; o tenente coronel do batalhão de caçadores n.º 11, aquartelado na villa da Feira, Francisco Antonio Pamplona; o tenente coronel do batalhão de caçadores n.º 6, aquartelado em Penafiel, Manuel Vaz Pinto Guerra; e contavam alem d'isso com o corpo da policia do Porto, commandado pelo tenente coronel José Pereira da Silva Leite Berredo, e com as milicias da Maia e da Feira, promettidas pelo major José Pedro Cardoso da Silva, e ajudante Tiago Joaquim Barreto Feyer.

Alem da importante aquisição do brigadeiro Antonio da Silva, e de concurso com a d'elle a do coronel Cabreira, para não menos importante se precisava igualmente fazer, como a do coronel Antonio Lobo Teixeira de Barros, commandante do regimento de infantaria n.º 9, e interino da brigada de 9 e 21 de infantaria, com caçadores n.º 12; e ha elle igualmente debaixo das suas ordens o regimento de infantaria n.º 15, aquartelado em Braga. Sem o auxilio desta força difficil cousa era conseguir-se o triumpho da projectada revolução. Tendo ella já por si o apoio das tropas do partido do Porto e o das de Traz os Montes, era indispensavel garantir-lhe tambem o das do Minho, que eram as mais numerosas e as mais fortes, pois de outro modo era arris-

cado aventurar-se o lance. Para solicitar portanto a aquisição do coronel Barros, commissionou-se o provedor, que acabava de ser da comarca de Vianna, José Maria Xavier de Araujo, tido como seu intimo e particular amigo, comissário, que elle de bom grado aceitou, esperançado de a levar bom termo. Com a aquisição d'esta força a revolução tida por si segura a praça forte de Valença, a facil communicação com a Galliza, e portanto a certeza do seu pleno triumpho. Dada como Xavier de Araujo deu a segurança de Barros resolveu-se que o dia 29 de junho seria o do rompimento da revolução projectada. Mas quanto temerario e arriscado não é pois em cousas de tanta gravidade, como esta era, dar como certo o que por si ainda está longe da tão preciosa certeza? Tão imprudente procedimento esteve bem próximo a lançar no abysmo da desgraça as lisonjeiras concepções que durante dois a tres annos continuos se tinham concebido na mente dos membros do sinedrio, como se vae ver.

Barros, segundo nos refere Araujo nas suas *Memoirs*, já em janeiro de 1820 lhe havia dito no Porto: «Meu amigo sou por aqui muito festejado; por toda a parte vejo caras alegres e rissonhas! Se se trata de alguma cousa séria, conta comigo como contigo mesmo». Foi sobre este dito de Araujo promettêra temerariamente a cooperação de Barros concordando em que a revolução rompesse no dia 29 de junho. A 22 escreveu para Braga, marcando-lhe n'ella loga-

Om amizade, tu corres á tua perdição com os teus amigos! A revolução não se faz em Portugal; a da Hespanha vae a ser suffocada, e eu mesmo tenho ordem do governo portuez, para me pôr em communicação com o coronel Pereira, da Galliza (D. Manuel Ignacio Pereira, famoso absolutista), começar a contra-revolução n'aquelle paiz. É pois premar a tu ida a Braga, e pôde comprometter-me! Estamos cercados de espiões, e talvez que a esta hora se saiba já no quartel general de Vianna da nossa conferencia; portanto para desvanecer todas as suspeitas eu exijo de ti que saias já da cidade. Com effeito, não obstante tudo que pude dizer-lhe, foi forçoso sair de Braga, e partir para as Caldas das Ripas, onde se achava Fernandes Thomás. Fui a sua casa participar-lhe o acontecido. Achei-o em um aposento escuro cuidadosamente fechado. Meu amigo, me disse elle, vem; achar no segredo! A nossa revolução mallogrou-se no norte! Os chefes militares tomaram-se de rasões uns com outros, e é provavel que a estas horas estejamos descobertos e denunciados! Eu tenho horror aos segredos das sociedades, por isso e para me acostumar ao que é provavel que aconteça, já me fecho todos os dias tres ou quatro horas neste aposento escuro, para não estranhar depois. Que ha passado em Braga? Conte-lhe a minha conferencia com o coronel Barros, e no fim me disse Fernandes Thomás: vá em demora cuidar da sua segurança, e veja se escapa á morte que nos ameaça a todos! Parti já de noite para minha casa, e confesso que os dias mais amargos da minha vida foram os que se passaram até ao fim de junho d'esse anno! Muitas vezes me decidi salvar-me na Galliza, porém a lembrança do terrivel coronel Pereira me dissuadia d'isso.

«No fim de junho um expresso de Ferreira Borges me restituiu a tranquillidade; mandava-me elle as folhas inglezas d'esse mez, e dentro de uma d'ellas um pequeno bilhete muito substancial com as seguintes palavras: «Meu amigo, vivemos quasi perdidos; porém hoje a nau voga em um mar bonançoso e tranquillo. Que é pois o que tinha causado a nossa desgraça? Uma circumstancia bem ligei-

allegação da sua qualidade de religioso da dita ordem ; mas offereceu-se para cooperar para a revolução no que podesse, e assim o fez com grande vantagem para ella, porque informado do que Xavier de Araujo passára com o coronel Barros, comprometteu-se a fallar-lhe de novo, como praticou, conseguindo leval-o a acceder á revolução. Estava pois tudo preparado para ella, quando Fernandes Thomás voltou de Lisboa ao Porto nos primeiros dias de agosto, depois de se haver retirado da capital precipitadamente, por desconfiar que o vigiavam de perto, chegando até a ser procurado pela policia, que fez todas as diligencias para descobrir as pessoas com quem tratára, durante a sua residencia na mesma capital. Para enganar e escapar aos seus perseguidores, fez espalhar que dava um jantar no Izidro ¹ no dia em que tencionava sair de Lisboa, e enquanto os agentes da policia ali o esperavam, estava elle já em apressada marcha para Coimbra, d'onde escreveu para o Porto aos seus associados, participando-lhes os seus muitos receios de poder ser preso, e que se assim succedesse, apressassem a revolução e o fossem libertar.

Para se levar a effeito com a rapidez que o caso pedia pouco ou nada havia preparado; mas aventurou-se a sorte, tendo de se apressar a conclusão dos trabalhos entre mãos, sem que nunca d'elles tivesse a mais pequena noticia, desde janeiro de 1819, o desembargador José Joaquim de Almeida e Araujo Correia de Lacerda, encarregado da policia do Porto, pois que em todas as suas participações para a intendencia, que aliás eram frequentissimas, sendo a ultima de 22 de agosto, affirmava sempre que a tranquillidade se mantinha inalteravel n'aquella cidade, e o espirito publico não dava symptomas de perturbação. De intelligencia com os membros do sinedrio achavam-se, alem do brigadeiro Antonio Pinto da Fonseca, o coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmiento, José Pereira da Silva Leite de Berredo e José de

¹ Afamada casa de pasto que então havia em Lisboa.

Sousa Pimentel, além de varios officiaes de milicias e grande numero de pessoas respeitaveis e distinctas, com muitas auctoridades civis e militares das provincias. Tratava-se de assignalar o dia para a revolta, quando no dia 16 de agosto chegava á cidade do Porto o coronel Bernardo Correia de Castro e Sepulveda com o regimento n.º 18 de infantaria do seu commando. Convidado a entrar no sinedraço, aceitou, agrupando-se a elle no dia 18 debaixo do n.º 13, que foi o ultimo d'este notavel corpo, e um dos mais dedicados e efficientes membros d'elle até 1823, em que se bandeu miseravelmente com o partido absolutista, que o desprezou. No dia 21 houve uma conferencia dos associados em casa de Fernandes Thomás, destinada á approvação do manifesto, que se tinha de dirigir á nação, e sendo para tal fim lido pelo mesmo Fernandes Thomás, que d'elle fôra o auctor. Antonio da Silveira lhe reprovou o contexto, dizendo que só assignaria o que trazia na algibeira com as seguintes bases: formar-se um conselho militar dos coroneis dos corpos da guarnição do Porto, devendo esse conselho convocar a camara municipal, e esta, ouvido o povo e consultando-o, lhe propor a os nomes d'aquelles, que deviam formar uma junta de governo, a qual se chamaria *junta de braganções*, e seria a sua unica tarefa a de fazer uma representação ao rei, para que remediasse os males da patria e voltasse a Portugal. Silveira acrescentou-lhes: eis-aqui o que eu só assignarei

do sinedrio no dia 23 em casa de Ferreira Borges, para se escreverem as proclamações e cartas, que se deviam dirigir à camara e às auctoridades.

Raiando finalmente o memoravel dia 24, o coronel Cabreira reuniu a artilheria no Campo de Santo Ovidio, a que se seguiu mandar dizer uma missa pelo capellão do seu regimento, tendo-se para este fim levantado um altar no referido campo. A esta missa assistiu elle Cabreira com os seus officiaes e soldados, os quaes deram depois uma salva de vinte e um tiros, por meio da qual se annunciou aos habitantes da cidade do Porto o começo de uma empreza revolucionaria, em que os seus promotores já desde alguns annos trabalhavam. Á mesma hora do referido dia o coronel Sepulveda e o tenente coronel Gil fizeram tomar armas aos seus respectivos regimentos, o 18 e o 6 de infantaria, e á frente d'elles se dispunham a ir-se juntar ao coronel Cabreira, quando os soldados do 6 se recusaram a sair do quartel, não levando comsigo o seu coronel, Maxwel Grant, que d'elles era particularmente bemquisto. Felizmente o tenente coronel Gil evitou uma grande catastrophe, conseguindo sair com o regimento, depois de muitas rogativas, que para isto fez aos seus soldados. Reunida pois toda a força no citado campo de Santo Ovidio, formou-se um conselho militar, composto dos commandantes dos corpos, aos quaes se leram duas proclamações, assignadas pelos membros do referido conselho¹. Feito isto, a tropa marchou para a Praça Nova (hoje Praça de D. Pedro), levando os corpos á sua frente os seus respectivos chefes, os quaes, entrando na casa da camara, mandaram chamar para ella todos os individuos, que deviam compor a *junta provisoria do governo supremo do reino*, sendo esta a denominação que se deu ao corpo que devia dirigir a revolução. Ali compareceram portanto o bispo, o governador das armas, que era o velho tenente general Filippe de Sousa Canavarro, o senado da camara, o juiz do povo, a casa dos vinte e quatro, os juizes da

¹ Veja o documento n.º 49.

vara branca, as pessoas da governança e os principaes cidadãos do Porto. Reunida pelo respectivo juiz de fôra do city a vereação da cidade, e presentes como tambem estavam membros do conselho militar, ponderaram-se as razões que elle teve para dar o passo que deu, concluindo pela necessidade de se nomear uma junta provisoria, depositaria do premo governo do reino, a qual governaria em nome do rei, manteria a religião catholica, e faria convocar as cortes representativas da nação, as quaes formulariam uma constituição adequada aos bons usos, e ás leis que convinham á actualidade das cousas⁴. Para compor a referida junta o clero do Porto um membro, a nobreza dois, a magistratura um, a universidade de Coimbra um, a provincia do Minho dois, a provincia da Beira dois, a de Traz os Montes e o corpo do commercio um, havendo alem d'isto tres substitutos com voto. O pessoal da referida junta compoz-se de tanto dos seguintes individuos:

. Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, presidente.

Luiz Pedro de Andrade Brederode, deão, vogal pelo clero.

Pedro Leite Ferreira de Mello, vogal pela nobreza.

Francisco de Sousa Cirme de Madureira, vogal pela magistratura.

Frei Francisco de S. Luiz, doutor em theologia, vogal pela universidade.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

João da Cunha Souto Maior, vogal pela provincia do Minho.

José Maria Xavier de Arago, vogal pela provincia da Beira.

isco José de Barros Lima, vogal pelo commercio.

Ferreira Borges, secretario com voto.

da Silva Carvalho, secretario com voto.

isco Gomes da Silva, secretario com voto.

gria do Porto foi extrema, motivada pelos successos, os relatado, do notavel dia 24 de agosto de 1820, no começaram logo com os trabalhos governativos, que expedir circulares ás auctoridades civis e militares incias, para prestarem obediencia ao novo governo, á regencia de Lisboa uma carta explicita sobre o evolução, dirigir aos portuguezes com o mesmo in-na extensa proclamação¹, e finalmente decretar a de um thesouro publico. Como medida de grande politico a junta fez igualmente expedir pela secretaria ao coronel Cabreira um officio na data de 26 to², ordenando-lhe que participasse a todos os off- glezes, que a cada um d'elles se lhes conservariam honras, privilegios e distincções, pertencentes aos spectivos postos, assim como se lhes pagariam os até ao ajuntamento das côrtes, ordenando-lhe igual- que lhes desse a entender, que aquelles que desejas- ir no paiz se lhes dariam os meios necessarios, para lle podessem viver com commodidade e decencia. offerecimento parece-nos que só o general Stubbs onel Pigot se aproveitaram, retirando-se todos os ra o seu paiz, em rasão de quasi todos elles terem s no exercito britannico. O certo é que no meio de aordinarios successos nenhum d'elles poz resisten- que se lhes participou, nem a auctoridade da junta ou obstaculo algum serio em ser promptamente obe- nas provincias do norte do reino. A brigada de in- 9 e 11 com caçadores n.º 12, aquartelada em Gui- onde era commandada pelo coronel Antonio Lobo de Barros, e a de 3 e 15 de infantaria, aquartelada

documento n.º 50.

imento n.º 50-A.

em Braga, sendo ali commandada pelo brigadeiro Joaquim Telles Jordão, tendo toda a divisão por commandante o brigadeiro Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, abraçaram igualmente a causa do Porto. Braga declarara-se por ella no dia 28 de agosto, Ponte de Lima no dia 26 e Vianna no dia 27, proclamando-se em todas estas terras a constituição, que ainda por então se não sabia qual fosse. Com todas estas circumstancias deu-se tambem a fortuna do general Wilson, governador das armas do Minho, entregar sem opposição ao coronel Barros o governo que exercia.

Causava receio ao governo do Porto o conde de Amarante, general das armas da provincia de Traz os Montes. Para to chamar ao partido da junta mandou-se-lhe um commissario, que foi o arcediago da sé do Porto, Luiz Teixeira Homem de Brederode, indo munido de cartas de Antonio da Silveira, irmão do mesmo conde; mas este, não as attendendo, nem se prestando a obedecer á junta, tomou o expediente de se dirigir de Villa Pouca para Chaves, no intento de reunir ali as tropas da provincia, e de n'esta praça proclamar no dia 26 de agosto aos povos contra o governo do Porto¹. Tudo isto porém foi inutil, porque Brederode, mesmo da prisão, para onde o mandára o conde de Amarante, poz-se em communicação com o visconde de Ervedosa, major do regimento n.º 24, e por modo tal, que com o auxilio d'elle conseguiu abraçar-se ali a revolução. O marechal de campo, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, tambem por ella se declarou n'aquella mesma provincia com a fortuna de todas as tropas d'ella o seguirem, abandonando o partido do citado conde de Amarante, o qual marchou de Chaves para Ponte de Lima, onde o desgosto e a paixão, que de um tal successo lhe resultou, lhe fizeram perder a vida, segundo por então correu. O general Antonio Marcellino da Victoria governador militar da Beira Alta, tambem contra a revolução do Porto se pronunciou decidido, publicando igualment

¹ Documento n.º 51.

proclamação na data de 29 do referido mez ¹, mas nem
foi mais feliz n'esta sua empreza do que o conde de
te. No dia 28 de agosto a junta governativa do Porto
uma proclamação aos habitantes da capital, convidan-
abraçar a causa, que se tinha proclamado n'aquella
seguindo o exemplo que lhe haviam dado *os descen-*
lo immortal Pelagio, nossos venturosos vizinhos, lhes
la, havendo entre elles e os portuguezes a mesma
, a mesma lingua, os mesmos sentimentos de no-
de heroismo, as mesmas desgraças finalmente, e
nesmo que outras mais pungentes... «Não temos
quem nos faça males, lhes acrescentava a junta. De
e mil leguas de distancia nos apparecem decretos,
em nome do soberano. Mas este soberano é bom, é
quer a nossa felicidade; e elles só nos trazem a des-
a miseria. Esses decretos portanto não são obra
Assim vêdes bem que existe a monarchia, emquanto
o parece vago. Os horrores da anarchia acabariam
convencer d'esta desgraçada verdade, se o brioso
das provincias não se deliberasse a sustentar os
direitos, estabelecendo esta junta para governar a
até á reunião das côrtes²».

ata de 3 do seguinte mez de setembro tomou ella
nte a resolução de dirigir uma carta aos governado-
eino, fazendo-lhes ver as causas que tinham dado lo-
a installação, dizendo-lhes: «Ninguem melhor do que
sabe o triste estado de miseria e oppressão em que
ra a nossa infeliz patria, e quanto seus passos eram
para uma total subversão. Nós nos poupâmos ao
de recordar individualmente males tão universaes,
rios, e tão pungentes a corações portuguezes. V. ex.^{as}
gualmente que para cumulo das nossas desgraças
n formado, e iam engrossando em Portugal, n'essa
idade, na patria da honra e da lealdade, tres diver-

documento n.º 52.

mento n.º 53.

portugueza (a de Cadaval), cuja lealdade cossaria a tão intempestiva honra⁴.

Um rumor publico correu por aquelle tempo a revolução do Porto começara antes do pe-
lla estava destinado, o qual era o dia 15 de
rasão dos conspiradores se terem descoberto
Amarante, esperando ganhar-o ao seu part
conseguiram, de que resultou dar elle parte
successo aos governadores do reino, que e-
podiam deixar de providenciar contra elles
mandando logo o marechal de campo Manuel
neiro Rangel para o Porto, a fim de tomar o
tropas e prender os conjurados. Mas ante
Amarante, ou antes na propria manhã de 2
nha o encarregado da policia do Porto, o
Lacerda, participado ao intendente geral da
lução, feita n'aquella cidade e n'aquelle mesm
do-lhe o respectivo officio por mão particula
no dia 28 chegou ao seu destino, sendo logo
governadores do reino o seu conteúdo. Já
dia 28 tinha saído de Lisboa para o Porto
campo Manuel Pamplona Carneiro Rangel,
a fim de ir tomar o commando da respectiva
em que se incluia a guarnição da mesma ci
mas chegando a Aveiro, onde teve as prime
respectiva revolta não nasceu ávante a sel

e officiou então para Lisboa no citado dia 28, dando in-
 as de que as tres provincias do norte do reino, incluindo
 propria Beira Alta, tinham abraçado a causa da revolta;
 comunicação a receberam os governadores do reino
 dia 30 do citado mez de agosto. O mesmo Pamplona, sa-
 do na dita cidade de Coimbra que o coronel Sepulveda
 chava do Porto contra elle, e que o coronel do regi-
 do de infantaria n.º 22, Manuel Pinto da Silveira, tam-
 de Leiria lhe ia no alcance, deixou n'aquella cidade o
 do batalhão de caçadores n.º 10, para marchar direito a
 oa, como praticou. Logo depois da sua saída chegou o
 pel Sepulveda a Coimbra, onde organisou o dito bata-
 de caçadores com outras mais tropas do seu comman-
 sendo então que esta cidade abertamente se declarou
 junta do Porto. Este coronel, apesar de ser o ultimo
 bro do sinedrio, foi todavia o que mais distincto se tor-
 em favor da sua causa. Na sua saída do Porto para
 oa foi elle o que na frente da junta partiu resolutu para
 ga, Coimbra e Vizeu. Em todos os pontos intermedios,
 muitas vezes só, foi tambem elle o que fez desenvolver
 povos o enthusiasmo pela causa da revolta. Foi ainda
 o que, passando depois á Extremadura, marchou sem-
 nos postos avançados, quem interceptou todos os cor-
 e e comunicações, podendo dizer-se que a não ser elle
 ta provisoria acharia muitas mais difficuldades do que
 na sua marcha para a capital.

pois, como acina dissemos, no citado dia 28 de agosto,
 os governadores do reino receberam em Lisboa as pri-
 ras noticias do levantamento do Porto e o das tropas que
 revoltosos tiveram logo por si. Em seguida a isto a per-
 tidade e a consternação d'elles subiu ao maior auge, pelo
 io que desde logo tiveram das funestas consequencias.
 semelhante levantamento não podia deixar de ter para
 no seu progressivo andamento. Deliberaram-se pois a
 mir extraordinariamente pessoas conspicuas no mesmo
 28, para lhes lerem as noticias recebidas, e meditarem
 providencias, que mais opportunamente lhes convinha

portuguezes, com data do seguinte dia 29, diziam: «Portuguezes! O horrendo crime de tra o poder e auctoridade legitima do nosso soberano, el-rei nosso senhor, acaba de ser commettido na cidade do Porto. Alguns poucos individuos, machucados, allucinando os chefes dos corpos da tropa, e graçadamente influil-os para que, cobrindo-se o nome do rei, quebrassem no dia 24 do corrente o juramento de fidelidade ao rei e ás suas bandeiras, e se atrevessem a exercer a sua propria auctoridade n'aquella cidade um governo se declarou, e tomaram o titulo de *governo supremo do reino*. Bem sabemos que os *perversos*, que maquinaram esta conspiração, tinham por objecto extraviar corações portuguezes, occultando a verdade sob o boxo de apparencias de um juramento illusorio e de uma fidelidade ao seu soberano, o primeiro e tremendo passo para a delinquencia, e elles fizeram dar para o abysmo das revoluções, e as apparencias podem ser a subversão da monarchia, e a ruina de uma nação, sempre zelosa da sua independencia e da sua soberania de um jugo estrangeiro». Como illegaes e contra a constituição dita proclamação as côrtes, que não fossem chamadas a dar o seu voto ao soberano, e estranhava-se que a junta annunciasse alterações e alterações no governo, devendo quando se tratasse de alterar-se a pedil-as ao soberano, d'onde só podem vir as alterações legitimas e com o caracter de permanencia⁴. Na proclamação, promettiam mais os governadores do

as providencias que promptamente seriam publicadas, e que nunca se soube quaes fossem.

A linguagem de similhante proclamação era a da mais decidida irreconciliação entre a junta do Porto e o governo de Lisboa, como effectivamente aconteceu, caracter que este mesmo governo continuou por mais algum tempo a mostrar, levado pela crença da opposição feita á revolta pelos generaes da Beira e Traz os Montes, a que seguiu caírem depois a similhança de quererem ter transações com uma junta, que iam como composta de *perversos*. Não desdizia da precedente uma outra proclamação, dirigida pelos mesmos governadores do reino ás tropas, que seguiram a causa da junta, tentando terem-se deixado manchar com o crime de rebelião, promettendo perdoar aos soldados, quando abandonassem o partido que tinham abraçado. Igual perdão prometiam tambem aos officiaes dos corpos extraviados, que fizessem o mesmo, chegando até a affiançar-lhes, que seriam contemidos como merecessem, quando trouxessem comsigo a obediencia do legitimo governo os corpos em que militavam¹. Certo é que estas proclamações, mandadas affixar n'algumas praças e ruas da capital, alem de não produzirem effeito algum, appareceram n'umas partes arrancadas e rasgadas na manhã do dia 30, e n'outras cobertas de immundicie, havendo poucas que se vissem intactas. Alem d'este facto, a policia descobriu tambem que publicamente se fallava dos acontecimentos do Porto nas lojas e praças publicas, havendo alguns individuos, que nas suas conversações com outros, não occultavam os seus sentimentos de approvação ao que n'aquella cidade tinha acontecido. «É este negocio nas circumstancias actuaes, dizia o intendente para o governo, um objecto que exige a maior ponderação, quanto ao modo de conduzir a policia com similhantes individuos, porque o proceder contra elles á prisão, como é devido e se tem feito em outras occasiões, póde na presente produzir irritações, e é impossivelissimo evitar movimentos tumultuarios». Desde o citado

¹ Documento n.º 55-A.

dia 30 em diante tornou-se frequente a affixação e appareamento de pasquins e mais papeis incendiarios, favoraveis á revolução do Porto. De reforço a esta manifestação do espirito publico, em favor da junta provisional do supremo governo d'aquella cidade, os descontentes passaram a espalhar boatos mais ou menos absurdos, taes como : que a bordo d'uma fragata ingleza, surta no Tejo, estavam já os thesouro da casa do infantado; que os governadores se achavam postos em caso extremo a desamparar o reino, embarcando-se para fóra d'elle, tendo por causa d'isto nomeado governador da torre de S. Julião o coronel inglez, da arma de artilheria, Arenteschild; que no caso da citada junta provisional se achar em aperto, entraria no Minho pela parte de Galliza em seu auxilio uma divisão hespanhola, que prometteria rei de Portugal sua magestade catholica, etc. etc.

Ao estado de consternação, em que por causa de tudo isto se achavam os governadores do reino, acresceu para elles os amargurar o receberem no dia 29 a noticia de que o regimento de infantaria n.º 20, que se achava de guarnição na praça de Abrantes, allucinado pelas ordens que recebera da junta do Porto, se havia revoltado, assim como o resto da guarnição d'aquella praça, o que fez com que elles, não obstante terem já tido a sua sessão ordinaria, se reunissem extraordinariamente na noite d'aquelle mesmo dia, convocando para ella as mesmas pessoas, que tinham chamado para a anterior confidencia. Na referida sessão extraordinaria

5, por ocasião de ter recebido da junta provisional do
 erto um officio e proclamações annexas com a solicitação
 e ser reconhecida como governo supremo do reino. Con-
 tados pois os concorrentes sobre a materia em questão,
 volveram uniformemente obedecer sómente a el-rei, e na
 a ausencia aos governadores por elle nomeados, sendo a
 es que competia decidir sobre este objecto. N'esta confor-
 midade se lavrou um termo em 30 de agosto de 1820, que
 os os concorrentes assignaram.

Pela sua parte o visconde de Souzel, encarregado do go-
 vno das armas do Alemtejo, tambem em Extremoz con-
 cou outra igual reunião no dia 4 de setembro, onde se
 olveu o mesmo que se resolvêra em Elvas, protestando
 rmando com juramento a sua adhesão e obediencia a sua
 gestade, el-rei D. João VI, e ao governo que o represen-
 ta. O tenente general, Antonio Marcellino da Victoria, ten-
 o seu quartel general em Vizeu, fazia tambem todos os
 orços para manter a tranquillidade na provincia da Beira
 a a seu cargo, e no dia 2 de setembro ainda elle officiava
 a Lisboa, dizendo que as tropas do seu commando se con-
 vavam animadas dos sentimentos de lealdade para com o
 soberano. Era pois evidente que o paiz se achava no es-
 do mais critico que se podia suppor, tanto por effeito da
 rra civil de que estava ameaçado, como pelo do appareci-
 nto de uma funesta anarchia, que podia ter logar, e que
 proporcionaria pretexto aos hespanhoes, nossos vizinhos,
 ra invadirem o reino, e n'elle estabelecerem de novo o seu
 minio, á vista da influencia e relações, que as suas socie-
 des secretas tinham por então nas do paiz. Por outro lado
 governadores do reino achavam-se privados dos recursos,
 e até ali lhes forneciam as provincias do norte, sendo mes-
 o precarios os que podiam tirar das que lhes estavam su-
 tas, á vista do estado de perturbação em que se achava o
 no, não permittindo que a arrecadação dos impostos se po-
 sse fazer com a devida regularidade. A isto acrescía mais
 har-se o espirito publico sobremaneira excitado a favor da
 volta, seduzido não só pela promessa da proxima convo-

cação das côrtes, que a junta do Porto lhe fazia nas suas proclamações, mas seduzido igualmente pelos melhoramentos, que todos desejavam ver effectuados em todos os ramos da publica administração, de que resultava a impossibilidade moral dos mesmos governadores poderem esperar esforços energicos e decididos, por parte d'aquelles mesmos que tinham por seus amigos e fieis partidistas, circumstancias mui ponderosas, que lhes tornavam summamente difficil poderem suffocar a rebellião.

No dia 31 de agosto reuniu-se pois uma nova conferencia, á qual se propozeram os seguintes quesitos: 1.º, deverão ou poderão empregar-se meios militares, para se aggreirem, ou para se combaterem os revoltosos? Quaes? De que modo, e até que ponto? — 2.º, no caso de se julgar impraticavel ou nocivo o emprego de forças militares, resta ainda empregar alguma medida de qualquer outra natureza? Qual é ella? Foi no 1.º de setembro que se recolheram os votos sobre os dois citados quesitos. Quanto ao primeiro, assentou-se por quasi unanimidade: que considerando-se o estado actual das circumstancias, e a força que rapidamente ganhára a insurreição, augmentada como se achava pelas noticias verbalmente relatadas pelo marechal de campo, Manuel Pamplona Carneiro Rangel, isto além do que se referira na exposição lida n'esta conferencia; considerando-se não poder haver confiança nos corpos da tropa ainda fiel, e que pondo-se em contacto com a revoltada não se debande, como outra já tem feito, adherindo ao systema dos revoltados, crescendo assim a d'elles, e diminuindo-se a do governo; considerando-se os gravissimos males de uma guerra civil, dos tumultos e da anarchia, que se podem seguir; e considerando-se outrosim a falta de meios, pela interrupção das cobranças dos rendimentos reaes, nos territorios occupados pela mesma revolta: por todos estes motivos pareceu não poder, nem dever-se empregar força militar sómente para comprimir a revolta, que outra força tambem armada tinha feito e estava sustentando, sem se correr o risco de que, não se conseguindo por este meio unicamente o pacificar o reino, extin-

guindo a revolta, o mal se augmentasse com a effusão de sangue e com a anarchia. Quanto ao segundo quesito, assentou-se da mesma fôrma, por quasi uniformidade de pareceres, que a força moral de que estavam armados os revoltosos pela tendencia das opiniões do presente seculo, e pelos exemplos dados recentemente na Europa em differentes logares, por similhante modo, era o que mais se precisava combater, antes de empregar a força militar. Que era por isso indispensavel ganhar esta força moral para o partido legitimo de sua magestade n'este reino; que unida assim a força da opinião á legitimidade, cairia então a mascara com que os revoltosos se ostentavam em seus projectos e proclamações, incalcando obediencia e fidelidade ao mesmo senhor, e que elles ficariam sómente criminosos, sem terem pela sua parte, nem a apparencia com que se encobriam dos males que indicavam, e da necessidade do remedio dos mesmos males, entretanto que o governo legitimo se fortaleceria com a cooperação da opinião por sua parte.

Por todos estes motivos e muitas outras rasões, que foram zelosamente desenvolvidas nos votos, pareceu quasi por unanimidade, como fica referido, que se devia logo proclamar a convocação das côrtes; que sendo esta medida conforme ás leis do reino e usos da monarchia, não derogados por alguma lei, mas apenas descontinuados desde pouco mais de um seculo, não podia na tal medida considerar-se offendida a soberana magestade de el-rei nosso senhor; que sendo esta providencia illegitima por parte dos revoltosos, era legitima e proveitosa, adoptando-se em nome do mesmo augusto senhor, e pelo governo legitimo em momentos de um tal extremo, como aquelle em que presentemente se achava a monarchia, ameaçada da sua dissolução, se a revolta se não desarmasse promptamente, conciliando-se e reunindo-se as opiniões em um centro commum; que assim apoiada e fortalecida a auctoridade do governo com uma tal medida, analoga ás leis e usos do reino, era de esperar que contentasse a todos, medida que se julgava seria sem duvida alguma mandada praticar por sua magestade, se por fortuna, em lugar

vendo assim cessado a apparencia dos motivos
fundou e declarou; e ultimamente que se adopta
os meios, e se fizessem os maiores esforços imagi-
se satisfazer promptamente ás tropas o que se l

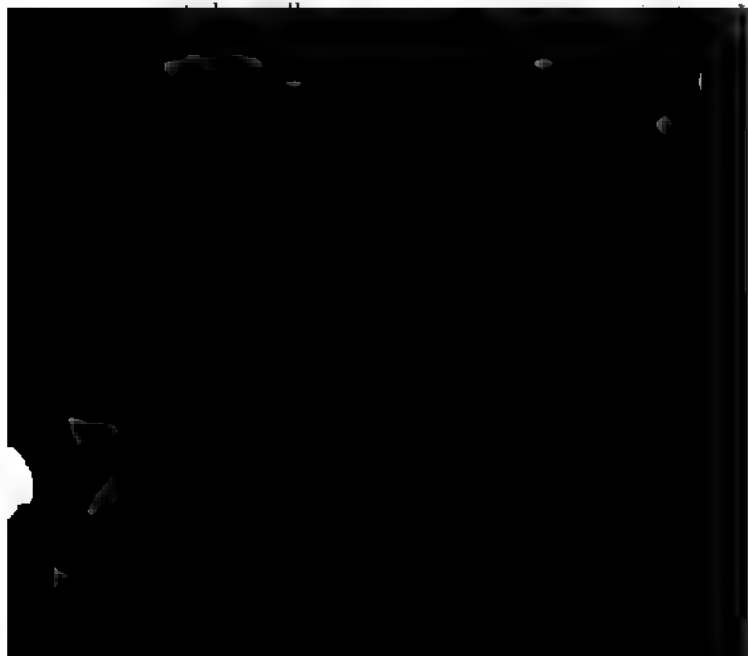
Em virtude pois d'esta decisão os governado-
no seguinte dia 4 de setembro annunciaram ao
uma proclamação, que persuadidos do perigo im-
corria a nação e a monarchia, a prolongar-se po-
po a crise produzida pela sublevação do Porto, e
das faculdades extraordinarias, que pelas suas
lhes eram concedidas em casos urgentes, tinha
em nome de el-rei, depois de ouvirem o parecer
numero de pessoas do conselho de sua magesta-
cuas entre as diversas classes da nação, mandou
côrtes, devendo desde logo proceder-se aos trab-
sarios para este fim ⁴, trabalhos que por portaria
dia 4 de setembro se confiaram a uma commissão
respeitaveis, pelo seu merito e serviços na carre-
que pertenciam, taes foram o arcebispo de Evora
general conde de Barbacena, o conselheiro de
nente general Mathias José Dias Azedo, e os des-
res Antonio José Guião, e Antonio Thomás da S
e como o conde de Barbacena tivesse pedido esc-
mado em seu logar o dr. Joaquim José Ferreira
lado da santa igreja patriarchal. Para secretar
comissão foi nomeado o dr. Manuel Borges A

do Porto, expondo-lhes que, sendo elles os unicos depositarios legitimados da auctoridade régia na ausencia do soberano, haviam em seu real nome tomado a resolução de convocar côrtes, na persuasão de que esta medida encheria de satisfação todas as provincias do reino, e sobretudo aquelles que fundavam no desejo d'esta medida o extravio a que tinham sido arrastados. «Portuguezes que fosteis illudidos, lhes diziam elles, mostraes aos vossos compatriotas, mostraes á Europa toda, que o vosso extravio momentaneo não foi motivado, nem por falta de lealdade, nem por projectos ambiciosos, e não presteis ouvidos ás *instigações perfidas*, que talvez se vos façam; lembrae-vos de que o primeiro dever, o primeiro voto de todo o bom portuguez é o de manter independente a monarchia, assim como indissolúvel a sua unidade ¹.»

Depois de proclamarem aos habitantes do Porto, seguiu-se proclamarem tambem ao exercito no dia 6 do dito mez de setembro, dizendo-lhes: «Soldados! Os governadores do reino, interpretando os sentimentos do nosso augusto soberano, acabam de convocar côrtes, e trabalham com a maior actividade em accelerar o seu ajuntamento: brevemente vereis reunidos os *tres estados* do reino, conforme as leis fundamentais da monarchia. É esse o unico meio legal de consultar os votos da nação, de attender ás suas queixas, e de adoptar as medidas permanentes e necessarias para restabelecer o antigo edificio da nossa constituição, deteriorado pelo decurso do tempo. *El-rei e os tres estados do reino, clero, nobreza e povo, são as magestosas columnas que o devem sustentar* . . . Soldados! Não presteis ouvidos ás *suggestões dos malevolos*, que por todos os meios procuram inspirar-vos uma injusta desconfiança do governo, e excitar o exercito (a quem só compete defender o rei e a nação), a dictar pela força leis, que só devem emanar, para serem pròvidas e permanentes, dos deputados d'essa mesma nação e do throno. Os governadores do reino vos afiançam, e o tempo brevemente vos

¹ Documento n.º 57. Dos successos acima referidos deram os governadores do reino parte a el-rei, com se vê do documento n.º 57 A.

provará, que elles estão firmemente determinados a effazer a solemne promessa que fizeram. Não acrediteis os que os enganadosamente vos ensinam, que o governo intenta ganhar tempo com o annuncio da convocação das côrtes, e para impor silencio á voz dos portuguezes o auxilio das estrangeiras ¹.» Pelo contexto d'esta proclamação que havia a crença de que a promessa da convocação das côrtes, feita pelos governadores do reino, não passava de uma illusão, ou meio de ganhar tempo, para de novo se estabelecerem no poder, crença que elles não só se propunham destruir, confirmando na sua proclamação ao exercicio da referida promessa; mas até expedindo na noite de 9 ao antigo senado da camara de Lisboa, uma carta na qual lhe participavam terem-se determinado a convocar côrtes, para n'ellas se tratarem e discutirem os tres estados do reino cousas muito importantes a serviço de Deus, ao de el-rei, e dos povos por elle governados. Que n'esta conformidade as côrtes se deveriam reunir no dia 15 de novembro, para cujo fim o mesmo senado se mandava proceder á eleição de dois procuradores, *com consideração das localidades e circumstancias*, que para tal fim se requeria. Mandando vir munidos de procuração bastante (como seu uso e costume), para que com os ditos procuradores, com os das outras cidades e villas, que tambem se mandava vir a côrtes, se praticar, communicar a a-



mento da revolta e do aspecto do triumpho, que por si tinha, a sua tardia concessão, em vez de voluntaria, com justa causa se teve por estorquida pela força da revolta, e portanto filha do temor, que tornára a sua obra desprezível. Com ella os governadores do reino nada mais fizeram do que dar mais força á revolução, e por modo tal, que apenas em Traz os Montes se soube, que eram elles os proprios que mandavam convocar as côrtes, um conselho militar se reuniu em Chaves no dia 6 de setembro, e n'elle se resolveu que no seguinte se reconhecesse a junta do Porto. Foi esta a que pela sua parte publicou logo uma nova proclamação em que ludibriava a medida dos governadores, entregando-os ao desprezo que mereciam¹. A propria mesa do desembargo do paço, apenas os viu fraquejar, parecendo contemporisar com a revolução, lançou-se igualmente n'este caminho, applaudindo as medidas do governo, por meio de uma representação que dirigiu ao publico². Tardia como de facto era semelhante medida, o resultado foi vir com ella de volta a desconfiança das promessas feitas, duvidando todos da realidade da convocação das côrtes, duvida aliás justa e bem fundada, não o sendo menos a que tambem havia, quanto á prova das suas intenções. Não podiam effectivamente merecer confiança aos liberaes aquelles mesmos homens, que sobre si tinham a terrivel mancha de haverem sido, não sómente os promotores das odiosas fogueiras e barbara carnificina juridica do campo de Santa Anna e da esplanada da torre de S. Julião da barra, mas igualmente a de se haverem constantemente mostrado os mais rancorosos e figadaes inimigos das idéas liberaes, e de tudo quanto tendesse para favorecer entre nós o estabelecimento de um governo parlamentar. Com a acceitação dos antigos tres estados do reino, por parte dos revoltados, quando os acceitassem, dava-se pois a circumstancia da continuação dos mesmos homens no governo,

¹ Documento n.º 60.

² O resumo d'ella foi transcripto na *Gazeta de Lisboa*.

bem como da do marechal Beresford no commando em chefe do exercito.

É portanto claro que com a sua permanencia no exercicio do poder executivo, e da do referido marechal no commando em chefe do exercito, o systema liberal nas suas mãos não podia deixar de ser uma perfeita burla, não podendo haver appellação, nem recurso dos seus actos, quando se propozessem annular, ou proscrever o referido systema, sendo bem fundados os receios de que assim o praticassem, receios para os quaes a sua anterior conducta dava bem fundado motivo. Além d'isto seria muito para admirar que os chefes de uma revolução, quasi em pleno triumpho, e feita manifestamente para privar os citados governadores do reino e o marechal Beresford do exercicio das suas funcções, tomassem a resolução de muito voluntariamente se tornarem a submeter ao seu governo no meio de taes circumstancias, facto com que não só iriam provar a semrazão de uma tal revolta, mas até darem-se por injustos nas queixas, que d'elles tinham feito, quanto ao mau desempenho das suas funcções governativas, muito mais vendo-se por elles accusados de *malevolos e perversos* nas suas peças officiaes. Agora quanto aos antigos tres estados do reino, diremos que a sua instituição foi recebida em Portugal com a monarchia, e perpetuada pelos costumes nacionaes, sem nunca ser convertida em lei fundamental, de que resultava serem convocados pelo soberano, quando muito bem lhe aprazia. O principio em que uma tal instituição se fundava era o da conveniencia que havia em que tomassem parte nos negocios publicos todos aquelles em quem a força do estado residia. Mas o estado da nobreza e o do clero, que nos primeiros tempos da monarchia tinham uma grande força e poder, achavam-se em 1820 sem uma, nem outra cousa, de modo que, collocados os nobres nos altos empregos publicos, e fruindo commendas mais ou menos rendosas, que o monarcha por sua mercê lhes concedia, achavam-se de facto subordinados a elle, e portanto sem independencia, que convinha terem para o fiel cumprimento

das funcções legislativas que deviam exercer. Alem d'isso succedia que de poucos e poderosos que d'antes eram os nobres, em 1820 contavam-se muitos, e sem terem esse seu antigo poder, de modo que a convocarem-se côrtes, só tinham de comparecer a ellas os que para tal fim recebessem carta especial do mesmo monarcha. O alto clero, privado tambem do seu antigo poder e regalias, achava-se igualmente no mesmo caso da nobreza, ou de respeitador humilde do poder da corôa.

As camaras municipaes, que em tempos antigos nomeavam justicas, levantavam e armavam soldados, a quem davam pendão e commandante, no citado anno de 1820 limitavam-se unicamente á economia do seu respectivo municipio, e mesmo debaixo d'este ponto de vista estavam na mais inteira sujeição ao poder real. Eram as referidas camaras constituidas por intervenção de um tribunal regio, como o do desembargo do paço, e sendo ellas as que elegiam os seus respectivos procuradores ás côrtes, vinham estes a dever tambem remotamente a sua eleição ao poder real. Com isto dava-se igualmente a circumstancia dos poderes que traziam serem todos iguaes, e concebidos em termos tão latos, quanto ambiguos e obscuros. Succedia mais que os pedidos e decisões dos antigos tres estados não tinham força de lei, a não serem approvadas e sanccionadas por el-rei, sendo elle sómente o que lhes dava a força legal. Com isto succedia tambem terem as suas deliberações o defeito de não serem presentes ao soberano, por effeito da conferencia e accordo de todos os tres braços, pois que cada um d'elles lhe submettia isoladamente á sua decisão os seus citados pedidos e deliberações, que elle tomava ou deixava de tomar em consideração como entendia. El-rei D. João IV respondeu ao estado do povo no anno de 1641, que mandaria estabelecer lei no que se lhe apontava nos capitulos 2.º e 3.º; e ao estado da nobreza respondeu tambem, que resolveria o que lhe era presente, na conformidade do que tinha determinado o senhor D. João III, isto é, *com as declarações e moderação que parecer que mais convem á conservação e bem commum do reino.* Ao estado

ecclesiastico deu aquelle mesmo soberano a seguinte resposta: «Á materia d'este capitulo (cuja lembrança vos agradeço muito), tenho respondido nos capitulos dos estados do povo e da nobreza, para mandar fazer lei na conformidade que tinha ordenado o senhor D. João III, *com as declarações e moderação que mais convem á conservação e bem commum do reino*». Collige-se portanto das respostas dadas por el-rei, que elle não approvou, ou seja implicita, ou explicitamente, os pedidos dos tres estados, promettendo apenas mandar fazer áquelle respeito lei com as declarações que melhor lhe parecessem. Já se vê pois que semelhantes côrtes, convocadas de mais a mais debaixo da influencia e direcção dos governadores do reino e seus delegados, estavam muito longe de poderem satisfazer ás exigencias e illustração do seculo XIX, e razão tiveram os chefes da revolta liberal de 1820 em se não darem por satisfeitos com o chamamento de semelhantes côrtes.

Emquanto se passava em Lisboa o que acima temos visto, a junta do Porto cuidava em preparar-se para marchar sobre a capital com as tropas de que dispunha. Para este fim *as* organisou ella em dois exercitos, que denominou do sul e do norte. O primeiro, tendo por commandante o coronel Sebastião Cabreira, compunha-se de duas brigadas de infantaria, a de 6 e 18 e a de 11 e 22 d'esta arma, com os batalhões de caçadores n.ºs 6 e 9, 10 e 11, alem de mais tres brigadas de artilheria do regimento n.º 4, de dois esquadrões de cavallaria n.º 6 e de outros dois de cavallaria n.º 9. O segundo exercito, que teve por commandante o marechal de campo, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, compunha-se dos regimentos de infantaria n.ºs 3 e 9, 12 e 21, 23 e 24, formando tres brigadas, bem como dos batalhões de caçadores n.ºs 7, 8 e 12, com duas brigadas de artilheria, dois esquadrões de cavallaria n.º 12, um de cavallaria n.º 6 e outro de cavallaria n.º 9. Á frente de toda esta força se poz a citada junta do Porto em marcha para Lisboa no dia 13 de setembro, chegando a Coimbra no dia 15. Nenhuma consideração lhe mereceu, nem era de esperar lhe merecesse, a medida da com

ção das antigas côrtes, ordenada pelos governadores do
 o, medida que a mesma junta olhava como um palliatio,
 inado por elles para ganhar tempo, para entreterem os
 ritos, enquanto não chegasse a primeira occasião oppor-
 , que lhes permittisse repôrem novamente as cousas no
 antigo pé, á vista da nenhuma confiança, que não podia
 ar de lhes inspirar a organização de um systema parla-
 tar, estabelecido em antigos seculos, com elementos di-
 os dos de hoje, como acima dissemos, e portanto ano-
 e obsoleto para os usos e idéas do seculo xix em que
 stava, tendo por si outra illustração e outro modo de
 social, que não era o d'aquelles seculos. Tempo houve
 que os citados governadores allegavam que sómente
 tinha o poder de convocar côrtes; mas poucos dias
 is d'esta allegação foram elles os mesmos que no dia 1
 etembro a contrariaram, convocando-as por seu pro-
 arbitrio, fundados, como para isso se disseram, nos po-
 s e instrucções que tinham para os casos urgentes. Mas
 em effeito os tinham, e d'elles se serviram sómente de-
 da revolta ter tomado força, o seu procedimento não
 a deixar de ser tido como filho da fraqueza e do me-
 e combater portanto uma revolta, que elles indirecta-
 te davam como triumphante, ou em vespéras d'isso,
 ente com argumentos de legalidade, era um perfeito
 rasenso politico. O que pois se podia no primeiro
 ter como acto de benevolencia e favor, no segundo
 e olhou como effeito da coação e da força, e por tal
 ivo irrisorio e desprezível um governo que assim pro-
 a, como de facto succedeu. Acresce mais que no pri-
 ro caso, sendo as côrtes filhas da pura acção d'esse
 erno, facilmente podiam ser por elle dirigidas, e as
 rmas feitas gradualmente sem violencia, ao passo que
 vocadas por influencia dos chefes da revolta, só d'es-
 se considerariam filhas, e como taes hostis ao poder
 isacto, podendo como taes provocar entre nós scenas
 aes ás que os estados geraes produziram em França no
 io de 1789.

Foi seguramente para justificar o seu desprezo por semelhante convocação das antigas côrtes, que a junta do Porto formulou, como já dissemos, a sua proclamação de 8 de setembro, pela qual entendeu desprezar uma tal medida, tendo-a por incoherente¹. Por manifesto contraste a esta proclamação da junta do Porto, a mesa do desembargo do paço, encarando a convocação das côrtes como cousa salutar nas criticas circumstancias em que o reino por então se achava, applaudiu-a como tal na representação já por nós citada, na qual dizia: «que taes e tão judiciosas providencias eram as unicas que, dando a conveniente direcção ao espirito publico, vivamente agitado pelas opiniões dominantes do seculo, como parece não poder duvidar-se, podiam salvar o reino de uma inteira subversão, que a todos cobriria de opprobrio e de calamidades. Penetrada a mesa inteiramente d'esta convicção, teve ella por um dos seus primeiros deveres levar ante o throno augusto de sua magestade, os seus sentimentos a tal respeito, com a homenagem pura da sua lealdade e expressão fiel do applauso com que têem sido aceitas as referidas medidas, adoptadas pelos governadores do reino; e exprimindo assim o conceito que forma da gravidade do perigo, e dos meios empregados para conservar a preciosa herança, que dos senhores reis (augustos predecessores de sua magestade), passou por ventura nossa ás reaes mãos do mesmo augusto senhor, une-se, como deve, d'esta sorte á voz do governo, parecendo-lhe que as mesmas medidas, sustentadas com firmeza e perseverança, são as mais proprias para salvar o reino do risco em que presentemente se acha.

Expõe finalmente a mesa que uma só circumstancia faria o complemento e poria remate a tudo: era o de agradecer á Divina Providencia, que sua magestade na alta sabedoria dos seus conselhos resolvesse restituir a este reino a *Sr* real pessoa, ou a do serenissimo principe real seu augusto

¹ Documento n.º 60, já atraz citado.

lho; que é seguramente este o voto universal de toda a nação, e a mesa, interpondo-o, não hesita em supplicar humildemente a sua magestade que se digne realisal-o, concedendo a todos os seus fieis vassallos de Portugal esta graça, que sobre todas quantas providencias se têm dado, e possam ainda adoptar, deve servir a consolidar todas as instituições, extinguir até a lembrança das divisões, dar nova vida e vigor á monarchia, animar completamente todo o systema de administração, e derramar sobre todos os corações os sentimentos de paz, de união e de concordia de que tanto se necessita ¹. Mas se o desembargo do paço applaudia assim as medidas dos governadores do reino, os habitantes de Lisboa as olhavam com formal desprezo: as suas proclamações eram escarnecidas, os pasquins continuavam a ser frequentemente affixados pelos logares publicos, e os boatos aterradores a ser forjados e propalados por elles para amedrontar os espiritos, dizendo-se por um lado que os governadores do reino esperavam ser soccorridos por tropas inglezas e até mesmo russas, para rebater a revolução, e por outro continuava a voz publica a dizer igualmente, que a ver-se a junta do Porto em aperto, faria entrar no reino as tropas hespanholas, que para seu soccorro estacionavam já na Galliza, ao que se seguiria a acclamação de sua magestade catholica. Posto não estar provado que os revolucionarios hespanhoes tivessem tido em vista acclamar rei de Portugal o rei de Hespanha, quanto a haver tropas hespanholas nas fronteiras da Galliza, para os auxiliar na sua empreza, é cousa de que se não póde duvidar, pois a mesma junta provisoria do Porto assim o confirmou na sua proclamação do dia 2 de setembro, quando disse: «Portuguezes! Temos forças, temos meios de sustentar a nossa causa. Ella é justa; é

¹ Póde ser que este fosse com effeito o voto espontaneo da mesa do desembargo do paço; mas pelo que depois se passou no Rio de Janeiro, depois da chegada do conde de Palmella a esta cidade, parece-nos que por elle lhe seria suggerido, pois que no Brazil fez quanto estava ao seu alcance, para que el-rei mandasse para a Europa o principe real, seu filho, o que não conseguiu.

militar se empregasse em combater a dos re-
perigo de com elles se bandear, todavia isto não
os mesmos governadores mandassem, como já
nizar um corpo avançado de observação. desti-
se em Rio Maior, Leiria, ou em outro qualquer
melhor parecesse para o fim, não só de difficul-
das tropas da junta sobre Lisboa, mas também
d'esta capital a influencia d'ellas e da propria
mando do referido corpo foi dado ao conde de
qual, chegado a Aleoentre, ali proclamou aos
no dia 9 de setembro, fazendo-lhes saber que d
res do reino, tomando como um delirio, devido a
mal entendidas doutrinas, a conducta de alguns
tigos camaradas, lhes haviam affiançado uma inte-
se prompto entrassem nos seus deveres. «Proci-
os modos, lhes dizia elle mais, aproveitemos tod
cturas de chamar á sombra protectora das noss
que pela vossa fidelidade e pelo vosso patriotis-
nos que pelo vosso valor, tremulam sem macula,
rosos militares, que se deixaram illudir; será o
facilitar-lhes esse benefico refugio, e teremos a s
nos é permittida de os receber com perfeito esq
passado. Uma endurecida renitencia fica sómen

¹ Não se póde pois duvidar que tropas hespanholas re-
ctivamente na fronteira da Galliza para auxiliar a revól

1.º Alem do citado corpo avançado, os mesmos governadores do reino mandaram tambem apromptar a toda a pressa poucos navios de guerra que se achavam no Tejo, nas visde com elles ser bloqueada a barra do Porto. Isto que por to era o fim d'esta medida, os habitantes de Lisboa a interpretaram como destinada para a bordo dos ditos navios nesmos governadores se retirarem para o Rio de Janeiro, e que um tal bloqueio se não chegou a levar a effeito. La portanto havia nas medidas do governo, que se não interpretasse em mau sentido para os citados governadores, quaes se achavam de facto sobre um vulcão, ameaçados iamente de se verem expulsos pelo povo do proprio pa-o das suas reuniões, e olhados por elles como incapazes continuarem a gerir os negocios publicos de que el-rei tinha encarregado.

Depois da persuasão que tiveram da inefficacia dos seus os offensivos contra a junta do Porto, e de julgarem por hor pôrem de parte a indecorosa maneira por que se ha- n conduzido para com os chefes da revolta, trataram de titular com elles, mostrando-se-lhes affaveis e benevolentes. n este intento, aliás tardio, auctorisaram o marechal de po, Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas, a ir-se ontrar com a junta do Porto, talvez que não tanto nas vis- de tratar directamente com ella, quanto nas de seduzir uns dos chefes militares que com ella vinham. Seja porém po for, certo é que Povoas, saindo da capital para o des- penho da sua commissão no dia 13 de setembro, chegou dia 15 a Leiria, d'onde expediu aos postos avançados tropas da junta uma participação, prevenindo o seu res- tivo commandante de que ia n'elles entrar como parla- ntario do governo do reino em Lisboa, junto do governo allado na cidade do Porto, e que desejando ser recebido no tal, pedia que elle commandante assim o fizesse saber quem competisse, para poder continuar a sua marcha, a effectivamente se lhe franqueou, dirigindo-se no dia 16

a Coimbra, sendo acompanhado pelo major de infantaria n.º 22, que no paço do bispo o foi apresentar aos dois membros da junta, Manuel Fernandes Thomás e Roque Ribeiro de Abranches. Ali lhes communicou elle a missão de que ia encarregado, e lhes apresentou com a sua auctorisação a carta que levava para a junta, cujo sobrescripto era assim concebido: *Á junta provisoria do Porto, que se denomina governo do reino*¹. N'esta carta diziam os governadores de Lisboa aos membros da junta, que se nos seus peitos não cabia falsidade, nem dissimulação; se as suas declarações eram sinceras e coherentes, tendo elles governadores mandado convocar côrtes, tinha cessado o motivo das suas divergencias, devendo elles portanto cessar de levar por diante a revolta, que tinham entre mãos.

Fernando Thomás, recebendo a referida carta, disse ao portador d'ella que estavam a chegar o presidente e os mais deputados da junta, e que logo que chegassem e a carta se abrisse, lhe communicariam a decisão, indo-se elle aquartelar no collegio dos Jeronymos. Com a restituição das credenciaes, que se lhe tinham pedido, se lhe mandou intimar pelas onze horas e tres quartos da noite do mesmo dia 16, que pelas quatro horas da manhã seguinte devia sair de Coimbra para Pombal, como effectivamente saiu, acompanhado por um capitão de cavallaria, dando-se-lhe por um officio em resposta, com a entrega da carta fechada como a trouxera, que esta se lhe não acceitava, nem elle se admitiria a conferencia alguma, pelas seguintes razões: 1.ª, pela fôrma impropria com que se apresentára aos postos avançados, denominando-se com o titulo de parlamentar, que de nenhum modo lhe competia, pela natureza ostensiva da sua commissão; 2.ª, por se ver que nos sobreditos dois papeis se não davam á junta as qualificações, que pelo reconhecimento e voto unanime da nação lhe competiam, não sendo compativel com a dignidade da junta provisoria, e nem mesmo com o decoro dos senhores governadores de Lisboa estabe-

¹ Documento n.º 63.

r-se negociação alguma de qualquer genero que fosse com a junta á qual se recusavam os titulos de uma representação legitima; 3.^a, finalmente, porque a junta provisional do governo supremo, tendo sobejamente declarado ao publico seus intentos, nada tinha que propôr em particular aos honrosos governadores de Lisboa, a quem só pertencia fazer proposições, que julgassem convenientes á sua particular situação.

A contenda travada por este modo entre a junta do Porto e que ella chamava governadores de Lisboa, podia por isso começar desde logo por uma luta civil, cujo resultado talvez fosse funesto aos membros da junta, se o grande descontentamento publico não tivesse afastado dos honrosos governadores o mais pequeno germen de affeição. O certo é que as circumstancias da capital se haviam tornado para elles cada vez mais criticas com o andar do tempo de setembro, crescendo cada vez mais, em consequencia d'isto, a sympathia dos habitantes de Lisboa para a causa da junta. Para se ver o estado de fermentação d'esta cidade no meio de taes circumstancias, diremos que, tendo-se publicado na *Gazeta* as duas proclamações, que a junta do Porto dirigira ás tropas, que tinham abraçado a sua causa, acompanhadas de observações e commentarios do gazeteiro, produziu isto no publico uma impressão a mais desagradavel possivel contra os proprios governadores. O espirito publico passou dar geralmente toda a importancia ao conteúdo das proclamações, e nenhuma absolutamente ás reflexões, que as precediam por parte do redactor da *Gazeta*. Enhou-se constantemente á porta da loja onde este jornal se vendia, grande numero de povo a pretender comprá-lo, e a ponto tal, que chegaram a vendem-se folhas dele por muito maior preço do que o costume, e ainda nas mãos de todos, parecendo adherirem gostosos áque se continha nas ditas proclamações, de modo que o effeito de uma tal publicação foi justamente o contrario do que com ella tiveram em vista os governadores do

reino ¹. Por conseguinte o drama revolucionario, que no Porto se iniciára e apresentára ao publico, tendo chegado ao meio da sua representação, caminhava a passos largos triumphalmente para o final desfecho do seu enredo. Avizinhava-se pois o dia 15 do citado mez de setembro, anniversario de outro igual dia, passado no anno de 1808, em que se libertou a capital e o reino do pesado e opprobrioso jugo francez, que lhes impozera o general Junot á frente do seu exercito, devendo ter logar n'este anno de 1820, como se costumava fazer nos anteriores, a grande parada geral por tal anniversario. Temendo porém os governadores do reino que da reunião das tropas nas praças publicas da capital resultasse o apparecimento da revolução, que tanto os amedrontava, e sabedores igualmente da intimidade do povo com os soldados, e até dos brindes que nas lojas de bebidas se faziam aos revoltosos do Porto, por gente do mesmo povo e soldados, mandaram que as referidas tropas se conservassem nos quartéis, a pretexto da falta que d'ellas havia para um tal acto, em razão das que se tinham mandado postar em Leiria, o que todavia não obistou a que uma tal revolução apparecesse.

Em Lisboa muito se trabalhava para a levar a effeito, indo-se buscar para tal fim o exemplo, que para ella se julgou fornecer o que havia succedido na de 1640, na qual o juiz do povo com o seu escrivão haviam desempenhado um notavel e importante papel. Com este modelo em vista, correu-se agora ao mesmo meio, palavrando-se o juiz do povo, o *sr. João Alves*, e o seu escrivão, o *sr. Verissimo João da Veiga*, espirito agudo, sagaz, muito activo e influente n'aquella epocha, e que como tal dominava o referido juiz, para que elles por si e os vinte e quatro mestres, ou juizes dos officios embandeirados da capital, abraçassem o apparecimento de qualquer revolta, que se fizesse publica no mesmo sentido da do Porto. Entretanto forçoso nos é dizer que em 1820, o chamado juiz do povo, o seu escrivão e mestres

¹ Officio do intendente geral da policia para o ministerio do reino em 14 de setembro de 1820.

de officios estavam muito longe de ter a preponderancia, que nos seculos anteriores haviam tido. Em 1820 o juiz do povo era apenas o presidente da mesa dos citados vinte e quatro juizes de officios, quando se juntavam para deliberarem em commum sobre os negocios da sua competencia. Por conseguinte nem da mesma casa dos vinte e quatro elle se podia chamar verdadeiro representante, e muito menos ainda do povo de Lisboa, para que como tal devesse intervir em negocios politicos da mais alta importancia, pois que os seus habitantes comprehendiam já muitas mais classes do que as comprehendidas nas primitivas vinte e quatro bandeiras dos respectivos officios. Era portanto uma grande anomalia considerar-se em 1820 o chamado juiz do povo como procurador legal da população de Lisboa, e ainda muito menos para directamente influir como tal em assumptos de publica administração e governo geral do paiz, cousa que de tamanha transcendencia era para todo elle e as suas respectivas communi-
cadas. Mas nada d'isto embaraçou os revolucionarios da capital para lhe darem similhante influencia, visto que assim lhes convinha, porque em politica só se tem em vista a conveniencia, sem a nada mais se attender.

Depois do desprezo por que passára em Coimbra o marechal de campo, Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povos, e dos passos humilhantes e contradictorios dos governadores do reino, não podiam elles já ter força moral para se conservarem dignamente no poder, de que já de facto se achavam exautorados, tendo as suas medidas, frouxas e vacillantes, desanimado até os seus mais dedicados partidistas. Nos graves apuros em que se viram, o seu proprio secretario, João Antonio Salter de Mendonça, allegando motivos de doença, real ou supposta, de facto os abandonou, sendo substituido pelo famigerado desembargador do paço, Antonio Gomes Ribeiro. De todos quantos homens podiam lembrar para o substituir, nenhum era mais odiado, ou mais mal visto do que este desembargador, não só pela devassa que no Brazil fôra tirar a Minas Geraes, como tambem por ter sido um dos juizes, e o mais parcial e injusto que condemná-

ram á infamante morte de força o infeliz Gomes Freire de Andrade e seus desgraçados companheiros de infortunio. Bastava só a escolha que d'este tão antipathico nome os governadores do reino tinham feito, para em boa fé se não poderem acceitar as suas promessas, nem ter como seguro penhor para os liberaes, desconfiados como com tanta razão estavam dos seu ulterior procedimento. Era em casa de Gregorio José de Seixas, morador no Rocio de Lisboa (hoje praça de D. Pedro), que se juntavam varios patriotas, trabalhando para o rompimento da revolução liberal na capital, taes como Francisco Xavier Monteiro, Francisco Simões Margiochi e o já citado escrivão do juiz do povo, Verissimo José da Veiga¹. Foram estes associados os que entre si accordaram em marcar o dia 15 de setembro para o dito rompimento, fazendo-se a par d'isto a lista das pessoas, que deviam formar o novo governo. Faltava porém quem dêsse o primeiro e tão appetecido grito, passo arriscado, mas necessario. Offerecêra-se ao escrivão do juiz do povo um tenente coronel, demittido do serviço pelo marechal Beresford, promettendo-lhe ir ao Rocio pelas tres horas da tarde do citado dia 15 com a força precisa para começar o movimento. Verissimo pela sua parte promettêra-lhe tambem estar lá com o seu juiz para o continuar e seguir. Chegado o dia e a hora não appareceu o tal tenente coronel; mas veio um official a toda a brida annunciar ao escrivão do referido juiz, que estava no Rocio á hora dada á espera da promessa feita, que em lugar d'elle vinha em marcha para o mesmo Rocio uma parte da guarnição da cidade. E effectivamente assim era, como se vae ver.

Desde o dia 30 de agosto que alguns officiaes de infantaria n.º 16 começaram a emprehender fugir com este regimento para a cidade do Porto, com o positivo fim de abraçar a causa da revolta. Todavia isto não se realisou, posto se não perdesse n'este corpo, antes parecesse ter augmentado mais, a sua

¹ Suspeitámos que a esta reunião pertencesse tambem o então capitão de cavallaria n.º 4, Bernardo de Sá Nogueira, o qual foi o verdadeiro auctor do chamamento do juiz do povo e do seu escrivão.

apathia pela dita causa. Perto das tres horas da tarde do dia 15 de setembro os referidos officiaes propozeram a sair com elle para o Rocio, para lá levantarem os vivas a rei D. João VI, á religião, e á constituição que houvessem fazer as côrtes, acto a que depois se seguiria marcharem Lisboa para o Porto, a não serem secundados por mais al- as corpos da guarnição. Esta saída devia ser em ordem marcha, distribuindo-se aos soldados o cartuchame emba- o para se resistir a qualquer obstaculo que porventura parecesse ao projectado intento. N'estas idéas estavam os eridos officiaes, quando no quartel do citado corpo n.º 16 pareceu inesperadamente pelas duas horas da tarde o ma- hal de campo conde de Rezende, governador das armas côrte e provincia da Extremadura, em cumprimento das lens, que recebêra do ajudante general, Manuel de Brito asinho, para vigiar alguns dos corpos da guarnição da ca- al. Informado que aquelle de n.º 16 se achava em fermen- to, para lá se dirigiu, a fim de lhe pôr cobro aos seus in- tos. Chegado que lá foi, soube que os seus officiaes tinham activamente já feito ao seu tenente coronel, Caetano de Ho Sarrea, uma proposta para se dirigirem com o seu re- nento para o Porto. Para evitar semelhante saída, fez o dito de chamar á sua presença os citados officiaes, aos quaes legiu uma falla, propria de quem respeitava el-rei e os seus legados no governo do reino.

Apesar de lhes ser repetida por duas ou tres vezes, não se d'elles resposta alguma a ella, dando-se-lhe com isto identes provas do nenhum effeito da referida falla, e por- to d'elles não terem mudado por modo algum do que in- tavam. Lamentava o conde na casa do detalhe este aconte- imento com o coronel commandante do mesmo regimento, aneth Snodgrass, e o tenente coronel Sarrea, quando de pente se ouviu bradar ás armas, vendo-se a par d'isto cor- rem alvoroçados os soldados de uma para outra parte, e mirem-se de cartuchos embalados e de bolacha, manifes- signal dos preparativos de uma prompta marcha, opposta a conselhos e vistas do conde. Fôra effectivamente um sim-

(que o seu primeiro e principal objecto era o mado), e a dirigir-se com ella ao alinhamento, e regar espingardas, e ao respectivo tambor que mada, o que levou todo o corpo a bradar ás armas se viu. Seguiu-se a isto pôr-se logo o referido 4.º em directa marcha com a sua dita compaunha onde todo o regimento se lhe veio por fim e quasi por força á sua frente o proprio conde. Naquelle praça apenas alguns grupos de povo ao romper d'esta scena; mas dentro em pouco recebeu um concurso tal de gente, que o regimento conservando a fôrma de columna aberta teve de se metter em linha, chegando a não vezes do commandante, suffocadas pelos repetidos meraveis vivas, dados a el-rei, á real dynastia e gança, á religião catholica, ás côrtes que haviam a constituição, e aos valerosos da invicta cidade.

Por grande espaço de tempo duraram estas de jubilo com a chegada ao Rocio do regimento 4.º e a de varias partidas da guarda real de pó d'estas occorrencias appareceu montado em citado ajudante general Mousinho, a quem se aconteceu. Chegando á frente do regimento encontrou ao conde de Rezende com sobranzeria e quem tinha dado ordem para que este corpo se mettel, ao que o dito conde muito socegradamente lhe respondeu o v. ex.^a ao proprio regimento. Durante

sitasse em assim o fazer, um ferro brilhou nas mãos de um dos do grupo, que d'elle estava mais proximo, vista que não o obrigou a bradar simplesmente, *viva!* A isto acresceu mais o seguinte. Mousinho vinha de sobrecasaca, o que deu lugar a gritarem-lhe de novo, que mandasse buscar a farda grande, por ser dia solemne, e que a vestisse ali mesmo! E logo assim o praticou, pois a não o fazer assim, talvez não escapasse à morte. O mesmo povo, não contente ainda com isto, pediu que todos os corpos da guarnição viessem tambem ao Rocio, para com elle Mousinho tomarem parte na acclamação, e ali se estava fazendo, e que de prompto comparecesse igualmente o juiz do povo com o seu escrivão, expedindo-lhes a toda a pressa uma ordenança, para lhes participar que o povo exigia a sua presença. Não tardaram elles em apparecer, vindo em sege fechada pela rua do Ouro até ao Rocio, onde á entrada d'elle abriram então as cortinas, fazendo-se conhecidos de todos os concorrentes, sendo por todos elles acolhidos com os maiores transportes de alegria e dos vivas, até irem entrar no palacio do governo, para se apresentarem ao conde de Rezende.

Já por este tempo, seriam então cinco horas da tarde, tinham chegado ao mesmo Rocio, indo formar á esquerda da fanteria n.º 16, os regimentos d'esta mesma arma n.ºs 1, 4 e 5, bem como os de cavallaria n.ºs 1 e 4, e o regimento de artilheria n.º 1 a pé, com toda a artilheria montada. A mesma hora o povo exigiram tambem que se expedisse ordem á barra de S. Julião da barra, para se embaraçar a saída de quaisquer navios, quando para isso não tivessem licença do governo, ordem que o conde de Rezende teve effectivamente expedir no meio dos grandes alaridos, que para esse fim fizeram. Não contente ainda com isto o mesmo povo, que arrado e compacto occupava todo o Rocio, clamava incessantemente pela installação de um governo interino, composto de homens da sua escolha. Para o satisfazer n'este pedido, teve o juiz do povo de se dirigir com o seu escrivão á varanda do já citado palacio do governo, situado por então onde hoje se acha o theatro de D. Maria II, nas vis-

tas de moderar o movimento popular, e do alto d'ella propondo á multidão, nome por nome, como se fizera em Madrid, os individuos que deviam compor o novo governo, e que a mesma multidão e a tropa foram successivamente approvando. Esses nomes, que na mesma varanda com penna de lapis se iam escrevendo em seguida á sua provação, foram os seguintes. O velho tenente general de cavallaria, conde de Sampaio (Manuel Antonio de Sampaio Mello e Castro Torres Lusignano), o Principal Freire, o conde de Rezende (D. José Luiz de Castro), Hermano de Braamcamp do Sobral, Filippe Ferreira de Araujo e Castro e o tenente general Mathias José Dias Azedo, com mais de dez pessoas da classe da magistratura, que foram os desembargadores Manuel Vicente Teixeira de Carvalho e Joaquim Pedro Gomes de Oliveira; duas da classe do commercio, que foram os negociantes José Nunes da Silva e Luiz Monteiro e finalmente duas da classe agricola, que foram Francisco de Lemos Bettencourt e Bento Pereira do Carmo, sendo estes seis individuos verbalmente indicados no dia seguinte pelo mesmo juiz do povo e por elle convocados, deixando de comparecer o primeiro dos dois desembargadores por molestia que allegou. Seguiu-se a isto exigir o mesmo povo que o extincto governo viesse tambem á varanda do palacio de regencia, para d'ella fazer uma abdicação solemne do poder que até então exercia, exigencia que por muitas vezes se repetiu, parecendo que cada vez se augmentava a multidão.

ao palacio da regencia, onde se encontrou com o juiz do povo e o seu escrivão. Impondo o dito juiz novamente silencio ao mesmo povo, fez-se então ler o bilhete que se havia escripto por occasião da approvação, que se fizera dos nomes dos que tinham de compor o novo governo. A leitura foi feita em voz alta na presença do referido juiz e do seu escrivão, os quaes confirmaram pela sua parte serem com effeito os mesmos governadores que o povo tinha approvado. A este acto seguiu-se pedirem ao conde que se dirigisse á varanda do palacio, para ser visto do innumeravel povo, que apinhado se achava em todo o ambito da grande praça do Rocio. Approximando-se pois da referida varanda com o juiz do povo e o seu escrivão, de novo resoaram por toda a dita praça os vivas a el-rei, á religião e ás côrtes que haviam de formar a respectiva constituição. Passando-se aviso aos eleitos para governadores, expediram-se-lhes promptamente os respectivos officios, e vindo uns apoz os outros, segundo as distancias em que se achavam, dirigiram-se á varanda do palacio para serem reconhecidos pelo mesmo povo, porque já por aquelle tempo uma illuminação geral brilhava por toda a parte do Rocio. Juntos pois os novos governadores na sala das sessões do governo transacto, examinou-se novamente o bilhete em que os nomeados se achavam relacionados, mas como n'elle estava pouco legivel o conde de Penafiel, por ter o referido bilhete sido escripto com penna de lapis, como já vimos, e ter elle passado por diversas mãos, exigiu o dito conde uma nova declaração, o que tambem fez o conselheiro Braamcamp, por lhe terem chamado barão de Sobral filho, na occasião em que o tinham nomeado. Em consequencia d'isto chegou novamente á varanda o juiz do povo, e fazendo notorio o escrupulo em que se achavam os ditos conde de Penafiel e conselheiro Braamcamp, o povo respondeu á proposta, que sem nenhuma duvida eram aquelles os dois sujeitos que por elle tinham sido eleitos. Installados por esta fórma os novos governadores, passaram elles a exercitar os seus cargos, expedindo as competentes ordens para o restabelecimento do socego publico e para a marcha das tropas

Lisboa, para se promover com plena unanimidade o bem geral da nação. Tudo isto se fez mais extraordinario jubilo, sem por parte alguma mais pequena sombra de insulto, ou expressão contra quem quer que fosse. Os vivas a el-rei, a catholica, ás côrtes, á tropa e á nação foram só o ram. Lisboa apparecêra á noite illuminada por o rio dos seus moradores. Numerosos ranchos giravam pelas suas praças e ruas, congratulando-se por se ter Portugal constituído em paz. Havia em breve uma representação nacional. De successos deram os novos membros do governo o Rio de Janeiro em officio de 26 do citado mez de 1820.

Um dos primeiros cuidados do governo interino passou a denominar-se o installado em Lisboa a 1.º de setembro de 1820, foi o de mandar prevenir o Barbacena, general commandante em chefe do exercito, postado em Leiria, das occorrencias daquelle tempo, de com elle não fazer movimento algum, sem as ordens e instrucções se lhe expedissem. Foi escolhido para esta communicação um bravo e joven capitão de artilheria n.º 4, Bernardo de Sá Nogueira (mais tarde marquez da Bandeira), que não só se tinha já illustrado na patria durante a guerra da península, recchebendo d'isso gravissimos ferimentos, mas até se havia

blico a sua carreira politica no gremio do partido liberal, tornando-se distincto entre os de idéas mais avançadas, partido a que com a maior dedicação prestou em toda a sua restante vida os mais importantes serviços, defendendo-o com o maior valor e coragem. Sendo portanto chamado á sala do novo governo, n'ella lhe foi dita por um dos seus membros, encarregado dos negocios militares, a commissão acima referida, cujo desempenho se lhe confiava. Para regularmente a poder levar a effeito lhe pediu Bernardo de Sá, não só a precisa ordem de marcha, mas igualmente o officio que havia de entregar ao general, a quem tinha de se apresentar. Deu-se-lhe em resposta não ser isso necessario, porque elle general o havia de acreditar. Bernardo de Sá observou-lhe que estava bem certo de que seria acreditado, pois que o conde de Barbacena, além de seu amigo, já tinha sido seu commandante; mas que em todo o caso a boa regularidade do serviço exigia dar-se-lhe um officio, confirmando o que de viva voz tinha de lhe participar. Insistiu-se em lh'o não darem. Partiu pois para o seu destino no mesmo dia 15, e com tal empenho se poz em marcha, que no seguinte dia estava em Leiria, tendo andado no mesmo cavallo o consideravel espaço de 120 kilometros. D'aquella cidade dirigiu-se ao lugar da Benedicta, onde o mesmo Barbacena tinha o seu quartel general, e foi lá que elle verbalmente lhe participou o que se lhe ordenava, causando ao general não pequena estranheza não receber officio algum, ordenando-se-lhe o que sem ordem expressa se lhe exigia. O mesmo Bernardo de Sá foi por elle rogado para que nada dissesse aos seus subordinados do que se passára em Lisboa, e como lhe communicasse a par d'isto que a junta do Porto se achava em Coimbra, pediu-lhe licença para a ir lá encontrar, licença que o general lhe deu, emprestando-lhe até para a jornada um dos seus proprios cavallos. Chegado que foi a Coimbra, informou a junta dos successos da capital, cousa que a todos os seus membros causou grande satisfação e regosijo, posto que d'isto lhe não levasse participação alguma official do novo governo, a qual só dois dias depois lhe chegou ás mãos com

voto unanime do povo perante os corpos militares, activa guarnição, e querendo fazer cessar toda a acção que podesse retardar o complemento da vontade geral, que tanto anhelava ser legitimamente representada, dirigiu-se ao governo do Porto, participando-lhe a situação em que estava de se entender com elle, e de se accorder deliberarem sobre o modo mais acertado de se proceder ao fim que a nação se propunha alcançar. Era portanto da maior urgencia, para segurar a tranquillidade publica, que se verificasse a desejada união, e a necessidade de se abrir um caminho prompto á intelligencia de ambos os governos, para que estes pudessem desempenhar o cargo, que lhes impunha a situação. A junta do Porto, indiscretamente resistindo, em alto grau se mostrou, por se lhe não ter dado a devida magestade a que aspirava, em rasão do seu supremo governo do reino, não duvidou, por questão de capricho, ir expor o paiz a uma luta civil, tendo o seu pundonor o que nenhum caracter tinha.

¹ Documento n.º 64.

² É portanto inexacto o que a pag. 41 das *Memorias de Araújo* e em outros mais impressos se lê, dando o capitão Sá Nogueira como sendo o portador do officio do governo de Lisboa para a junta do Porto, pois sendo esse officio datado de 1.º de setembro, não podia ser elle o portador, partindo, como se vê, de Lisboa no dia 13 do dito mez de setembro. Para destruir

La crença respondeu ao governo interino de Lisboa, em officio com data de 20, confessando a magoa que tinha em si que na *Gazeta* do dia 16, e na proclamação impressa do dia 17, bem como no officio que se lhe dirigia n'este mesmo dia 17, se guardava um affectado silencio, a respeito dos applausos com que o povo da capital honrara a *junta do governo* *provisório* no dia 15, denegando-se-lhe tambem esta qualificação, á qual se julgava com direito pelo consenso unanime de mais de dois terços da nação, o que fôra confirmado com o sello do sagrado juramento ¹. Não obstante isto julgava-se disposta a unir a si o governo de Lisboa e a acolher de bom grado toda e qualquer communicação, que franca e devidamente se lhe fizesse para aquelle fim. No dia 22 respondeu o governo interino de Lisboa á junta do Porto, desculpando-se pelo modo como entendeu da falta que se lhe attribuia, acceitando a união dos dois governos e perguntando o modo de a levar a effecto ². No dia 24 officiou novamente a junta do Porto ao governo interino de Lisboa, declarando-lhe que de Leiria, onde se achava, ia partir para Alcobaca, e que de lá daria a sua decisão sobre o modo de realisar a união dos dois governos ³.

Emquanto se passavam estas lutas de indiscreto pundonor, e outros que taes caprichos de primasias de poder, os habitantes de Lisboa achavam-se entregues a uma jubilosa expectativa, quanto ao desfecho das scenas que se tinham passado na capital, mostrando-se igualmente anciosos pela chegada dos membros da junta do Porto, reputados como salvadores da causa publica, dispondo-se a recebê-los como heroes, levantando-lhes arcos de triumpho, delineando-lhes festas e applausos de recepção, como prova do seu cordeal reconhecimento pelos seus serviços. Pela sua parte o governo interino ordenava no dia 21 ao intendente geral da policia, que pozesse em acção a vigilancia necessaria para a conser-

¹ Documento n.º 65.

² Documento n.º 66.

³ Documento n.º 67.

vação da tranquillidade publica na capital; mas com a prudencia e circumspecção que então exigia o melindroso estado das cousas, devendo dar parte diariamente ao mesmo governo de tudo que lhe parecesse interessante, abstendo-se de qualquer procedimento extraordinario, a não ser expressamente determinado pelo governo. O intendente, cumprindo o que lhe fôra ordenado, participou no dia 22 que o espirito publico seguia com enthusiasmo a nova ordem de cousas, obedecendo unanime á direcção que os acontecimentos do dia 15 lhe tinham imprimido; que eram igualmente unanimes os desejos de uma prompta e feliz terminação das divisões que occasionaram os successos do Porto, para que um só governo, armado da firmeza que resulta da união, podesse dirigir convenientemente os negocios do estado no meio de taes circumstancias. «São estes, dizia elle intendente, os sentimentos geraes; são estes os votos unanimes de todos, parecendo terem-se concentrado n'este desejo todas as esperanças.» Não admira pois que ao saber-se em Lisboa haverem-se harmonisado os dois governos, os habitantes da capital se mostrassem satisfeitos por tal motivo. D'isto mesmo deu o referido intendente conta ao governo em officio de 29, dizendo-lhe: «Foi geral a satisfação e admiravel o effeito, que produziu nos animos de todos a publicação official das medidas conciliadoras, de perfeita intelligencia e unanime accordo entre a junta provisoria do supremo governo do reino e o governo interino estabelecido em Lisboa. Desde que tão agradaveis noticias se publicaram, tem-se observado por toda a parte a mais patente e plena conformidade de sentimentos de cordialidade».

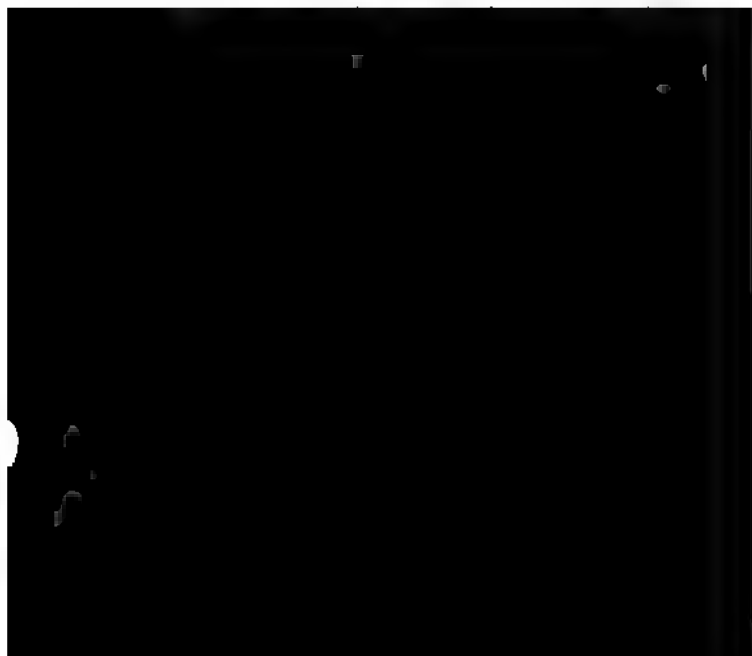
A junta do Porto, animada como tinha sido pelo capitão Bernardo de Sá Nogueira com a noticia, que lhe levou a Coimbra, da sublevação de Lisboa, decidiu-se finalmente a sair da somnolencia, de que parecia achar-se possuida na referida cidade, d'onde finalmente se dirigiu para Pombal e d'aqui para Leiria, onde effectivamente se achava, quando no dia 24 do citado mez de setembro recebeu o já mencionado segundo officio do governo interino de Lisboa. Foi na cidade

Leiria que Antonio da Silveira tentou pela primeira vez fazer-se da junta do Porto, de que era presidente. N'esta qualidade a convocára elle extraordinariamente para lhe apresentar, como fez sem mais preambulo, uma declaração, por meio da qual resolvia por auctoridade propria, que seus membros fossem despachados para os differentes logares, que a cada um d'elles competisse na sua carreira, sendo a junta dissolvida. Por este modo eram por elle desenhados para a casa da supplicação de Lisboa, Manuel Fernandes Thomás e João da Cunha Sotto Maior, indo para o melho de guerra o conde de Amarante, irmão do mesmo Antonio da Silveira. Todos os membros da junta recusaram nunes semelhantes despachos, declarando a Silveira que abdicariam no seio das côrtes os poderes que haviam assumido por consenso da nação. Depois do forte debate a que o dera lugar, Silveira declarou por fim que se contentava com o despacho de seu irmão; mas a junta nem n'isto se concordou, ao que Silveira observou, levantando a mão para o ar, que talvez mais tarde se arrependessem de terem acceitado a sua proposta¹. Foi na villa de Alcoja, onde a junta havia chegado no dia 26, que o mesmo Antonio da Silveira tentou por segunda vez dissolver a dita junta, associando para este fim ao seu partido o coronel Cabreira. Appareceu este n'uma noite á meia noite no quarto de José da Silva Carvalho, todo fardado e prompto, como para lhe metter medo, dizendo que lhe ia revelar um sonho que estava de ter, tal era o de partir para Lisboa com o exército, e das janellas do palacio do governo convocar o povo, fazer presidente da casa dos vinte e quatro, e perguntar-lhe o que queriam se fizesse. José da Silva Carvalho, ouvindo semelhante disparate, interrogou-o sobre qual era em tal caso a sorte do governo do Porto, ao que Cabreira respondeu, que nada se lhe importava com elle. Foi então que o mesmo Silva Carvalho lhe replicou; pois eu tambem pela minha parte lhe vou contar um outro sonho que tivera, tal é

¹ Citadas *Memorias* de José Maria Xavier de Araujo.

capital no dia 1 de outubro no meio dos repiques de e de um delirante entusiasmo e regosijo dos maior da parte dos seus habitantes se tem visto, manifesta particularmente no Rocio, para onde affluira uma massa da sua população, dando em frente do palacio verno, em cuja varanda os recémchegados se aprese ao publico, incessantes e clamorosos vivas ao verem das por este modo na melhor harmonia as duas juntas Porto e Lisboa. A variedade e multidão dos lenços, q tivamente então vimos acenando em acompanhame referidos vivas, lenços que ondulavam em incessant ção nas mãos das pessoas, que apinhadas se achavam das as janellas das casas, que circundam o mesmo bem como nas do sem numero de individuos, que ap cobriam todo o pavimento terreo d'aquella praça, ou um só palmo d'ella se descobria sem gente, foi segur uma das mais lindas e variadas vistas, que na nossa mos presenciado. A commissão que da junta do Port n'esta cidade, por occasião da partida dos mais m d'ella para Coimbra em companhia do exercito, veiu reunir finalmente na capital no meiado do citado me outubro.

A união das duas juntas, effectuada sem inimidade rivalidades, o que foi de summa vantagem publica, consigo o definitivo estabelecimento de um governo



Os chegassem unidos a Lisboa, onde tinham de se reunir ao governo interino, e de procederem juntamente com elle á convocação das côrtes, ás quaes haviam de entregar o governo do reino de que se achavam revestidos. A junta con-
 siderando n'isto, dissimulando Silveira o seu grande descontentamento. De Alcobaça seguiu ella para Sacavem, onde se lhe apresentou o barão de Albufeira com uma mensagem do governo interino de Lisboa, propondo acantonar o exercito naquella mesma villa, bem como na de Villa Franca e povos adjacentes, e entrar depois na capital com a conveniente es-
 ta.

Antonio da Silveira não se conformou com isto; queria só entrar á frente do exercito como seu commandante em chefe, adduzindo desconfianças sobre a missão do citado barão de Albufeira. A junta oppoz-se a similhante pretensão, não dando Silveira de ceder, mas contra sua vontade, o que fez com que Agostinho José Freire viesse a Lisboa pela meia noite do dia 30, para se inteirar das disposições da tropa e dos habitantes da capital. Certificado pelo juiz do povo e pelo seu escrivão de que nenhum motivo havia de receio, isto assegurou a junta, a qual se poz então em caminho para a capital. A marcha que os seus membros effectuaram de Sacavem até Lisboa foi feita em muitas partes debaixo de arcos triumphaes, os primeiros dos quaes se lhe levantaram no mesmo lugar de Sacavem, achando-se escripto em uns d'elles hum hymno á liberdade. No lugar da Portella tambem se lhes erigiu um, contando-se mais cinco em diversas paragens, achando-se o ultimo no Rocio, levantado á boca da rua do Amparo, que era magestoso e de bella architectura, contendo expressivas e conceituosas quadras em verso heroico. Por todo o seu transito se lhes cobriram as flores as carruagens, seguindo caminho no meio de grande applauso e incessantes vivas e acclamações, sendo estas interrompidas apenas por aquellas, que em particular se dirigiam a alguns d'elles. Muitos dos concorrentes se contentavam sómente com isto, mas todos queriam vel-os e appro-
 marem-se d'elles. Foi por este modo que entraram na

terrupção as transacções commerciaes entre os dois paizes
maiormente tendo-lhe sido requerida esta medida pelo co
sul da nação franceza em Lisboa.

Tal foi pois o feliz desenlace que por si teve a revolução
liberal do Porto de 24 de agosto de 1820, precursora com
de facto se constituiu do estabelecimento do governo pa
lamentar em Portugal.

CAPITULO VII

tinha a junta provisional encetado a publicação das suas primeiras medidas, quando se viu logo a braços com o marechal Beresford, chegado ao Tejo, vindo do Rio de Janeiro; mas fazendo-o cuidadosamente vigiar a bordo do navio que o conduzia, e negando-lhe o poder desembarcar em terra, como pedia, teve a final de fazer viagem para Inglaterra. A esta crise outra se lhe seguiu logo, tal foi a reacção, que contra si teve no dia 11 de novembro de 1820, promovida por alguns militares descontentes, tendo as instrucções elaboradas pela junta para a eleição dos deputados como destinadas a afastar os da referida eleição, e chamando o exercito para tal fim ás armas, conseguiram por este meio que as eleições se fizessem segundo o estatuto da constituição hespanhola, facto a que se seguiu dimittirem-se alguns membros da junta, que poucos dias depois tornaram a entrar para ella, por effeito de uma nova reacção, feita contra a do dia 11 de novembro. Enquanto isto se passava em Portugal, os diplomatas portuguezes, vendo a attitude hostil em que os soberanos das tres grandes potencias do norte da Europa se puzeram contra a revolução liberal da Hespanha, trabalharam quanto lhes foi possivel para que tambem intervissem nos negocios politicos de Portugal, o que não conseguiram. Entretanto faziam-se no reino tranquillamente as eleições dos deputados para as futuras côrtes, cuja abertura teve logar no dia 26 de janeiro de 1821, acto a que se seguiu a nomeação de uma regencia, para governar o reino, enquanto el-rei se achasse ausente d'elle. De concurso com estes acontecimentos teve logar a reunião dos tres já citados soberanos, da Russia, Austria e Prussia, no congresso de Troppan, depois do qual teve logar o de Laybach, em que abertamente se manifestaram contrarios ás revoltas liberaes, despidos da coadjuvação da Inglaterra, que d'elles se separára n'este ponto, pois que as más circumstancias de então lhe não permittia fazel-o, tanto pela fermentação que dentro d'ella havia, como por effeito da opinião publica dos inglezes, que mais era favoravel, do que opposta á revolta liberal da Hespanha. Todavia os referidos soberanos, sabedores como depois foram da revolta de Napoles, d'ella se deram por offendidos e se decidiram a combatel-a. A noticia dos successos de Portugal, tendo chegado ao Brazil, levantára grande enthusiasmo n'aquelle paiz, e sobretudo na côrte do Rio de Janeiro, onde uma complicação de successos deu em resultado sustar-se a vinda do principe real D. Pedro de Alcantara para Portugal, como ordenára el-rei seu pae, e vir em seu logar o proprio monarcha, o qual, largando do Rio de Janeiro para a Europa no dia 26 de abril de 1821, deixára no Brazil o principe seu filho como regente d'aquelle reino, para o governar segundo as instrucções de que o muniu.

Resumindo o que já no precedente capitulo fica relatado, vê-se que crentes alguns individuos do Porto, que em presença do triste estado do paiz não podia deixar de haver algum rompimento publico contra o governo por então existente, tomaram a resolução de se constituir em associação,

TO DE AGOSTO DE 1820. E INDEPENDENCIA
heral de Cadiz, rebentada n'esta cidade no
ultimo anno, e os auxilios moraes e physicaes
dito synedrio esperava, quem levou os senhores
de parte a apathia em que ate ali se achava
a comecarem a pôr por obra os meios de
que se tinham proposto. Fallados como por
comandantes dos corpos da guarnição do
regimento que se achava em Braga, cuja arma
d'elles conseguir, depois de removidas algumas
nos respectivos arranjos se deram, o grito de
liberdade finalmente na dita cidade do Porto no dia
de agosto de 1820, com applauso geral de
habitantes, sendo em seguida abraçado pelas
do norte do reino, sem discrepância de um
que as guarneciam. O abalo que a referida
em todos os moradores da capital comecou
logo que n'ella se receberam as primeiras
cessos do Porto, e apesar das providencias
antigos governadores do reino, para na
manter o socego, de tal ordem foi o referi
ousado arrojo de um simples tenente de
pondo-se com a sua companhia em marcha
quartel para o Rocio, no dia 15 de setem
attrahiu logo para esta praca todos os mais
nição, a que se seguiu constituir-se um

interino de Lisboa, formando com elle um só governo, não sem primeiro disputar pundonores de primazia, de que por fortuna da causa publica o dito governo interino nenhum caso fez, sujeitando-se de bom grado a tudo quanto a junta d'elle exigiu. Tal foi o resultado do desgosto geral em que a nação se achava, e tal a disposição dos espiritos em toda a parte do reino, que um governo n'elle estabelecido desde doze annos atrás, a contar desde 1808, não teve por si nem uma só bayoneta que o defendesse.

Tendo as tropas das provincias do norte dado o primeiro impulso ao movimento revolucionario do Porto, e tornando-se mesmo indispensavel que acompanhassem a junta provisoria, emquanto ella não soube da acquiescencia da capital aos novos principios politicos, forçoso foi que viessem com a dita junta até Lisboa, onde mais facil e commodamente podiam ser fornecidas e aquarteladas, sem oppressão dos povos, e mesmo tambem para pela sua parte partilharem o espectaculo dos grandes signaes de alegria e da união geral em que ainda por então se achava toda a nação portugueza, estado este para que as referidas tropas tanto tinham concorrido, e concorreriam para auxiliarem, se necessario fosse, a guarnição de Lisboa em beneficio e segurança da tranquillidade publica. No dia 5 de outubro verificou-se pois a entrada das referidas tropas na capital no meio dos mais ardentes vivas, dados com geral enthusiasmo a el-rei, á familia real, á religião, ao exercito, ás futuras côrtes e á constituição, sem que accidente algum desagradavel perturbasse nem levemente a boa ordem. No seguinte dia 6 expediram-se as ordens a todos os grandes do reino, aos tribunaes, corporações e pessoas conspicias, para prestarem o juramento de obediencia e fidelidade a el-rei, ao governo provisional, estabelecido em seu real nome, ás côrtes e á constituição, de que ellas se iam occupar, juramento que effectivamente se prestou, lavrando-se d'isto um auto para o authenticar¹. Igualmente se expediram as ordens a todos

¹ Documento n.º 74.

os bispos e aos mais prelados do reino, para fazerem nas suas respectivas igrejas um solemne *Te-Deum* em de graças pelos recentes acontecimentos, imitando ducta que o cardeal patriarcha tinha já tido, mandando lebrar o mesmo religioso acto na real capella da Ajuda dia 4 de outubro. No já citado dia 6 igualmente se e ram e nomearam para a junta preparatoria das cõr deputados pela provincia do Alemtejo, que foram fr quim Pereira Annes de Carvalho, freire da ordem de C e José Francisco Fernandes Correia, alem de mais dois pela provincia do Algarve, que foram o coronel tilheria Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira e Christovão de Figueiredo Mascarenhas. Dando-se pu aos trabalhos da mesma junta, expediram-se os conv raes, segundo o teor do programma que para este elaborára, de modo que ouvindo-se o voto mais sen nação, se procedesse com a devida madureza em i de tamanho interesse. Finalmente ainda no mesmo attendendo-se ao clamor publico, e ao desejo que verno tinha de prevenir qualquer accidente de que sem resultar sinistras apprehensões entre o povo, e elle para desempenhar o cargo de intendente geral licia o desembargador Filippe Ferreira de Araujo e assim como já no dia 4, e por semelhantes motivos nomeado igualmente para administrador do erario



de 1820¹. Elevado por ella á patente de marechal general, junto á real pessoa, determinou el-rei que por tal motivoassem debaixo da sua immediata auctoridade todos os corpos militares das tres linhas, primeira, milicias e ordenanças, bem como os objectos militares que tendessem á disciplina, armamento, recrutamento do exercito, estado das praças e quaesquer fortificações feitas, ou a fazer para a defeza do reino; igualmente se lhe pozeram á sua disposição os arsenaes reaes do exercito e fundições, trens, obras publicas militares, auctoridades e repartições civis do exercito, collegio militar, e tudo quanto fosse execução de regulamentos, leis e quaesquer diplomas que fixavam, ou para o futuro fizessem regra militar para todos, ou para quaesquer dos objectos referidos. Em todos estes pontos obrava portanto elle por auctoridade propria, sem audiencia, nem intervenção alguma dos governadores do reino, tendo só de dirigir a el-rei as respectivas propostas e participações, para elle as resolver por intermedio do seu ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra. Foi o general Campbell quem por parte do marechal veio participar ao governo a sua chegada e a intenção que tinha de desembarcar. Se elle já era temivel antes da citada carta patente, dispondo agora por effeito d'ella a seu inteiro arbitrio das tropas de primeira linha, das de segunda ou milicias, e da terceira ou ordenanças, todo o reino ficava de facto á sua inteira disposição, escapando apenas as creanças, os septuagenarios e decrepitos. Na propria cidade do Rio de Janeiro encontrou a citada carta patente a mais decidida desapprovação da parte até das personagens da mais alta graduação e importancia. Não admira pois que no meio de taes circumstancias o governo entendesse que do seu desembarque lhe podiam resultar as mais graves consequências, e que por tal motivo não só lh'o prohibisse, mas té vedasse a par d'isto toda a communicação da terra com o mar, sendo esta cuidadosamente vigiada de dia e de noite. Com isso não representou elle os amplos poderes de que vinha

¹ Documento n.º 75

revestido, allegação que o governo lhe rebateu com a da reivindicação, que a nação tinha ultimamente feito dos seus direitos, com o perigo que corria a tranquillidade publica, e a impossibilidade de lhe poder em tal caso garantir a inteira segurança da sua pessoa. Bem longe pois de lhe permitir o desembarque, instava com elle para que quanto antes saísse do Tejo pelas razões expostas. Nem as ameaças, nem os meios de brandura de que usou o marechal demoveram o governo estabelecido da resolução que a seu respeito tomára, de que resultou ter de acceder ás instancias que lhe foram feitas, desistindo até do pedido que tinha feito de desembarcar como particular, para tratar da sua saude e regular os negocios da sua casa antes da sua partida. Foi só no dia 18 de outubro que elle saiu effectivamente do Tejo para Inglaterra a bordo do vapor *Arabella*, sendo notavel que isto succedesse no proprio dia anniversario da morte do infeliz e desditoso Gomes Freire de Andrade.

Todavia antes da sua partida mandou-se-lhe dizer que entregasse os despachos de que tinha vindo encarregado para os governadores do reino, ao que elle se recusou. N'este meio tempo entrou igualmente no Tejo o navio *Phœnix*, em que vinham as segundas vias dos referidos despachos, de maneira que o governo recebeu tambem com elle a segunda via de um conhecimento de 106:952 pesos e 128 panhoes, que a bordo da citada nau *Vengeur* vinham para os governadores do reino, dirigidos ao patriarcha. Immediatamente se mandou apresentar o dito conhecimento ao commandante da nau, o já citado capitão Maitland, o qual, depois de consultar algumas pessoas em Lisboa, e terem-lhe ellas dito que pelas leis mercantis não deveria negar-se entregal-o, uma vez que o thesoureiro do erario, Joaquim da Costa e Silva, lhe apresentava em devida fôrma o referido conhecimento, que vinha em seu nome, consentiu em desembarcar a dita somma, exigindo do governo uma declaração de que, no caso de sua magestade el-rei não approvasse a entrega, o governo existente seria obrigado a restituir-lh'o. Foi portanto o capitão Maitland, e não o marechal Beresford.

como geralmente correu por aquelle tempo, quem entregou aquella somma ao governo de Lisboa¹. A nau *Vengeur* foi escoltar o marechal Beresford algumas leguas ao mar, na companhia do qual ia o seu ajudante de ordens Watson, o coronel de artilheria Arenstchild, e o marechal de campo sir John Campbell, que tambem havia recebido ordem do governo para sair de Portugal, em rasão do grande partido que tinha no exercito. A referida nau, depois de haver prestado aquella escolta, voltou a Lisboa para se refazer de viveres e aguada, seguindo por fim para o Mediterraneo, em cumprimento das ordens superiores que para isso tinha.

Durante estas occurrencias houve com o commandante da dita nau e a sua tripulação todas as considerações devidas á nação ingleza, ao seu governo e aos deveres da mais rigorosa hospitalidade. Comtudo, para evitar qualquer antecipação desfavoravel, que podesse resultar de boatos muitas vezes espalhados e acreditados pela ignorancia ou malevolencia, dirigiu o governo a lord Castlereagh, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros em Londres, duas notas, acompanhadas dos documentos que verificavam o seu conteúdo, a fim de que o governo inglez tivesse uma justa e exacta informação de tudo o que na realidade se tinha passado em Lisboa com o marechal Beresford, notas a que o mesmo Castlereagh mandou responder por uma sua nota. A somma acima mencionada dos 406:952 pesos duros, recebidos pelo thesoureiro mór do erario, e uma outra somma, representada por duas letras sacadas sobre Londres, fazia o total de 400 contos, que era a importancia do socorro pecuniario, que el-rei mandára em beneficio de Portugal. Por occasião da entrada da nau e da chegada do marechal general ao porto de Lisboa foi que o governo se viu obrigado a mandar intimar a alguns officiaes inglezes, que precedentemente serviam no exercito portuguez, a sua prompta saída para fóra do reino, e havendo successiva-

¹ Assim se lê no officio que D. José Luiz de Sousa dirigiu para o Rio de Janeiro a Villa Nova Portugal em 10 de dezembro de 1820.

mente repetidas queixas de outros, que dispersos pelas provincias se não conduziam de uma maneira conveniente ás circumstancias do paiz, abusando da condescendencia do governo, e dando occasião a reparos e suspeitas, que podiam degenerar em tumultos populares, julgou o mesmo governo dever tomar a resolução de os fazer igualmente sair do reino, guardando-lhes as promessas que se lhes haviam feito, ao saírem da situação em que se achavam no exercito. Varias outras medidas foram sendo tomadas pelo mesmo governo, sendo uma d'ellas a de resolver por si alguns dos negocios, que d'antes só eram resolvidos no Rio de Janeiro, o que occasionava ás partes interessadas não pequenas despezas e consideraveis incommodos, a par de uma demora de dois annos e mais, entre as diligencias que se faziam para os alcançar e o definitivo despacho d'elles.

Passadas que foram as difficuldades em que a chegada do marechal Beresford ao Tejo viera pôr a nova situação politica do reino, outras se lhe levantaram em breve, sendo estas de muito maior duração, e de mais graves e funestas consequencias do que as anteriores. Entre os officiaes do exercito, dedicados ao governo liberal recentemente proclamado, havia uns que por mais moços, activos e intelligentes, aspiravam á mais lata liberdade; e influindo muito n'este seu modo de pensar a leitura que tinham da historia das republicas de Grecia e Roma, não se conformavam n'este ponto com o modo de pensar, que suppunham n'alguns dos membros mais influentes do chamado governo supremo do reino. Formavam estes moços officiaes um exaltado club, que tinha as suas sessões n'uma das casas fronteiras ao antigo convento de S. Francisco da cidade, que é o mesmo edificio onde ao presente se acham a bibliotheca publica e a academia de bellas artes. Este club estava portanto em aberta opposição aos citados membros do governo, geralmente pertencentes á classe da magistratura, ou a ella dedicados, o que era mais um novo motivo de indisposição contra elles, pela grande rivalidade que desde a guerra da peninsula existia entre estas duas classes, indisposição filha talvez das de-

encijs que os militares por então tiveram dos magistros, quanto a aboletamentos, meios de transporte, etc. Porém como for, certo é que esta rivalidade ainda existia pronunciada em 1820, sendo frequente verem-se os magistrados designados pelos militares pelos termos chulos *culas* e *becas*. Esta mesma indisposição contra os magistrados partilhava igualmente o ex-presidente da junta do reino, Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, vice-presidente da regencia em Lisboa do supremo governo do reino, servindo de presidente, no que tambem era acompanhado pelo seu filho, o Sr. Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, commandante de uma das grandes divisões do exercito, vindo do norte, chamada divisão do norte. Parece que a causa mais principal do descontentamento d'estes dois individuos era a divergencia de opiniões em que estavam com alguns dos membros do governo, como desde aquella cidade se tinha manifestado na sua marcha para Lisboa, querendo aquelles dois individuos, de concurso com Cabreira, que a revolução não passasse a mais do que a expulsar do exercito o general Beresford e os officiaes inglezes, e a promover a restauração de el-rei para Portugal por meio da convocação dos Estados dos tres estados, sem n'elles se fazer innovação alguma que d'antes eram, cousas em que contrariavam a opinião da maioria dos membros do governo, os quaes eram igualmente combatidos pelos membros do club militar acima mencionado. Já se vê pois que em similhantes circumstancias facil era a uns e a outros descontentes ligarem-se entre si contra os que reputavam seus inimigos communs, na primeira occasião opportuna que apparecesse, não obstante a diversidade de motivos que entre elles havia, para a sua opposição aos citados membros.

O apparecimento d'esta occasião não se demorou, tendo resultado por elleito da publicação de uma proclamação, ou manifesto, relativo á convocação das proximas côrtes, e das instrucções para a eleição dos deputados, datadas de 31 de julho, e logo remettidas a todos os magistrados dos differentes districtos do reino. Por estas instrucções o povo es-

elas em que o voto do povo está mais em conta, e
ativa eleição dos deputados, circumstancia que
instruções de 31 de outubro, pois que n'ellas
logo os eleitores que haviam de eleger os de
passo que segundo a constituição hespanhola
os commissarios, os quaes elegiam depois os
comarca, sendo estes os que a seu turno elegiam
deputados ás côrtes na sua respectiva provin-
portanto o serem as instruções de 31 de outo-
braes que as prescriptas na constituição hec-
as eleições a verdadeira causa do descontentam-
militar, mas sem o de pensarem os seus membros
tinham por fim favorecer a eleição dos chama-
prejudicar a dos militares. Com esta crença os
club militar (entre os quaes sobresaia muito, pe-
das suas idéas politicas, o ja citado capitão
n.º 4, Bernardo de Sá Nogueira, tiveram o go-
rannico e encaunhado decididamente á monar-
por verem que nas citadas instruções de 31 de
não marcava regra certa para as autoridades,
de presidir ás mesas eleitoraes, confiadas por-
n umas partes aos corregedores, n outras aos
n outras finalmente aos juizes de fora, parecendo
o governo buscava escolher pessoas que lhe fizes-
ções, segundo as suas indicações e desejos, em

tra certos membros do governo, olhados como causa d'isto. O coronel João Galvão Mexia Origni, transformado alguns annos depois em famoso miguelista, sendo por então um outro dos mais activos e exaltados membros do seu respectivo club, comprando um compositor da imprensa nacional, conseguiu d'elle que lhe atirasse para a rua por uma das suas janellas uma prova das citadas instrucções eleitoraes de 31 de outubro. Com ella na mão correu logo ao centro do referido club, e mostrando-a aos seus correligionarios, qual toga ensanguentada de Cesar ao senado romano, olhou as ditas instrucções, no discurso que fez sobre o assumpto, como destinadas a sacrificar a classe militar á dos bachareis e desembargadores, sendo estes os favorecidos nas eleições, e excluidos os militares, circumstancia que obrigava estes a recorrer a um appello para o exercito, a fim de por este modo excluïrem do governo os membros tidos por seus adversarios.

A publicação pois das citadas instrucções, precedida da já citada proclamação dos membros do governo para a convocação das côrtes¹, irritou tanto mais os membros do club militar, quanto que manifestamente viram n'ellas o completo desprezo da supplica, que já em 27 de outubro o juiz do povo, tido como seu representante, havia dirigido á junta provisoria preparatoria das côrtes, concebido nos seguintes termos: «Os corpos militares da guarnição de Lisboa, scientes, pela certidão junta, que o povo d'esta capital já fez conhecer á junta provisional preparatoria das côrtes, que desejava que o nosso primeiro congresso nacional fosse convocado como determina a constituição hespanhola, unidos ao voto geral da nação, respeitosamente pedem á mesma sabia junta, pelo órgão dos officiaes abaixo assignados, que tome o voto expressado na representação do povo, como o seu proprio, pois que acham que o sobredito methodo de convocação é o unico que nos pôde conduzir á posse de uma constituição liberal». Assignaram esta representação os officiaes do regi-

¹ Documento n.º 76. .

mento de cavallaria n.º 4, infantaria n.º 1, caçadores n.º 3, infantaria n.º 10, artilheria n.º 1, infantaria n.º 4, caçadores n.º 1, infantaria n.º 16, guarda real da policia e batalhão de artífices engenheiros. Tido portanto como obra de um plano systematico dos magistrados o indeferimento, que de facto se deu á supplica acima referida, com a publicação das citadas instrucções de 31 de outubro, semelhante circumstancia tornou-se portanto mais um dos motivos, que levaram os membros do club militar a chamar a campo o exercito; e acordando-se para este fim com Antonio da Silveira, induziram novamente o juiz do povo e o seu escrivão a que dirigissem uma carta ao commandante em chefe do exercito do norte, o marechal de campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, expondo-lhe que o povo não estava contente com o modo de proceder ás eleições, e que por tal causa lhe pediam que, reunindo o exercito, fizesse proclamar a constituição hespanhola, a qual, sendo modificada pelas côrtes, convocadas á maneira por que n'ella se ordenava, se apropriaria depois aos usos, costumes e população do paiz¹. A semelhante pedido se prestou de bom grado Gaspar Teixeira, outro individuo que depois se tornou em famoso miguelista, honrado por este partido, pelos serviços que lhe fez, com o titulo de visconde do Peso da Regua. Seu sobrinho, José de Sousa Pereira de Sampaio (que tambem, como o tio, passou por outra igual transformação politica a abraçar a causa miguelista, merecendo-lhe por tal motivo o titulo de visconde de Santa Martha), sendo então ajudante general do exercito, foi na noite de 10 para 11 de novembro o andador e o portador das ordens para que os commandantes dos corpos estivessem de sobreaviso na manhã seguinte. Effectivamente Gaspar Teixeira expediu no dia 11 de novembro, como general commandante do exercito do norte, uma ordem parada geral a todos os corpos de que elle se compunha para se irem postar nas praças principaes da cidades, isto no Terreiro do Paço, para onde fôra a divisão ligeira. Rocio

¹ Documento n.º 77.

tudo isto pedia-se mais, que o commando em chefe de toda a força armada do reino se confiasse ao citado marechal de campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, em quem aliás foi investido, a pretexto de ser necessario que um chefe só dirigisse as medidas, que se deviam tomar para assegurar a tranquillidade do reino. Os membros presentes da junta provisional, temendo as funestas consequencias da sua resistencia, assim executaram pela sua parte o que d'elles se exigiu, encorporando-se-lhes logo os quatro novos membros, que nos citados artigos se tinham para tal fim nomeado. Do respectivo juramento se formou um auto, que os antigos e novos membros do governo assignaram, declarando que accediam a todos os artigos propostos, jurando de os observar e praticar¹. Todas estas resoluções estavam já tomadas, quando o mesmo Gaspar Teixeira, julgando hostile uma manobra feita pelo coronel Sepulveda, que ao Terreiro do Paço acabava de chegar, assumindo o commando da divisão ligeira, depois de acabado o conselho militar, onde também assignára a respectiva acta, mandou immediatamente observar o mesmo Sepulveda, ao passo que Sebastião Cabreira, apresentando-se de luvas de anta até ao meio braço e de collar de folhos em volta do pescoço, á maneira de 1800, mandou carregar as peças a bala e metralha, accender murrões, e enfiar com ellas as principaes ruas da cidade baixa. No castello também a artilheria se achava carregada, e prompta a executar qualquer ordem que se lhe desse. No meio d'este apparato militar, que os habitantes de Lisboa viram com terror e susto, se foram elles dispersando tranquillamente, mandando-se por fim as tropas para os seus respectivos quartéis, tendo antes d'isso todos os commandantes dos corpos sido chamados ao palacio do governo, não só para igualmente jurarem a constituição hespanhola, mas também para serem encarregados de instruirem os corpos, que commandavam, do objecto da formação da tropa, o qual se suppoz ignorado por alguns dos mesmos commandantes.

¹ Documentos n.ºs 78 e 79.

Por este modo ficou sendo o dia 11 de novembro de 1820 a ominosa recordação para os liberaes, pela poderosa reacção moral, que as sociedades secretas desde logo lhe declararam, começando a empregar contra o que n'elle se tinha decidido todos os meios de hostilidade de que podiam dispor.

No dia 13 do citado mez de novembro Gaspar Teixeira dirigiu uma proclamação aos habitantes de Lisboa¹, participando-lhes que, não havendo o governo supremo do reino feito caso algum da representação, que o juiz do povo com o seu escrivão e a tropa lhe tinham dirigido, com relação á formação das côrtes, julgava elle do seu dever *apoiar o referido pedido, ou representação por meio de um movimento e junção das tropas da capital*, de que resultou jurarem-se finalmente as disposições estabelecidas na constituição hespanhola com as alterações, que as mesmas côrtes houvessem por bem fazer-lhe. Já se vê pois que pôr as tropas em movimento e juntal-as para apoiar o primitivo pedido, que se dizia feito pelo juiz do povo com o seu escrivão, mas que de facto não era mais do que a expressão da vontade dos membros do club militar, por elles mesmo formulada e commettida ao citado juiz do povo, para apresentar o pedido como seu, não era apoiar esse pedido, mas era obrigar bem claramente o governo a fazer o que o referido club queria pela presença da força militar, que de armas na mão se lhe poz diante, postada por elle general em volta do palacio do mesmo governo, munida de cartuchos embalados e com artilheria carregada a metralha com murrões accesos, facto este que constituiu o respectivo pedido em mando imperativo, e o deferimento que por fim se lhe deu, em obra de verdadeira coacção e violencia, como realmente todos por então o consideraram. Os furores de Antonio da Silveira Pinto da Fonseca não pararam com os triumphos que alcançou dos seus adversarios, ou com os triumphos do dia 11 de novembro. No citado dia 13 d'este mez apresentou elle aos seus collegas

¹ Documento n.º 80.

no governo um periodico, cheio de insinuações calu contra certos individuos, membros do mesmo gove se não nomeavam; mas que manifestamente se des de facto como inimigos das mudanças que se tinham citado dia 11; e como a commissão de censura nã concedido a publicação do referido jornal, pediu ao que ordenasse a sua dita publicação. Os membros a eram Hermano José Braamcamp do Sobral, Frei F de S. Luiz, Manuel Fernaudes Thomás e José Joaq reira de Moura, os quaes, vendo a conducta de Silv com elles, pediram com instancia a sua demissão, governo se não julgou auctorizado a dar-lhes, nem lhes, e como por este facto se reputassem vagas as rias dos negocios do reino, fazenda e estrangeiros, encargo da primeira ao bacharel José Manuel Fei Sousa e Castro, o da segunda ao conde de Sampaio terceira ao vice-presidente do governo, o mesmo Al Silveira.

As folhas publicas da capital principiaram então mar com a maior violencia contra os successos de acompanhadas n'este clamor bem pronunciadame opinião publica, exacerbada pelos clubs, á vista de desgosto que tinham causado na grande maioria o tantes de Lisboa, sem que todavia se alterasse a socego publico, raro exemplo de prudencia e mo

rem. A divisão manifestada entre as pessoas do governo, e o abuso que os commandantes militares tinham feito da obediencia e subordinação dos seus soldados, fez pensar na possibilidade do paiz ir cair n'uma anarchia, ou em um despotismo militar, em consequencia d'aquella mesma luta. Considerando-se estes novos motivos, juntos com o que já existia, filho da permanencia de um tão grande numero de tropas em Lisboa e da altivez de alguns militares, facil é de acreditar que a exasperação era geral, e como bem fundada podia produzir uma crise, tanto mais funesta, quanto menor era a auctoridade e influencia do novo governo para a conter. Entretanto Gaspar Teixeira ia ainda por diante com o seu projecto. Apesar da sua já citada proclamação, o descontentamento publico crescia; os periodicos já abertamente murmuravam da sua conducta, provando que o juiz do povo e o seu escrivão não podiam ser considerados como os interpretes da vontade da nação. Varios officiaes houve que declararam mesmo que tinham sido enganados, outros havendo que abertamente protestaram contra os acontecimentos do dia 11. Foi portanto em virtude de um desgosto tão geralmente manifestado, e que tão patente appareceu, no publico, que os proprios chefes militares, reconsiderando o mal que tinham feito como auctores e promotores dos citados acontecimentos, bem como das cartas que haviam dirigido á suprema junta, tomaram a resolução de formarem um novo conselho, convocado pelo proprio marechal de campo, Gaspar Teixeira, no dia 17 do citado mez de novembro, para o palacio do governo, onde accordaram em lhe fazer uma outra proposta, destinada a que as cousas voltassem outra vez ao seu estado anterior, proposta assim concebida: «1.º, o estado actual da capital e da opinião publica demandam que novamente entrem no governo os deputados que pediram a sua demissão, para o que não concorreu o exercito, poisque o exercito com a nação o reconheceu até á installação das côrtes; 2.º, que as eleições para a escolha dos deputados em côrtes, sejam feitas pelo mesmo systema que na consti-

tuição hespanhola é prescripto ¹, por ser opinião geral da nação e do exercito, unico motivo que deu occasião á parada geral do dia 11 de novembro; 3.º, que tudo o mais que se determina na constituição hespanhola se não possa pôr em pratica, emquanto se não ajuntar o congresso dos deputados, fazendo n'ella as alterações que se julgarem convenientes, sendo igualmente liberaes».

Esta proposta foi assignada por 50 officiaes superiores e commandantes de corpos na data do citado dia 17. Consequentemente os quatro membros que se haviam demittido, foram por officio do mesmo dia 17 convidados a concorrer ás sessões do governo desde o dia seguinte em diante, em que a junta provisional proclamou tambem aos habitantes de Lisboa, não sómente pintando a situação das cousas n'aquella epocha e o estado da opinião publica, mas até promettendo sustentar intrepida os direitos de todos os portuguezes, manter inviolavel os sagrados fóros da justiça e da virtude, derramando, quando necessario fosse, o seu sangue em defesa da patria, do rei, da constituição e da publica liberdade ². Da referida junta retiraram-se os membros que se lhe tinham aggregado, e o proprio Gaspar Teixeira, declarado no citado dia 11 commandante em chefe do exercito, teve de demittir de si esta qualificação, por officio que elle proprio na

¹ A constituição hespanhola determinava que cada 70:000 almas dessem um deputado; mas como por esta disposição as nossas côrtes não poderiam ter mais de 40 deputados, e o governo queria que a representação nacional não tivesse menos de 100, necessario foi ordenar elle, que por cada 30:000 almas se elegeisse um deputado. Outra circumstancia notavel tinham tambem as eleições em Hespanha, havendo: 1.º, eleição de compromissarios; 2.º, eleição que estes faziam para eleitores; e 3.º, finalmente, eleição que estes faziam para deputados. Para cada uma d'estas eleições devia haver um *Te-Deum*, de modo que para cada deputado devia haver tres *Te-Deuns*, e como para as nossas eleições se adoptou tambem esta regra, viemos nós a ter 300 *Te-Deuns* para o nosso congresso de 1821. Por conseguinte não foi por falta de graças a Deus que elle devia deixar de cumprir com o seu dever de felicitar a nação.

² Documento n.º 82.

de 18 dirigiu ao governo, o qual no mesmo dia respondeu ao dito officio. O coronel e vice-presidente da junta provisional, Antonio da Silveira, que tamanha influencia havia nos acontecimentos dos precedentes dias, tendo já sido ouvido no dia 16 da attitude, que contra elle tomára a opinião publica, pediu igualmente a sua demissão, pretextando a perigosa enfermidade de que dizia ser victima, pedido que depois contrariou, querendo no dia 20 voltar ás sessões do congresso ¹. Esta resolução, combinada com os ultteriores actos, pareceu envolver uma manifesta duplicidade, originando receios de consequencias, não só desagradaveis, mas mesmo perigosas para a nova ordem de cousas, o que fez com que o governo o mandasse sair da capital por ordem, que para isso lhe expediu no dia 20 ². Achando-se portanto a junta do governo sem vice-presidente, e continuando sendo o principal decano, seu presidente, nomeou ella o Sr. de Sampaio em substituição a Antonio da Silveira. Os successos do dia 17, e a proposta militar approvada n'esse dia, deram em resultado o nenhum effeito das instrucções, de 31 de outubro se tinham formalisado para as eleições de deputados ás côrtes, adoptando-se no dia 22 de novembro outras, analogas ás empregadas em Hespanha para o mesmo fim, convenientemente modificadas, dirigindo-se em cartas de officio para todas as comarcas do reino, publicando-se tambem no *Diario do governo* ³.

Se a mente dos membros do club militar era a de se acambar a constituição de Hespanha e a de substituirem as instrucções eleitoraes de 31 de outubro por outras, em conformidade com as determinações da mesma constituição sobre este ponto, conseguiram elles effectivamente o seu fim com a adopção das de 22 de novembro. Por ellas a junta provisional fez as alterações indispensaveis sobre as do systema eleitoral, determinado pela constituição hespanhola, á

¹ Documentos n.º 83 e 84.

² Documento n.º 85.

³ Estes successos foram participados para o Rio de Janeiro em officio de 2 de dezembro de 1820, como se vê do documento n.º 81.

vista das circumstancias especiaes do paiz, como por meio de uma circular participou na mesma data de 22 de novembro ás auctoridades, a quem pertencia effectuar os trabalhos eleitoraes. Segundo as citadas instrucções, para as eleições dos deputados ás côrtes, dever-se-iam formar juntas eleitoraes de freguezias, de comarcas e de provincias. As juntas eleitoraes davam por cada 200 fogos um eleitor de comarca, ou compromissario. Estes eleitores parochiaes tinham de reunir-se na cabeça da comarca, para eleger os eleitores de comarca, cujo numero devia ser o triplo dos deputados que tinham de eleger. Pela sua parte estes eleitores de comarca, reunindo-se na capital da provincia, eram os que deviam eleger os deputados, que tinham de se mandar ás côrtes. Entretanto como havia povoações de um numero de fogos inferior a 200, que ficariam sem representação, necessario foi providenciar sobre este ponto, determinando-se que cada logar ou freguezia de 20 fogos elegeria um compromissario, a de 30 a 40 dois, a de 50 a 60 tres, e assim progressivamente. Cada onze, ou pelo menos cada nove d'estes compromissarios nomeavam um eleitor de parochia; cada 21, ou pelo menos cada 17, dois; cada 31, ou pelo menos cada 25, tres; ou os que correspondessem. Todo o cidadão que passasse de vinte e um annos completos tinha direito de votar, quando na sua respectiva povoação exercesse emprego, officio ou occupação util. Por conseguinte nas primeiras eleições, ou nas parochiaes, o voto era universal. As juntas eleitoraes de parochia, com relação ao anno de 1820, deveriam ter logar no segundo domingo do mez de dezembro; as de comarca no terceiro domingo do dito mez, e as de provincia no quarto domingo, de modo que a reunião dos deputados deveria ter logar em Lisboa no dia 6 de janeiro de 1821 como era expresso na citada circular de 22 de novembro.

Depois do que temos dito parece dever aqui levantar-se a questão de saber se o movimento do dia 11 de novembro — filho sómente da causa, que ostensivamente se lhe deu, ou — seria filho da influencia do grande club militar de Madrid de que já n'outra parte fallámos, querendo que em Portugal

se acclamassem uma constituição igual á da Hespanha, ou que não fosse menos liberal do que ella, como entre nós effectivamente se fez, por effeito d'aquelle movimento, e em Napoles se tinha igualmente feito, por influencia d'aquelle mesmo club. Suspeitámos bem que sim, posto que d'isto nada até hoje tenhamos encontrado de positivo. Seja porém como for, certo é que o citado movimento de 11 de novembro, não contrariado no essencial pelo do dia 17, foi filho de aspirações politicas, destinadas a dotar o paiz com uma constituição a mais liberal possivel, dando-se com aquelle movimento a circumstancia de Antonio da Silveira se aproveitar d'elle para expulsar do governo quatro dos seus membros, que tinha por seus inimigos. Em presença d'esta circumstancia Bernardo de Sá Nogueira e os seus amigos politicos separaram-se logo de Silveira e dos seus partidistas, dando-se por contentes de levar o governo a satisfazer as suas ditas aspirações. Todavia o citado movimento do dia 11 foi pelos jornaes d'aquelle tempo fortemente combatido, como já dissemos, accusando-o de anarchico e illegitimo. O mesmo Bernardo de Sá, tomando isto como offensa á sua obra, saiu em defeza d'ella pela imprensa, mostrando ser tão legitima, como o tinha sido a revolução do Porto de 24 de agosto d'aquelle anno, *por se ter visto em ambas ellas assumir o exercito pelos seus actos a soberania nacional, entendendo que lhe competia mantel-a, enquanto se não reunissem as côrtes constituintes*. Esta sua opinião elle mesmo a fez saber ao governo por meio de uma carta, que dirigiu a um dos seus membros, publicando tambem pela imprensa n'aquella epocha uma analyse das instrucções eleitoraes de 31 de outubro, nas vistas de mostrar quanto ellas eram contrarias á verdadeira liberdade dos votantes. Este procedimento foi tido pelo governo como altamente subversivo, sendo Bernardo de Sá Nogueira mandado por esta causa preso para o castello de S. Jorge em Lisboa, e depois em deportação para a praça de Almeida.

Na sessão das côrtes de 8 de maio de 1821 discutiu-se largamente o procedimento d'este bravo e intelligente offi-

cial, por occasião da discussão de uma proposta de amnistia para os differentes crimes politicos. A commissão porém excluia-o da amnistia, excepção odiosa, e prova evidente da sua parcialidade e injustiça para com elle. O deputado José Victorino Barreto Feio, um outro membro do club militar das mais avançadas idéas politicas, fallando energicamente contra esta parte do parecer da commissão, defendendo com calor a sua obra e o seu amigo, disse: «Senhores, o capitão Bernardo de Sá Nogueira é um dos cidadãos mais beneméritos da patria; elle serviu na guerra com um valor igualado por poucos, e excedido por nenhum, unindo a esta qualidade militar um excessivo amor da patria e um admiravel comportamento civil, merecendo por isso em todo o tempo a geral estima dos seus companheiros de armas e dos seus concidadãos. Terminando a guerra, desejando habilitar-se para maiores serviços, passou a seguir os estudos mathematicos na universidade de Coimbra. Se ahi se conduziu bem ou mal, alguns dos respeitaveis membros d'este congresso foram seus lentes, elles o poderão dizer ¹. Foi elle um dos beneméritos da patria, que no dia 15 de setembro fizeram mais serviços; elle fez decidir o seu regimento (o 4.º de cavallaria) pela causa da nação, e estando já prompto a marchar, soube que o seu coronel estava em casa de D. Miguel Pereira Forjaz, e teve a generosidade de ir pessoalmente convidal-o a ceder-lhe a gloria de uma acção que elle, se fosse mais ambicioso, podia fazer sua.»

Continuando Barreto Feio a enumerar os serviços de Bernardo de Sá Nogueira, queixando-se de que o governo o li-

¹ Effectivamente passada a guerra da Peninsula, correndo o anno lectivo de 1818 para 1819, Bernardo de Sá Nogueira (mais tarde Marquez de Sá da Bandeira) foi matricular-se no primeiro anno mathematico e philosophico da universidade. No anno de 1819 para 1820 matriculou-se tambem no segundo anno das mesmas faculdades, fazendo quebrar esta sua carreira litteraria os acontecimentos politicos, que seguiram á revolução liberal do Porto de 24 de agosto de 1820, p grande enthusiasmo com que abraçou a causa liberal por ella promovada, não tornando mais á universidade,

vesse mandado preso para a cadeia do castello de S. Jorge, e de lá para a praça de Almeida, em rasão de haver dirigido ao governo a carta de que acima se fez menção, carta em que circumstanciadamente expunha as causas que haviam dado logar aos successos do dia 11 de novembro, a fim de justificar a sua conducta e ao mesmo tempo a do exercito. O presidente que por então era das côrtes, Manuel Fernandes Thomás, respondeu ao deputado Barreto Feio, dizendo «que o governo havia procedido com a necessaria informação, pois que o capitão Bernardo de Sá lhe escrevêra uma carta inteiramente destructiva de toda a ordem social; e não sómente n'esta carta avançava opiniões taes, *como a de residir a soberania na força militar*, mas até elle mesmo por toda a parte divulgava essas opiniões, sendo elle tambem o proprio que lêra a sua dita carta a muitas pessoas da capital, e elle mesmo se dizia auctor dos acontecimentos do dia 11 de novembro. Ora um homem (continuou dizendo o presidente) que pratica todas estas acções parece que pôde dizer-se que tem culpa formada, e que em consequencia o governo não obrou sem informação, nem devia deixar de fazer de sair de Lisboa um homem, que se preparava para outro dia 11. Terminou por isso o presidente, dizendo que lhe parecia justo, e que approvava o parecer da commissão a tal respeito». A discussão d'este assumpto tornou-se então muito acalorada, tomando parte n'ella os deputados José Joaquim Ferreira de Moura, Francisco Simões Margiochi, José Antonio Guerreiro, Francisco Xavier Monteiro, Manuel Borges Carneiro, Francisco Soares Franco, João Maria Castello Branco, Hermano José Braamcamp do Sobral e Henrique Xavier Baeta. Por fim decidiu a camara que se concedesse geral amnistia e liberdade a todas aquellas pessoas, que antes da installação das côrtes estavam presas, ou *adstrictas a vicer* em sitio determinado; não se entendendo porém que por isso tivessem direito a serem reintegradas nos logares que occupavam, antes do facto que dera logar á sua prisão.

Esta ampla amnistia, originariamente motivada para liber-

devaneios de uma politica excessiva, que por
tão fortemente o dominava na sua pouca e fo-
vinte e cinco annos, fascinados como costumam
pelas utopias de uma democracia ideal, de que
mente fomos victimas em idade igual, em que
nheciamos os homens e as cousas, democracias
as mais puras e patrioticas vistas na leitura
dos homens illustres de Plutarcho, e nas scenas
rias das antigas republicas de Grecia e Roma.
velmente terá tambem succedido a muitos outros
contemporaneos, n'uma idade em que as pa-
mancismo e o maravilhoso tão fortemente domi-
ção humano. Chegando a Lisboa, Bernardo de-
dado pelo governo a aceitar uma commissão
que elle se recusou, dizendo que nada aceita-
a futura constituição não houvesse claramente
os direitos dos governados e dos governantes.
licença para ir servir em Napoles em defeza da
liberaes d'aquelle paiz, proclamadas n'elle
e contra as quaes se preparava já a marchar
exercito austriaco. Esta licença foi-lhe concedida
vamente marchou por Hespanha para o seu
já não pôde chegar a tempo de desembainhar
em favor da liberdade de Napoles, por haver
exercito occupado já aquelle reino, dispersando
sentação nacional. Á vista pois d'isto, pedis-

viu as lições de alguns dos primeiros sabios da França, taes como Cuvier, Geoffroy Saint-Hilaire, Blainville e varios outros¹.

Data do apparecimento do governo liberal em Hespanha e Napoles o começo das tramas, contra tal governo urdidas pelos gabinetes das grandes potencias do norte da Europa. A Russia foi pela sua parte a potencia que, apenas teve logar a revolução liberal em Hespanha, sem rebuço se manifestou logo em aberta hostilidade contra ella, sem que nenhuma outra potencia a coadjuvasse por então. Seguiu-se á da Hespanha a revolução liberal de Napoles, e depois a da Sicilia. Foi então que o governo austriaco, receiando que os seus estados da Italia se deixassem tambem levar do contagio liberal, se lançou energico e decidido na politica libertecida, prestando-se a apoiar as mais potencias, que se propozessem a repellir o damno, que as ameaçava em commum, conseguindo aggregar a si os gabinetes de S. Petersburgo e Berlim. Tanto estes gabinetes, como todas as mais pessoas inimigas dos governos liberaes, attribuiam ás sociedades secretas as revoluções, feitas em favor dos referidos governos, e tão patentemente o faziam algumas d'ellas, que em Napoles, Pontecorvo e Benevento os seus proprios chefes se intitulavam publicamente serem *os restauradores da liberdade*. Os agentes d'ellas, diziam mais os ditos gabinetes, procuram corromper a lealdade das tropas, para terem a força a seu favor; esforçam-se para semear a sizania entre os soberanos, a fim de que estes, desunindo-se, não empreguem contra o inimigo commum as forças de que podem dispor; excitam alem d'isto a des-

¹ Pedimos ao leitor benevolo nos desculpe o termos-lhe apresentado acima as poucas linhas da vida de um contemporaneo illustre, que por muitos annos conhecemos como homem de muita honra, patriota e liberal decidido, homem que por muitos annos tivemos por particular amigo, e cuja morte, não obstante terem-se já passado quatro annos, ainda tão forte e vivamente nos punge o coração de dôr, poisque dos seus meritos, honra e illustração não conhecemos quem entre os contemporaneos o excedesse.

confiança dos governos para com aquelles dos seus empregados publicos, cuja conducta politica se mostra imprehensivel e leal, com o sinistro fim de desapossar dos logares que se lhes conferiram, e de introduzir nelles os individuos das suas seitas, e de transtornarem em tão tudo, segundo os seus perversos intentos, que são os de aniquilar os governos existentes, e a religião dos estados. Para este fim recorrem a todos os meios, e particularmente ao mais vil, que é o da calumnia. A aristocracia e o clero são os especiaes objectos do seu odio, convencidos de que só destruindo estes dois necessarios corpos nas monarchias é que conseguirão abater os thronos, que é o alvo a que se dirigem todas as suas machinações.

Foram por conseguinte as revoluções liberaes de Hespanha, Napoles e Portugal as que despertaram o ciume das tres grandes potencias da Europa, Austria, Russia e Prussia, cujos soberanos contratarem entre si uma liga, a que chamaram *Santa Alliança*, com o fundamento ostensivo de manterem a paz e a tranquillidade da Europa, quando de facto não tinham em vista mais do que manterem o systema despotico das antigas monarchias. Mas as revoluções liberaes só se destinavam a mudar o systema de governo dos seus respectivos paizes, e portanto nenhuma razão tinham de causar zêlo e ciume a uma liga de soberanos, cujo fim, segundo elles diziam, era sómente a paz da Europa. Os principios que uniram, dizia a *Gazeta de Hamburgo* de 18 de dezembro de 1820, as potencias do continente, tendo sido livrar o mundo do despotismo militar de um individuo, saído da revolução franceza, não podem deixar de se constituir em motivo justo de obrar contra o poder revolucionario, que se desenvolve na Hespanha, Napoles e Portugal. N'esta grande empreza tomaram-se por guia os tratados, que deram a paz á Europa reuniram as suas nações. O certo é que os soberanos citadas tres grandes potencias, ou com razão, ou sem elle abriram em Troppau, no mez de outubro do citado anno 1820, as suas primeiras conferencias, destinadas por elle a mutuas explicações, dando-se á sua liga o nome de *Santa*

Aliança ¹, declarando serem os seus fins a manutenção da paz e a tranquillidade da Europa, porque enfim nada ha de mau, que os homens politicos intentem, que por elles não seja acobertado com o manto da utilidade publica e da fortuna do genero humano. Passando pois com aquellas vistas a examinar a revolução de Napoles, entenderam por mutua conexão, que a dita revolução fôra traçada pelas associações secretas da Hespanha e debaixo da sua influencia, posta por obra por militares esquecidos da disciplina, e mais deveres inherentes á sua profissão. Tida portanto como quebrantadora de todas as relações sociaes, substituindo-as por outras de character inteiramente contrario, como filhas de um go-

¹ A origem da Santa Alliança póde dizer-se ter começado nos fins do anno de 1813 e principios de 1814, que foi quando as potencias, que dispunham de maiores forças, se ligaram entre si para derribar o poder colossal de Buonaparte. Já n'aquella epocha se divisou um intento de fazer para as potencias de menor força como secundarias, excluindo-as das deliberações dos negocios mais importantes, e foi d'esta maneira que então se começou a estabelecer um directorio, composto da Austria, Inglaterra, Russia e Prussia. Concluida a guerra em 1814, houve manifesta intenção de que só estas compozessem o congresso, que então se convocou em Vienna para a paz geral; mas a necessidade por um lado de admittir a França ás deliberações d'elle, e pelo outro as vehementes energicas representações dos plenipotenciarios portuguezes, suecos e espanhóes, forçaram por assim dizer a admissão d'estes plenipotenciarios ás deliberações do congresso. A appareição de Buonaparte em França nos principios do anno de 1815, fazendo necessaria a confecção de um novo tratado de aliança, pretendeu-se seguir o mesmo systema de exclusão para com as potencias secundarias, e os tratados que com elles se fizeram foram mais depressa actos de accessão do que outra coisa. Expulso Buonaparte da França, o imperador Alexandre da Russia ideou o celebre acto, chamado *Santa Alliança*, feito e escripto por sua propria letra, e firmado pelos soberanos, que então se achavam em Paris, ao qual depois a pouco e pouco todos os governos foram accedendo, e aqui se originou o nome de *Santa Alliança*, que depois se deu a esta confederação, á qual comtudo nunca foram chamados os que a este não accederam. O estado em que a França se achava forneceu o pretexto para em Paris se organizar uma conferencia, composta dos ministros das quatro potencias, com o objecto de tomarem aquellas providencias, e o estado da mesma França exigia. Na reunião de Aix-la-Chapelle ella se lhe permittiu fazer tambem parte d'esta conferencia, e d'esta

verno de turbulencia e anarchia, e portanto opposto ao direito estabelecido, à moralidade publica, e à solida e verdadeira felicidade das nações, cousas que os referidos monarchas por tantas vezes e tão altamente haviam proclamado, tomaram a resolução de se lhe declararem contrarios, olhando semelhante revolução como incompativel com o descanso e felicidade das differentes nações da Europa. Penetrados pois d'estas idéas, os soberanos alliados deliberaram de commum accordo dirigirem unidos as suas forças contra o governo liberal de Napoles, como o seu mais proximo inimigo, destruidor de toda a legitimidade das dynastias reinantes, e realisado, não por vontade nacional, mas imposto

maneira continuou até que sobrevieram as revoluções liberaes de 1820 em Madrid, Napoles e Lisboa. O direito de intervenção que a Santa Alliança pretendeu ter n'este caso, sendo opposto ao systema e interesses da Gran-Bretanha, fez com que o governo inglez pouco a pouco d'ella se apartasse, não querendo associar-se a ella em Troppau, e ainda menos em Laybach, até que depois em Paris d'ella se separou completamente. O direito de intervenção, exercido pela França nos negocios da Hespanha em 1823, forneceu á Santa Alliança, por effeito do exercito mandado á peninsula para derribar o governo liberal, motivos para obstar á influencia do governo francez nos negocios politicos da mesma Hespanha. O certo é que a conferencia de Paris assumiu a si a direcção dos negocios da peninsula, e por tal modo, que os agentes diplomaticos dos paizes estrangeiros em Lisboa pela maior parte não recebiam instrucções dos seus governos, mas sim da conferencia em Paris. Em Madrid, muito principalmente depois da partida do embaixador de França, tambem se installou uma conferencia das potencias alliadas, a qual se arrogou o direito da direcção de todos os negocios da Hespanha. Não ha duvida que houve manifesta intenção de se fazer o mesmo em Lisboa, e momentos houve em que este reino foi escolhido como campo de batalha entre a Santa Alliança e a Gran-Bretanha. Á vista pois d'esto o governo portuguez fugia pela sua parte, quanto era possivel desde 1823, de dar motivo de indisposição á Santa Alliança, sem comtudo offender o orgulho e amor proprio do gabinete britannico, cuja aliança se olhava tão necessaria para Portugal. Foi pois em consequencia d'esta conferencia, por isso que de semelhante acto só resultariam testações, repetidas e desagradaveis entre o gabinete de Lisboa e S. James. (Officio do conde de Porto Santo para Pedro de Mello Bener, de 28 de setembro de 1825.)

nelle paiz pelas associações secretas, empregando para a rebellião e a violencia.

Entretanto reinava no publico o maior segredo sobre o que passava nas conferencias de Troppau, e portanto sobre o que tinham resolvido os soberanos ali reunidos, e os seus respectivos ministros, conjunctamente com os representantes da França e da Inglaterra em Vienna. Constou todavia nesta capital, que as cinco potencias alliadas tinham unanimemente convindo no principio de que a Austria, em virtude de um artigo secreto do tratado, feito em 1815 entre a ditadencia e a côrte das Duas Sicilias, tinha um indispensavel direito a oppor-se por meio da força ás innovações, que se seguiram á revolução d'este reino, alem da necessidade de manter a porção dos estados de sua magestade imperial, situados na Italia, ao abrigo da maligna influencia das sediciosas intrinsecas da perigosa seita *Carbonaria*, que tamanhos progressos ia fazendo. Quanto ao modo de realisar a projectada invasão no reino de Napoles, e de combinar as precisas disposições, que necessariamente a haviam de preceder, dependia isso em grande parte das respostas, que se esperavam do governo francez e inglez, os quaes, embaraçados como por então estavam, aquelle com as eleições de uma nova camara de deputados, e este com o malfadado processo da rainha Carlota, tinham por assim dizer as mãos presas, e não se decideravam a approvar claramente, e menos ainda a apoiar com firmeza a indispensavel medida da sobredita invasão. Por outro lado os soberanos alliados, receiosos de indispor e de perder as suas proprias tropas, que formavam a base do seu poder, encontravam tambem grande obstaculo no modo de manifestarem a sua opinião, attribuindo á força armada dos excessos commettidos por ella em Portugal, Hespanha e Napoles, quando aliás estavam persuadidos, que a revolução nos tres ditos reinos fôra unicamente promovida pela tropa. Todavia o congresso de Troppau ia acabar, porque o rei da Prussia precisava recolher-se aos seus estados no dia 11 de novembro, por julgar que nas circumstancias de então não podia permanecer por muito tempo longe do centro

da monarchia prussiana. Por conseguinte das deliberações de Troppau só era sabido no publico haver-se consentido na intervenção da Austria nos negocios de Napoles, para onde os soberanos alliados enviaram expressos, por intermedio do embaixador austriaco em Roma, e do ministro da Russia n'esta mesma côrte, encarregados de cartas para sua magestade siciliana. Ao congresso de Troppau seguiram-se as conferencias de Laybach, recusando-se a tomar parte n'ellas o governo britannico, como fez saber por uma circular, que na data de 19 de janeiro de 1821 expediu aos seus ministros nas côrtes estrangeiras. N'esta circular se declarava o gabinete de Londres contra a idéa de que os tratados existentes obrigavam a Gran-Bretanha e a França a prestarem o seu concurso ás medidas geraes, que as outras tres potencias aliadas se propunham adoptar contra as revoluções, effeitas nos outros estados, e designadamente contra a de Napoles, d'onde se via que o governo inglez julgava perigosa toda a ingerencia das potencias estrangeiras nos negocios internos dos outros estados¹. Não obstante isto, admittia que se as potencias do norte, e sobre tudo a Austria, se julgasse obrigada a ter outra politica podia tel-a, não sendo portanto o seu fim prejudicar-lh'a, ou embaraçar-lhe as medidas, que ella e as mais potencias podessem adoptar para a sua propria segurança, contanto que os seus fins não fossem um engrandecimento subversivo do systema territorial europeu, segundo o que a tal respeito fôra estabelecido pelos ultimos tratados que deram a paz á Europa.

Quanto a Portugal, o mesmo governo britannico dizia, nas instrucções que para Vienna expedira a lord Stewart, que este reino se achava em estado de insurreição, por se ver reduzido ao estado de colonia do Brazil, sua antiga colónia, coisa que com razão se olhava como ignominiosa para a honra portugueza; pelo vivo sentimento que no povo causava o character de permanencia, que tinha a residencia da fan-

¹ Officio de D. José Luiz de Sousa para o Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1821.

tal no mesmo Brazil; pelo atrazo de seis e sete mezes, em que se achavam os pagamentos devidos ao exercito; pela grande miseria publica, comprovada pela grande escassez do numerario; e finalmente pela má administração do paiz, que tinha tornado insupportavel a gerencia dos governadores do reino, tendo como causa proxima d'este estado de cousas a viva impressão, que fizera em todo o Portugal o exemplo da revolução de Hespanha, e a partida do marechal Beresford para o Rio de Janeiro, circumstancia de que os descontentes vantajosamente se aproveitaram para seus fins politicos. Depois de desenvolver estas idéas, passava a fazer algumas observações sobre a cautela, que deveria haver em empregar forças estrangeiras para comprimir a revolução, mostrando que mesmo no caso da Inglaterra ter meios de prestar soccorros militares, não lhe podia por modo algum servir que usasse d'elles. A tendencia dos espiritos, acrescentava elle, é decididamente opposta aos estrangeiros, e tendo em vista o haver-se excitado o animo dos portuguezes contra os inglezes, dizendo-se que elles queriam conservar Portugal n'um estado de dependencia indecorosa, não poderia ter senão muito más consequencias para o mesmo Portugal, qualquer idéa de querer o governo britannico intervir nos negocios internos do dito reino com medidas violentas e mercitivas¹. Lord Castlereagh indicava mesmo que uma semelhante conducta por parte da Inglaterra nada mais faria do que favorecer as diligencias, que claramente fazia um certo partido para abrir o caminho da reunião de Portugal com a Hespanha. Julgava pois que todas estas considerações leva-

¹ A Inglaterra estava por tal maneira remissa em dar o mais pequeno auxilio ao partido realista portuguez, que chegando a Lisboa a noticia de que el-rei mandava para a Europa, ou o principe real, ou o infante D. Miguel, deu isto causa a que o conde da Feira, achando ariscado, nas circumstancias em que o reino por então se via, a appareção de um, ou outro dos referidos principes, nas costas maritimas de Portugal, solicitasse de Mr. Ward, ministro inglez em Lisboa, o escrever ao governador de Gibraltar para que mandasse uma embarcação de guerra ao encontro da nau, que com algum dos ditos principes viesse do Rio de Janeiro, levando-lhe o aviso, que elle conde da Feira entendia

seu governo, sem que primeiro fosse sancionada a magestade fidelissima. Effectivamente ordenou mr. Ward, ministro inglez em Lisboa, que no novo governo haver elle ministro cessado as relações commerciaes entre Portugal e a Gran-

Contando pois sômente com o apoio das potestades para derribarem em Portugal o systema de uma grande parte dos diplomatas portuguezes, e meiros que contra elle se declararam em abertura, e muito particularmente o secretario na república e estrangeiros junto dos governadores do reino, Pereira Forjaz. Com as primeiras noticias da revolta do Porto de 24 de agosto, dizia elle para favel da Cruz Gerreiro, nosso encarregado de negócios na capital, participando-lhe a dita revolta, que pelo mesmo modo por que se fizeram as de 1832 e 1836, isto é, feita inteiramente pela guarnição da cidade, movida por uma officialidade corrupta e associada desde longo tempo para que se premeditava. N'estes termos ordenou

necessario fazer-se-lhe, para se acatellar do risco que a chegada a Lisboa. Mas a este pedido respondeu não achava auctorisado a fazer tal requisição ao governo. Effectivamente a Inglaterra tinha em vista não fazer tendente a manter a união do Brazil com Portugal.

Guerreiro que communicasse isto ao governo inglez, e lhe recommendasse algum auxilio pecuniario¹, que podesse supprir o deficit, determinado pela cessação momentanea das consideraveis receitas das provincias do norte, com que em Lisboa já não podia contar. Ao exposto lhe acrescentava mais, que semelhantes factos deveriam ter sobejamente desenganado todos os gabinetes da Europa da indispensavel necessidade de pôr um termo á continuação de um systema de governo, que na sua opinião ameaçava a existencia de todos os governos legitimos, o que o levava a esperar que o mesmo encarregado de negocios obtivesse, como muito se lhe recomendava, das potencias signatarias do tratado de Vienna, ao menos um certo auxilio moral, que tão necessario parecia para animar os bons cidadãos e conter o progresso dos maus¹. O conde de Palmella, apenas soube em Londres da revolução liberal, rebentada no Porto, tratou de pedir ao governo inglez a prompta expedição de algumas forças navaes para o Tejo, a fim de axiliarem os governadores do reino no desempenho das suas respectivas funcções; mas lord Castlereagh revidou com as razões que ponde a reclamação de Palmella. De reforço a ella o conde da Feira expediu posteriormente ordem a Rafael da Cruz Guerreiro para reiterar ao governo inglez semelhante pedido, com relação a tropas e dinheiro. Expondo-lhe a conveniencia que havia de que algumas embarcações de guerra inglezas fossem mandadas para o Tejo, aonde serviriam de dar força e animo ao governo da capital.

Guerreiro fez effectivamente as suas reclamações a Castlereagh; mas este respondeu-lhe que o governo britannico por modo algum podia prestar soccorro pecuniario a Portugal, em rasão do embaraço em que as suas finanças por então se achavam, e porque em tempo de paz não tinha somma alguma á sua disposição de que podesse dispor, como succedia em tempo de guerra, sem previo consentimento do parlamento. Emquanto a soccorros navaes, o mesmo Castlereagh lhe disse tambem que os não tinha promptos, e que

¹ Documentos n.º 86, 86 A, 86 B e 86 C.

na conjunctura em que a Inglaterra se achava, o armamento de uma esquadra causaria grande alarido no publico do seu paiz, o qual era geralmente contrario a tudo quanto tendia a intervir em contendas domesticas dos outros paizes. Que alem d'isso na disposição em que os espiritos pareciam achar-se em Portugal contra os inglezes, qualquer soccorro militar, que o governo britannico lhe fornecesse, seria talvez mais prejudicial do que util á causa de el-rei, porque podia servir aos insurgentes de pretexto para desertarem abertamente d'ella, e lançarem-se nos braços dos hespanhoes, o que muito convinha evitar. Já se vê pois que os governadores do reino nenhum soccorro podiam esperar da Inglaterra, quer pecuniario, quer de outra especie. Com isto dava-se mais a da revolução do Porto crescer a olhos vistos, tomando cada vez mais força, como já vimos, de que resultou ser o proprio D. Miguel Pereira Forjaz o que mandou desistir da reclamação dos soccorros militares por mar e terra ¹, pois que só serviriam em tal momento de agravar o mal, visto que, mesmo a respeito dos officiaes inglezes que se achavam em Portugal, era tal a prevenção, que os mesmos governadores do reino não podiam deixar de os ir removendo; mas quanto ao soccorro pecuniario, por modo algum desistia de o reclamar, por ser elle o unico meio de salvar a monarchia, como se lhe antolhava.

Se a participação feita por D. Miguel Pereira Forjaz para Londres, quanto á revolução liberal do Porto, não surtiu o effeito que elle tanto desejava, a dirigida para as outras legações portuguezas tambem não teve melhor exito, a pesar dos muitos esforços que para isso empregaram alguns dos nossos já citados diplomatas. Com semelhantes vistas com D. Antonio de Saldanha da Gama, nosso ministro na corte de Madrid, como superiormente já vimos, as suas relações com a junta provisional do supremo governo do reino, respondendo á communicação, que da sua installação se fizera, nem tencionando responder ás subsequentes, •

¹ Documento n.º 87.

aventura houvesse ainda de lhe fazer. E não só tomou este
 expediente, mas até o de se apresentar como plenipotencia-
 rio portuguez em qualquer congresso, que se pudesse reu-
 nir para debellar o systema liberal da península, e dos mais
 paizes onde apparecesse, á vista dos plenos poderes que do
 rei de Janeiro se lhe tinham expedido em 23 de julho de
 1820, e da impossibilidade de apparecer outro plenipoten-
 ciario com a necessaria brevidade, devidamente auctorizado.
 Portanto este ministro o que abertamente se declarou fi-
 del al inimigo, tanto da revolução liberal em Hespanha e Na-
 poles, como da de Portugal; foi elle o que, firme e resolutu-
 ra nas suas idéas liberticidas, fez todas as possiveis diligen-
 cias para entre nós obstar á sua consolidação e andamento,
 e que dirigiu ás legações portuguezas em París, Londres,
 Viena, Berlim e S. Petersburgo uma circular, com o fim não
 de chamar a attenção dos gabinetes junto dos quaes resi-
 lam os nossos respectivos ministros, sobre os funestos prin-
 cipios de rebellião, que tanto se haviam propagado nos povos
 contra os seus monarchas, mas tambem para que fossem in-
 formados do verdadeiro estado, e dos projectos do partido
 revolucionario em Hespanha. Com estas vistas pois, dizia
 elle na dita circular, com data de 2 de agosto de 1820: «Uma
 revolta militar, cujos cabeças impõe ao seu soberano uma
 constituição, fundada na soberania do povo, e na qual o po-
 der executivo é nullo, o principio de rebellião consagrado,
 os chefes revoltosos premiados, são as considerações que
 o estado actual d'este paiz (Hespanha) offerece a todos os ga-
 binetes da Europa. Acresce a isto a consideração de que tudo
 isto é manejado por meio das sociedades secretas, cujos es-
 tatutos são os mais subversivos, e se dirigem sem duvida
 alguma a derribarem os thronos e os altares. Os effeitos de
 tal systema de proselytismo está assás comprovado pelos
 successos do reino de Napoles. O mesmo club que instituiu
 D. Luiz de Orniz para revolucionar o reino de Napoles, onde
 estava por embaixador de Hespanha, é o que tambem insti-
 tuiu D. José Maria do Pando para igual proceder em Portu-
 gal, e é o mesmo que tem agentes em Leorne, París, Vene-

za, Genova, Polonia e Prussia, e que envia além d'isto expressos a differentes pontos, segundo as circumstancias o exigem. Para comprovar tudo isto ha sobejos documentos, portanto julguei do meu dever informar a v. ex.^a de tudo isto, para que v. ex.^a o possa communicar ao governo junto do qual v. ex.^a se acha acreditado, a fim de conseguir, não só que se tomem as medidas particulares, que possam evitar o progresso do mal, mas até a fim de que as principaes potencias da Europa possam reunir os seus esforços, para obstar á propagação de um principio, que trará comsigo a ruina do systema monarchico. Se v. ex.^a julgar a proposito, que eu entre em maiores detalhes e considerações a este respeito, eu estou prompto a fornecer todas as peças comprovantes; porém com aquella cautela e segurança, que a prudencia dicta em tão difficeis circumstancias ¹.

Não contente ainda com isto Saldanha da Gama, vendo o apparecimento da revolução liberal em Portugal e a existencia d'ella em Hespanha, julgou que nada mais tinha já que fazer em Madrid em favor da sua politica liberticida, retirando-se d'aquella capital para Paris no dia 9 de novembro de 1820, deixando como encarregado de negocios a Joaquim Sêverino Gomes ², por não querer ter relações algumas com

¹ Officio reservado n.º 2 de 10 de agosto de 1820, de Saldanha da Gama para o Rio de Janeiro. N.B. A circular acima transcripta é um dos documentos d'este officio.

² São muito notaveis as instrucções que Saldanha da Gama deixou a Joaquim Severino Gomes, sobretudo nos artigos 3.º, 5.º e 9.º (Veja-se o documento n.º 88). Pelo primeiro d'estes artigos se olha como uma positiva declaração de guerra todo o reconhecimento, que qualquer das potencias estrangeiras houvesse de fazer do governo existente em Lisboa, por se dever reputar este acto só por si como um attentado aos direitos sagrados da soberania. Pelo segundo se descobria existir uma correspondencia entre os chefes da revolta em Portugal (Sepulveda) e Gargamala, devendo ser este homem sobremaneira suspeito á legação em Madrid, não só por isto, como pelo comportamento revolucionario de seu irmão em Lisboa. Igual suspeita devia igualmente merecer o marquez de Mos, a respeito do qual preciso era haver toda a vigilancia e circumspecção. Finalmente pelo terceiro se dizia, como cousa indubitavel, que a duqueza de Cadaval intrigava em Paris por meio de seu ir-

o governo estabelecido em Lisboa. Munido como portanto estava de plenos poderes eventuaes para toda e qualquer negociação extraordinaria, e achando-se além d'isso nomeado para outro logar, entendeu que na dita cidade de Paris estava melhor collocado, para acudir ao ponto em que se tratasse de reprimir os perniciosos principios liberaes, manifestados pelas revoluções de Hespanhã, Napoles e Portugal. Acerrimo realista, ou inteiramente aferrado aos dictames da velha monarchia, como era Saldanha da Gama, tendo para si como dogma que o poder dos reis vem de Deus, não sendo licito a pessoa alguma attentar contra elle, e crente por outro lado que as sociedades secretas de Madrid o vilipendiavam, chegando até a attentar de facto contra a vida da familia real da Hespanha, julgou do seu dever, e em conformidade com os seus principios, dirigir-se, como já dissemos, para a capital da França, a fim de n'ella levantar, com mais proveito da sua causa, um grito de alarme junto dos plenipotenciarios das cinco grandes potencias, a fim de que com os seus esforços tratassem de salvar aquella familia do grande e imminente perigo em que se achava. Apesar pois de tudo isto, elle não abraçou ainda assim este expediente por mera deliberação propria, mas sim pelos conselhos que para tal fim lhe havia dado o marquez de Marialva, embaixador de Portugal em Paris, instando-o com todo o empenho para que não demorasse a sua partida para aquella capital. Os membros d'esta cruzada liberticida, fomentada pelo corpo diplomatico portuguez, foram portanto o dito marquez de Marialva, Antonio de Saldanha da Gama (depois conde de Porto Santo), o conde de Funchal (D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, irmão do fallecido conde de Linhares), D. Joaquim Lobo da Silveira (depois conde de Oriola), e o conde de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein (depois marquez e duque de Pal-

mao, o duque de Montmorency. para fazer subir seu filho ao throno de Portugal. É muito provavel, dizia mais Saldanha da Gama, que o duque de Laval, entre tambem n'este plano e obre de accordo com elle, sendo portanto necessario empregar toda a vigilancia, não só para descobrir, mas até mesmo para obstar a tal projecto.

Londres um periodico, intitulado o *Azorrague pe-
tes novas*, no qual se cobriam de baldões e de
homens que tinham empreendido a regenera-
gal, e os mais notaveis membros do congresso¹:

«As revoluções succedem-se rapidamente e
dizia de Paris para o Rio de Janeiro Antonio de
Gama no seu officio de 4 de dezembro, e a ir-
nhola não poupa meio algum de conduzir o me-
ao misero estado de provincia de Hespanha. O
tannico tem conservado n'este ponto uma cegu-
dinaria, e apenas agora começa a abrir os olhos:
pela revolução de 11 de novembro viu proclama-
pa de Lisboa a constituição hespanhola». Já se
Saldanha da Gama estava a bandeiras despreg-
gando todos os seus esforços contra a nova orde

¹ É um facto terem os liberaes de 1820 reputado a
mella como um dos maiores e mais notaveis partidista
absolutistas, sendo como era homem de corte, e por ella
rado; mas o juizo que d'elle fizeram os liberaes de 1820
mentiu, se não no todo, ao menos quanto ao alto grau de
o suppunham. Temos para nós que o era por aquelle tem-
racter docil e tolerante. Quanto porém á parte que tom-
liberticida do corpo diplomatico portuguez, parece-nos que
seria, pois que por então teve de sair de Londres para L.
para o Rio de Janeiro, a fim de assumir o cargo de mini-

belecida em Portugal e Hespanha, constituido no melhor
 mais efficaz agente, que o absolutismo podia ter por si junto
 congressos de Troppau e Laybach, sendo n'este ultimo
 as potencias do norte da Europa se preparavam para in-
 mente suffocarem o grito da liberdade, levantado em
 panha, Napoles e Portugal. Effectivamente aquelle nosso
 istro foi entre o corpo diplomatico portuguez o mais
 unido inimigo, que contra si teve a causa liberal
 Hespanha e de Portugal, e o que como tal se propoz
 representar o seu paiz nos dois referidos congressos.
 parto é que Saldanha da Gama, apenas chegou a Paris,
 teve logo aos principes de Metternich e Hardenberg,
 e como ao conde de Capo d'Istrias, offerecendo-se-lhes
 a dar todos os precisos esclarecimentos sobre as revo-
 lues da Hespanha, Napoles e Portugal. A esta carta res-
 deram de Troppau Metternich e Capo d'Istrias na data
 16 de dezembro, convidando em nome dos imperado-
 da Austria e da Russia o mesmo Saldanha da Gama
 irigir-se a Vienna, onde se lhe diria o logar em que
 se se achavam reunidos. A mente d'estes dois soberanos
 , como já vimos, occuparem-se, não só dos negocios
 iticos da Italia, mas tambem dos da Hespanha, com os
 es os diplomaticos portuguezes julgavam, que não po-
 m deixar de ligar-se igualmente os de Portugal, provindo
 mesma origem, e tendo as mesmas feições que as d'aquel-
 dois paizes, e por conseguinte que a sua intervenção n'el-
 forçosamente havia de trazer comsigo outra igual n'este
 no. Verdade é que as primeiras idéas dos referidos so-
 ranos foram só relativas a propor modificações nas con-
 nições da Italia e da Hespanha, proposta que lhes não foi
 feita, tanto n'um, como n'outro paiz, tendo os liberaes pa-
 si que com as ditas modificações vinha inevitavelmente
 rexa a preponderancia dos seus respectivos soberanos, e
 tanto a do partido absolutista e o das suas camarilhas em
 bos os dois reinos, de modo que votados os referidos
 veranos e o seu partido á anniquillação completa de tudo
 anto eram idéas liberaes, que detestavam em altô grau, a

acceitação da proposta equivalia de facto ao completo triumpho do absolutismo ¹.

O plano de Saldanha da Gama, no caso de que o governo de Lisboa progredisse na senda democratica que encetara, era o de que um rigoroso bloqueio interceptasse o commercio com os portos de Portugal, convencido de que isto produziria um excellente effeito, posto que tambem confessava que similhante medida podia dar mais força ao partido da reunião com a Hespanha. Todavia fez n'aquelle sentido o que pôde, levando o marquez de Marialva a abraçar similhantes idéas, se é que as não tinha tambem pela sua parte originariamente concebido. Apenas em Paris teve a noticia no dia 8 de setembro da revolta rebentada no Porto, tomou logo o expediente de sustar a concessão dos passaportes de saída a passageiros para Portugal, bem como a partida de navios para o mesmo reino, entendendo-se para este fim com o governo francez, pedindo-lhe a par d'isto os soccorros que lhe pareceu, mas que não conseguiu, talvez por ver no referido governo a notavel indifferença com que o gabinete de S. James olhava para a nova ordem de cousas estabelecida em Portugal. O mesmo Marialva, ao saber posteriormente da revolta de 15 de setembro em Lisboa, dirigiu na data do dia 2 do seguinte mez de outubro uma circular ás mais legações portuguezas nas differentes côrtes da Europa, participando-lhes similhante acontecimento, nas vistas de tomarem a tempo todas as medidas, que o zelo dos seus chefes lhes dictasse a bem do serviço de el-rei ². No dia 4 do citado mez de outubro lhes expediu igualmente uma outra circular, dizendo-lhes, que devendo cessar com o governo popular e illegitimo, estabelecido em Lisboa, as funcções de todos os empregados diplomaticos, acreditados pelo governo legitimo junto das côrtes em que se achavam, havia reclamado do ministerio francez a expedição de ordens, para que o seu encarregado de negocios em Lisboa, interrompesse o exercicio das suas

¹ Officio de Joaquim Severino Gomes de 27 de dezembro de 1820.

² Documento n.º 89, e 89 A.

...ectivas funcções, e se abstinhesse de toda a correspon-
...cia official com o governo que tinha por intruso, para não
...commetter o escandalo de reconhecer tacitamente a sua
...usão ¹; e participando-lhes assim o que tinha feito, recom-
...dava-se-lhes que fizessem tambem outro tanto, ou o que
...melhor entendessem ². Na data de 6 do referido mez de
...tubro dirigira igualmente o marquez uma nota ao principe
... Metternich, noticiando-lhe as occorrencias de Portugal, e
...amando-lhe a sua attenção sobre a necessidade de prose-
...ir sem descanso na realisação do projecto salutar, conce-
...do pelas potencias alliadas de aniquilarem o espirito de
...volta, tendente á subversão de todos os governos legiti-
...es. Para este fim lhe propunha elle a adopção dos tres se-
...antes principios: 1.º, que as referidas potencias nunca re-
...nheceriam mudauça alguma nas constituições politicas dos
...ados da Europa, quando occasionada por insurreições, ou
...ilitares, ou populares, visto que todas as fôrmas de gover-
...o existentes se achavam implicitamente garantidas pelos
...lemnes actos de Paris, Vienna e Aix-la-Chapelle; 2.º, que
...as exerceriam esta garantia todas as vezes que circum-
...ancias desgraçadas reclamassem a sua execução; 3.º, que
...postas todas ellas a interporem os seus bons officios, por
...ocasião das contestações, levantadas entre os soberanos e
...seus respectivos subditos, empregariam os meios ao seu
...ance para reprimir todo o ataque, que houvesse de se fa-
...ar aos direitos da soberania por ellas reciprocamente ga-
...antidos ³.

Alem do exposto, o marquez de Marialva dirigiu tambem
á commissão das cinco grandes potencias, estabelecida em
Paris, ao ministro de Portugal residente em Vienna de Aus-
tria, e novamente ao principe de Metternich ⁴, exigencias não
menos instantes, para conseguir das referidas potencias a sua
eficaz intervenção nos negocios politicos de Portugal, o que

¹ Documento n.º 90.

² Documento n.º 91.

³ Documento n.º 92.

⁴ Documento n.º 93, 93 A, 93 B, 93 C, 93 D.

evidentemente prova ter elle feito tudo quanto estava ao alcance, para quanto antes aniquilar o governo liberal, proveniente das revoluções rebentadas no Porto e em Lisboa nos mezes de agosto e setembro de 1820. De semelhante conducta se queixava justamente para o Rio de Janeiro em officio de 24 de janeiro de 1821 a junta provisional do supremo governo do reino, dizendo que não podia deixar de demonstrar sentida do irregular procedimento de alguns dos ministros portuguezes na côrtes estrangeiras, que com um intempestivo zêlo, dictado por espirito de partido, tentavam privar o seu paiz dos beneficios do commercio europeu, e da comunicação dos seus naturaes com as mais nações, quasi querendo pôr os seus concidadãos em apertado bloqueio, e porventura maquinar a sua total ruina. Com semelhantes vistas não só negaram os passaportes do estylo aos navios estrangeiros e portuguezes, que dos outros paizes desejavam voltar á sua patria, mas até propozeram a adopção das mais exorbitantes medidas aos ministros de alguns soberanos estrangeiros, com bem pouco credito da diplomacia portugueza, isto alem de congregarem em uma grande côrte alguns agentes das legações portuguezas, para d'ali, como centro dos seus mutuos conselhos e operações, espalharem as mais falsas, calumniosas e absurdas noticias, a respeito dos negocios e do estado de Portugal, e para moverem os diversos soberanos da Europa a declararem-se decididos inimigos do dito reino, e a moverem-lhe a mais crua e desapiadada guerra, a qual seria tão impolitica, quanto ruinosa á prosperidade da sua patria, nada se lhes importando com a desgraçada diante da expectativa do triumpho da sua politica.

Foi portanto o marquez de Marialva o chefe mais insubmissivo da reacção dos diplomatas portuguezes contra o governo liberal de 1820 em Portugal. Ao saber da revolução feita em Lisboa pelas tropas da sua guarnição e da installação que se lhe seguiu do governo provisorio, não se limitou a proceder como já fica dito, mas de semelhante facto deu logo conhecimento aos plenipotenciarios das côrtes alliadas,

por meio de uma nota que lhes dirigiu, nas vistas de chamar a atenção das suas respectivas côrtes sobre um acontecimento, que punha remate á criminosa empreza da insurreição em Portugal. Aos mesmos plenipotenciarios lhes dirigiu uma segunda nota no intento de conseguir, que obstassem a que as côrtes que se iam convocar em Portugal traçassem uma constituição sem o beneplacito e auctorisação especial do monarcha portuguez. D'esta nota deu elle tambem conhecimento aos ministros portuguezes junto das côrtes de Londres, Vienna, Berlim e S. Petersburgo, pedindo-lhes que fizessem todas as diligencias para levarem os respectivos governos a prestarem a mediação que se lhes pedia. Ao ministro portuguez em Vienna rogon elle que se dirigisse a Troppau com o fim de promover os interesses de Portugal, por lhe parecer que não podia deixar de lá se tratar de alguma medida relativa a este reino ¹. Não obstante porém esta crua guerra dos diplomatas portuguezes contra o governo estabelecido em Lisboa, deve dizer-se que os principios invariaveis de moderação e indulgencia, que a junta provisional tinha tomado para medida directora de todos os seus procedimentos, fizeram-lhe suppor que tão graves hostilidades eram filhas de um excesso de zêlo pelo serviço, e não effeito de ordens, ou insinuações algumas da côrte do Rio de Janeiro, e talvez mesmo contrarias ás beneficas propensões do coração de el-rei, sendo aliás muito alheias da natureza e limites das missões diplomaticas, e tão contrarias aos verdadeiros interesses da sua patria. Similhantes procedimentos eram tanto mais dignos de severa censura, quanto diversos da conducta dos ministros estrangeiros em Lisboa. Os quaes, sem reconhecerem formalmente o novo governo de Portugal, lhe tinham comtudo dado provas de benevolencia e amisade, distinguindo-se com particularidade o encarregado de negocios da Hespanha, na plena satisfação que da

¹ Tudo isto consta do officio que na data de 28 de outubro de 1820 foi dirigido pelo marquez de Marialva para o Rio de Janeiro ao ministro Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, officio constante do documento n.º 93 E.

parte do seu governo deu pela violação do territorio praticada em Alfaiates, na fronteira da provincia da Beira, respeitando por este modo os sagrados direitos da independencia nacional ¹.

Emquanto o corpo diplomatico portuguez buscava assim pelos seus trabalhos e instancias, feitas ao principe de Metternich, chamar contra a sua patria a intervenção estrangeira em favor das velhas instituições da monarchia, os negocios publicos marchavam n'ella regularmente sem a menor alteração, depois das mencionadas occorrencias dos dias 11 e 17 de novembro. Quanto ás eleições para deputados, bem sabido era pelas respectivas instrucções deverem ellas ter logar nos dias 10, 17 e 24 do proximo seguinte mez de dezembro. No dia 9 d'este mez, vespera das primeiras eleições parochiaes, o antigo senado da camara as annunciou com um apparatoso bando, em que se contavam umas dezoito bandas de musica militar a cavallo, alem de um grande acompanhamento de cavallaria. Dirigiu-se tudo ao Rocio, onde debaixo do palacio do governo havia outras differentes bandas de musica, que constantemente tocavam o hymno constitucional. A belleza do dia, na estação invernosa em que por então se estava, concorreu muito para que o povo gosasse de tão agradavel scena. O mesmo senado determinou que nas casas das suas differentes repartições se povessem luminarias no dia 10 e nos dois seguintes, convidando os habitantes de Lisboa a fazerem o mesmo, como praticaram, sendo o preço do azeite por então a 2\$600 réis o almude. Para as eleições de deputados ás côrtes deviam formar-se, segundo as instrucções, juntas eleitoraes de freguezias, de comarcas e de provincias. As juntas de parochia davam um eleitor, ou commissario por cada 200 fogos, providenciando-se, como já vimos, para que não ficassem sem representação as povoações de menor numero de fogos. Pela sua parte a junta provisional tratava de accelerar quanto possivel os trabalhos que

¹ Citado officio de 29 de janeiro de 1821 do governo de Lisboa para o Rio de Janeiro.

deviam servir, para a mais facil e prompta organização da constituição politica da monarchia, sobre as bases fundamentais da constituição hespanhola, com as modificações e alterações que fossem apropriadas ás differentes circumstancias do reino, comtanto que fossem igualmente liberaes, fazendo-se para este fim as sessões extraordinarias que se tornassem precisas, e propondo tudo quanto para tal fim se tivesse por conveniente, como foi communicado, em officio de 20 de novembro de 1820, ao presidente da junta provisional preparatoria das côrtes, cuja reunião devia ter logar no dia 6 de janeiro¹. Nos fins do citado mez de novembro a imprensa periodica havia já tomado um grande ascendente no publico, saindo em Lisboa diariamente os seguintes jornaes: *Gazeta de Lisboa*, *Diario do Governo*, *Minerva Constitucional*, *Mnemosine Constitucional*, *Portuguez Constitucional* e o *Patriota*. Os não diarios eram: *Amigo do Povo*, publicado ás quartas feiras; *Amigo do Principe*, ás terças e sextas; *Templo da Memoria*, ás terças e quintas; *Astro da Lusitania*, ás segundas quartas e sextas; *O Liberal*, ás quartas feiras; *O Pregoeiro Lusitano*, aos sabbados; *Dialogo dos cegos*, ás terças e sextas; e finalmente *O Cidadão Astuto*, ás segundas, quartas e sabbados. Parece-nos que alem d'estes haviam mais uns dois ou tres.

Debaixo das precedentes regras foram por toda a parte feitas as eleições, no meio da maior regularidade, e manifestos signaes de geral satisfação, sem a mais pequena sombra de desordem, ou de alteração da tranquillidade publica, distinguindo-se n'isto mais particularmente os habitantes da cidade de Lisboa, onde o contrario a isto era mais para receiar, pelo grande numero da sua população, e divergencia dos partidos politicos, que já n'outra parte mencionámos. Em todos os tres domingos, destinados para este acto eleitoral nas parochias, nas comarcas e nas provincias, tiveram logar antes d'elle as solemnidades religiosas, determinadas nas respectivas instrucções. Os conselhos e insinuações, que

¹ Documento n.º 94.

tisfação que a capital manifestára por ta-
ciou-se no dia 16 do citado mez de dezem-
brigue *Providencia* ao Tejo, com as malas de
cia para o governo¹. N'ella vinha uma carta
de 17 de outubro, dirigida aos antigos gover-
no, por meio da qual el-rei se dignava annu-
das côrtes por elles ordenada, annunciando
d'isto a sua proxima vinda para Portugal, os
príncipes seus filhos, noticia que sobremodo
os membros do governo, como o geral da na-
do n'este ponto divergencia de partidos, e a
os votados á nova ordem de cousas, pela be-
rança de qu' mereceria tambem a regia appo-
tudo quanto ultimamente se tinha praticado
va ordem de cousas politicas, a qual ainda pe-
ter a quasi unanimidade de votos da nação.

No dia 6 de janeiro deviam estar reunidos
reino os deputados ás côrtes, em conformida-
vas instrucções. que assim o ordenavam : an-
piosas as chuvas da estação invernosa que
que só no dia 23 se poderam achar em Lisboa
do seu numero total, á vista dos quaes pare-
começarem-se os respectivos trabalhos. A
ra as sessões das côrtes preparára-se no anno
Necessidades. Foi no dia 24 que os mesmos

pectivos poderes, e tendo-se achado authenticos e legitimos, passou a annunciar-se, por um bando do senado da camara (que no dia 25 correu as praças e ruas da cidade com o mesmo apparatus com que saíra no dia 9 do anterior mez de dezembro), a proxima installação do congresso nacional. Tendo-se na sessão preparatoria do dia 24 ventilado a questão sobre a formula do juramento, que cada um dos deputados devia prestar, confiou-se a sua redacção a uma commissão, composta de Manuel Fernandes Thomás, José Ferreira Borges e Francisco Soares Franco, os quaes a determinaram pelo modo seguinte: «Juro cumprir fielmente, em execução dos poderes que me foram dados, as obrigações de deputado nas côrtes extraordinarias, que vão fazer a constituição politica da monarchia portugeza, e as reformas e melhoramentos, que ellas julgarem necessarios para bem e prosperidade da nação, mantendo a religião catholica e apostolica romana, etc.» Foi com effeito no citado dia 26 que teve lugar a installação do referido congresso nacional, depois de uma solemne missa de pontifical, denominada do Espirito Santo, a qual se celebrou com toda a pompa na igreja da Sé, que para solemnizar este acto se achava ricamente armada. Foi á leitura do respectivo Evangelho, que cada um dos deputados prestou de joelhos o seu respectivo juramento, ao som das salvas de artilheria do castello de S. Jorge, das mais fortalezas, e das embarcações de guerra.

Concluida que foi a missa, dirigiram-se os deputados para a já citada sala das suas respectivas sessões, na qual se notava, como um dos seus mais bellos ornamentos, o retrato de el-rei D. João VI, que por ordem do governo tinha sido confiado ao desempenho do aprimorado pincel do primeiro pintor da real camara, Domingos Antonio de Sequeira, que o executou com toda a expressão e dignidade proprias da soberania, como era de esperar da sua reputação artistica e abalissados talentos. Foi o conde Sampaio, vice-presidente da junta provisional do supremo governo, quem recitou o discurso da installação das côrtes, discurso em que apresentou como principios fundamentaes da felicidade e liberdade pu-

blica, a obediencia e fidelidade a el-rei e á sua dynastia como a profissão pura e sincera da religião catholica romana, como religião do estado. A este discorpondeu o arcebispo da Bahia (D. Vicente da Soledade) interino das côrtes, agradecendo ao governo me da nação a sua boa administração durante a crise. Em seguida procedeu-se á eleição do presidente, o qual se decidiu que fosse mensal, sendo eleito o já citado arcebispo da Bahia, e vice-presidente Manuel Fernandes Thomás. Os secretarios foram João Felgueiras, José Joaquim Rodrigues de Bastos, Luciano Rebello da Silva e José Ferreira Borges. Começa este modo as funcções regulares das côrtes, abertas são do citado dia 26 de janeiro de 1821 com 74 de presentes, terminou a junta do supremo governo e as suas, devendo continuar como interino, enquanto se substituido por uma regencia, que as mesmas tinham a nomear.

A esta nomeação procederam ellas no seguinte resolvendo que se compozesse de cinco membros outros tantos secretarios com voto nas suas repartições, e procedendo-se á eleição dos primeiros, foram nomeados com pluralidade absoluta Francisco de S. Luiz com 61 votos, e o conde de Sampaio. Entrando em segundo escrutinio José da Silva C



amcamp de Almeida Castello Branco, a dos negocios es-
geiros, e o chefe de divisão Francisco Maximiano de Sou-
a da marinha e ultramar. No dia 30 prestaram os mem-
s da regencia o seu respectivo juramento perante o con-
sso. Por este modo se constituiu o poder legislativo e exe-
ivo da primeira epocha liberal entre nós, vulgarmente
mada de 1820, em consequencia da revolta que n'este
io tivera logar no Porto, e a ella deveu a sua origem e in-
lação. Do definitivo estabelecimento d'estes dois poderes
am parte para o Rio de Janeiro os membros do novo go-
no, em officio de 17 de fevereiro de 1821⁴.

Com a installação das côrtes acabaram as providencias le-
ativas por parte do governo, ao qual sómente ficou com-
ndo fazer executar as leis existentes, salvas as modifi-
ies que lhes fossem feitas pelos decretos e ordens das
mas côrtes. A regencia passou todavia a applicar-se com
de actividade e zêlo ao desempenho das funcções do
utivo, devendo mencionar-se entre os seus trabalhos a
ção de varias commissões, taes como a destinada para o
ne da administração e contabilidade da fabrica das sedas,
então a cargo do estado; uma outra para a direcção re-
r e economica do importante ramo das obras publicas;
terceira para a reforma da administração das reaes ca-
riças; uma quarta para a indagação do estado da fazen-
la universidade de Coimbra; e finalmente uma quinta
o exame e conhecimento de muitos outros ramos das
las publicas, que até então se achavam na mais estra-
confusão. Com o mesmo zêlo procurou a regencia satis-
r aos differentes artigos da lista civil e militar da manei-
que as circumstancias lhe permittiam, e sempre com o
nto de não augmentar, antes de ir gradualmente dimi-
ndo a divida publica, buscando quanto estava ao seu al-
ce restaurar o credito do thesouro. Figuravam entre as
videncias tomadas sobre o ramo financeiro, não só a con-
ção dos balanços mensaes do erario, mas tambem a crea-

ção de um banco para a amortisação da divida publica, ordenado já pelas côrtes, e effectivamente começado a executar por portaria de 9 de maio de 1821. Tambem é de justiça mencionar entre as providencias, tomadas pela mesma regencia, as que diziam respeito á segurança e tranquillidade publica, adoptando para este fim prudentes e cautelosas medidas, e principalmente com relação á fronteira terrestre, que achando-se por então exposta ás perturbações suscitadas pelos hespanhoes descontentes, poderia ser theatro de acontecimentos desagradaveis, e até nocivos á boa harmonia, que por então existia entre os paizes limitrophes. Felizmente as providencias que para tal fim se adoptaram não foram frustradas, e em toda a extensão do territorio portuguez pôde-se conseguir manter a paz e a boa ordem.

Apesar das cousas terem prosperamente corrido em Portugal para o estabelecimento do governo parlamentar entre nós, governo que até aqui nenhuma luta ou contrariedade teve no seu andamento, como temos visto, era indubitavel que a sua estabilidade e segurança se achavam incertas e vacillantes, enquanto definitivamente se não resolvesse a attitude hostil, que o congresso de Troppau tomára, com relação á Hespanha, e mais particularmente ainda com relação a Napoles, e sobretudo enquanto tambem se não soubesse qual o modo por que el-rei D. João VI receberia no Brazil a noticia das recentes occorrencias politicas de Portugal, se approvando-as, ou condemnando-as, o que de certo não podia deixar de igualmente influir na resolução, que no dito congresso de Troppau os respectivos soberanos tinham a tomar. Similhanamente enquanto tambem os monarchas da Hespanha e Italia se não decidissem, ou a favor, ou contra as occorrencias politicas dos seus respectivos paizes, não podiam os que constituíam o congresso de Troppan intervir em favor d'elles. O certo é que estes se acharam por bastante tempo incertos e irresolutos sobre o que mais lhes convinha fazer, particularmente depois que el-rei da Hespanha, D. Fernando VII. abertamente se identificou com a revolta de Cadiz, e sobretudo depois que viu mallograda a revolta, qu

em novembro de 1820 se julgou intentada por elle contra o governo constitucional que havia abraçado¹, circumstancias que não podiam deixar de ser attendidas pelos soberanos reunidos em Troppau, pelo receio que tinham de ir abertamente contrariar a conducta do mesmo D. Fernando VII. Uma outra circumstancia, que reprimia os ardentes desejos dos membros do dito congresso, era a irresolução e falta de apoio, que achavam no governo inglez, para a hostilidade em que se haviam declarado contra os governos liberaes. Ainda a revolta da Hespanha estava longe do seu pleno triumpho, nem o mesmo D. Fernando VII pensava em com ella se ligar, e já o ministro da Russia em Londres propunha autorisar em Paris a commissão dos plenipotenciarios das cinco grandes potencias, para tomar conhecimento do estado em que por então estavam os negocios da península iberica, e propor em seguida os meios que mais adequados lhe parecessem para manter a paz e a segurança da Europa, ameaçada, como lhe parecia achar-se, pela dita revolta de Cadiz, cousa que já pela sua parte tinham tambem suggerido o mar-

¹ Ou fosse, ou não intentada semelhante revolta por D. Fernando VII, certo é que, achando-se elle no Escorial em novembro de 1820, correu em Madrid que elle se dispunha a tramar lá contra a constituição e o ministerio, que em nome d'ella governava o paiz. Este plano manifestou-se pela nomeação do general Carvajal para capitão general d'aquella cidade, e da nomeação do general Vigodet para o conselho de estado, e a do sr. de Rubianes. Á vista d'isto a commissão, ou junta permanente das côrtes e o ministerio, apoiados no estado de sublevação em que se achava o povo e a tropa, dirigiram representações a el-rei, pedindo-lhe que se recolhesse a Madrid, e annullasse a nomeação de Carvajal. A estas representações respondeu el-rei em 17 do citado mez de novembro, que se recolheria á capital, devendo o ministerio, de accordo com a junta, propor-lhe tres nomes para o dito logar de capitão general de Madrid. D. Fernando VII, tendo separado de si o seu mordomo-mór e o seu confessor, entrou finalmente na capital no dia 21 de novembro, de que resultou a humilhação do partido realista e o triumpho do constitucional. Figuravam entre os individuos da projectada revolta o patriarcha das Indias e o duque do infantado. Desde então os realistas hespanhoes voltaram todos as suas vistas para os trabalhos do congresso de Troppau, do qual nada por então obtiveram.

quez de Marialva e D. Joaquim Lobo da Silveira, ministro em Berlim. A maneira como a Inglaterra resistiu foi, como já vimos, recusando-se a todo e qualquer pacto para se ligar com as demais potencias da Europa a qualquer parte, quer militar, quer politicamente, nas questões das demais dos outros paizes, ou a envolver-se n'uma nova guerra por semelhante motivo. Rejeitava portanto a lembrança e auctorisar a dita commissão a tomar parte nos negócios públicos da Hespanha, recusando-se igualmente a proposta de assistir a um novo congresso ¹.

N'uma memoria que lord Castlereagh apresentou ao conselho de gabinete passou em revista a situação da Europa por aquelle tempo, e principalmente a da Hespanha. Veio elle que qualquer garantia mutua, negociada em termos vagos, ou para nada absolutamente serviria, a reduzir-se finalmente a palavras, ou obrigaria as potencias a fazer guerras distantes e dispendiosas, que talvez excedessem as suas possibilidades financeiras, guerras em que de certo a Grã-Bretanha não queria, ou talvez mesmo não podia comprometter-se. Emquanto á situação especial em que a Hespanha se então se achava, mostrou igualmente, que havendo elle D. Fernando VII, ou por vontade propria, ou por causa de facto feito causa commum com os revolucionarios, não se podia já contra estes tomar medidas algumas, nem fazer guerra, sem a fazer apparentemente tambem ao referido soberano, e sem expor a Hespanha aos mesmos males e terribes resultados, que a guerra da emigração occorreu na França. Finalmente declarava tambem que a Grã-Bretanha não se achava em circumstancias, nem pelo estado de suas finanças, nem pela opinião geral que n'aquelle paiz existia em favor da revolução de Hespanha, de intervir por qualquer maneira alguma nas questões domesticas d'aquella monarchia. Quanto á America hespanhola, tambem declarava a Inglaterra que estava de não dar passo algum decisivo que

¹ o conde de Palmella para o Rio de Janeiro de 11 de Maio de 1808, volume dos seus *Despachos*, pag. 112.

desse estorvar a reconciliação d'aquellas vastas provincias com a mãe patria, ou mostrar desejo por parte da Inglaterra de se aproveitar por qualquer maneira dos embarços com que por então lutava a Hespanha. N'uma memoria politico-militar do duque de Wellington provava este igualmente que ainda mesmo, quando a Gran-Bretanha e as demais potencias quizessem intervir nas contendas entre o partido liberal e o realista da Hespanha, não tirariam d'ahi outro resultado mais do que o de excitar contra si a resistencia geral da nação hespanhola, que sempre se revolta contra a intervenção geral dos estrangeiros. Alem do exposto, mostrava militarmente as grandes difficuldades e despezas enormes em que importaria qualquer operação militar, que se quizesse fazer contra a Hespanha, ou fosse pelo lado dos Pyrenéos, ou pelo de Portugal¹. Por conseguinte firme como o ministerio britannico parecia estar na resolução que se acaba de ver, não admira pois que as mais potencias do norte da Europa vacillassem em se decidir pela intervenção na Hespanha, porque ao passo que a Inglaterra allegava o mau estado das suas finanças, para se declarar em guerra com esta potencia, as outras tinham contra si a grande distancia em que se achavam da peninsula.

Interrogado como foi lord Castlereagh pelo conde de Palmella, com relação a Portugal, dado o caso de que a Hespanha procurasse invadir este reino, como então era para re-
ceiar, quanto aos soccorros que em tal caso se lhe pediriam, respondeu que a Gran-Bretanha não se tinha obrigado a ministrar soccorro especial e numerario, mas sim a manter do modo que mais lhe conviesse a sua independencia, acrescentando, que mesmo no caso de então, a monarchia portugueza tinha inteiramente mudado de circumstancias, depois da trasladação da familia real para o Brazil, e que esta mudança exigiria com o tempo algumas modificações sobre os casos para os quaes devia entender-se a garantia da Gran-

¹ Citado officio do conde de Palmella.

do novo parlamento para propter causas
(em Londres), sendo n'algumas outras po
de Inglaterra eleitos igualmente varios outros
que similhante circumstancia não trouxesse
da maioria para o ministerio.

Como prova do descontentamento que po
havia em Inglaterra, e da justa razão que o
nha, para adoptar a politica da não intervenç
internos das outras nações, e da necessidade
contemporisar com a opinião publica do se
que altamente condemnava que um governo
como o da Gran-Bretanha, hostilisassem o esta
um governo analogo nos mais paizes, só com
vorecer o poder absoluto dos seus respecti
citaremos de passagem a descoberta, que n
de fevereiro de 1820 se fez de uma horrorosa
que por bem pouco se não realisou, tendo p
nos do que o assassinato de todos os ministros
sua magestade britannica, n'um jantar em q
elles se deviam juntar, em casa de mylord I
dente do conselho. O dia prefixo para a exec
ditado golpe era o dia 23 do citado mez de
oito horas da noite, e n'esse mesmo dia pela
ram presos os conspiradores, armados já, e
a perpetração do crime. Não foi porém se
culdade que os officiaes de justiça, e o destaco
destinada a auxiliá-los consumiram a noite

gerir os negocios da sua patria, em presença das circumstancias occorrentes ¹.

Á vista pois d'isto, e do mais que já anteriormente temos dito, era claro que o governo inglez adoptára como base da sua politica externa, desde a sua ultima guerra com o passadissimo imperio francez, evitar toda e qualquer nova complicação que lhe podessem seguir embarços, querendo por este modo isolar-se do continente europeu, como geographicamente d'elle se achava isolado, embora similhante conducta não podesse acarretar a suspeita de medo. As idéas portanto não se ligar com as mais nações por um pacto de garantia reciproca, em assumptos de politica e de limites territoriaes, repugnava-lhe inteiramente, cousa que inhibia os tres gabinetes do norte da Europa, Austria, Russia e Prussia, a tomarem medidas de uma decidida hostilidade contra a Hespanha, concorrendo tambem muito para isto a distancia em que aquellas potencias se achavam da mesma Hespanha, crescendo de mais a mais o acharem-se ainda tão de fresco na memoria de todos os males, que lhes haviam resultado do tratado de Pilnitz, o dos vinte e cinco annos de continua guerra que depois se lhe seguiram. Tanto isto era verdade, que querendo Luis XVIII mandar ultimamente a Madrid mr. de la Tour du Pin em commissão particular e verbal, provavelmente com o fim de aconselhar D. Fernando VII, tão desagradavel impressão produzira isto no gabinete inglez, que a final foi contramandada tal commissão, em consequencia das representações que a respeito d'ella fizera sir Carlos Stuart ao gabinete francez. Isto porém não queria dizer, como tambem já vimos, que o governo britannico tivesse em vista proteger com a sua politica da não interferencia, a revolução liberal da Hespanha, e a par d'ella as da Italia e Portugal; bem longe d'isto, muitos receios lhe infundiam ellas, pois que no seu proprio paiz alguns elementos de descontentamento havia pela falta de trabalho nas fabricas, circumstancia que já no anno de 1819 havia occasionado em Man-

¹ Citado officio do conde de Palmella de 11 de maio de 1820.

chester sérios tumultos, de que os radicaes se haviam por seus fins aproveitado, tumultos em que foram comprometidos sir Francis Burdett e mr. Hunt, de que resultou terem ambos elles de se apresentar aos jurados como réus. E todavia pareceu ter isto sido um titulo de recommendação, para que o citado sir Francis Burdett fosse eleito membro do novo parlamento pela propria cidade de Westminster (em Londres), sendo n'algumas outras populosas cidades de Inglaterra eleitos igualmente varios outros radicaes, posto que similhante circumstancia não trouxesse consigo perda da maioria para o ministerio.

Como prova do descontentamento que por aquelle tempo havia em Inglaterra, e da justa razão que o seu governo tinha, para adoptar a politica da não intervenção nos negocios internos das outras nações, e da necessidade que havia de contemporisar com a opinião publica do seu proprio paiz, que altamente condemnava que um governo parlamentar, como o da Gran-Bretanha, hostiliasse o estabelecimento de um governo analogo nos mais paizes, só com as vistas de favorecer o poder absoluto dos seus respectivos monarchas, citaremos de passagem a descoberta, que nos fins do mez de fevereiro de 1820 se fez de uma horrorosa conspiração, que por bem pouco se não realisou, tendo por fim nada menos do que *o assassinato de todos os ministros do gabinete de sua magestade britannica*, n'um jantar em que se sabia que elles se deviam juntar. em casa de mylord Harowby, presidente do conselho. O dia prefixo para a execução do premeditado golpe era o dia 23 do citado mez de fevereiro pelas oito horas da noite, e n'esse mesmo dia pelas sete horas foram presos os conspiradores, armados já, e dispostos para a perpetração do crime. Não foi porém sem bastante dificuldade que os officiaes de justiça, e o destacamento da tropa, destinada a auxiliá-los, conseguiram apoderar-se da pessoa de um certo numero d'aquelles malvados, cujo chefe, chamado Arthur Thistlewood, depois de haver morto pela sua propria mão com uma estocada a um dos officiaes de justiça, pôde ainda escapar-se n'aquella mesma noite, sendo pre-

sómente no outro dia pela manhã, depois de haver o governo promettido 1:000 libras sterlingas de recompensa a quem denunciasse o asylo em que elle se achava escondido. De 25 a 30 conjurados, que se achavam presentes no momento que a justiça os surprehendeu, só 14 ou 15 foram presos nos primeiros dias, e os principaes d'entre elles, os quaes, depois de haverem sido formalmente examinados perante o conselho privado, foram mandados para a Torre de Londres, onde costumam ser custodiados os presos accusados de alta traição.

Estes homens, quasi todos pertencentes á classe mais baixa da plebe, sem talentos, sem recursos pecuniarios, até mesmo sem credito algum na nação, só verdadeiramente tinham contra si o attribuir-se-lhes um excessivo enthusiasmo pelos principios chamados radicaes, ou o socialismo d'aquelle tempo, e uma audacia a mais desenfreada e cega na execução do projecto que tinham concebido. Era até muito difficil de saber qual seria, segundo o seu plano, a immediata consequencia do assassinato, que meditavam de fazer nos ministros da corôa. Talvez que a esperança pouco fundada de uma revolução, effectuada simultaneamente pelos radicaes em todos os districtos onde se achavam em maior numero; e talvez unicamente o roubo e o incendio de uma parte de Londres, facilitados pela desordem, que uma tal noite nos primeiros tempos occasionaria, fosse a sequencia do triumpho da citada conjuração. Dizia-se que os ministros tinham já desde algum tempo tido bastante noticia da trama, e que contra elles se armava, sendo de crer que isso que sabiam não fosse sufficiente para procederem contra os conjurados, tendo a fortuna de, sómente na vespera do dia em que devia effectuar-se o crime, haverem d'elle sido avisados por um dos proprios conjurados, o qual, levado pelo remorso, foi secretamente denunciar todo o projecto a lord Haubley. Na Escocia e vizinhanças de Glasgow e de Leeds, districtos muito povoados, em rasão das grandes manufacturas que n'elles se acham estabelecidas, houve por aquelle tempo grande desassocego, chegando a manifestarem-se até in-

surreições parciaes, n'uma das quaes houve um combate entre uma partida de *radicaes* armados e a tropa de cavallaria, que tinha ido com o fim de os desarmar e dispersar, combate notavel, não tanto pelo numero de mortos e feridos que n'ele houve, quanto por ser o primeiro que n'aquelle tempo appareceu, em que o povo tentasse abertamente resistir. Na Irlanda tambem n'alguns districtos chegou a haver levantamentos formaes, sendo todavia reputados sem nexos com o que se projectára em Londres ¹. No meio de tudo isto forçoso é dizer que a situação da Inglaterra, posto fosse para dar ocasião ao governo, não era ainda assim tida como em estado de assustadora revolução.

Se portanto os factos que se acabam de expor obrigavam o ministerio inglez a não exacerbar pela imprudencia dos seus actos a opinião publica contra si, outro ponderoso motivo o forçava igualmente a isso, tal era a vehemente e acalorada discussão, que por toda a Inglaterra se havia levantado, por ocasião da volta que para ella fizera em fins de junho de 1820 a princeza Carolina Amelia Elizabeth de Brunswick-Wolfen-Buttel, esposa do principe de Galles, seu primo, George Frederico Augusto, que desde 29 de janeiro de 1820, em que fallecêra seu pae, George III, passára a substituí-lo no throno com o nome de George IV. Similhante dissensão não só serviu de pretexto aos *radicaes*, ou democratas inglezes, para agitarem o paiz em favor da sua causa, mas igualmente a toda a mais opposição, que os ministros da corte tinham contra si, quer dentro, quer fóra do parlamento. Esta grande questão, tomando o character de questão nacional, havia effectivamente absorvido todas as atenções das diferentes classes nacionaes, constituindo-se em forçado assumpto de todos os discursos, e alvo de todas as discussões, dando lugar na camara dos lords aos indecentes e publicos depoimentos de algumas testemunhas, contrarias á honra e honestidade da sobredita princeza, a qual, indo assistir ás sessões

¹ Officios do conde de Palmella para o Rio de Janeiro de 8 de março e 12 de abril de 1820.

erida camara, ousada e resoluta as ouvia com sereno
anceiro semblante. Datava já desde 1806 a reciproca
aversão dos dois augustos consortes, fundada esta
aversão em motivos de leviana galanteria por parte
nceza para com certas pessoas, motivos que por en-
ram julgados sem fundamento. O que o processo pu-
posteriormente mostrou com o andar do tempo foi que
no de 1814, em que a còrte de Londres foi visitada, de-
le concluida a paz com a França, pelo imperador da
a, pelo rei da Prussia, e por outras das mais altas per-
ens estrangeiras, a princeza Carolina Amelia recebeu
ntimação por parte de seu esposo, para que não tor-
mais a apparecer na còrte, permittindo-se-lhe deixar
aterra para ir viajar pelo continente, para cujo fim se
estabeleceu uma annuidade suplementar de 35:000

Seis annos depois de ter visitado a Italia, a Suissa, a
ia e varios outros paizes, foi publicamente accusada
er em estado de adulterio, depois que saíra de Ingla-
esquecendo-se assim da sua alta gerarchia, e do cum-
nto fiel dos seus deveres de honra, com a allegação de
cebido no seu proprio leito um italiano, Bartholomeu
mi, que tomado ao principio por seu correio, depois o
a seu primeiro camarista. A publicidade que por fim
i ao respectivo processo, devassára todo o recato da
ia, e se a princeza como mulher e esposa foi de condu-
egular e desordenada, durante as suas viagens e a sua
cia da còrte, a de seu esposo foi realmente imprudente
lemnável, fazendo publicos os actos do seu viver do-
zo, tornando-se o alvo da irrisão publica, não só na
Bretanha, mas até mesmo no jornalismo de toda a Eu-

a tal accusação, tida por falsa e calumniosa, fez com
opinião publica, e juntamente com ella toda a opposição
avia contra os ministros, inclusivamente a dos que,
los na via da revolução, se destinavam a servir-se d'es-
texto para seus fins politicos, abertamente se decla-
n contra o novo monarcha britannico e a favor de sua

esposa, abraçando a causa d'ella com todo o calor e enthusiasmo, queixosos como d'elle se mostravam. Emquanto ~~pois~~ George IV foi principe pareceu professar as doutrinas liberaes, mas depois que subiu ao throno abraçou os principios contrarios, o que não podia deixar de lhe acarretar um grande numero de inimigos, particularmente entre os demagogos, ou *radicaes*. Quando mancebo, o jogo e as mulheres haviam-lhe esgotado o seu patrimonio, dando-lhe por fim a fama de ser um dos mais devassos soberanos que a Gran-Bretanha tem tido. Não admira pois que com estas prendas o odio d'elle para com sua esposa subisse a um ponto tal, que o levasse, como effectivamente se viu, a querel-a privar da accessão ao throno, depois que n'elle succedêra, chegando a mandar-lhe offerecer para isto uma pensão annual de 50:000 libras, com a condição de permanecer fóra da Gran-Bretanha, e de não assumir o titulo de rainha, offerecimento que deu em resultado dirigir-se ella de prompto para Inglaterra, indo desembarcar em Dovers no dia 6 do citado mez de junho de 1820, depois de uma ausencia de seis annos, seguindo d'ali para Londres, aonde se lhe não deu alojamento no palacio real, circumstancia que a obrigou a viver isolada da côrte, o que, em vez de lhe tirar a popularidade, lh'a augmentou tanto no baixo povo, como em todos os descontentes do paiz, abraçando acaloradamente a causa d'ella como propria. Maior realce lhe deu ainda a esta sua popularidade o apresentar o ministro lord Liverpool na camara dos lords o projecto de um *bill*, destinado a privar a rainha dos seus titulos, prerogativas, direitos e privilegios, que na sua qualidade de esposa do rei reinante lhe pertenciam, dissolvendo-se o casamento entre ella e seu marido.

Não é proprio d'este nosso escripto relatar n'elle os promove-
nores da curiosa discussão, que sobre isto houve na camara dos lords, na intelligencia que se d'este episodio temos dando uma noticia algum tanto extensa ao leitor, foi pela celebridade que teve, tanto em Inglaterra, identificando-se com o partido liberal, como em toda a Europa em geral. Bastará pois dizermos sobre este assumpto, que apesar da feia accu-

feita por seu marido contra a princeza Carolina, teve sempre por si a fortuna do favor publico, que nunca a donou, castigando assim a leviana conducta de el-rei com ella, sendo a imprensa liberal a propria que consimmente a defendeu, e sempre a proclamou innocente. Caricaturas contra el-rei seu marido, contra os seus ministros, e até contra os proprios lords, que haviam de ser os chefes da causa, todos foram por este meio apresentados ao publico debaixo das mais risiveis e ridiculas fórmulas, chegando isto a um ponto tal, que o mesmo lord Liverpool propoz na camara alta o adiamento da terceira leitura do *bill* d'ahi a seis mezes, o que se teve na conta de uma verdadeira rejeição, seguindo-se a isto morrer finalmente a rainha, victima de uma grave molestia inflammatoria, no dia 18 de agosto de 1821, contando de idade 52 annos, 3 mezes e 10 dias, por haver nascido em 17 de maio de 1768, tendo por filha do duque de Brunswich, Carlos Guilherme Ferdinando. O resultado d'isto foi portanto crescer consideravelmente a agitação democratica em toda a Inglaterra, dando-lhe mais força, e tornando mais cautelosos os ministros receiosos das revoluções, que no mesmo sentido se manifestaram nas peninsulas iberica e italiana.

Portanto um facto que no anno de 1820 quasi todos os estados da Europa foram mais ou menos abalados pelas idéas democraticas de alguns dos seus habitantes por ellas dominadas, sendo a França onde isto mais notavelmente se fez sentir. O descontentamento em França póde dizer-se que existia desde 1814, em que os soberanos alliados impozeram sobre as armas na mão aos francezes um monarcha, que com a sua pessoa, ou sem ella lhes repugnava acceitar. Seguiu-se a isto a occupação da França por parte de cada um dos exercitos alliados, o que foi causa de subir a muito maior grau o descontentamento dos mesmos francezes, cujo odio se manifestou entre elles, mais particularmente contra os prussianos, e alemes, e alemes estes os que mais exploravam a miseria da França desde 1814 e 1815, e os que mais buscavam tirar proveito das intrigas e do peculato, de que aquelle paiz estava

sendo victima. Em 1847 ainda uma parte dos referidos exercitos se achava occupando o territorio francez. As colheitas d'este anno tinham sido miseraveis, e o governo da França não só gemia debaixo do peso da contribuição, que ainda lhe restava pagar aos soberanos alliados, mas até era forçado pela necessidade a providenciar á sustentação dos povos, dispendendo grandes sommas com a compra de grãos, idos de fóra, e com a indemnisação dada aos padeiros e revendedores nos mercados do reino, com o fim de moderar a irritação das classes pobres, pela carestia e falta geral de pão. No meio de tão graves apuros o referido governo, não podendo violar as convenções estatuidas em 20 de novembro de 1815 com os alliados, tentou subtrahir-se ao cumprimento de alguns dos seus artigos, tal como o do juro corrente, desde aquella data até á final liquidação das reclamações. Esta pretensão irritou sobremaneira os commissarios encarregados da respectiva recepção, os quaes correram reunidos á conferencia dos ministros alliados, exigindo a exacta execução do que fôra estatuido. Esta pendencia foi tratada com todo o azedume, sobretudo da parte dos prussianos, que mais do que todos os outros se mostravam implacaveis rigoristas na exacta observancia dos ajustes feitos. A miseria da Alsacia, da Lorena, dos paizes do Rheno, da Borgonha e da Val-de-a tinha originado assuadas, de que os malevolos se aproveitaram, indispondo os povos contra o governo, já embarçando o transito dos grãos, já atacando as granjas dos lavradores, e já forçando nos mercados o barateio do seu preço. Os exercitos alliados eram em parte a causa d'isto, porque pela necessidade de os favorecer tinha havido travessias, monopolios e não poucas fraudes, a que tinha dado logar o apuro de meios pecuniarios com que o governo lutava, d'onde veio o encommendar tarde nos mercados do norte a compra de grãos, a que era levado, por temer que a avareza dos lavradores acabasse de exasperar a massa do povo, já bastante indisposta e turbulenta.

Era pela cidade de Paris que se forneciam as provincias mais distantes da capital com as cargas que chegavam

portos de Flandres, da Normandia e da Picardia, á medida que entravam, sem que por isso diminuísse a carestia e o clamor das provincias. A reunião de tão graves e tristes circumstancias deu aso a uma conspiração federalista, tramada em 1817 entre 42 povoações da França, de que se tornou cabeça a cidade de Leão, para onde tinham affluído os principaes chefes. O fim d'esta conjuração era o de se insurgirem todas as ditas povoações a um tempo em favor do principe Napoleão, e marcharem armadas sobre Paris em um dia assignalado. Como a correspondencia se fazia vocalmente por emissarios que corriam o paiz, era inevitavel a erupção, que effectivamente teria logar, se felizmente o general Cannel, governador de Leão, a não tivesse descoberto no dia 29 de junho por meio da prisão do capitão Odin, que era um dos seus chefes, e usado a par d'isto das mesmas sanhas, para cortar o nexo da citada conspiração. Para este fim adestrou emissarios seus, para que fossem contramandar o dia da insurreição, cujo plano era recrutar secretissimamente por dezenas até formarem uma centena. Só se conheciam os cabeças das primeiras dezenas, e cada um dos ditos cabeças os seus dezenarios. O centenário só conhecia os decuriões da sua centena e os chefes das outras, mas nenhum a massa geral, indo assim progressivamente até aos primeiros chefes, que eram os unicos que possuiam o segredo, circumstancias que muito difficultavam seguir os élos d'esta enorme cadeia, da qual só alguns eram conhecidos. Todavia o citado general Cannel, alcançando o nexo da trama, e empregando as mesmas sanhas, como já dissemos, teve a sagacidade de deixar alguns logares intercalados, que não avisou, para que elles rompessem o segredo, revoltando-se. Alem d'isto pediu soccorro ao general Donadien, governador de Grenoble, que disfarçou a disposição de alguns destacamentos, destinados a vigiar as povoações que se haviam de insurgir. Este plano foi muito bem succedido, porque por toda a parte que a revolta se declarou, a tropa a combateu a custo de bastantes vidas, sendo a parte mais populosa de Leão onde o combate foi mais renhido e sanguinolento, e onde se

arvorára a bandeira tricolor. Mais de 300 conspiradores foram ali presos, ficando muita gente comprometida, que igualmente succedeu em Dijon, para onde tinham affluido os mais notaveis de toda a Borgonha, podendo apenas os dois regimentos da guarnição comprimir, mas não acabar de todo as suas tramas. Apesar do supplicio de bastantes culpados, sentenciados pelos tribunaes de *Preboste*, que os julgaram summariamente, não tinham descoroçoado, nem se dava por vencido o partido da opposição ao governo, partido a que se reuniam as differentes parcialidades, que tinham outras vistas politicas. Tudo isto torturava o ministerio francez, lutando de mais a mais com as intrigas de palacio, occasionando n'elle divergencias, dando-se alguns dos que o compunham como ultra-realistas, achando-se os proprios membros da familia real divididos em parcialidades.

Os elementos de desordem e perturbação em França continuavam a existir, não obstante o mallogro da conspiração de Leão, dando até logar a que muitos politicos d'aquelle tempo olhassem para aquelle paiz como o fóco dos clubs propagadores das doutrinas democraticas, rebentadas na Hespanha, em Napoles e Portugal. A braços portanto, como o ministerio francez se achava com o descontentamento de uma grande parte da nação, e as parcialidades politicas em que ella se achava dividida, um horroroso caso a vein aterrar ainda mais, tal foi o do barbaro assassinato, que pelas onze horas e meia do dia 13 fevereiro de 1820 se effeitou na pessoa do duque de Berry. Este crime foi perpetrado por um official de selleiro, chamado Luiz Pedro Louvet, que se dizia haver feito parte da comitiva de Buonaparte, durante a sua estada na ilha do Elba. Este assassinio o executou elle, cravando um punhal no peito do desgraçado principe, no momento em que saía da grande opera, e se dispunha a entrar para o coche em que já estava a princeza sua esposa. O assassino poz-se immediatamente em fuga, mas foi logo apanhado pela tropa, que de prompto correu em seu alcance. O principe foi tão mortalmente ferido, que não pôde ser

transportado para o seu palacio do Eliseu Bourbon, tendo sido em uma sala do proprio theatro d'onde saíra. Apesar dos mais promptos soccorros da arte, ali mesmo expirou ás seis horas da manhã do dia 14, á vista de el-rei e de toda a real familia, que ali se achavam presentes. O interrogatorio ao assassino foi feito immediatamente; mas elle declarou sempre até ao fim que não tinha cúmplices, que o crime perpetrado era unicamente obra sua. O nobre e infeliz principe era o de Carlos Ferdinando de Saxe, duque de Berry, nascido em Versailles em 24 de Janeiro de 1778, sendo filho do principe Carlos Filipe de França, conde de Artois, *Monsieur* (irmão de el-rei Luiz XVIII, ao qual depois succedeu no throno com o nome de Carlos X), e da princeza Maria Thereza de Saxe, pertencente á casa real da Sardenha. O assassinado principe tinha casado em 17 de julho de 1816 com a principessa também da Saboya, Carolina Ferdinanda Luiza. Este assassinio na opinião do marquez de Marialva provinha das diversas sociedades secretas, e das suas doutrinas demagogicas, tão frequentemente expostas no publico pela imprensa, bem como de uma occulta conspiração contra os thronos, manejada por um partido, que lhe parecia dar signaes inequívocos das suas intenções, movendo simultaneamente os maiores desordens na Allemanha, na França, na Hespanha e na propria Inglaterra. Os damnados projectos das diversas sociedades ainda aqui não ficaram. Pelas onze horas da noite do dia 30 de abril do referido anno de 1820 se lançou uma bomba debaixo de um dos arcos da rua Rivoli, sobre a qual se deitavam as janellas do quarto em que habitava no palacio das Tuilleries a duqueza de Berry, e sem duvida pavoraram-se com o sobresalto lhe determinavam o aborto, e logo achar-se ella por então no seu estado interessante. Sem mais tentativa de outra que tal bomba se projectára lançar na noite de 5 de maio, projecto que foi descoberto pela policia no momento em que um fulano Gravier, ex-soldado da guarda de Buonaparte, lhe intentava largar fogo ao rastilho, no mesmo modo e no mesmo sitio em que fizera rebentar a

real casa, desconfiando não menos de quem representativo lhes podesse dar a precisa garantia¹. Simulhantemente a nação franceza sua parte olhava com desconfiança para os dois que eram da familia Bourbon. A divisão que por aquelle tempo a França se achava entre os votados ao mais puro absolutismo, ao republicanism, sendo para este systema a força das tendencias, constituia uma grande contentes, que não podia deixar de ter o seu fundado e justo receio. Um grande numero hostilisava fortemente na sua respectiva coroa, servindo-lhes para thema dos seus

¹ Ainda em 19 de agosto de 1820 se tentou uma conspiração, em que algumas personagens foram a causa a que a camara dos pares se constituisse em d'aquelle anno em tribunal de justiça. dia em que o respectivo relatorio, feito pelo conde Pastoret, foi a leitura, n'elle se viram, se não nupciadas, algumas pessoas, que occupavam distinctos lugares depois fazer o procurador regio, mr. Jacquinet de formal de accusação perante a mesma camara. 75 denunciados em similhante conspiração, 34 dos quaes accusação sendo soltos os mais

² Luiz XVIII tinha todavia razão para desconfiar no throno da França, pois ja em fevereiro de 1820 la dizia em officio para o Rio da Janeiro, que

bates a proposta que lhes haviam feito para uma nova lei eleitoral, da qual os referidos ministros tiveram de desistir em parte, obtendo em compensação, por uma especie de compromisso, elevar o numero dos deputados de 258 a 430, havendo assim um augmento de 178 deputados novos, antolhando-se aos mesmos ministros poderem por este meio alcançar em seu favor uma grande maioria. Para este fim novos deputados deviam ser eleitos por novos collegios de departamentos, compostos dos eleitores mais ricos de cada provincia, sendo n'isto que se fundava a esperanza de embaraçar o progresso do espirito democratico, que ia geralmente predominando na camara electiva. Com estas circumstancias coincidia igualmente o ter havido em Paris alguns tumultos populares, que ainda se não achavam de todo socegados, fazendo lembrar os mais perigosos tempos da revolução. Não admira pois que os ministros de el-rei Luiz XVIII, temendo a fermentação democratica, que a revolução da Hespanha não podia deixar de promover em França, indo dar mais força aos elementos que para ella já lá havia, se vissem obrigados a não se declararem em aberta hostilidade com a mesma Hespanha, sem que por outro lado se abalançassem a abandonar a alliança das grandes potencias do norte da Europa, ás quaes a mesma França se achava ligada desde o congresso de Aix-la-Chapelle, a fim d'elles ministros se não isolarem completamente do systema que por ellas fosse adoptado, e que muito proveitoso lhes podia ser nas circumstancias em que aquelle paiz se achava, onde grandes elementos de desordem effectivamente existiam, como se prova pela recente descoberta da já citada conspiração, que em Paris devia rebentar em 19 de agosto, a qual se dizia ter grandes ramificações nas provincias, onde contava com o apoio de regimentos inteiros. N'ella foram envolvidas 75 pessoas, das quaes a camara dos pares mandou pôr 34 em accusação, ordenando a soltura das mais, como já dissemos.

Vê-se pelo que temos dito, que apesar dos esforços empregados em Paris pelo marquez de Marialva, e das instan-

le Portugal, a Austria tambem pela sua parte se achava
 esmo caso, apesar das vehementes instancias, dirigidas
 particularmente ao principe de Metternich sobre este
 pelo mesmo marquez de Marialva. É isto o que mani-
 mente se colhe da resposta, que ao seu officio de 6 de
 o o referido principe lhe dirigiu na data de 26. Nada
 oportante se continha na referida resposta, a qual só era
 vel pela delicadeza e estudo da sua redacção. «V. ex.^a
 rece perfeitamente bem, lhe dizia o principe, os princi-
 do imperador, e os sentimentos de interesse e amizade,
 sua magestade imperial dedica a el-rei, seu senhor, e á
 sta casa de Bragança, á qual tão caros laços o ligam,
 não ser avaliada em toda a sua extensão a profunda
 essão, que fez em sua magestade a noticia d'esta ultima
 trophe (a revolução de Lisboa do dia 1.^o de setembro de
 1820). Ella deve sem duvida chamar sobre si a mais séria
 ção de todos os governos, e v. ex.^a, provocando a mi-
 sobre as causas e os resultados provaveis dos ultimos
 tecimentos, que se têm passado em Portugal, nada podia
 scentar ao vivo interesse que me inspira a situação dif-
 de sua magestade fidelissima n'um momento de tão pe-
 a crise». Quanto ao despacho que sobre este mesmo
 npto o principe de Metternich dirigira de Troppau na
 na data de 26 de outubro ao barão de Vincent, ministro
 iaco em Paris, despacho de que mandára dar conheci-
 o ao marquez de Marialva, dizia elle: «Os principios
 o senhor marquez de Marialva deseja ver proclamar
 onemente pelas potencias alliadas, como uma conse-
 cia necessaria dos que foram consagrados pelas trans-
 es de Vienna em Paris, e de Aix-la-Chapelle, são sem-
 la conformes aos nossos votos. Apraz-nos acreditar que
 o são igualmente aos de todos os soberanos alliados.
 seria entregarmo-nos a uma perigosa illusão lisongear-
 nos em que estes mesmos principios podessem ser pro-
 ados hoje pelas cinco grandes potencias, de que a alian-
 a compõe. Para o esperar, necessario era que se achas-
 explicitamente expressos nas precitadas transacções;

mas como o não estão senão implicitamente e parcialmente, debalde seria tentar-se levar a Inglaterra e a França, que não podem obrar senão segundo a letra dos tratados, a darem sobre estes principios uma declaração de guerra official. Quanto á obrigação que impõe ás potencias alliadas a terceira proposição do senhor marquez de Marialva, duvida muito de que se possa levar a contrahirem-na as mesmas côrtes independentes, taes como a Austria, Russia e Prussia». Mais adiante dizia ainda: «A corajosa iniciativa que o imperador não hesitou em tomar para conjurar os perigos a que a Italia se acha exposta pela revolução de Napoles, não pôde seguramente deixar duvida alguma sobre os principios politicos da Austria. Mas se a posição geographica lhe offerece os meios de procurar fazer parar o mal na Italia, não lhe permite estender a sua acção a Portugal. Não podendo prestar-lhe senão um auxilio moral, deve ella occupar-se antes de tudo da indagação dos meios mais proprios para o tornar efficaz, e o senhor marquez de Marialva pôde estar certo de que esta indagação será para o imperador, nosso augusto senhor, o objecto da sua constante solicitude. Mas com a mais pronunciada vontade de ser util a sua magestade fidelissima, não está igualmente no poder do imperador remover as difficuldades, que tornam para Portugal a applicação do remedio quasi impossivel, attenta a sua situação geographica¹».

Mallogradas como foram as diligencias feitas pelo marquez de Marialva para que no congresso de Troppau se tomassem em consideração as suas instancias, para obter a intervenção dos soberanos alliados nos negocios de Portugal, e o restabelecimento das antigas prerogativas de el-rei, e tendo-se transferido para Laybach o congresso dos referidos soberanos, ou antes dos imperadores da Austria e Russia, para esta mesma cidade, fez o dito marquez partir para lá com aquelle mesmo intento o citado D. Antonio de Saldanha da Gama, sendo por elle instruido de todas as medidas, que an-

¹ Officio do referido marquez n.º 268 de 20 de dezembro de 1820.

teriormente solicitára para aquelle fim dos referidos soberanos, quando reunidos em Troppau, fornecendo-lhe alem d'isto uma copia de toda a serie de notas e cartas, que havia feito e dirigido com aquellas vistas, recommendando-o com empenho ao principe de Metternich, ao qual novamente pedia a adopção das sobreditas medidas¹. Era Saldanha da Gama um dos ministros portuguezes nas côrtes estrangeiras, que mais habilitado se achava para o desempenho da commissão que se lhe dera, por causa dos plenos poderes de que fôra munido pela côrte do Rio de Janeiro com o fim de tratar dos negocios de Portugal em qualquer congresso, que eventualmente podesse ter logar na Europa. Dirigindo-se portanto para Vienna, seguiu de lá para Laybach, onde conferenciou com o conde de Capo d'Istria, o qual lhe disse: «Que a Russia, logo que principiou a revolução de Hespanha, exprimira bem claramente o seu modo de pensar, e previra as consequencias de um transtorno, tal como n'aquelle paiz se via; que portanto o seu parecer fôra e era a adopção de medidas geraes, e não singulares, para apagar aquelle incendio; que ao principio não fôra attendida esta sua opinião; mas depois que arrebentou a revolução de Napoles, a Austria começára então a querer usar de meios e medidas applicadas áquelle paiz; que sendo interrogada a Russia sobre ellas, respondêra o que já tinha proposto, isto é, que as medidas a adoptar deviam ser geraes, e que só com esta condição se prestaria a cooperar; que desde então os dois gabinetes reunidos procuraram a cooperação da França e da Inglaterra, potencias que hesitavam em tomar francamente um partido, a primeira allegando por obstaculo os receios, que lhe infundia o estado interno do seu paiz, a segunda por lhe parecer impolitico prestar o seu concurso para se lançar abaixo uma constituição, que as nações de que tratava tinham espontaneamente adoptado». Tendo o mesmo D. Antonio de Saldanha tido uma outra conferencia com o

¹ Novo officio do referido marquez para o Rio de Janeiro, n.º 262 de 13 de novembro de 1820.

principe de Metternich, este lhe disse, com relação á Austria, quasi a mesma cousa que Capo d'Istria lhe dissera, com relação á Russia, acrescentando-lhe que lhe parecia notavel querer-se a França ficar apathica, quando a respeito da Hespanha lhe parecia dever ella ter um procedimento igual ao que a Austria se propunha ter, com relação á Italia, pois que o negocio de Napoles se devia reputar concluido, por se ter assentado que as tropas austriacas passassem o Pó, a fim de deitarem abaixo uma constituição, incompativel com a existencia da monarchia.

Depois d'estas duas conferencias com os dois já citados ministros, D. Antonio de Saldanha foi apresentado aos imperadores da Austria e da Russia, os quaes não só os receberam cordealmente, mas até com franqueza lhe mostraram idéas analogas ás dos seus respectivos ministros. No dia 25 de janeiro de 1821 assignaram estes, em nome dos seus respectivos imperadores, uma declaração dirigida ao governo revolucionario de Napoles, concebida em termos fortes e decisivos, por meio da qual lhe faziam saber, que não consentiriam na existencia de uma constituição, tal como a que se havia adoptado, e que em conformidade com isto iam pôr em pratica os meios de que dispunham, para a fazer substituir por uma outra ordem de cousas mais conforme ao systema geral existente por então na Europa. Á vista pois d'isto asentaram que as tropas austriacas passassem a occupar militarmente o reino de Napoles. Foi por esta ocasião que chegou a Laybach o plenipotenciario britannico, lord Stuard, o qual, conferenciando com o mesmo Saldanha, lhe expoz a impossibilidade em que as potencias por aquelle tempo se achavam de se occuparem directamente dos negocios da península, pelo menos emquanto a França d'elles se não quizesse tambem occupar, e muito menos com relação a Portugal, acrescentando, com referencia a este paiz, que a Gran-Bretanha por certo não tomava resolução alguma, emquanto não recebesse respostas officiaes ás proposições, que o seu ministro tivera ordem de apresentar á côrte do Rio de Janeiro a qual declarára na primeira conferencia a resolução em qu-

sua magestade fidelissima se achava de mandar um dos seus **augustos** filhos para Portugal. N'estes termos era sua **opinião** que elle Antonio de Saldanha se retirasse para **Inglaterra**, onde seria cabalmente informado de tudo quanto **convinha** fazer a bem do mesmo Portugal, conselho com que se **não** conformou o plenipotenciario portuguez, mostrando-se **resoluto** a não sair de Laybach, á vista dos já citados **plenos poderes** de que se achava munido, e de que só deixaria de **fazer uso**, quando tivesse a certeza de que a Inglaterra se occuparia incessantemente dos negocios de Portugal.

Effectivamente lord Stuard dissera a verdade a D. Antonio de Saldanha, quando lhe communicou a resolução em que **el-rei D. João VI** se achava no Brazil de mandar um dos seus filhos para a Europa; mas antes d'isto uma funesta perplexidade e irresolução o dominava no mais alto ponto, da qual se viu forçado a sair pelas graves occorrencias que no mesmo Brazil tiveram posteriormente logar. Foi o brigue *Providencia*, chegado ao Rio de Janeiro nos primeiros dias do mez de novembro, o que levou áquella cidade as primeiras noticias das revoluções do Porto e Lisboa, as quaes exaltaram logo todos os espiritos, pondo-os n'uma combustão, propi-qua a degenerar em aberta revolta, indo gradualmente crescendo este estado de anarchia mansa, á proporção que novas noticias do reino ali iam chegando, favoraveis ás citadas revoltas. Todavia as primeiras resoluções, que a respeito d'ellas tomou a côrte do Rio de Janeiro, foram as de uma decidida hostilidade. Para o ministro de Portugal em Londres positivamente lhe recommendou, que solicitasse do ministerio britannico o auxilio de uma força naval, que apparecendo nas costas d'este reino, podesse servir de apoio aos portuguezes fieis, que pretendessem tentar o restabelecimento da auctoridade real, postergada como tinha sido pelos successos do Porto e Lisboa. A referida côrte, prevendo o caso do governo britannico se não prestar á mencionada solicitação, dera simultaneamente as providencias para obter da Russia o pretendido soccorro de uma força naval. Entretanto o proprio marquez de Marialva tinha por nocivas medidas pro-

visorias, reputando-as difficeis e arriscadas nas circumstancias em que Portugal se achava, não podendo ter outro efeito senão o de retardarem a adopção de medidas promptas, prejudicando, em vez de utilisarem, os interesses e prerogativas de el-rei. Para o Rio de Janeiro disse elle francamente que a confiança posta nos soccorros das potencias alliadas era inteiramente illusoria, pela convicção que tinha de que ellas nunca prestariam tal soccorro, decididas como a Inglaterra e a França se achavam a não intervir ostensivamente nos negocios dos paizes insurgidos, ao passo que a Austria, Russia e Prussia, resolvidas a intervirem nos negocios de Napoles, não lhes era possivel operarem activamente na peninsula iberica. Era portanto nas immediatas e acertadas medidas do governo, e não nos precarios e chimericos auxilios das potencias alliadas, que os portuguezes votados á causa de el-rei deviam pôr toda a sua confiança. «E não dissimularei a v. ex.^a, acrescentava elle mais, que na crise actual todo o retardo pôde ser fatal, porque o espirito publico vae-se progressivamente pervertendo em Portugal, tanto pelas successivas machinações dos facciosos, como pelas intrigas de uma potencia vizinha, que nos quer associar ás calamidades de que está ameaçada. E se necessario fosse provar esta minha asserção, eu o fizera, chamando a attenção de v. ex.^a sobre os individuos, que acabam de ser nomeados para membros das côrtes, e mui especialmente sobre os que se acham nomeados pela cidade de Lisboa e provincia da Extremadura, os quaes são quasi todos corifeus do liberalismo, ou instrumentos da facção hespanhola¹.»

Apesar do exposto, era um facto que a côrte do Rio de Janeiro estava n'uma completa desorientação sobre as medidas que devia tomar nas difficeis e urgentes circumstancias em que se achava collocada, porque parecendo querer utilizar os acontecimentos de Portugal, continuava todavia manter relações officiaes com Lisboa, que aliás parecia q

¹ Officio do marquez de Marialva para Thomás Antonio de Vilhena Nova Portugal, n.º 272 de 22 de fevereiro de 1821.

er ver bloqueada por meio de uma força naval ingleza ou
 essa, segundo as recommendações que fizera ao minis-
 o de Portugal em Londres, ao passo que tambem se não
 revia a approvar as medidas tomadas por Marialva, quanto
 negação de passaportes ás pessoas nacionaes e estrangei-
 s, que de differentes partes da Europa pretendiam passar
 Portugal, e a ter ordenado aos consules portuguezes em
 França que não dessem despacho algum aos navios, que se
 estinassem para o mesmo reino¹. A conclusão que d'isto
 tirava era que o ministro dos negocios estrangeiros e da
 guerra no Rio de Janeiro, Thomás Antonio de Villa Nova
 Portugal, era homem muito inferior ao melindre das circum-
 stancias de então, e até mesmo em tempo ordinario, ao alto
 grau que occupava. Foi no meado do mez de dezembro de
 1820, em que a côrte do Brazil se achava ainda vacillante,
 que o conde de Palmella chegou ao Rio de Janeiro a bordo
 da fragata austriaca *Carolina*, indo em companhia do barão
 Sturmer, ministro austriaco que para a dita capital fazia via-
 gem, e que em Gibraltar lhe offerecêra passagem a bordo
 d'ella, pois que o paquete em que tinha saído do Tejo, fa-
 zendo vinte pollegadas de agua por ora, teve de ir arriban-
 do áquella praça no dia 11 do citado mez de novembro. Foi
 d'aquelle tão critico estado de fermentação dos espiritos que
 o conde foi encontrar a côrte e o proprio rei, incapaz de ad-
 aptar medida alguma, havendo sido levado pelos seus conse-
 lheiros a esperar pelas noticias da chegada do marechal Be-
 vesford a Lisboa, crentes como todos elles estavam de que
 não podia deixar de repor no seu antigo estado as cousas de
 Portugal. Testemunha presencial como Palmella fôra da re-
 volução de Lisboa, e do grande entusiasmo que por toda a
 parte do reino se manifestava em favor da nova ordem de

¹ Vendo portanto o marquez de Marialva que a côrte do Rio de Ja-
 neiro nenhum obstaculo punha ás relações commerciaes do Brazil com
 Portugal, revogou na data de 6 de fevereiro de 1821 as ordens, que em
 2 de setembro e 4 de outubro do anno anterior tinha dado aos con-
 sules portuguezes em França, para denegarem passaportes aos navios que
 retendessem vir para Portugal.

cousas, conheceu elle bem a illusão em que a còrte do Rio de Janeiro se achava a tal respeito, e a inteira impossibilidade do reviramento das cousas em Portugal para o seu antigo estado politico. Altamente dominado por estas ideias, teve a coragem, não obstante a natural timidez do seu caracter e do seu espirito contemporisador, como finissimo cortesão e diplomata habil que todos lhe reconheciam, de fazer sentir ao soberano a perigosissima crise em que se achava mettido, tendo contra si, a par do manifesto triumpho da revolução de Portugal, a que tambem se achava imminente no Brazil, podendo ser muito bem o resultado d'isto perder elle ambas as monarchias.

Os receios de um tão habil e fino diplomata como foi o conde, reputado justamente como tal dentro e fóra do paiz, tinham por si um plausivel fundamento. No meio pois de similhantes circumstancias entendia elle, que para se evitar tão grave e funesto acontecimento era indispensavel ao monarcha deixar-se ir atraz da revolução, contemporisando com ella, em vez de abertamente a hostilizar, attenta a força da sua marcha para o seu pleno triumpho, sem haver dique que a podesse domar. Em conformidade com isto tomou pois a resolução de apresentar a el-rei, como praticou no dia 5 de janeiro de 1821, uma franca e leal exposição, fazendo-lhe sentir a difficuldade da sua situação, e a extrema necessidade de *de adoptar quanto antes medidas firmes, decisivas e analogas ao espirito do tempo, quanto fosse compativel com a honra e segurança do throno; e que este systema, adoptado sem perda de tempo, fosse seguido com coherencia e com franqueza.* Palmella não tinha a revolução de Portugal por filha tão immediata da má administração da justiça, da fazenda, e nem mesmo da prolongada ausencia da familia real no Brazil, como geralmente se allegava, quanto lhe parecia ser filha mais natural da tendencia geral de toda a Europa para a fórmu do governo parlamentar e representativo, tendencia que gava emanar de uma certa conspiração universal, existente por toda a parte contra os antigos systemas de governo. Persuadido d'isto, tinha para si que o melhor meio de desviar

las as côrtes, que em Lisboa se houvessem constituido, ordenando a convocação de outras, eleitas conforme aos antigos usos e leis da monarchia, sendo portanto meramente consultivas, devendo remetter como taes ao soberano as suas propostas, fechadas á maneira das consultas dos tribunaes, para sua magestade as resolver como houvesse por bem; 3.º, finalmente que desse por despedida a anterior regencia, nomeando em seu lugar um novo governo, presidido pelo bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos (homem quasi de cem annos), do qual seriam membros a maior parte dos individuos que constituíam o governo intruso, aggregando-lhes mais alguns desembargadores, e escolhendo para assistir às côrtes um ou dois procuradores regios, como antigamente se praticava em Portugal. Conselhos d'estes, dados em semelhantes circumstancias, provavam manifestamente a transparencia da previsão e juizo d'aquelle, que por semelhante fórma julgava remediar a crise em que a monarchia por então se achava. Similhante modo de ver as cousas n'uma tal conjectura, era ignorar completamente a força e a indole da revolução do Porto e da de Lisboa no anno de 1820, provando não menos que os desembargadores da ordem e capacidade de Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, por mais conspicuos e abalisados que fossem na sua sciencia, e considerados pelos seus serviços, não eram, pelo seu grande atrazo das idéas politicas do seu seculo, os melhores ministros para o tempo que então corria, ainda que puras fossem as suas vistas e reconhecidamente patrioticas as suas intenções, pois que a acceitarem-se os seus conselhos, nada mais se faria com isto do que levar o partido, que por então em Portugal havia, da união d'este reino com o da Hespanha, a realisar de prompto os seus intentos. Não perceber além d'isto a proxima gravidade de uma imminente revolução no estado do Brazil, no meio da effervescencia popular que já n'elle se descobria, desde que a elle chegaram as noticias das occorrencias politicas de Portugal, e considerar ainda no meio de taes circumstancias o poder real como o unico centro d'onde tudo devia dimanar, quando a doutrina já por então em voga, em

era declarar el-rei a intenção em que estava de formar governo constitucional, fundado nos mesmos principios adoptados em varios outros estados da Europa, conservar sua magestade todos aquelles attributos do poder inherentes á existencia e dignidade da corôa. Por conseguinte o cer d'este notavel ministro e illustrado conselheiro referia-se aos seguintes quesitos: 1.º, que el-rei D. João VI expedisse uma carta constitucional aos seus subditos brazileiros e portuguezes; 2.º, que os capitães generaes das differentes provincias do Brazil nomeassem um certo numero de individuos, conspicuos pela sua representação ou conhecimentos, para que em certa epocha se reunissem na cidade do Rio de Janeiro, para serem consultados sobre os melhoramentos que fossem susceptiveis as instituições e a administração do estado do Brazil e das colonias; 3.º, finalmente que o príncipe real seu filho e successor fosse com a maior brevidade possível mandado para Lisboa, para presidir ás côrtes e actuar em nome de el-rei seu pae a futura constituição que ellas houvessem de fazer, devendo as suas bases serem formuladas por sua magestade. Todavia el-rei não saía da habitual inacção, e no meio d'ella o foi achar a novidade dos acontecimentos, que tiveram logar em Lisboa nos dias 14 e 17 de novembro, o que fez com que Palmella o pedisse novamente a instar por escripto, nos dias 16 e 19 do mesmo mez de janeiro de 1821, para que adoptasse as medidas que já anteriormente lhe tinha proposto.

Logo depois de um mez se havia já passado, depois que o conde de Palmella chegára ao Rio de Janeiro, sem que el-rei se resolvesse a fazer cousa alguma no sentido do que lhe proporia, provavelmente pela falta de apoio que para isso achou entre os do seu conselho, ou antes opposição que lhe fazia, particularmente por parte do ministro Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, o qual opinava: 1.º, que el-rei se retivesse aos seus subditos da Europa, que elle, ou algum membro da sua real familia, viria residir em Portugal, para que n'elle se achasse restituida a tranquillidade e obediência ás suas ordens; 2.º, que dêsse por dissolvidas e nul-

camente por tribunaes independentes e inamoviveis em nome de el-rei; a liberdade individual, a segurança de propriedade, a liberdade moderada da imprensa, a igualdade de todos os portuguezes perante os tribunaes, e a igualdade de repartição dos impostos, sem distincção de privilegios, e de classes, serão garantidas e asseguradas pelas leis fundamentais da monarchia; 5.º, a residencia do soberano será alternativamente em Portugal, ou Brazil, conforme as circumstancias o exigirem, devendo sempre o principe herdeiro da corôa, ou pelo menos algum outro principe da real familia, residir como regente n'aquelle dos dois reinos unidos onde não estiver o soberano. Adoptar-se-hão medidas promptas e adequadas para applicar o espirito d'esta lei fundamental ao reino do Brazil e ás ilhas da Madeira e dos Açores, quanto seja compativel com a diversa situação, e circumstancia d'aquellas porções da corôa portugueza¹.

Não obstante tantas e tão reiteradas instancias, feitas a el-rei pelo conde de Palmella, nada foi possivel arranca-lo da fatal inercia, tão inherente ao seu genio, e á qual era levado pela viva repugnancia, que tinha em contrariar as opiniões dos seus conselheiros, e n'este caso particularmente a má vontade, que o principe D. Pedro de Alcantara, seu filho primogenito, decididamente mostrou desde logo em vir para a Europa, que era o ponto capital da maneira por que elle Palmella encarava as cousas n'aquella conjunctura. A este respeito lhe expoz elle mais, na data de 1 de fevereiro de 1821: «N'este instante soube que partia ámanhã o correio para Lisboa: em consequencia, e no desempenho da minha obrigação, devo dizer a vossa magestade que julgo essa medida intempestiva e prejudicial, porque vae dar logar aos mal intencionados de se prepararem, sabendo a proxima chegada de sua alteza real, e de combinarem os meios, ou de inutilisar a providencia por vossa magestade adoptada, ou de impedir mesmo o desembarque do principe D. Pedro, emquanto elle não prestar juramento á constituição, como se praticou

¹ 1.º volume dos ditos *Despachos*, pag. 163 e 164.

com o senhor D. Fernando VII; ou de prevenirem os animos por todos os meios, que os revolucionarios habilmente sabem empregar. O que eu entendo é que vossa magestade não deve annunciar aos portuguezes a ida do seu augusto filho, *mas que a deve accelerar por todos os modos possiveis.* Igualmente me atrevo a dizer com franqueza a vossa magestade, que sem um manifesto aos portuguezes, pouco mais ou menos nos termos do que eu esbocei, e sem *a prompta adopção* das medidas energicas e decisivas para melhorar a sorte do Brazil, não se salvará a monarchia, e não servirá de nada o sacrificio ao qual vossa magestade actualmente se resigna. É sobretudo preciso que as medidas adoptadas pelo governo de vossa magestade tenham na presente conjunctura *unidade, energia e promptidão, assim como uma liberdade bem entendida.* Isto não o conseguirá vossa magestade senão ordenando aos seus ministros, que se occupem, de accordo uns com os outros incessantemente, do mais essencial que a situação exige¹. Uma especie de conselho, ou de reunião dos seus ministros, para combinarem as medidas que pertencem a cada uma das suas repartições, debaixo de um systema geral de administração, torna-se actualmente *indispensavel.* Vossa magestade perdôe a clareza com que lhe escrevo; é o coração que guia a penna, o tempo em que vivemos assim o exige imperiosamente, e vossa² magestade me fará a justiça de acreditar que não posso dar-lhe maior prova de amor e fidelidade².»

¹ Lembrámos aqui de passagem que por aquelle tempo os differentes ministros de estado ordenavam, cada um pelo seu respectivo ministerio, o que bem lhes parecia, sem conhecimento, nem approvação dos seus collegas, e portanto ao contrario do que hoje se pratica nos governos constitucionaes, em que para haver unidade de systema, os respectivos ministros se reúnem para tal fim em conferencias, chamadas *conselhos de ministros.*

² Por este modo temos exuberantemente mostrado as diligencias, que em vão começou a fazer no Rio de Janeiro o conde de Palmella, logo que ali chegou, para que el-rei adoptasse as medidas que elle entendia por convenientes, e portanto mostrado temos tambem, quanto injusta é a accusação que a este respeito lhe fez o *Correio Braziliense*, crimi-

Emquanto as intrigas da cõrte do Brazil reciprocamente assim se debatiam, dando em resultado a inacção que se observava, pela reciproca hostilidade de umas contra outras, quebrando-lhes a força e energia, a que se seguia não se tomar medida alguma das que o conde de Palmella aconselhava, augmentavam no Rio de Janeiro e em todas as provincias do Brazil as sympathias pelas occorrencias politicas de Portugal, tomando tanto maior vulto, quanto mais ia correndo a ampulheta do tempo, por onde todos os successos se aferem, quer de fortuna, quer de desgraça. Estas sympathias, que tocavam as raias do enthusiasmo, se eram grandes na cidade e provincia do Rio de Janeiro, iguaes ou ainda maiores se manifestavam nas outras. Era de receiar que, sendo as occorrencias politicas de Portugal tendentes a chamar a familia real para a Europa, não fossem bem vistas dos brasileiros, votados á monarchia, e todavia deu-se o contrario d'isto, apparecendo em todo o Brazil, sem distincção de partido, as mais manifestas provas de cordeal applauso e dedicação por ellas, levados já, ou por natural instincto de que a partida de el-rei para a Europa era o primeiro passo a dar para a sua completa emancipação da metropole, ou porque directamente as suas vistas se fixassem já sobre isto. Cercado como por toda a parte se via o Brazil, á excepção apenas do lado do nascente banhado pelo mar, de estados independentes, rocentemente emancipados da Hespanha, e constituidos em republicas, não se podia esperar que deixasse de partilhar, como elles, idéas de emancipação, e aspirações de as pôr em pratica na primeira occasião opportuna, a qual provavelmente se lhes antolhava ser a vinda de el-rei para a Europa; de modo que em vez d'isto lhes desagradar, foi para os brasileiros motivo de satisfação.

Uma outra circumstancia notavel que por então se deu

nando o conde por nada ter feito durante o seu ministerio. Se nada se fez, a culpa não foi sua, pois bastante trabalhou para que se fizesse. Foi o principe D. Pedro uma das mais poderosas causas de nada se ter feito, pela sua opposição em vir para a Europa.

Um regimento de infantaria de linha o começou, sendo promptamente abraçado pela mais tropa sem opposição alguma. O respectivo governador militar foi deposto, e substituido por uma junta provisional de governo, que acclamou a constituição por meio de proclamações. Apenas ao congresso, ou côrtes de Lisboa, constou a noticia de similhante revolta, o applauso e o enthusiasmo por ella, foi o geral acolhimento que teve, não se lembrando um só dos deputados de que aquelle era o primeiro grito da imminente independencia do Brazil! Sadoado como um acto do mais sincero e cordeal patriotismo, e reputado portanto como altamente meritorio, os paraenses seus auctores tiveram-se como filhos benemeritos da patria, dando-se áquella parte do Brazil o titulo de provincia como recompensa, proscrevendo-se o de capitania que d'antes tinha, honra que com o tempo se foi estendendo ás demais capitancias. A 28 do citado mez de janeiro seguiu-se a revolução da ilha da Madeira, effectuando-se igualmente sem contrariedade, ou opposição alguma. A cidade da Bahia, que por muitos annos depois da descoberta do Brazil foi tida como a capital d'aquelle vasto estado, e que pela grande importancia e riqueza do seu commercio não tinha perdido as idéas da sua antiga primazia, pouco se demorou em fazer o mesmo que o Pará. Parece que desde alguns tempos atrás as tropas e algumas auctoridades civis deram signaes de conspirarem, fazendo com que o conde de Palma, seu governador e capitão general, pedisse para o Rio de Janeiro novas instrucções e reforços, o que fez com que os conjuradores se apressassem em executar o plano que premeditavam. O certo é que pelas cinco horas da manhã do dia 10 de fevereiro de 1821 um regimento de artilheria, commandado pelo seu tenente coronel, Manuel Pedro de Freitas, dirigiu-se ao respectivo arsenal, onde se proveu de munições e armas, e seguiu de lá para a praça do Palacio. A esta praça se foi de prompto reunir um regimento de cavallaria, commandado pelo seu tenente coronel, Francisco de Paula e Oliveira Villas-Boas. Na praça da Piedade tinha-se ido postar o capitão general, o citado conde de Palma, com o 1.º e 2.º regimento da linha.

No meio d'estes acontecimentos todo o povo se alborotou, concorrendo muito para isto o terem corrido á casa da camara o procurador do senado, e o negociante José Joaquim da Silva Maia, onde pozeram ás janellas da dita casa o estandarte municipal, mandando a par d'isto tocar o sino da cidade. O mesmo enthusiasmo, manifestado como por tudo isto se viu, rompeu por fim em acclamações e vivas á constituição, que as côrtes de Portugal houvessem de fazer. Contra estes movimentos saiu da praça da Piedade com alguma tropa o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant, dirigindo-se com ella á praça do Palacio; e mandando atacar á bayoneta os amotinados, estes lhe dirigiram dez tiros, com que lhe mataram dez homens e feriram vinte, fugindo os mais em debandada para o campo d'onde tinham partido, acto a que seguiu fraternisar por fim toda a tropa com os revolucionarios. Estes, seguindo então o exemplo do que se fizera no Porto em 24 de agosto, formaram tambem um conselho militar, o qual, reunido igualmente na mesma casa da camara, concordou em que esta propozesse á confirmação do povo, como effectivamente se praticou, as pessoas que haviam de compor o novo governo, ao qual se deu tambem o nome de junta provisoria. Pela sua parte o conde de Palma, sendo constrangido a comparecer n'aquella reunião, teve de se conformar com o que n'ella se tinha feito, e como tal de assignar a resolução tomada, de adherir ao governo de Portugal e á nova ordem de cousas que n'elle se proclamára. Á citada junta provisoria commetteu-se o proceder á immediata eleição dos deputados ás côrtes por aquella provincia, fazendo-se tudo isto em nome de el-rei, ao qual, bem como á sua augusta dynastia, se prestou juramento de fidelidade. O citado marechal de campo Felisberto Caldeira Brant, escapando-se ao chuvaire de balas que o perseguiu no dia da revolução, e ás tentativas dos assassinos que n'este mesmo dia e no seguinte o buscaram victimar, pôde no dia 12 salvar-se a bordo da fragata ingleza *Icarus*, dirigindo-se a bordo d'ella para o Rio de Janeiro, onde chegou no dia 22, tendo abandonado filhos e quanto possuia

na Bahia. Como era bem de esperar, logo no dia 2 de março se manifestaram em Pernambuco evidentes symptoms de uma igual revolução, sendo por esta causa obrigado o seu governador e capitão general, Luiz do Rego Barreto, a convocar no seguinte dia 3 um numeroso conselho, composto de magistrados, officiaes militares, e outros mais individuos, tirados das classes do clero, do commercio e dos proprietarios, conselho de que resultou proclamar elle logo no mesmo dia 3 aos seus governados, convidando-os a esperar pela resolução do monarcha, o qual seguramente não deixaria de lhes attender os votos.

Mas por este tempo já o Rio de Janeiro se achava em grande agitação e desordem, a que não era estranho o proprio principe real, D. Pedro de Alcantara, constituido em principal promotor e agitador das turbas, apoiado nos membros dos clubs, já seguramente nas vistas de se engrandecer e elevar-se a soberano d'aquelle vasto paiz, não attendendo que com semelhante conducta prejudicava altamente a sua patria. Foi no dia 17 de fevereiro que tinham chegado á côrte as primeiras noticias da revolução da Bahia por meio de uma carta, que o consul inglez n'esta cidade dirigira ao seu respectivo ministro no Rio de Janeiro, carta de que o conde de Palmella deu immediatamente parte a el-rei, instando novamente com elle para que quanto antes mandasse para a Europa o principe real seu filho, acompanhado das bases fundamentaes de uma carta constitucional. Já por então era sabido o mallogro da commissão do marechal Beresford em Portugal, e reunindo-se com isto a noticia da revolução da Bahia, forçoso era ao governo tomar uma resolução, para cujo fim se convocou um conselho de estado, no qual compareceram, alem dos ministros, o citado principe D. Pedro e o marquez de Alegrete, a fim de se assentar no que mais conveniente fosse sobre um objecto de tamanha importancia, como aquelle de que se tratava. O resultado d'este conselho foi portanto a approvação do já citado parecer do conde de Palmella, apoiado como n'isto foi pelo conde dos Arcos, os quaes tinham em opposição contra si o ministro de estado Thomás Anto-

nião de Villa Nova Portugal e os Lobatos, validos intimos de el-rei. Na conformidade pois do que Palmella propozera, lavrou-se o decreto de 18 de fevereiro, pelo qual annunciava el-rei a determinação, que tomava da partida do principe real seu filho para a Europa, auctorisado para pôr logo em execução as medidas e providencias, que elle soberano julgava convenientes, nas quaes se incluia a promptificação de uma constituição, que lhe devia ser presente para receber a sua approvação. Pelo referido decreto se ordenava mais a convocação para o Rio de Janeiro dos procuradores das cidades e villas do Brazil, bem como das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, para que em junta de côrtes deliberrassem sobre os futuros melhoramentos a fazer na antiga ordem de cousas, e na applicação ao Brazil do que na referida constituição lhe podesse ser de vantagem¹. Como porém as cousas se tornassem cada vez mais graves, exigindo remedio prompto, determinou el-rei por decreto de 23 crear desde logo no Rio de Janeiro uma commissão de pessoas do seu conselho, para desde logo proceder a um maduro exame e proposta dos melhoramentos reclamados para o Brazil, buscando por este modo evitar os males, que podiam provir da demora da reunião dos procuradores das provincias, de que se tratava no já citado decreto do dia 18. Este decreto porém só foi publicado no dia 25, a que se seguiu pôr-se immediatamente em campo contra elle o proprio principe D. Pedro de Alcantara, pela opposição, ou mesmo aberta rebelião, que sem escrupulo algum manifestou para com as ordens de seu augusto pae, rei e senhor, quanto a vir para Portugal, nova prova sem duvida da idéa que já tinha de se levantar com o Brazil, separando-o da metropole, para d'elle se constituir soberano.

Para se annullar portanto a determinação da vinda do principe real para a Europa, contida no já citado decreto de 18 de fevereiro, publicado sómente no dia 25, como já notámos, saíram dos seus quarteis as tropas da guarnição, logo

¹ Volume dos *Despachos* do duque de Palmella. pag. 178 e 180.

ao romper do dia 26, tomando o commando d'ellas o brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, de intelligencia para o com o principe real, por intervenção do padre Francisco Romão de Goes, que foi avisar o mesmo principe, logo que ellas estiveram reunidas, porque não querendo vir para Portugal, entendeu que este passo era o melhor meio de anular o citado decreto de 18, com que se mallograria a sua devota vinda, como aconteceu. A direcção tomada pelas referidas tropas foi a de marcharem para o Rocio, actualmente praça da constituição, onde se postaram, collocando nas bocas das ruas, que para ella iam, peças de artilheria; e levantando-se em seguida vivas a el-rei e á futura constituição, passaram os chefes militares a formar na grande sala do theatro de S. João um conselho popular, depois de terem já lá comparecido os vereadores da camara e varios chefes da insurreição. Posta em scena por este modo a peça, chegou como protagonista d'ella o principe D. Pedro, sendo recebido com os mais estrondosos vivas e outras demonstrações de excessivo enthusiasmo. Dirigindo-se ao citado brigadeiro Carretti, perguntou-lhe o que queria a tropa? Respondeu pelo interrogado o advogado Marcellino José Alves Macamboa, dizendo-lhe que a tropa desejava que fosse já reconhecida a constituição de Portugal, *exactamente como as córtes a viessem a decretar*. Com esta resposta voltou o principe a S. Christovam, onde estava el-rei; e tornando de lá ao Rocio, leu da varanda do theatro

fazendo, e recebel-a no meu reino do Brazil, e nos mais domínios da minha corôa. Os ministros e secretarios de estado a quem este vae dirigido o façam assim executar, expedindo aos tribunaes e capitães generaes as ordens competentes. Palacio do Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1821».

A ante data do decreto que se acaba de ler, com antecedencia de dois dias ao da revolta que o motivára, mostrou claramente que a trama se achava urdida para o dia da sua dita data. Os inconvenientes que então se deram, para se não executar no dia da sua assignatura o que n'elle se ordenava, só os poderiam referir os que estavam no segredo da urdida trama. Entretanto é a todos manifesto que o pôr-se D. Pedro á frente das tropas portuguezas, que estavam no Rio de Janeiro, com o fim de obrigar seu pae a annular-lhe, pelo citado decreto do dia 24, a determinação que no de 18 o mandava vir para Portugal, decreto que posteriormente se viu ter por fim constituir-se em vida de seu pae em sóberano do Brazil, tirando-lhe assim a maior e melhor parte da monarchia, nada mais foi que dar a seu irmão D. Miguel o frisante exemplo para quatro annos depois fazer igualmente em Lisboa o mesmo na sua famosa abrilada, destinada igualmente a privar-o da corôa de Portugal, abraçando cada um d'estes dois principes o systema de politica, que tiveram por mais adaptados aos seus fins, a saber; D. Pedro, o systema liberal, e D. Miguel, seu irmão, o systema absoluto. E se tão criminada tem sido n'este ultimo similhante conducta, nenhuma rasão pôde haver em se não ter na mesma conta a conducta do primeiro. Emquanto pois a D. Pedro se lhe figurou de vantagem para os seus intentos o apoio da divisão auxiliar portugueza, com ella se ligou, e d'ella se serviu confiadamente; mas apenas com o tempo a viu fiel á causa da patria, adverso se lhe mostrou no mais alto grau. Seja porém como for, certo é que á vista da leitura do citado decreto do dia 24, procedeu-se logo a prestar juramento a uma constituição, que ninguem sabia ainda o que fosse. Foi o citado juramento precedido da feitura de um auto, lavrado pelo respectivo escrivão da camara, auto que todos os vereadores

assignaram, para a todo o tempo constar a verdade do que dizemos. Feita que d'elle foi a respectiva leitura, o mesmo D. Pedro declarou que em nome de el-rei, seu augusto pae, passava a prestar o seguinte juramento: «Juro em nome de el-rei, meu pae e senhor, veneração e respeito á nossa santa religião, observar, guardar e manter perpetuamente a constituição, tal qual se fizer em Portugal pelas côrtes. (E logo sendo-lhe apresentado pelo bispo capellão mór o livro dos Santos Evangelhos, n'elle pôz a sua mão direita, e assim o jurou, prometeu e assignou): Como procurador de el-rei meu pae e meu senhor = *O príncipe real, D. Pedro de Alcantara.* = (E logo o príncipe real em seu proprio nome jurou igualmente na fôrma seguinte): «Juro em meu nome veneração e respeito á nossa santa religião, obediencia ao rei, observar, guardar e manter perpetuamente a constituição, tal qual se fizer em Portugal pelas côrtes. (Assignado) *Príncipe real, D. Pedro de Alcantara.* = *«Infante D. Miguel.»*

Concluido este juramento, foi el-rei convidado a vir da quinta de S. Christovão para o paço da cidade, a fim de ratificar com a sua presença tudo o que até então se tinha feito, convite que n'aquella occasião equivaleu a uma formal e positiva ordem de seu filho primogenito, a qual el-rei julgou não poder deixar de cumprir. No seu transito passou elle pela praça onde o povo se achava reunido, o qual, rompendo em estrondosas acclamações ao avistal-o, correu a elle, e tirando-lhe os cavallos do coche, deitou-se a puxal-o com o em triumpho. A onda de povo, encaminhando-se ao rei, assustou-o, pois que desde os primeiros symptomas da revolução do Rio de Janeiro, teve elle sempre na sua aterradora mente o tragico e desastrado fim, que a revolução franceza dera ao infeliz Luiz XVI, e ainda tremulo agradeceu ao mesmo povo o favor que lhe dispensava, quando para comsigo reconheceu as sua sobsequiosas attenções. Pouco espaço de terreno tinham andado os que lhe puxavam pelos varaes do coche, quando por cansados os abandonaram, mettendo em seu lugar pretos captivos, dos que em magotes bordavam as alas do transito. Similhante circumstancia impresionou vi-

vamente a imaginação do monarcha, que mais de uma vez declarou, que alguma cousa de sinistro agouro via em todo este apparato de triumpho, principalmente depois que os pretos occuparam o logar do povo. Durante a marcha, estrondosas e repetidas acclamações acompanharam el-rei, causando-lhe mais terror do que prazer. Chegado que foi ao paço, teve elle de apparecer a uma das janellas, que deitava sobre a praça, ou *largo do paço*, onde muito povo se havia reunido, e d'ella lhe assegurou prestar o seu pleno assentimento á futura constituição. D. Pedro renovou ali pela sua parte sobre uma *Biblia*, que repetidas vezes beijava, o seu anterior juramento, que prestou tambem em nome de seu paé, saudando depois a multidão com a sua espada, cuja ponta voltava algumas vezes sobre o peito, como para lhe assegurar de que antes morreria do que faltar ao seu dito juramento. O principe tinha a balda den'estas occasiões representar estas scenas tragico-comicas, que tão mal lhe estavam na sua alta posição, scenas que aos olhos dos homens sisudos mais se podem ter como rasgos de leviandade juvenil, do que de madureza de juizo, o que os seus adulares olhavam n'elle pelo contrario, applaudindo-os, e citando-os como transportes de meritoria heroicidade.

A rainha e as princezas destoucadas vieram tambem ás janellas do palacio, onde agitavam lenços, bradando para o povo: *viva a constituição*. O ministerio existente foi n'essa mesma tarde demittido, e nomeado outro, cujos membros tinham sido propostos por acclamação pelos revolucionarios das lojas masonicas, sendo portanto os designados por elles, Ignacio da Costa Quintella, que teve a pasta do reino e a da justiça; Joaquim José Monteiro Torres, que teve a da marinha; Silvestre Pinheiro Ferreira, que teve a da guerra e estrangeiros; e o conde da Louzã, D. Diogo, que teve a da fazenda, a que então se dava o nome de presidente do erario. Ao general Carlos Frederico de Caulla deu-se tambem o governo das armas da côrte e provincia do Rio de Janeiro; ao desembargador Antonio Luiz Pereira da Cunha a intendencia geral da policia, e a José Ceatano Gomes a direcção do erario. Todas es-

tas nomeações as alcançou o principe D. Pedro de el-rei seu pae, fazendo-lhe assignar os respectivos decretos, que depois apresentou ao povo e á tropa, como prova do seu pleno triumpho. Foi o novo ministerio o que em 2 de março publicou o decreto que aboliu a censura prévia, e a par d'elle alguns regulamentos sobre o direito de escrever, emquanto de Lisboa não chegava a respectiva lei das côrtes. A 7 do dito mez de março publicaram-se as instrucções para se proceder á eleição dos deputados ás mesmas côrtes por parte do Brazil, segundo o methodo estabelecido na constituição hespanhola. Todos estes actos foram acompanhados de festas e grandes demonstrações de regosijo publico, não só por parte do povo, mas até mesmo por parte de el-rei e da real familia, que por espaço de nove dias continuos, que houve de luminarias, passaram pelas principaes ruas da cidade, indo assistir ás representações theatraes.

Conseguido como foi por D. Pedro este seu triumpho, ou o de abertamente contrariar a seu salvo as ordens de seu augusto pae, destinadas a mandal-o vir para a Europa, tomou elle por expediente collocar-se na expectativa, separando-se dos negocios publicos, geralmente dirigidos pelos conselheiros europeus que rodeavam el-rei, de certo para assim mostrar aos brasileiros, que nenhuma parte n'elles tinha, como quem por este modo buscava já separar-se de uns, para se mostrar dedicado aos outros, chegando até a fugir de aconselhar seu pae, para se lhes não mostrar suspeito. Seja porém como for, certo é que el-rei, vencido pela necessidade, ou mais propriamente fallando, disfarçada como por elle foi a começo da rebelião de seu filho, viu-se obrigado a sacrificar-lhe, a par da sua commodidade, as suas proprias aspirações e desejos, alem dos mais altos interesses do estado, decidindo-se a vir elle mesmo para a Europa, em vez do dito seu filho, pois a não fazer isto, era grande o risco de perder a corôa de Portugal para a sua dynastia, levando os portuguezes, ou a unirem-se com a Hespanha, ou a irem buscar novo rei á casa de Cadaval, lateral como é da casa reinante. Decidido como portanto se mostrou a fazer este sacrificio, depois de ter ouvido

o conselho de estado, assim o annunciou ao publico por um **decreto** seu, com data de 7 de março, em que expunha a **necessidade** do seu regresso a Lisboa, declaração a que **acrescentava** deixar a regencia do reino do Brazil entregue **aos** cuidados de seu filho-primogenito, emquanto se não **promulgasse** a constituição. Por este modo estava portanto dado **o primeiro** passo para a independencia do Brazil, e por **conseguinte** o do preenchimento das vistas do principe D. Pedro e o dos seus partidistas, votados como estavam á causa da **mesma** independencia. Para prova do que dizemos iremos **buscar** o insuspeito testemunho de um escriptor francez, que **se nos** antolha como tendo escripto sómente aquillo, que **lhe** foi dictado pelo proprio D. Pedro, ou por algum dos seus **partidistas** e conselheiros. A paginas 39 do seu escripto ¹ nos diz elle: «D. Pedro absteve-se de votar n'esta grave **questão**. Ao soberano, dizia elle, é-lhe livre residir n'aquella parte **dos** seus estados que bem lhe parecer; e emquanto não **passar** as fronteiras, a sua escolha não póde ser prejudicial ás **liberdades** publicas. O Brazil e Portugal estão debaixo do **sceptro** da dynastia de Bragança. Mas o Brazil é um dos mais **vastos** estados do mundo. Portugal ao contrario não é senão um reino de terceira ordem. Não é portanto natural que o monarcha d'estes dois paizes prefira para a sua residencia **aquelle** que é mais extenso e mais opulento?» Á vista pois d'isto parece-nos bem provado que o principe D. Pedro, na **conducta** que já tinha por aquelle tempo, mostrava bem **claramente**, que o seu intento era preferir a corôa do Brazil á de Portugal, sacrificando assim á sua ambição os interesses da sua patria, a par dos seus deveres de filho e subdito para com el-rei D. João VI.

A resolução do embarque de el-rei para a Europa, medida aliás indispensavel, pelo mau estado em que para com elle as cousas se achavam em Portugal, a não lhe acudir de

¹ Correspondencia de D. Pedro I, imperador constitucional do Brazil, com o fallecido rei de Portugal, D. João VI, seu pae. Paris, 1827. por Eugénio Monglave.

prompto com a sua presença, desagradou a muitos dos brasileiros, pondo-os em aberta agitação contra os preparativos da esquadra, que havia de transportar o soberano, para o qual se dizia haverem-se embarcado os mais ricos e preciosos objectos, destinados ao uso da família real na Europa. De semelhantes circumstancias se buscaram aproveitar desde logo para seus fins os desordeiros independentistas, espalhando que a resolução de el-rei, promovida pelo partido europeu, era destinada a reduzir outra vez o Brazil ao estado em que estava em 1807, antes da chegada da família real á America, e que após a saída do soberano, semelhante partido levaria o principe real a fazer o mesmo, apoiando-se na divisão auxiliar portugueza, a qual pela sua parte concluiria depois o que porventura faltasse para aquelle fim. Não admira portanto que para os mais exaltados independentistas, dominados como estavam pelo receio de verem novamente a sua patria reduzida ao estado de colonia, a existencia da citada divisão auxiliar no Rio de Janeiro fosse tida como um poderoso obstaculo para a realisação dos seus intentos, e que d'aqui proviesse o seu grande odio contra ella, o que forçosamente havia de dar origem a uma justa retribuição por parte dos odiados. Á vista pois d'estas circumstancias um dos dois partidos havia de necessariamente succumbir na luta; e se a um d'elles era permittido aspirar a libertar a sua patria do antigo jugo colonial que detestava, tambem ao outro, levado por igual espirito de patriotismo, se não pôde com razão censurar rebater elle por meio da manutenção da ordem, que lhe estava confiada, aspirações que tinha por contrarias aos interesses da sua patria. Se portanto os independentistas pretendiam conspirar contra a ordem publica, recorrendo para os seus fins a uma revolta de emancipação, á divisão auxiliar portugueza competia-lhe o rigoroso dever de manter a ordem, oppondo-se a semelhante revolta. Uma represalia forçosamente chamava outra contra si, e se n'algum dos dois partidos havia culpa, esta devia necessariamente recair sobre aquelle, que primeiro levantou publicamente a desordem. Vejamos pois qual foi d'elles o primeiro.

Foram as eleições de comarca as que no Rio de Janeiro (depois das parochiaes, que no meio de um geral regosijo e na melhor ordem se tinham feito no mosteiro de S. Bento), iniciaram os acontecimentos que passámos a relatar. No dia 21 de abril de 1821 se reuniram na praça do commercio os eleitores parochiaes, para o fim de procederem á eleição dos de comarca. Varios dos citados eleitores, quasi todos elles negociantes, e filhos pela maior parte de Portugal, sendo seguidos de outros individuos, que occupavam as galerias, começaram disparatadamente a propor quantas medidas lhes lembravam, mesmo da natureza, não só das que affectavam os negocios geraes do paiz, mas até as que atacavam a dignidade do soberano. A isto seguiram-se tumultos e desordens taes, que emquanto uns dos citados eleitores atemorizados se reduziam ao silencio, outros houve que se mostraram dominados por um vertiginoso espirito de turbulencia, reputando-se omnipotentes para ordenarem tudo que bem lhes pareceu. Sendo impossivel ao presidente da meza manter a ordem nos devidos limites, os desordeiros allucinaram-se cada vez mais, e por sua propria auctoridade commetteram aos generaes, Joaquim Xavier Curado e José Manuel de Moraes, que fossem ás fortalezas de Santa Cruz, Villegagnon e Lage, obstar á saída da esquadra, destinada a transportar el-rei para a Europa: outros houve que mandaram desembarcar de bordo d'ella os cofres e preciosidades que já lá estavam, ordenando finalmente outros que se adoptasse a constituição hespanhola, e que uma deputação se dirigisse a el-rei, para que elle immediatamente a jurasse. Emquanto pois os dois citados generaes foram ás fortalezas cumprir o que os eleitores lhes haviam ordenado, a deputação dirigiu-se ao paço de S. Christovão, e sendo admittida á presença do soberano, d'elle facilmente conseguiu que expedisse o decreto por que mandava pôr em observancia a constituição hespanhola, a qual provavelmente nenhum dos peticionarios tinha lido, nem visto. Os deputados, voltando á praça do commercio com o bom resultado da sua commissão, foram recebidos pelos amotinados no meio de

grande alvoroço e entusiasmo. Figuravam como principais auctores d'estes tumultos, e das resoluções da assembleia, Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, o advogado Macamboa, e um Luiz Duprat, ardente republicano, convertido em verdadeiro tribuno. Entre as exigencias feitas ao soberano pela deputação, que se lhe enviou, figurava a de que ordenasse o desembarque dos cofres publicos, pertencentes ao erario brasileiro, recolhidos a bordo dos navios da esquadra, sendo a resposta dada por el-rei a este quesito, que nada tinha a ordenar sobre este ponto, porque nem um só de semelhantes cofres se tirára dos seus respectivos logares, nem portanto se transferira para bordo de navio algum. Apesar do exposto, os tumultos do collegio eleitoral não cessavam, invadido como se viu por numerosas ondas do povo, sem que a noite, que appareceu triste e chuvosa, as dispersasse, fazendo cessar as declamações dos tribunos sediciosos e clubistas. A cidade encheu-se do maior assombro, de que resultou fecharem-se as casas, fugirem as familias para os arrabaldes, e esconderem-se os bens, sujeitos a deterioração e ao roubo.

Raiou finalmente a aurora do subsequente dia 22 de abril, sem que a assemblea popular se tivesse ainda dispersado, continuando tambem a noticia d'estas occorrencias a tercheios de terror os habitantes do Rio de Janeiro. A este respeito diz um historiador brasileiro¹: «As massas de povo se não cresciam, tambem não diminuiam, e quer dentro, quer nos arredores do edificio persistiu elle em estacionar, ameaçando revoluções e desordens. A leitura do ultimo decreto de el-rei augmentou a audacia dos mais exagerados, pelo considerarem triumpho seu, e pretenderem mais ainda adiantar idéas, e conseguir reformas politicas. Propozeram-se providencias sobre providencias, que julgavam apropriadas aos seus designios. Tomava a palavra quem quera. Ali erguia-se um tribuno, tratando largamente de politica, respondi-

¹ João Manuel Pereira da Silva, *Historia da fundação do imperio brasileiro*.

Outro, insultando o rei, a familia real e as medidas do governo. Alguns queriam que a regencia do Brazil fosse tirada do príncipe D. Pedro de Alcantara, e incumbida a pessoas escolhidas pelo povo. Outros expunham a idéa de que coubesse ao príncipe sómente a presidencia do governo, limitando-se-lhe os poderes, e elegendo-se vogaes para a regencia. Estes oppunham-se á partida de el-rei, dizendo que no Brazil devia continuar a sua residencia, e do mesmo Brazil governar Portugal. No fim de muitos discursos votou o povo unanimemente, que á assembléa assim reunida cabia o direito de nomear os ministros de estado e as auctoridades, e não ao rei, e nem ao príncipe regente na sua ausencia. Trazer em seguida de se proceder ao escrutinio, e Ledo e Jolemente acceitaram a missão de apurar as cédulas que apresentassem, e cada um cuidou de escrever e remetter a sua o seu voto.» Já se vê pois que tão anarchica e subversiva reunião forçoso era dispersar-se, atacando, como tão facilmente atacava, tanto a auctoridade de el-rei, como a do príncipe seu filho, cujas prerogativas de regente uns lhe davam no todo, outros lhe cerceavam. Sobre isto accrescenta-se mais que, tendo os referidos tumultos começado por impedir a partida de el-rei para a Europa, semelhante medida tambem lhe não podia convir, pois que a continuação da ausencia de seu augusto pae no Brazil lhe contrariava as suas idéas de se poder constituir quanto antes em soberano do elle estado. Por conseguinte D. Pedro era o primeiro a desejar que fosse promptamente dispersada a sediciosa anarchica reunião da praça do commercio, facilitando por esse meio a vinda de el-rei para a Europa, como para seus interesses não conveniente era a elle príncipe.

Effectivamente D. Pedro quem levou seu pae ao emprego de medidas energicas e decididas, conseguindo, depois da prolongada luta, receber d'elle as precisas ordens para providenciar como entendesse. Auctorizado como por se viu, mandou elle chamar á sua presença, pelas oito da manhã do seguinte dia 22, o brigadeiro Carlos Freixo de Caula, a quem ordenou que ou por bem, ou pela

força dispersasse o ajuntamento da praça do Commercio, sendo para este fim empregada a divisão auxiliar portuguesa, o que fez recair sobre ella todo o odioso da medida, com de facto succedeu, odioso de que o mesmo D. Pedro se aproveitou mais tarde para seus fins politicos. Expedidas que foram por Caula as ordens a Jorge de Avilez, commandante da dita divisão, com ella se foi postar no largo do Rocio, a passo que Caula se dirigiu á sala do edificio da praça do Commercio, intimando ao presidente da mesa que levantasse a sessão, e adiasse para mais sereno tempo a continuação dos seus respectivos trabalhos. A este tempo tinham os amotinados dirigido á presença de el-rei uma segunda deputação, para lhe pedir que nomeasse um governo provisorio, segundo os principios da constituição adoptada, a fim de dirigir o paiz durante a sua ausencia, governo que devia compor-se de uma junta, de que o principe herdeiro, nomeado regente, seria apenas presidente.

Entretanto o presidente do ajuntamento, obedecendo á intimação, retirou-se com grande parte dos eleitores e dos espectadores mais timoratos, exemplo que os mais exaltados não quizeram seguir, perseverando nas mais acerbos e acrimoniosas discussões. Á vista pois d'isto o general das armas mandou avançar a quinta companhia do terceiro batalhão de caçadores, com destino a capturar os chefes do tumulto. Testemunhas dizem que, ao executar-se esta ordem, um sargento da dita companhia fôra gravemente ferido com uma punhalada, dada por um dos que estavam dentro da praça, seguindo-se a isto ouvirem-se alguns tiros, disparados do seu interior. Incitados como os soldados se viram por esta causa, descarregaram as espingardas, havendo algumas mortes, que alguns elevaram a consideravel numero, ao passo que outros disseram não passar de quatro, ou cinco feridos, havendo pessoas que para escaparem ao ataque dos soldados, das janellas da praça se lançaram ao mar, onde se afogaram as que não sabiam nadar, ou a tempo não foram soccorridas, ficando prisioneiros bastantes dos sublevados. Finalmente, no fim de duas horas de luta, dispersou-se o

ajuntamento, restabelecendo-se a ordem, a que se seguiu fechar-se o edificio, e adiar-se para outra occasião a reunião dos eleitores. Dos desgraçados successos d'esse dia se serviram os inimigos de D. Pedro para lhe denegrir o nome, accusando-o de barbaro e cruel pelas ordens que dera, para pelas armas se fazer tal dispersão. Das duas brigadas, que compunham a divisão portugueza, uma continuou a occupar o Rio, onde se conservou nos seguintes dois dias 23 e 24, indo a outra para o largo do paço, onde por aquelles mesmos dois dias permaneceu igualmente. Pelo meio dia de 22 publicou-se o decreto, pelo qual el-rei declarava nullo o que no dia anterior lhe tinha sido extorquido pela deputação dos amotinados.

As instrucções pelas quaes o principe D. Pedro se devia regular no desempenho das funcções de regente, que el-rei lhe confiava, deram-se ao publico no citado dia 22. Foram-lhe nomeados dois ministros, o conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha), para as pastas do reino, justiça e estrangeiros; e o conde da Louzã, D. Diogo, para a da fazenda; o marechal de campo Carlos Frederico de Caulla, para a da guerra; e o major general, Manuel Antonio Farinha, para a da marinha. Por um terceiro decreto, tambem com a mesma data, foi dado ao general Jorge de Avilez o governo das armas da corte e provincia do Rio de Janeiro. Nas citadas instrucções, que el-rei deixava a seu filho, deu-lhe o direito de fazer a guerra offensiva e defensiva em casos urgentes, de prover todos os beneficios e dignidades ecclesiasticas, com excepção dos bispados, e finalmente de conferir as insignias das ordens de Christo, Santiago e Aviz. No caso imprevisto do seu fallecimento, a regencia passaria á princeza viuva com o conselho dos ministros, do presidente do desembargo do paço e do regedor das justiças. A esquadra, que havia de conduzir para a Europa el-rei D. João VI, compunha-se da nau do seu proprio nome, das fragatas *Carolina* e *Principe Real*, bem como de seis charruas, muitos transportes e embarcações mercantes. N'uma quinta feira, 26 de abril, embarcou el-rei para bordo da nau com a sua familia e os seus ministros,

consultar com os seus conselheiros se devia ou não tocar
aquella cidade, nas vistas de moderar, ou de cohibir os ele-
mentos que d'aquelle genero já n'ella havia ¹. El-rei conce-
deu quantos titulos e condecorações os ambiciosos lhe pedi-
ram no momento da sua partida. Levantando ancora a nau,
os mais navios seguiram-lhe logo o exemplo, e desfraldando
vêlas ao vento, toda a esquadra se foi finalmente sumir no
vasto pelago do Atlantico, depois de terem tido logar os to-
cantes e sentimentaes *adeus* entre os que iam e os que fica-
ram.

¹ Assim o prova o officio, dirigido de bordo da nau *D. João VI* por
Silvestre Pinheiro Ferreira ao conde de Palmella em 6 de maio, e a
resposta que este lhe deu de bordo da fragata *Princeza Real* na mesma
data. Veja o volume iv dos *Despachos*, pag. 188 a 192.

CAPITULO VIII

Quando a regencia, como foi pelas côrtes, prestaram os seus membros o respectivo juramento, e tendo-se participado ás mesmas côrtes, que o governo inglez aconselhava a que a futura constituição, que se houvesse de fazer, fosse analoga á franceza de 1814, muitos dos deputados clamaram logo contra tal conselho, tendo-o por contrario ao seu mandato. Uma das suas primeiras medidas foi a de decretarem uma amnistia geral para todos os compromettidos politicos, a que se seguiram outras, em que figurava a abolição da Inquisição, chamada tambem tribunal do Santo Officio, e a do juizo da inconfidencia. Discutindo-se as bases da constituição, vota-se por uma só camara, dando-se ao rei apenas o *veto suspensivo*, adoptando-se tambem a existencia de uma deputação permanente. Effeitua a Austria a sua intervenção nos negocios internos do reino de Napoles, por meio de um exercito de invasão á Italia, o qual, dirigindo-se á capital do dito reino, n'ella foi acabar com a constituição, o que tambem succedeu no Piemonte, onde igualmente por meio de uma revolta se tinha estabelecido um governo constitucional. Chegando a Vienna de Austria a noticia das revoltas do Porto e Lisboa, o ministro portuguez n'aquella capital diligenciou sem fructo que as grandes potencias do norte intervissem tambem nos negocios de Portugal. São tidos os liberaes hespanhoes como promotores das tentativas revolucionarias, que por então appareceram em França, attentando-se contra a vida de Luiz XVIII e a do duque de Angoulême. Estas e outras mais circumstancias levaram o imperador da Russia a instar com o gabinete francez a que mandasse para Madrid um diplomatico de capacidade e merito, para animar os realistas a acabar com o governo liberal na Hespanha, cousa em que o gabinete de Vienna se mostrou igualmente empenhado, quando porventura as côrtes se não conformassem em fazer uma constituição compativel com a dignidade da monarchia. Pela sua parte as côrtes portuguezas mandaram proceder ao juramento das bases da constituição, e como o patriarcha se recusasse a prestal-o, sem as restricções que propunha, foi mandado para o Busaco, e depois para fóra do reino. Enthusiasmo que causára nas côrtes a noticia de que el-rei não só adherira aos successos politicos de Portugal, mas até havia resolvido sair do Brazil para Lisboa, vindo com effeito entrar no Tejo no dia 3 de julho de 1821, desembarcando no Terreiro do Paço no dia 4, d'onde se dirigiu á Sé cathedral e de lá para a sala das côrtes, onde prestou o juramento ás bases da constituição, como d'elle se exigiu.

Emquanto no Brazil se passava o que no precedente capitulo temos relatado, as cousas publicas em Portugal marchavam sem contratempo notavel para a nova ordem de cousas. A formula do juramento, que se devia prestar ao systema e governo recentemente estabelecido, redigiu-se ainda antes a installação do poder executivo, ou na terceira sessão das

glez pela sua parte propunha igualmente ao portuguez. A comunicação irritou consideravelmente os deputados democratas, que desprezaram o conselho, por contrario ao compromisso da sua missão, de não poderem fazer uma constituição menos liberal que a da Hespanha. Esta allegação era manifestamente contraria ao bom senso, e sobretudo n'aquella occasião, em que as idéas da grande maioria dos portuguezes os levava a se não conformarem com as utopias e principios de um governo democrata. A constituição hespanhola de 1812, que em 1820 havia sido novamente proclamada no vizinho reino, e que o excessivo liberalismo de alguns officiaes militares conseguira tomar-se para modelo da que as nossas côrtes tinham de formular, não podendo fazer constituição menos liberal do que ella, era realmente incompativel com a existencia da monarchia, sendo por assim dizer uma constituição republicana, cujo chefe, posto que tivesse o nome de rei, tinha menos poder e dignidade do que tem o presidente dos Estados Unidos da America. Entretanto tomou-se como regra não fazer constituição menos liberal que a hespanhola. A esta medida seguiu-se o decreto das côrtes, expedido á regencia em 9 de fevereiro, *amnistiando todos os individuos de qualquer classe ou sexo, que desde 1807 foram por seu comportamento, ou opiniões politicas perseguidos, ou temeram sê-lo, e por isso se ausentaram da patria, bem como os que soffreram sentença condemnatoria, os quaes ficaram habilitados a voltar a ella, e ao livre exercicio dos seus direitos.* N'esta amnistia tambem foram comprehendidos os que haviam fugido, em consequencia dos acontecimentos, que levaram ao cadafalso infeliz Gomes Freire de Andrade, e os que do seu infortunio foram seus companheiros. Mais tarde resolveram as côrtes em sessão de 4 de junho de 1821, que se concedesse revista aos processos do mesmo Gomes Freire, e dos mais justicados com elle, pagando o erario as despesas da revista.

Ventilando-se na sessão de 29 de fevereiro a questão de saber se as leis das côrtes poderiam ou não ser executadas sem a sancção do rei, entendeu a grande maioria dos depu-

tados que, residindo a soberania essencialmente na nação, as côrtes tinham poderes bastantes, para sem dependencia alguma fazerem, não sómente leis, mas igualmente todas as reformas, que reputassem convenientes ao bem do povo. O deputado José Antonio Guerreiro, julgando necessario evitar os inconvenientes, que podiam provir da discordancia das opiniões sobre este ponto, ou sobre a extensão dos poderes de que as côrtes estavam revestidas, propoz se formulasse um decreto, pelo qual esses poderes se fizessem reconhecer. Ao mesmo deputado, auctor da proposta, se commetteu reduzir-a a decreto, o qual elle mesmo apresentou na referida sessão, sendo precedido de um relatorio em que desenvolveu os principios sobre que se baseava, isto é, os da soberania do povo, delegada como foi ás côrtes em toda a sua extensão, sendo uma parte d'essa soberania confiada por ellas á regencia, com a clausula de lh'a retirarem, para a exercerem por si mesmas, quando o julgassem conveniente. Já antes d'isto se começára no dia 12 do citado mez de fevereiro, e continuára nos subsequentes, a discussão das bases da constituição, comprehendendo a primeira parte, que era a relativa aos direitos do cidadão, á liberdade individual e á da imprensa, bem como á propriedade, á inviolabilidade da sua casa, á igualdade perante a lei, á livre admissão aos empregos, sem mais distincção que a dos talentos e virtudes, e finalmente á abolição dos privilegios. Tudo isto se approvou sem grande discussão, provocando-a só a dos privilegios ecclesiasticos, que a final foi decidida por uma grande maioria. A segunda parte era relativa á soberania nacional, bem como á divisão do poder legislativo e attribuições do executivo.

A comissão especial tinha proposto o seguinte artigo sobre este ponto: «O poder legislativo reside nas côrtes, com o concurso da sancção do rei, o qual não poderá nunca ter o *veto absoluto*». A discussão sobre este ponto durou cinco dias viva e acaloradamente, dando-se-lhe uma importancia, como se d'ella dependesse a existencia do proprio governo representativo, dominados por então os respectivos deputados

pelos mesmos preconceitos, que em 1791 tiveram os membros da assembléa constituinte em França. N'esta questão clubs chamaram a população em seu auxilio, para amedrontarem os animos, que por menos exaltados viam as cousas com mais moderação e sensatez, concorrendo para este fim ás galerias do congresso homens da mais baixa classe, os quaes com as suas vozerias e vociferações faziam com que os deputados moderados não podessem francamente emittir as suas opiniões. O mesmo conselho de estado, proposto pelo deputado Antonio Pinheiro de Azevedo e Silva, como corpo intermedio entre o poder legislativo e o executivo, se antolhou a Manuel Borges Carneiro, e a outros mais deputados da sua opinião excessiva, como destinado a coartar as leis e medidas, que as côrtes entendessem de vantagem para a nação, ou como destinado a favorecer mais o governo absoluto do que o liberal, tendo para si, que no passar a mesma nação de um para outro governo, não podia haver meio termo entre o maximo e o minimo, preferindo-se em tal caso uma liberdade anarchica e turbulenta a uma de tranquillidade e de ordem, idéas que tão poderosamente concorreram para o acabamento d'esta primeira epocha liberal entre nós. A existencia de duas camaras, sendo uma de senadores, constituindo ambas o poder legislativo, como fôra proposto pelo deputado José Maria Xavier de Araujo, foi uma outra questão em que o deputado José Antonio Guerreiro manifestou tambem a opinião contraria á segunda camara, entendendo que para se obter o equilibrio dos poderes bastava o conceder-se ao rei o *veto absoluto*, cousa a que tambem se oppoz o deputado Bento Pereira do Carmo, combatendo, tanto a existencia de uma segunda camara, como a do *veto absoluto*. Foi portanto no dia 26 de fevereiro que o presidente das côrtes lhe^s propoz a votação das seguintes questões: 1.^a, se o poder legislativo devia residir em uma, ou em duas camaras? Decidiu-se que sómente em uma, por 59 votos contra 26. — 2.^a, se o rei devia ter *veto absoluto*? Decidiu-se que não, por 78 votos contra 7. — 3.^a, se o rei devia ter *veto suspensivo*, pelo modo que na constituição se determinasse, ou se nenhum

iu-se que devia ter *veto suspensivo*, pelo modo que
ção se determinasse, por 81 votos contra 4.

a opposição que entre alguns deputados das còr-
festou contra a existencia do conselho de estado,
a materia novamente em discussão no dia 2 de
idindo-se que o houvesse, por 42 votos contra 41,
um acalorado debate; mas com a clausula de ser
còrtes a proposta das pessoas para elle, sendo a
la competencia do rei. Tudo isto mostrava bem a
democratica da camara, em harmonia com o que
mente tinha approved, quanto á existencia de
ação permanente, collocada como espião junto do
como inimigo irreconciliavel do governo liberal,
vinha a necessidade de haver de prevenção esta
sentinella, para chamar ás armas o povo contra
tramas, que da parte d'elle visse, ou presumisse
o referido governo. Fôra esta instituição não só
para o monarcha, mas até perniciosa para o esta-
da pelas còrtes de Cadiz, a fim de que a sua con-
da tivesse a receiar dos seus inimigos; mas como
das cautelas são muitas vezes nocivas ao que
se acautelar, á similitude dos argumentos que
mais, esquecendo-se que a regra é estar a virtu-
termo, o resultado d'isto foi que essa famosa con-
uiu promptamente á voz de D. Fernando VII, as-
succedeu á nossa de 1822, por effeito das tramas
D. Miguel e de sua mãe, a rainha D. Carlota Joa-
que para nada lhe servisse similhante vigia.
as còrtes o estabelecimento das duas camaras e
do *veto absoluto* ao rei, pelo fundamento já aci-
de que, a não ser assim, contrariavam os seus
compromisso da sua eleição, de não poderem fa-
nstituição menos liberal que a hespanhola. Mas
res das còrtes eram omnipotentes, como por um
se tinham já declarado, e se o acto da sua elei-
lelegação que n'ellas tinha feito a soberania na-
do a dita eleição um acto muito mais solemne do

mente encarregada de ultteriores indagações, ácerca das medidas revolucionarias, descobertas ultimamente em diferentes estados da confederação germanica. Algumas d'estas medidas de justa prevenção pareciam não se conformar com as constituições, que desde pouco tempo se tinham introduzido na Baviera, no Wurtemberg e em outros mais estados da confederação, e todavia semelhantes medidas tinham sido approvadas pelos ministros dos referidos estados. Estes ministros tinham-se reunido em Vienna, para o effeito de conferenciarem sobre os negocios da confederação germanica, e foram, por parte da Austria, o principe de Metternich; da Prussia, o conde de Bernstorff, tendo dois adjuntos: da Baviera, o barão de Zentuer, tendo um adjunto; da Saxonia, o conde de Einsidel, tendo um adjunto; do Hanover, o conde de Münster, com um adjunto; do Wurtemberg, o conde de Mandleslohe; de Baden, o barão de Berstedt, tendo um adjunto; de Hesse-Cassel, o barão de Münchhausen; do Grão ducado de Hesse, o barão de Thil; de Dinamarca, no tocante a Holstein, o conde de Bernstorff; dos Paizes Baixos, no tocante ao Grão-ducado do Luxemburgo, mr. de Talh; do Grão-ducado da Saxonia Weimar, e mais côrtes ducaes da Saxonia, o barão de Fritsch; de Brunswich e de Nassau, o barão de Marschall; de Mecklemburgo Schwerin e Strelitz, o barão de Plessen; de Holstein Oldemburgo, Schwartzburgo e Anhalt, mr. de Burg; de Francfort, Lubech, Hamburgo e Breme, mr. Hach; de Hohenzollern, Beuss, Lichtenstein, Schaumberg-Lippe, Lippe e Waldeck, o barão de Marschall já acima mencionado.

As conferencias entre estes plenipotenciarios tiveram principio em 25 de novembro de 1819 na chancellaria do estado, onde residia o principe de Metternich. Foi este o que abriu a sessão por meio de um discurso, em que desenvolveu o importantissimo objecto de similhante reunião, convidando todos os que se achavam presentes a fazerem as observações, que lhes fossem dictadas pelo seu zêlo e experiencia sobre todos os pontos, que houvessem de ser discutidos no decurso das conferencias. As resoluções n'ellas tomadas pe-

los ministros acima citados foram as superiormente referidas desde uma até cinco. Por outro lado todos os soberanos de que se compunha a confederação germanica, tinham successivamente mandado observar nos seus respectivos estados as resoluções provisionaes, adoptadas pela dieta de Francfort, em consequencia das conferencias de Carlsbad, quanto aos limites, que convinha pôr á demasiada liberdade da imprensa, da qual os redatores dos folhetos periodicos e gazetas se dizia terem feito até ali o mais escandaloso abuso, de que resultou observar-se n'esta especie de escriptos ephemeros mais algum recato e decencia na exposição das opiniões polilicas, posto que de vez em quando nas folhas impressas na Baviera e no Wurtemberg, á sombra das constituições dadas a estes dois reinos, apparecessem ainda alguns artigos, proprios a inflammarmos os animos dos leitores. Entretanto a missão dos ministros plenipotenciarios, reunidos em Vienna, reputavasse bastante difficil para conseguir os seus fins, pois sendo a mania d'este seculo a da adopção dos governos representativos e dos principios ligados com elles, era empreza ardua e irrealisavel, como o andar do tempo effectivamente o demonstrou. Se unicamente se tratasse de theorias luminosas e principios abstractos, facil seria o seu desenvolvimento, com o auxilio de phrases metaphisicas, que na Allemanha sobre tudo envolvem todas as questões de direito publico e de administração; mas tratando-se da applicação d'aquelles mesmos principios á pratica, cousa que é realmente differente, via-se bem que a tarefa não era tão facil como se julgava¹.

Entretanto os progressos do tempo corriam, trazendo consigo as tempestades politicas, ligadas com o notavel anno de 1820; e as convicções de cada individuo iam-se gradualmente modificando, segundo o avanço de semelhantes progressos. Querer-lhes portanto embarçar o passo e pôr li-

¹ Officios de Rodrigo Navarro de Andrade (agraciado em 1824 com o titulo de barão de Villa-Secca), com data de 13 de outubro, 12 de novembro, 17 e 31 de dezembro de 1819.

mites ás conversões, feitas pelos seductores principios dos governos liberaes, era um esforço sobrehumano, que não estava na alçada de potencia alguma conseguir. Os proprios plenipotenciarios, reunidos em Vienna, como acima vimos, não duvidaram, á entrada do mez de janeiro d'aquelle anno, admittir modificações no citado artigo 13.º do acto federativo do congresso d'aquella capital, sendo uma d'essas modificações a de que em todos os estados, de que a confederação se compunha, se estabelecessem constituições analogas ás circumstancias e á relação de cada um, e conformes aos direitos e privilegios dos seus estados geraes, ou côrtes, por então legalmente existentes. Foi no meio d'estas occurrencias, que chegou á dita cidade de Vienna a noticia das primeiras perturbações politicas da Hespanha, as quaes foram logo tidas como um perigoso exemplo para todos os turbulentos, no meio da grande fermentação dos espiritos, que por toda a parte da Europa geralmente se observava, dando em resultado temores, não só aos governos, mas sobre tudo aos amigos das velhas monarchias, temores que só podiam ser removidos, segundo elles entendiam, por meio de acertadas providencias, que deviam adoptar-se em conveniente tempo. Depois das referidas noticias chegaram á mesma capital da Austria as dos successos de março em Madrid, fazendo uma grandissima impressão, aggravada pelas restricções, que alguns dos artigos da proclamada constituição de Cadiz impunham ao poder soberano de Fernando VII, o que fez com que os monarchas da Europa altamente se indispozessem, como já n'outra parte notámos, contra semelhantes successos, que para si tão criticos os suppunham. Se no gabinete austriaco foi grandissima a supradita impressão, maior foi ainda, como tambem já notámos, a determinada no animo do imperador Alexandre da Russia, proveniente sobre tudo da parte preponderante que o exercito hespanhol n'elles tinha tomado. Uma memoria confidencial foi então elaborada pelo gabinete de S. Petersburgo, e transmittida ao austriaco, na qual extensamente se desenvolvia o perigo a que um tão pernicioso exemplo expunha os mais governos, indicando o modo de

precaver taes acontecimentos, por meio de acertadas medidas, tomadas de commum accordo pelas cinco grandes potencias. Pelo mesmo tempo communicou o gabinete inglez ao austriaco uma outra memoria, acompanhada de algumas observações do duque de Wellington, em sentido inteiramente contrario á da Russia, fazendo ver os graves inconvenientes, resultantes de qualquer interferencia nos negocios internos da Hespanha. Sendo as idéas do gabinete austriaco analogas por então ás do governo inglez, respondeu ao governo russo em termos geraes, acrescentando unicamente que emquanto as côrtes da Hespanha se não juntassem, e se não reconhecesse bem o espirito das suas deliberações, nada rasoavelmente se podia adoptar para o mallogro dos successos, que tinham dado á mesma Hespanha uma nova face politica.

Apathico e indeciso como portanto o gabinete austriaco se achava, emquanto o fogo revolucionario se lhe manifestava ao longe, de similhante estado o foi repentinamente tirar, quando visinho a si rebentou em Napoles. As primeiras noticias, que da revolução d'este paiz chegaram a Vienna foram-lhe levadas pelo conde de Brunswick, addido á legação austriaca em Roma, onde tambem se soube de tal revolução por um expresso inglez, que pôde sair de Napoles, não obstante a vigilancia do novo governo para embaraçar a immediata comunicação de similhantes successos. Apenas o ministerio austriaco foi sabedor ao certo d'aquella revolta por noticias posteriores, cuidou logo em pôr em pratica os meios mais adequados, para obstar ao contagio revolucionario nos estados austriacos da Italia, sendo o primeiro que se empregou o augmento das suas tropas no reino lombardo-veneto. Aos seus ministros nas côrtes de S. Petersburgo, Londres e Paris de prompto expediu instrucções, para sondarem as disposições das ditas côrtes, relativamente áquelles acontecimentos, e esperar com impaciencia conhecer o modo por que o imperador da Russia pela sua parte os consideraria. Similhanes instrucções foram igualmente transmitidas aos ministros austriacos nas côrtes da Italia, com o principal fim

de conhecer qual fosse o numero de tropas de que as diversas côrtes podiam dispôr, e sobretudo até que ponto se podia contar com essas tropas, não sendo menos importante conhecer quaes os diferentes estados italianos, que eram deixavam de ser afeiçãoados aos seus antigos governos podendo aquelles que o fossem, contar em todo o caso com o auxilio da Austria, quando necessarios se lhe tornassem para obstar aos progressos de qualquer tentativa revolucionaria. Aos diferentes principes da confederação germânica foi remettido por circular o extracto de uma carta, relatando os primeiros acontecimentos revolucionarios de Nápoles, succedidos até 11 de julho¹; e provavelmente nas vistas de levar os mesmos principes a reprimirem nos seus respectivos estados qualquer tentativa liberal, e a declarar estes em aberta hostilidade, foi-lhes mais tarde dirigida uma memoria com uma nota, mostrando terem provido tais successos das sociedades secretas, chamadas *carbonarias*, havendo para seus fins corrompido o exercito, levando a actos revolucionarios, circumstancia que tornava a revolta duplicadamente odiosa e digna de repressão. Crescendo cada vez mais os receios do gabinete austriaco de que o espirito da revolta apparecesse imponente nos estados da Italia, resolverem em principios de agosto de 1820 reforçar as guarnições que n'elles tinha, e com este fim já marcharam 46 batalhões de infantaria, 22 esquadras de cavallaria, e 1:000 homens de artilheria. Estas tropas reunidas ás que já estavam no reino lombardo-veneto formam um total de 80:000 homens, tudo tropa bem disciplinada e commandada por cabos de guerra de reconhecida pericia e habilidade. Entendia-se que o melhor meio de isolar o reino das ideas revolucionarias era occupar militarmente Nápoles: mas para isto era preciso á Austria obter previamente o assenso das côrtes alliadas, o que em seguida se propoz alcançar.

¹ Documento n.º 96.

² Documento n.º 97.

Entretanto julgaram alguns que o emprego de todas estas tropas seria para se formar com ellas um cordão militar desde Leorne até Ancona, parecendo-lhes isto bastante para preencher as vistas do governo, visto que por este modo se cobriam por uma parte as possessões austriacas do grão ducado da Toscana, e mais paizes situados ao norte d'aquelles dois pontos, e pela outra facilmente soccorreriam o territorio pontificio, no caso de movimentos revolucionarios, suscitados pelos facciosos de Napoles. Mas os que mais maduramente pensavam, entendiam que um cordão de tropas, bastando quando muito para embaraçar a communicação da peste, não era efficaz para impedir o contagio das maximas revolucionarias, d'onde nascia suppor-se que a occupação militar do reino de Napoles era seguramente o unico meio de eximir a Italia do que chamavam flagello das constituições, impostas por uma soldadesca, rebelde á fidelidade para com o seu soberano, e postergadora dos tão necessarios preceitos da obediencia e da disciplina militar. Todavia para se pôr em pratica este arbitrio, a Austria não podia deixar de pedir o assenso das côrtes suas alliadas, como praticou, não porque ellas se mostrassem favoraveis aos successos de Napoles, mas pelo receio que lhes infundia a preponderancia, que uma d'ellas tinha nos estados da Italia. Antevendo já o governo napolitano a precisão que tinha da benevolencia da Austria, mandára nos principios de agosto a Vienna o duque Nicolau da Serra Capriola, para entregar ao imperador as cartas de que era portador, por parte de sua magestade siciliana; mas apesar das diligencias que para este fim empregou, foi-lhe respondido que o imperador não podia no meio das circumstancias de então receber semelhantes cartas por mão de um agente napolitano; portanto encarregou-se da entrega d'ellas o principe de Metternich, declarando-lhe que a resposta, se a houvesse, seria transmittida directamente a sua magestade. Em consequencia d'isto poz-se o dito duque a caminho para S. Petersburgo no dia 17 de agosto, tendo antes da sua partida de Vienna expedido um correio ao duque de Gallo, communicando-lhe, á vista de tudo quanto

lhe fôra dito, a probabilidade que tinha de não ser recebido na capital da Russia. E de facto assim lhe succedeu, porque, chegando a Klagenfurt no dia 28 do dito mez de agosto, foi-lhe intimado por parte do governo da Austria que não continuasse a jornada. Vê-se portanto, á vista do exposto, que o governo de Napoles ainda não sabia a viva indisposição que tinha no gabinete austriaco, quando mandou para Vienna o dito duque de Serra Capriola, se é que o seu fim não fôra iludir o povo, querendo mostrar-lhe que o seu novo governo estava na melhor intelligencia com aquelle gabinete. E todavia o exacto era a existencia já da liga da Russia com o imperio da Austria, pois que o gabinete de S. Petersburgo de bom grado se prestou a apoiar pela sua parte quaesquer movimentos das tropas austriacas, destinadas a hostilizar a nova ordem de cousas de Napoles, ou a embaraçar os progressos da revolução napolitana. A noticia d'esta annuencia da Russia chegára a Vienna no dia 23 de agosto, sendo ella em tudo conforme ás vistas do gabinete austriaco.

É portanto fôra de duvida que a revolução de Napoles foi a que por então mais cuidado dava aos gabinetes das grandes nações do norte, e sobre tudo ao de Vienna. Foi este o que por tal motivo fez circular tres notas, e uma memoria justificativa da resolução em que se achava de intervir de mão armada nos negocios de Napoles. A primeira, depois de ser apresentada pelo ministro da Austria á dieta de Francfort, foi entregue pelos ministros das supracitadas potencias do norte ás côrtes de segunda ordem na Allemanha. N'ella recomendava o imperador da Austria á attenção d'aquelles soberanos o imminente perigo que corria a paz e o sossego publico, depois da revolução de Napoles, participando-lhe a promptificação em que já tinha um consideravel corpo de tropas, com destino a dirigir-se á Italia, a fim de impedir n'aquella peninsula a propagação do espirito revolucionario que a ameaçava, e que a sociedade secreta dos carbonarios procurava por todos os modos generalisar. Na segunda das referidas notas, dirigida ás grandes potencias, o imperador da Austria, depois de expor os motivos por que fôra obriga-

a não receber o embaixador, que lhe mandára o novo governo de Napoles, e a razão por que fazia marchar tropas para a Italia, convidava as ditas potencias a tomarem na mais alta consideração as cousas d'aquelle reino, e a adoptarem as medidas dadas com elle tendentes a prevenir as funestas consequencias, que devia ter este segundo exemplo de insubordinação da parte da força militar, a não ser ella comprimida a tempo. A terceira nota era dirigida aos diferentes principes italianos, para lhe offerecer a sua protecção contra as machinações da mesma sociedade dos *carbonarios*, assegurando-os de lhes garantir os seus dominios e respeitar a sua independencia. É de crer que n'esta conducta a Austria não fosse levada sómente na sua invasão contra a Italia, pelo desejo de n'ella assegurar as suas possessões do norte, mas tambem pelas aspirações que tinha concebido depois da paz geral de formar na mesma Italia uma confederação dos seus diferentes estados, da qual o imperador seria o chefe. Este projecto, que então não teve effeito, em razão da opposição que lhe fez o rei da Sardenha, ainda por esta mesma não era por então facil realisar-se, não tendo a côrte de Turim outra cousa mais em vista do que embaraçar que o contagio revolucionario afectasse os seus estados.

N'este estado se achavam as cousas, quando, correndo o dia 1.º de setembro, chegou a Vienna, por intermedio do ministro da Hespanha n'aquella capital, a noticia da revolução de Porto. Ao principio duvidou o ministro portuguez presenciar-lhe credito, o que depois fez pela recepção dos officios, e de Paris lhe dirigira o marquez de Marialva. Participando em seguida o acontecimento por meio de uma nota ao principe de Metternich, pedia-lhe que a respeito de Portugal tomassem tambem todas aquellas medidas, que a causa da soberania exigia, interessados como todos eram em se opporem ao progresso das opiniões politicas, que tinha por bases funestas e desorganisadoras. O nosso dito ministro, conhecendo bem a distancia em que Portugal se achava da Austria, tinha a certeza de que nenhuns soccorros effectivos po-

dia d'ella receber para a manutenção da ordem, acrescentando além d'isso os embarços em que o governo austriaco achava, por effeito da necessidade que tinha de manter um poderoso exercito na Italia. A isto additou mais o nosso dito ministro um pedido seu, para que se embarçasse a saida para Portugal dos navios nacionaes e estrangeiros, que dos portos do imperio austriaco quizessem fazer viagem para este reino, e além d'isso que se vigiassem tambem todos os individuos que pedissem passaporte com destino a dirigirem-se para Portugal. Em meado de outubro tinham-se reunido em Troppau os imperadores da Austria e da Russia, bem como o rei da Prussia, quando lhes chegou a noticia de que a revolta do Porto tinha igualmente rebentado em Lisboa, generalisando-se depois por todo o reino. Novas supplicas fez o ministro portuguez ao principe de Metternich, em harmonia com as do marquez de Marialva; mas nem por isso foi mais feliz do que este fôra nas suas requisições, denegando-se-lhe até o ser admittido no congresso de Troppau, como solicitára, congresso que ia acabar, pela razão que já demos, da precisão que o rei da Prussia tinha de se recolher aos seus estados no dia 21 de novembro, julgando não poder nas circumstancias de então permanecer por muito tempo longe do centro d'elles, ao passo que o imperador da Russia desejava tambem recolher-se á capital do seu imperio, como praticou, ficando inteiramente accordada entre os soberanos do norte a intervenção da Austria nos negocios internos de Napoles. É portanto um facto que a não ser o risco que corriam os estados austriacos na Italia, seguramente não teriam tido logar as conferencias de Troppau, nem as que depois tiveram tambem logar em Laybach. Foi portanto o proprio interesse do imperio da Austria, e não o verdadeiro desejo de obstar á revolução de Napoles, quem levou as côrtes alliadas a approvarem as resoluções tomadas pelo governo austriaco, contra o systema liberal proclamado n'aquelle paiz. O mesmo governo austriaco mandou publicar na gazeta de Vienna uma especie de declaração sobre o resultado das conferencias

o Troppau, unicamente com relação aos negocios de Napoles¹.

Foi no dia 6 de janeiro de 1821 que os imperadores da Austria e da Russia chegaram a Laybach, na Carniola, falando o rei da Prussia, pela razão já exposta. Levados pois os dois ditos soberanos, dos desejos de poupar ao citado reino de Napoles uma occupação militar, e os males de uma guerra estrangeira, convidaram para as suas conferencias o soberano d'este mesmo estado², o qual effectivamente annuiu ao convite, e auctorizado pelo parlamento napolitano, como já vimos, compareceu em Laybach. O duque de Gallo, ministro dos negocios estrangeiros do novo governo napolitano, tambem lá compareceu por convite que se lhe fez. Tendo lá chegado, intimou-se-lhe a positiva determinação das tres cortes alliadas de não reconhecerem, e nem mesmo consentirem nas mudanças introduzidas no reino de Napoles, tendentes a derrubar o pacifico governo do monarcha legitimo, e a perturbar a tranquillidade dos estados vizinhos, para os quaes eram altamente nocivas, ameaçando-os de uma anarchia certa, tal como a já existente no reino das Duas Sicilias, onde tamanhos estragos tinha já feito. Mais lhe disseram que, á vista do exposto, o unico meio que restava á nação napolitana, ou para melhor dizer aos numerosos sequazes da seita *carbonaria*, promotora de tantos e tamanhos desastres, era o de se submeterem sem resistencia ao paternal governo de sua magestade napolitana, renunciando espontaneamente a innovações tão prejudiciaes, como as de que se tratava; que sua magestade napolitana, disposta como estava a contribuir para promover o bem dos seus vassallos, buscaria em tal caso, por meio de instituições livremente emanadas da sua auctoridade, promover a sua permanente felicidade, sem pôr em risco a segurança dos estados vizinhos. O duque, posto que ao principio mostrasse alguma repugnancia em voltar para Napoles, como portador de similhante declaração, para

¹ Esta declaração é a que constitue o documento n.º 98.

² A carta com este convite é o documento n.º 99.

lá partiu ultimamente no dia 31 de janeiro, escrevendo ao mesmo tempo sua magestade napolitana a seu filho, participando-lhe a firme resolução dos soberanos alliados de empregarem todas as suas forças, para obrigarem o partido predominante em Napoles a desistir dos seus projectos subversivos, quando pacificamente não abraçasse as exhortações pacificas, que se lhe faziam. De reforço a isto os monarchas conferentes deram ordem aos seus ministros em Napoles de se explicarem bem terminantemente com o governo revolucionario no referido sentido.

Era portanto evidente que os tres soberanos das grandes potencias do norte da Europa, se achavam inteiramente dispostos a intervir de mão armada nos negocios internos de Napoles; e posto que a Inglaterra e a França os não acompanhasssem abertamente em similhante medida, nem por isso se lhes oppunham a ella, pois lord Castlereagh era altamente adverso ás innovações de Napoles, não o sendo menos o ministerio francez, composto como por então ainda era de realistas puros, e de mais a mais, esperançados como estavam, em ter o apoio das camaras, nas quaes, segundo as ultimas eleições, predominava tambem o mesmo elemento. O certo é que el-rei de França chegou a offerecer, como já vimos, a sua mediação entre el-rei de Napoles e os tres citados soberanos, debaixo da condição de que se fariam certas mudanças na constituição hespanhola, taes como a introducção de uma camara de pares, a abolição da deputação permanente das côrtes, e a concessão do *вето absoluto* ao rei, além de outras mais. Similhantes mudanças não agradaram ao parlamento napolitano, acobertando este seu desagrado com o levarem a mal, que uma potencia estrangeira quizesse dictar a lei ao seu soberano. Tudo isto deu logar a que os tres monarchas do norte concebesssem receios de que as cousas de Napoles se não terminassem pacificamente, como tanto desejavam, de que resultou ordenar o governo austriaco ao barão de Frimont, nomeado general em chefe do exercito, destinado ao restabelecimento da antiga ordem de cousas em Napoles, o pôr-se com elle

em marcha para o dito reino¹. O seu exercito consistia em cinco divisões, commandadas pelos generaes Walmoden, principe de Wied-Runckel, barão de Stutterheim, principe Philippe de Hesse Hamburgo, e barão de Lederer. No dia 5 de fevereiro dirigiu-se a divisão do general barão de Stutterheim para o logar de S. Benito, situado na margem direita do Pó². No seguinte dia principiou a dita divisão a sua marcha na direcção de Bolonha, Florença e Sienna, chegando no dia 17 a Radificoni, indo pernoitar a 22 em Monterosi, só cinco leguas distantes de Roma, tendo por este modo andado 150 leguas no curto espaço de dezeseis dias. A direcção que seguiu o general conde de Walmoden foi a da estrada ao longo da costa do mar Adriatico, na direcção de Rimini e Segnigaglia, separando-se n'esta cidade em dois differentes corpos, um dos quaes marchou para Nocera, e o outro para Ancona, achando-se já este ultimo corpo no dia 17 em frente d'esta praça. Quatro dias antes tinha surgido no seu porto uma esquadilha austriaca, commandada pelo marquez de Panlucci, destinada a apoiar nas costas do Adriatico os movimentos, que fazia por terra o exercito austriaco. O grosso do grande exercito, composto das tres restantes divisões, passou o Pó nos dias 7, 8 e 9, seguindo a estrada de Bolonha, Florença e Arezzo, tendo no dia 23 de fevereiro chegado a Toligno, já nos estados pontificios³.

Apesar das disposições hostis do congresso de Laybach contra Napoles, e das marchas do exercito austriaco, feitas no mesmo sentido, manifestaram-se em Fossano no dia 10 de março de 1821 os primeiros symptomas de uma revolução liberal no Piemonte, em consequencia da insurreição militar, manifestada pelo regimento de cavallaria da guarnição d'aquella cidade, tendo por fim obter a adopção da constituição hespanhola para o reino da Sardenha. E como as guarnições de Ale-

¹ Foi em Padua que elle publicou ao seu exercito, no dia 4 de fevereiro, a ordem do dia constante do documento n.º 100.

² Por occasião do exercito austriaco passar o Pó publicou-se na gazeta official de Vienna uma declaração, constante do documento n.º 101.

xandria, Pignerol e Novare fizessem pela sua parte o mesmo, espalhou-se uma tal consternação em Turim, pelo aperto das circumstancias, que el-rei Victor Manuel teve de publicar uma proclamação, assegurando ao seu povo os sentimentos pacíficos da Austria, declarando-lhe que só quando commoções iguaes ás do reino de Napoles apparecessem em outros estados, poderiam elles provocar as hostilidades d'aquella potencia. No dia 11 reuniu-se o conselho de estado, no qual se decidiu que se empregasse o principe de Carignam, para com a sua popularidade applanar os tumultos, procedendo-se ao mesmo tempo á prisão de varios individuos, que se suppunham desaffectedos ao governo, medida que augmentou ainda mais a irritação. No dia 12 appareceu uma nova proclamação de el-rei, contendo ameaças aos seus subditos, apoiando-se para isto nas potencias alliadas, e dizendo entre outras cousas: «que por uma recente e unanime deliberação das grandes potencias, se tinha resolvido que em nenhum caso os alliados approvariam acto algum tendente a subverter a ordem publica e legitima na Europa». Isto ainda mais apressou a revolução, levando el-rei, por decreto de 13 do dito mez de março, a abdicar a corôa em favor de seu irmão, o duque de Genova, e a retirar-se para o principado de Monaco, querendo antes dar este paço do que acceitar a constituição proclamada. No mesmo dia 13 o principe regente, seu sobrinho, a quem elle deferira o governo do reino, durante a ausencia do novo soberano, que por então se achava em Modena, chamando a conselho a municipalidade da cidade, os magistrados e os principaes chefes da revolta, resolveu, com o seu apoio, lavrar-se a seguinte declaração: «Nós, os abaixo assignados, em nossas situações abaixo especificadas, sendo chamados por sua alteza real, o principe regente, declarâmos que as presentes circumstancias são de natureza tão séria, o perigo da guerra civil tão imminente e a vontade do povo tão decididamente expressa, que somos de opinião, que para a segurança publica, e pela necessidade do caso, é indispensavel promulgar a constituição hespanhola com aquellas modificações, que sua magestade el-rei

apresentação nacional concordarem em julgar pro-
No dia 14 promulgou-se com effeito a referida consti-
organizando o principe regente uma junta de governo
rio, composta de quinze membros. A 16 publicou-se
creto de amnistia para todos os crimes politicos, acto
depois se seguiram os preparativos da imminente
com a Austria.

nas as noticias do succedido em Turim chegaram a
ch, onde ainda por então estavam o imperador da Rus-
da Austria, tomou aquelle a resolução de expedir im-
tamente as mais terminantes ordens ao commandante
ercito russo da Wolhinia, para fazer marchar sem a
demora aquelle mesmo exercito, pelo caminho mais
o para a Italia, em consequencia dos ajustes dos tres
chias do norte. O imperador da Austria tambem pela
arte expediu ordem ao conselho aulico de guerra, para
mente fazer marchar sobre a Italia mais 22 batalhões
anteria e 14 esquadrões de cavallaria, o que tudo for-
um corpo de reserva de 25:000 homens, o qual, junto
ças que se tinham destinado contra Napoles, e ás que
m no reino lombardo-veneziano, elevavam o total do
to austriaco na Italia a 125:000 homens, forças que se
am bastantes para resistir victoriosamente ás dos na-
ios, e reprimir as dos piemontezes, quaesquer que
a os projectos d'estes ultimos, ao menos até á chegada
ercito russo. O contagio revolucionario tinha feito taes
essos por aquellas partes da Europa, que até na Vala-
na Moldavia haviam rebentado por aquelle tempo no-
sedições, e se os habitantes d'aquelles hospodorados
ediam formalmente uma constituição, exigiam pelo me-
ue a Porta restabelecesse n'aquellas duas provincias o
o governo, e que os hospodares não pretendessem im-
naiores tributos, do que aquelles que a mesma Porta
utro tempo percebia, e que os referidos principes ti-
por meios illegaes quadruplicado em beneficio pro-

campanha contra os liberaes de Napoles encetou-se com

venturosos auspícios para os austriacos no dia 7 de mar. N'esse dia atacou o general napolitano, Guilherme Pepe, o corpo austriaco do general conde de Walmoden, que se achava postado nas vizinhanças de Rieti; foi porém repellido com alguma perda, abandonando Civitá-Ducal, de que os austriacos se apossaram. No dia 9 poz-se em marcha a divisão do referido conde, e encontrando fraca resistencia na sua frente, assenhoreou-se dos desfiladeiros de Borgheto, e pouco depois do importante posto de Antrodoco, e por fim de Madonna delle Grotte. Em todos estes encontros perderam os napolitanos quatro peças de artilheria, alguns prisioneiros, além de 400 desertores, que se entregaram aos austriacos. Via-se pois que á medida que estes adiantavam as suas marchas, retiravam-se os napolitanos, de modo que, assenhoreando-se os vencedores de Aquila, podiam já considerar-se senhores de Napoles. N'este estado de cousas o parlamento napolitano reuniu-se em sessão secreta, deliberando que os seus membros se submettessem ao rei, e se pedisse ao principe para que fosse o mediador entre elles e o seu augusto pae. Effectivamente o principe regente mandou o general Fardella a el-rei, pedindo-lhe que fizesse parar a marcha dos austriacos, mas isto não produziu o desejado effeito. Desde 10 até 19 alguns movimentos mais fizeram os generaes napolitanos; mas nada embarçou a marcha dos invasores, cujo general intimou á fortaleza de Monte Capino que se rendesse, e como o commandante o recusasse fazer, a guarnição amotinou-se e abriu as portas aos austriacos. Os soldados napolitanos foram feitos prisioneiros e desarmados; mas depois restituíram-se-lhes as armas, incorporando-se nos proprios regimentos austriacos. O parlamento julgou por bem dissolver-se por si mesmo, sem acto algum formal que a isso o coagisse, sendo as portas do edificio em que fazia as suas sessões fechadas pela policia. Aos 26 do citado mez de março entraram os austriacos como vencedores em Napoles em numero de 25:000 homens, e o que mais é, entre acclamações e incessantes vivas do povo. De 150:000 napolitanos, que se alistaram para defender a patria e a constituição, apenas resta-

vam em armas 12:000 homens, porque todos os mais tinham desertado, debandando-se, ou retirando-se para suas casas! Este caso fôra a consequencia da convenção de Capua, pela qual se estipulou a cessação das hostilidades entre os dois exercitos, e a pacifica marcha dos austriacos para a capital, como executaram sem mais contrariedade.

Quanto ao Piemonte, diremos que apenas o principe de Carignan, que el-rei seu pae nomeára regente, viu o mau aspecto que as cousas de Napoles tinham tomado, fugiu occultamente de Turim aos 29 de março, e foi ter a Novare, donde passou a Modena, apresentando-se ao grão duque da Toscana, que era seu sogro, mas que o recebeu com muita frieza, em consequencia da parte que tomára na revolução. As tropas piemontezas, commandadas pelo general conde de Latour, foram as destinadas a obrar de acordo com as austriacas, que commandadas pelo conde de Babua, se approximavam no dia 8 de abril da cidade de Turim. Effectivamente tendo estas passado o Tessino, encontraram-se em frente de Novare com as que vinham de Alexandria, as quaes lhe não fizeram resistencia alguma. O general Latour, que com ellas operava em favor da causa de el-rei, sendo auxiliado por alguns regimentos austriacos, entrou em Turim, dissolveu o governo provisório, e estabeleceu uma commissão militar, para processar e sentenciar militarmente todos os que tomaram parte na revolução. Por este modo passaram os reinos de Napoles e Piemonte a serem novamente regidos pelo governo absoluto dos seus respectivos soberanos, tendo não obstante isto o rei Victor-Manuel confirmado a sua anterior abdicação, em favor do seu já citado irmão, o duque de Genova, por um acto solenne, publicado em Nice aos 19 de abril, de que resultou ser este principe acclamado rei, ficando tambem a par d'isto guarnições austriacas em Napoles e Sardenha, enquanto n'estes paizes se não reputasse estavel a recente ordem de cousas. Acresceu a isto dirigirem por esta occasião as côrtes da Russia, da Austria e da Prussia aos seus ministros, acreditados junto das restantes côrtes da Europa, um summario, relatando-lhes os re-

sultados das conferencias de Troppau e de Laybach, ~~an-~~centando-lhes que, encarregados os soberanos d'aquelas tres potencias de vigiarem pela tranquillidade geral da mesma Europa, se viram elles obrigados a unir-se e a concertar-se para d'ella desviarem os males promptos a se deramarem sobre ella. Declaram mais haverem usado de um direito para elles incontestavel, pois que tendo livrado o continente europeu do despotismo militar, exercido pelo homem da revolução, incumbia-lhes livral-o igualmente de um poder novo, não menos tyrannico, nem menos desastroso, tal como *o poder do crime e da revolução*. Fundados n'estes principios, os referidos soberanos nada mais fizeram que applical-os á revolução de Napoles, procurando por medidas de conciliação chamar aquelle paiz á ordem, convidando para tal fim o seu respectivo monarcha, resolvidos como estavam a não reconhecer governos engendrados pela sedição¹.

Á vista d'este enunciado, parecia claro que a intervenção effectuada pelos soberanos do norte da Europa nos negocios internos de Napoles e do Piemonte, não podia deixar de se applicar igualmente aos de Portugal e Hespanha, como fillos das mesmas causas, e determinando as mesmas consequencias. Era esta uma opinião sensata, e justamente fundamentada, não podendo deixar de se tornar esperançosa para os amigos das velhas monarchias, e se assim não succedeu, com relação a Portugal, não foi por falta de diligencias, que para isso deixassem de empregar os seus ministros diplomaticos nas côrtes estrangeiras, figurando entre os mais notaveis sobre este ponto o de Vienna de Austria, o já citado Rodrigo Navarro de Andrade (mais tarde barão de Villa Secca). Logo que o principe de Metternich chegou a esta capital, vindo de Troppau, a elle se dirigiu este nosso ministro, expondo-lhe novamente o estado em que Portugal se achava, e a grande necessidade que havia das potencias alliadas intervirem igualmente na sua nova situação politica. A isto respondeu Metternich que os soberanos alliados jul-

¹ Veja o documento n.º 102..

gavam unanimemente deverem-se abster de declarar a sua opinião de qualquer modo que fosse sobre as occorrencias de Portugal, emquanto el-rei D. João VI não manifestasse a resolução que se propunha adoptar, ácerca da revolução que n'elle rebentára; que qualquer intervenção feita em tão grave negocio, sem previo conhecimento da sua vontade, seria contrario aos principios que os referidos soberanos de common acordo tinham adoptado, e de que não desejavam afastar-se; que este era igualmente o parecer do gabinete britannico, havendo sobre estas rasões uma outra de não pequena monta, tal como a da situação geographica de Portugal, que não permittia, ainda quando se julgasse conveniente, reprimir o espirito revolucionario no dito reino por meio da força, não só por causa da distancia em que se achava, mas igualmente porque a França e a Hespanha, por onde seria necessario passar, não consentiriam em tal. Antonio de Saldanha da Gama, que como já vimos, fôra admittido no congresso de Laybach, tanto em rasão dos plenos poderes eventuaes de que se achava munido, para assistir a qualquer congresso, que podesse ter logar na Europa, com relação a negocios geraes, como por haver declarado ter de expor cousas importantes no referido congresso, vendo que nada se resolvia n'elle, relativamente a Portugal, e que nem se resolveria, emquanto a Inglaterra não apresentasse ácerca d'este paiz uma linguagem franca e decidida, entendeu por melhor retirar-se novamente para Paris, como praticou, sem nada ter conseguido de satisfactorio para os seus desejos, nem para os do marquêz de Marialva, tão encarniçados realistas, como ambos elles se mostraram ¹.

Com relação á Hespanha, as vistas dos soberanos alliados eram já de muito maior hostilidade para com ella do que para com Portugal. A Hespanha era por então accusada, ou com verdade, ou sem ella, de haver recorrido a todos os meios para revolucionar a França, dizendo-se até entre outras cousas, que o conde de Toreno empregára uma parte

¹ Officio de Navarro de Andrade de 4 de janeiro de 1821.

do emprestimo hespanhol, contrahido em Paris, em crença
mesma França um partido revolucionario. O certo é que a
romper do anno de 1821 o espirito dos liberaes francezes
achava-se fortemente excitado, dando-lhes motivo á discus-
são o resultado que ia tendo na camara dos pares, consti-
tuida em tribunal de justiça, o processo dos implicados na
já citada revolta de 19 de agosto do anno anterior. A conse-
quencia d'este estado de cousas foi o passar-se d'esta des-
inquietação á tentativa de privar da vida o proprio Luiz
XVIII. E com effeito na tarde do dia 26 de janeiro do refe-
rido anno de 1821 ouviu-se uma forte detonação, proximo do
quarto em que sua magestade habitava, resultado do fogo
que se tinha lançado a um rastilho, que estava em contacto
com um pequeno barril de polvora, que poderia conter d'el-
la apenas seis arrateis. Este barril pozera-se n'um corredor
do serviço interior do paço, e que communicava a camara
de el-rei com o pequeno quarto do seu creado particular. A
explosão causára varios estragos nas janellas e nas portas,
que ficavam contiguas ao lugar em que el-rei se achava, ao
qual todavia não fez mal algum. No seguinte dia, recolhen-
do-se o duque de Angoulême para o palacio das Tuilleries,
foi lançada uma bomba aos cavallos da carroagem que o con-
duzia; mas nenhum resultado mais se lhe seguiu. Outras
mais bombas foram nos dias posteriores lançadas em diver-
sos sitios de Paris, rebentando no dia 2 de fevereiro uma na
casa interior do proprio thesouro, onde fez algum estrago.

Consequentemente o estado de desinquietação da França,
estava mais que provado pelo assassinio do duque de Berry,
de que já fallámos, perpetrado no anno de 1820; pelas dili-
gencias empregadas no mesmo anno para fazer abortar sua
esposa, que andava grávida do filho, que depois teve na pes-
soa do duque de Bordeaux, empregando-se para este fim as
bombas, que se lançaram proximo do quarto da sua residen-
cia; pela projectada revolução de 19 de agosto do referido
anno; pela tentativa feita no seguinte contra a propria vida
de Luiz XVIII e do duque de Angoulême, e finalmente pelos
planos de conjuração, tentada ultimamente pelos liberaes

francezes, os quaes em 20 de março procuraram revoltar **Leão e Grenoble**, espalhando para este fim as falsas noticias **de que** Paris se achava sublevada, de que **el-rei** abdicára, **de que** a bandeira tricolor fôra arvorada na capital, e finalmente de que a constituição de 1791 tinha sido proclamada. Não admira pois que em circumstancias taes, o congresso **de Laybach** continuasse a ter contra si, com relação á sua projectada intervenção nos negocios da Hespanha, a inercia formal da França, e uma tal ou qual repugnancia por parte da **Inglaterra**, o que todavia não embarçou a accessão do gabinete das Tuilleries ás medidas que o mesmo congresso adoptára para Napoles, talvez que na esperançosa idéa de que d'ellas resultassem os mais proficuos e salutaes effeitos no andamento dos negocios de Portugal e Hespanha. A Prussia pela sua parte de bom grado se prestava a apoiar tudo quanto a tal respeito haviam resolvido a Austria e a Rússia, sendo portanto estas as tres potencias, as que, como já notámos, mais abertamente estavam decididas a obstar á diffusão das idéas liberaes na Europa. Quanto porém aos successos, que n'este sentido se tinham já manifestado na Hespanha, não lhes parecia difficil supplantal-os, se não já, ao menos com o andar do tempo; mas quanto aos de Portugal, não se atreviam a ingerir-se n'elles, com receio de que a Inglaterra se désse por offendida, tendo a sua intervenção por falta de respeito ao que ellas consideravam como protectorado seu, para com este reino. O resultado d'isto foi portanto, como temos visto, nada fazerem, nem projectarem fazer contra Portugal; mas quanto á Hespanha, assentaram empregar todos os possiveis esforços, para persuadir o ministerio francez da absoluta necessidade em que estava collocado de empregar sem demora, não só os meios de salvar a familia real da Hespanha, mas até de evitar que a anarchia, de que este reino estava ameaçado, n'elle rebentasse com todos os seus horrores.

Com estas vistas propoz-se pois ao ministerio francez, que mandasse para Madrid um ministro de character seguro e de reconhecida probidade, encarregando-o de dar a **el-rei** de

de el-rei catholico, seria então que o gabinete lhe cumpria intervir, sustentando os direitos tão proximo da familia real de Bourbon, da França era o chefe, tendo sobre esta qualida rei constitucional, e a de dever como tal inte que um rei do mesmo theor se estabelecesse em lugar da democracia, que de facto n'ella se çando degenerar n'uma formal anarchia. Tã postas que em nome do congresso de Layba ticularmente do imperador Alexandre da Ru tas ao duque de Richelieu por meio de um pelo proprio punho do conde de Capo d'Istra mesmo dia enviou a Madrid um correio da fiança, com despachos para o encarregado de Russia n'aquella capital, despachos que nã estas disposições, mas até mesmo a manifestos do imperador, de que o governo existente tomasse por si aquellas medidas que julga não só para a conservação da real familia, ma fazer na constituição aquellas mudanças, q compativel com um systema monarchico e com o socego da Europa em geral. •

O gabinete austriaco tambem pela sua pviado um correio ao seu encarregado de negcôrte de Madrid, declarando, a pretexto de sobre a conducta que se havia adoptado pa

las mudanças, que podessem garantir a estabilidade da monarchia ¹. Foi no meio d'estas occorrencias que terminaram as conferencias de Laybach, publicando-se, antes da partida dos soberanos que n'ellas tinham tomado parte, uma declaração com data de 12 de maio, na qual diziam os seus respectivos ministros que a resolução dos seus respectivos soberanos era a de suffocarem as conspirações e de fazerem cessar as desordens, que ameaçavam a existencia da paz geral. Fallando da revolta do Piemonte, diziam que os seus auctores tinham lançado o seu plano, havendo-se apressado em o levar a effeito. «O throno e o estado foram por elles trahidos, os juramentos violados, a honra militar desconhecida, e o esquecimento de todos os deveres trouxe bem depressa o flagello de todas as desordens. Por toda a parte o mal apresentou o mesmo character, por toda a parte um mesmo espirito dirigia estas funestas revoluções.» Ufanando-se dos seus triumphos na Italia, diziam que a Providencia havia enchido de terror as consciencias, tão cheias de culpas, que a reprovação dos povos, cuja sorte os fautores da desordem haviam compromettido, lhes fez cair as armas da mão ².

Taes eram portanto as vistas politicas e as intenções das quatro grandes potencias da Europa para com os governos liberaes, dos quaes a revolução da Hespanha se constituira em 1820 causa primaria do seu apparecimento em Portugal, Napoles e Piemonte. Todavia forçoso é confessar que as referidas potencias não pugnavam ostensivamente pelo puro absolutismo dos governos transactos, como acima temos visto, mas sim pelo estabelecimento de constituições mais adaptadas á indole das monarchias, e á dignidade dos reis, do que a constituição de Cadiz de 1812, tida como obra da mais pura democracia, e como tal incompativel com o poder dos mesmos reis. É um facto que esse seu antigo e illimitado poder era incompativel com as idéas e luzes do seculo xix,

¹ Officios de Antonio de Saldanha da Gama para o Rio de Janeiro, datados de Laybach em 25, 26, 28 e 31 de janeiro de 1821, bem como de 13 de fevereiro e 10 de março do mesmo anno.

² Veja o documento n.º 103.

tornando-se por este modo odioso e insupportavel ás aspirações democraticas dos povos, filhas essas aspirações do engrandecimento e dissolução a que os aulicos e as classes aristocratas tinham com o andar do tempo levado o referido poder. Não nos admira pois que os velhos governos despois de seculos de duração, reagissem fortemente ao estabelecimento das novas idéas politicas, e principios fundamentais dos governos representativos, nem que por effeito da eternidade da sua omnipotencia se oppozessem ás reformas a elles inherentes, d'onde proveio por aquelle tempo a insubordinação e revolta das nações peninsulares contra a omnipotencia, sendo muito difficil manter n'este caso a pontual observancia das leis, e o respeito devido ás auctoridades; mas o que muito nos admira é que, depois de passados os momentos de effervescencia e os enthusiasmos revolucionarios, os homens illustrados que na Italia, bem como na Hespanha e Portugal, foram chamados a constituir os novos governos, e os parlamentos dos seus respectivos paizes, tivessem, não obstante o seu pouco tempo de duração, por desarrazoadas e inadmissiveis as exigencias dos gabinetes das ditas grandes potencias, e não vissem a inteira impossibilidade de poderem manter de mão armada contra essas exigencias o estabelecimento e conservação de constituições democraticas, filhas mais depressa de concepções abstractas e idealismos philosophicos, do que da pratica salutar das coisas, e do verdadeiro conhecimento do que são as paixões dos homens. Tal foi para desgraça dos governos liberaes d'aquelle tempo, estabelecidos em Hespanha, Napoles e Portugal a cegueira e o erro dos homens que os dirigiam, como faremos ver no progresso d'esta nossa obra.

Se pois as côrtes da Hespanha se achavam dominadas pelo seu vertiginoso espirito democratico, sem quererem nada ceder d'elle, as de Portugal estavam no mesmo caso, competindo por tanto a umas e outras as censuras que acima acabámos de fazer. Uma outra circumstancia se dava mais nas portuguezas, tal era a da sua falta de politica e juizo prudencial para com o Brazil, ou o modo por que encaravam

os symptomas, que já por então se descobriam das suas aspirações de independencia, as quaes com o andar do tempo se foram tornando cada vez mais graves e manifestas. No dia 5 de março de 1821 decretaram as côrtes a demissão dos officiaes inglezes, que serviram no exercito portuguez, e que do mesmo exercito haviam sido retirados pela declaração official, que se lhes fez em 24 de agosto do anno anterior, ficando todavia gosando o soldo nas suas respectivas patentes por tanto tempo, por quanto foi o que serviram durante a guerra. Aos brigadeiros, que não tinham commenda da Torre e Espada, foi-lhes concedido poderem usar da respectiva insignia, facultando-se igualmente aos coroneis e tenentes coroneis usarem do habito da mesma ordem. Por decreto do 24 declararam ellas tambem como patrioticas e legitimas as revoluções liberaes do Porto de 24 de agosto e de Lisboa do dia 15 de setembro, considerando como benemeritos da patria os que d'ella foram auctores, expedindo-se o respectivo decreto para a regencia no seguinte dia 22. No dia 31 expediu-se-lhe igualmente o da abolição em todo o reino e seus dominios do terrivel tribunal do santo officio da inquisição, o qual a mesma regencia fez de prompto executar, mandando franquear ao publico os seus respectivos carcerees, affluindo a vel-os um consideravel numero de povo, ávido, como se mostrou, de examinar tudo o que no respectivo edificio havia.

O horror que lhe causou o espectaculo dos instrumentos da cruel tortura que encontrou, o confuso dos letreiros que a lapis n'alguns dos citados carcerees descobriu, as especies de chaminés onde se lhe disse que se faziam os monstruosos e afflictivos entaipamentos em nome de um Deus de piedade e clemencia, e finalmente as ossadas humanas que a par d'isto por alguns logares viu e descobriu, attestando o barbaro martyrio das desgraçadas victimas a quem n'outro tempo pertenceram, enfureceu por tal modo os concorrentes, que chegaram até a espancar alguns dos empregados do citado tribunal, a que se seguiu mandar o governo apeiar da parte superior da porta principal do respectivo

mando por contraste com elle uma activa na sua approvação um dos proprios inquisi da sé de Lisboa, o deputado José Maria Branco, que não poupou esforços para aquellou tambeu notavelmente com esta medida e seu iniciador, uma imprudente e provocada da exaltação politica do deputado Manuel B e por elle apresentada á camara no dia 26 de março, tendo com ella em vista o lavrar-se n tra o procedimento da Austria, pela sua int nos negocios internos de Napoles, fundando sem rasão de um tal procedimento. Similha justa causa foi tida como uma graciosa prova tres gabinetes do norte da Europa, resolve d'ella, que a regencia fizesse chegar, por a respectivos ministros diplomaticos, ao conhe tes estrangeiras em que residiam, quanto e para Portugal ver que se não respeitavam o independencia das nações por aquelle proc a abolição do terrivel tribunal do santo o vimos, seguiu-se igualmente a do junzo da in menos detestado pela parte illustrada da aquelle tribunal.

Algumas questões com o patriarcha vier marcha regular das novas cousas politicas, a paz. O papa tinba por uma sua bulla m

massem com ella, e a regencia insistisse com elle para lhe prestar tambem o seu beneplacito, com isto se conformou por fim, desistindo da opposição que até ali lhe fazia. Após esta disputa com a regencia, uma outra se lhe seguiu logo, duvidando obedecer ao aviso, que em 26 de fevereiro lhe fôra expedido, ordenando-se-lhe que por uma sua pastoral recommendasse a todos os habitantes da sua diocese união recíproca e sujeição ao governo estabelecido, provando-lhes que as reformas e melhoramentos operados em nada offendiam a religião catholica, devendo elle patriarcha ordenar aos parochos, que n'estes objectos instruissem tambem os seus parochianos. Era por tanto evidente que o patriarcha se achava em aberta opposição ás ordens do governo. Foi depois d'estas occurrencias que o congresso ordenou á regencia que o dia 29 de março fosse destinado para o juramento, que em todo o reino se devia prestar ás bases da constituição. Para este acto designou-se em Lisboa a sumptuosa igreja do antigo convento de S. Domingos, onde se apresentou o principal José Telles da Silva, munido de uma procuração do patriarcha, para em seu nome proceder ao seu respectivo juramento, com restricção aos artigos 10.º e 17.º das ditas bases, querendo o referido prelado que a censura ecclesiastica, estabelecida no artigo 10.º, *fosse anterior á publicação dos escriptos*, e que a religião catholica e apostolica romana, de que tratava o 17.º, pelo qual se declarava ser ella a religião do estado, fosse tida como *unica, sem alteração, ou mudança alguma nos seus dogmas, direitos e privilegios*.

Em consequencia d'isto a regencia teve uma sessão extraordinaria no mesmo dia 26, e olhando esta nova conducta do patriarcha, como continuação do seu espirito hostile para com ella, não lhe admittiu outro juramento que não fosse o *puro e simples*, como estava determinado, e como o patriarcha se recusasse a prestal-o, a regencia ordenou por uma portaria, que saísse do patriarchado, e se recolhesse ao convento do Bussaco, o que teve logar no dia 2 de abril de 1821, indo-se prender para este fim á quinta da mitra no Tojal,

sendo acompanhado no seu itinerario pelo desembargador Manuel de Macedo Pereira Coutinho, e por uma escolta de soldados de cavallaria n.º 6, commandada por um tenente. Este procedimento do patriarcha foi altamente stigmatizado pelas côrtes na sessão de 31 de março, e por modo tal, que até se fallou em o metter em processo, e em se abolir a patriarchal. Depois de uma acalorada discussão de tres sessões do congresso, decidiu elle, em sessão de 2 de abril, por medida geral para todos os que recusassem jurar as bases, por 88 votos contra 4 condicional, «que toda a auctoridade, ou individuo que se recusasse ao dito juramento deixasse de ser cidadão portuguez», e por 84 votos contra 3, que o individuo que *deixasse de ser portuguez, saísse para fóra do reino*. O resultado d'isto foi fazer-se um segundo recrutamento de não pequena monta para o partido absoluto, como em 17 de novembro de 1820 se tinha já feito com o primeiro, por meio das deportações militares de Antonio da Silveira e Gaspar Teixeira, que tão nocivas se tornaram posteriormente para a causa constitucional. Em consequencia pois do citado decreto das côrtes de 2 de abril, teve o mesmo patriarcha ordem de sair do reino no dia 24 do dito mez, voltando em junho de 1823 á sua diocese, por convite de uma carta regia que lhe dirigiu o governo absoluto, depois da quêda do governo constitucional n'aquelle anno.

Na noite de 27 do citado mez de abril chegou a Lisboa a fragata *Maria da Gloria* com a satisfatoria noticia de haver el-rei D. João VI adherido á nova fôrma de governo estabelecido em Portugal, noticia que as côrtes receberam no seguinte dia com as demonstrações do maior regosijo e enthusiasmo, sendo declarados dias de grande gala o de 24 de agosto, 15 de setembro e 26 de fevereiro de 1821, em commemoração das revoluções do Porto, Lisboa e Rio de Janeiro. O deputado Alexandre Thomás de Moraes Sarmiento propoz que se dêsse a el-rei o nome de *pae da patria*, o que ficou adiado até ver (disse o deputado Fernandes Thomás) *que titulo se lhe havia de dar; que depois de feita a constituição se veria o que tinha de se lhe conferir*. Com iguaes demonstrações foram

recebidas as noticias dos revoluções de Pernambuco, ilha de S. Miguel e archipelago de Cabo Verde, actos que já de antemão tinham sido legalizados por decreto seu, na data de 11 do citado mez de abril, em que se declaravam como taes todos os governos estabelecidos nos estados portuguezes do continente e ilhas adjacentes, para abraçarem a sagrada causa da regeneração portugueza; e declaravam benemeritos da patria os que tivessem premeditado, desenvolvido e executado a mesma regeneração, e tornando responsaveis pelas desgraças occorridas as auctoridades e mais pessoas que se oppozerem á revolução, tendo por essa causa havido derramamento de sangue. A imposição d'esta pena era altamente injusta, partidaria e anarchica, com relação ás auctoridades, obrigando-as a não cumprir com os seus deveres, e a falsear o seu juramento de serem fieis ao rei, como era costume prestarem, sobretudo oscapitães generaes, ao partirem para os seus respectivos governos. Em officio do secretario de estado dos negocios estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, datado do Rio de Janeiro aos 3 de abril, participou elle ás côrtes, que el-rei se vira obrigado a demorar ainda por mais algum tempo a sua partida para a Europa, pela occorrença de alguns embarços nos meios de transporte, e pela estreiteza do praso que para similhante partida se havia fixado. A esquadra que devia conduzir el-rei compunha-se, como já dissemos, da nau *D. João VI*, das fragatas *Carolina* e *Princeza Real*, bem como de cinco transportes, que eram a *Gran-Cruz de Aviz*, *Sete de Março*, *Quatro de Abril*, *Phenix* e *Orestes*.

Ao que parece, el-rei era sincero nas promessas que fazia, como devem ser todos os monarchas, fieis ao adagio de que os reis não mentem, ou pelo menos que não devem mentir. Sabedor de que os diplomatas portuguezes pretenderam, nos congressos de Troppau e Laybach, persuadir os soberanos que a elles concorreram, que deviam tomar como base das suas deliberações o não terem os das nações napolitana e hespanhola adherido ás constituições, proclamadas nos seus respectivos paizes, e que por tal motivo lhes cumpria valer á parte sã das sobreditas nações, e aos seus

respectivos soberanos, comprimidos como estavam pela força das circumstancias, ordenou elle D. João VI que da sua parte se fizesse saber aos seus enviados nas differentes côrtes estrangeiras, que bem longe de ser verdadeira, com relação a elle, similhante proposição, lhes ordenava muito positivamente, que da maneira a mais solemne fizessem constar em toda a parte onde preciso fosse, que tendo-se resolvido a prestar o mais livre, voluntario e augusto juramento de cumprir, e fazer cumprir a constituição em que acordassem as côrtes geraes da monarchia, este acto havia procedido da sua intima e sincera convicção de serem as ditas côrtes o legitimo orgão e a genuina expressão da vontade nacional, e portanto que nada podia alterar a firme resolução em que estava de guardar, e fazer guardar em toda extensão do reino tudo o que por um tão legal modo se podesse estabelecer e decretar. Assim o participou ao soberano congresso o sobredito ministro Silvestre Pinheiro Ferreira n'um outro officio seu, com a citada data de 3 de abril. Em manifesto contraste com este procedimento de el-rei se nos antolha o das côrtes, apresentando uma desconfiança injusta e indigna para com elle, como se vê das instrucções destinadas á regencia, para o caso da sua chegada á barra, ou de pessoa da sua real familia. Similhantes instrucções figurava-se-nos terem por base a supposição de que elle vinha á testa de uma cohorte de conspiradores, destinado a derrubar o governo liberal existente pacificamente no reino, como se colhe dos seguintes artigos.

Artigo 1.º No caso de chegar á foz do Tejo sua magestade, ou alguma pessoa real, a regencia o participará immediatamente ao presidente das côrtes, e dará partes continuas do que for acontecendo. Mandará dois dos seus membros fóra da barra, se o tempo o permittir, para prevenir sua magestade, ou alteza de que póde livremente entrar a nau que conduzir a sua real pessoa e familia, ficando entretanto a esquadra fóra da barra.

Artigo 2.º O presidente das côrtes convocará immediatamente o congresso, que se declarará em sessão permanen-

te; nomear-se-ha uma deputação de 24 membros, se vier sua magestade, e de 12 se vier pessoa da sua real familia. Esta deputação irá comprimentar sua magestade, ou a pessoa da real familia que chegar, e *lhe apresentará as bases da constituição*, ou esta se estiver feita, *para a jurar antes que desembarque*. *Immediatamente se dirigirá sua magestade, ou a dita real pessoa*, ao congresso nacional, perante quem **ratificará** solemnemente o juramento que tiver prestado.

Artigo 3.º Empregará todos os meios que julgar convenientes ao cortejo devido á alta dignidade real.

Mas a desconfiança das côrtes não se limitou só ao que **fica** dito, por que não obstante a declaração de terem *ouvido com especial agrado* a leitura do já citado officio de 3 de abril, **entenderam** necessario auctorisar a regencia, não só para **remover** de um para outro ponto do reino os individuos **suspeitos** de desaffeição ao regimen existente, mas até para **remover** da propria comitiva de el-rei todas aquellas pessoas, **cujá** presença na côrte se tivesse por nociva ao sobredito regimen. Este acto do mais puro arbitrio partidario, impondo **penas** graves sómente por suspeitas, era já prova manifesta **dos** vivos receios que ás mesmas côrtes infundia o crescido **numero**, que ia tendo o partido liberticida, não se lembrando **que** com similhantes medidas, em vez de por ellas se **conseguir** o evitar-lhe o augmento, que era o que muito se **devia** ter em vista, nada mais se fazia do que promover-lh'o, **resultado** ordinario de todas as perseguições, sendo cousa **notavel** apparecerem logo martyres, a par do decretamento **dos** martyrios. Com a mesma data de 3 de abril enviára o **citado** ministro, Silvestre Pinheiro Ferreira, um outro officio **pelo** qual participava igualmente ter-se commettido a João Rodrigues Pereira de Almeida a negociação de um **emprestimo** de seis milhões de cruzados, a favor do banco do Rio de Janeiro, em conformidade do decreto para este fim expedido na data de 23 de março. Contra similhante emprestimo se levantou logo nas côrtes com a maior imprudencia e falta de politica um fortissimo debate, chegando o deputado José Ferreira Borges a apresentar um protesto, tendo-o por con-

trario ao artigo 33.º das bases da constituição, requerendo que fosse inserto na acta. Manuel Borges Carneiro, um outro deputado bafejado pela aura popular d'aquelle tempo, pela sua grande exaltação democratica, depois de censurar fortemente que se contrahissem empréstimos sem consentimento das côrtes, destinados ao pagamento de superfliu-
des e dissipações, o que já tinha elevado a divida a *mais de setenta milhões de cruzados*, acrescentou: «E querem-se de Portugal por ora seis milhões sómente. E quando? Quando por não haver dinheiro se deixam morrer á fome os officiaes reformados, as viúvas e orphãos dos militares, que deram os seus bons annos á patria; as tencionarias, e os empregados da extincta inquisição. Bom! Deixará Portugal, esta mãe de familias, expirar os filhos, creados e jornaleiros, e pôr-se-á a emprestar dinheiro para o outro mundo?

E emprestar dinheiro para que? Vinte milhões para encobrir notorios e escandalosos roubos do banco nacional do Brazil... Mais dinheiro de Portugal para o Brazil. E pois que já esqueceu o que na viagem do nosso bom rei arrebataram comsigo os aulicos, sem perdoar ao cofre dos orphãos? Já os sessenta contos mensaes para um fabuloso destacamento portuguez, que havia perecido á fome na impolitica e injusta guerra do Rio da Prata? Já as enormes encomendas com que parecia querer metter-se todo o reino na que era sua colonia?... Já não pôde dissimular-se a verdade. Derribaram-se alguns idolos; mas conserva-se a idolatria. O nosso bom rei continua a estar rodeado dos aulicos, illudido e mal encaminhado. Responda a regencia claramente ao conselheiro Pereira de Almeida, e ao ministro Pinheiro: diga-lhes que mais não ousem fazer a Portugal proposições monstruosas; que esta nação está decididamente resolvida a attender pelas suas cousas, e já farta de ser ludibriada; que não é já possivel ser illudida com as fagueiras palavras dos aulicos, como assás instruida para tomar ás avessas quanto elles queiran persuadir. Diga-lhes que ao rei façam conhecer que ser rei constitucional é ser justo; que lhe é forçoso expulsar da sua companhia e do reino os roubadores do banco e da

io, e que não o fazendo assim, não póde o desdouro d'esta
 presença com os crimes d'elles deixar de reflectir na sua
 pessoa, por muito inviolavel que ella é». A resolução que
 de respeito o congresso deveu tomar foi: 1.º, declarar á
 ncia que inhibia o indicado agente de negociar o em-
 prestimo dentro de Portugal; 2.º, que negociando-o em al-
 ta praça estrangeira, a elle ficaria sómente obrigada a
 soa de el-rei, não reconhecendo as côrtes a legitimidade
 al empréstimo, nem sancionando quaesquer hypothe-
 s nacionaes para o seu pagamento. Seguiu-se no dia 30
 tinho a discussão sobre a dotação a el-rei, e aos membros
 real familia, sendo o resultado do debate sobre este pon-
 seguinte. Dotação de el-rei provisoriamente, não com-
 prendendo os rendimentos da casa de Bragança¹ e do in-
 ado, 365:000\$000 réis. Para cada uma das infantas
 30\$000 réis. Apanagios da princeza viuva, D. Maria Be-
 icta, 80:000\$000 réis. Dotação da rainha, não incluindo
 ndimento de sua casa, 42:835\$000 réis. Para a princeza
 Maria Thereza e seu filho, o infante D. Sebastião, até se
 dir em Hespanha o pleito sobre a successão da sua casa,
 100\$000 réis. A dotação do infante D. Miguel ficou de-
 lente do arbitramento de el-rei, como administrador da
 do infantado.

que no congresso causou um vivo e acalorado debate
 conhecimento, que se lhe deu dos despachos, feitos por
 si no Rio de Janeiro, como constava de um decreto rece-
 conjuntamente com o do empréstimo de que acima se
 ra. Levantando-se duvidas nas côrtes sobre se taes des-
 os deviam, ou não ser approvados, decidiu-se submeter
 materia ao parecer de uma commissão, a qual entendeu
 poderem deixar de approvar-se, por serem feitos por
 si, a quem como chefe do poder executivo competia a
 lidade de agraciar. A similhante parecer se oppozeram
 os deputados, entre os quaes figurou como notavel, que

Os rendimentos da casa de Bragança continuaram-se a applicar ás
 ezas do estado, enquanto não voltasse ao reino o principe real.

Incerteza retardou as disposições a tomar, algumas das quaes eram de natureza a fazerem-se só no momento da referida chegada. N'este estado incerto se achavam as cousas, quando no dia 3 de julho pelas oito horas da manhã recebeu a mesa do desembargo do paço um aviso da secretaria d'estado dos negócios do reino, em que se lhe participava achar-se á vista a esquadra, que conduzia o monarcha. Inmediatamente reuniu-se o antigo senado da camara, o qual ordenou que tudo estivesse prompto á hora, que el-rei designasse para o seu desembarque, ao que igualmente se seguiu fazer sair um bando, pelo qual determinava que se armassem as janellas dos predios das ruas por onde elle havia de passar em direcção á sé cathedral, e que a cidade se illuminasse nas tres noites seguintes á sua entrada. A nau *D. João VI*, em que vinha el-rei e a real familia, entrou felizmente a barra, lançando ferro defronte da cordoaria pelas onze horas da manhã do referido dia 3, como o fizeram certo aos moradores de Lisboa as salvas de artilheria de terra e mar, com que logo se atroaram os ares.

As côrtes haviam-se reunido ás horas do costume, e recebido oficialmente pelo ministerio da marinha a participação da chegada de el-rei. Quasi sem discussão passaram a approvar diversas medidas, taes como: 1.^a, a de auctorisar a regencia a providenciar por todos os modos ao seu alcance á segurança publica, declarando como perturbador do socego e da ordem todo aquelle individuo, que na occasião do desembarque de el-rei levantasse outros vivas que não fossem á religião, ás côrtes, á constituição, ao rei constitucional e á sua real familia. Decretaram igualmente que sua magestade não podesse conferir empregos publicos a estrangeiro algum, sem o consentimento das côrtes, nem a remover sem a mesma condição do exercicio dos seus postos os commandantes das forças estacionadas nas cidades de Lisboa e Porto e suas vizinhanças, nem tão pouco o intendente geral da policia, emquanto a constituição não fosse sanccionada; que não fosse permittido a certos individuos da côrte o seu desembarque até segunda ordem, e n'esse caso mandados

para o interior do reino na distancia de vinte leguas de Lisboa e da costa. Os individuos sobre quem recaiu esta pena foram os condes de Palmella e de Paraty, Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, barão de Rio Sêcco, viscondes de Villa Nova da Rainha e de Magé, Bernardo José de Sousa Lobato, Targine, Rodrigo Pinto Guedes, monsenhores Miranda (Pedro Machado de), e Almeida (Antonio José da Cunha e), e João Severino Maciel da Costa. Posto que alguns d'estes individuos fossem mal vistos do publico, não era isto bastante para se condemnarem a uma pena tão grave como a do exilio, e de mais a mais sem serem ouvidos por si ou seus procuradores. E tão injusta foi esta condemnação, que os dois citados condes ambos elles emigraram em 1828 por liberaes, fugindo á usurpação. De bastante impolitica também não teve pouco semelhante medida, por afugentar do paiz as consideraveis fortunas, que tinham alguns dos citados individuos, isto alem do grande desgosto que não podia deixar de causar em el-rei um tal proeedimento, tanto pelo desaire que d'elle lhe resultava, como por se ver privado da companhia de homens, que tinha por seus amigos, fazendo-se-lhe tão grave desfeita, quando tão necessario era ao partido liberal acariciar o soberano, por depender tanto d'elle a conservação do governo parlamentar entre nós.

Pelas quatro horas da tarde do citado dia 3 de julho sobre o senado da camara, que el-rei só desembarcaria no seguinte dia 4, vindo ao Terreiro do Paço para receber o cortejo, que a cidade lhe preparava. Durante a noite de 3 para 4 a cidade devia apresentar ao soberano com a sua iluminação em amphitheatro a linda vista, que faz para o lado do mar. A noticia da prohibição do desembarque, ordenada para os individuos acima mencionados, foi levada ao conhecimento de el-rei pelo conde de Sampaio, acompanhado pela deputação da regencia, que pela sua parte se apressou em o ir felicitar, communicando-se-lhe ser da intenção do congresso, que permanecesse a bordo até chegar a deputação das cortes. Não obstante semelhante successo, tão desejado como era pela nação, o mesmo congresso pareceu ter caprichado em

não dar apreço, entrando como em caso ordinario na
 discussão da ordem do dia, que era a eleição dos conselhei-
 res d'estado, dos quaes el-rei havia de escolher oito d'entre
 os vinte e quatro nomes, que pelas côrtes lhe haviam de ser
 propostos. Duvidando-se, ou de boa ou de má fé, que a nau
 podesse dar fundo antes das duas, ou das tres horas da tar-
 de do dia 3, o que tornava impraticavel o desembarque
 naquelle mesmo dia, facto que se constituiu em novo mo-
 tivo do nenhum apreço em que as côrtes tinham a chegada
 de el-rei, dizendo-se que elle se resentira d'isto, por se ver
 obrigado a ficar a bordo por mais um dia; o que lhe fez sup-
 por que o congresso se receiava de que desembarcasse na
 tarde em que chegára ao Tejo, assentou-se que só no se-
 guinte dia 4 poderia vir para terra.

Com esta frieza das côrtes para com el-rei contrastou por
 notavel maneira a agitação do espirito publico, sobretudo en-
 tre os absolutistas, que passaram logo a fallar em reacções
 contra o systema liberal. Mas ou houvesse já, ou não para ellas
 algum projecto, o que se viu foi que a regencia, usando dos po-
 deres illimitados de que estava revestida, tomou todas as pro-
 videncias ao seu alcance para manter a ordem, de que resultou
 passar-se o resto do dia 3, e a noite que se lhe seguiu sem alte-
 ração alguma do socego publico. Junto do caes das columnas
 tinha o senado da camara mandado levantar duas grandes
 barracas, uma de cada lado do mesmo caes, ambas ellas aceia-
 damente mobiladas, e para ellas entrou pelas dez horas da
 manhã do dia 4 o referido senado com alguns dos emprega-
 dos da sua repartição, alem de outros mais cidadãos de certa
 graduação e jerarchia. destinados todos a esperar ali o des-
 embarque de el-rei. O caes estava até junto do mar coberto
 de alcatifas e flores. O Terreiro do Paço, desde o mesmo caes
 até á rua Augusta, achava-se todo areado n'uma largura igual
 á do referido caes. Por igual modo se achavam as ruas por
 onde el-rei tinha de passar para se dirigir á sé, e portanto
 arcadas e cobertas de flores, murta e louro. Todas as janel-
 las dos predios dos respectivos edificios se viam ornadas
 com sedas escarlates, em conformidade da ordem que sobre

este ponto tinha dado o sênado da camara. A sé estava ricamente armada de damasco, velludo, prata e ouro; uma escolhida musica, composta das melhores vozes e instrumentistas da capital, se achava n'ella esperando o monarcha para entoar o solemne *Te-Deum*, a que elle, em acção de graças pela sua chegada, tinha de ir assistir. Desde o caes até á mesma sé corriam duas alas de infantaria por entre as quaes el-rei havia de passar. Differentes partidas de cavallaria enchiam o Terreiro do Paço, havendo outras ás bôcas das ruas, para manter o socego, e desobstruir a passagem dos trens que a podiam embaraçar.

Desde a madrugada do dia 4 as galerias da camara, as suas immediações, e até mesmo as ruas proximas das Necessidades, achavam-se atulhadas de gente de todas as classes, quer para ver o juramento, quer para ver el-rei na sua passagem para as côrtes. O congresso reunira-se á hora costumada, dando-se-lhe conhecimento de que sua magestade designára as dez horas da manhã para a recepção da deputação das côrtes, e as quatro horas da tarde para o seu desembarque. Esta segunda communicação desagradou ao congresso, o qual, para mais humilhar el-rei, mandou participar ao secretario d'estado dos negocios do reino, para lhe fazer constar a necessidade de se cumprir o decreto por que se havia ordenado que o desembarque fosse feito antes do meio dia, passando depois d'isto á ordem do dia, que era a continuação da eleição para o preenchimento dos conselheiros d'estado. Dizia-se que a rainha tinha já cercado seu marido durante a viagem de agentes e espiões, pelos quaes foi informada de que se havia discutido entre elle e alguém dos do seu conselho um plano para derribar a constituição, substituindo-a por uma carta, decretada e concedida por elle mesmo, a qual seria acompanhada de uma amnistia para todos os que tivessem promovido ou auxiliado a revolução, e que até se havia chegado a fazer saudes a esta contra-revolução e á innata clemencia de el-rei. Ou isto fosse verdade ou não, disse-se que semelhante circumstancia foi bastante para que a rainha, que seguia sempre o partido contrario ao do sen.

esposo, se declarasse favoravel aos partidistas do novo regimen, mostrando-se-lhes affecta por occasião da apresentação da deputação das côrtes, quando a foi comprimentar, depois de ter feito igualmente a el-rei os seus cumprimentos. Disse-se mais que por tal occasião teve ella o desacordo de se lhe queixar dos maus conselhos, que haviam dado a el-rei seu marido, e das más disposições em que elle estava a seu respeito, fazendo assim valer perante a dita deputação as sympathias, que ella sempre tivera pela constituição de Hespanha, a fim de lhe fazer crer que as mesmas sympathias nutria a respeito d'aquella, que as côrtes portuguezas houvessem de fazer. Já quando a noticia da revolução de Portugal chegou ao Rio de Janeiro, ella mostrou grande contentamento por julgar que D. João VI, dirigido pelos embaixadores das potencias alliadas, não daria jámais o seu consentimento á nova ordem de cousas, em cujo caso havia resolvido sair furtivamente do Rio, com o fim de vir em Lisboa apresentar-se ás côrtes, para d'ellas receber a regencia; mas a verdade do que se passou sobre isto de certo nos não é conhecida, para com segurança a podermos apresentar ao leitor.

Sabedor como el-rei foi da determinação do congresso, quanto á hora do desembarque, e receiando contrarial-o, modificou a sua tenção, conformando-se com o decreto das côrtes sobre este ponto, aceitando a par d'elle todos os mais que ellas haviam publicado, não obstante o desaire que lhe infligiam, e em conformidade com isto decidiu-se a vir para terra, logo que chegasse a respectiva deputação, a qual effectivamente compareceu a bordo da nau pelas dez horas da manhã do citado dia 4, sendo recebida por el-rei com todas as honras devidas ao alto papel que representava. Estando D. João VI de pé, o arcebispo da Bahia, D. Vicente da Soledade, presidente da citada deputação, lhe dirigiu um discurso congratulatorio, dizendo-lhe: «Senhor: Designado pelas côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, para vir com meus companheiros render a vossa magestade o fiel testemunho do nosso amor e veneração; no

feliz momento em que vossa magestade volta ao seio de seus saudosos subditos de Portugal, para cooperar com elles na magestosa obra da sua regeneração politica, tal é, senhor, a multidão de idéas, que este successo desperta em meu espirito, que eu quizera antes ficar em silencio respeitoso e admirador. Se trago á memoria os pasmosos successos dos quatorze annos precedentes, tristes e dolorosos uns, cuja recordação ainda hoje é capaz de fazer em nossas corações um susto mortal; faustos e alegres outros, em cuja lembrança ainda agora nós saboreámos, como então serviriam de temperar nossas amarguras, eu não passo, senhor, deixar de ver n'esta longa cadeia de bens e malês, que alternadamente nos cercam, os effeitos de uma providencia particular e adoravel, que velando sobre Portugal, e sobre a augusta dynastia dos seus reis, quando os deixava chegar á borda do precipicio, era sómente para lhes estender a sua mão omnipotente e os salvar. Mas quando em particular considero a vossa magestade no presente momento, em que, depois do longo retiro de quatorze annos, vejo a vossa magestade, salvo de tantos perigos, voltar tranquillamente a estas praias, que tanto então saudosas e enlutadas o viram entregar-se aos mares' procellosos, quanto hoje serenas e risonhas se alongariam, se possivel fosse, até aqui, apinhadas de exultante povo, para dar-lhe uma passagem triumphal, e collocar-o no antigo e melhorado throno dos seus maiores; quando reflecto nos ponderosos motivos que decidiram a incerteza da fluctuante alma de vossa magestade a regressar ao solo portuguez, seu berço; assim como antiga séde do seu throno, com o grande fim de accelerar e solidificar a nossa regeneração politica, por meio de uma constituição liberal, que fará a felicidade da nação portugueza; é então, senhor, que meu peito transcende os breves limites da sua esphera, e que eu extasiado tomo em meus labios a phrase angelica no momento da regeneração espiritual do mundo corrompido: *Gloria a Deus nas alturas, paz e felicidade a todos os portuguezes, que têm uma vontade recta e anante da justiça.*

«Tal é, senhor, o particular respeito debaixo do qual a nação portugueza contempla hoje a vossa magestade, e o proclama coberto de uma gloria superior a toda a gloria de seus augustos predecessores, e que eclipsa o falso brilho dos conquistadores. Dilatar e segurar os limites de um vasto imperio á força de armas, e levantar um throno forçado sobre montões de cadaveres e ruinas, seja essa a vã gloria de um rei guerreiro, que ordinariamente degenera em despota e oppressor dos povos que subjugou; seja essa a funesta gloria dos Alexandres e Napoleões, que fizeram a admiração e terror dos seus seculos, e mereceram a execração dos seguintes. Muito superior, e sómente solida, é a gloria de um rei docil e pacifico, qual vossa magestade, que triumphou dos longos habitos, que tanto haviam depravado a difficil-tosa arte de governar os povos; rasgou a venda que offuscava suas vistas rectissimas; separou de si aquelles que entorpeciam o rigor das leis e lhe substituiam o arbitrio, o capricho, o interesse e o feroz despotismo; e restituído assim aos seus naturaes sentimentos de justiça, piedade e santo temor de Deus, se desce algum degrau do seu antigo throno, jurando-se rei constitucional, se eleva em outros muitos de gloria sua e felicidade nossa, unico alvo dos desejos e cuidados do rei, que é digno de o ser.

«Taes são, senhor, as ricas insignias de que vossa magestade, apresentando-se hoje adereçado, annuncia á nação portugueza a mais solida felicidade. Em uma mão a constituição, na outra a firme balança da justiça, eis-aqui os brilhantes caracteres com que vossa magestade paga hoje a nossa constante saudade, e merece de todos nós os mais firmes sentimentos de respeito e amor á sua sagrada e inviolavel pessoa. Porque em verdade a constituição que outra cousa é senão o codigo das leis fundamentaes por que uma nação deve ser governada, a expressão geral da sua vontade, que fixa os inviolaveis direitos dos cidadãos, põem-nos a coberto da violação d'esses direitos, enfreia o despotismo, soffoca a arbitrariedade, e segura a felicidade publica, quanto é compativel com a condição das instituições sociaes? Pois a jus-

tiça, senhor, quem duvida ser ella a unica base d aquella felicidade, bem como o mais firme apoio dos thronos, sempre vacillantes, quando sustentados pela força? Logo, na que sómente estas armas emprega no governo do reino, e ao seu throno a mais firme estabilidade, faz a felicidade da nação, não menos que a sua, dorme tranquillo sobre a incontestavel fidelidade de seus subditos, a lei o torna inviolavel, o crime o teme, a virtude o ama, e identificado em um só interesse com a massa do seu povo, faz as delicias do seu seculo, e superior ás vicissitudes dos tempos e das facções, leva o seu nome glorioso á mais remota posteridade.

«Quão acertado foi portanto o conselho de vossa magestade em se unir a nós na grande obra que a nação precipitou, impellida de toda a especie de oppressão em que gemia, e que a ia precipitar no abysmo da anarchia, ou da guerra civil! A declaração de vossa magestade foi o remedio saudavel de tantos males e de tantos perigos. *O rei o quer*, exclamam todos, *quando elle é bom e digno de nos governar!* *O rei jura a constituição, reconhece nossos direitos, somos cidadãos, somos livres, e ficam salvos os legitimas direitos da monarchia.* Ditosa voz que traz os espiritos á concordia, arranca os escrúpulos, une em um ponto central o portuguez e o brasileiro, o insulano e o continental! Grande arte de ganhar os animos, terminar discordias, estancar sangue, assimillar o rei da terra á imagem da divindade, e fazel o mais do que nunca credor ao respeito e amor dos povos!

«Eu portanto, senhor, como membro da presente deputação, e orgão que me tocou ser do soberano congresso das côrtes, e por ellas de tres milhões de leaes portuguezes, felicito primeiramente a vossa magestade e a toda a sua real familia pela prospera viagem, que o senhor dos mares lhe concedeu, e pelo melhor estado da sua preciosa saude, sem que possámos esquecer-nos do principe e da princeza real, cujas virtudes fazem as melhores esperanças da nação. Em segundo logar, offerecendo o nosso respeito e inviolavel fidelidade a vossa magestade e á serenissima casa de Bragança, lhe apresentamos o mais apurado fructo dos nossos

trabalhos, as bases da constituição politica da monarchia portugueza, em que vossa magestade verá com prazer estabeuidos os mais solidos principios da nossa regeneração, porque é mantida a santa religião dos nossos paes, a dynastia da casa de Bragança e os inauferiveis direitos de vossa magestade e dos cidadãos. O solemne juramento em que vossa magestade no Rio de Janeiro adheriu aos referidos principios, foi o feliz ensaio d'est'outro, que a nação hoje reclama de vossa magestade, como ratificação do primeiro, e pelo qual ainda mais, se possivel é, se vincularão os corações de vossa magestade e dos cidadãos portuguezes; e os votos de uma nação eminentemente leal e briosa, unidos aos do seu rei, que tão digno se mostra de o ser, darão ao mundo admirado o perfeito exemplar do melhor dos povos e do melhor dos reis». A este discurso, que sua magestade ouviu com agrado, respondeu elle: *Que da sua parte nenhuma falta haveria em se cumprir tudo que pelas côrtes fosse determinado; que desejava trabalhar de acordo com ellas, para quanto fosse da felicidade dos povos, e que para fazer esta felicidade, e se unir á causa da nação, viera com muito gosto do Brazil.*

El-rei pouco depois do meio dia saiu effectivamente de bordo da nau para a real galeota, acompanhado de seu filho e neto, os infantes D. Miguel e D. Sebastião, chegando pela meia hora ao caes das columnas, no Terreiro do Paço, acto que se annunciou por novas salvas de artilhéria no castello e embarcações de guerra. A este tempo estava o senado da camara formado na lage do dito caes, achando-se acompanhado por muitos ministros e cidadãos, affluindo tambem para ali um grande numero de pessoas notaveis de diferentes classes e jerarchias. Aprozada que foi a real galeota ao ponto do desembarque, o mesmo senado, largando as varas da governança municipal, dirigiu-se ao encontro do monarcha, logo que poz os pés em terra, e d'elle se approximou o vereador José de Abreu Bacellar Chichorro, indo adiante pelo seu lado esquerdo o primeiro procurador da cidade, Antonio Felix de Mendonça Arraes e Mello, e do di-

reito o vereador das obras d'ella, o desembargador Luis de Azevedo Continho, levando na mão direita alçadas das chaves de prata douradas, primorosamente obradas, nas quaes se viam levantadas em relevo as armas da cidade. O citado vereador, buscando então chamar-lhe a sua attenção, lhe disse que estava ali o senado da camara para lhe fazer as devidas ceremonias, e reparando el-rei no que se lhe dizia, o mesmo vereador, que tinha na mão direita alçadas as citadas chaves, para lh'as entregar, acrescentou: «Senhor! (Ao ouvir isto el-rei tirou o chapéu, que depois tornou a pôr na cabeça.) A cidade, pela mão do senado da camara, seu representante, tem hoje o inexplicavel gosto de entregar nas reaes mãos de vossa magestade as chaves das suas portas, e com ellas as dos seus corações, e eu, a quem a sorte conferiu esta honra, contarei sempre este instante pelo mais feliz da minha vida». O dito conselheiro ajoelhou então, beijou as chaves e as entregou a el-rei, que as recebeu com todas as demonstrações de agrado e satisfação. Depois lhe beijou a mão, acto que igualmente praticaram pela sua parte todos os mais vereadores e pessoas que ali se achavam.

Findos estes cumprimentos, el-rei entrou debaixo de um riquissimo pallio de setim branco, bordado a oiro, que o senado ali tinha prompto para este acto, sendo os vereadores os que lhe pegaram nas varas. Por este modo foi conduzido até junto do coche, que se achava a pouca distancia do caes. O coche era puxado por seis formosos urcos, e n'elle se metteu D. João VI com os ditos seu filho e neto, que adiante d'elle tomaram assento. O povo, que de todas as partes affluira ao Terreiro do Paço, era immenso, e os repetidos vivas que lhe saiam dos labios iam misturar-se com o estrondo das salvas de artilheria de terra e mar, bem como com o dos repiques dos sinos de todas as igrejas da cidade. Uma companhia de cavallaria seguia o coche, indo aos lados d'elle uma guarda de honra, composta de generaes. El-rei mandou andar devagar, para satisfazer os ardentes desejos que notou ter o povo de o ver e reconhecer, victoriando-o sempre com

repetidos vivas. O esplendor e aceio das ruas, a riqueza da sua ornamentação, e o brilhantismo das senhoras e homens, que por toda a parte enchiam as janellas, vendo-se igualmente atulhados de gente os passeios lateraes das mesmas ruas, tornavam este acto da passagem de el-rei o mais brilhante e pomposo possível. No meio de um tal applauso geral chegou elle ao largo da sé, aonde o senado da camara de novo o esperava, e recebendo-o ali debaixo de um outro pallio, o conduziu até á porta da igreja, onde os ecclesiasticos pegaram então nas varas e o conduziram para a capella mór. El-rei, tendo feito oração ao Santissimo, passou com os infantes a tomar logar na dita capella mór debaixo do respectivo docel. Findo o *Te-Deum*, que então se cantou, saiu sem pallio, conforme o costume, e entrou novamente no coche acompanhado dos infantes, sendo seguido pela guarda de cavallaria, tomando a guarda de honra o seu logar aos lados d'elle. Depois do mesmo coche seguiram-se os deputados das côrtes, e depois d'elles o senado da camara, indo cada vogal no logar que pôde haver. El-rei tomou pelas mesmas ruas por onde tinha ido para a sé, e chegando ao Terreiro do Paço, voltou para o largo do Pelourinho, rua do Arsenal, seguindo depois para as Necessidades. Chegado áquelle logar, foi entrar na sala das côrtes pelas cinco horas, sendo acompanhado até lá pelo senado. Por toda a parte do transito até áquelle logar viam-se igualmente duas alas de infantaria, havendo tambem pelas janellas e ruas uma immensidade de povo. A cidade illuminou-se por tres continuas noites, e o senado apresentou na frontaria do seu respectivo edificio mais de dois mil lumes; com musicas que tocavam alternadamente debaixo da arcada ¹.

El-rei ao entrar na sala das côrtes foi recebido pelos deputados vestidos de gala, estando n'ella reunidos em sessão permanente. O local despertou-lhe na imaginação assustada o tragico fim de Luiz XVI, segundo o que por muitas

¹ O edificio da camara era então aquelle onde hoje está a secretaria dos negocios do reino, no Terreiro do Paço.

vezes disse depois, occasionando-lhe esta lembrança um terror tal, que para não cair, necessario lhe foi encostar-se ao secretario João Baptista Felgueiras. As duas deputações, a da regencia e das côrtes, o seguiam, bem como os officiaes môres da real casa. Subindo ao throno, para occupar n'elle a cadeira que lhe estava destinada, o presidente do congresso, José Joaquim Ferreira de Moura, acompanhado pelos quatro secretarios, approximando-se do mesmo throno, apresentou ao soberano o livro dos Santos Evangelhos, para sobre elle prestar o seu respectivo juramento, o que elle fez conforme o formulario prescripto, que era do teor seguinte: «Eu D. João VI, por graça de Deus e pela constituição, rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves, juro aos Santos Evangelhos manter a religião catholica e apostolica romana, observar e fazer observar as bases da constituição, decretadas pelas côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, e a constituição que ellas fizerem, e ser em tudo fiel á mesma nação.» Findo este acto, acrescentou elle depois em voz mais baixa; *tudo isto é sincero, e eu o juro de todo o meu coração*¹. Concluido por este modo o juramento de el-rei, o presidente dirigiu-lhe um discurso, no qual lhe dizia que os representantes da nação portugueza, rodeando o throno do seu rei, e constituindo a lei fundamental do estado, seguiam grandes exemplos, renovando as brilhantes epochas da historia da nação, e apresentavam o indissolúvel laço, que devia unir os povos aos reis, e *vice-versa*. Que pela cerimonia d'este dia o nome de sua magestade se collocava a par dos memoraveis nomes de D. Affonso Henriques, D. João I e D. João IV; que este dia feliz tinha sido occasionado por males sobre os quaes se devia correr um espesso véu; que o juramento que acabava de prestar era recebido pela nação como um penhor da sua prosperidade futura; e finalmente que o sacrificio do interesse particular, feito ao interesse publico, era a clausula mais impe-

¹ *Historia de Portugal* de José Maria de Sousa Monteiro, vol. II, pag. 388.

riosa do pacto social. Concluido este discurso el-rei saiu da sala ao som dos mais geraes e prolongados vivas, e com o mesmo ceremonial com que tinha entrado ¹. Seguiu-se a isto annunciar o presidente das côrtes ter recebido uma falla por escripto de sua magestade, em resposta á que elle lhe havia dirigido, acrescentando que o soberano por muito fatigado a não podêra ler. Tendo o deputado secretario, João de Sousa Pinto Magalhães, observado que o regulamento da camara ordenava que similhantes fallas fossem lidas no congresso por um dos ministros de estado, assim se fez constar a sua magestade, que ainda se achava no palacio das côrtes, de que resultou vir o ministro dos negocios estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, ler effectivamente nas côrtes a falla em questão, a qual era do teor seguinte: — «Senhores deputados das côrtes d'estes reinos. — Se é natural a todo o homem bem nascido sentir um particular regosijo ao rever a casa patria, depois de haver estado por algum tempo d'ella ausente, qual não deve ser o jubilo de um principe, que ao cabo de uma larga ausencia de mais de treze annos se acha restituído á antiga séde dos seus augustos maiores, e saboreia a inapreciavel ventura de ser n'ella recebido com transportes cõrrespondentes ao affecto do seu paternal coração por toda a nação, ao mesmo tempo na pessoa dos seus dignos representantes, felizmente congregados e unidos pelo amor do rei e da patria n'este augusto congresso. Sim, senhores, eu estou persuadido que o puro amor da patria, desinteressado desejo do bem publico, e unanime concurso dos votos da nação, é quem vos conduziu e ajuntou no recinto d'esta assembléa, sobre que Portugal, a Europa, o mundo inteiro tem fitado os olhos, como aquelle de quem se espera a ditosa regeneração de um povo que, pelo seu valor, não menos de que pelas suas virtudes, occupa um dos mais distinctos logares nas paginas da historia.

«Ao receber a fausta noticia de que na antiga capital da

¹ Citada *Historia* de José Maria de Sousa Monteiro.

monarchia se iam reunir com effeito cidadãos conspícuos, por suas luzes e qualidades, designados pela opinião pública, e com plena liberdade escolhidos para salvarem a patria do imminente naufragio de que estava ameaçada em o pelago dos males, accumulados na longa serie de annos, desde o estabelecimento da nossa primitiva constituição, era impossivel que o vosso rei differisse por mais tempo o seu regresso ao berço original da monarchia; e que pela primeira vez um monarcha portuguez deixasse de ambicionar o reunir-se aos representantes da nação, para de commum accordo tratarem de acudir ás suas precisões, e assegurarem a sua prosperidade. Se fosse possivel caber em animos portuguezes a idéa de proscrever a monarchia, o vosso rei não encontraria nos dictames dos antepassados outra doutrina, senão a de abandonar, penetrado da mais viva magoa, a nação aos decretos da Providencia; mas os portuguezes (com doce satisfação o proclamo á face do universo), não se esqueceram um só instante de que eram portuguezes, cujo timbre foi sempre, e sobre tudo, o valor e lealdade. Protestando no acto da convocação d'estas côrtes que o edificio da nova constituição a que iam proceder assentaria sobre a immudavel base da monarchia hereditaria, que era na dynastia da casa de Bragança, e reiterando os juramentos de fidelidade, que no acto da minha acclamação ao throno dos meus augustos maiores me haviam sido unanimemente prestados por toda a nação; os povos sancionaram o principio fundamental de toda a monarchia constitucional, *que o exercicio da soberania, consistindo no poder legislativo, não pôde residir separadamente em nenhuma das partes integrantes do governo; mas sim na reunião do monarcha e deputados escolhidos pelos povos, tanto aquelle, como estes, para formarem o supremo conselho da nação, a que os nossos maiores têm designado pela denominação de côrtes, e ás quaes collectivamente compete o exercicio ordinario do poder legislativo, por maneira que se jamais o monarcha assumisse a si o exercel-o, sem camara de deputados, se reputaria o governo degenerado em despotismo, bem como passaria ao estado não menos monstruoso de ochlocracia, se*

a camara dos deputados intentasse exercitar ella só o poder legislativo.

«Penetrado pois d'estes incontestaveis principios de direito constitucional das nações, logo que chegou ao meu conhecimento acharem-se eleitos pelos povos d'este reino de Portugal os deputados, que os deviam representar em côrtes, resolvi partir sem demora, e occupar n'ellas o eminente posto em que, pelo reconhecido principio de successão hereditaria do throno, aprouve á Providencia collocar-me. Não sendo porém compativel com o bem geral da monarchia fazer regressar do Brazil para a Europa a sêde do governo, sem primeiramente lançar as necessarias disposições, para que a união dos dois paizes e a marcha dos negocios n'aquelle reino não soffressem alteração até ao estabelecimento da futura constituição, procedi a dar as providencias, que a esse fim me pareceram conducentes, e de que aos meus ministros e secretarios de estado tenho ordenado vos façam uma circunstanciada relação, o que concluido, passei sem perda de tempo a reunir-me com os representantes dos povos, a fim de procedermos de acordo, e animados de igual patriotismo, ao importante trabalho, que emanando do seio d'este supremo conselho, composto todo de pessoas a esse fim chamadas pela espontanea e livre escolha da nação, e já de antemão todos e cada um tem jurado cumprir e executar como actos emanados de uma auctoridade, cujos legitimos poderes nem pelos nacionaes, que lh'os conferiram, nem pelos estrangeiros, que para isso são incompetentes, lhes podem ser contestados.

«Vós sabeis, pela participação que logo vos mandei fazer pelo meu ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, como o primeiro passo que dei na carreira do governo constitucional, que entendo me cumpria abraçar para o bem geral dos povos, foi o de prestar em meu nome, e de fazer prestar pelas pessoas da minha real familia, exercito e povos do estado do ultramar, aquelle mesmo juramento de adherencia á vontade geral da nação, legitimamente expressada por estas côrtes, ás quaes determinei enviassem

deputados escolhidos pela fôrma e maneira adoptada n'este reino. Brevemente representantes de todos aquelles estados se virão reunir a esta augusta assemblêa, e na fôrma do seu juramento concorrerão connosco, em nome dos seus constituintes, para a grande obra que deve estreitar os vinculos da inalteravel união de quantos se gloriam de possuir e merecerem o nome de portuguezes em todas as quatro partes do mundo. Orgãos dos meus puros sentimentos e dos sinceros votos, que em todo o decurso do meu governo tenho feito pela prosperidade da monarchia, os meus ministros de estado vos exporão sobre cada um dos objectos que se houverem de tratar o que eu, tendo unicamente em vista o bem geral da nação, entender que cumpre fazer-vos conhecer, ou observar, a fim de concluirmos, o mais breve que ser possa, o importantissimo trabalho que havemos emprehendido.

A primeira parte d'este discurso foi ouvida com bastante attenção e jubilo; mas não aconteceu assim á parte acima sublinhada, em que se reflexiona sobre os perigos do exercicio do poder legislativo, quando restricto sómente á camara dos deputados. Este ponto de direito constitucional, desconhecido então pelos legisladores das bases da constituição decretadas, excitou murmurações, resolvendo-se mandar o discurso á commissão de constituição, para sobre elle apresentar o seu parecer na primeira sessão. Pouco depois uma mensagem de el-rei veio propor ao congresso, se era do seu agrado que a nomeação dos ministros se differisse para o seguinte dia, ou se preferiria ficar em sessão permanente até se realizar a nomeação: o congresso escolheu a segunda d'estas proposições. Às oito horas e meia da noite chegou a nomeação feita por el-rei, em que se designava, para ministro do reino, o almirante Ignacio da Costa Quintella; para ministro da guerra, o marechal de campo Antonio Teixeira Rebello; para ministro da fazenda, o almirante Joaquim José Monteiro Torres; e para ministro dos estrangeiros, o segundo conde de Barbacena (Francisco Furtado de Castro do Rio e Mendonça). A esta participação seguiu-se expedir o congresso o decreto pelo qual declarava haver sua magestade

assumido o poder executivo, e dever ter logar a extinção da regencia, louvando-se-lhe o zelo e a dedicação com que desempenhára as suas respectivas funções. No seguinte dia 5 escolheu el-rei d'entre as vinte e quatro pessoas, que as côrtes lhe propozeram para conselheiros de estado, as oito que deviam compor o respectivo conselho, recaíndo a escolha no primeiro conde de Penafiel (Manuel José da Mata de Sousa Coutinho), no segundo conde de Sampaio (Manuel Antonio de Sampaio Mello e Castro Torres e Lusignano), no bispo de Vizeu, D. Francisco Alexandre Lobo, (que se escusou, sendo substituído alguns dias depois por Anselmo José Braamcamp), em José Maria Dantas Pereira, João Antonio Ferreira de Moura, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, e José de Mello Freire. Quanto ao parecer dado pela commissão da constituição sobre o ponto de direito constitucional, contido no discurso da corôa, a camara, discutindo-o no sobredito dia 5, mostrou-se em geral opposta ás expressões do ministro, tendo-as por contrarias ás bases da constituição. Debalde as pretenderam desculpar os deputados moderados, pois a decisão do debate foi que o discurso se não imprimisse, sem precederem conferencias com o ministro, Silvestre Pinheiro; e como as modificações que este propoz se não conformassem com as idéas de alguns deputados, conveiu-se em que se representasse a sua magestade, que no discurso recitado em seu nome se achavam expressões contrarias aos principios sancionados nos artigos 21.º, 23.º e 27.º das bases da constituição, que reservavam exclusivamente para as côrtes geraes a representação nacional e o exercicio do poder legislativo.

Similhante admoestação, dada ao throno por tão injusta e indecorosa maneira, aliás tão contraria aos principios do direito constitucional, hoje bem reconhecidos, fez com que el-rei respondesse ás côrtes em 14 de julho n'uma carta official do ministro do reino, dizendo-se n'ella: «que tendo sua magestade jurado as bases pelo modo mais legal e indistincto, não podia ser da sua intenção que houvesse no seu discurso expressões, ou idéas que não fossem de accordo e conformes com as mesmas bases e o seu juramento, e

que se algumas havia a que se podesse dar diversa intelligencia, era contraria á sua intenção, pois que só era da sua vontade approvar os principios politicos, adoptados pelas mesmas bases. . . » Com esta resposta as côrtes deram-se por satisfeitas, entendendo que o que se notou de menos conforme aos principios constitucionaes no discurso de sua magestade, se devia attribuir ao curto espaço de tempo em que se arranjára, e á difficuldade de se poderem bem conhecer as formulas mais adaptadas ao novo systema politico. Tal foi o imprudente e até injusto desaire por que o congresso fez novamente passar o monarcha, logo no primeiro acto da sua apresentação em côrtes. Muito bem se sabia que a falla era obra do ministerio, e que indo ser substituido, como foi, nem ao menos valia a pena de que elle se fizesse alvo das queixas, que as côrtes d'elle tivessem por tal motivo. Felizmente D. João VI era reconhecidamente bondoso, e posto que isto podesse occasionar com rasão graves desintelligencias entre elle e o congresso, não succedeu assim, relevando pelo seu genio brando, não só esta, mas até mesmo outras mais decisões das côrtes, que não podiam deixar de o sensibilisar, e talvez mesmo de seriamente o offender. Foram por certo estas tão funestas imprudencias, não sómente causa da independencia do Brazil, mas até mesmo do crescido numero que por si já ia tendo o partido absoluto, ao qual semelhantes demasias deram força bastante para attentar contra o governo liberal, que por fim conseguiram supplantar com applauso real ou apparente da maioria da nação, como adiante veremos.

Deve porém observar-se que as expressões que se tornaram o alvo do reparo das côrtes, que o ministerio lhes dirigira, não foram inseridas n'elle por mera casualidade; mas foram o resultado das duvidas que durante a viagem, que el-rei fez do Brazil para a Europa, se suscitaram a bordo da nau em que vinha, quanto ao modo por que se deveria conduzir em cada uma das hypotheses, que se figuravam por parte das côrtes para com elle, como se prova da exposição dirigida ao conde de Palmella pelo ministro de estado, Silves-

tre Pinheiro Ferreira, pedindo-lhe o seu parecer sobre tal assumpto ¹. Expunha-lhe elle que, tendo sua magestade sido servido declarar, pelo seu decreto de 24 de fevereiro de 1821, adherir á constituição que fizessem as côrtes geraes da nação, convocadas em Lisboa, era necessaria consequencia d'isto partir elle sem perda de tempo para o respectivo congresso, a fim de occupar n'elle o logar que tinha a desempenhar, entendendo que n'uma monarchia mixta, como a que a nação tinha votado, *o poder legislativo não podia deixar de se compor da deputação nacional e do monarcha*; mas como as côrtes já antes da sua chegada, não só tinham legislado sobre tudo quanto lhes aprouve, mas até haviam assumido o poder executivo, posto se achasse confiado a uma regencia, era para receiar que apparecesse alguma duvida sobre o modo por que el-rei seria por ellas considerado e recebido. «Cessará o congresso, perguntava Silvestre Pinheiro, de praticar actos do poder executivo, como até agora fazia, logo que sua magestade chegue a Lisboa? Cessando, como se deverá haver sua magestade no exercicio d'aquelle poder? Adoptará o methodo que agora ali se segue de leis provisórias, e medidas occasionaes, conformes a uma constituição mental, e ainda não formada, e apenas vagamente concebida? E quando approve o que se tem feito, deverá governar na fôrma das antigas leis, usos e estylos? Suppondo pois, o que é possivel, que o congresso queira continuar a fazer actos do poder executivo, como se poderá isso combinar com a presença de sua magestade? E no caso d'elle cessar de os exercer, como ha de sua magestade conformar a marcha do seu governo ao ideal da constituição dos coripheus do congresso? Ha de ouvil-os em cada discussão? E nos casos em que houver collisão de idéas, ou defeito de intelligencia?

Alem de outras interrogações fazia mais as seguintes: «Qual é a parte que sua magestade ha de ter na futura constituição? Será mero espectador, como qualquer do povo,

¹ Primeiro volume dos *Despachos* do duque de Palmella, pag. 193

sem ao menos ter tido, como qualquer do mesmo povo, parte na eleição dos deputados? Será collaborador? Mas vota a questão do como, e com que effeito: com voto absoluto, ou meramente suspensivo? Se absoluto, quaes não são as consequências a receiar, sempre que os deputados virem rejeitadas pelo *velo* as suas propostas? Se unicamente se deixa a sua magestade um *velo suspensivo*, cessa o monarcha de ter parte no poder legislativo; no momento em que sem elle, e apesar d'elle, vá avante a lei feita pelo congresso, é este o legislador: e n'esse momento a fôrma de governo, de monarchia mixta que era, e que os deputados traziam como clausula expressa em sua procurações, que a nação sua constituinte queria que fosse, acha-se convertida em pura democracia. Entretanto a probabilidade é que o *velo* meramente suspensivo, considerado pelos publicistas da moda como um dos principios mais liberaes da constituição hespanhola, será um dos que o nosso congresso conservará com mais affetto, não devendo a nossa ser menos liberal, antes mais, se poder ser. Mas a nação não jurou, nem quer a constituição que fizer o congresso; porém sim e tão sómente a que fizerem as côrtes; e as côrtes não são nem o congresso sem o rei, nem o rei sem o congresso. El-rei jurou observar e fazer observar a constituição que fizessem as côrtes convocadas em Lisboa, e ellas eram-o na fôrma das suas procurações para trabalharem como côrtes monarchicas e não democraticas; isto é, para o poder legislativo, n'essas leis fundamentaes que se tratava de fazer (e para nenhumaes outras vinham os deputados auctorizados), residir individualmente n'ellas e no rei collectivamente. Porém quaes serão as intenções do congresso a todos estes respeitos? Que tem de fazer sua magestade, se elle se achar determinado a abraçar aquelle partido, posto que erroneo, e incompativel com os seus juramentos, com os da nação, e com os de el-rei, com tudo o que parece mais provavel que abracem?»

Apresentâmos aqui toda esta serie de duvidas e interrogações, para se ver até que ponto uma cabeça, tal como a do nosso famoso publicista, Silvestre Pinheiro Ferreira, se acha-

va dominada por theorias abstractas e philosophicas, dimando do principio da mais austera legalidade. Esta questão, em vez da grande complicação de causas, ou idéas com que elle a via, os deputados de 1821 a tiveram por muito simples. O seu principio fundamental era o da soberania do povo, da qual entendiam ter recebido latos e omnipotentes poderes no sentido de constituirem o novo edificio social, visto ter a revolução de 1820 destruido inteiramente o antigo. Com este fundamento o congresso de 1821, quer justa, quer injustamente, reputou-se constituinte, tendo para si como soberano (por effeito de representante do povo), que a constituição que houvesse de fazer obrigava, tanto a nação, como o imperante, não podendo este rejeital-a, ou pôr-lhe o *veto*. Esta prerogativa do *veto* em *absoluto* não lh'a quizeram dar nas leis, entendendo que a dar-lh'a, ficava a camara sem a faculdade de legislar, reduzida sómente á sua iniciativa e discussão. Preoccupados portanto em demasia os deputados com semelhantes idéas, deram-lhe tão sómente o *suspensivo*, o que de facto equivaleu a privar-o do *poder legislativo*, já por não haver camara de pares que representasse o rei, e já porque as leis tinham de ir por diante, quer elle quizesse quer não, o que fez que as prerogativas da corôa cedessem o passo ás da democracia. O certo é que o conde de Palmella, prescindindo d'estas questões, que mais provavam agudeza de entendimento que conhecimentos praticos da materia, encarou-a já mais praticamente do que Silvestre Pinheiro, isto é, entendeu que a nova ordem de cousas em Portugal não provinha tanto da allegada ausencia do rei no Brazil, e dos erros da administração, como das tendencias do seculo em todos os paizes da Europa, para as idéas democraticas, e portanto que forçoso era adoptar os seguintes corollarios, tirados d'este seu modo de pensar.

1.º Que a adhesão, franca, leal e coherente de sua magestade ao systema da monarchia constitucional era indispensavel para assegurar a tranquillidade de Portugal e a conservação da sua corôa.

2.º Que a grande maioria da nação portugueza queria com

effeito a conservação da monarchia moderada, e sem duvida se conservava fiel á augusta dynastia de Bragança.

3.º Que não devia considerar-se a revolução de Portugal, uma d'aquellas em que a nação reassume radicalmente o exercicio da soberania (e era assim que os deputados de 1821 olhavam effectivamente a questão); e portanto que só o podia e devia ser como uma renovação, necessitada pelas circumstancias do pacto social, que existia mutuamente entre a nação e o rei, que ella não deixou um só instante de reconhecer como tal.

4.º Que a tendencia natural de um congresso nacional, reunido em Lisboa n'uma só camara, havia necessariamente induzir a formar uma constituição em que abundassem os elementos democraticos.

5.º Que não sendo essa tendencia conforme ao voto geral da nação, nem por conseguinte ao juramento que el-rei e esta prestaram, era justo que sua magestade antes de acceitar a constituição que lhe fosse apresentada, fizesse as objecções que julgasse convenientes aos artigos que fossem incompativeis com a conservação da monarchia; que sobre estes artigos entrasse em discussão, ou negociação com o congresso; e que no ultimo caso protestasse contra os que absolutamente lhe parecessem inadmissiveis, restando-lhe por fim o extremo recurso de appellar para o voto geral da nação, individualmente expressado.

6.º Que o contentamento que pela chegada de el-rei se havia de manifestar em Portugal deveria certamente servir de apoio para operar uma reacção ante-democratica a seu favor, comtanto que sua magestade se mantivesse firme na determinação de acceitar e conservar uma constituição liberal e moderada; devendo ter tambem a certeza de que um similhante systema de franqueza, aberta e declarada, lhe gran-gearia a opinião favoravel de toda a Europa.

No meio de todos estes pareceres el-rei tomou o expediente de ir acompanhando os successos que se lhe offerecessem. E não se deu mal com isso, limitando-se a observar religiosamente o primeiro dos precedentes quesitos, expediente

com que talvez evitou os males de uma guerra civil, que era natural trouxesse consigo a observancia do que se lhe aconselhava no 5.º dos citados quesitos. Por este systema adoptado por el-rei, em se conformar com as occorrencias da nova ordem de cousas politicas, resignando-se a não contrariar na mais pequena cousa as exigencias das côrtes, se constituiu definitivamente entre nós a primeira epocha da monarchia constitucional, ou a do primeiro estabelecimento do governo parlamentar em Portugal.

P. S. Não nos enganámos nas nossas conjecturas, quando na nota que se lê a paginas 584 do presente volume, duvidámos de que el-rei D. João VI dissesse a seu filho: *Pedro, se o Brazil se separar, antes seja para ti, que me has de respeitar, do que para algum d'esses aventureiros.* Pondo de parte o engano em que el-rei se achava, de que o principe seu filho o havia de respeitar, como posteriormente reconheceu tal engano, diremos que as referidas expressões, equivalentes, como são, ás que por nós foram mencionadas no texto da pagina em que se acha a referida nota, são as proprias que o mesmo principe inseriu n'uma carta, que com data de 19 de junho de 1822 dirigiu a seu augusto pae. Mas esta carta, o ministro da justiça, José da Silva Carvalho, a enviou ao soberano congresso em officio de 26 do seguinte mez de agosto, e n'elle capitulou taes expressões de *equivocação* por parte de D. Pedro, o que é o mesmo que dizer que faltou á verdade com similhante allegação, feita sómente para desculpar a sua rebellião. Vê-se pois que nos não enganámos, como acima dizemos, em as dar por uma ficção, tanto por parte do principe, como dos seus partidistas e aduladores, facto provado pelo citado officio de José da Silva Carvalho, fundado provavelmente no que lhe dissera el-rei.

de Chaumont, declarando-se em alliança contra elle, pag. 51. — Notável declaração dos plenipotenciarios do congresso de Vienna contra Buonaparte, 53. — O procedimento temerario d'este homem levanta logo contra si todas as potencias da Europa, e sobretudo por parte do principe de Metternich e lord Castlereagh, pag. 55. — Os soberanos das quatro grandes potencias, Russia, Prussia, Inglaterra e Austria passam de prompto a organizar os seus exercitos, e a tomar contra Napoleão as mais efficazes medidas militares, pag. 56 e 58. — Disposições bellicas tomadas pela Hespanha, pag. 59. — Os plenipotenciarios portuguezes no congresso de Vienna, rogados pelo duque de Wellington, declaram tambem Portugal comprehendido na alliança das grandes potencias, e obrigado a fornecer um contingente, que o mesmo duque fixara de 10:000 a 15:000 homens, pag. 60. — Os mesmos plenipotenciarios são chamados á commissão das oito potencias, e n'ella declaram acceder á alliança estipulada contra Napoleão, pag. 62. — Lord Castlereagh leva muito a mal que os governadores do reino pozessem duvidas em que o contingente portuguez embarcasse desde logo para a Belgica, pag. 63. — Os mesmos governadores do reino tratam pela sua parte de apromptar o contingente ajustado pelos plenipotenciarios portuguezes no congresso, não concordando porém em o deixar sair do reino, sem que para isso recebessem ordem do principe regente, pag. 64. — Rasões que provam o acertado procedimento dos mesmos governadores sobre este ponto, o que muito irritou o duque de Wellington, o governo inglez e o marechal Beresford, suppondo-se ser esta a causa por que o referido marechal se dirigiu pela primeira vez ao Rio de Janeiro, pag. 66. — Napoleão humilha-se perante os soberanos alliados, escrevendo-lhes cartas e fazendo-lhes protestações, que nenhum effeito produziram, pag. 68. — Murat, fazendo guerra á Austria, é vencido na batalha de Tolentino, sendo em tal caso obrigado a dirigir-se a Paris, onde Napoleão se negou a recebê-lo, pag. 70. — Relatorio feito pelo conselheiro Defermont, destinado a contrariar a declaração do congresso de Vienna, pag. 72. — A commissão das oito potencias, tendo conhecimento do citado relatorio, e de outras mais peças publicadas em Paris, nada mais fez do que confirmar o que já tinha dito na sua respectiva declaração, e portanto insiste em ter Napoleão como inimigo implacavel do bem publico, não podendo merecer fé o governo por elle estabelecido, pag. 73.

Capitulo II — Perdidas como foram por Napoleão as esperanças de se congraçar pela diplomacia com os soberanos alliados, preparou-se finalmente para a guerra com elles, indo para este fim apparecer ao seu exercito, postado no Sambre, onde ganhou aos prussianos de Blü-

her, no dia 16 de junho, a batalha de Ligny e Saint-Amand, dando ambem no mesmo dia a de Quatre-Bras a lord Wellington, na qual o marechal Ney não foi feliz. Não obstante isso lord Wellington, sabendo lo desastre de Blücher, e tendo por plano defender Bruxellas, foi no dia 17 tomar posição em Waterloo, para onde tambem se dirigiu Napoleão no mesmo dia 17, postando-se definitivamente no seguinte em frente do seu adversario, resolvido a aceitar-lhe uma batalha, a qual effectivamente começou pelas onze horas e meia da manhã do citado dia 18. Os francezes, acommettendo com arrojo o castello de Hougoumont, no flanco direito de lord Wellington, não poderam d'elle assenhorear-se, o que levou Napoleão a mandar atacar o centro da linha contraria pelo marechal Ney. A pertinacia d'este ataque foi longa, vendo-se lord Wellington em grande risco, de que a final foi livre com a aproximação das tropas prussianas de Blücher, circumstancia que fez decidir a batalha em seu favor, havendo grandes perdas de gente, quer por parte dos vencidos, quer dos vencedores, retirando-se aquelles para Laon, para onde tambem foi Napoleão, que de lá se dirigiu para Paris. Chegado a esta capital, e vendo-se n'ella abandonado pelos seus antigos partidistas, teve de abdicar novamente a corôa de França em seu filho, abdição que a camara dos pares lhe não reconheceu, sendo elle alem d'isso induzido a ir residir no palacio de Malmaison, d'onde passou a Rochefort, vendo-se n'uma e n'outra parte vigiado pela policia, com o fim de o não deixar sair de França. Escapados do desastre de Waterloo, se foram ainda reunir em Paris 60:000 francezes, aos quaes se deu por commandante o marechal Davoust, que de lord Wellington e Blücher se viu obrigado a solicitar um armisticio, chegados como estes generaes tambem foram áquella capital, da qual, pela condição do armisticio, o exercito francez teve de se retirar para o Loire. A entrada que os soberanos das grandes potencias do norte n'ella igualmente fizeram, seguiram-se novos ajustes de paz com o governo provisório, installado depois da abdição de Buonaparte. No meio d'estes acontecimentos Luiz XVIII entrou novamente em Paris, chamado por lord Wellington; nomeia o seu novo ministerio, e expede algumas ordenanças, contrarias aos buonapartistas. Ultimam-se os trabalhos do congresso de Vienna com o tratado de paz geral, em que todas as nações convieram, á excepção da Hespanha, tratado em que se contém alguns artigos relativos a Portugal, inchuindo-se n'elles a questão de Olivença. Entretanto Napoleão buscava em Rochefort sair para fóra da França, e não o podendo fazer pelo apertado bloqueio, posto por uma esquadra ingleza ás costas occidentaes da mesma França, foi voluntariamente entregar-se ao capitão Maitland, commandante da nau *Bellerophon*, que o conduz a Plymouth, d'onde muito lhe custou sair para Santa Helena, onde foi acabar os seus dias como prisioneiro de guerra, por ordem do governo inglez, pag. 75.

Synopse do capitulo

Napoleão, perdendo as esperanças da diplomacia se congraçar com elle, prepara-se para a guerra, recruta com incrível actividade, cuida em fortificar Paris e Lyão e outros mais pontos, ao passo que os arsenaes se fizeram trabalhar com toda a possivel actividade. Força do exercito francez, pag. 75.— O duque de Wellington foi o general que os alliados tinham pela sua parte de maior consideração, pag. 77.— A Belgica foi o ponto que o referido duque de Wellington se propoz occupar com o seu exercito, contando 92:000 homens; força do exercito russo, prussiano e austriaco; suas posições, pag. 78.— Composição do grande exercito francez, e commandantes dos differentes corpos em que se dividia, pag. 79.— Primeiras marchas e operações de Napoleão, e vantagens que consegue contra o exercito prussiano em 15 de junho, pag. 80 e 81.— Operações do dia 16, em que tiveram logar as duas batalhas de Ligny e Saint-Amand, e Quatre-Bras, sendo a primeira ganha por Napoleão, e a segunda por lord Wellington, pag. 82, 83 e 85.— Marchas effectuadas no dia 17, em que lord Wellington foi tomar posição em Waterloo; posição que Napoleão definitivamente tomou no dia 18 em frente de lord Wellington; marchas effectuadas pelo marechal Grouchy, pag. 86 e 87.— Descripção da posição de Waterloo, e posição dos exercitos contendores, pag. 89 e 90.— Juizos arbitrarios feitos por Napoleão nos seus planos de batalha; correios por elle mandados ao marechal Grouchy, e por elle recebidos d'este mesmo marechal, pag. 92.— Napoleão dá começo á batalha de Waterloo pelas onze horas e meia da manhã do dia 18 de junho, atacando o flanco direito de lord Wellington, pag. 93.— Contratempo experimentado por Napoleão com o apparecimento de um corpo de prussianos; desencontro e demora das ordens para Grouchy, pag. 95.— Ataque que lhe dirige contra o centro; contratempo que n'elle teve pelo apparecimento de um corpo de prussianos no campo da batalha, pag. 96.— Mau começo do ataque do centro feito pelo marechal Ney, e sua façanha posterior, pag. 97.— Os francezes, depois de um rijo combate, conseguem apoderar-se de Haya santa pelas quatro horas da tarde do citado dia 18, pag. 99.— Grande risco em que lord Wellington se achava por esta occasião, pag. 100.— Vigor do ataque feito pelos francezes na ala esquerda dos alliados e contra o corpo prussiano de Bulow, pag. 101.— Ultimo recurso que pelas sete horas da tarde empregou Napoleão, mas sem fructo, por ser n'esta occasião que o grosso das tropas prussianas de Blücher chegava ao campo da batalha, pag. 102.— O general prussiano, tomando aos francezes a herdade de Haya Santa e a de Papelotte, separando as tropas francezas de Lobau do grosso do seu exercito, deu causa ao grande terror dos francezes, pag. 103.— Perde Napoleão a batalha, durante a qual teve logar o celebre dito do

general Pedro Miguel, que ao ver a velha guarda do seu commando combater heroicamente, disse ao vencedor, *a guarda morre, mas não se rende*, pag. 103. — Grande perda dos exercitos contendores, pag. 105. — Realce da reputação e nome que esta batalha deu ao duque de Wellington, pag. 106. — Juizo critico sobre as causas que determinaram a sua perda, pag. 107. — Faltas attribuidas a Napoleão durante a citada batalha, pag. 108 a 111. — Prós e contras a respeito da conducta do marechal Grouchy, 111 e 112. — Reunião dos derrotados francezes em Laon, d'onde Napoleão marchou rapido para Paris, onde de novo abdicou a corôa de França em seu filho, o que a camara dos pares depois lhe não reconheceu; nomeação de um governo provisorio, pag. 114. — Os alliados decidem-se a marchar sobre Paris, onde ainda foram entrar 60:000 homens de tropas francezas, das quaes o marechal Davoust tomou o commando, contando-se alem d'elles 17:000 *federates*, sendo uns e outros empregados na defeza das linhas de Saint Diniz, pag. 115. — Napoleão vê-se induzido a sair de Paris para ir occupar o palacio de Malmaison, onde o aconselharam a partir de lá para Rochefort; commissão nomeada para negociar um armisticio com lord Wellington e Blücher, pag. 116. — Definitivo ajuste do armisticio; chegada dos alliados no dia 4 de julho a Neuilly e Saint Diniz; entrada em Paris de lord Wellington e Blücher, pag. 118. — Entrada de Luiz XVIII em Paris, e medidas que em seguida a isto adoptou, pag. 119 e 120. — Entrada em Paris dos imperadores da Russia e Austria, bem como do rei da Prussia; novos arranjos feitos com a França, estipulados pelos plenipotenciarios de Inglaterra e dos referidos soberanos, pag. 121. — Resistencia que n'algumas partes da França houve para se submeterem ao mando de Luiz XVIII, pag. 124. — Reducções feitas no exercito; exautoração dos titulos conferidos ultimamente por Napoleão; processos mandados fazer contra os generaes, e outros mais militares, que haviam trahido el-rei, depois do desembarque do mesmo Napoleão, figurando entre elles o nome do marechal Ney, pag. 125. — Males que comsigo trouxe a occupação feita em varios departamentos pelas tropas estrangeiras; contribuição de cem milhões impostos á França para seu sustento, e outros males inherentes a este estado de cousas, pag. 126. — Durante os successos da guerra paralisaram-se os trabalhos do congresso de Vienna, renovando-se depois d'ella concluida. A distribuição dos paizes que a França tinha de ceder aos alliados foi a questão mais grave do congresso; grande avidez que na sua partilha mostraram a Russia, a Austria e a Prussia. Modo por que se effectuaram as partilhas da Polonia e da Saxonia. Tratado geral de Vienna, pag. 128 e 129. — Juizo critico sobre a maneira por que tudo isto se fez. Consideração que os plenipotenciarios portuguezes tiveram no congresso de Vienna, pag. 130. — Rasões por que Portugal nada pôde ter nas partilhas que se fizeram, e de nem ao menos obter Olivença, pag. 132 e 133. —

Mais alguns esclarecimentos sobre a não restituição d'esta praça, 138 e 139. — Artigos do tratado de paz geral do congresso de Vienna, relativos a Portugal, e sobretudo á entrega de Cayenna á França, pag. 140. — Reclamações dirigidas pelos plenipotenciarios portuguezes á commissão do congresso, chamada das *reclamações*, pag. 143. — Menção dos bons serviços prestados ao paiz pelo conde de Palmella e seus collegas no congresso de Vienna: males que para Portugal trouxeram alguns dos nossos anteriores tratados, pag. 145 e 146. — Apontam-se os acrescimos que as grandes potencias do norte tiveram com o tratado de Vienna, cujos trabalhos se encerraram no dia 22 de junho de 1815, pag. 148. — Reflexões feitas sobre as medidas n'elle tomadas, 149. — Conducta egoista da Inglaterra, pag. 150. — Estabelecimento de um vigilante bloqueio, posto pelos inglezes ás costas maritimas e occidentaes da França para obstar á fuga de Napoleão para fóra da mesma França; ordens dadas a tal respeito ao capitão Maitland, commandante da *Bellerophon*, pag. 152 e 153. — Ordens dadas ás duas fragatas francezas, surtas na enseada da ilha de Aix; mallogro dos projectos ideados por Napoleão para sair de França, pag. 154. — Modo por que Napoleão se entregou voluntariamente á Inglaterra, sem condição, nem ajuste previo, 155 a 159. — Sua chegada áquelle paiz, e scenas por que elle ao principio passou, pag. 160. — Napoleão aterra-se ao ver nos jornaes que iria deportado para Santa Helena; decidiu-se que as grandes potencias podiam ter n'aquella ilha plenipotenciarios seus para vigiar a segurança de Napoleão, o que fez com que o conde de Palmella exigisse que Portugal pudesse tambem ter lá um plenipotenciario, pag. 161. — Communicou-se oficialmente a Buonaparte a sua ida para Santa Helena, pag. 163. — Maneira por que elle recebeu semelhante communicação, e relatorio dado sobre este assumpto por sir Henrique Bunbury ao seu governo, 164 a 170. — Juizo sobre o mau estado em que n'esta occasião pareceu achar-se a cabeça de Buonaparte, pag. 170. — Juizo para elle desfavoravel, quanto a sua coragem em occasiões de risco, pag. 171 a 173. — Juizo sobre outras qualidades d'este grande homem, pag. 174. — Napoleão submette-se finalmente a partir para Santa Helena, onde foi desembarcar em 15 de outubro de 1815, pag. 175. — Seu fallecimento, mencionado n'uma nota na pag. 176.

Capitulo III. — Enquanto em Portugal, concluida a guerra da península e acabadas as festas da recepção do exercito, se levantavam queixas contra os governantes, e no Brazil se baldavam as rogativas dos governadores do reino e as diligencias feitas pela Inglaterra para que o principe regente viesse da America para a Europa, o conde de Palmella tratava de obter que Portugal fosse contemplado com a quota proporcional na partilha dos 700 milhões de francos, impostos á Fran-

ça pelos alliados em 1813, e que o exercito portuguez fosse igualmente contemplado no valor dos despojos, tomados aos francezes durante a citada guerra da peninsula, e que o parlamento inglez havia votado para o seu exercito. Injustas exigencias feitas por lord Castlereagh, para que Portugal pagasse uma parte das despezas, que se fizeram com a construcção das linhas de Torres Vedras, bem como a importancia dos fardamentos e armamentos, que durante a mesma guerra a Inglaterra fornecêra ao exercito portuguez. O Brazil eleva-se á categoria de reino; fallece no Rio de Janeiro a rainha D. Maria I, subindo ao throno como rei de Portugal seu filho, o principe D. João, com o nome de D. João VI. Casamento em Hespanha de duas infantas portuguezas, filhas d'este soberano. A formal independencia que a antiga colonia hespanhola de Buenos Ayres consegue da sua respectiva metropole, occasiona ao Brazil a necessidade de mandar occupar alguns territorios na margem oriental do Rio da Prata, circumstancia que levou a Hespanha á propinquidade de querer invadir Portugal com os seus exercitos, e exacerbou consideravelmente a politica dos gabinetes das grandes potencias da Europa contra um tal procedimento, terminando a final esta questão pacificamente pelas diligencias empregadas para isto pelo conde de Palmella, e pelo seu projecto de um tratado entre Portugal e a Hespanha, pelo qual esta potencia restituiria Olivença a Portugal, e o Brazil entregaria á Hespanha os territorios que mandára occupar na margem oriental do Rio da Prata, pag. 177.

Synopse do capitulo

Acabada a guerra da peninsula e as festas da volta do exercito á patria, seguiram-se as intrigas, e juntamente com ellas as queixas contra os ministros, dos quaes nada de bom se vira, que se podesse ter como tal; queixas que por similhante motivo se fizeram tambem extensivas ao imperante, pag. 177. — Inutil rogativa feita pelos governadores do reino ao principe regente para voltar á Europa, pag. 179. — O principe regente de Inglaterra escreve uma carta de gabinete ao principe regente de Portugal, rogando-lhe tambem a sua vinda para a Europa, pag. 180. — Segunda carta do principe regente de Inglaterra para o principe D. João, e promptificação de uma esquadra ingleza, ida ao Rio de Janeiro para transportar o principe regente de Portugal para a sua patria, 182. — Nova recusa dada pelo principe D. João ao principe George, e continuação d'esta questão em vir do Brazil para Portugal, pag. 183 indo até 188. — Esta instancia do governo inglez não nos parece que fosse feita com vistas de verdadeiro interesse para Portugal, pag. 189. — O conde de Palmella reclama energicamente em Londres uma quota parte, proporcional na contribuição dos 700 milhões de francos, imposta á França, pag. 190. — Esforços empregados para que o exercito portuguez tivesse parte nos

sendo uma das mais notaveis o mau estado da fazenda publica, chegando ao ponto do marechal Beresford levar os governadores do reino a lhe fixarem regularmente a somma de 360:000,000 réis por mez para as despesas do exercito, o qual elle por então tratava de levar ao maior numero de praças possivel, recorrendo para este fim ao mais activissimo recrutamento, cousa que levantou no paiz um clamor tão forte e geral, que teve de se suspender, e como em Portugal não houvesse por então liberdade de imprensa, em Londres se publicavam dois jornaes, o *Correio Braziliense* e o *Portuguez*, constituídos em pregoeiros d'estas e de outras mais queixas que contra o governo se faziam. A este estado de cousas veio dar mais corpo o alarme geral, que causou em Portugal a noticia do desembarque de Napoleão em França em 1815, o que fez com que os governadores do reino pozessem em grande actividade a policia, para evitar algum rompimento que os descontentes premeditassem, e tanta mais razão tinham elles para isto, quanto por elles sabida era a ligação que havia entre os liberaes hespanhoes e os portuguezes. Chegado o mez de abril de 1817 teve logar a acclamação de el-rei D. João VI, ao qual por esta occasião os mesmos governadores do reino renovaram o seu pedido de voltar para Portugal. Este acto nem por isso poz cobro ao desgosto publico, que lavrava em Portugal e no Brazil, pois no referido anno rebentou em Pernambuco uma formal revolução, tendo por fim o pôr o mesmo Brazil independente de Portugal, constituido em republica; revolução que em breve foi suffocada pelas forças que da Bahia e do Rio de Janeiro contra ella marcharam. Portugal não estava mais isento de outros que taes successos. Boatos de graves tumultos em Inglaterra se espalhavam, a par dos de uma attitude hostil, que se dizia tomada pela Hespanha contra Portugal, dando-se igualmente com isto o saber a policia que alguns hespanhoes suspeitos havia em Lisboa, relacionados com o general Gomes Freire de Andrade e outros mais portuguezes. A grande indisposição que no paiz havia contra o marechal Beresford dava mais corpo á indisposição geral do mesmo paiz, de que resultou projectar-se em Lisboa uma revolução contra o governo existente, e a favor do estabelecimento de um governo parlamentar, revolução em que entrava o mesmo Gomes Freire; traidores que a denunciaram; prisão e processo dos conjurados; parte notavel que em tudo isto tomou o marechal Beresford; e finalmente sentença de morte, que se proferiu e executou nos individuos n'ella compromettidos, pag. 237.

Synopse do capitulo

Enquanto na America e na Europa se passava o que no precedente capitulo se relatou, o desgosto publico pelos males de que Portugal era victima lavrava em grande escala entre os portuguezes, pag. 237. —

pa, e apoio que prestava ás hostilidades da Hespanha contra Portugal, pag. 219. — Necessidade que a Hespanha tem de se ligar com a França; ascendencia que em Paris e Madrid tinham os respectivos ministros russos, e acatamento que ainda assim lhe merecia o gabinete inglez, pag. 221. — O embaixador hespanhol em Londres interroga por ordem da sua côrte lord Castlereagh sobre se a expedição do Brazil contra Montevideu foi ou não feita com a sua approvação, a que o dito lord respondeu pela negativa, pag. 221. — A Hespanha recorre effectivamente ao arbitrio da commissão das cinco grande potencias, para decidir a questão levantada contra o Brazil, commissão cuja maioria se não apresentava favoravel a Portugal, pag. 223 e 224. — A Inglaterra e a Austria tinham por então motivos para que as desavenças suscitadas entre a Hespanha e Portugal se não terminassem, sem que fosse por auxilio da sua intervenção, 225. — Nota dirigida pela commissão das cinco grandes potencias a D. José Pizarro, com data de 16 de março de 1817, louvando a moderação de sua magestade catholica, e pedindo-lhe que continuasse ainda por mais algum tempo n'este systema, até que do Rio de Janeiro viesse uma explicação sobre a sua conducta, pag. 226. — Á vista do exposto, a côrte do Rio de Janeiro commetteu ao conde de Palmella resolver esta questão pela maneira que julgasse mais conveniente, de que resultou ser o mesmo Palmella solicitado por lord Castlereagh para que formulasse em termos tão claros e conciliadores a sua nota, que tirasse todas as suspeitas de ambição por parte do seu governo, pag. 227. — Palmella formula pois a sua pedida nota a aprazimento dos ministros de Inglaterra, Austria e Prussia, pag. 229. — Mas a Hespanha não se contentava só com isto, pag. 230. — O Brazil, repugnando-lhe abandonar os territorios que mandára occupar na margem oriental do Rio da Prata, deu causa a acreditar-se não obrar de boa fé n'esta questão, pag. 231 e 232. — Lembra-se Palmella de solicitar da Hespanha a restituição de Olivença, commettendo a D. José Luiz de Sousa, nosso ministro em Madrid, o fazer esta reclamação, acrescentando-lhe que esta entrega poderia não se fazer desde logo effectiva, podendo não sómente Olivença ficar em poder da Hespanha até á entrega dos territorios da margem oriental, mas até mais alguns dos portuguezes da margem esquerda do Guadiana, pag. 233. — Finalmente para decidir esta questão resolveu-se Pamella a fazer um tratado, sancionado pelos plenipotenciarios das potencias medeadoras, segundo o qual o Brazil teria de entregar á Hespanha os territorios, que mandára occupar na margem oriental do Rio da Prata, e a Hespanha entregaria a Portugal Olivença, pag. 234.

Capitulo IV. — O grande desgosto publico pelos males de que Portugal estava sendo victima tinha poderosas causas que o determinavam

sendo Gomes Freire mandado vigiar na torre de S. Julião, pag. 280.— Sentença condemnatoria dos presos, e accordãos a ella relativos, pag. 283.— Sua execução e diligencia vã que se fez para salvar Gomes Freire do ignominioso patibulo da forca, pag. 285.— Impassibilidade com que o baixo povo viu a marcha funebre do executado, pag. 287 e 288.— Juizo critico sobre a sentença contra elles proferida, pag. 289 a 293.— Juizo sobre o infame papel dos denunciantes, pag. 294.— Juizo sobre a condemnação de Gomes Freire, pag. 295 e 297.— Participação feita a el-rei para o Rio de Janeiro pelos governadores do reino, pag. 299.— Males por que passou Gomes Freire de Andrade durante a sua prisão, pag. 300 a 304.— Curta biographia do referido Gomes Freire, pag. 305.

Capitulo V.— Tendo o governo do Brazil mandado occupar pela divisão de voluntarios reaes Montevideu e outros mais territorios da margem oriental do Rio da Prata, a Hespanha levantou por esta causa um clamor geral na Europa contra um tal procedimento, ameaçando invadir Portugal com o seu exercito, mediante o beneplacito da commissão das cinco grandes potencias, perante a qual expoz as suas queixas por similhante motivo. Levado dos receios das hostilidades da Hespanha e que o marechal Beresford tinha mandado proceder ao activo recrutamento de que já se fallou no precedente capitulo, e que tamanho desgosto causou no publico, não o determinando menos o saber-se que as tropas portuguezas, que estavam destinadas a ir contra a revolta de Pernambuco, foram mandadas para as cidades do Rio de Janeiro e Bahia. Receiosos como os governadores do reino estavam de que as sociedades secretas se aproveitassem para seus fins politicos do geral desgosto que havia no publico, conseguem que el-rei as mandasse prohibir, estendendo tambem esta medida aos dois jornaes portuguezes impressos em Londres, o *Correio Braziliense* e o *Portuguez*, chegando até a mandar pedir ao governo britannico a entrega do redactor d'este segundo jornal, tendo-o como culpado do crime de lesa magestade, o que não conseguiu. Tudo isto provava o grande receio dos governadores do reino, quanto ao apparecimento de alguma nova revolta, dando-lhes tambem logar para tal receio a ligação, que suscitavam haver entre os liberaes hespanhoes e os portuguezes. Effectivamente o desgosto publico era de grande monta no paiz, dando logar a haver partidistas da união da Hespanha com Portugal, alem de outros que aspiravam a querer mudar de dynastia, indo procurar soberano na casa de Cadaval. Mas por aquelle tempo na Inglaterra, França, e Allemanha, e sobretudo na Hespanha, o descontentamento publico era tambem consideravel, tentando-se n'este ultimo paiz varias revoltas, taes como a de Porlier na Galliza, a de Lacy na Catalunha, e uma terceira em Valencia. No meio d'estas occurrencias o

conde de Palmella trabalhava pela diplomacia em fazer mallograr os desejos da Hespanha em invadir Portugal, chegando ao ponto de formular um tratado, por meio do qual o Brazil entregaria á Hespanha Montevideu e os territorios, que mandára occupar na margem oriental do Rio da Prata, devendo a Hespanha entregar a Portugal Olivença. Para recuperar Buenos Ayres e os referidos territorios mandára o governo hespanhol organizar em Cadiz uma grande divisão expedicionaria. Algumas tropas que d'ella faziam parte tomaram o expediente de não quererem embarcar para a America, circumstancia de que os seus commandantes se serviram para com ellas acclamarem novamente a constituição de Cadiz, que el-rei D. Fernando VII teve por fim de jurar, restabelecendo-se assim novamente n'aquelle paiz o governo liberal, pag. 309.

Synopse do capitulo

Participações do intendente geral da policia para os governadores do reino, comprovativas do grande desgosto publico, sobretudo das queixas que havia contra o marechal Beresford por causa do activo recrutamento de que teve de desistir, e não menos contra a conservação dos officiaes inglezes no exercito, pag. 309.—Eram as disposições da Hespanha para hostilizar Portugal as causas do recrutamento ordenado pelo marechal Beresford, hostilidades filhas da occupação de Montevideu, mandadas fazer pela côrte do Brazil, pag. 311. — Irritação causada em Hespanha pelas noticias vindas da America, relativas ás operações das tropas portuguezas e brazileiras contra Montevideu, pag. 312. — A ida das tropas, que estavam destinadas para suffocar a revolução de Pernambuco, foi transferida por fim para o Rio de Janeiro e Bahia, circumstancia que fez augmentar mais o desgosto publico, pag. 314.— Apuros da fazenda publica, e empréstimos contrahidos em 1817 pelos governadores do reino, aggravados pelas despesas que occasionou a Portugal o casamento da archiduqueza de Austria, primeira esposa do principe D. Pedro, 315 e 316.— Representações feitas pelos governadores do reino contra as associações secretas, e alvará de 30 de março de 1818 que as prohibiu, pag. 317.— Representações feitas pelos mesmos governadores contra o *Correio do Brazilense* e o *Portuguez*, cujo curso mandaram prohibir, pag. 319.— Queixas contra um outro jornal de Londres, o *Investigador*, que foi tambem prohibido, pag. 321 e 322.— O governo do Brazil reclama do governo inglez a entrega do redactor do *Portuguez*, supplica que lhe não foi attendida, pag. 323.— Augmento da miseria publica e espantosa saída da moeda de ouro para fóra do paiz, pag. 324.— Notável officio dirigido a el-rei pelos governadores do reino, pintando o miseravel estado em que a fazenda publica por então se achava, pag. 325 a 336.— Justo receio que os mesmos governadores tinham do apparecimento de uma nova conspiração no paiz, 336. — Ligação dos liberaes hespanhoes com os portuguezes, e

crenças que havia em Portugal sobre a existencia de um partido, que queria a união d'este reino com o da Hespanha, pag. 337 e 338.— Alguns factos provavam que entre nós havia semelhante partido, pag. 339.— Outro partido havia que pensava em ir buscar soberano á casa de Cadaval, pag. 341.— A revolução de Pernambuco e outras mais circumstancias tinham chamado a attenção dos estrangeiros e do seu jornalismo sobre Portugal, pag. 342.— A Inglaterra tambem por aquelle tempo não estava em grande estado de fortuna, pag. 344.— Excessos e conjurações que n'ella havia, pag. 345 e 346.— A França tambem por aquelle tempo não estava mais socegada, pag. 347.— Na Allemanha havia igualmente symptomas de desinquietação pag. 349 e 350.— O estado da Hespanha por aquelle tempo era do mesmo teor, pag. 351.— Revolução de Porlier na Galliza, pag. 352 a 355.— Perseguição feita por D. Fernando VII aos realistas e liberaes, pag. 355.— Justo receio que havia em Hespanha de perturbações publicas; sufocação de outra revolta na Galliza, e revolta de Lacy na Catalunha pag. 356.— Execução d'este general, pag. 358.— Mallogro de uma revolução em Valencia, tentada em janeiro de 1817, pag. 359.— Gravissimo attentado commettido em Londres contra a pessoa do principe regente de Inglaterra em 1817, pag. 361 e 362.— Negociação do conde de Palmella para que o Brazil entregasse á Hespanha os territorios da margem oriental do Rio da Prata, e a Hespanha entregasse a Portugal Olivença, pag. 364 e 365.— Expedição de tropas hespanholas reunidas em Cadiz para recuperar Buenos Ayres, pag. 366 a 369.— Symptomas da revolução militar de Cadiz, e corpos d'esta cidade partidos para America, pag. 370 a 374.— Apparecimento d'essa revolução, proclamando-se a constituição hespanhola de 1812, pag. 376 a 379.— Rebenta uma revolta na Galliza em correspondencia á de Cadiz, pag. 380.— Manifestam-se n'outras mais cidades symptomas favoraveis a esta mesma revolta; causas que para isso havia, pag. 383.— Na propria cidade de Madrid se manifestava um grande espirito de fermentação publica, dando-se com isto o declarar-se pela revolta o conde de l'Abisbal, chamando para ella as povoações da Mancha e Andaluzia até Sevilha, pag. 384.— D. Fernando VII declara por um decreto jurar a constituição, pag. 385.— Disturbios que a isto se seguiram, pag. 387 e 388.— Juramento prestado effectivamente por D. Fernando VII á constituição, confirmando até a nomeação feita pelo povo de uma junta, para dirigir a administração publica, pag. 389.— Principaes auctores da revolução de Cadiz, sendo o mais notavel d'elles, ou o seu mais entusiasta, D. Rafael del Riego, pag. 390.

Capitulo. VI.— A revolta da Hespanha aterrou sobremaneira, não só os governadores do reino, mas igualmente muitos dos diplomatas portuguezes, residentes nas côrtes estrangeiras, tendo como certo que as

sociedades secretas da Hespanha estavam ligadas com as da Italia e Portugal, a ponto da revolta de Napoles seguir de perto a da Hespanha. O marquez de Marialva, embaixador de Portugal em Paris, e D. Antonio de Saldanha da Gama, encarregado dos negocios em Madrid, foram os dois diplomatas portuguezes que mais promptos e decididos tomaram a seu cargo hostilisar quanto em si cabia a revolta da Hespanha, e as tramas do ministro hespanhol D. José Maria de Pando, que o seu governo havia ultimamente mandado para Lisboa, e que o dito Saldanha da Gama e o governo portuguez tinham como activo promotor da revolta liberal em Portugal. Effectivamente alguns liberaes tinham em 1818 iniciado no Porto uma associação, a que deram o nome de *sinedrio*, destinado a espreitar attento a opinião publica, e até a encaminhal-a a fazer uma mudança de governo em Portugal, dirigindo os espiritos para as idéas liberaes nas tres provincias do norte do reino, sendo n'isto auxiliados pelos jornaes portuguezes que se imprimiam em Londres. Todavia os trabalhos do *sinedrio* a nada avultavam, emquanto não appareceu a revolta liberal da Hespanha, e animados como foram os seus membros, pelo apoio que ella lhes dava, começaram por chamar ao seu partido alguns dos commandantes dos corpos da guarnição do Porto, como conseguiram, diligenciando fazer o mesmo, quanto ao commandante da brigada, que estava em Braga, o coronel Antonio Lobo Teixeira de Barros, o que tambem alcançaram, não sem terem contra si algumas difficuldades e duvidas que para isso houve. Consequindo igualmente ganhar o coronel Sepulveda, commandante de infantaria n.º 18, levantaram finalmente no Porto o grito da revolta no dia 24 de agosto de 1820, grito que as tres ditas provincias do norte promptamente abraçaram. Nomeou-se portanto um novo governo, ou junta provisional, que os governadores do reino trataram de hostilisar quanto poderam, baldando-se tudo quanto para tal fim pozeram por obra. Marchando a junta do Porto para Coimbra, a esta cidade lhe foi o capitão Bernardo de Sá Nogueira levar a noticia da revolta liberal, rebentada em Lisboa no dia 15 de setembro, facto que lhes abriu as portas da capital, vindo entrar n'ella triumphantes no dia 1 de outubro, e unindo-se com o governo interino, eleito popularmente em Lisboa, formaram desde então os dois uma só junta, denominada junta provisional do supremo governo do reino, pag. 393.

Synopse do capitulo

Mallograda como foi pela revolta de Cadiz a expedição destinada ao rio da Prata, mallograda foi tambem a restituição de Olivença a Portugal, e a entrega de Montevideu á Hespanha: terror que a citada revolta causou aos governadores do reino, e participação por elles feita para o Rio de Janeiro, pag. 393 e 395.—Effeitos que tambem produziu n'alguns dos ministros portuguezes nas côrtes estrangeiras, pag. 397.—O

governo inglez declara não estar disposto a intervir nos negocios internos dos mais paizes, inclusivamente na Hespanha, pag. 398. — Associações secretas na mesma Hespanha, ligadas com as da Italia e Portugal, com o fim de fazer rebentar n'estes paizes as revoluções liberaes, pag. 399. — Revolução de Napoles, pag. 400. — Convicção que o marquez de Marialva tinha de que as sociedades secretas eram as verdadeiras auctoras da revolta da Hespanha, pag. 403. — Antonio de Saldanha da Gama insta de Madrid com o marquez de Marialva, para que faça conhecer ao governo francez o verdadeiro estado das cousas em Hespanha, pag. 404. — O mesmo Antonio de Saldanha da Gama dá-se por informado do que se passava na grande loja maçônica de Madrid, designando alguns dos seus mais notaveis membros, pag. 406. — O ministro hespanhol em Lisboa, D. José Maria de Pando, membro da grande loja de Madrid, promotor da revolução liberal em Portugal, entende-se para este fim com os portuguezes que trabalhavam para a levar a effeito, pag. 407. — O ministro de Portugal em Madrid exige do governo hespanhol que o ministro Pando seja removido de Lisboa, o que não consegue, pag. 408. — O nome dito ministro diz que Pando estava sabedor da revolta que se premeditava no Porto, e que d'isto dava elle parte para a grande loja de Madrid, pag. 409. — Já em 1811 havia publicações pela imprensa no sentido liberal, mandadas prohibir pela côrte do Rio de Janeiro, pag. 411. — Prova de que a revolução do Porto foi obra da maçonaria; sinedrio iniciado em 1818 no Porto por Manuel Fernandes Thomaz, e individuos que o compozeram: quem eram os intendentes da policia do Porto, Ribeiro de Sousa, e Correia de Lacerda, pag. 413 e 416. — O sinedrio continuava na sua existência sem conhecimento ou suspeita da policia até ao anno de 1819, pag. 418. — No meio dos trabalhos dos membros do sinedrio em favor das idéas liberaes nas tres provincias do norte, apoiado como era pelos jornaes portuguezes impressos em Londres, a opinião publica não dava as guias de vida n'este sentido, pag. 419. — Abalo causado em Lisboa pela

dos do sinedrio chamar ao seu partido alguns commandantes dos **cor-**
pos da guarnição do Porto, pag. 432. — Buscam chamar tambem ao seu
partido o commandante das de Braga, o coronel Antonio Lobo Teixeira
de Barros, pag. 433. — Difficuldades que isto teve, pag. 434. — Conse-
guem applanal-as; vinda de Manuel Fernandes Thomaz a Lisboa. Frei
Francisco de S. Luiz resolve o coronel Barros a abraçar a revolta, pag.
435. — Entra no sinedrio o coronel Sepulveda, commandante de infan-
teria n.º 18; duvidas postas por Antonio da Silveira ao manifesto que
lhe foi apresentado; rompe a revolução em 24 de agosto, formando-se
uma junta do governo, pag. 437 e 439. — É reconhecida a junta nas tres
provincias do norte, pag. 441 e 442. — Carta da junta do Porto aos go-
vernadores do reino, pag. 443. — Os governadores do reino mandam
para o Porto o marechal de campo, Manuel Pamplona Carneiro Rangel,
o qual, chegando a Aveiro, volta para Coimbra, e d'aqui para Lisboa, pag.
444. — Sabedores os governadores do reino da revolta do Porto no dia
28 de agosto, dirigem aos portuguezes uma proclamação, condemnando-a,
pag. 445. — Sua proclamação, dirigida ao exercito sem resultado; o in-
tendente geral de policia julga perigoso prender os que fallavam na citada
revolta, pag. 447. — Revolta do regimento de infantaria n.º 20 de guarni-
ção em Abrantes; corpo de observação mandado postar pelos governa-
dores do reino entre Leiria e Lisboa, pag. 448. — Opposição do general
da Beira á revolução do Porto, e estado critico do paiz, pag. 449. — Con-
ferencia tida pelos governadores do reino com varias auctoridades; con-
vocaçáo das antigas côrtes, e proclamações dirigidas aos habitantes do
Porto e ao exercito, pag. 450 a 452 e 453. — Rasões que havia para du-
vidar da pureza das intenções dos governadores do reino, pag. 454, 456
e 457. — A junta provisoria sae do Porto para Coimbra, dividindo as
suas tropas em dois exercitos, desprezando-se a convocação das an-
tigas côrtes, tão applaudida como fôra pela mesa do desembargo do pa-
ço, pag. 458. — A mesa do desembargo do paço approva a convocação
dos antigos tres estados, pag. 460. — Proclamação do conde de Barbacena,
commandante da divisáo de observações acima citada, pag. 462. — Ne-
nhum effeito da commissáo dada pelos governadores do reino ao gene-
ral Povoas para ir a Coimbra conferenciar com a junta, pag. 463 e 464. —
Revolução liberal em Lisboa no dia 15 de setembro de 1820, feita ines-
peradamente por um official subalterno, pag. 465 a 469. — Occorrencias
que tiveram logar no Rocio com o ajudante general Mousinho; governo
interino nomeado em Lisboa por aclamação do povo, pag. 470 e 472. —
O capitão Bernardo de Sá, sendo nomeado para se ir entender com o
conde de Barbacena, para não fazer movimento algum com as suas tro-
pas, vae a Coimbra participar á junta os acontecimentos de Lisboa, pag.
474. — A junta do Porto desgosta-se do officio que o governo interino
lhe dirigiu, harmonisando-se a final com elle, pag. 476. — Mantem-se o
socego na capital, nada mais se observando do que o entusiasmo dos

seus habitantes em favor da nova ordem de cousas, pag. 477. — A junta marcha de Coimbra para Leiria, onde Antonio da Silveira, seu presidente, se mostra divergente com ella, pag. 478. — A junta do Porto determina formar com o governo de Lisboa um só governo; o coronel Sepulveda faz cessar as divergencias de Antonio da Silveira com as juntas, pag. 480. — Entrada triumphal da junta do Porto em Lisboa em 1 de outubro, e sua união com o governo interino, denominando-se de então por diante *junta provisional do governo supremo do reino*, pag. 481 e 482.

Capitulo VII. — Mal tinha a junta provisional encetado a publicação das suas primeiras medidas, quando se viu logo a braços com o marechal Beresford, chegado ao Tejo, vindo do Rio de Janeiro; mas fazendo-o cuidadosamente vigiar a bordo do navio que o conduzira, e negando-lhe o poder desembarcar em terra, como pedia, teve a final de fazer viagem para Inglaterra. A esta crise outra se lhe seguiu logo, tal foi a da reacção que contra si teve no dia 11 de novembro de 1820, promovida por alguns militares descontentes, tendo as instrucções elaboradas pela junta para as eleições dos deputados como destinadas a afastal-os da referida eleição; e chamando o exercito para tal fim ás armas, conseguiram por este meio que as eleições se fizessem segundo o estatua a constituição hespanhola, facto a que se seguiu demittirem-se alguns membros da junta, que poucos dias depois tornaram a entrar para ella, por effeito de uma nova reacção, feita contra o dia 11 de novembro. Enquanto isto se passava em Portugal, os diplomatas portuguezes, vendo a attitude hostil em que os soberanos das tres grandes potencias do norte da Europa se pozeram com a revolução liberal de Hespanha, trabalharam quanto lhes foi possivel para que tambem interviessem nos negocios politicos de Portugal, o que não conseguiram. Entretanto fizeram-se no reino tranquillamente as eleições dos deputados para as futuras côrtes, cuja abertura teve logar no dia 26 de janeiro de 1821, acto a que se seguiu a nomeação de uma regencia para governar o reino, enquanto o rei se achasse ausente d'elle. De concurso com estes acontecimentos teve logar a reunião dos tres já citados soberanos da Russia, Austria e Prussia, no congresso de Troppau, depois do qual teve logar o de Laybach, em que manifestamente se mostraram contrarios ás revoltas liberaes, despidos da coadjuvação da Inglaterra, que d'elles se separou n'este ponto, pois que as suas circumstancias de então lhe não permitiam fazel-o, tanto pela fermentação que dentro d'ella havia, como por effeito da opinião publica dos inglezes, que mais era favoravel, do que opposta á revolta liberal da Hespanha. Todavia os referidos soberanos, sabedores, como depois foram da revolta de Napoles, d'ella se deram por offendidos, e se decidiram a combatel-a. A noticia dos successos de Portugal, tendo chegado ao Bra-

Mil, levantára grande enthusiasmo n'aquelle paiz, e sobretudo na côrte do **Rio de Janeiro**, onde uma complicação de successos deu em resultado **anstar-se** a vinda do principe real, D. Pedro de Alcantara, para Portugal, como ordenára el-rei seu pae, e vir em seu lugar o proprio monarcha, o qual, largando do Rio de Janeiro para a Europa no dia 26 de abril de 1821, deixára no Brazil o principe seu filho como regente d'aquelle reino, para o governar segundo as instrucções de que o munuiu, pag. 485.

Synopse do capitulo

Retrospecto dos trabalhos do sinedrio que produziu a revolução do Porto pag. 486. — Entrada das tropas da junta do Porto em Lisboa, e primeiras medidas da junta provisional do supremo governo do reino, pag. 487. — Chegada do marechal Beresford a Lisboa, vindo do Rio de Janeiro: prohibição do seu desembarque na capital: entrega do dinheiro mandado do Rio de Janeiro, e saída do mesmo Beresford para Inglaterra, pag. 488 e 490. — Notas explicativas mandadas ao governo inglez, acompanhadas de documentos, relativos á conducta que se teve para com Beresford; mandam-se sair para fóra do reino os officiaes inglezes, pag. 491. — Descontentamento de alguns militares e de dois membros da junta com os outros membros não militares, pag. 492. — Causa da referida opposição; pag. 493. — Supplica dirigida pelos ditos officiaes á junta preparatoria das côrtes, pedindo que se consignasse nas instrucções, que as eleições se deviam fazer pelo modo prescripto na constituição hespanhola, supplica que sendo indeferida, deu causa á celebre reacção militar do dia 11 de novembro, pag. 495 a 499. — Reacção contra o dia 11 de novembro, pag. 500 a 502. — Processo eleitoral, pag. 503. — Bernardo de Sá Nogueira desafronta-se das accusações que o jornalismo lhe fazia, e carta que por causa d'isto dirigiu ao governo, e consequencias que d'aqui lhe provieram, pag. 504. — Questão a que o procedimento de Bernardo de Sá deu logar nas côrtes, pag. 505. — Saída do mesmo Bernardo de Sá para fóra do reino, pag. 507. — Os tres soberanos das potencias do norte, Austria, Russia e Prussia, constituindo o congresso de Troppau, declaram-se contra a revolta liberal de Napoles, pag. 509 e 510. — A Santa Alliança (nota sobre este ponto), pag. 511. — Resolução final do congresso de Troppau, pag. 513. — O governo inglez, adstricto á politica da não intervenção, decide-se a não se intrometter nos negocios de Portugal, dando-se a rasão d'isto, pag. 515. — O mesmo governo inglez nega-se a satisfazer ao pedido de soccorros, que lhe fez D. Miguel Pereira Forjaz, e o encarregado de negocios de Portugal em Londres, Rafael da Cruz Guerreiro, pag. 516 e 517. — Antonio de Saldanha da Gama declara-se altamente contra o governo liberal da sua patria, pag. 518. — Cruzada liberticida dos diplomatas portuguezes, e partida do mesmo Saldanha da Gama de Madrid para Paris, a fim de melhor hostilizar o governo libe-

ral da sua patria, entendendo-se para este fim com o príncipe de Metternich, pag. 520 a 522. — O marquez de Marialva, embaixador de Portugal em Paris, declara-se também inimigo do governo liberal, pag. 524. — A junta provisional do supremo governo do reino queixa-se para o Rio de Janeiro das hostilidades, que a todo o transe o corpo diplomatico portuguez lhe fazia nas côrtes estrangeiras, pag. 525. — O referido marquez mostra-se também inimigo do governo liberal da sua patria, pag. 526. — Apparatoso bando do senado da camara, que no dia 9 de dezembro de 1820 saiu pelas praças e ruas de Lisboa, annunciando as eleições primarias; procede-se ás eleições dos deputados; jornaes que já por então havia em Lisboa, pag. 528. — Satisfação e regularidade com que por toda a parte do reino se procedeu a ellas; primeiras noticias da vinda de el-rei para a Europa, pag. 529. — Reunião dos deputados em 24 de janeiro de 1821, na sala que para este fim se lhes preparou no antigo convento das Necessidades, e juramento que prestaram, pag. 530. — Abertura e installação de côrtes, em 26 do citado mez de janeiro, com 74 deputados presentes, e nomeação da regencia, pag. 531 e 532. — Primeiras medidas por ella adoptadas, pag. 533. — Irresolução em que por algum tempo estiveram os soberanos, reunidos no congresso de Troppau, e divergencia de politica em que o governo inglez se declarou para com elles, pag. 534. — Rasões dadas por lord Castlereagh a favor da não intervenção na Hespanha, pag. 536. — Declarações pedidas pelo conde de Palmella ao referido lord, sobre as cousas de Portugal antes da revolta do Porto, e resposta que o dito lord lhe deu, pag. 537. — Consideração sobre esta conducta do governo inglez, pag. 539. — Descoberta em Londres de uma horrorosa conspiração em que se pretendia assassinar os ministros da corda, e outras mais desordens que por então se viram em Inglaterra, pag. 540 e 541. — Veiu complicar mais o estado da desordem em que por então estava a Inglaterra a discussão que havia nas camaras por effeito da discordia existente entre a princeza Carolina Amelia e seu marido, el-rei George IV, pag. 542 e 543. — Descontentamento que também por então havia em França, pag. 545. — Revolta da cidade de Lyão, pag. 546. — Assassinato do duque de Berry, pag. 548. — O estado politico da França era com effeito bastante vacillante em 1820 para com el-rei Luiz XVIII e a sua familia, de que resultou não se atreverem os seus ministros a hostilisar por então a nova ordem de cousas em Hespanha, fazendo o mesmo os soberanos reunidos em Troppau, pag. 549. — Foi este estado de desinquietação geral da Europa o que deu logar á reunião do congresso de Troppau, nas vistas de lhe por cobro, pag. 551. — D'aqui veio igualmente o nenhum resultado das diligencias feitas pelo marquez de Marialva, para que as grandes potencias interviesses nos negocios de Portugal; assim se colhe do officio de resposta que o príncipe de Metternich deu ás suas rogativas, pag. 552. — Antonio de Saldanha da Gama é mandado a Laybach pelo marquez de Marialva, no in-

tento de conseguir a intervenção estrangeira nos negocios de Portugal, pag. 554. — Os soberanos reunidos em Laybach decidem-se a auctorisar a Austria para intervir nos negocios de Napoles; Saldanha da Gama é convidado pelo ministro inglez a dirigir-se para Inglaterra, desistindo das suas pretensões em Laybach, pag. 556. — Chega ao Rio de Janeiro a noticia da revolta de Portugal; enthusiasmo que ali causou; chegada de Palmella áquella capital, e exposição que faz a el-rei da sua critica situação, pag. 557. — Parecer dado no sentido liberal pelo conde de Palmella a el-rei D. João VI no Rio de Janeiro, pag. 558 e 560. — Opposição feita ao parecer de Palmella pelo ministro Thomás Antonio de Villa Nova Portugal, pag. 561. — Novo parecer de Palmella, contrariando o de Villa Nova Portugal; entendendo que el-rei devia dar uma constituição, e ordenar a prompta vinda do principe D. Pedro de Alcantara para Portugal, pag. 563 e 564. — Enthusiasmo dos brasileiros pelos successos d'este reino, provavelmente por anteverem n'elles a occasião opportuna de se declararem independentes da metropole, pag. 566. — Rebenta no Pará uma revolta liberal, aeclamando a constituição, á qual se seguiu na Madeira identica revolta, bem como na Bahia e Pernambuco, pag. 567 e 569. — Revolta do Rio de Janeiro; decreta el-rei a vinda do principe D. Pedro para Portugal, e a convocação de um conselho, composto de pessoas auctorisadas para lhe propor o que julgasse necessario a bem do Brazil, pag. 570. — Revolta militar formada pelo principe D. Pedro para conseguir por ella a annullação do decreto que lhe ordenava o vir para Portugal, levando el-rei seu pae a declarar desde logo que aceitava a constituição, que houvessem de fazer as côrtes de Lisboa, pag. 571. — Censuras feitas á conducta de D. Pedro, e seu juramento prestado a uma constituição, que ainda não existia, nem se sabia o que fosse, pag. 573. — D. João VI é obrigado a vir da quinta de S. Christovam para o paço da cidade, e dirigindo-se a uma varanda d'elle para apparecer ao povo, seu filho veio tambem a ella, prestando de novo o seu juramento por si e em nome de seu pae; novo ministerio e outras mais nomeações, pag. 574 e 575. — Decreto de 7 de março de 1821, pelo qual el-rei declara vir para Lisboa, deixando o governo do Brazil entregue aos cuidados de seu filho primogenito, pag. 576. — Esta determinação de el-rei, levada a mal pelos brasileiros, foi o primeiro motivo que tiveram para dizer que os portuguezes europeus tinham em vista reduzir outra vez o Brazil ao estado de colonia, pag. 577. — Tumultos a que no dia 21 de abril deram logar no Rio de Janeiro as eleições de comarca, feitas ou a fazer no praça do Commercio, pag. 579 e 580. — D. Pedro leva seu pae a auctorisar-o para dispersar os amotinados da praça do Commercio, pelo emprego dos meios que julgasse convenientes, e elle assim o faz, empregando para isso a divisão auxiliar portugueza, mediante a ordem que dera ao brigadeiro Carlos Frederico de Caula, pag. 581 e 582. — Instruções

deixadas por el-rei a seu filho, novo ministerio, e governo das armas da côrte dado a Jorge de Avillez, pag. 583. — Embarque de el-rei para a Europa em 26 de abril, pag. 584.

Capitulo VIII.— Nomeada a regencia, como foi pelas côrtes, prestam os seus membros o respectivo juramento, e tendo-se participado ás mesmas côrtes que o governo inglez a aconselhava a que a futura constituição, que se houvesse de fazer, fosse analogia á franceza de 1814, muitos dos deputados clamaram logo contra tal conselho, tendo-o por contrario ao seu mandato. Uma das suas primeiras medidas foi a de decretarem uma amnistia geral para todos os compromettidos politicos, a que se seguiram outras, em que figurava a abolição da inquisição, chamada tambem tribunal do santo-officio, e a do juizo da inconfidencia. Discutindo-se as bases da constituição, votou-se por uma só camara, dando-se ao rei apenas voto suspensivo, adoptando-se tambem a existencia de uma deputação permanente. Effectua a Austria a sua intervenção nos negocios internos do reino de Napoles, por meio de um exercito de invasão na Italia, o qual, dirigindo-se á capital do dito reino, n'ella foi scabido com a constituição, o que tambem succedeu no Piemonte, onde igualmente por meio de uma revolta se tinha estabelecido um governo constitucional. Chegando a Vienna de Austria a noticia das revoltas de Porto e Lisboa, o ministro portuguez n'aquella capital diligencias sem fructo, que as grandes potencias do norte intervissem tambem nos negocios internos de Portugal. São tidos os liberaes hespanhoes como promotores das tentativas revolucionarias, que por então appareceram em França, attentando-se contra a vida de Luiz XVIII e a do duque de Angouleme. Estas e outras mais circumstancias levaram o imperador da Russia a instar com o gabinete francez, para que mandasse para Madrid um diplomatico de capacidade e merito, para annuar os negocios aya-

Synopse do capitulo

Instalação da regencia e juramento que prestaram os seus membros em 30 de janeiro de 1821, participação por ella feita a el-rei dos successos que tinham havido até 22 de novembro de 1820, pag. 587.—Cartas que os soberanos reunidos em Laybach dirigiram ao rei de Napoles, convidando-o a uma conferencia, pag. 588.—Resistem as nossas côrtes a fazer a futura constituição analogá á franceza de 1814; geral amnistia concedida por ellas aos compromettidos politicos, pag. 589.—Decretam as côrtes poderem ellas fazer leis, independentes da sancção do rei, bem como todas as reformas que julgassem convenientes, fundadas no principio da soberania popular, que aliás representavam; começa no dia 12 de fevereiro a discussão das bases da constituição, pag. 590.—Decide-se que houvesse uma só camara, e que o rei tivesse *voto suspensivo* pelo modo que a constituição determinasse, pag. 591.—Vota-se o conselho de estado, sendo os seus membros propostos pelas côrtes e nomeados pelo rei, bem como a de haver uma deputação permanente; observações sobre isto, pag. 593.—A Austria propõe-se com o apoio da dieta de Francfort a reprimir o progresso das idéas liberaes, pag. 594 a 596.—Chegam á sobredita dieta as noticias da revolução da Hespanha, a respeito da qual o gabinete austriaco mostrou idéas analogas ás do gabinete inglez, pag. 597.—Sabedora como depois foi a Austria da revolução de Napoles, tratou logo de a reprimir por meio das armas, pag. 599.—Má recepção que teve em Vienna o duque de Serra e Capriola, não se lhe permittindo seguir da Austria jornada para S. Petersbourgo, pag. 601.—Notas do gabinete de Vienna, justificando a sua intenção de intervir nos negocios internos de Napoles, pag. 602.—Chega a Vienna a noticia da revolução do Porto no mez de setembro, e a Troppau a de Lisboa no mez de outubro; inutilidade das requisições, que para as hostilisar se fizeram aos soberanos que lá se reuniam, pag. 603.—Os soberanos, reunidos em Laybach, declaram não reconhecerem, nem mesmo consentirem nas mudanças politicas que tinham havido em Napoles, a não se modificar a constituição hespanhola, que se havia proclamado, pag. 605.—O governo austriaco manda marchar o seu exercito contra Napoles, depois da França ter debalde offerecido a sua mediação para com o imperador, uma vez que na constituição se fizessem certas modificações, pag. 606.—Revolta liberal do Piemonte, rebentada em Turim no dia 10 de março de 1821, pag. 607.—A Russia manda avançar o seu exercito da Volhinia contra a Italia, e o imperador da Austria manda tambem pela sua parte avançar mais 25:000 homens para a mesma Italia, pag. 609.—Bom exito da campanha do exercito austriaco contra Napoles, e quêda da sua proclamada constituição, quer n'aquelle reino, quer no Piemonte, pag. 609 e 611.—O principe de Metternich, instado para que os soberanos do con-

gresso de Laybach interviesses nos negocios de Portugal, declarou que não o podiam fazer, enquanto não se resolvesse a resolução, que a tal respeito tomaria el-rei D. João VI, isto alem da difficuldade que se dava em o poder fazer. Saldanha da Gama, que era quem isto solicitava, deixou Laybach, sem nada ter conseguido, pag. 612. — Os liberaes hespanhoes são accusados de tentativas revolucionarias em França, e effectivamente uma se fez, destinada a matar Luiz XVIII, e contra o duque de Angoulême, pag. 613. — Estado de desinquietação em que se achava a França, e justa razão da disposição favoravel do governo de Luiz XVIII para com a intervenção da Austria na Italia, pag. 614. — Entra o imperador da Russia com o ministerio francez, para que mande para Madrid um agente diplomatico, capaz de anistar os realistas a uma contra-revolução. A Austria induzia tambem o seu ministro em Madrid a conseguir com que na constituição hespanhola se fizessem as alterações convenientes, tornando-a acceptavel, pag. 615 e 616. — Vê-se pois que os gabinetes das potencias, tidas por liberticidas, não pugnavam tanto pelo puro absolutismo, quanto por uma constituição compativel com a monarchia nos paizes revolucionados, pag. 617. — As côrtes de Portugal declaram por um decreto como benemeritos da patria os que foram auctores das revoluções do Porto e de Lisboa; declaram abolida a inquisição, franqueando-se os seus carcerees ao publico; propõe o deputado Manuel Borges Carneiro lavrar-se um protesto contra a intervenção da Austria nos negocios internos de Napoles, pag. 618 e 619. — Mandam as côrtes proceder ao juramento das bases da constituição; recusa-se a isso o patriarcha de Lisboa, e é mandado para o Bessaco, pag. 620 e 621. — Chega a Lisboa a noticia de que el-rei D. João VI adheria á nova fórma de governo estabelecida em Portugal, noticia que as côrtes receberam com grande enthusiasmo; seu decreto por que se declaram benemeritos da patria todos os que nas possessões portuguezas tivessem premeditado e executado a regeneração politica d'essas mesmas possessões, pag. 622. — El-rei ordena aos enviados portuguezes, residentes nas côrtes estrangeiras, que fizessem constar aonde necessario fosse, que elle tinha prestado o mais livre, voluntario e augusto juramento á constituição, que as côrtes houvessem de fazer; contraste de desconfiança que a conducta das côrtes fez com a franca e generosa de el-rei, pag. 623. — Invectivas que nas côrtes se faz ao poder real, pela participação de ter contrahido um emprestimo de seis milhões de cruzados a favor do banco do Rio de Janeiro; discute-se a dotação de el-rei e dos membros da real familia, pag. 625 e 626. — Debates que causam nas côrtes os despachos feitos ultimamente por el-rei no Rio de Janeiro; modo inconveniente por que Manuel Borges Carneiro encarou esta questão; lei da liberdade da imprensa, pag. 627. — Entra no Tejo no dia 3 de julho de 1821 a esquadra em que D. João VI voltava á patria; medidas que n'este mesmo dia foram decretadas pelas côrtes, pag. 628 e 629. — É por ellas determinado que o des-

embarque de el-rei se fizesse no dia 4 de julho; preparativos que para isto se fizeram, pag. 630 e 631. — Estatue-se pelas côrtes que el-rei desembarque antes do meio dia do citado dia 4; intrigas da rainha urdidas contra seu esposo, pag. 632. — Falla que lhe dirige o presidente da deputação que o foi comprimentar a bordo, pag. 633 a 636. — El-rei cumpre fielmente as determinações das côrtes, quanto ao seu desembarque; sae de bordo da nau de seu nome depois do meio dia, dirigindo-se ao Terreiro do Paço, de lá para a sé, e depois para as côrtes, onde jura as bases da constituição, pag. 637 a 643. — Vivo debate a que nas mesmas côrtes deu logar um periodo do discurso da corôa, lido como n'ellas foi por Silvestre Pinheiro Ferreira, 644 e 645. — O referido periodo foi muito de proposito introduzido no discurso do throno pelo mesmo Silvestre Pinheiro Ferreira, em rasão do modo por que elle encarava a doutrina n'elle contida, pag. 646 e 647. — Modo por que as côrtes pela sua parte a encaravam, e corollarios tirados pelo conde de Palmella sobre o modo por que elle tambem encarava a questão, pag. 648.









646
L8
v. 11





